

ANAIS DO EVENTO

1<sup>o</sup>

SIMPÓSIO

INTERNACIONAL

MULTIDISCIPLINAR DAS

HUMANIDADES

*Brasil/Moçambique*

6-9 DE JUNHO DE 2023.

ONLINE



Edufac

Ufac



**António Raúl Siteo**  
**Carlos Paula de Moraes**  
**Geórgia Pereira Lima**  
**Jochua Abraão Baloi**  
**José Gil Vicente**  
**Priscila Pedrosa Prisco**  
(Organização)

**Anais do 1º Simpósio Internacional  
Multidisciplinar das Humanidades,  
Brasil/Moçambique**

6 a 9 de junho de 2023



## **Anais do 1º Simpósio Internacional Multidisciplinar das Humanidades, Brasil/Moçambique**

Antônio Raúl Siteo, Carlos Paula de Moraes, Geórgia Pereira Lima, Jochua Abraão Baloi, José Gil Vicente, Priscila Pedrosa Prisco (org.)

**ISBN 978-65-88975-75-6 • Feito Depósito Legal**

Copyright© Edufac 2023

**Editora da Universidade Federal do Acre (Edufac)**

Rod. BR 364, Km 04 • Distrito Industrial

69920-900 • Rio Branco • Acre // edufac@ufac.br

**Editora Afiliada**



### **Diretor da Edufac**

Gilberto Mendes da Silveira Lobo

### **Coordenadora Geral da Edufac**

Ângela Maria Poças

### **Conselho Editorial (Consedufac)**

Adcleides Araújo da Silva, Adelice dos Santos Souza, André Ricardo Maia da Costa de Faro, Ângela Maria dos Santos Rufino, Ângela Maria Poças (vice-presidente), Alexsandra Pinheiro Cavalcante Costa, Carlos Eduardo Garção de Carvalho, Claudia Vanessa Bergamini, Délcio Dias Marques, Francisco Aquinei Timóteo Queirós, Francisco Naildo Cardoso Leitão, Gilberto Mendes da Silveira Lobo (presidente), Jáder Vanderlei Muniz de Souza, José Roberto de Lima Murad, Maria Cristina de Souza, Sheila Maria Palza Silva, Valtemir Evangelista de Souza, Vinícius Silva Lemos

### **Coordenadora Comercial • Serviços de Editoração**

Ormifran Pessoa Cavalcante

### **Diagramação e Formatação**

Maycon David de Souza Pereira

*As informações, opiniões, conceitos expressos nesta obra, bem como a exatidão dos dados, referências, redação e revisão textual são de inteira responsabilidade dos(as) autores(as)*

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Ufac

---

S612s    Simpósio    Internacional    Multidisciplinar    das    Humanidades,  
                  Brasil/Moçambique (1.: 2023: Rio Branco).  
                  Anais do 1º Simpósio Internacional Multidisciplinar das Humanidades,  
                  Brasil/Moçambique (Recurso eletrônico) / Antônio Raul Siteo et al.  
                  (Organizador). Rio Branco: Edufac, 2023.  
                  687p.: il.; 21cm.

Inclui bibliografia  
ISBN: 978-65-88975-75-6

1. Humanaidades 2. Literatura infantojuvenil - direitos humanos. 3.  
Migração dos Refugiados – Moçambique. I. Siteo, Antônio Raul et al. II. Título.

CDD: 325.219679

## FICHA TÉCNICA

### ORGANIZAÇÃO

António Raúl Siteo  
Carlos Paula de Moraes  
Geórgia Pereira Lima  
Jochua Abraão Baloi  
José Gil Vicente  
Priscila Pedrosa Prisco

### COORDENAÇÃO GERAL

António Raúl Siteo  
Carlos Paula de Moraes  
Jochua Abraão Baloi  
José Gil Vicente

### COMISSÃO ORGANIZADORA

Prof. Dr. Anselmo Orlando Pinto (USTM)  
Prof. Dr. Bruno de Oliveira Rodrigues (UFAM)  
Prof. Me. Danilo Rodrigues do Nascimento (Ufac)  
Prof. Dr. Fabricio Valentim da Silva (UFAM)  
Profa. Dra. Flávia Rodrigues Lima da Rocha (Ufac)  
Prof. Dr. Francisco Pinheiro de Assis (Ufac)  
Profa. Dra. Geórgia Pereira Lima (Ufac)  
Profa. Dra. Judite Chipenembe (USTM)  
Me. Matheus Guarino Sant Anna Lima de Almeida (UFF)  
Prof. Dr. Pierre André de Souza (UFAM)  
Dra. Priscila Pedrosa Prisco (UFF/FAPEAM)  
Profa. Dra. Renilda Aparecida Costa (UFAM)  
Ma. Thais Henriques Dias (UFF)  
Prof. Dr. Valdinei Vicente de Jesus (Ufac)  
Prof. Dr. Valmir Freitas Araújo (Ufac)  
Prof. Me. Vicente Halle (USTM)

### COMISSÃO CIENTÍFICA

Adriana Nogueira Vieira Lima  
Alexandre Bernardino Costa  
Aline Kieling  
Ana Beatriz Santos dos Anjos  
Ana Cláudia Magnani Delle  
Andréa Matini  
Andressa Queiroz da Silva

Anselmo Orlando Pinto  
António Raúl Siteo  
Artemisa Odila  
Bruno de Oliveira Rodrigues  
Bruno Soeiro Vieira  
Caio Augusto Teixeira  
Carla Cristina Fiorini  
Carlos Alberto Leite da Silva  
Claudete de Sousa Nogueira  
Danilo Rodrigues do Nascimento  
Ernesto Vasco Mandlate  
Eva Aparecida da Silva  
Flávia Almeida Pita  
Flávia Marinho Lisboa  
Flávia Rodrigues Lima da Rocha  
Geórgia Pereira Lima  
Girliana Silva de Sousa  
Girolamo Domenico Treccani  
Giuseppe Cocco  
Ilzver de Matos Oliveira  
Iracema Teixeira Vieira  
Isabel Hogueane  
Jean-Raphael Gros-Desormeaux  
José Geraldo de Sousa Junior  
José Gil Vicente  
José Raimundo Oliveira Lima  
Juliete Prado de Faria  
Ligia Maria Sila Melo de Casimiro  
Lilia Regina Furtado Braga  
Lise Vieira da Costa Tupiassu Merlin  
Luis Eduardo Velles Pombo  
Marisa Hartwig  
Nedy Bianca Medeiros de Albuquerque  
Nicoll Abdrea Gonzalez Escobar  
Pierre André de Souza  
Priscila Pedrosa  
Rose Dayanne Santos de Brito  
Sabrina Cassol  
Sidnei Clemente Peres  
Thayse Edith Coimbra Sampaio  
Tiago Jacaúma  
Vanessa Santos do Canto  
Vanja Grujic  
Yvonélio Nery Ferreira

## APRESENTAÇÃO

No período de 6 a 9 de junho de 2023 realizou-se o 1º Simpósio Internacional Multidisciplinar das Humanidades, Brasil/Moçambique – 2023, com o tema: *Democracia, Estado de Direito, Violência, Educação, Políticas Públicas e Desigualdade Social*, evento virtual, tendo como instituição anfitriã a Universidade de São Tomás de Moçambique, em colaboração com as universidades públicas brasileiras: Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal do Acre (Ufac).

Essa atividade tem, dentre outras intencionalidades acadêmicas, a finalidade de fortalecer as relações internacionais entre Brasil e Moçambique, por meio da pesquisa e extensão universitária. No painel de abertura, abordou-se o tema intitulado “Brasil e Moçambique nas pesquisas em humanidades, caminhos e desafios para uma maior aproximação”, com a participação de Karina Yoshie Martins Kato, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Luís Tomás Domingos Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

O evento contou com 21 Simpósios Temáticos, a saber:

ST 01 Democracia: liberdade de expressão e de imprensa, erosão democrática e instituições de justiça, coordenado por Antônio Raul Siteo, José Gil Vicente e Pierre Andre de Souza;

ST 02 Racismo, antirracismo e as políticas públicas de promoção de igualdade no Brasil: desafios e avanços, coordenado por Flávia Rodrigues de Lima Rocha e Andressa Queiroz da Silva;

ST 03 Educação jurídica antirracista e justiça racial: a formação docente e pesquisadores em direito no Brasil e na África lusófona, coordenado por Vanessa Santos do Canto e Ilzver de Matos Oliveira;

ST 04 Lutas contra-hegemônicas por outros modos de trabalhar e produzir: qual o papel do Estado e do Direito?, coordenado por Flávia Almeida Pita e José Raimundo Oliveira Lima;

ST 05 Vulnerabilidade social em zonas de conflito no século XXI, coordenado por Carlos Alberto Leite da Silva, José Gil Vicente e Luis Eduardo Celles Pombo;

ST 06 Migrações internacionais: fronteiras, culturas, etnias e identidade, coordenado por Geórgia Pereira Lima e Antônio Raúl Siteo;

ST 07 Política pública urbana, desigualdade socioespacial e a crise climática nas cidades do Sul Global, coordenado por Bruno Soerio Vieira, Adriana Nogueira Vieira Lima, Ligia Maria Sila Melo de Casimiro;

ST 08 A educação e o ser integral: compreendendo e potencializando as qualidades do indivíduo à autoconsciência, coordenado por Marisa Hartwig e Carla Cristina Fiorini;

ST 09 Comparações solidárias: aproximações entre literatura e direitos humanos, coordenado por Yvonélio Nery Ferreira e Ana Beatriz Santos dos Anjos;

ST 10 Conflitos fundiários e socioambientais em contextos brasileiro e africano: movimentos sociais, formação dos Estado e democratização, coordenado por Sidnei Clemente Peres, Bruno de Oliveira Rodrigues e Artemisa Odila;

ST 11 Como pensar direitos humanos diante dos conflitos sociambientais na Amazônia?, coordenado por Flávia Marinho Lisbôa, Girlian Silva de Souza e Liliam Regina Furtado Braga;

ST 12 Sociedade e cultura na Amazônia, coordenado por Bruno de Oliveira Rodrigues, Caio Augusto Teixeira Souto e Tiago Jacaúma;

ST 13 Educação em tempos de mudança, coordenado por Ernesto Vasco Mandlate, Anselmo Orlando Pinto e Isabel Hoguane;

ST 14 Direitos humanos, educação libertadora e direito achado na rua, coordenado por José Geraldo de Sousa Junior, Alexandre Bernadino Costa e Sabrina Cassol;

ST 15 Política pública ambiental na Amazônia e os instrumentos econômicos no contexto das mudanças climáticas, coordenado por Lise Vieira da Costa Tupiassu Merlin, Jean-Raphael Gros-Mesormeaux e Iracema Teixeira Vieira;

ST16 Direitos humanos e territoriais dos povos indígenas e quilombolas do Brasil, coordenado por Girolamo Domenico Treccani, Juliete Prado de Faria;

ST 17 Ciência n'ativa: experiências etno-científicas e/ou participativas de ensino, pesquisa e extensão, coordenado por Andréa Martini, Aline Kieling e Nicoli Andrea Gonzalez Escobar;

ST 18 Sociologia digital e humanidades digitais: trabalho, cultura, tecnologia e sociedade, coordenado por Priscila Pedrosa, Bruno de Oliveira Rodrigues e Giuseppe Cocco;

ST 19 Ações de ensino, pesquisa e extensão de movimentos sociais, Neab's e grupo correlatos para efetivação da educação étnico-racial como direito constitucional brasileiro, coordenado por Nady Bianca Medeiros de Albuquerque Danilo Rodrigues do Nascimento;

ST 20 Experiências e práticas pedagógicas na/com a educação étnico-racial, coordenado por Claudete de Sousa Nogueira, Eva Aparecida da Silva, Ana Cláudia Magnani Delle;

ST 21 Direito com potência: ontologia em Miroslav Milovic, coordenado por Rose Dayanne Santos de Brito, Vanja Grujic, Thayse edith Coimbra Sampaio.

Na esteira de fortalecer os investimentos acadêmicos, as atividades desenvolveram-se de forma produtiva. Os debates nos diversos STs possibilitaram a elaboração dos 44 artigos selecionados pela Comissão Científica para a publicação nos Anais desse Simpósio, que visa fortalecer o intercâmbio de debates entre pesquisadores de diversas instituições dos dois países organizadores, ressaltando a importância das ciências humanas como um significativo instrumento, dentro das instituições partícipes, para o desenvolvimento social dos países mais diretamente envolvidos nessa atividade. Como painel de encerramento do evento abordou-se o tema a Importância das Universidades para o desenvolvimento social, com as contribuições dos conferencistas Philippe Oliveira de Almeida (Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ) e Antônio Cipriano Parafino Gonçalves (Universidade São Tomás de Moçambique-USTM).

Coordenação Geral:

Prof. Dr. José Gil Vicente (Ufam)

Prof. Dr. Carlos Paula de Moraes (Ufac)

Prof. Dr. Antônio Raúl Siteo (UFF)

Prof. Dr. Jochua Abrão Baloi (USTM)



## SUMÁRIO

**UM OUTRO PAÍS PARA AS CRIANÇAS COM MUITA GENTILEZA: A LITERATURA INFANTIL SOBRE A MIGRAÇÃO DOS REFUGIADOS**

..... 13  
*Ana Paula Bagaiolo Moraes Barbosa*  
*Fabio Garcia Leal Ferraz*  
*Kelly Cristina Canela*

**A MULHER RURAL MOÇAMBICANA E A DEMOCRACIA COMO NA VISÃO ARISTOTELIANA NOS COMITÊS DE GESTÃO COMUNITARIA- CGC – CASOS DE COMUNIDADE DE NHANGUO** .....

24

*André Camanguira Nguiraze*

**CIÊNCIA TRANSAMAZÔNICA: TRANSDICCIPLINARIDADE (E SUA NECESSIDADE) NA PESQUISA CIENTÍFICA AMAZÔNICA HOJE** .....

38

*Andréa Martini*

*Nicoll Andrea Gonzalez Escobar*

*Aline Kieling*

**PAPEL DAS REDES DE COOPERAÇÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS MOÇAMBICANAS NO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR EM MOÇAMBIQUE (2010-2021)** .....

45

*Angélica Gonçalves Cossa*

*Elizabet Caetano de Sousa e Silva*

*Manuel Notião*

*Miranda Albino Martins Muualo*

**POPULISMO E DEMOCRACIA: ESQUADRÕES DE MORTE EM MOÇAMBIQUE E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS CIDADÃOS** .....

58

*António Raúl Siteo*

**FLUXOS MIGRATÓRIOS INTERNACIONAIS: PERSPECTIVAS DE MIGRAÇÕES EM REDES SOCIAIS** .....

74

*António Raúl Siteo*

**CONSTITUCIONALISMO DEMOCRÁTICO: DEMOCRACIA MOÇAMBICANA, DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS CIDADÃOS** .....

93

*António Raúl Siteo*

*José Gil Vicente*



<b>O DEVIR ENQUANTO COMBATE À UNIVERSALIDADE NO SISTEMA JURÍDICO: NOTAS COMPARATIVAS NAS CONSTITUIÇÕES DE BRASIL-COLÔMBIA-BOLÍVIA .....</b>	<b>116</b>
<i>Bruna Érica Dantas Pereira Diógenes</i>	
<i>Lívia Oliveira Almeida</i>	
<i>Pedro Lucas Formiga de Almeida</i>	
<b>GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM FILOSOFIA – ARANDU: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS .....</b>	<b>133</b>
<i>Danielle Gonzaga de Brito</i>	
<i>José Roberto Gomes</i>	
<b>UNIVERSIDADE EMPREENDEDORA NO CONTEXTO MOÇAMBICANO .....</b>	<b>150</b>
<i>Elizabet Caetano de Sousa e Silva</i>	
<i>Angélica Gonçalves Cossa</i>	
<i>Manuel Notião</i>	
<i>Miranda Albino Martins Muualo</i>	
<b>DIREITO ACHADO NA EMPRESA: A RESPONSABILIZAÇÃO DIRETA DO SÓCIO OU ADMINISTRADOR QUE COMETE ATO DE ABUSO DA PERSONALIDADE JURÍDICA .....</b>	<b>171</b>
<i>Fabio Garcia Leal Ferraz</i>	
<i>Kelly Cristina Canela</i>	
<i>Ana Paula Bagaiolo Moraes Barbosa</i>	
<b>MIGRAÇÕES, CULTURAS E (IN)TOLERÂNCIA RELIGIOSA NAS AMAZÔNIAS .....</b>	<b>187</b>
<i>Geórgia Pereira Lima</i>	
<i>Lucas Santos Nobre</i>	
<b>REENCONTROS DE MULHERES: UM FAZER OUTRO, DESATAR “NÓS” DAS FRONTEIRAS SIMBÓLICAS ÉTNICO-RACIAL .....</b>	<b>204</b>
<i>Geórgia Pereira Lima</i>	
<i>Saore Oliveira Alves</i>	
<b>DESENVOLVIMENTO VOCACIONAL NO ENSINO MÉDIO: CAMINHOS POSSÍVEIS NA ESCOLA PARA A ESCOLHA PROFISSIONAL .....</b>	<b>221</b>
<i>Helene Gima Neves</i>	
<i>Fabiana Soares Fernandes Leal</i>	
<b>O DESEMBARQUE DE ESCRAVIZADOS DA ROTA DE MOÇAMBIQUE NAS PRAIAS DE NITERÓI NOS SÉCULOS XVIII E XIX .....</b>	<b>233</b>
<i>Henrique Barahona</i>	

<b>POR UM JORNALISMO ANTIRRACISTA: APONTAMENTOS SOBRE O MINICURSO “LETRA PRETA: REFLEXÕES SOBRE JORNALISMO E NEGRITUDES”</b> .....	251
<i>Jaine Araújo da Silva</i>	
<b>A CARNE MAIS BARATA DO MERCADO: RACISMO ESTRUTURAL, NECROPOLÍTICA E GENOCÍDIO DO POVO NEGRO EM CASOS EMBLEMÁTICOS NO RIO DE JANEIRO</b> .....	264
<i>Jhulia Ferreira Medeiros</i> <i>Gladstone Leonel Júnior</i>	
<b>INTEGRIDADE ELEITORAL E QUALIDADE DA DEMOCRACIA NA ÁFRICA SUBSAHARIANA: O CASO DE MOÇAMBIQUE</b> .....	284
<i>Jochua Abrão Baloi</i>	
<b>O OUTRO: CONHECER E VALORIZAR A HISTÓRIA</b> .....	306
<i>Joelton Rezende Gomes</i> <i>Jussara Santos Pimenta</i>	
<b>LITERATURA E DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR NA OBRA PORTARETRATOS: O INVENTOR DA AUTORA LEIDE PONTES</b> .....	319
<i>Joely Coelho Santiago</i> <i>Rosália Aparecida da Silva</i>	
<b>INOVAÇÃO DA GESTÃO ORGANIZACIONAL DOS TÉCNICOS SUPERIORES RECÉM-GRADUADOS: ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO SUPERIOR MARIA MÃE DE ÁFRICA (2018 A 2022)</b> .....	331
<i>Jorge Samuel Litango</i>	
<b>“A ACUSAÇÃO” DE BANDI E O DIREITO À LIBERDADE INDIVIDUAL</b> .....	350
<i>José Carlos Ferreira Neto</i> <i>Fabio Garcia Leal Ferraz</i> <i>Ana Paula Bagaiolo Moraes Barbosa</i>	
<b>ASPECTOS SOCIAIS, LABORAIS E EMPRESARIAIS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEFESA DA DEMOCRACIA DURANTE O PROCESSO ELEITORAL BRASILEIRO DE 2022</b> .....	362
<i>José Carlos Ferreira Neto</i> <i>Fabio Garcia Leal Ferraz</i> <i>Luciana Lopes Canavez</i>	

<b>ATELIÊ DE ESTUDOS SOBRE A DOCÊNCIA: ENTRE LINHAS E MICROPOLÍTICAS DE UMA VIDA .....</b>	<b>375</b>
<i>Josimara Wikboldt Schwantz</i>	
<i>Sandra Espinosa Almansa</i>	
<i>Roberta Benevit</i>	
<b>O FOMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA ATRAVÉS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE SOBRE A FEIRA PRODUTIVA DE FEIRA DE SANTANA/BAHIA .....</b>	<b>390</b>
<i>Lucidalva dos Santos Bastos</i>	
<i>Laise da Cruz Macena</i>	
<i>Emmanuel Oguri Freitas</i>	
<b>MUDANÇAS CLIMÁTICAS E MERCADO DE CARBONO NO BRASIL: UM INSTRUMENTO FINANCEIRO PARA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE .....</b>	<b>402</b>
<i>Luma Cavaleiro de Macêdo Scaff</i>	
<i>Fernanda Jorge Sequeira</i>	
<i>Luiz Felipe da Fonseca Pereira</i>	
<b>ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS POPULAÇÕES REASSENTADAS PELOS MEGAPROJECTOS DA INDÚSTRIA EXTRACTIVA EM MOÇAMBIQUE (2013 - 2019) .....</b>	<b>421</b>
<i>Manuel Notiço</i>	
<i>Elizabet Caetano de Sousa e Silva</i>	
<i>Angélica Gonçalves Cossa</i>	
<i>Miranda Albino Martins Muaualo</i>	
<b>PONCIÁ VICÊNCIO: MULHER NEGRA E SEUS DIREITOS .....</b>	<b>436</b>
<i>Margarida Pontes Timbó</i>	
<i>Laura Ivna Angelim Silva</i>	
<b>DESCOLONIZAR OU PLURIVERSALIZAR OS CONHECIMENTOS? PROBLEMATIZAÇÕES E CAMINHOS A PARTIR DE UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICO-EPITEMOLÓGICA DA ETNOGRAFIA DE JOMO KENYATTA .....</b>	<b>454</b>
<i>Maria Helena Mattos Da Silva</i>	
<b>ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS: ANÁLISE DA EFICÁCIA DOS PROGRAMAS DE SEGURANÇA SOCIAL BÁSICA EM MOÇAMBIQUE .....</b>	<b>472</b>
<i>Maria Helena Catarina Bicudo Abdul</i>	

<b>MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO NA GOVERNAÇÃO MUNICIPAL E SUA EFECTIVIDADE NO MUNICÍPIO DE MAPUTO: ESTUDO DE CASO DO DISTRITO MUNICIPAL KAMUBUKWANA .....</b>	<b>493</b>
<i>Maria Helena Catarina Bicudo Abdul</i>	
<b>EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: UMA ABORDAGEM A PARTIR DO LETRAMENTO CRÍTICO .....</b>	<b>512</b>
<i>Marieli Rosa</i>	
<i>Micheli Rosa</i>	
<b>A EDUCAÇÃO E O SER INTEGRAL: COMPREENDENDO E POTENCIALIZANDO AS QUALIDADES DO INDIVÍDUO À AUTOCONSCIÊNCIA .....</b>	<b>528</b>
<i>Marisa Hartwig</i>	
<i>Carla Segundo</i>	
<b>A PROMOÇÃO DA CULTURA OCEÂNICA A PARTIR DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO MUNICÍPIO DO ESTADO DO CEARÁ, BRASIL .....</b>	<b>538</b>
<i>Mirella Ribeiro Parente de Vasconcelos</i>	
<i>Tarin Cristino Frota Mont`Alverne</i>	
<i>Paulo Henrique Gomes de Oliveira Sousa</i>	
<b>DESLOCAMENTOS ANTROPOLÓGICO EM QUESTÃO: UM DIÁLOGO ENTRE BRUNO LATUR, KOPENAWA, ALBERT E MEDICINE .....</b>	<b>553</b>
<i>Nádia Xavier Moreira</i>	
<b>DEMOCRACIA: LIBERDADE DE EXPRESSÃO E IMPRENSA, EROSÃO DEMOCRÁTICA E INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA NO BRASIL E EM MOÇAMBIQUE .....</b>	<b>567</b>
<i>Ney Iared Reynaldo</i>	
<i>Dudu Danilo Mboa</i>	
<b>MULHERIDADE NEGRA NO CINEMA AMAZONENSE .....</b>	<b>578</b>
<i>Pâmela Eurídice Beleza Baltazar</i>	
<i>Selda Vale da Costa</i>	
<b>SARAMAGO E A SOCIEDADE DEMOCRÁTICA: O ROMANCE “O ENSAIO SOBRE A LUCIDEZ” E ALGUMAS QUESTÕES PARA PENSAR A DEMOCRACIA COMO REGIME QUE RESPEITA A DIVERSIDADE .....</b>	<b>594</b>
<i>Rafael Araujo dos Santos</i>	
<i>Fabio Ferraz</i>	

**CONSIDERAÇÕES DE NATUREZA EPISTEMOLÓGICA DE CHEICK ANTA DIOP E AS SUAS IMPLICAÇÕES AO ENSINO E À FORMAÇÃO DE DOCENTES DE CIÊNCIAS ..... 606**

*Rhaysa Terezinha Gonzaga  
Fábio Peres Gonçalves*

**A GAMIFICAÇÃO COMO ESTRATÉGIA PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA TURMA DO PRIMEIRO ANO DO CURSO DE REDES DE COMPUTADORES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFAC: CONTRIBUIÇÕES PARA O PROCESSO DE LETRAMENTO E MULTILETRAMENTOS DOS ALUNOS ..... 617**

*Risonete Gomes Amorim*

**A CAPTURA SUBJETIVA DO TRABALHO PELA CONCEPÇÃO NEOLIBERAL: TRABALHADORES SOBRANTES E A FORMAÇÃO DA CLASSE SOCIAL PELOS SUJEITOS COLETIVOS DE DIREITO ..... 627**

*Rodrigo Camargo Barbosa*

**COMUNIDADES TRADICIONAIS EM PERSPECTIVA: A PROPOSTA DO SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO RIO DE JANEIRO FRENTE AO SISTEMA NACIONAL ..... 643**

*Ronaldo Joaquim da Silveira Lobão  
Inara da Silva Juvita*

**O FAZER ARTÍSTICO NO ENSINO: A ELABORAÇÃO DE ATIVIDADES PRÁTICAS ALTERNATIVAS EM ARTES VISUAIS A PARTIR DO REFERENCIAL CURRICULAR AMAZONENSE ..... 660**

*Victor Hugo da Silva Reis*

**“Ó MEU CORPO, FAZ SEMPRE DE MIM UM HOMEM QUE QUESTIONA”:  
CONTRIBUIÇÕES DE FRANTZ FANON PARA O FIM DA ‘GUERRA ÀS DROGAS’  
..... 675**

*Vitor Igor Fernandes Ramo*



## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### UM OUTRO PAÍS PARA AS CRIANÇAS COM MUITA GENTILEZA: A LITERATURA INFANTIL SOBRE A MIGRAÇÃO DOS REFUGIADOS

Ana Paula Bagaiolo Moraes Barbosa<sup>1</sup>  
Fabio Garcia Leal Ferraz<sup>2</sup>  
Kelly Cristina Canela<sup>3</sup>

#### RESUMO

A literatura é uma ferramenta que promove empatia, auxilia na gestão das emoções e dos sentimentos e propicia ao leitor a oportunidade de conhecer realidades sociais, políticas e humanitárias. Nesse sentido, não apenas a literatura adulta, mas também aquela voltada para o público infantil, permeando sentimentos profundos de gentileza e inclusão, pode transformar a realidade de sujeitos hipossuficientes na dinâmica social tal como as crianças: os refugiados, em especial as crianças nessa condição. Utilizando-se do método dedutivo, o presente estudo se propõe a conjugar a sensível temática da proteção dos refugiados sob a visão dos pequenos, viabilizando, assim, um verdadeiro aprendizado sobre Direitos Humanos e migração.

**Palavras-chave:** Literatura infantil. Direitos Humanos. Migração dos refugiados.

13

#### ABSTRACT

Literature is a tool that promotes empathy. It helps managing emotions and feelings and provides the reader the opportunity to learn about social, political and humanitarian realities. In that regard, not only adult literature, but also that for children, by permeating deep feelings of kindness and inclusion, can transform the reality of underprivileged subjects in social dynamics such as children: the refugees, particularly children in this condition. This work uses the deductive method and proposes the combination of the sensitive theme of refugee protection from the point of view of the little ones, thus enabling true learning about Human Rights and migration.

**Keywords:** Children's literature. Human rights. Refugees' migration.

<sup>1</sup> Doutora em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2018), Mestre em Direito Internacional pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2011), Mestre em Desenvolvimento Regional pela UNI-FACEF (2023), Especialista pela Fundação Armando Álvares Penteado em Direito do Agronegócio (2010) e Graduada pela Faculdade de Direito de Franca (2008). Atualmente é professora e atua nas áreas de Direito Civil (com ênfase em Parte Geral, Obrigações, Família e Sucessões) e Direito do Agronegócio.

<sup>2</sup> Doutor em Direito Empresarial pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). É pesquisador da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) e advogado sócio desde 2008 do escritório Bernardini, Martins & Ferraz – Sociedade de Advogados. Contato: fabio@bernardinivadogados.com.br.

<sup>3</sup> Doutora em Direito pela USP na área de Direito Privado. Mestra em Direito pela Università degli Studi di Roma Tor Vergata. Graduação pela FD/USP, com habilitação em Direito Privado e Processo Civil. Docente, em regime de dedicação exclusiva, dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus de Franca. Contato: kelly.canela@unesp.br.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 1 INTRODUÇÃO

A obra “Um outro país para Azzi”, de Sarah Garland (2012), conta a história de Azzi, uma criança que vive em um país assolado pela guerra e que, em determinado momento, precisa fugir rapidamente em busca de um lugar seguro para viver com sua família.

Escrito na forma de história em quadrinhos e ricamente ilustrado, trata-se de um livro voltado especialmente para o público infantil, a fim de que possa ser possível entender as agruras, dores e dificuldades por trás do processo migratório, demonstrando a necessidade de fuga e mudança de país para muitas pessoas, os benefícios e aprendizados que as trocas culturais podem proporcionar e a necessidade do olhar para o imigrante refugiado como alguém em busca de felicidade em um contexto totalmente diferente do seu, tudo isso sob a perspectiva de uma criança, a personagem principal dessa obra.

Importante destacar que Garland (2012) desenvolveu essa história sem especificar qual seria o país de origem do Oriente Médio dessa família refugiada, o que abre espaço para o diálogo acerca do direito humano de migrar e todas as mudanças e adaptações culturais e linguísticas pelas quais essas famílias, em geral, precisam passar.

14

Na mesma esteira está a obra “Gentileza”, escrita por Green (2020) e ilustrada por Axel Scheffler, que, sutilmente, descreve como atos simples de gentileza podem ser praticados pelas crianças no sentido de acolher e ser empático com aqueles que migram, explicando aos pequenos sobre como as pessoas têm vivido tempos difíceis em seus países de origem, o que os leva a fugir de seus países e se tornarem refugiados.

Com ilustrações de trinta e oito renomados artistas, chamados de “gentis” pelo autor (GREEN, 2020), é possível enxergar que até mesmo nos mais simples atos se faz possível incluir, seja dividindo um brinquedo, ensinando novas palavras, desenhando juntou convidando para uma brincadeira, porque ao se deixar de fazê-lo, “[...] você nunca saberá o que está perdendo. Pode haver um novo amigo maravilhoso do outro lado da porta.” (GREEN, 2020, s.p.), o que leva à reflexão não apenas as crianças, mas também aos adultos, que, em seu corre-corre, acreditam ser inviável se envolver com estrangeiros refugiados em seu meio.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Apesar de tratar-se de um direito humano fundamental, a migração ainda é vista pela sociedade de maneira preconceituosa, conforme será abordado ao longo do presente estudo.

Por essa razão, a educação a partir da literatura infantil e o diálogo aberto acerca dos direitos dos refugiados desde a mais tenra idade é mais do que uma necessidade: é um dever, porque conscientiza, ao mesmo tempo que viabiliza, a inclusão de um grupo de indivíduos em extrema vulnerabilidade.

### 2 DESENVOLVIMENTO

Para o desenvolvimento desse estudo, utiliza-se o método dedutivo, a partir do qual, pela conjugação da literatura infantil e das normas de proteção aos refugiados, inferir-se-á se será possível aproximar a realidade por trás da obra de crianças e adultos, disseminando, assim, conhecimento em Direitos Humanos, inclusão e acolhimento dessas pessoas.

De acordo com a Agência da ONU para Refugiados, “Desde 1985, o Brasil reconheceu cerca de 60 mil pessoas como refugiadas [...]. Nesta população, cerca de 90% são pessoas entre 18 e 45 anos de idade. [...] Do total de casos confirmados em 2021, 50,4% deles foram feitos por crianças e adolescentes na faixa etária de 5 a 14 anos.” (BRASIL, 2022), o que denota que a maior parte desses pedidos são feitos por pessoas em situação de ainda maior vulnerabilidade, consoante leitura do art. 227 da Constituição Federal (BRASIL, 1988): as crianças.

Apesar de serem elas o maior número de pessoas em situação de refúgio no Brasil, Garland (2012) foi movida a escrever essa obra porque, embora tivesse ouvido inúmeros relatos de famílias nessas mesmas condições numa cidadezinha da Nova Zelândia, os infantis foram os que mais lhe chamaram a atenção, e, a despeito disso, não encontrou livros que trouxessem relatos semelhantes, o que igualmente ainda ocorre no mercado editorial brasileiro.

No mesmo sentido posicionou-se Green (2020), que, com o objetivo de trazer para o universo infantil questões relativas aos refugiados, busca, com sua vendagem, arrecadar fundos para a Organização *Three Peas*, que, em seu propósito, recepciona os refugiados, garantindo-lhes suprimentos básicos até que possam se estabelecer em sua nova realidade (THREE PEAS, 2023).







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

De acordo com a obra infantil (GREEN, 2020), o que pode ser ratificado pelo site da organização (THREE PEAS, 2023), sua atuação

[...] ajuda os refugiados a aprenderem o novo idioma, a encontrarem trabalho na profissão em que atuavam ou a desenvolverem novas habilidades, frequentando cursos de capacitação. A Three Peas ajuda a administrar um centro onde as pessoas podem ter aulas de idiomas, receber orientações e fazer amigos. [...] À medida que as pessoas aprendem o idioma do lugar onde estão vivendo e seus filhos vão para a escola, elas sentem-se protegidas e têm ânimo para começar uma vida nova e feliz. (GREEN, 2020, s.p.)

Desta feita, representando e dando suporte a uma organização preocupada com a inserção de imigrantes refugiados em seus novos lares, a Organização *Three Peas*, a literatura infantil passa, novamente, a ter um papel importante na conscientização de que não é preciso dispor de magníficas ações para que estrangeiros se sintam acolhidos, que até mesmo os pequenos podem fazer a diferença nesse sentido e, por fim, que a temática de direitos humanos pode ser abordada em inúmeros contextos, inclusive o das obras voltadas para crianças.

Buscando a relação intrínseca entre os direitos humanos e a literatura, Candido (2011) 16 explica que a segunda é a que propicia a formação dos sujeitos, haja vista que a reflexão acerca dos direitos humanos implica em identificar no outro as próprias necessidades e demandas, que é justamente em que se alicerça os direitos humanos, ainda que tais necessidades intrínsecas sejam por vezes incompreensíveis em decorrência do contexto histórico-social em que se está inserido, o que acaba por se tornar, em certa medida factível a partir da literatura, que o autor considera como sendo “[...] da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura [...]” (CANDIDO, 2011, p. 176).

Por essa razão afirma ainda o autor que a literatura faz parte da formação humana porque “[...] o caráter de coisa organizada da obra literária torna-se um fator que nos deixa mais capazes de ordenar a nossa própria mente e sentimentos; e, em consequência, mais capazes de organizar a visão que temos do mundo.” (CANDIDO, 2011, p. 179), e, nesse sentido, “A organização da palavra comunica-se ao nosso espírito e o leva, primeiro, a se organizar; em seguida, a organizar





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

o mundo” (CANDIDO, 2011, p. 179), trazendo assim um senso de humanização, abrindo caminhos para a empatia e compreensão do outro.

Ainda nessa esteira, para além da organização das emoções e da visão de mundo, a literatura contribui também para o conhecimento intencional de temas delicados, auxiliando no posicionamento diante de questões políticas e humanitárias, conforme ensina Candido (2011), porque “[...] partem de uma análise do universo social e procuram retificar as suas iniquidades” (CANDIDO, 2011, p. 183) em matéria de direitos humanos, o que ele denomina de literatura social.

Em síntese, a relação que o referido autor faz entre direitos humanos e literatura pode ser descrita no excerto abaixo:

Acabei de focalizar a relação da literatura com os direitos humanos de dois ângulos diferentes. Primeiro, verifiquei que a literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo ela nos organiza, nos liberta do caos e, portanto, nos humaniza. Negar a fruição da literatura é mutilar a nossa humanidade. Em segundo lugar, a literatura pode ser um instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar as situações de restrição dos direitos, ou de negação deles, como a miséria, a servidão, mutilação espiritual. Tanto num nível quanto no outro ela tem muito a ver com a luta pelos direitos humanos. (CANDIDO, 2011, p. 188)

17

A literatura, portanto, tem o poder de não apenas mudar a realidade individual como também de escancarar problemas sociais e acrescentar na luta pelos direitos humanos, algo que, no que diz respeito ao direito de migrar de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade como a dos refugiados, se faz ainda mais urgente, demandando, portanto, reflexões e ações desde a mais tenra idade.

Passa-se, então, a analisar em que consiste a migração<sup>4</sup>, por qual razão ela constitui um Direito Humano e, por fim, como a literatura infantil em análise pode ser um caminho para aproximar as crianças desse universo, propagando inclusão, respeito e diversidade como efeitos do

<sup>4</sup> O referencial teórico para a discussão da migração, seus conceitos e classificações para chegar ao conceito de refugiado será o mesmo utilizado na obra Moraes (2017), no qual a discussão era correspondente ao papel das migrações no contexto da Organização Mundial do Comércio e não se propunha a discutir o refúgio em si e sua condição, tal como se propõe no estudo em tela.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

acolhimento dessas pessoas em situação de extremo temor de existir dentro de seu país de origem, seja por questões religiosas, políticas, raciais, de guerras, dentre outras.

Segundo Terray (2008), as migrações não existem apenas por causa da miséria no sentido econômico do termo. Em primeiro lugar, o mesmo autor argumenta que, se a pobreza fosse a única razão para a migração, que haveria um movimento uniforme a partir de todos os países pobres, mas não é o que ocorre.

Outro fator que poderia ser apontado como explicação para as migrações é a questão da tradição, porque algumas comunidades entendem que a imigração é uma etapa do percurso que um jovem deve vencer para chegar à vida adulta (TERRAY, 2008).

A desesperança e a procura por uma vida diferente também são apontados como motivos para a migração, assim como a existência, nos países receptores, de trabalho ilegal, trabalho esse que paga mal e que não dispõe de proteções jurídicas, mas que existem porque os imigrantes, determinados e corajosos, se submetem a eles (TERRAY, 2008)

Um dos fatores apontados por Hobsbawn (2007) que afeta a receptividade das migrações, é a xenofobia, que decorre do elemento de identidade cultural coletiva e resulta em hostilidade às migrações, que são vistas como verdadeira ameaça para a manutenção da figura dessa identidade nacional, razão pela qual as migrações não têm a possibilidade de fluir como o capital e o comércio na globalização.

Nessa mesma esteira, Terray (2008) explica que a população enxerga os migrantes como pessoas que colocariam em perigo a identidade nacional, que seria submersa pelo afluxo dos estrangeiros, além de causarem ainda tensões entre os nacionais, colocando em risco a paz civil.

Outra razão que pode ser apontada como responsável pela falta de receptividade dos migrantes é o fato de que a população local acredita que ela causa perigo ao equilíbrio econômico e social, porque os migrantes, menos exigentes em matéria de remuneração, fazem concorrência aos trabalhadores do país para onde vão (TERRAY, 2005).

Tomando por pressuposto o fator do desenvolvimento, JUBILUT (2005, p. 126-127) faz a classificação da migração em três grupos:

(...) (1) caso haja a transposição de fronteira entre Estados ou não, podendo, assim, ser interna ou internacional; (2) com base no grau de escolha do migrante em realizar a mi-





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

gração, quando se pode ter migrações voluntárias, caso a escolha compita totalmente ao migrante, ou migrações forçadas, quando a opção pela migração decorra de razões externas; e (3) com base na legalidade da migração, ou seja, se o migrante está ou não autorizado a entrar e permanecer no Estado para o qual se destina, decorrendo daí migrações legais ou ilegais.

No que diz respeito a essa classificação (JUBILUT, 2005), levar-se-á em consideração nesse estudo apenas as migrações que ocorrem entre diferentes Estados sob a perspectiva do refugiado, tal como a personagem Azzi (GARLAND, 2012) e também aqueles citados como pessoas com as quais as crianças podem ser gentis (GREEN, 2020).

As migrações voluntárias são aquelas em que o migrante decide, por sua própria vontade, mudar-se, algo que normalmente decorre da busca de melhores condições de emprego e vida, enquanto as migrações forçadas, por seu turno, decorrem de uma situação que, por razões de sobrevivência, obrigam a pessoa a migrar, tais como as políticas de perseguição e violação de direitos humanos, conflitos armados no âmbito nacional ou internacional, a falta de efetividade de direitos sociais (JUBILUT, 2005) e, inclusive, por questões de desastres ambientais.

Nessa segunda hipótese, conforme salienta JUBILUT (2005, p. 130), "(...) esses (...) grupos se diferenciam tanto pelo motivo ensejador da migração quanto pelo grau de influência na escolha do indivíduo."

Mister salientar que, independentemente de haver migrações voluntárias ou forçadas, elas podem ser legais ou ilegais, ou seja, com ou sem a autorização do Estado receptor para a permanência do indivíduo (JUBILUT, 2005), algo que decorre "(...) da vontade política de cada Estado que leva em consideração suas próprias necessidades." (JUBILUT, 2005, p. 132).

A questão é que, sendo legal ou ilegal, forçada ou voluntária, a migração é um caminho sem volta, porque está enraizada já na realidade social e econômica dos países e representa, nada mais nada menos, do que o direito fundamental de ir e vir (TERRAY, 2008), vinculando-se, portanto, a um verdadeiro Direito Humano.

Nesse sentido, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) dispõe, em seu art. 13, que toda pessoa tem o direito de ir e vir livremente, inclusive com a possibilidade de deixar seu país de origem e a ele retornar quando e se quiser.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

O referido dispositivo, ratificado pelo Brasil pela Lei nº 9.474/1997 (BRASIL, 1997), traça diretrizes para o recebimento dessas pessoas, enquadramento na condição de refúgio, bem como do processo de refúgio para que essa pessoa possa passar a ter acesso a residência e outros direitos para a sua permanência no país.

Todavia, foi apenas a partir do advento da Lei nº 13.445/2017, substituta da Lei nº 818/49, que foi possível efetivamente o reconhecimento da condição de migração como um direito humano, viabilizando acesso a políticas públicas àqueles que estão no movimento migratório.

Contudo, a despeito disso, a tendência é justamente oposta: na França, conforme aponta Terray (2008) e nos países europeus de modo geral, as fronteiras são cada vez mais fechadas, tanto que as políticas repressivas para a migração têm se intensificado, uma tendência igualmente visível no Brasil, ainda que haja uma lei que se apresenta como sendo tão aberta e receptiva à chegada de imigrantes, o que se demonstra, por exemplo, pela falta de regulamentação do seu art. 120 (BRASIL, 2017), uma proposta que proporcionaria melhor atendimento a imigrantes e refugiados pela consolidação de parcerias entre o governo federal com estados e municípios

20

Dentro dessas perspectivas, verifica-se que há um latente desrespeito ao art. XXVIII da Declaração Universal dos Direitos do Homem, conforme destaca JUBILUT (2005), porque tal recrudescimento das regras para receber migrantes inviabilizam o direito a uma ordem social e internacional de direitos e liberdades de todos.

Tal recrudescimento de fronteiras nacionais e as barreiras atitudinais dos cidadãos que recebem os refugiados só poderão ser transpostos pela compreensão do real sentido de migração e do papel que ela desempenha e já desempenhou ao longo da história familiar de cada um dos brasileiros, além de todo o processo de civilização e ocupação humana pelo mundo, papel incumbido à educação pela tomada de consciência de todo o sofrimento, pavor, perda e incerteza que existe na vida de cada refugiado.

Considerando, conforme salientado anteriormente, que a maioria dos refugiados são crianças, há que se fazer valer, para além dos direitos humanos reconhecidos pelo art. 13 da Declaração Universal de Direitos Humanos (ONU, 1948) de migrar, os direitos constitucionalmente





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

previstos em favor desses indivíduos, cuja tutela se faz imprescindível tanto para aqueles que aqui chegam nessa condição quanto para as crianças nacionais, cujo exercício da cidadania deve ser permeado pela empatia e reconhecimento de seu par, criança refugiada, como igualmente sujeito de direitos, colocada à salvo “[...] de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” (BRASIL, 1988).

Para tanto, obras literárias como a desse estudo permitem que a condição de refugiado, especialmente a da criança, sejam lidas e debatidas, trazendo proveito tanto para quem lê quanto para quem dialoga sobre a vida de Azzi (GARLAND, 2012), uma criança emigrante em busca de segurança, amor, educação, felicidade e acesso aos mesmos direitos assegurados a qualquer outro indivíduo.

Igualmente, na obra sobre os refugiados e sobre atitudes gentis e empáticas que podem ser tomadas por qualquer indivíduo para que se possa “[...] construir um mundo melhor.” (GREEN, 2020, s.p.), é possível identificar que a sensibilidade e a profunda transformação que a literatura conceituada por Candido (2011) pode promover.

21

### 3 CONCLUSÕES

A migração está no rol de Direitos Humanos, e, quando associada às mazelas do pavor por perseguição política, religiosa, de gênero, por guerras e outras causas, trata-se de uma realidade sem a qual aquela pessoa jamais sobreviverá.

O Brasil tem recepcionado refugiados, dentre os quais, mais de cinquenta por cento são crianças. Apesar da legislação progressista para o reconhecimento dos refugiados, o Brasil, assim como outros países pelas razões apresentadas até aqui, tem dificultado cada vez mais o reconhecimento da condição de refúgio, inviabilizando, com isso, a própria possibilidade humana de sobrevivência no país.

A literatura, sobretudo a voltada para o público infantil, em obras como “Um outro país para Azzi” (GARLAND, 2012) e “Gentileza” (GREEN, 2020), são importantes ferramentas na criação de um novo e mais gentil país para as crianças, tanto para as brasileiras natas quanto para





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

as refugiadas, um país que dá guarida, é apto a respeitar as diferenças e, por fim, que assegura, de fato, os direitos constitucionalmente previstos para os socialmente vulneráveis.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. Agência da Onu Sobre Refugiados (Acnur). Agência da Onu Sobre Refugiados (org.). **No Dia Mundial do Refugiado, Brasil atualiza dados sobre população refugiada no país.** 2022. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2022/06/21/no-dia-mundial-do-refugiado-brasil-atualiza-dados-sobre-populacao-refugiada-no-pais/> . Acesso em: 14 abr. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** D.O. 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 23 jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. **Define Mecanismos Para A Implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e Determina Outras Providências.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19474.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm) . Acesso em: 14 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. **Institui A Lei de Migração.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20152018/2017/lei/113445.htm#:~:text=L13445&text=LEI%20N%C2%BA%2013.445%2C%20DE%2024%20DE%20MAIO%20DE%202017.&text=Institui%20a%20Lei%20de%20Migra%C3%A7%C3%A3o.&text=Art.%201%C2%BA%20Esta%20Lei%20disp%C3%B5e,pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas%20para%20o%20emigrante](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2017/lei/113445.htm#:~:text=L13445&text=LEI%20N%C2%BA%2013.445%2C%20DE%2024%20DE%20MAIO%20DE%202017.&text=Institui%20a%20Lei%20de%20Migra%C3%A7%C3%A3o.&text=Art.%201%C2%BA%20Esta%20Lei%20disp%C3%B5e,pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas%20para%20o%20emigrante). Acesso em 15 abr. 2023.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: **Vários escritos.** 5ª. ed. corrigida pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

GARLAND, Sarah. **Um outro país para Azzi.** Tradução Érico Assis. São Paulo: Editora Pulo do Gato, 2012.

GREEN, Alison. **Gentileza.** Ilustração Axel Scheffler, et. al. Tradução Janice Florido. 1. ed. Campinas: Saber e Ler, 2020.

HOBBSAWM, Eric. **Globalização, Democracia e Terrorismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

JUBILUT, Liliana Lyra. Migrações e desenvolvimento. In: AMARAL JÚNIOR, Alberto do (organizador). **Direito internacional e desenvolvimento.** Barueri: Manole, 2005.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

MORAES, Ana Paula Bagaiolo. Globalização, migração e o papel da Organização Mundial do Comércio (OMC) frente ao setor de serviços. In: OLIVEIRA, Alessandra Celestino de; FREIRE, Thiago. (Org.). **JUS AEQUALIS - DIREITO CONTEMPORÂNEO IN FOCO**. 1ed. Campo Grande: Ekos, 2017, v. 1, p. 25-45.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=por> . Acesso em 15 abr. 2023.

TERRAY, Emmanuel. Pourquoi partent-ils?. In: RODIER, Claire; TERRAY, Emmanuel (directeurs). **Immigration: fantasmes et réalités: pour une alternative à la fermeture des frontières**. Paris: La Découverte, 2008.

THREE PEAS. **About us**. Disponível em: <https://threepeas.org.uk/about-us/>. Acesso em 20 ago. 2023.







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### A MULHER RURAL MOÇAMBICANA E A DEMOCRACIA COMO NA VISÃO ARISTOTELIANA NOS COMITÊS DE GESTÃO COMUNITÁRIA-CGC – CASOS DE COMUNIDADE DE NHANGUO

André Camanguira Nguiraze<sup>5</sup>

#### RESUMO

Este texto tem como finalidade analisar a natureza da relação de gênero na participação numa perspectiva da democracia como criatividade na visão aristoteliana nos comitês de gestão de recursos naturais, ao abrigo do Artigo. 31, da Lei 10/99 - de 7 de julho, determina a sua criação dos Comitês de Gestão Comunitária para alavancar os desenvolvimentos locais. Para isso, a reflexão da terminologia comunidades políticas na visão de criatividade é um apelo à virtude em criar hábito na mulher rural na perspectiva de inovações conceptuais de equidade, capazes de tomar decisões que salvaguarda a dignidade humana. Em termos metodológicos, procederam-se à revisão bibliográfica sobre abordagem *sitiológica*, entrevistas semiestruturadas, questionários e documentos sobre a legislação sobre Conselhos locais na gestão dos recursos naturais disponíveis nas comunidades. O estudo constatou que o desafio para a promoção da mulher no desenvolvimento local consiste na constituição de um paradigma plural que seja capaz de produzir conceitos apropriados de participação comunitária com caráter híbrido.

**Palavras-Chaves:** Comunidade políticas. Mulher rural. Gênero. Relação de poder.

24

#### ABSTRACT

This text aims to analyze the nature of the gender relationship in participation in a perspective of democracy as creativity in the Aristotelian view in natural resource management committees, under the Article. 31, of Law 10/99 - of July 7th, determines the creation of Natural Resources Management Committees to leverage local development. For this, the reflection of the terminology political communities in the vision of creativity is an appeal to the virtue in creating habit in rural women in the perspective of conceptual innovations of equity, capable of making decisions that safeguard human dignity. In methodological terms, a bibliographic review was carried out on the *sitiological* approach, semi-structured interviews, questionnaires and documents on legislation on local councils in the management of natural resources available in communities. The study found that the challenge for the promotion of women in local development consists in the constitution of a plural paradigm that is capable of producing appropriate concepts of community participation with a hybrid character.

**Keywords:** Political community. Rural woman. Gender. Power relationship

<sup>5</sup> Docente e Pesquisador na Universidade Zambeze - Moçambique





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 1 INTRODUÇÃO

No presente trabalho busca-se explicar a influência da democracia na mulher rural moçambicana como criatividade em um apelo à virtude entendida no sentido aristoteliano de hábito. Hábito este, que poderia se traduzir no envolvimento efectivo em prática de atos nos comitês de gestão de recursos naturais nas comunidades rurais moçambicanas, procurando definir os desafios enfrentados como país para garantir a protecção da dignidade humana. Para tanto, na perspectiva de inovações conceptuais capazes de pensar as relações de poder nas práticas territoriais na promoção de democracia como criatividade ao apelo de virtude de hábito. Esse hábito que promova o desenvolvimento local nas comunidades rurais moçambicanas.

Em termos epistemológicos, mescla-se a preservação de valores tradicionais imutáveis, que mais não fazem do que perpetuar a negação de participação da mulher rural como virtude realçada nas ideias aristoteliano e no sentido *holismo*. Em termos metodológicos, procedeu-se à revisão bibliográfica sobre abordagem *sitológica* e documentos sobre Conselhos Consultivas locais, a legislação da fauna e flora do país. O estudo constatou que o desafio consiste da não inserção das ideias das mulheres nos processos de tomadas de decisões, traduzida numa democracia como criatividade que apoientas as comunidades.

25

Quanto ao método de abordagem, o estudo optou pelo método indutivo, que consiste em um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal. Portanto, os resultados a serem obtidos a partir dos dados amostrais da pesquisa, que foram efectuado no Comitê de Gestão de Recursos naturais de Nhanguo. E quanto aos objetivos a pesquisa é descritiva, na medida em que foi registrar e descrito os factos observados adjacentes aos impactos da relação de poder da mulher rural na tomada de decisões que lhe diz respeito, estabelecendo relação entre as variáveis. Desta maneira, ao observar, registrar e ordenar dados permitiu a posterior produção de informação, sem interferência ou manipulação pelo pesquisador.

Para a colheita dos dados, optamos pelas seguintes técnicas: entrevista do tipo semiestruturada e questionário com questões semifechadas, isto é, aquelas que permitem que o inquirido





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

possa apresentar suas ideias de forma livre. As questões fundamentais inclusas no guião são concernentes à avaliação do grau de conhecimento da legislação, tipo de instituições locais e sua interação, geração e partilha de benefícios entre gênero e para as comunidades, o seu envolvimento no manejo dos recursos, a interação com o sector privado e o processo de consulta. Analisamos também os diversos instrumentos de consulta desenhados e testados pela equipa de pesquisador.

A metodologia incluiu também uma componente de retorno dos resultados dos levantamentos na comunidade de Nhanguo de modo a permitir o cruzamento de informação e dar conhecimento sobre as principais constatações do exercício. De referir que a amostra obedecerá ao critério não probabilístico.

Ao longo do Ao longo deste texto pretende-se refletir sobre: a reflexão da mulher rural moçambicana sobre a sua participação na tomada de decisões nos Comitês de Gestão Comunitária - CGC; comunidade política versus democracia como criatividade na visão aristoteliana; a configuração dos comitês de gestão como comunidade política territoriais e as considerações finais.

26

## 2 REFLEXÃO DA MULHER RURAL MOÇAMBIcana

Moçambique tem uma população de 30,37 milhões de habitantes, dos quais 51,4% são mulheres e cerca de 11 milhões vive em condições de extrema pobreza onde as mulheres representam cerca de 70%. Ainda em Moçambique, dados censitários referem que cerca de 80% da população vive nas zonas rurais, e destes, constata-se que 90% das mulheres que estão em idade activa trabalham no campo, tendo a agricultura como fonte de subsistência familiar. Os direitos da mulher à terra estão retratados na atual Constituição da República de Moçambique e em demais leis e preceitos vigentes no país, tais como a Lei de Terras e políticas de género, dos Ministérios de Agricultura e Segurança Alimentar, e dos Recursos Naturais (INE, 2017).

Em Moçambique, a constituição da República de 1975, 1990 e de 2004, concretamente nos artigos 67.º e 36.º dá corpo à igualdade de género perante a lei, pós define os princípios regu-





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

ladores dos direitos, dos deveres e das relações entre homens e mulheres (Moçambique, 2004). Em contrapartida, o processo de produção da constituição no país, em termos de gênero, ainda há ruptura institucional em nome das premissas de preservação da tradição, na verdade, o respeito nem é pela tradição, mas por aquilo que ela representa à estabilidade do sistema das comunidades políticas.

Por outro lado, apesar de todo o aparato jurídico e de políticas nacionais e internacionais a favor da mulher, esta enfrenta desafios porque tanto as Autoridades tradicionais quanto as Autoridades governamentais locais não articulam as suas percepções dos problemas das comunidades rurais com princípios normativos que ajudam a proteger o que uma sociedade considera valioso. Para tanto, na visão de Macamo (2023, p.3), “pressupõe-se que não há postura individual que define o actor político por via do conjunto de princípios que o caracterizam e o compromisso que ele tem em agir de acordo com eles de forma consequente”. Para efeito, depreende-se que não existe o envolvimento da mulher rural moçambicana como criatividade em um apelo à virtude entendida no sentido aristoteliano de hábito. Hábito este, que poderia se traduzir no envolvimento efectivo em prática de atos nos comitês de gestão de recursos naturais e definir a mulher como actor político.

É evidente que o problema não é apenas dos valores tradicionais imutáveis ou seculares na sociedade moçambicana. É também, da necessidade promoção da mulher rural na democracia como criatividade no sentido aristoteliana de hábito. Esse hábito que promova a dignidade humana e a igualdade na tomada de decisões na necessidade de direito de propriedade e no treino das competências e habilidades nos comitês de gestão dos recursos naturais disponíveis. Ainda, na visão de Macamo (2023), a diferença entre outros pontos do mundo e a África subsaariana é que, lá, essa discussão é feita dentro dum contexto político que acautela os direitos individuais.

A não tomada de decisões da mulher no comitê de gestão dos recursos naturais disponíveis arrasta privações que não permite a expressão na distribuição de direitos e rendimentos alocados as comunidades como compensação a preservação e conservação dos recursos. Essas ‘privações’ são menosprezas, sob pretexto de hierarquia na relação de gênero, o que tem efeitos profundamente debilitantes sobre a garantia de uma integridade, a iniciativa e as competências





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

individuais. Contribui para a exclusão social da mulher e conduz a perda de autoestima, de autoconfiança e de saúde física e psicologia.

Para Amarty Sen, no seu livro “Desenvolvimento como Liberdade”, assevera que:

A questão de participação é nuclear para alguns dos problemas fundamentais que têm mitigado a força e o alcance da teoria de desenvolvimento. Se um modo de vida tradicional tiver ser sacrificado para escapar uma pobreza esmagadora ou uma esperança de vida mínima, é o povo diretamente implicado que deve oportunidade de participar na decisão do caminho a escolher (SEN, 2000, p.10).

O ponto é que, nos comitês de gestão dos recursos naturais criados dever-se-ia olhar a participação de gênero como inovação de democracia como criatividade no sentido **Democracia como criatividade**. Um apelo à virtude entendida no sentido aristoteliano de hábito. Ninguém nasce virtuoso. O hábito de praticar boas ações é que nos torna virtuosos. Do mesmo modo, ninguém nasce democrata. O hábito de praticar actos democráticos é que nos faz democratas, reforçando instrumentos que temos para garantir a proteção da dignidade humana.

28

### 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste tópico, abordaremos a questão que abre uma discussão para uma compreensão conceitual capaz de pensar a relação de gênero na comunidade rural e o seu território. Deste modo, os conceitos que merecem ser esclarecidos são: *comunidade política versus democracia como criatividade na visão aristoteliana*. Os dois serão aplicados à realidade política moçambicana contemporânea. Desta forma, abordam-se os termos com o intuito de situar e de obter justificação para as afirmações e ainda para orientar os leitores, delimitando o âmbito conceptual.

#### 3.1 COMUNIDADE POLÍTICA VERSUS DEMOCRACIA COMO CRIATIVIDADE NA VISÃO ARISTOTELIANA





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Neste tópico, partimos de pressuposto que o alcance da filosofia política de Aristóteles é extremamente vasto e complexo. Daí partimos do âmbito conceptual do Comité de Gestão Comunitária (CGC) - O CGC é um órgão dentro dos limites físicos definidos pela comunidade e é constituído unicamente por membros da comunidade. O seu papel consiste na operacionalização prática dos direitos e obrigações da comunidade com relação aos recursos naturais. Isto significa que o CGC vai gerir o processo de delimitação, avaliação dos recursos, desenvolvimento dum plano do uso dos mesmos, a organização da comunidade em grupos de interesse para exploração de alternativas de geração de receitas, negociação com actores externos, e fiscalização local. De acordo com Nhantumbo (2003, p. 24), que realça a dignidade humana “O CGC tem a responsabilidade de ser uma instituição democrática governada pela abertura e princípio de inclusão de modo a representar condignamente os interesses dos seus eleitores”.

Não obstante, cada comunidade política tem uma história particular que dá substância a esse sistema de desenvolvimento territorial. Na visão de Macamo (2023), a motivação intrínseca é necessariamente local, para isso, a moral da democracia é superior à cultura:

29

Neste sentido, nenhuma noção de cultura africana pode ser rebuscada para limitar o âmbito dos valores que a dignidade humana protege. De igual modo, nenhuma circunstância do mundo real pode justificar a violação destes valores. Eu acho que as nossas discussões ganhariam em coerência se mais gente que participa no debate público ganhasse consciência destes elementos básicos. Só é democrático o sistema político que protege a dignidade humana entendida como a promoção destes quatro valores: (a participação, a responsabilidade, igualdade e autonomia) (p. 2).

Para tanto, sempre há aqueles que insistem em apelar à uma suposta cultura africana, ou aos defeitos do colonialismo, para se furta à agenda da dignidade humana que nos é imposta pela nossa luta pela independência. Daí que para entendermos a mulher rural moçambicana, temos que partir de pressuposto da análise do acesso aos recursos e de poder como à terra, o acesso e a gestão dos rendimentos, o acesso à educação, bem como aos cuidados de saúde, como fatores preponderantes para a emancipação da mulher no meio rural. Para Agy (2018, p. 370), “a categoria de gênero é utilizada como um conceito que permite trazer ao de cima as relações sociais, as hierarquias de poder subjacentes à convivência de mulheres e homens nas famílias. O uso





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

deste conceito permite identificar os efeitos de diferenças de género configuradas por estruturas de poder, marcadas pela dominação masculina”.

Não obstante, os esforços que têm sido desenvolvidos para a emancipação e a eliminação das desigualdades entre homens e mulheres através da promoção dos direitos humanos das mulheres, ainda persistem algumas hesitações impostas nas construções sociais assentes na dominação masculina, que tendem a colocar a mulher como o outro sexo (Bourdieu, 1998). A comunidade de Nhanguo, sendo uma comunidade patrilinear, por exemplo, toda a herança é transmitida de pai para filho ou qualquer outro membro masculino na família (Junod, 1996), sendo que “existem acordos entre as famílias e linhagens que garantem que as mulheres (esposas e irmãs mais velhas) herdem alguns bens e que influenciem (através de conselhos) o processo de tomada de decisão dentro da comunidade” (Loforte, 2000, p. 18).

Ainda para Loforte (2000, p. 17) refere que, “em comunidades patrilineares, o facto de os homens permanecerem na área de residência, controlando os seus destinos, reforça ainda mais a visibilidade masculina do poder numa relação de desigualdade entre homens e mulheres. As mulheres, respeitando o princípio exogâmico e a residência patrilocal, veem a sua participação nos processos de decisão anulada pela presença masculina”.

A palavra “comunidade” é proveniente do grego arcaico e significa “*pólis*” (ARISTÓTELES, [19--], p. 37). Como o homem se realiza como ser político quando vive em comunidade, é nela que ocorre a prática da cidadania. A palavra comunidade, para Martins (1973, p. 32), surge “quando a matriz de existência é a sociedade”, dentro do “confronto das duas noções”. A partir de então, comunidade passa a significar o vínculo local; já a sociedade consiste nas relações externas. Essa abordagem influenciará as ciências humanas, onde os dois mundos são diferentes, mas sofrem alterações um do outro e se correlacionam, como campo e cidade, rural e urbano.

No sentido de comunidade, Aristóteles ([19--], p. 15) chama a atenção para a existência de uma relação intrínseca entre ela e o homem, pois o homem “sabe discernir o bem do mal, o justo do injusto”, sendo “o homem um animal político” é ele o responsável por uma vida plena em comum com os demais cidadãos. A virtude dos homens de bem é a “virtude do bom cidadão” na cidade, que representa valores comunitários para a vida cívica.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

No caso concreto de Moçambique, um país dilacerado pelas guerras cíclicas, o modo político de decidir inclui a violência simbólica da mulher rural na tomada de decisões, pois o convencimento pela palavra não é feito por argumentos produzidos por uma razão dialógica, respeitando a dignidade humana. A mesma tese é corroborada pela Arendt (2002, p. 7), ao associar política à liberdade, diferentemente de Aristóteles para quem a política estaria centrada em cada homem de maneira natural – o ser político. A autora afirma, ainda, que a política “baseia-se na pluralidade dos homens” e existe para regular o “convívio entre diferentes” na sociedade para que possam viver em comunidade. Percebe-se que o termo política associa-se com comunidade por tratar-se da ação de atores na manutenção das relações estabelecidas.

Para os gregos [observa Arendt] forçar alguém, ordenar ao invés de persuadir, eram modos pré-políticos de lidar com as pessoas, típicos da vida fora da *polis* característicos do lar e da vida em família, na qual o chefe da casa imperava com poderes incontestes e despóticos, ou da vida nos impérios bárbaros da Ásia, cujo despotismo era frequentemente comparado à organização familiar (Arendt, 1981, pp. 35-36).

Depreende-se que a pertença à comunidade implica, da parte do indivíduo, “a vontade e a capacidade de comunicar, de compartilhar, de partilhar, de participar” (Aubenque, 2004, p. 7), Aubenque chama atenção para a importância do pertencimento comunitário pela mediação da capacidade de comunicação, inexistente para um indivíduo absolutamente autossuficiente que, como um deus, não tem necessidade dos outros. Para Macamo (2023), é preciso investir na política, usem este momento para regressarem ao verdadeiro projecto de independência que consistia na criação duma comunidade política em que cada membro se sente respeitado, independentemente de estar do lado de quem detém o poder ou não.

A escala local dos fenômenos comunitários é referência e diferenciação necessária para o entendimento da ação dos seus atores políticos. O sentido político de comunidade é descrito por Honneth como aquele conceito que:

serve hoje, na maioria das vezes, para enfatizar as formas de participação comunitárias, que devem figurar como condições necessárias de uma democracia como uma criatividade viva. Considera-se que as chances de tal participação são maiores se os sujeitos puderem saber-se ativamente ligados a um objetivo comum. Aqui o conceito de ‘comu-







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

nidade' é, portanto, utilizado para mostrar, no espírito do pragmatismo americano, que quanto mais forte for o apego comum aos valores, tanto mais ativa será a participação (Honneth, 2003, p. 292).

O gênio de Aristóteles ecoa, assim, através dos séculos alcançando o comunitarismo contemporâneo, na medida em que este procura, juntamente com o ideal republicano da virtude cívica, ressaltar valores comunais, os quais – sob o lema de que o bem deve estar articulado com o justo – estimulam a possibilidade de conexão com o significado normativo do ideal dos direitos subjetivos da mulher rural moçambicana, sobretudo, a liberdade e a igualdade.

A democracia como criatividade na visão aristoteliana, não vai de hoje para amanhã acabar com a fome ou criar melhores infraestruturas, contudo, a diversidade da convivência comunitária que o cidadão constitui para si e para os seus semelhantes, com vistas à realização de diferentes objetivos que cada comunidade propicia para o bem viver e para a felicidade, encontra na forma de vida política o modo supremo desta convivência. O vínculo orgânico que o indivíduo mantém com a comunidade política, mediante a qual ele pode orientar a sua ação por um conjunto de valores éticos e políticos, qualificados de virtudes comunitárias, permite a realização da sua felicidade na convivência com os outros.

32

### 4 A CONFIGURAÇÃO DOS COMITÊS DE GESTÃO COMO “COMUNIDADE POLÍTICA” TERRITORIAIS

Nesta unidade, estaremos orientados a discussão do grande desafio das comunidades ao ser estimulado a participar nos comitês de gestão dos recursos naturais numa relação patrimonialistas. De acordo com Serra *et al* (2012b), entendido como o sistema de liderança assenta num modelo institucional responsável e responsivo, que integre os cidadãos no processo de tomada de decisões nas questões de uso dos serviços dos ecossistemas, que assegure a precaução de impactos suscetíveis de causar danos ambientais e sociais, que privilegie a feitura e correspondente a implementação plena de um quadro jurídico-legal bom, adequado, justo e eficaz, dirigido a ga-





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

rantir a gestão sustentável dos recursos, e o acesso à justiça e à equidade na partilha dos benefícios decorrentes do uso de tais recursos.

A pesquisa constatou que os homens controlam todos os meios de produção (terra e outros recursos), a força de trabalho familiar, os saberes, os circuitos matrimoniais, numa relação de poder legitimada pelos discursos e práticas de rituais. Na comunidade mais de 68% não concorda em incluir a mulher nas actividades diárias feitas por homens e nos processos de tomada de decisão. Mesmo uma parte significativa de líderes comunitários e do governo local (chefes dos postos), ficou devidido sobre a questão de dar mais valorização a mulher. Isso porque eles acham que o homem é “cabeça” e cabe somente ele todas tomar todas as decisões e que existem sim diversos trabalhos que a mulher não pode fazer e que a mesma deve somente cuidar da casa. Entretanto, a maior parte da população e suas respectivas lideranças foram unânimes em afirmar que já ouviram ou ouvem assuntos relacionados com a igualdade de género ou algo ligado com a inclusão feminina. Assuntos esses, que são transmitidos pelos activistas das ONGs e o governo central. Esse posicionamento por parte dos homens pode estar estritamente ligado com as questões tradicionais imutáveis e seculares. Visto que, mais de 91% da população de ambos os sexos afirmaram que é tradição que somente os homens tem direito de falar ou tomem decisões dentro das famílias. Esse posicionamento também foi confirmado pelos líderes comunitários e o governo local, representado pelos chefes dos postos.

33

Notou-se a unanimidade entre os entrevistados, no decurso da pesquisa realizada no Posto Administrativo de Nhanguo, distrito de Gorongosa, sobre a configuração do Comitê de Gestão de Recursos Naturais (CGRN), bem como da metodologia participativa instituída pelos órgãos locais do Estado (OLE), que não deram atenção para as reivindicações referentes às necessidades da população e, inclusive da organização comunitária genuína, as quais seriam formas mais adequadas para a execução das melhorias e aspirações da comunidade.

De fato, a ação coletiva nessas organizações instituídas não permite um vínculo duradouro necessário à continuidade das relações de reciprocidade baseadas em bens relacionais e recur-





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

morais<sup>6</sup>, numa dimensão territorial ligada a uma experiência vivida pelas comunidades (Tabela -1).

Tabela -1 Grau de envolvimento nos Comitês de Gestão Comunitário -CGC

Grau de envolvimento dos membros	Sexo				Total	
	F		M			
Participa “calado na reunião”	40	36,36%	26	23,64%	66	60,00%
Participa de reunião e executa	20	19,09%	15	13,64%	36	32,73%
Participa e “propõe soluções”	3	2,73%	3	2,73%	6	5,45%
Participa e debate na reunião	1	0,00%	2	1,82%	2	1,82%
<b>Total</b>	<b>64</b>	<b>58,18%</b>	<b>46</b>	<b>41,82%</b>	<b>110</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Pesquisa do Campo, 2010.

Pode-se aferir, então, que os entrevistados (60%), afirmaram que participavam calados nos encontros realizados pelos agentes moderadores externos (ONG’s e capital corporativo). Assim, nota-se, de um lado, a ausência de garantias de escolhas como parte de um processo de participação efetiva e, de outro, há, na comunidade, um sentimento difuso de falta de segurança e de desconfiança, no sentido de não serem levadas a sério, as suas aspirações. O tipo de informação repassada aos moradores ajuda a reforçar decisões tomadas em outras esferas e, não necessariamente, contribui para a abordagem participativa.

As intervenções são previamente definidas, seguindo as exigências das hierarquias superiores e/ou dos organismos internacionais de financiamento, restando para as populações as discussões de cunho operacional, com o objetivo de viabilizar as intervenções. Ademais, “os atores sem recursos são na maioria das vezes, coagidos por instituições, mas, em certas circunstâncias, podem utilizar as regras existentes de forma não planejada para criar novas instituições” (FLIGSTEIN, 2007, p. 62).

Estes resultados, ao evidenciarem os problemas concretos como do campo feminino, continuam a demonstrar como socialmente se organizam as relações de gênero e como se estabelece a distribuição dos papéis das funções, tendo em conta o modelo social patriarcal. Pois, as caracte-

<sup>6</sup> Recursos Morais: são regras de reciprocidade e confiança mútua. O sistema de participação local é baseado na capacidade e na habilidade das instituições atuantes locais.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

terísticas ser ouvido pelos outros, ter direitos e defender os direitos das pessoas são reconhecidos por ambos os sexos como fundamentalmente masculinas. Para Osório *et al* (2001):

os mecanismos e os agentes que intervêm na primeira socialização (na família) são determinantes na formação das identidades. É, pois, na esfera privada, através de definição e do exercício de papéis diferenciados de homens e mulheres, onde são construídas as identidades reconhecidas como socialmente positivas. Isto é, o comportamento público de homens e mulheres é orientado por um modelo social que não apenas estabelece as diferenças, mas também as desigualdades, ou seja, que hierarquiza os direitos em função da subalternidade feminina. Esta subalternidade construída em primeiro lugar na família é transferida para o espaço público, seja pela exclusão dos direitos humanos de alguns direitos fundamentais da mulher (como os direitos reprodutivos), seja pela sua fixação em determinados papéis e funções. No espaço público, o campo político é historicamente do domínio masculino, pela filosofia, pela ocupação e pelos valores neles construídos (p.60).

No entanto, destacamos dois aspectos que nos parecem importantes: por um lado, são principalmente as mulheres que se representam como as menos ouvidas (36, 36% das mulheres participam caladas e consideram os homens mais ouvido, contra 23, 62%), por outro lado, cerca de 32,72%, dos homens e mulheres reconhecem-se como tendo direito e defendendo os direitos dos outros de igual modo. A mesma tese é corroborada por Macamo (2023), ao afirmar que em Moçambique não somos vítimas da importação de modelos políticos, nem de hábitos “africanos”. Somos vítimas da perplexidade das nossas elites políticas que não parecem estar conscientes da natureza dinâmica da própria política. Elas investem quase sempre na confusão entre legalidade e moral barrando, dessa maneira, toda a possibilidade de diálogo e procura de soluções consensuais. Nós sociedade reagimos a essa intransigência brandindo a nossa moral como escudo, o que em muitas circunstâncias faz de nós carrascos dos outros.

Ainda, de acordo com a tabela acima, os entrevistados (32,73%) afirmaram que somente participavam das reuniões, executando as decisões já tomadas, não havendo espaço para suas contribuições. Pelos dados aferidos, constata-se que há uma participação mais significativa das mulheres na execução das atividades definidas previamente, nas instâncias superiores.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Duma forma geral, existem desigualdades entre homens e mulheres nos agregados familiares chefiados por homens, pelo facto de: a) ser o próprio homem o chefe e não a mulher; b) no processo de tomada de decisão ser o homem quem tem a palavra final; c) haver uma divisão sexual do trabalho em que o homem fica encarregado das actividades que geram rendimento; d) no que concerne a terra e ao património construído em conjunto, em caso de separação ou morte, a mulher regressa à sua terra sem nenhum bem; e) ao nível do acesso à escola, a rapariga não é incentivada a continuar os seus estudos, os níveis de abandono escolar são maiores entre as raparigas devido aos casamentos prematuros.

A pobreza está, de algum modo, associada às desigualdades. Em comunidades com mais pobreza, como é o caso de Nhanguo, em geral os indicadores de desigualdades sociais de género são maiores do que em centros urbanos, onde as desigualdades de género são menores tendo em consideração as dimensões apresentadas. Para tanto, algumas medidas para a redução das desigualdades sociais de género passam por valorizar o papel da mulher na família em todos os campos de desenvolvimento distrital, bem como do País. Só com um diálogo traduzido pela democracia como criatividade ao apelo a virtude aristoteliana, a partir de uma reflexão aprofundada é que se poderá abrir espaço para o reconhecimento da igualdade de direitos.

36

### REFERENCIAS

AGY, A. Rachide. **Desigualdade de gênero em contextos rurais em Moçambique**: Maputo, 2018.

AGY, A. Rachide. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Forente; Salamandra; Edusp, 1981.

ARENDT, Hannah. **O que é política?** Tradução Reinaldo Guarany. 3ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 240p.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

ARISTÓTELES. **A política**. Tradução de Nestor Silveira Chaves. São Paulo: Escala. -Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal – 16, 1983.

AUBENQUE, P. “Aristóteles era comunitarista?” Dissertatio, pp. 19-20, 2004.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1998.

HONNETH, A. “Comunidade”. In: **Dicionário de ética e filosofia moral**. Org. M. Canto-Sperber. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2003.

LOFORTE, A. **Gênero e Poder entre os Tsonga de Moçambique**. Coleção Identidades. Maputo: PROMÉDIA, 2000.

MACAMO, Elisio (2023). **Passos subsequentes**, Disponível em: <https://web.facebook.com/>.

MARTINS, José de S. **A Imigração e a Crise do Brasil Agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973. 222 p.

NHAMTUMBO, Isilda *et al.* **Direitos das Comunidades: realidade ou retórica**. Direcção Nacional de Floresta e Fauna Bravia Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Elográfico: Maputo, 2003.

37

OSÓRIO, C. **Gênero e Democracia: as eleições de 2009 em Moçambique**, 1-234. Maputo: WLSA Moçambique, 2010.

OSÓRIO, C; MEJIA, M; MACIA, M; ANDRADE X. **Mulher Autarquia**, Editor: CEA, Maputo, 2001.

United Nations Development Programme, **Human Development Report 2020: The Next Frontier - Human Development and the Anthropocene**, Human Development Report (United Nations, 2020), Disponível no 09. 08.23. <https://doi.org/10.18356/9789210055161>.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### CIÊNCIA TRANSAMAZÔNICA: TRANSDICIPLINARIDADE (E SUA NECESSIDADE) NA PESQUISA CIENTÍFICA AMAZÔNICA HOJE

Andréa Martini<sup>7</sup>  
Nicoll Andrea Gonzalez Escobar<sup>8</sup>  
Aline Kieling<sup>9</sup>

#### 1 INTRODUÇÃO

Investigando e residindo na Amazônia, professoras-pesquisadoras, de Áreas aparentemente pouco afins, como Botânica, Linguística Aplicada e Antropologia, procuram distinguir ferramentas metodológicas e conceituais transdisciplinares que possam trazer maior proximidade, ao que se convencionou chamar, na Ciência formal e na Filosofia, de “Sujeito” e “Objeto”. No caso, tratamos de dois projetos de pesquisa de doutorado em andamento. Descreveremos metodologias que promovem a transdisciplinaridade e, assim, uma visão menos limítrofe entre pesquisadoras e seus “objetos de pesquisa”. Em outras palavras, experiências de pesquisa que nos potencializam a sentir ritmos outros. Ritmos em alteridades que fluem aos tempos da vida, antes que à instantaneidade das redes e da produção acadêmica.

38

#### 2 DESENVOLVIMENTO

Os respectivos projetos de doutorado em andamento, tratam de estudar a classificação (etno)botânica (ESCOBAR) e as políticas linguísticas (KIELING), entre e na família linguística

<sup>7</sup> MARTINI, Andréa. PhD em Etnologia e Etno História (UFSC). Doutora em Ciências Sociais, Bacharel e Mestre em Antropologia Social (UNICAMP). Professora Associada 4. Licenciatura Indígena, Área Humanidades, Centro de Educação e Letras, Universidade Federal do Acre, Campus Floresta. E-mail: andrea.martini@ufac.br

<sup>8</sup> ESCOBAR, Nicoll Andrea Gonzales. Mestre e doutoranda em Biologia Vegetal, Programa de Pós-Graduação em Biologia Vegetal, Universidade Estadual de Campinas (IB/UNICAMP). Professora substituta da Universidade Federal do Acre (UFAC), campus Floresta, Cruzeiro do Sul, Acre. E-mail: nicoll.andrea@hotmail.com

<sup>9</sup> KIELING, Aline. Mestre em Letras: Linguagem e Identidade e Doutoranda pelo PPGLI - UFAC. Licenciada em Letras Inglês (UFAC, campus Floresta). Bacharela em administração (IEVAL). Docente do Instituto Federal do Acre, campus Tarauacá. E-mail: aline.kieling@sou.ufac.br.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

indígena Pano, no estado do Acre, Brasil. Escobar acerca-se do povo indígena residente na Terra Indígena Nukini; vizinhos ao Parque Nacional da Serra do Divisor e à Terra Indígena Nawa ainda não homologada, em Mâncio Lima – Acre. Já Kieling, aborda os Trabalhos de Conclusão de Curso do curso Licenciatura em Educação Escolar Indígena da Universidade Federal do Acre Campus Floresta, em Cruzeiro do Sul – Acre.

Tentar compreender relações tão peculiares, exige uma forma de olhar ainda pouco ensinada na escola, tanto como, na academia (MARTINI, 2019 e 2020). As mudanças de paradigma (VIVEIROS DE CASTRO, 2018) não são, ainda, de todo perceptíveis nas ciências acadêmicas, visto derivarem de uma mudança de postura gradual. De cada pesquisadora/pesquisador, da comunidade científica e da sociedade, tidos aqui como possível totalidade. Além da maior interação entre as demandas científicas, as demandas globais e locais em seus contextos próprios.

Isso é particularmente importante quando se estudam conhecimentos ditos tradicionais (CARNEIRO DA CUNHA, 2019). Em nosso caso, conhecimentos indígenas, especializados, técnicos e/ou específicos, como são, as línguas indígenas, (etno)história e (etno)taxonomia. Cosmologia, mitologia e história.

A metodologia utilizada nos doutoramentos em questão, procura alinhar meios, materiais, técnicas e métodos próprios à Botânica taxonômica e à Linguística Aplicada, somando-os aos variados recursos de pesquisa antropológica, como observação participante e narrativa descritiva etnográfica. Em suma, procura-se considerar primeiramente, a percepção cultural dos próprios “objetos de pesquisa”, sem jogos de linguagem. Procura-se aferir as relações que já estão previamente constituídas, sociologicamente falando, com nossos objetos de pesquisa, ou no caso, aprofundar nossa relação e interação com os ‘conhecimentos pesquisados’, num dado contexto sociopolítico, ambiental e espacial. Mas, não só. Trata-se de conhecimentos que estão sob um determinado domínio, seja de um especialista local, de um grupo ou grupos sociais específicos com suas peculiaridades.

Essa é uma tarefa arriscada e ‘limítrofe’. Que vai além da simples torção de um ponto-de- vista. Significa tentar pensar com os olhos dos outros.... Ousado, pretencioso? Percebamos que







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

tais regiões limítrofes [do pensamento] nos cercam, enquanto pesquisadoras, professoras e pessoas. Tênuos fios são conduzidos ao redor do “objeto científico” à título de delimitação de um escopo ou de um corpus de dados.

Tais limites que são as regras metodológicas, os conceitos usuais, as bibliografias que merecem bis e bis, os colegas de disciplina e cátedra que se repetem e se aplaudem mutuamente, antes, regridem e autuam/policiam esse encontro cognitivo pleno de significações transbordantes que poderia ser um raro encontro.

Desenformar essas limitações técnico-teóricas impostas pela objetivação pretendida pela ciência, pelos métodos próprios às Áreas do Conhecimento, através de sucessivas cátedras que disciplinam é o sustentáculo da academia como a conhecemos hoje. Libertarmo-nos delas é o intuito dessa discussão. Com vistas à transdisciplinaridade. Infelizmente, isso não é ensinado e muitas vezes, é plenamente desconsiderado. Seja na escola, ou na Universidade.

Nos espaços de pesquisa e ensino das Universidades públicas brasileiras, tanto nas Áreas de Ciências da Natureza, como nas Áreas de Ciências Sociais, Letras e Linguística, culmina uma longuíssima formação. No entanto, as disciplinas, os componentes curriculares, dispostos em ‘percursos formativos’, pouco dialogam com a realidade e o contexto social, econômico, político e cultural de seu público, que contempla, discentes, docentes, técnicos, comunidade acadêmica e a sociedade envolvente.

No Ensino de Botânica, por exemplo, sistematiza-se, de forma padronizável e comparável, a morfologia, a anatomia e a fisiologia das plantas. É raro perceber, e talvez demore certo tempo, para que o Ensino da Botânica, e da Biologia também, acerque-se de que há interações complexas entre todos os níveis de vida e entre todos os seres vivos, visíveis e invisíveis, em um dado ambiente. O que inclui as plantas em sua morfologia-anatomia-fisiologia. E, por que não, inclui as pessoas.

Por isso, ao estudarmos as plantas, do ponto-de-vista botânico, poderíamos prestar mais atenção às interrelações existentes entre tais plantas e as pessoas e paisagens/ambientes que, num dado recorte de espaço e tempo, coexistem e são notáveis à pesquisa e às pesquisadoras. Seria, como se, ao estudarmos as plantas, pensássemos também, em seu “contexto”. Nos solos,





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

paisagens onde as plantas coabitam com seres humanos, animais, dentre outros entes (ALMEIDA, 2021); todos em interação sutil, complexa e concreta, no plano apreensível/perceptível.

Plantas, serão, então, percebidas pela Botânica taxonômica, não apenas, por sua diversidade classificatória (entre/intra) planta, sua utilidade, aspecto, aplicação, ou mesmo, pela presença ou ausência de um dado caractere classificatório; inferido por observadores privilegiados e externos ao objeto-planta. Caso, nos acerquemos de aspectos culturalmente significativos, relacionados àquela planta, distinguiremos também pessoas e grupos sociais que as detém, enquanto conhecimento. Exclusivamente, pois, as utilizam e as resguardam, desde que eram semente. Ou, antes de serem roçado, mata ou floresta.

Assim, também podemos pensar os conhecimentos tradicionais, em geral, bem como as línguas indígenas, em específico. Trata-se de detentores (as) de conhecimento em seus contextos. Aprofundado conhecimento oral, imaterial e informal. Sujeito a um sistema difuso de posse, propriedade, detenção, repasse e repartição vinculados aos sistemas complexos de conhecimento - pensamento - ação (ALMEIDA, 2021; CARNEIRO DA CUNHA, 2019). Como desconsiderar tais sistemas?

41

Ao reposicionarmos-nos, enquanto “observadoras em observação”, exercendo mesmo que por um momento, o ponto-de-vista desta planta estudada, ou desta língua vivida e falada, em se “observando o que está em volta delas”, podemos usufruir de uma posição investigativa significativa e, só então, privilegiada. Tomar tal posição ou postura, invertida e pouco convencional, é apenas um truque conceitual que, nos torna mais reflexivos, mesmo que por um único instante. Essa forma de olhar, amplamente reflexiva, trata em verdade, de nos colocar no epicentro de uma espécie de *terreiro*<sup>10</sup> conceitual. Pensando como “se fôramos” um besouro ou uma planta. E olhando, com olhos grandes, o que está em volta. O que está porvir.

---

<sup>10</sup> Terreiro é um terreno limpo cuidadosamente, no entorno das casas. Faz-se com enxada, foice, *terçado* ou facão até chegar na terra nua e lisa. Assim, protegem-se as pessoas e animais domésticos que por ali trafegam, de animais peçonhentos, insetos, animais da mata, em nosso caso, raízes e tocos que possam dificultar a caminhada ou provocar acidentes.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Aguçando o foco de nosso olhar científico, para além das interações observáveis. Incluindo neste foco, as percepções experienciáveis, perceptíveis ou percebíveis, de um dado colaborador, um grupo sociocultural e até mesmo, o que se poderia desenvolver como o “ponto-de-vista” da planta ou da língua e de seus detentores.

Veja-se, pois, que as plantas [como as letras, os desenhos e as línguas] se relacionam, pois, e diretamente a uma sociedade, pessoa ou grupo sociocultural específico. Percebe-se uma complexidade decorrente dessa estratégia, e não apenas do aprofundamento deste sentido observatório investigativo, sobre o comportamento de um vegetal ou mesmo, de uma língua. Mas sim, de todo o contexto [ambiental e/ou socioespacial] que envolve as plantas, enquanto entes viventes, em seus respectivos ambientes; numa interrelação com os grupos, pessoas, animais que ali convivem e se criam. Através da língua, dos processos e da convivência. Ao longo do tempo;

Essa forma de olhar transdisciplinar, – e oxalá, complementar – pode sim, renovar perspectivas científicas norteadoras. Tanto na Botânica, como na Linguística Aplicada, e em outras Áreas do Conhecimento, nem sempre correlacionáveis de imediato; numa feliz e necessária aproximação entre as Ciências em geral e as Ciências Sociais, mais especificamente, a Antropologia.

O mesmo sentido perceptivo e interpretativo, pode ser aplicado, como dito, às palavras e sua articulação em cadeias de sentidos, como prevê a Linguística Aplicada. As línguas, e, em nosso caso, especialmente, as línguas indígenas, os léxicos, as linguagens e as artes, são manifestações políticas de seres vivos, no caso, pessoas, e suas interrelações com os ambientes, as paisagens, os contextos e os outros seres e entes com os quais as pessoas convivem e aprendem num dado local ou espaço.

As línguas expressam sentidos próprios, culturalmente distinguíveis entre grupos sociais, indivíduos e pessoas. Sentidos, ao que consideramos, por exemplo, uma ideia plena de posição territorial, identitária, afirmativa de pertença. Sentidos ao que configuramos, por exemplo, através de pronomes como “nós” e “eles”. Ou melhor dizendo, ao que consideramos “nós” e, ao que consideramos “eles”. Assim, nota-se que as plantas, assim como as línguas, e sobretudo, as





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

línguas indígenas do Brasil, requerem uma compreensão mais ampla que se desdobra; na capacidade de se rever o próprio léxico e/ou mesmo o que se convencionou denominar de “lugar de fala” como enunciadores. O lugar privilegiado de pesquisadoras que se pretendam transdisciplinares.

### 3 CONCLUSÕES

Partindo, pois, de experiências pessoais de pesquisa, gostaríamos de oferecer dois exemplos, de como o pensamento científico tradicional, pode e deve mudar, pelo menos, para atender as formas de perceber, olhar e dimensionar oriundas de outros grupos sociais. E assim, propor a ideia de que investigar cientificamente, hoje, na contemporaneidade, em qualquer Área do conhecimento, significa, não só repensar os próprios objetivos, as convenções e os percursos convencionais de investigação, método, teoria e ação. Significa refazer as nossas práticas, procedimentos e pensamentos. Somos, não apenas cidadãos pensantes e realizadores no mundo de hoje. Somos nosso mundo idealizado, inventado, sonhado e realizado. Alhures e ao longo do tempo, enquanto experiência.

43

### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mauro de. **Caipora e Outros Conflitos Ontológicos**. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. “**Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico**”. Cultura com aspas. São Paulo: Cosac & Naify, 2019, p. 301-310.

ESCOBAR, Nicoll Andrea Gonzalez Escobar. **Relações entre o povo Nukini e as plantas de seu ambiente**. Programa de Pós-graduação em Biologia Vegetal. Projeto de pesquisa de doutorado. PPGBV, Unicamp. Campinas: 2023.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

KIELING, Aline. **(Des)conexões das políticas linguísticas: traduções canibais das metamorfoses das língua(gens)** Pano no curso de Licenciatura Indígena da Ufac. Projeto de Pesquisa de doutorado. PPGLI, Ufac. Rio Branco: 2023.

MARTINI, Andréa. **Tecendo Limites no Alto Rio Juruá.** Curitiba Brazil Publishing, 2019.

MARTINI, Andréa. **Em Busca de um Objeto Permanentemente Selvagem.** Do exercício etnográfico em monografias indígenas. Curitiba Brazil Publishing, 2020.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo Batalha. **Metafísicas canibais:** elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: Ubu Editora, N-1-Edições, 2018.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### PAPEL DAS REDES DE COOPERAÇÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS MOÇAMBICANAS NO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR EM MOÇAMBIQUE (2010-2021)

Angélica Gonçalves Cossa<sup>11</sup>  
Elizabet Caetano de Sousa e Silva<sup>12</sup>  
Manuel Notião<sup>13</sup>  
Miranda Albino Martins Muualo<sup>14</sup>

#### RESUMO

A cooperação em redes interorganizações tem sido posta em prática desde há séculos, em várias regiões do mundo e de maneiras diferentes. Em Moçambique as Universidades Públicas (UPs) esforçam-se pela melhoria da qualidade de ensino, superação de recursos humanos, financeiros, e tecnológicos escassos, contudo, com base em modelos de gestão, não favoráveis a um acentuado desenvolvimento. Este artigo debruça-se sobre o papel das redes de cooperação das UPs em Moçambique, num horizonte temporal entre 2010-2021. Para dar resposta a esta questão recorreu-se a uma metodologia qualitativa, exploratória e bibliográfica, sobre os seguintes conceitos: Redes de Cooperação, Redes Interuniversitárias, Redes de Cooperação das Universidades Públicas Moçambicanas. Da análise feita concluiu-se que as redes de cooperação das UPs em Moçambique contribuem para o desenvolvimento do ensino superior público e do ensino superior no geral em Moçambique, apesar de não serem formalmente estruturadas.

45

**Palavras-chave:** Redes de Cooperação. Redes Interuniversitárias. Redes de Cooperação das Universidades Públicas Moçambicanas.

#### ABSTRACT

Cooperation in inter-organizational networks has been put into practice for centuries, in various regions of the world and in different ways. In Mozambique, Public Universities (UPs) strive to improve the quality of education, overcoming scarce human, financial, and technological resources, however, based on management models, not favorable to a marked development. This article focuses on the role of PU cooperation networks in Mozambique in a time horizon between 2010-2021. To answer this question, a qualitative, exploratory and bibliographic methodology was used, on the following concepts: Cooperation Networks, Interuniversity Networks, Cooperation Networks of

<sup>11</sup>Doutoranda no Curso de Ciências da Gestão, Mestre em Sociologia e Antropologia Cultural, Docente na categoria de Professora Auxiliar, na Universidade Joaquim Chissano (UJC). Email: cossaangelica933@gmail.com

<sup>12</sup>Doutoranda no Curso de Ciências da Gestão, Mestre em G.R.H e Dinâmica das Organizações Docente à tempo inteiro no Instituto Superior de Comunicação e Imagem de Moçambique (ISCIM). Email: sousas1225@gmail.com

<sup>13</sup>Doutorando no Curso de Ciências da Gestão, funcionário da Câmara de Comércio de Moçambique, docente a tempo parcial na ESCIDE-UEM Email:mnotico1@yahoo.com.br.

<sup>14</sup> Supervisor dos Autores, docente à tempo inteiro na Universidade Eduardo Mondlane (UEM). Email: mirandam939@gmail





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Mozambican Public Universities. From the analysis it was concluded that the cooperation networks of the PUs in Mozambique contribute to the development of public higher education and higher education in general in Mozambique, although they are not formally structured.

**Keywords:** Cooperation Networks. Interuniversity Networks. Cooperation Networks of Mozambican Public Universities.

### 1 INTRODUÇÃO

Este artigo analisa o papel das redes de cooperação das universidades públicas (UPs) em Moçambique, com o intuito de perceber de que modo têm contribuído para o desenvolvimento do ensino superior, visto que, nas últimas décadas a cooperação entre as organizações tem assumido proporções gigantescas, envolvendo organizações nacionais, continentais e internacionais.

As universidades públicas em Moçambique são propriedade do Estado, possuem objectivos comuns, que são a formação de quadros, o desenvolvimento da pesquisa e a produção do conhecimento científico. Estas são dotadas de autonomia financeira relativa e regidas pelo Estatuto da Função Pública. 46

Apesar destas serem chamadas a contribuir para dinamizar as mudanças em curso no país, a dinâmica da estruturação do processo pedagógico em prol da promoção da qualidade do ensino, por diversas razões tais como: a escassez de recursos financeiros, infraestruturas, gestão de recursos humanos, salários baixos, reprodução semelhante dos cursos e programas, entre outros factores, está longe de satisfazer plenamente as necessidades de ensino, pesquisa e desenvolvimento do país.

Por estas múltiplas razões a gestão em redes de cooperação, apresenta-se como a forma mais viável, capaz de ajudar a resolver alguns dos problemas supracitados, porque permitiria entre outros aspectos, compatibilizá-las com padrões internacionais de qualidade e produtividade, através de novas formas de gestão, tornando-as mais competitivas.

Com o advento das tecnologias de informação e comunicação, reforça-se a necessidade das redes de cooperação, contribuindo para o surgimento e evolução das redes inter-





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

empresariais, ou inter-organizacionais. Do mesmo modo a competitividade empresarial actual bastante complexa, reforça a sua importância, como modelo organizacional mais eficaz aos desafios de competitividade do século XXI.

Esta pesquisa realiza-se num momento em que a busca pela elevação da qualidade dos quadros formados pelas (UPs) em Moçambique e a resposta aos desafios impostos pela falta de recursos se colocam de forma premente e prioritária.

O estudo justifica-se sob vários prismas, nomeadamente:(i) no campo económico vai mostrar a necessidade de se estabelecerem parcerias mais sólidas, acções coordenadas, uniformizadas, e descentralizadas, capazes de permitir alcançar ganhos de escala, e (ii) no campo académico, as UPs podem tornar-se mais fortes e competitivas, adquirindo vantagens comparativas, se estas se unirem em torno de redes. Através da organização em redes de cooperação podem reduzir os custos de funcionamento, aumentar a produção do conhecimento, melhorar a qualidade de ensino e formar quadros cada vez mais qualificados, elevar suas capacidades de explorar novas tecnologias, inovação, capacitação gestonária, acesso a novos mercados, entre outros aspectos.

47

Assim, com este artigo analisa-se o papel das redes de cooperação das UPs no desenvolvimento do ensino superior público em Moçambique, para responder a seguinte questão de partida: que papel desempenham as redes de cooperação das UPs no desenvolvimento do ensino superior no país?

Para o efeito recorreu-se a uma metodologia qualitativa,exploratória e bibliográfica sobre os seguintes conceitos que suportam o estudo: Redes de Cooperação, Redes Interuniversitárias, Redes de cooperação das Universidades Públicas moçambicanas, compreendendo um horizonte temporal 2010-2021, tendo como base as seguintes instituições públicas do ensino superior: Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Universidade Pedagógica (UP), Universidade Joaquim Chissano (UJC), Universidade Lúrio (UniLúrio) e Universidade Zambeze (UniZambeze). De igual maneira foram consultadas fontes documentais existentes nas UPs, sobre os acordos de cooperação.







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Para além da presente introdução este artigo contempla mais quatro secções nomeadamente: A metodologia, revisão da literatura, resultados e discussão e as considerações finais.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 CONCEITO DE REDES

Redes são “...grupos de empresas coesas e amplamente inter-relacionadas, orientadas a gerar e oferecer soluções competitivas de maneira colectiva e ordenada”. (BALESTRIN; WERSCHOORE, 2008, p. 79). Este conceito é empregue em várias áreas do conhecimento e na vida prática com diferentes significados e usos. Neste artigo refere-se a pessoas que se organizam em grupos, com vista ao alcance de um ou vários objectivos comuns.

Para Marteleto e Silva (2004, p.41) “As redes são sistemas compostos por nós e conexões entre eles que, nas ciências sociais, são representados por sujeitos sociais (indivíduos, grupos, organizações, etc.) conectados por algum tipo de relação”. O termo sistema aqui usado para caracterizar as redes representa pessoas em interdependência e em constante interacção.

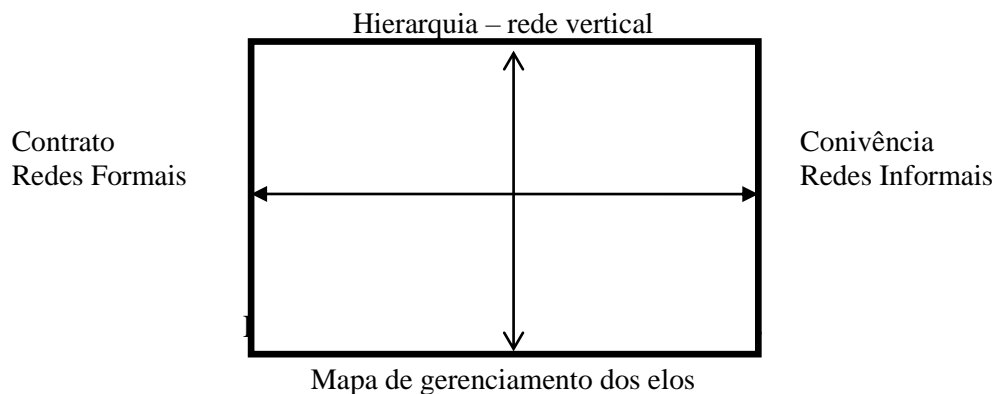
De acordo com Todeva e Knoke (2002), as redes organizacionais podem ser constituídas, sob diversas formas: como relações hierárquicas, *joint ventures*, união para investimentos de capitais, cooperativas, consórcios de pesquisa e desenvolvimento, acordos de cooperação estratégica, cartéis, franquias, licenças, redes subcontratantes, grupos de padronização industrial, grupos de acção e como relações de mercado. Este artigo interessa-se sobre redes na forma de acordos de cooperação estratégica.

Outra visão sobre redes é a de Casarotto e Neto (2007), segundo a qual, a rede é um agrupamento formal de empresas geralmente estruturadas nas seguintes formas: (i) Pólo - concentração de empresas de uma mesma região, desenvolvendo o mesmo segmento de produtos e(ii) Cluster - pólo consolidado entre empresas de tipo vertical e horizontal, constituídas por um mix entre privados e agentes do governo. (TEIXEIRA *et.al.*, 2007). A figura a seguir apresenta o conceito de rede na sua forma mais abrangente:





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023



Fonte: (BALESTRIN, A.; ARBAGE, A. P., 2007, p.5).

### 2.2 COOPERAÇÃO

A palavra cooperação provém do latim *cooperari* (latim). Segundo Stallivieri (2002), o termo “cooperação” ou colaboração evolui, desde a Segunda Guerra Mundial, passando a substituir a palavra “aliança”, sendo os modelos mais frequentes de cooperação as alianças estratégicas e as redes horizontais.

Entre as instituições do ensino superior, trata-se da articulação entre grupos de docentes, pesquisadores e técnicos que operam em áreas comuns ou complementares, desenvolvendo ações conjuntas, tais como cursos, seminários, congressos, visitas, estágios, publicações, etc.

A cooperação tem-se revelado como uma estratégia importante para conferir sustentabilidade principalmente às empresas de pequeno porte, que enfrentam dificuldades inerentes à competitividade. Estudos têm apontado que empresas configuradas em rede conseguem aumentar sua competitividade na produção, no desenvolvimento e lançamento de novos produtos, no acesso às novas tecnologias e matérias-primas e no conhecimento de fornecedores.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 2.3 REDES DE COOPERAÇÃO

Como se tem provado na experiência prática e de acordo com a visão de alguns autores, como Axelrod, R. (2006), a cooperação é a melhor estratégia que se pode adoptar entre cooperar e não cooperar, porque permite que todos saiam ganhando. É desta forma que a formação de alianças estratégicas, fusões, aquisições de empresas e criação de *joint-ventures* vêm se tornando uma estratégia de sobrevivência das empresas diante do novo cenário da economia global. (VEIGA, *et al.* 2014), sendo por isso, uma estratégia de sobrevivência, na medida em que permite o robustecimento de empresas mais fracas e consequentemente a sua permanência no mercado.

Balestrin e Verschoore (2008) referem que a ideia da cooperação em rede como forma de gerar e conseguir dividendos para aumentar a capacidade de competição das empresas surgiu nos finais da década de 1990, através das pesquisas de (Human e Provan, 1997), que partindo de pesquisas existentes procuraram identificar resultados prováveis, capazes de serem alcançados por seu intermédio.

Ao compararem os resultados obtidos pelas empresas associadas em rede, com os de suas concorrentes concluíram que a participação em redes de cooperação pode ser percebida como um instrumento para alcançar ganhos competitivos. A partir daí governos e organismos privados, passaram a adoptar políticas de promoção e apoio as iniciativas de redes.

Enquanto estruturas organizadas, cada membro mantém sua individualidade legal, participa directamente das decisões e divide simetricamente com os demais os benefícios e ganhos alcançados pelos esforços colectivos. Estas são também compreendidas como um modelo organizacional dotado de estrutura formal própria, com forma de coordenação específica, relações de propriedade singulares e práticas de cooperação distintas. Suas especificidades exigem novas práticas organizacionais e de gestão. Apresentam alto grau de cooperação entre os actores e os seus níveis de formalização dependem da forma como a rede é estruturada. (BALESTRIN; VERSCHOORE, 2008). Esta forma de organizacional, dotada de





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

estrutura formal própria, pode ser considerada como o modelo ideal de organização das estruturas em rede, que as UPs em Moçambique ainda não adoptaram.

Jarillo (1988, p.32) define as redes inter-organizacionais como “arranjos propositais de longo prazo entre distintas, porém relacionadas, organizações lucrativas que permitem a essas firmas ganhar ou sustentar vantagens competitivas frente a seus competidores fora da rede”. Esta definição apresenta um aspecto bastante relevante na definição de redes, que é colocar os elementos dentro da rede em união para competir com os de fora.

Para Neto (2009) a cooperação interempresarial viabiliza o atendimento de necessidades das empresas, que seriam de difícil satisfação nos casos de actuações isoladas. Essas necessidades podem ser citadas como a combinação de competências e a utilização de *knowhow*: divisão do ónus de realizar pesquisas tecnológicas; compartilha do desenvolvimento e dos conhecimentos adquiridos; partilha dos riscos e custos da exploração de novas oportunidades; realização de experiências em conjunto; fornecimento de linha de produtos de qualidade superior e mais diversificada; exercício de maior pressão no mercado; aumento da força competitiva em benefício do cliente; partilha de recursos, em particular os que estão sendo subutilizados; fortalecimento do poder de compra; e obtenção de mais força para actuar em mercados internacionais.

O artigo tem como base a definição de redes de cooperação segundo Jarillo (1988), por se referir a dois aspectos considerados fulcrais nesta pesquisa: ao factor competição com elementos fora da rede, e a obtenção do lucro, porque considera-se fundamental que as organizações lideradas pelo Governo, tais como as UPs, se preocupem com a eficiência e eficácia no desempenho das suas funções, de modo a serem sustentáveis, competitivas e lucrativas e não um fardo para o Estado.

### 2.4 COOPERAÇÃO UNIVERSITÁRIA

A cooperação inter-universitária desdobra-se em três planos distintos:

- a) A cooperação esporádica entre grupos e instituições;





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

- b) Acordos interinstitucionais bilaterais e
- c) Acordos inter-institucionais multilaterais ou redes.

De um modo geral a cooperação inter-universitária tem sido realizada através de convênios em várias áreas de conhecimento com o objectivo de intensificar o intercâmbio científico e cultural. Os convênios podem abranger o intercâmbio de docentes para a realização conjunta de pesquisas e publicações; o estabelecimento de relações no âmbito da cooperação técnica; a viabilização de intercâmbio de estudantes das últimas fases da graduação e de pós-graduação até a intenção de desenvolvimento conjunto de cursos de pós-graduação.

Nas UPs moçambicanas a cooperação interuniversitária realiza-se também através de convênios, memorandos de entendimento, pesquisas conjuntas, troca de docentes, acordos bilaterais e multilaterais, uso comum de bibliotecas, capacitação de docentes, troca de serviços, realização comum de exames de admissão e afectação coordenada de novos ingressos entre algumas universidades.

### 2.5 COOPERAÇÃO A NÍVEL INTERNACIONAL

52

Por razões históricas e financeiras as UPs durante décadas viraram a sua atenção para fora do país, estabelecendo mais acordos de cooperação, e/ou convênios com universidades e outros organismos internacionais, fundamentalmente no que tange a mobilidade e formação de docentes.

## 3 RESULTADOS ALCANÇADOS

Este artigo teve como objectivo proporcionar um conhecimento científico sobre redes de cooperação das UPs moçambicanas, a partir de uma pesquisa qualitativa e exploratória que permitiu obter uma visão sobre sua natureza, funcionamento, características e papel.

Com base no método bibliográfico e no uso de entrevistas foi possível compreender o fenómeno redes de cooperação, definições, conceitos e a realidade das UPs, podendo deste modo





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

identificar e explicar a sua tipologia, e o papel das redes inter-organizacionais das UPs moçambicanas.

Recorreu-se também a pesquisa documental e ao uso de entrevistas a partir da qual foi possível perceber o tipo de relações existentes entre as UPs entre si, e com outras instituições a nível nacional e internacional, bem como alguns problemas que dificultam o processo de cooperação.

Na fase actual, em Moçambique a cooperação em redes entre as UPs pode ser percebida como formal, quando baseada em acordos firmados entre os órgãos constituídos formalmente pelo sistema governamental que lideram essas instituições, mas também assume um carácter informal e esporádico, quando ocorrem actividades entre as UPs, aos diversos níveis, não devidamente registadas e controladas pelos órgãos centrais dirigentes. Embora efémera essa cooperação tem possibilitado a funcionalidade das UPs em Moçambique.

A cooperação prevalecente entre as UPs, possui sobretudo um carácter negocial. Este modelo de cooperação não deriva da acção deliberada das UPs, mas de um lado, da sua concepção e estruturação, e de outro lado, de factores exógenos. Como salienta DO Rosário (2013, p.49):

“...a construção do Ensino Superior em Moçambique é, sobretudo, obra estabelecida e construída a partir da chegada da luta nacionalista pela independência e cresceu com o próprio processo e vicissitudes que a independência trouxe.” Portanto o estágio actual de relações no ensino superior público é produto do processo histórico que as UPs vivenciaram.

Do Rosário (2013) salienta ainda que o Instituto Superior Pedagógico e o Instituto Superior de Relações Internacionais, por exemplo foram considerados durante anos, menores em relação a Universidade Eduardo Mondlane, o que interfere na natureza das relações que estas instituições estabelecem entre si na actualidade.

A nível internacional a cooperação com universidades estrangeiras tem sido fundamental para o desenvolvimento das UPs e do ensino superior no geral em Moçambique. Nos primórdios da independência esta esteve quase sempre acoplada a política do Governo de Moçambique, nos





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

acordos bilaterais estabelecidos com outros países. Nos últimos tempos parcerias desta natureza são promovidas isoladamente por iniciativa individual das universidades.

Assim, grande parte dos docentes da UEM, UP, antigo Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI), Instituto Superior de Administração Pública (ISAP) beneficiaram de formação e capacitação em diversas áreas de conhecimento técnico-científico, ciências naturais e ciências sociais e humanas promovidas pelos Governos das Repúblicas Socialistas Soviéticas, República Democrática Alemã, entre outros países. A título de exemplo, a Klingendel (s/d), uma organização Holandesa também cooperou com o ISRI e o ISAP na produção de livros e sua publicação, enviando estes regularmente seus quadros para capacitação na Holanda, e professores deste país, vindo à Moçambique com o mesmo objectivo. Outra agência que foi fundamental para a formação de docentes em Moçambique, no âmbito dos acordos bilaterais foi a Fundação Ford (s/d), uma agência americana de desenvolvimento, que estabeleceu acordos de financiamento de bolsas de estudo para docentes e para responder a algumas necessidades logísticas.

54

É de salientar que apesar da grande importância que a cooperação em redes assume na actualidade para as organizações, as UPs, em Moçambique, país em vias de desenvolvimento não estão a fazer uso pleno desta forma de organização inter-organizacional que traz grandes dividendos para os seus membros, entre outras vantagens económicas e competitivas, pois não possuem uma organização formal estruturada em redes que possa dinamizar a cooperação interuniversitária nas UPs.

A única rede formal existente no sistema de ensino superior em Moçambique foi criada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior com o objectivo de possibilitar a intercomunicação electrónica entre as universidades e o desenvolvimento de um programa de gerenciamento informativo, dando acesso a banco de dados comum com programas e linhas de investigação básica e aplicada, nome de investigadores e identificação de fontes regionais de financiamento.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Neste artigo procurou-se fazer uma análise sobre o papel da gestão em redes de cooperação inter-organizacional das Universidades Públicas como mecanismo fundamental para o desenvolvimento do ensino superior em Moçambique. Da análise feita, concluiu-se que em Moçambique as universidades públicas, ainda não adoptaram um modelo de organização em redes dotado de estrutura formal própria, apesar de existir cooperação em forma de redes que pode ser considerada formal, informal e às vezes esporádica, dependendo da sua natureza. Contudo essas redes de cooperação das UPs têm contribuído para o desenvolvimento do ensino superior em Moçambique. Portanto, apesar de as formas de organização em redes de cooperação se apresentarem como importantíssimos instrumentos de acções colectivas para diferentes organizações, contextos e objectivos e um novo *locus* da inovação, em que o conhecimento pode ser gerado de forma mais eficiente e rápida isso ainda não constitui realidade para o ensino superior público em Moçambique.

Para garantir a eficácia e eficiências das redes de cooperação entre as UPs recomenda-se que no país seja considerada a construção de um modelo de cooperação em rede de tipo formal horizontal baseado nos princípios da “gestão estratégica”, “gestão social” e orientado pelos princípios do Novo Serviço Público.

55

### REFERÊNCIAS

BALESTRIN, A.; ARBAGE, A. P. **A perspectiva dos custos de transacção na formação de redes de cooperação.**(2007). Disponível em:

<https://www.redalyc.org/pdf/2051/205114655008.pdf>. Obtido em 29 dez. de 2021.

BALESTRIN, A.; VERSCHOORE, J. **Ganhos competitivos das empresas em redes de cooperação,** 2008.

CASAROTTO F.N.E.; NETO, J.A. **Cooperação entre Pequenas Empresas, garantia mutualista e desenvolvimento regional:** reflexões sobre sistemas de garantia de crédito, 2007. Disponível em:







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

[http://www.spell.org.br/documentos/resultadobusca/?eou%5B%5D=&tipo\\_](http://www.spell.org.br/documentos/resultadobusca/?eou%5B%5D=&tipo_). Acesso em: 29 de dez. de 2021

ENISE, B.T., *et.al.* Cooperação Estratégica, Redes de Cooperação e Desenvolvimento Regional: o caso Unijuí/Sedai. **Desenvolvimento em Questão**, v.5, n.10, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/752/75251008.pdf>. Acesso em: mar. de 2021

FARIA, Bruna. Chapter 7: How to promote cooperation. Em: AXELROD, Robert. The Evolution of Cooperation. Nova Iorque: Basic Books, 2006, p. 124-141. **Scientia Iuris**, Londrina, v. 25, n. 2, p. 208-210, jul. 2021. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/iuris/article/view/44199/30021>. Acesso em: jan. de 2022.

HUMAN, S. E.; PROVAN, K.G. An emergent theory of structure and outcomes in small-firm strategic manufacturing network. **Academy of Management Journal**, v. 40, n. 2, p. 368-403, 1977.

JARILLO, J. C. On Strategic Networks. **Strategic Management Journal**. n.9, 31-41, 1988. Disponível em: <https://turismoadministracaoehospitalidade.files.wordpress.com/2014/10/resumo-jarillo-1988.pdf>. Acesso em: 3 de dez. de 2019

MARTELETO, R.M; SILVA, A.B.O. Redes e Capital Social: o enfoque da Informação para o Desenvolvimento Local. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 3, p.41-49, set./dez. 2004. Obtido de <https://www.scielo.br/j/ci/a/tTzcLwn7BnJGcD3Bjgcbdsp/?format=pdf&lang=pt>. Em fev. de 2019.

NETO, A. J. Capital Social: Contribuições e Perspectivas Teórico Metodológicas para a A Análise de Redes de Cooperação. **Revista Gestão Industrial**, v. 05, n. 01, p. 18-42, 2009. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/revistagi/article/view/212/323>. Acesso em: 07 de dez. de 2021

ROSÁRIO, L. J. C. ENSINO SUPERIOR NA ÁFRICA: Universidades moçambicanas e o futuro de Moçambique. (2013). **Revista Ensino Superior Unicamp**, n 49 v. 10 - julho-setembro, p. 46-55, 2013. Disponível em: [https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ed10\\_](https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ed10_). Acesso em: 12 de dez. de 2021.

STALLIVIERI, L. **O Processo de Internacionalização nas Instituições de Ensino Superior**, 2002. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/268012740\\_/link/5469fa300cf20dedafd37c51/download](https://www.researchgate.net/publication/268012740_/link/5469fa300cf20dedafd37c51/download). Acesso em: 14 de abr. de 2021





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

TODEVA, E.; KNOKE, D. Strategical alliances and corporate social capital<sup>1</sup>, 2002. Disponível em:[https://www.researchgate.net/publication/228159422\\_Strategic\\_Alliances\\_and\\_Corporate\\_Social\\_Capital/link/0c960519f3ce3ac231000000/download](https://www.researchgate.net/publication/228159422_Strategic_Alliances_and_Corporate_Social_Capital/link/0c960519f3ce3ac231000000/download). Acesso em: 2 de dez. de 2021.

VEIGA, A., *et al.* A Reconfiguração da Gestão universitária em Portugal. **Educação, Sociedade & Culturas**, nº 41, v. 2, p. 7-23, 2014.

STANLEY, Jason. **Como Funciona o Fascismo: a política do “nós” e “eles”**. Porto Alegre: L&PM, 2018.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### POPULISMO E DEMOCRACIA: ESQUADRÕES DE MORTE EM MOÇAMBIQUE E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS CIDADÃOS

Antônio Raúl Siteo<sup>15</sup>

#### RESUMO

A pesquisa compreende as multifacetadas percepções sobre o populismo e sua relação com a democracia contemporânea, fato que, permite perceber a atuação dos esquadrões de morte em Moçambique e atentado contra os direitos fundamentais dos cidadãos. A discussão fundamenta-se a partir de abordagem teórico-conceitual que situa historicamente a origem do populismo, da democracia com a constituição multipartidária. A coabitação entre a democracia e as práticas autocráticas que se manifestam na violação dos direitos fundamentais levam-nos sem dúvida a formular uma questão, como o governo se sustenta a partir de práticas autoritárias num regime democrático? Por isso, o objetivo desta pesquisa consiste em compreender o populismo e a democracia e atuação dos esquadrões de morte em Moçambique. Adotamos uma abordagem bibliográfica e qualitativa com aporte numa abordagem teórico-conceitual. Dessarte, percebe-se que, o uso de esquadrões de morte e de todo o aparato repressivo, intimidações e violação dos direitos fundamentais dos cidadãos concorrem para o fortalecimento e manutenção do poder político.

**Palavras-chave:** Populismo. Democracia. Esquadrões de morte. Direitos fundamentais

58

#### 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa indaga sobre o populismo, democracia, esquadrões de morte em Moçambique e violação dos direitos fundamentais dos cidadãos. Uma abordagem teórico-conceitual permite situar historicamente a origem do populismo e da democracia com a constituição que abre o país ao multipartidarismo. Há características concernentes ao populismo e à democracia, sendo que as características inerentes ao primeiro são contrárias à democracia. Tornando-se necessário a construção da democracia sobre os princípios e valores que não se ocultam por detrás de lideranças duvidosas. Depois da pesquisa bibliográfica, reconhecemos que existe uma infinidade de publicações no mundo acadêmico em diversos contextos sobre o populismo, democracia e esquadrões

<sup>15</sup> Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense, e-mail: arsiteo@id.uff.br





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

de morte, entretanto em Moçambique há pouquíssimos estudos interessados em compreender as raízes históricas dos esquadrões de morte. Esse fato, torna a nossa discussão relevante e propondo-se como alternativa para a compreensão do fenômeno a partir de referências teóricas e sobretudo para a questão moçambicana, iremos enxergá-lo a partir de relato disponível na imprensa.

Por isso, será analisada a relação entre o populismo e a democracia por meio de uma revisão teórico-conceitual dos dois fenômenos políticos. A análise vai se basear na evolução do populismo, a categoria povo na concepção populista, a democracia no âmbito da constituição do Estado moçambicano; esquadrões de morte e a violação dos direitos fundamentais dos cidadãos. Por fim, são apresentadas as notas conclusivas que apontam a relação do populismo e democracia; esquadrões de morte para o fortalecimento do poder político, mediante intimidação e violação dos direitos fundamentais dos cidadãos.

### 2 POPULISMO E OS CORREDORES DO DEBATE POLÍTICO DEMOCRÁTICO

As categorias conceituais populismo, democracia, esquadrões de morte e violação de direitos fundamentais dos cidadãos permeiam a nossa pesquisa. Norberto Bobbio (1998) considera que, o povo é o elemento central na definição do populismo. Nessa ideia, corroboram os autores como Ernesto Laclau que entende que, o movimento populista reside nas pessoas autênticas que são a maioria. Para além da concepção terminológica, conforme Raoul Girardet, Jason Stanley e Norberto Bobbio, o povo é assumido como um mito. Não só, Norberto Bobbio (1998, p. 32) considera populista como fórmula política na qual o povo é considerado como um grupo social homogêneo e exclusivo depositário de valores positivos, específicos e permanentes, e é a principal fonte de inspiração e objeto constante de referência. Nessa lógica, Michael Pollak entende o populismo como resultado de interação entre intelectuais agrários com crítica ao trabalho industrial e intelectual urbano que aceita o industrialismo (POLLACK, 1962).

De outra forma, o populismo emerge como um recurso natural de uma sociedade em crise, dividida entre setores tradicionais e modernos. Além disso, o populismo não foi apenas um fenômeno de países desenvolvidos, de modo similar, encontrou em Moçambique um terreno





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

fértil e está intimamente relacionada à construção do Estado e à evolução da democracia. Segundo Luís Salamanca (2005) o populismo do século XX incorpora massas empobrecidas no contexto político de oligarquias econômicas, sociais e políticas reais, sem a participação popular, sem exercício de cidadania, massa excluída do sistema político, surgimento de liderança carismática. Em 1990, Moçambique transformou-se em democracia multipartidária, espaço para a participação popular no exercício do poder. Sobre isso, Julio Cotler (2004) entende que a democracia é uma oportunidade favorável para o exercício de demandas sociais destinadas ao exercício da cidadania em relação à insatisfação do desempenho das autoridades.

No que concerne aos esquadrões de morte, Bruce Campbell (2000) entende como organizações clandestinas e usualmente irregulares, com frequência de natureza paramilitar, as quais efetuam execuções extrajudiciais e outros atos violentos (torturas, violações, incêndios intencionados, bombardeamentos etc.) contra indivíduos ou grupo de pessoas específicas. Esses grupos operam com apoio, cumplicidade ou consentimento do estado, ou pelo menos alguma parte dele.

### 2.1 A ERA DO POPULISMO

60

Embora se considere o século XXI como era do populismo, na verdade, o termo aparece na memorável conferência realizada em 1968, cujos anais foram publicados por Ghita Ionescu e Ernest Gellner (1969). Segundo os autores, anteriormente citados, o espectro do populismo encontra-se nos corredores do debate político dentro e fora da Europa (*idem*). Entretanto, a atenção que se tem dado ao populismo, os seus contornos permanecem indefinidos. Essas indeterminações sobre a concepção do populismo foram constatadas a partir dos estudos realizados nos finais da década de 90, nessa altura, Marco Revelli (2017) realiza uma jornada histórica que explica o surgimento do populismo, assim como, para compreender melhor as suas recentes manifestações. Antes de tudo, Benjamin Moffitt (2016) caracteriza o populismo como um estado de espírito, um estado de ânimo relacionado ao mal-estar das classes empobrecidas e ressentimento às oligarquias político-financeiras. Adotando uma abordagem ideacional de Cas Mudde, define o populismo como oposição entre o povo puro e as elites corruptas na relação entre a política e a





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

vontade geral. Essa abordagem entende o populismo como um fenômeno ideológico. Em razão disso, conclui-se que, o populismo, carecendo de um referente empírico, admite diferentes instâncias no tempo e no espaço. A partir desses pressupostos iniciais, pode-se considerar que, o populismo é uma forma de reação a um complexo de fatores em que, o elevado índice de desigualdade econômica desempenha um papel predominante que foi se exacerbando na classe média. Conforme a abordagem ideacional, todo o discurso pode ser encarado como populista, dependendo de critérios que embasam a concepção do ideacional que tenham sido pautados pela pesquisa empírica. Entre esses critérios, faz-se alusão à adoção de uma visão maniqueísta da política (nós contra eles) a crítica dura à elite, a percepção do povo como portador de uma vontade homogênea (HAWKINS, 2009) entre outros pontos que emergem da definição anteriormente apresentada.

Passando para outra percepção de Dal Lago (2017) sobre o populismo no seu livro, o populismo e a mídia social, argumenta que, o surgimento da Web 2.0 veio revolucionar o cenário político, explodindo com isso, a imprevisibilidade eleitoral. Decerto, a intermediação digital permite a construção de um povo que não existe e que provavelmente nunca tem existido. Por consequência, o povo virtual presta-se às tentativas de transferir a indignação contra as elites que o empobreceram para os alvos selecionados pelo líder populista. Como notório, a característica distintiva do livro é vincular o populismo à mídia digital, traz no seu debate o perfil antropológico do sujeito digital sobre as características das discussões online, as interações entre a esfera política e a comunicação digital, chegando a argumentar que, a sorte do populismo é atribuída na maioria à prevalência dos sujeitos digitais sobre os seres humanos reais.

Essa discussão, em parte, produz resultados interessantes ao analisar a dimensão cognitiva, ligada ao meio digital, dos fenômenos políticos, por outro lado, mostra-se questionável tendo em vista que, propõe uma correlação unívoca entre o populismo e o virtual, excluindo assim outra experiência. Assim sendo, o resultado apresentado é oposto ao de Marco Revelli, enquanto o último ampliou a visão do populismo para incluir as manifestações heterogêneas.

Enquanto o texto de Marco Revelli (2017) tem um viés histórico-narrativo, Alessandro Dal Lago trata sobre o populismo numa perspectiva sociológica, Müller faz uma abordagem teó-





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

rico-politológica. O populismo é sempre uma política de identidade, atribuindo um conceito artificial de povo contra um “inimigo”, moralizando a oposição. Jan-Werner Müller, por consequência, abandona o uso de chavões relativos ao populismo: o seu sucesso não depende univocamente do mal-estar socioeconômico do eleitorado, nem dos fatores psicológico emocionais (MÜLLER, 2016). É necessário considerar que, os populistas não se opõem substancialmente à representação, nem às instituições, não obstante, seja antipluralistas, tendem a ocupar as últimas e a distorcer o conceito de representação para transformá-lo em representação simbólica, na qual o partido populista se apresenta como representante de todo o povo (MÜLLER, 2016).

Com isso, entende-se que, o populismo é uma lesão aos próprios mecanismos democráticos, que exigem liberdade efetiva de opinião e reunião, pluralismo real na mídia, leis para a proteção de minorias etc. (MÜLLER, 2016). O populismo torna-se, portanto, a “sombra da política representativa” (MÜLLER, 2016), uma possibilidade perene que deve nos lembrar da fragilidade de nossas instituições democráticas. Em síntese, a leitura dos livros de Marco Revelli, Dal Lago e Müller deixa várias perguntas sem resposta, segundo que, a mais importante delas diz respeito à extensão do populismo. Observa-se que, os populistas são a minoria de partidos políticos, portanto se se mantiver o populismo de direita e o da esquerda é necessário que seja adotado um conteúdo que prescindia da política para se concentrar na sua forma.

62

### 3 ESQUADRÕES DE MORTE EM MOÇAMBIQUE

Os esquadrões de morte são uma dimensão de um estado muito heterogêneo, mas num sentido restrito, reafirma o caráter autoritário do Estado: uma autoridade do Estado que se funda na violência, como Georgia Agamben (2007) sustenta de forma mais persuasiva, a soberania precisa de ser executada para ser real. A ideia da vida nua é introduzida na última parte do capítulo para indagar como a vida pode estar imbuída de uma certa dispensabilidade diante do poder no Moçambique independente. Ademais, Thomas Blom Hansen e Finn Stepputat (2005, p.7) como argumentam, a soberania “é concretizada e reproduzida por meio de confirmações cotidianas e ritualizadas dessa violência real: a criação e a aplicação de leis, o assassinato de criminosos





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

e inimigos do Estado, ou daqueles que não prestaram o devido respeito ao rei, e assim por diante”. Nessa perspectiva, o poder sobre a vida e a morte parece ser fundamental para o Estado independente, tanto na guerra assim como na paz.

Ainda assim, essas abordagens centradas no Estado em Hansen e Stepputat – a violência perpetrada durante a guerra civil e o período pós-Acordo Geral de Paz assinado em Roma a 4 de outubro de 1992, a máquina estatal evoluiu sem deixar de lado os aspectos que caracterizaram a guerra, disso observa-se que as esferas guerra e pós-guerra encontram-se fortemente relacionados à dimensão do que se chamaria de tradição. Por esse motivo, o poder nas mãos do soberano impiedoso e dominante e emprega a “vida descartável” ou “nua”, na linguagem de Giorgio Agamben (2007), precisa com urgência da proteção. A partir da visão crítica de Agamben, pode-se considerar que, os esquadrões de morte em Moçambique representam alguns dos aspectos desse Estado multifacetado. Contrariamente, o uso da violência reafirma e reconstrói a sua autoridade. Se assim o quisermos, a autoridade do Estado baseia-se na violência, no sentido de que, o Estado é violento e desse modo, a soberania precisa de ser exercida para ser real.

Os exemplos empíricos sobre os esquadrões de morte fazem referência à centralidade do poder sobre a vida e a morte, o que será também fundamental na concepção de Achille Mbembe (2018) sobre a necropolítica ou a vida nua para enfatizar a Agamben, são imbuídas de uma certa “dispensabilidade” diante do poder instalado após a Proclamação da Independência. Essas visões do Estado violento, leva a sociedade a exigir proteção da vida e da propriedade, resistindo a mecanismos de acumulação por meio de atos transgressivos. Nesse sentido, a violência, o medo e o poder estão interligados entre si no respeitante à acumulação, à riqueza e à transgressão, constituindo desse modo uma cosmologia do culto em que a soberania é parte integrante de atos abomináveis como o sequestro, espancamento e assassinato.

O fato de os esquadrões de morte serem ou não conforme a lógica interna de agendas corruptas, nas quais uma pessoa poder ser ameaçada de morte. Além disso, demonstra a maneira pela qual, a lógica percebida no ápice do sistema, durante o governo de Armando Guebuza, é transformada e apropriada. Logo, estudar a violência e o estado em contextos específicos se quisermos entender as condições violentas dos contextos pós-dominação colonial e na periferia glo-







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

bal. As ações do grupo de Esquadrões de Morte constituem-se como justificativa para a luta contra os ‘inimigos internos’, visto que as ações da sociedade civil, membros dos partidos políticos de oposição acadêmicos são consideradas como criminosas e difamatórias ao poder constituído. Por estas razões, Orlando Mudumane, porta-voz da polícia da República de Moçambique, ao admitir que, “[...] seu esquadrão da morte matou o líder da observação de Gaza Anastácio Matavele” porquanto que, cinco dos pistoleiros que assassinaram Anastácio Matavele, líder do observatório eleitoral na província de Gaza são membros do Grupo de Operações especiais da polícia de choque moçambicana. Diante disso, no nosso entender, é válida a análise de Vanessa Matto (2014), quando relaciona os Esquadrões de Morte como um enxergar a águas do rio serenas em sua superfície, entretanto agitado e composto no seu âmago de todo tipo de elementos extremamente perigosos aos desavisados.

Entendendo isso noutra sentença e trazendo no debate Zygmunt Bauman (1999), a legitimação do Estado ou por outra a reafirmação no poder, vai se destacar o conceito “Estado Jardineiro” adotado pelos políticos a partir do século XIX que compreende que, por meio da seleção das espécies, busca estabelecer padrões universais de sociedades perfeitas que se encaminha à perfeição desconexo de problemas biológicos. Por certo, na sua obra “Modernidade e Ambivalência”, nela entende que, a modernidade é pautada por uma racionalidade científica que busca a possibilidade de acabar todos os problemas da raça humana. Na busca pela perfeição, recorre a uma metáfora para explicar a higiene social no seu contexto. Essa higiene social constitui por analogia o papel de um jardineiro que para a proteção das suas flores e jardim, extirpava a erva daninha. Nessa perspectiva, as pessoas que não se enquadravam dentro dos padrões estabelecidos pelo Estado eram aniquiladas. A esse postulado, corrobora a análise de Vanessa Matto quando entende que,

64

Os Esquadrões, em sua expressão mais superficial, apresentavam-se como um grupo de policiais que se arvorou defender a sociedade, abusando da “limpeza social”. Entretanto, por baixo dessas “águas serenas”, o que se punha era uma política de Estado que visava à eliminação física dos indivíduos, socialmente, indesejáveis (MATTO, 2014, p.121).





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Na verdade, o Grupo de Esquadrões de Morte incluía um sistema repressivo que atendia os interesses de uma determinada classe, composta na sua grande maioria pelo grupo responsável pelo exercício do poder autoritário do poder político ao Estado. Decerto, o que parece apenas articulação de um grupo de policiais, era uma expressão de atuação do poder estatal contra um segmento da sociedade.

Nesse entendimento, esse grupo prefigura ao grupo organizado, visando realizar os assassinatos contra determinadas pessoas. Nesse caso, os que assassinaram o líder do observatório eleitoral foram reconhecidos, pois segundo o Centro de Integridade Pública (CIP).

Enquanto fugiam da cena do crime, segundo o jornal O País, começaram a ser perseguidos pela polícia local, que aparentemente não sabia de sua identificação, e enquanto os pistoleiros fugiam, entraram na estrada principal N1 em alta velocidade e bateram em outros carros. Dois dos assassinos morreram no acidente e outros dois, um deles gravemente ferido, foram levados sob custódia da polícia. O quinto conseguiu fugir e está foragido. Assim, pela primeira vez, o envolvimento da polícia não pôde ser negado. Os partidos de oposição e a sociedade civil alegaram que existem esquadrões da morte em Moçambique, e Mudumane admitiu efetivamente que eles estavam certos (CIP, 2019).

65

Segundo o Jornal El Pais, reverberando a fala de Ivone Soares, membro da Renamo, partido de oposição, os esquadrões de morte aterrorizam os que criticam o regime. Sequestram as pessoas de suas casas e matam-nas (EL PAIS, 2016). Nestas circunstâncias, Gilles Cistac, constitucionalista franco-moçambicano, teve o mesmo destino do Anastácio Matavele, morto a queima-roupa no centro da cidade de Maputo em 2015. Cistac foi vitimado ao buscar esclarecer nos termos da constituição sobre a proposta de descentralização de Afonso Dhlakama

Ele não tinha inimigos óbvios, mas estava contestando a alegação do governo de que as propostas de descentralização de Afonso Dhlakama eram inconstitucionais. Por fim, as leis de descentralização acordadas pelo governo e adotadas pelo parlamento eram muito próximas das propostas de Dhlakama (EL PAIS, 2016).

A partir dessa opinião, o mundo racional e científico possibilitou a concepção e a implementação dos pressupostos da razão como escopo da organização burocrática e o Estado “jardineiro” que dirige a sociedade como objeto. Por isso, a necessidade da sua cultivação. Em cir-





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

cunstâncias similares, o membro do Conselho de Estado Jeremias Pondeca foi brutalmente assassinado: “o assassinato totalmente misterioso na praia da Costa do Sol, em outubro de 2016, de Jeremias Pondeca, uma figura sênior da Renamo e membro do Conselho de Estado, um órgão que assessora o presidente”. Nesse período, vivia-se um momento marcado de tensão entre os dois principais partidos políticos moçambicanos, com mortes que se registavam no combate e outros levados a cabo por um grupo de esquadrões de morte. Um clima caracterizado por ódio e terror, configurando um atentado contra os direitos fundamentais previstos na Constituição moçambicana e aos direitos humanos em geral.

Não obstante, nessas circunstâncias tinham sido identificados Grupos de Operação Especial, executando extraoficialmente as suas vítimas e com o reconhecimento do porta-voz da polícia, o governo da FRELIMO tem-se distanciado e desmentido as alegações sobre as mortes ou atentados cometidos pelos esquadrões da morte. O próprio Afonso Dhlakama, fundador e ex-líder do partido Renamo, maior partido da oposição, antes da sua morte em 2018, havia apontado para uma hipótese de forma contundente, sobretudo nos finais de 2017, quando no distrito de Cheringoma, Província de Sofala, foram encontrados cadáveres numa vala comum, em estado de decomposição (CAUTEIRA, 2017).

Sobre a hipótese de Dhlakama corroboram alguns pesquisadores moçambicanos quanto internacionais, exemplificando, António Francisco, professor na Universidade Eduardo Mondlane e economista do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) com sede em Maputo, pondera que, as vítimas do atentado são de matriz provavelmente política, apontando para a atuação de esquadrões de morte (FRANCISCO, 2019). Paralelamente, a Anistia Internacional, no seu relatório, embora mencione implicitamente os esquadrões de morte de matriz governamental, refere que os executores dos atentados e assassinos mencionados se mantêm, gerando preocupação no tocante ao verdadeiro interesse do governo ao se manter indiferente e desinteressado em investigar esses casos (AI, 2019).

Sob intensa perseguição dos seus membros, no período compreendido entre outubro de 2014 e outubro de 2016, a RENAMO havia entregado uma lista dos seus membros do partido e funcionários à Human Rights Watch que tinham sido detidos ou mortos entre o período acima





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

referenciado. A lista das vítimas apresentada à Human Rights Watch foi igualmente publicada no boletim informativo do partido. A Renamo conclui que as pessoas na lista haviam sido mortas por um esquadrão da morte ligado ao governo (A BANCADA, 2016). Diante disso, com relação às execuções extraoficiais e a indiferença do governo, em 2016, o Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos fez a revisão das diretrizes para investigações sobre os atentados aos direitos humanos. Essas diretrizes, conhecidas como Protocolo de Minnesota, determinam que, as investigações devem ser céleres, eficazes e completas, assim como independentes, imparciais e transparentes (ONU, 2017).

### 4 LIBERDADE DE EXPRESSÃO E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Pretendemos pensar a liberdade de expressão e de imprensa e violação dos direitos fundamentais, tendo como base o quadro jurídico que as regem, entende-se a Constituição da República de 1990, que pela primeira vez na história moçambicana, instaura-se o regime democrático multipartidário, em substituição ao regime do partido único até então vigente desde a proclamação de independência em 1975. A partir desse momento, dado o cenário atravessado, o país defronta-se com dificuldades na implementação de uma democracia estável, contribuindo negativamente para a transição ao pluralismo democrático, de opiniões, de liberdade de expressão e de imprensa, constituindo desafios. (OPEN SOCIETY INITIATIVE FOR SOUTHERN AFRICA, 2009). Assim sendo, a Constituição de 2004, consagrou nos § 1-4 do art. 48:

1. Todos os cidadãos têm direito à liberdade de expressão, à liberdade de imprensa, bem como o direito à informação.
2. O exercício da liberdade de expressão, que compreende, nomeadamente, a faculdade de divulgar o próprio pensamento por todos os meios legais, e o exercício do direito à informação não podem ser limitados por censura.
3. A liberdade de imprensa compreende, nomeadamente, a liberdade de expressão e de criação dos jornalistas, o acesso às fontes de informação, a proteção da independência e do sigilo profissional e o direito de criar jornais, publicações e outros meios de difusão.
4. Nos meios de comunicação social do sector público são assegurados a expressão e o confronto de ideias das diversas correntes de opinião.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Desse modo, a Constituição de Moçambique de 1990 assim como de 2004 consagraram a liberdade de expressão, esclarecendo que, compreende a capacidade de divulgação por meios legais. A conquista de Moçambique de 1990 tornou-se um marco importante, pois substituiu um modelo da democracia que se fundava no Estado-partido instaurado em 1975, decerto a nova constituição trouxe umas reformas liberais já adotadas na década de 1980 que eram concernentes à maior liberdade econômica e política. Na verdade, os princípios da liberdade de imprensa foram aprovadas e figuraram pela primeira vez no art. 74 da Constituição de 1990, posteriormente no art. 48 da Constituição de 2004, complementadas pela lei de imprensa n.º 18/91, de 10 de agosto e lei de acesso à informação n.º 34/2014, de 31 de dezembro. Esse quadro normativo corrobora para a efetivação do estabelecido na Constituição da República, a liberdade de expressão e de imprensa.

No ano seguinte, ou seja, os direitos referidos na Constituição de 1990 seriam melhorados com lei da imprensa que oficialmente preconiza “define os princípios que regem a atividade da imprensa e estabelece os direitos e deveres dos seus profissionais”. Esse marco legal marca uma nova era da história da imprensa moçambicana, o anterior à nova constituição que estava sob o controle político-partidário (cf. NHANALE, 2017).

A Constituição publicada em 2004, na opinião de Mazula, veio confirmar os princípios fundamentais do Estado moçambicano e o caráter soberano do Estado Democrático de Direito, que se funda no pluralismo de expressão, organização partidária, respeito pelos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos (MAZULA, 2000). O que isso significa que, a Constituição de 2004 buscou manter as características identitárias da Constituição de 1990, por isso, considerado aprofundamento do quadro jurídico-constitucional (GOUVEIA, 2018). a Constituição de 2004, no aprimoramento da anterior lei fundamental, removeu uma série de restrições à liberdade de expressão e de imprensa, que incluía a limitação do exercício dos direitos como estabelecido no art. 74 da Constituição de Moçambique de 1990 “pelos imperativos da política externa e da defesa nacional”. Outrossim, a Constituição de 2004, no seu art. 48, incluem e reforça uma série de garantias fundamentais, liberdade de imprensa, criação de jornalistas e acesso à imprensa. Portanto, o direito do exercício da liberdade de expressão e de informação encontram-se estabeleci-





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

dos em princípios internacionais, designadamente a Declaração dos Direitos Humanos de 1948, a Convenção para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, aprovada em Roma em 1950, artigos 1-2 e muito recentemente a Convenção Americana de Direitos Humanos - Pacto San Jose da Costa Rica.

Não obstante esses ganhos e avanços, há registros que, nas últimas décadas, indicam o retrocesso dessas conquistas, para exemplificar, o assassinato do jornalista Paulo Machava em plena cidade de Maputo. Os seus algozes faziam-se transportar numa viatura que o dispararam com quatro tiros de uma arma tipo AK-47 (MADEIRA e SANTOS 2015). Além disso, assistiu-se a detenção dos jornalistas Amade Aboobacar, Estácio Valoi, bem como do pesquisador David Matsinhe (NHAMPOSSA, 2017).

### 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa proporcionou uma compreensão sobre os dois fenômenos políticos, o populismo e a democracia. Emergiu na pesquisa a ideia de populismo que faz uma diferenciação entre o povo puro, as elites políticas, sua relação com a vontade geral. A partir dos pressupostos teóricos, possibilitou a compreensão de que, o populismo é uma forma por um lado de reação a múltiplo e complexos fatores que incluem a desigualdade econômica e social. Enquanto isso, as perspectivas sociológicas assim como políticas encararam o populismo que cria dois tipos de povo, o homogêneo e heterogêneo, o nós e eles.

Essa ideia de populismo configurou no desenvolvimento de ideários que conduziram a um processo de limpeza social, especialmente a todos os que comprometessem os princípios revolucionários. A identificação do inimigo do povo dentro da constituição multipartidária, como jornalistas, acadêmicos, membros de partidos políticos de oposição e membros de sociedade civil levaram à criação do grupo de esquadrões de morte que executam extraoficialmente os “inimigos do estado”. Os assassinatos de jornalistas e membros de partidos políticos, com destaque no assassinato de Paulo Machava e Jeremias Pondeca corroborou ao entendimento de que, o papel do estado consiste na purificação da sociedade mediante a eliminação dos seus e potenciais





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

adversários. O uso de esquadrões de morte permite-nos, é uma estratégia para manutenção e exercício do poder.

### REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer, o poder soberano e a vida nua**. Tradução de Henrique Burigo, 2ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

AMNESTY INTERNATIONAL. **Virar a página!** London: Amnesty International, 2019.

**A Bancada**, 2nd Edition, October 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e GIANFRANCO, Pasquino. **Diccionario de Política, A-J, L-Z**. Madrid: Siglo XXI Editores, 1998.

CAMPBELL, Bruce B. **DEATH SQUADES: Definition, Problems and Historical Context**. In: *Death Squades in Global Perspectives - Murder With Deniability*. Nova York. St. Martin's Press, 2000.

CATUEIRA, André. **Dhlakama denuncia reativação de esquadrões da morte em Moçambique**. Observador. Dez, 2017. Disponível em: <http://observador.pt/2017/12/26/dhlakama-denuncia-reativação-de-esquadrões-da-morte-em-moçambique/>, acesso em 23 jul. 2023 .

CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA (2019). **General Elections, death squad confirmed** [https://cipeleicoes.org/eng/wp-content/uploads/2019/10/General\\_Elections\\_69\\_8ct19\\_death-squad-confirmed.pdf](https://cipeleicoes.org/eng/wp-content/uploads/2019/10/General_Elections_69_8ct19_death-squad-confirmed.pdf), acesso em 24 jul. 2023.

COTLER, Julio. .La nacionalización y democratización del Estado, la política y la sociedad. En: **Lademocracia en América Latina. Hacia una democracia de ciudadanas y ciudadanos. El debate conceptual sobre la democracia**. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. CD-Rom. Con el cofinanciamiento de la Unión Europea, 2004.

EL PAIS (2016). **Mozambique revive el horror de la guerra civil**. Disponível em <https://www.nacion.com/el-mundo/conflictos/mozambique-revive-el-horror-de-la-guerra-civil/KLYGTJIC4FDFDH4QNZ33TAFSEQ/story/>, acesso em 25 jul. 2023.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

FRANCISCO, António. **Quatro Anos de Governação Nyusi: Entre Crescimento e Abastardamento**, Boletim n. 1. Maputo: IESE, 2019.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo: Editora Cia das Letras, 1987.

GOUVEIA, Jorge Bacelar. **O constitucionalismo de Moçambique e a constituição de 2004**. Boletín Mexicano de Derecho Comparado, vol. 51, n. 152, pp. 473-474, 2018. Disponível em: [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0041-86332018000200449&lng=es&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0041-86332018000200449&lng=es&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em 26 jul. 2023.

HANSEN, Thomas; STEPPUTAT Finn eds. **Sovereign Bodies. Citizens, Migrants and States in the Postcolonial World**. Princeton, NJ: Princeton Univ. Press, 2005.

HAWKINS, K. Is Chávez Populist? Measuring Populist Discourse in Comparative Perspective. **Comparative Political Studies**, v. 42, n. 8, p. 1040-1067, 2009.

IONESCU, Ghita; GELLNER, Ernest (a cura di), **Populism: Its Meaning and National Character**, London, Weidenfeld & Nicholson, 1969.

LACLAU, Ernesto. (1978). **Política e ideología en la teoría marxista: capitalismo, fascismo, populismo**. Madrid: Editorial Siglo XXI, 1978.

DAL LAGO, Alessandro, **Populismo digitale. La crisi, la rete e la nuova destra**, Milano, Raffaello Cortina Editore, 2017.

MADEIRA, Nara e SANTOS, Michel (2015) **Jornalista moçambicano Paulo Machava assassinado**. Disponível em <https://pt.euronews.com/2015/08/28/jornalista-mocambicano-paulo-machava-assassinado>, acesso em 27 jul. 2023.

MATTOS, Vanessa. **O Estado contra o povo: a atuação dos Esquadrões da Morte em São Paulo (1968 a 1972)**. São Paulo, 2011, fls 135, Dissertação do Mestrado em História defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MAZULA, Brazão. **A construção da democracia em África: o caso moçambicano**. Maputo, Njira, 2000.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MOFFITT, Benjamin. **The Global Rise of Populism: Performance, Political Style, and Representation**, Stanford, Stanford University Press, 2016.







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

MUDDE, C. Populism: An ideational approach, 2017. In: KALTWASSER, R. et. al. (Eds.). **The Oxford Handbook of Populism**. Oxford: Oxford University Press, 2017. cap. 2, p. 27-47.

MÜLLER, Jan-Werner. **What is Populism?**, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2016.

NHAMPOSSA, Alexandre (2017) **Aumentam ameaças contra jornalistas que reportam sobre ataques armados em Moçambique**. Disponível em:

<https://pt.globalvoices.org/2020/02/24/aumentam-ameacas-contrajornalistas-que-reportam-sobre-ataques-armados-em-mocambique/>. Acesso em: 27 jul. 2023.

NHANALE, Ernesto. **O jornalismo e a democracia em Moçambique: A cobertura dos casos de corrupção nos jornais domingo e Savana**. Barcelona, Editora Universidade Autónoma de Barcelona, 2017. Disponível em:

<https://www.tdx.cat/bitstream/handle/10803/456269/ecn1de1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 jul. 2023.

ONU (2017) **Protocolo de Minnesota sobre a investigação de mortes potencialmente ilegais (2016)** Revisão do Manual da ONU sobre a Prevenção e Investigação Eficaz de Execuções Extrajudiciais, Arbitrárias e Sumárias. Disponível em:

[https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Publications/MinnesotaProtocol\\_SP.pdf](https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Publications/MinnesotaProtocol_SP.pdf). Acesso em: 27 jul. 2023.

72

OPEN SOCIETY INITIATIVE FOR SOUTHERN AFRICA. **Democracia e Participação Política**. Johannesburg: Editora AfriMAP/Open Society Foundation, 2009.

POLLACK, Norman. **The populist response to industrial America: Widwestern populist thought**. Cambridge: Harvard University Press, 1962.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Assembleia da República. **Constituição da República de Moçambique**. Boletim da República Publicação oficial da República de Moçambique. Disponível em: <https://gazettes.africa/archive/mz/1990/mz-government-gazette-series-i-supplement-dated-1990-11-02-no-44.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. **Constituição da República de Moçambique, 2004**. Texto aprovado pela Assembleia da República em 16 de novembro de 2004 e publicado no BR n.º 51, I Série, de 22 de dezembro de 2004. Maputo.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Assembleia da República. **Lei n.º 18/91 d e 10 d e agosto**. Boletim da República Publicação oficial da República de Moçambique. Disponível em:

<https://gazettes.africa/archive/mz/1991/mz-government-gazette-series-i-supplement-no-3-dated-1991-08-10-no-32.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2023.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Assembleia da República. **Lei n.º 34/2014 de 31 de dezembro.** Boletim da República Publicação oficial da República de Moçambique. Disponível em: <https://ictpolicyafrica.org/fr/document/rexpqqgad5i>. Acesso em: 27 de jul. 2023.

REVELLI, Marco, **Populismo 2.0**, Torino, Einaudi, 2017.

SALAMANCA, Luis. Reflexiones e interrogantes sobre la categoría de populismo. em: Cadenas, José(compilador) **Debate sobre la democracia en América.** Universidad Central de Venezuela y Centro de Estudios de América. Caracas, 2006.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### FLUXOS MIGRATÓRIOS INTERNACIONAIS: PERSPECTIVAS DE MIGRAÇÕES EM REDES SOCIAIS

Antônio Raúl Siteo<sup>16</sup>

#### RESUMO

As migrações em redes sociais são perspectivas teóricas que buscam explicar os fluxos migratórios internacionais. Esta perspectiva compreende a constante mobilidade humana, visando estabelecer-se no seu novo destino na expectativa de encontrar condições diferentes do seu lugar de origem. Esta abordagem compreende distintas formas no tangente a realidades migratórias: emigração, imigração, trânsito, retorno e forçado. Essa tentativa explicativa refere-se a grupos familiares, atores conectados, indivíduos movidos por um ou mais relacionamentos. O desenvolvimento desta pesquisa foi motivado pelo cenário que atualmente caracteriza o mundo e especialmente a região latino-americana com o caso da emergência humanitária venezuelana. Com isso, a pesquisa visa discutir sobre as redes sociais, cadeias migratórias alternativas para a explicação dos fluxos migratórios. A abordagem é qualitativa e documental. Compreende-se que, para além da visão puramente tradicional sobre a migração, as redes sociais são uma teoria que explica uma das facetas para a explicação dos fluxos migratórios internacionais.

**Palavras-chave:** Redes sociais. Cadeias migratórias. Migrações internacionais.

74

#### 1 INTRODUÇÃO

A nossa pesquisa é sobre os fluxos migratórios internacionais, perspectivas de migrações em redes sociais. Os fluxos migratórios internacionais compreendem à circulação de pessoas em constante mobilidade com o intuito de se estabelecer em um determinado lugar com fim de melhorar as suas condições de vida. Os mesmos assumem diferentes tipos em relação às distintas realidades migratórias: emigração, imigração, trânsito, retorno, forçado. Enquanto, as redes sociais em migrações internacionais compreendem um conjunto de indivíduos, grupos familiares, atores conectados por um ou mais relacionamentos. Existem pesquisas que discutem sobre redes sociais, cadeias migratórias, por conseguinte, a pesquisa contribui para debater sobre o

<sup>16</sup> Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense, e-mail: arsiteo.90@gmail.com





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

fenômeno migratório para além da visão tradicional que concebe a migração associado às questões econômicas, descurando outros fatores importantes como esta abordagem que constitui o objeto de discussão. A pesquisa discorre sobre as redes sociais e fluxos migratórios e; migrações internacionais em perspectivas de redes sociais.

### 2 REDES SOCIAIS E FLUXOS MIGRATÓRIOS

Nos finais do século XIX, Ernst Georg Ravenstein<sup>17</sup>, pioneiro na área de estudos sobre a migração, tinha observado a importância de redes sociais para a mobilidade de pessoas, formulação de uma série de leis no estilo do positivismo jurídico da época, identificou no curso da história as migrações em cadeia com destino a centros comerciais e industriais<sup>18</sup>. Em todo esse processo de estudos sobre migrações, depois da II Guerra Mundial, Thomas Faist observou que, “Ele quase sempre chega com amigos; muitas vezes foram eles que lhe enviaram o bilhete do navio, e são eles que o hospedam até ele encontrar um emprego e devolver o custo do bilhete”<sup>19</sup>.

Pesquisar sobre o fenômeno migratório significa cruzar as redes sociais de migrantes. Segundo Charles Tilly, com passagem frequentemente reverberada, “os indivíduos não migram, as redes sociais sim”<sup>20</sup>. Assim sendo, “as unidades reais de migração não eram (e são) nem indivíduos, nem famílias, mas grupos de pessoas ligadas pelo conhecimento, laços de parentesco e experiência de trabalho”<sup>21</sup>. A questão não é apenas reconhecer o fenômeno migratório, mas compreender as implicações teóricas sobre a adoção de redes sociais para a pesquisa sobre fluxos de migrações internacionais. As redes sociais de imigrante para além da tipologia de migração,

75

<sup>17</sup> RAVENSTEIN, Ernst Georg. **The Laws of Migration**. Journal of the Statistical Society of London Vol. 48, No. 2 (Jun., 1885), pp. 167-235

<sup>18</sup> FAIST, Thomas. (1997). ‘Migration in Contemporary Europe: European Integration, Economic Liberalization and Protection’, in KLAUSEN, Jytte., TILLY, Louise A. (eds) **European Integration in Social and Historical Perspective 1850 to the Present**, pp. 223–48. Boulder, CO: Rowman & Littlefield.

<sup>19</sup> FAIST, Thomas. (1997). ‘Migration in Contemporary Europe: European Integration, Economic Liberalization and Protection’, in KLAUSEN, Jytte., TILLY, Louise A. (eds) **European Integration in Social and Historical Perspective 1850 to the Present**, pp. 223–48. Boulder, CO: Rowman & Littlefield, 2021. p. 99

<sup>20</sup> TILLY, Charles (1990) **Transplanted networks**, in Yans-McLaughlin, V. (ed.), **Immigration reconsidered: history, sociology and politics**, Oxford University Press, New York 1990, p. 84

<sup>21</sup> TILLY, Charles (1990) **Transplanted networks**, in Yans-McLaughlin, V. (ed.), **Immigration reconsidered: history, sociology and politics**, Oxford University Press, New York 1990, p. 84





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

mas como estímulo para pesquisa e melhor compreensão de redes sociais como estruturantes e influenciadoras ao comportamento individual, bem como na comunidade de assentamento.

As redes sociais permitem a reconstrução das causas, rotas e destino dos fluxos migratórios. As redes sociais são conceituadas de acordo Douglas Steven Massey como “complexos de laços interpessoais que ligam migrantes, migrantes anteriores e não migrantes nas áreas de origem e destino, através dos laços de parentesco, amizade e uniformidade de origem”<sup>22</sup> e a partir dessas referências, o autor fornece elementos explicativos sobre migração capazes de estabelecer pontes entre o micro (individualista) e o macro (estruturalista). O primeiro faz alusão aos pressupostos de uma decisão racional: os vínculos das redes sociais permite-nos compreender por que entre as pessoas sujeitas às condições estruturais, apenas alguns empreendem uma experiência de migração internacional, porque escolheram certos destinos e não necessariamente os mais favoráveis economicamente e como se encaixa na nova sociedade; o segundo põe em destaque os principais fenômenos estruturais como a pobreza, opressão e os fatores atrativos demandantes da mão-de-obra, provocando assim, o movimento populacional<sup>23</sup>. Por consequência, o destaque às redes sociais é uma forma de compreender a migração como um processo social de longo prazo com própria dinâmica intrínseca<sup>24</sup>.

A teoria de rede concebe a migração como parte de redes sociais que atravessam o espaço, o tempo, surge, cresce e declina. Nesse contexto, as decisões individuais são compreendidas dentro de grupos sociais que medeiam entre condições sociais e econômicas determinadas ao nível micro os reais comportamentos migratórios. Por isso, a experiência anterior aos fluxos migratórios de indivíduos, grupos de famílias, dispositivos de apoio, fluxos de informação<sup>25</sup>, são menos importantes em relação aos cálculos econômicos em relação ao ponto de partida e de che-

<sup>22</sup> MASSEY, Douglas Steven. (1988). **Economic development and international migration in comparative perspective**, in “Population and Development Review”, n.14, pp.383-413, 396

<sup>23</sup>AMBROSINI, Maurizio. **La fatica di integrarsi. Immigrazione e lavoro in Italia**, Bologna, Il Mulino, 2001; AMBROSINI, Maurizio. **Sociologia delle migrazioni**, Bologna, Il Mulino, 2005

<sup>24</sup> CASTLES, Stephen. (2004) **The factors that make and unmake migration policies**, in “International Migration Review”, vol.8, n.3, pp.852-884

<sup>25</sup> SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo, Edusp,1998





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

gada. As rotas e destinos dos refugiados e requerentes de asilo não são dependentes tão somente do fator de segurança em relação ao país acolhedor, mas são influenciados por laços sociais<sup>26</sup>.

### 3 MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS EM PERSPECTIVAS DE REDES SOCIAIS

As redes sociais são identificadas como estrutura horizontal, nela, os participantes é socialmente colocado mais ou menos no mesmo nível e, por conseguinte, encontram-se, trocam informações, exercem formas de ajuda mútua, de acordo de reciprocidade estendida, mesmo que possam ser incluídos elementos de exploração das necessidades ou fraquezas dos compatriotas recém-chegados; redes, por outro lado, com um caráter mais vertical, enquanto se referem a uma pessoa, um grupo às vezes uma instituição que se encontra em uma posição eminente, e que pode redistribuir informações e recursos de forma relativamente discricionária, aproveitando a assimetria das relações com os clientes.

As redes distinguem-se em pouco estruturadas e essencialmente informais, e redes que evoluem para as configurações institucionais mais formalizadas, ou que dão origem a instituições que se tornam pontos de referência para a socialização e intercâmbio. Na experiência latina e norte-americana é precisamente a agregação de base étnica que representa um fator diferencial nas trajetórias de integração das diferentes componentes da imigração e no próprio sucesso dos imigrantes em termos do desenvolvimento econômico e social na sociedade de assentamento. Outra distinção aparece no debate nos últimos anos é do “gênero das redes”. Nos estudos de Kristin Espinosa e Douglas Massey<sup>27</sup> sobre a migração mexicana para os Estados Unidos, foi descoberto que, as mulheres dependem mais das redes de que os homens em suas viagens migratórias, e estas mantêm uma influência maior na migração subsequente de outras mulheres.

<sup>26</sup> KOSER, Khalid. (1997) **Social networks and the asylum cycle: the case of Iranians in the Netherlands**, in “International Migration Review”, vol.31, n.3, pp.591-611.

<sup>27</sup> ESPINOSA, Kristin e MASSEY, Douglas. (1999) **Undocumented migration and the quantity and quality of social capital**, in Pries, L. (ed.), **Migration and transnational spaces**, Aldershot, Ashgate, pp.106-137





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Por outro lado, a migração feminina<sup>28</sup> enfatiza a formação e o funcionamento de redes nas quais as mulheres, ligadas por laços de parentescos, amizade ou mesmo interesse, organizam-se para inserção laboral de outras mulheres, proporcionam substitutos para aquelas que deixam o local de trabalho, desenvolvem formas de sociabilidade e atividades de lazer, oferecem proteção e apoio e, às vezes chegam ao ponto de organizar serviços informais, como o cuidado coletivo de crianças para aquelas que têm que ir trabalhar; homens, nestas redes dominadas por mulheres, é uma presença marginal e minoritária: se e quando chegam, é por reunificação “invertida”, em condições de dependência de suas esposas para cada necessidade, encontrando com frequência dificuldades de integração e contratempos psicológicos devido à perda de seu papel e reconhecimento social. Em terra estrangeira, as redes de mulheres dão origem a várias formas de apoio, desde a proximidade emocional, à reconstrução de práticas e laços comunitários, à conexão com a sociedade anfitriã e seus atores, até a ajuda material: no estudo anteriormente mencionado, as mulheres somalis alugaram acomodações que também podiam ser utilizadas por aquelas que tinham ficado sem emprego ou que o tenham encontrado.

As redes migratórias femininas são um fator de transformação das relações de gênero, mas também na construção de novas identidades femininas, não obstante, sob o signo de profundas ambivalências: as mulheres conquistam através da emigração espaços de autonomia e emancipação, aumentando suas posições da família e da comunidade de origem; mas não raro, elas têm que enfrentar o sofrimento da “maternidade transnacional”, ou seja, o esforço de manter, dentro do possível, relações com seus filhos, ao mesmo tempo, em que são obrigadas a ficar fisicamente separadas deles por muito tempo para oferecer-lhes a perspectiva de uma vida melhor<sup>29</sup>. Além disso, embora sejam eles que oferecem mantimentos que garantam a sua sobrevivência e com frequência até mesmo uma vida digna para a unidade familiar, sua contribuição econômica pode acabar mantendo o equilíbrio de poder em casa, e a própria sobrevivência das estruturas

<sup>28</sup> ANDERSON, Bridget. **Doing the dirty work? The global politics of domestic labour**, London, Zed books, 2000; PARREÑAS, Rhacel Salazar. (2001) **Servants of globalization. Women, migration, and domestic work**, Stanford (Cal.), Stanford University Press

<sup>29</sup> PARREÑAS, Rhacel Salazar. (2001) **Servants of globalization. Women, migration, and domestic work**, Stanford (Cal.), Stanford University Press





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

patriarcais<sup>30</sup>. Na sociedade acolhedora, a ação realizada pelas redes de mulheres, desproporcionalmente incluída na assistência doméstica, tem como resultado não intencional a consolidação da imagem da mulher imigrante como ícone de feminilidade dócil, carinhosa e submissa, desejada pelas sociedades receptoras, mas não facilmente encontrada entre as mulheres nativas.

Em suma, pode se considerar que se observam diferenças significativas entre redes dominadas por homens, redes dominadas por mulheres e redes que apresentam uma composição de gênero equilibrada, com a formação de unidades familiares e segundas gerações. Então algumas figuras e funções específicas podem ser identificadas nas redes, que às vezes se sobrepõem e em outros momentos se distinguem entre si. O pioneiro é aquele que abre uma nova rota migratória, tornando-se referência para as futuras chegadas, membros da família, parentes, conterrâneas e entre outros<sup>31</sup>, o mediador entre a demanda e oferta de trabalho e a oferta de compatriotas, atuando como coletor de informações em ambas as direções, como garantia da confiabilidade dos clientes, mediador em caso de conflitos e mal-entendidos<sup>32</sup>, assumindo papel de representação em relação à sociedade anfitriã desempenha uma função um pouco formal como garante da associação, mas também pode ser um líder religioso, guardião da identidade ancestral e em alguns aspectos para a manutenção das tradições culturais do país de origem do que a sua integração no novo contexto.

79

A leitura antropológica e cultural de Clifford, com referência ao Safran, vai mais além, identificando seis traços constitutivos das diásporas: (1) são desligados de um centro original e estabelecidos em pelo menos dois lugares periféricos; (2) mantém “uma visão, memória ou mito” sobre a pátria de origem; (3) sentem que não são plenamente aceitos pelo país anfitrião; (4) veem a terra de seus ancestrais como o lugar de um eventual retorno; (5) preocupam-se com a

<sup>30</sup> PESSAR, P. e MAHLER, S.J. (2003) **Transnational migration: bringing gender in**, in “International Migration Review”, vol.37, n.3, pp.812-846

<sup>31</sup> SCIDÀ, G. e PENDENZA, M. (2000) *Comunità transnazionali e capitale sociale: due concetti promettenti ma delicati*, in Scidà, G. (Org.), **I sociologi italiani e le dinamiche dei processi migratori**, Milano, F. Angeli-Ismu, pp.25-35.

<sup>32</sup> BERTOLANI B. (2003) “**Capitale sociale e intermediazione etnica: il caso degli indiani punjabi inseriti in agricoltura in provincia di Reggio Emilia**”, *Sociologia del Lavoro*, III, n. 91, 2003, “Capitale sociale, lavoro e sviluppo” a cura di Roberto Rizza e Giuseppe Scidà, pp. 92-102.







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

manutenção ou restauração da pátria; e (6) têm uma consciência de grupo e solidariedade definida de forma relevante pela persistência da relação com a pátria distante<sup>33</sup>.

Esta vertente sugere pistas sobre a função das redes na manutenção e transmissão da identidade ancestral, resistindo ao desgaste do tempo e às transações geracionais; mesmo que as reflexões mencionadas acima sobre a construção e reconstrução das identidades culturais em contextos de emigração nos alertam para a fluidez destes fenômenos, assim como para os processos, nem sempre conscientes e ainda menos explícitos, de reinterpretação e adaptação do patrimônio cultural tradicional para adaptá-lo ao novo contexto. Neste sentido, as redes migratórias, com as instituições às quais elas dão origem, são um local decisivo de produção cultural e de mediação.

### 4 ABANDONO DO PAÍS: ANTECEDENTES DE MIGRAÇÃO VENEZUELANA

O direito de abandonar o próprio país é consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, estabelecendo que, todas as pessoas devem ser livres de decidirem por si mesmas se devem ou não migrar<sup>34</sup>. Se os países em via de desenvolvimento criam políticas relacionadas à mitigação da migração, devem fazê-lo não com o intuito de impedi-los, mas para que a migração se torne livre escolha e não uma decisão forçada por questões de emergência humanitária. Enquanto não houver oportunidades econômicas para levar uma vida digna, enquanto perpetuarem-se guerras e violações de direitos humanos, enquanto existirem estados frágeis, estados com marcas de conflitos, violência e perseguições étnicas, política, religiosa, a migração será uma necessidade e não escolha. Nesta abordagem, as sociedades atuais vivem problemas relacionados às migrações forçadas devido à intolerância religiosa, crise política e social que afetam várias

80

<sup>33</sup> CLIFFORD, J. 1999 **Strade. Viaggio e traduzione alla fine del secolo XX**, trad. it. Torino, Bollati Boringhieri, p. 303

<sup>34</sup> Em relação à mobilidade humana motivada por alguns fatores, a Declaração Universal dos Direitos Humanos nos artigos que seguem estabelece: “art. XIII 1. Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado. Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar. art. XIV Art. 1. Todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países”. ONU (1948). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. UNIC/Rio/005, janeiro 2009. (DPI/876). Disponível em <https://www.sigas.pe.gov.br/files/04092019102510-declaracao.universla.dos.direitos.hmanos.pdf>, acesso em 15 jan. 2023





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

regiões, influenciando as relações econômicas de distintos países. Quanto à historicidade e razões dos fluxos migratórios, Mario França Miranda salienta que,

O fenômeno da migração é tão antigo quanto à própria humanidade. Populações inteiras, tribos, famílias e indivíduos deixam sua terra natal premidos por contingências naturais, como falta de chuva ou frio excessivo, bem como por fatores sociais como guerra, desemprego, perseguição religiosa ou política. A própria Bíblia atesta ricamente este fato<sup>35</sup>.

Roberto Kurz citado por Roberto Marinucci e Rosita Milesi não refuta a ideia segundo a qual, o fenômeno migratório remonta desde a origem da humanidade, no entanto, demonstra-se crítico à ideia que relaciona a migração à melhoria das condições de vida, e sugere o abandono à explicação que dá conta de que, o ser humano sempre provocou guerras, violência, conflitos e migrou, pois:

É preciso deixar de dar explicações do tipo que “o ser humano sempre fez guerras e sempre migrou”. Isto não ajuda a compreender este fenômeno que é inédito e nunca ocorreu em tão alta escala como agora. A migração não é nada novo na história da modernização, mas sim, há um erro na avaliação ao dizer que as pessoas migram livremente em busca de melhores condições. É um processo coativo. Os pobres são livres para vender sua mão de obra, porém fazem isto porque não têm condições para controlar sua existência. A transformação da sociedade capitalista numa situação mundial produziu uma sociedade de exclusão. O ser humano participa de um sistema no qual vende abstratamente sua mão de obra e integra uma engrenagem (montada) para produzir acumulação infinita de capital<sup>36</sup>.

81

Por seu turno, Roberto Marinucci e Rosita Milesi pesquisando sobre Migrações Internacionais contemporâneas, explicam sobre os fatores relacionados à mobilidade internacional, destacando, nesta pesquisa, as causas econômicas. Os autores explicam que,

O processo de migração internacional pode ser desencadeado por diversos fatores: em consequência de desastres ambientais, guerras, perseguições políticas, étnicas ou cultu-

<sup>35</sup> MIRANDA, Mario de França. A migração como desafio à fé cristã. **REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**. Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – Brasil. Ano XV – Número 28. 2007. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=407042005008>, acesso em 15 jan. 2023, p. 197

<sup>36</sup> MARINUCCI, Roberto; MILESI, Rosita. **Migrações Internacionais Contemporâneas**. 2011. Disponível em <http://www.ufjf.br/pur/files/2011/04/migra%20c3%87%20c3%83ono-mundo.pdf>. acesso em 15 jan. 2023, p. 4





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

rais, causas relacionadas a estudos em busca de trabalho e melhores condições de vida, entre outros. O principal motivo para esses fluxos migratórios internacionais é o econômico, no qual as pessoas deixam seu país de origem, visando à obtenção de emprego e melhores perspectivas de vida em outras nações<sup>37</sup>.

Isso leva-nos a considerar que, a migração é um fenômeno estrutural que pode ter impactos positivos ou negativos para as sociedades. Ela é parte da evolução da sociedade humana ligada à estratégia de sobrevivência, às vezes impulsionada pela curiosidade, determinada pelas oportunidades de comércio e, portanto, parte da natureza humana. Com o deslocamento das pessoas através das fronteiras, culturas influenciam-se e enriquecem-se mutuamente, como é notável, o alfabeto por meio do qual se codifica e se transmite estruturas do pensamento através da linguagem da escrita com origem no Médio Oriente. Exemplificando ainda, os números usados para contar, medir e planejar a vida tem a sua origem na Índia e chegaram à Europa por intermédio dos árabes que, “como tantas vezes no campo da ciência [...], desempenharam um papel intermediário entre os inventores e a sociedade europeia na Idade Média”<sup>38</sup>.

A história dos movimentos migratórios transcende as fronteiras nacionais, não obstante a obviedade desta observação, nem sempre foi assim, até a década de 1970, a emigração na reconstrução historiográfica é vista a partir do lugar de partida e de chegada. A pesquisadora Anna Maria Martellone com a sua pesquisa *A Little Italy in the Athens of America*<sup>39</sup>, foi pioneira ao estudar a comunidade italiana nos Estados Unidos e tempo depois aparecem as pesquisas da antropóloga Carla Bianco<sup>40</sup>. Em 1969, a Convenção de Estudos sobre Emigração e Trabalho dos Italianos nos Estados Unidos da América marcou o início da comunicação entre estudiosos italianos e americanos de migrações italianas, começando a reunir “o lugar de partida e o lugar de chegada”<sup>41</sup>.

<sup>37</sup> MARINUCCI, Roberto; MILESI, Rosita. **Migrações Internacionais Contemporâneas**. 2011. Disponível em <http://www.ufjf.br/pur/files/2011/04/migra%20c3%87%20c3%83ono-mundo.pdf>. acesso em 15 jan. 2023

<sup>38</sup> LEPLUS (2011). **Les chiffres arabes sont indiens**. Disponível em <http://leplus.nouvelobs.com/contribution/2246-les-chiffres-arabes-sont-indiens.html>, acesso em 16 jan. 2023

<sup>39</sup> Martellone, Anna Maria. **Una Little Italy nell'Atene d'America. La comunità italiana di Boston dal 1880 al 1920**. Naples: Guida, 1973.

<sup>40</sup> BIANCO, Carla. **The two Rosetos**. Bloomington, Ind.: Indiana University Press, 1974

<sup>41</sup> La Convenzione delle Nazioni Unite per la protezione dei diritti dei lavoratori migranti e dei loro familiari, formulata nel 1990





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Há algum tempo, a revista italiana *Altreitalia* (outras Itália) organizou uma conferência com objetivo de reunir pesquisadores sobre as antigas e novas migrações e verificar como o paradigma historiográfico das migrações italianas faria o debate contemporâneo sobre migração.

A adoção do léxico foi fundamental para o estabelecimento do diálogo e verificar se a terminologia adotada para os debates sobre novos movimentos migratórios e ver se ela poderia ser adaptada a interpretação de experiência migratória italiana. A conferência se intitulava: “Emigração italiana: caminhos interpretativos entre diáspora, transnacionalismo e gerações”<sup>42</sup>. Examinando os processos pelos quais os imigrantes constroem e mantêm laços com a pátria, observou como a definição cunhada por Basch, Glick Schiller e Szanton Blanc, segundo a qual no transnacionalismo de hoje “a vida dos emigrantes atravessa as fronteiras nacionais e reúne duas sociedades em único campo social”<sup>43</sup> também se encaixa na história de milhões de imigrantes italianos nos países latino-americanos.

### 5 FLUXOS MIGRATÓRIOS: PERSPECTIVA DE CADEIA MIGRATÓRIA

83

A ideia da migração não é elaborada singularmente, mas se encontra dentro do contexto familiar e social mais complexo<sup>44</sup>. Por detrás de cada migrante há uma família, são poucos os que deixam o seu país e emigram sem nenhum contato e sem nenhuma referência. Em síntese, a escolha dos que decidem emigrar é determinada por cadeias migratórias, ou melhor, por toda uma série de fatores que permite à pessoa identificar um país de destino para adquirir referências precisas. O que significa que, ninguém parte para um rumo desconhecido, no entanto, as fontes de informação sobre as regiões de destino são escassas ou distorcidas.

<sup>42</sup> Maddalena Tirabassi (ed.), *Itinera. Paradigmi delle migrazioni italiane*, Torino, Ed. Fondazione Giovanni Agnelli, 2005. Este volume é o resultado da **Conferência Emigração Italiana: Caminhos Interpretativos entre Diáspora, Transnacionalismo e Gerações**, realizada em Turim, de 29 a 30 de março de 2004.

<sup>43</sup> SCHILLER Nina Glick, BASCH, Linda, BLANC-SZANTON Cristina (1992). Towards a Definition of Transnationalism Introductory Remarks and Research Questions. *Annals of the New York Academy of Sciences. Towards a Transnational Perspective on Migration: Race, Class, Ethnicity, and Nationalism Reconsidered*. Volume 645, Issue 1. Disponível em <https://doi.org/10.1111/j.1749-6632.1992.tb33482.x>, acesso em 17 jan. 2023

<sup>44</sup> DEVOTO, FERNANDO J, *Las cadenas migratorias italianas: algunas reflexiones a la luz del caso argentino*. In: *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, n. 8, Buenos Aires, 1988.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Com frequência, o que se sabe sobre o país de destino vem de correspondência privada por meio de parentes e amigos ou do que se lê nos jornais. A ideia de emigração é baseada em informações escassas que de certa forma são parciais<sup>45</sup>. Alguns planos sobre movimentos migratórios envolvem a permanência no destino ou retorno no país de origem. Sobre isso, Osvaldo Truzzi,

Circulares: quando o indivíduo se desloca a um mercado por um determinado intervalo de tempo definido, ao cabo do qual retorna a sua origem. Em cadeia: que envolve o deslocamento de indivíduos motivados por uma série de arranjos e informações fornecidas por parentes e conterrâneos já instalados no local de destino<sup>46</sup>.

Continuando,

De outro modo, é natural que uma emigração com características circulares acabe deixando residualmente, com o decorrer dos anos, alguns indivíduos estabelecidos no local de destino. Esses pioneiros, sobretudo se bem sucedidos, podem agir como elementos de atração para que outros eventualmente se estabeleçam, facilitando a fixação de novos ingressantes em caráter permanente. Ao cabo de alguns anos, a emigração outrora circular pode assumir uma característica de cadeia<sup>47</sup>.

84

A cadeia migratória é frequentemente uma cadeia de ilusões alimentada pelos relatos ou relatos escritos daqueles que voltam ocasionalmente, por histórias que escolhem falhas e dificuldades, e alimentam ilusões. Se tiver que escolher um país, escolherá sempre onde tem parentes, amigos e/ou conhecidos. Este fato condiciona posteriormente o tempo e a forma de integração na sociedade do destino.

[...] emigra-se ainda jovem, quando os entusiasmos (e provavelmente também as ilusões) são maiores e, sobretudo, quando se avalia que os potenciais benefícios advindos da emigração poderão ainda ser usufruídos, justamente porque se estima ter muitos anos de vida pela frente<sup>48</sup>.

<sup>45</sup> CASTELLS, M. **A sociedade em Rede: a era da Informação, Economia, Sociedade e Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

<sup>46</sup> TRUZZI, Osvaldo (2008). Redes e processos migratórios. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v20n1/a10v20n1.pdf>. Acesso em 17 jan de 2023, p. 200

<sup>47</sup> TRUZZI, Osvaldo (2008). Redes e processos migratórios. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v20n1/a10v20n1.pdf>. Acesso em 17 jan de 2023, p. 201

<sup>48</sup> TRUZZI, Osvaldo (2008). Redes e processos migratórios. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v20n1/a10v20n1.pdf>. Acesso em 17 jan de 2023, p. 204





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

De fato, nesse último sentido, compreende-se que os vínculos sociais possam ser valorizados não apenas na sociedade de origem, instruindo a decisão de emigrar, mas também na sociedade de recepção, após a emigração. Daí o valor estratégico dos vínculos comunitários também no período de integração à nova sociedade, normalmente estudados segundo uma série de indicadores, entre os quais os padrões residenciais, ocupacionais, matrimoniais e o vigor das associações étnicas (especialmente associações de socorro mútuo organizadas por origem) são os mais comuns<sup>49</sup>.

A decisão de partir leva frustração, sofrimento, exigindo esforço para justificar a escolha e o abandono. Tal esforço traduz-se em tentativa de provar o próprio sucesso, de mostrar aos que ficaram para trás que valeu a pena para banir sentimento de traição ao próprio passado. A migração é um projeto que não é dado duma vez por todas, mas muda<sup>50</sup>. O contexto cultural, social, político, econômico, demográfico e as condições gerais determinam uma evolução contínua do próprio projeto que, se no início era de curto prazo, mas tarde se liberta da precariedade. As aspirações têm que ser redimensionadas e revistas, até porque a pessoa que decide não tem noção do tipo de vida que lhe espera. As histórias, as imagens que foram determinantes no seu local de partida são completamente diferentes da realidade atual. Entretanto, todas essas dificuldades inesperadas são aceitas às vezes mantidas voluntariamente, porque a presença é considerada transitória (isso é chamado mito do retorno<sup>51</sup>). É difícil encontrar pessoas que não queiram voltar, sempre no início, todos têm intenção do retorno, entretanto, depois de alguns anos, o discurso muda. Mesmo o grupo por trás do migrante, por meio de cartas ou telefonemas<sup>52</sup>, tem a certeza de que mais cedo ou mais tarde haverá um retorno. Por essa razão, todas as condições de marginalidade, de subalternidade, muitas vezes assumidas voluntariamente, são aceitas. Muitas vezes os nativos têm dificuldade de entender a razão pela qual muitas pessoas decidem viver em uma situação de degradação, de marginalidade; muitas vezes visto como uma força do trabalho<sup>53</sup>.

<sup>49</sup> TRUZZI, Osvaldo (2008). Redes e processos migratórios. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/ts/v20n1/a10v20n1.pdf>. Acesso em 17 jan de 2023, p. 210

<sup>50</sup> COLOMBO, Enzo. **Le società multiculturali**. Roma: Carocci, 2002.

<sup>51</sup> FERRO, Anna (org.) **Migrazione, ritorni e politiche di supporto Analisi del fenomeno della migrazione di ritorno e Rassegna di programmi di sostegno al rientro**. Centro Studi di Politica Internazionale, Fondazione 4 Africa Senegal, Novembro de 2010

<sup>52</sup> OTERO, Hernán Gustavo. Cartas a León: a propósito de las continuidades y rupturas de los inmigrantes franceses en Argentina. *Prohistoria*; 2021; 47-65.

<sup>53</sup> SAYAD, A. **A Imigração: ou os paradoxos da alteridade**. Tradução C. Murachco. São Paulo: Edusp, 1998.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Uma das explicações dadas pode ser o mito de retorno<sup>54</sup> que determina desinteresse em melhorar as condições de vida: a perspectiva permanece a curto prazo<sup>55</sup>. Nesta circunstância, o migrante só está interessado em acumular o máximo de capital possível e depois voltar para casa.

Como foi acima referenciado, muitas pessoas que decidem partir podem ter uma experiência negativa de sua própria pertença. De fato, tem sido observado que no país de imigração, a referência cultural de origem, o próprio pertencimento, o reconhecimento de si em seu próprio país tona-se fundamental, única identidade reconfortante<sup>56</sup>. Uma identidade, porém, que permanece como se estivesse congelada, consistindo no que se coloca na mala no momento da partida, como fotografia com referências centradas naquele contexto histórico, político, social, econômico<sup>57</sup>. No entanto, as coisas no país de origem mudam, o tempo passa e os costumes e as visões evoluem, no entanto, os que abandonaram o país não tem noção das transformações ocorridas<sup>58</sup>. Por consequência, muitas vezes é interessante ver como em comunidades e pessoas que emigraram mesmo após períodos muito longos, certos elementos culturais permaneceram absolutamente consistentes em relação aos períodos anteriores. Tudo isso leva ao sentimento de desorientação no emigrante quando, por exemplo, volta para casa, por isso mesmo, o imigrante muitas vezes se sente estrangeiro mesmo em própria casa<sup>59</sup>.

Outro detalhe importante é que aqueles que emigram não só tem que enfrentar as dificuldades ligadas a seu projeto, mas também aquelas ligadas ao fato de que se encontra em um contexto de comunicação muito difícil. Uma categoria usada para explicar, por exemplo, a relação entre tradição e modernidade. O emigrante é frequentemente uma pessoa que luta para viver este binômio, mas não tanto porque é o portador da traição em um contexto moderno, mas porque

<sup>54</sup> SAYAD, A. (2000). **O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante**. Travessia, número especial.

<sup>55</sup> SAYAD, A. (2000). **O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante**. Travessia, número especial; FERRO, Anna (org.) **Migrazione, ritorni e politiche di supporto Analisi del fenomeno della migrazione di ritorno e Rassegna di programmi di sostegno al rientro**. Centro Studi di Politica Internazionale, Fondazione 4 Africa Senegal, Novembro de 2010

<sup>56</sup> DI CRISTOFARO, Longo G. **Identità e cultura**. Verso un'antropologia della reciprocità. Roma: Studium, 1993; CHAMBERS, I. **Migrancy, culture, identity**. London/New York: Routledge, 1994.

<sup>57</sup> OTERO, Hernán Gustavo. Cartas a León: a propósito de las continuidades y rupturas de los inmigrantes franceses en Argentina. Prohistoria; 2021 ; 47-65.

<sup>58</sup> KRISTEVA, Julia. **Stranieri a se stessi**. Milano: Feltrinelli, 1990.

<sup>59</sup> KRISTEVA, Julia. **Stranieri a se stessi**. Milano: Feltrinelli, 1990.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

experimentou esta luta dentro de seu próprio país<sup>60</sup>. O emigrante, dentro deste sistema complexo de relações, é obrigado a reorganizar sua maneira de enxergar a realidade, ele se acostuma a uma organização social diferente. Basta pensar no desconforto experimentado, por exemplo, pelas mulheres da América Latina, que prestam cuidados a europeus idosos, e que descobrem como a terceira idade é percebida em sociedade como absolutamente marginal, enquanto em seu contexto de origem a terceira idade é carregada de valor, de importância. E a história do espanto, a sensação de absurdo, de estraneidade que muitas mulheres de contextos em que a terceira é valorizada, e cada família cuidam de seus próprios idosos, é contínua.

O migrante reformula toda uma série de referências fundamentais de seu modo de vida: diferentes concepções de vida, a maneira de se relacionar com a vida e a morte determinam práticas e comportamentos diários ao qual o migrante deve se reajustar. Muitas vezes seu estilo de vida está em contraste com o novo contexto. Muitas vezes é portador de conhecimentos e saber fazer que sejam desconsiderados ou mesmo denegridos. Os migrantes também são homens forçados a considerar seus corpos como um sinal distintivo, frequentemente marginalizante; seus corpos são um elemento que os identifica imediatamente.<sup>61</sup> Assim é o próprio nome; enquanto para uma pessoa ocidental, um nome é frequentemente algo absolutamente anônimo, para um migrante, um nome é uma ocasião contínua para o julgamento, crítica, porque é o portador de uma pertença específica. Além disso, muitas vezes tem que assumir plenamente as tarefas de educação e transmissão de valores a seus filhos, onde sociedades normais essas tarefas são, além disso, compartilhadas entre as instituições educacionais e a família. O imigrante, geralmente, tem que improvisar e desempenhar vários papéis para os quais não está preparado e para os quais não recebe nenhum apoio, mas pelos quais é sempre responsável para si, para a sua família de origem, para as instituições do país onde decidiu viver.

Aliado a uma nova abordagem teórica conceitual, as configurações dos fluxos migratórios em relação ao ponto de partida, destino, duração e grupos que deixam seu país, exigem uma revisão quanto à perspectiva teórica, bem como à sua tipologia: migrações internacionais, migra-

<sup>60</sup> AMBROSINI, Maurizio. **Sociologia delle migrazioni**. Bologna: Il Mulino, 2005.

<sup>61</sup> SAYAD, A. (1998). **A Imigração. Ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo, Edusp.







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

ções nacionais, definitivas temporais, sazonais, de retorno, rurais-urbanas elaboradas nas décadas de 1960 e 1970. Pesquisadores empreenderam esforços para a compreensão de atuais processos migratórios e seus resultados no concernente à construção de categorias teórico-conceituais<sup>62</sup>.

A perspectiva mais recente dos fluxos migratórios concerne os fatores de atração que identifica na nação acolhedora as razões de mobilidade para esse destino. Estabelecendo comparação entre o país de origem do migrante e o país acolhedor, compreende-se que, há fatores sociais que determinam a migração. Em se tratando de fluxos migratórios internacionais com foco especial para a questão da crise humanitária venezuelana que resulta em mobilidade de seus cidadãos para países vizinhos, a sua verificabilidade, intensidade e característica é uma tarefa difícil devido às restrições existentes na obtenção de fontes de informações na ótica da Venezuela. Não obstante, isso existem fontes disponibilizadas pelas agências internacionais sobre migrantes venezuelanos e dos países que constituem destino preferencial deste fluxo migratório<sup>63</sup>.

### 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

88

À guisa de conclusões, as redes sociais de migrações foram compreendidas como abordagem teórica que promove a mobilidade e a inserção dos migrantes no lugar de destino, para tanto, servem-se das informações dos familiares, amigos, conterrâneos que já se estabeleceram no local onde pretendem residir. Elas são igualmente fatores de transformação e construção de novas identidades.

<sup>62</sup> BRITO, F. *As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes*.

Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. SILVA, M. A. M.; MENEZES, M. A. *Migrações Rurais no Brasil: velhas e novas questões*. 2006. Mimeo. ALMEIDA, G. M. R.; BAENINGER, R. Modalidades migratórias internacionais: da diversidade dos fluxos às novas exigências conceituais. In: XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS, 6 a 11 de setembro de 2011. *Anais...* Recife-PE: UFPE, 2011.

<sup>63</sup> RITO, F. *As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes*.

Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. SILVA, M. A. M.; MENEZES, M. A. *Migrações Rurais no Brasil: velhas e novas questões*. 2006. Mimeo. ALMEIDA, G. M. R.; BAENINGER, R. Modalidades migratórias internacionais: da diversidade dos fluxos às novas exigências conceituais. In: XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS, 6 a 11 de setembro de 2011. *Anais...* Recife-PE: UFPE, 2011





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. M. R.; BAENINGER, R. **Modalidades migratórias internacionais: da diversidade dos fluxos às novas exigências conceituais.** In: XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS, 6 a 11 de setembro de 2011. *Anais...* Recife-PE: UFPE, 2011.

AMBROSINI, Maurizio. **La fatica di integrarsi. Immigrazione e lavoro in Italia**, Bologna, Il Mulino, 2001.

AMBROSINI, Maurizio. **Sociologia delle migrazioni**, Bologna, Il Mulino, 2005.

ANDERSON, Bridget. **Doing the dirty work? The global politics of domestic labour**, London, Zed books, 2000; PARREÑAS, Rhacel Salazar. (2001) **Servants of globalization. Women, migration, and domestic work**, Stanford (Cal.), Stanford University Press.

BAENINGER, R. Modalidades migratórias internacionais: da diversidade dos fluxos às novas exigências conceituais. In: XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS, 6 a 11 de setembro de 2011. *Anais...* Recife-PE: UFPE, 2011.

BERTOLANI B. (2003) “**Capitale sociale e intermediazione etnica: il caso degli indiani punjabi inseriti in agricoltura in provincia di Reggio Emilia**”, *Sociologia del Lavoro*, III, n. 91, 2003, “Capitale sociale, lavoro e sviluppo” a cura di Roberto Rizza e Giuseppe Scidà, pp. 92-102.

BIANCO, Carla. **The two Rosetos**. Bloomington, Ind.: Indiana University Press, 1974.

CASTELLS, M. **A sociedade em Rede: a era da Informação, Economia, Sociedade e Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

CASTLES, Stephen. (2004) **The factors that make and unmake migration policies**, in “*International Migration Review*”, vol.8, n.3, pp.852-884.

CLIFFORD, J. 1999 **Strade. Viaggio e traduzione alla fine del secolo XX**, trad. it. Torino, Bollati Boringhieri, p. 303.

COLOMBO, Enzo. **Le società multiculturali**. Roma: Carocci, 2002.

DEVOTO, FERNANDO J, **Las cadenas migratorias italianas: algunas reflexiones a la luz del caso argentino**. In: *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, n. 8, Buenos Aires, 1988.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

DI CRISTOFARO, Longo G. **Identità e cultura**. Verso un'antropologia della reciprocità. Roma: Studium, 1993; CHAMBERS, I. **Migrancy, culture, identity**. London/New York: Routledge, 1994.

ESPINOSA, Kristin e MASSEY, Douglas. (1999) **Undocumented migration and the quantity and quality of social capital**, in Pries, L. (ed.), **Migration and transnational spaces**, Aldershot, Ashgate, pp.106-137.

FAIST, Thomas. (1997). 'Migration in Contemporary Europe: European Integration, Economic Liberalization and Protection', in KLAUSEN, Jytte., TILLY, Louise A. (eds) **European Integration in Social and Historical Perspective 1850 to the Present**, pp. 223–48. Boulder, CO: Rowman & Littlefield.

FERRO, Anna (org.) **Migrazione, ritorni e politiche di supporto Analisi del fenomeno della migrazione di ritorno e Rassegna di programmi di sostegno al rientro**. Centro Studi di Politica Internazionale, Fondazione 4 Africa Senegal, Novembro de 2010 .

KOSER, Khalid. (1997) **Social networks and the asylum cycle: the case of Iranians in the Netherlands**, in "International Migration Review", vol.31, n.3, pp.591-611.

KRISTEVA, Julia. **Stranieri a se stessi**. Milano: Feltrinelli, 1990.

La Convenzione delle Nazioni Unite per la protezione dei diritti dei lavoratori migranti e dei loro familiari, formulata nel 1990.

LEPLUS (2011). **Les chiffres arabes sont indiens**. Disponível em <http://leplus.nouvelobs.com/contribution/2246-les-chiffres-arabes-sont-indiens.html>, acesso em 16 jan. 2023.

MARINUCCI, Roberto; MILESI, Rosita. **Migrações Internacionais Contemporâneas**. 2011. Disponível em <http://www.ufjf.br/pur/files/2011/04/migra%20c3%87%20c3%83ono-mundo.pdf>. acesso em 15 jan. 2023, p. 4.

MARTELLONE, Anna Maria. **Una Little Italy nell'Atene d'America. La comunità italiana di Boston dal 1880 al 1920**. Naples: Guida, 1973.

MASSEY, Douglas Steven. (1988). **Economic development and international migration in comparative perspective**, in "Population and Development Review", n.14, pp.383-413, 396 .





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

MIRANDA, Mario de França. A migração como desafio à fé cristã. **REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**. Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – Brasil. Ano XV – Número 28. 2007. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=407042005008>, acesso em 15 jan. 2023, p. 197.

ONU (1948). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. UNIC/Rio/005, janeiro 2009. (DPI/876). Disponível em <https://www.sigas.pe.gov.br/files/04092019102510-declaracao.universla.dos.direitos.hmanos.pdf>, acesso em 15 jan. 2023.

OTERO, Hernán Gustavo. **Cartas a León: a propósito de las continuidades y rupturas de los inmigrantes franceses en Argentina**. Prohistoria; 2021; 47-65.

PARREÑAS, Rhacel Salazar. (2001) **Servants of globalization. Women, migration, and domestic work**, Stanford (Cal.), Stanford University Press.

PESSAR, P. e MAHLER, S.J. (2003) **Transnational migration: bringing gender in**, in “International Migration Review”, vol.37, n.3, pp.812-846.

RAVENSTEIN, Ernst Georg. **The Laws of Migration**. Journal of the Statistical Society of London Vol. 48, No. 2 (Jun, 1885), pp. 167-235.

RITO, F. *As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. SILVA, M. A. M; MENEZES, M. A. **Migrações Rurais no Brasil: velhas e novas questões**. 2006. Mimeo.

SAYAD, A. **A Imigração: ou os paradoxos da alteridade**. Tradução C. Murachco. São Paulo: Edusp, 1998.

SAYAD, A. (2000). **O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante**. Travessia, número especial.

SCHILLER Nina Glick, BASCH, Linda, BLANC-SZANTON Cristina (1992). Towards a Definition of Transnationalism Introductory Remarks and Research Questions. Annals of the New York Academy of Sciences. **Towards a Transnational Perspective on Migration: Race, Class, Ethnicity, and Nationalism Reconsidered**. Volume645, Issue1. Disponível em <https://doi.org/10.1111/j.1749-6632.1992.tb33482.x>, acesso em 17 jan. 2023.

SCIDÀ, G. e PENDENZA, M. (2000) Comunità transnazionali e capitale sociale: due concetti promettenti ma delicati, in Scidà, G. (Org.), **I sociologi italiani e le dinamiche dei processi migratori**, Milano, F. Angeli-Ismu, pp.25-35.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

TIRABASSI, Maddalena (ed.), **Itinera. Paradigmi delle migrazioni italiane**, Torino, Ed. Fondazione Giovanni Agnelli, 2005. Este volume é o resultado da **Conferência Emigração Italiana: Caminhos Interpretativos entre Diáspora, Transnacionalismo e Gerações**, realizada em Turim, de 29 a 30 de março de 2004.

TILLY, Charles (1990) **Transplanted networks**, in Yans-McLaughlin, V. (ed.), **Immigration reconsidered: history, sociology and politics**, Oxford University Press, New York 1990.

TRUZZI, Osvaldo (2008). Redes e processos migratórios. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v20n1/a10v20n1.pdf>. Acesso em 17 jan de 2023





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### CONSTITUCIONALISMO DEMOCRÁTICO: DEMOCRACIA MOÇAMBICANA, DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS CIDADÃOS

Antônio Raúl Siteo<sup>64</sup>

José Gil Vicente<sup>65</sup>

#### RESUMO

A pesquisa tem como objeto o constitucionalismo democrático, democracia moçambicana e; direitos fundamentais dos cidadãos. O constitucionalismo democrático surge no princípio do século XX como alternativa às ideologias autoritárias até esse período dominante. Nisso, existe uma combinação entre o constitucionalismo e o Estado Democrático de Direito, sendo que, o primeiro impõe limites à observância, gozo e garantia dos direitos fundamentais enquanto, a democracia é concernente à ideologia política na qual se encontra assente a soberania popular. Significando que, o constitucionalismo democrático, Estado Democrático de Direito fundamenta-se pelo respeito aos direitos fundamentais consagrados na constituição e no governo popular. Em outras palavras, é uma forma de organização social que se funda no pacto de pessoas livres e iguais. Outrossim, a constituição de 1990 que inaugura a democracia moçambicana, abrindo-se ao multipartidarismo, a mesma estabelece nos seus artigos 1 e 2 o seguinte: “a República de Moçambique é um Estado independente, soberano, unitário, democrático e de justiça social. [...] A soberania reside no povo. O povo moçambicano exerce a soberania segundo as formas fixadas na Constituição”. Essas visões contrapostas ao autoritarismo centralizador do exercício do poder estatal que com frequência violam os direitos fundamentais. Embora sob a égide do estatuído nos parágrafos 1, 2 e 3 do art. 74 da mesma constituição referente à liberdade de expressão, de imprensa e o direito à informação, o exercício desse direito bem como os demais direitos são violados pelo poder político. A pesquisa embasa-se sobre teorias constitucionalistas, teoria política, fontes e legislações como a Constituição de Moçambique de 1990, legislação sobre a imprensa, relatórios dos organismos internacionais que lidam com os direitos humanos e outras fontes bibliográficas que possam ser interessantes à nossa discussão. Discutir sobre essa questão tornou-se tão urgente e pertinente justificado por atentados aos princípios básicos da democracia moçambicana. Esta proposta e problematização surgem num momento em que, hoje como outrora toda a manifestação popular é reprimida por todos os meios mais ostensivos do estado. Tal fenômeno sugere que, o poder judicial é inerte à defesa da democracia e dos direitos fundamentais e ao combate contra os seus inimigos. A pesquisa adota o método documental, bibliográfico e interdisciplinar. Os perigos visualizados contra o direito à manifestação, liberdade de expressão, de imprensa e o direito à informação atestam a ineficácia e a inconstância do sistema democrático moçambicano.

93

<sup>64</sup> Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense, e-mail: antonio\_teacher@hotmail.com

<sup>65</sup> Professor Adjunto do ICET/UFAM - Universidade Federal do Amazonas, Brasil. Pós-doutorado pela Universidade Salgado de Oliveira, Doutor Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense, Doutorado Internacional em Ciências de Educação, pela Università di Roma Tor Vergata, Itália, com período cotutela na Universidad de Granada - Espanha, bolsista-Scuola di Dottorato di Roma. Email: gilson.vicente84@gmail.com; gilvicente2007@yahoo.com.br





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

**Palavras-chave:** Constitucionalismo democrático. Democracia moçambicana. Direitos fundamentais dos cidadãos

### ABSTRACT

This research focuses on democratic constitutionalism, Mozambican democracy and citizens' fundamental rights. Democratic constitutionalism emerged at the beginning of the 20th century as an alternative to the authoritarian ideologies that had dominated until then. The former imposes limits on the observance, enjoyment and guarantee of fundamental rights, while democracy concerns the political ideology on which popular sovereignty is based. This means that democratic constitutionalism, the Democratic Rule of Law, is based on respect for the fundamental rights enshrined in the constitution and popular government. In other words, it is a form of social organisation based on the pact of free and equal people. Furthermore, the 1990 constitution, which inaugurated Mozambican democracy and opened up to multi-party politics, states in its articles 1 and 2 that: "the Republic of Mozambique is an independent, sovereign, unitary, democratic and social justice state. [...] Sovereignty resides in the people. The Mozambican people exercise sovereignty in the manner laid down in the Constitution". These visions stand in contrast to the centralising authoritarianism of the exercise of state power, which often violates fundamental rights. Although under the aegis of paragraphs 1, 2 and 3 of art. 74 of the same constitution regarding freedom of expression, the press and the right to information, the exercise of this right as well as other rights are violated by political power. The research is based on constitutionalist theories, political theory, sources and legislation such as the 1990 Constitution of Mozambique, legislation on the press, reports from international organisations that deal with human rights and other bibliographical sources that may be interesting to our discussion. Discussing this issue has become so urgent and pertinent that it is justified by attacks on the basic principles of Mozambican democracy. This proposal and problematisation come at a time when, today as in the past, all popular demonstrations are repressed by all the most ostentatious means of the state. This phenomenon suggests that the judiciary is inert in the defence of democracy and fundamental rights and in the fight against its enemies. The research adopts the documentary, bibliographical and interdisciplinary method. The dangers visualised against the right to demonstrate, freedom of expression, the press and the right to information attest to the ineffectiveness and inconstancy of the Mozambican democratic system.

94

**Keywords:** Democratic constitutionalism. Mozambican democracy. Citizens' fundamental rights.

## 1 INTRODUÇÃO

A República de Moçambique tornou-se independente em 1975, tendo entrado em vigor a primeira Constituição da República, que perdurou 15 anos. Em 1990 entrou em vigor uma nova Constituição que contribuiu na alteração da ordem política, social e econômica do país e foi aperfeiçoada com a Constituição de 2004, revista em 2018. Almejamos analisar como os diferentes textos constitucionais contribuíram na formalização e consolidação do Estado de Direito Democrático do País. Igualmente, pretendemos fazer uma apresentação da síntese sobre o país com objetivo de situar o contexto geopolítico e sociojurídico em que se realiza a pesquisa.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

A nível político e sociojurídico, Moçambique vive uma sucessão de crises estruturais, tais como instabilidade política, macroeconômica e elevado endividamento público assumiram centralidade e destaque. Neste contexto, o país vive tempos de inconstância no panorama político, econômico, social e educacional, agravada pela pandemia do AIDS/HIV, da COVID-19, O ciclone tropical Kenneth e ciclone tropical Idai, o terrorismo nas províncias do norte do País, lutar por direitos fundamentais dos cidadãos constitui de forma abnegada uma forma de resistência às complexas circunstâncias e interdependências marcadas por inúmeras incertezas e lutas constantes contra ameaças existenciais sobre o homem e a planeta. Nesse sentido, este trabalho analisa, de forma reflexiva, o constitucionalismo democrático, democracia moçambicana e os direitos fundamentais dos cidadãos. Pretende-se realizar algumas reflexões sobre as contribuições de alguns estudiosos na concepção da constituição como norma aplicável pelos tribunais e como as supremas cortes zelam pela constituição e pela democracia.

Moçambique, como Estado, nasce em 1975, com a Independência do país, conseqüentemente, surge um texto legal escrito, a chamada Constituição da República Popular de Moçambique (CRPM). É, neste âmbito que, na Constituição da República de 1990, que se adentra o Estado de Direito Democrático, pela inclusão aberta no texto basilar dos direitos fundamentais, liberdades e garantias básicas dos cidadãos. Porém, a prática do Estado de Direito Democrático em Moçambique, é segundo o que se vivencia na prática um desafio, dado que, não há separação entre o Estado e o Governo no poder.

95

## 2 CONSTITUCIONALISMO: EVOLUÇÃO E EFETIVAÇÃO DA DEMOCRACIA MOÇAMBICANA

Testemunhamos inúmeros e graves retrocessos na efetivação da democracia para a promoção de direitos humanos em Moçambique, atingindo especialmente os grupos mais vulnerabilizados e os partidos políticos da oposição. Esses atos aconteceram como consequência da falta de projeto político do país após a Proclamação da Independência nacional. Visto que, a Frente de Libertação de Moçambique - FRELIMO, o movimento que dirigiu a luta de libertação nacional,







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

formou um governo em substituição do regime colonial português, sem que para tal objetivo fosse indispensável a manifestação efetiva dos princípios básicos democráticos de liberdade de ir e vir e da escolha do povo entre as forças vivas que seriam constituídas para esse fim.

Por conta de tantos atentados aos princípios básicos da democracia, Moçambique se esforça em restabelecer a chamada de evolução e efetivação da democracia moçambicana que surge como um compromisso social da coletividade e das responsabilidades democráticas que transcendem atuação funcional de qualquer magistrado ou defensor público das lições e missões de vida. Considerando que o país continua passando por momentos tumultuosos e de desesperança desde o período de governo de inspiração marxista e 16 anos de guerra civil até hoje.

Diante dessas situações de perpetuações e rearranjos constantes da constituição e dos sistemas de opressão que, de um lado, continuam abraçando a reprodução de violências e crimes contra membros dos partidos políticos da oposição e grupos vulnerabilizados, de outro, mantendo privilégios à FRELIMO, partido político hegemônico, no poder desde a independência nacional, em 1975.

Neste contexto, apesar do país possuir um quadro legislativo que indicia a existência do Estado de Direito Democrático, há deficiências na sua implementação, em consequência dos fatores históricos, culturais e institucionais que ainda prevalecem (Lalá; Ostheimer, 2004). É necessário e fundamental a necessidade de se melhorar a inclusão para que todos os moçambicanos possam exercer plenamente a sua cidadania. Almejamos ver todos os grupos sociais envolvidos ativamente no exercício dos seus direitos de igual liberdade de participação nos processos políticos e nacionais para o desenvolvimento do país.

É do nosso inteiro conhecimento que toda a caracterização do Constitucionalismo ao longo da história da humanidade se baseia na pluralidade de teorizações e práticas jurídicas arquitetadas em torno do pressuposto de limitar os poderes do Estado e defender os direitos fundamentais do ser humano. Quando olhamos especialmente para o caso de Moçambique, conforme a evolução histórico-política do país, analisando a constituição em vigor, o regime político em Moçambique é presidencialista, o chefe de Estado é chefe do governo.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Segundo Jorge Gouveia (2018), o Constitucionalismo de Moçambique deve ser entendido pela análise da sua evolução histórico-política, na qual se evidenciam quatro períodos: (1) o período colonial da ocupação portuguesa; (2) o período da I República, com a Constituição de 1975, de influência do modelo da democracia; (3) o período da implantação da II República, com a aprovação da Constituição de 1990 e a celebração do Acordo Geral de Paz de 1992; (4) o período de consolidação do Estado de Direito Democrático através da substituição da Constituição de 1990 pela Constituição de 2004, já aprovada por um órgão parlamentar multipartidário.

A atual Constituição da República de Moçambique de 2004 aprofunda o programa político-constitucional da II República, correspondendo à sua plenitude, sendo notórios como traços fundamentais do Constitucionalismo Moçambicano, observando o texto constitucional vigente, os princípios fundamentais de um Estado de Direito, republicano, unitário e autárquico, democrático e social (Gouveia, 2018).

Para conhecer e compreender as matrizes da sua evolução vamos de forma resumida descrever o seu *itinerário histórico-político que permite-nos divisar as seguintes fases:*

97

### 2.1 O PERÍODO COLONIAL DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA

A colonização, enquanto sistema de negação da dignidade humana para muitos povos do mundo, simboliza um imenso espaço-tempo de sofrimento, opressão e resistência, aquilo que hoje é designado de sul global (Meneses, 2018). Este sistema de negação da dignidade humana, parte da fase colonial, da descoberta e ocupação portuguesa.

Em 1498, o navegador português Vasco da Gama, na sua passagem em Moçambique a caminho da Índia, chega na província de Nampula, especificamente na Ilha de Moçambique. A administração colonial em Moçambique foi instalada três anos mais tarde, permanecendo o território dependente praticamente do Estado da Índia até 1752.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Todavia, o país passou a ser elevado à condição de capitania-geral em 1569, juntando a região de Sofala e a do Império do Monomotapa (também grafado Mwenemutapa, Muenemutapa)<sup>66</sup>.

### 2.2 O PERÍODO DA I REPÚBLICA, COM A CONSTITUIÇÃO DE 1975, DE INFLUÊNCIA DO MODELO DA DEMOCRACIA

Moçambique proclamou a sua independência da colonização portuguesa no dia 25 de junho de 1975, momento em que passou a prosperar a sua primeira Constituição, com a designação de “Constituição da República Popular de Moçambique” (CRPM<sup>67</sup>. Trata-se da fase da I República, com a independência política no exercício do pleno direito à autodeterminação contra o regime português e subsequente adoção de um regime inspirado pela ideologia socialista soviética.

No que tange relação à definição do novo Estado para formação do *Homem Novo*, apontava-se de forma aparente as inquietações com a construção pós-colonial da Nação Moçambicana: “A República Popular de Moçambique, fruto da luta pela independência nacional e resistência durante cerca de 500 anos da luta heroica e vitoriosa do Povo Moçambicano contra a dominação colonial portuguesa e o imperialismo, sob a direção da Frente de Libertação de Moçambique – FRELIMO. Hoje, é um Estado soberano, independente e democrático<sup>68</sup>”.

Para Gouveia (2018, p.461), à FRELIMO foi deferido um papel liderante nos destinos do novo Estado na sequência da posição de único movimento de libertação nacional, dizendo-se que “A República Popular de Moçambique é um Estado de democracia em que todas as camadas patrióticas se engajam na construção de uma nova sociedade, livre da exploração do homem pelo homem”, afirmando-se ainda que “Na República Popular de Moçambique o poder pertence aos

<sup>66</sup> Trata-se de um império que floresceu entre os séculos XV e XVIII na região sul do rio Zambeze, entre o planalto do país vizinho Zimbábue, antiga Rodésia e o Oceano Índico, com extensões até o rio Limpopo.

<sup>67</sup> Aprovada por aclamação pelo Comité Central da FRELIMO a 20 de junho de 1975 e publicada no *Boletim da República* (BR – publicação oficial da República Popular de Moçambique), I série, nº 1, de 25 de junho de 1975, pp. 1 a 6.

<sup>68</sup> Art. 1o. da CRPM





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

operários e camponeses unidos e dirigidos pela FRELIMO, e é exercido pelos órgãos do poder popular<sup>69</sup>”. No tocante aos direitos fundamentais, apresentava-se uma lista algo incompleta, com a principal ausência de certas liberdades fundamentais de natureza política, embora se deva referir a importante afirmação de alguns direitos fundamentais sociais<sup>70</sup>.

Do ponto de vista estrutura do Estado, previam-se os seguintes órgãos<sup>71</sup>:

- A Assembleia Popular, “órgão supremo do Estado” e “o mais alto órgão legislativo...”, com funções legislativo-parlamentares;
- O Presidente da República, Chefe de Estado, por inerência o Presidente da FRELIMO, com funções político-representativas;
- O Conselho de Ministros, presidido pelo Presidente da República e composto por Ministros e Vice-Ministros, com funções executivas;
- Os Tribunais, com a função jurisdicional, encimados pelo Tribunal Popular Supremo.

A governação durante esta I República, o texto constitucional moçambicano sofreu algumas revisões constitucionais pontuais que corresponderam às flutuações próprias da ambiência política de cada momento histórico, revisões constitucionais que temos a destacar:

- Deliberação da 8.<sup>a</sup> reunião do Comitê Central da FRELIMO, de 10 de abril de 1976: alteração ao art. 57 da CRPM, segundo o qual “... o mais alto órgão do Estado na província é a Assembleia Provincial”<sup>72</sup>;
- Deliberação da 2.<sup>a</sup> sessão do Comitê Central da FRELIMO, de 28 e 29 de agosto de 1977: desconstitucionalização do número de membros da Assembleia Popular, passando o seu número a ser fixado pela lei eleitoral<sup>73</sup>;
- Lei n.º 11/78, de 15 de agosto: introdução de um extenso preâmbulo anteceder o texto constitucional, extraído do discurso de Samora Machel na Proclamação da Independência, e o reacerto e aperfeiçoamento das competências dos órgãos do Estado<sup>74</sup>;

<sup>69</sup> Art. 2o. da CRPM.

<sup>70</sup> Cfr. os arts. 26 e ss. da CRPM.

<sup>71</sup> Cfr. os arts. 37 e ss. da CRPM.

<sup>72</sup> Cfr. o BR, I série, n.º 42, de 10 de abril de 1976.

<sup>73</sup> Cfr. o BR, I série, n.º 100, de 30 de agosto de 1977.

<sup>74</sup> Cfr. o BR, I série, n.º 97, de 15 de agosto de 1978, pp. 351 a 356.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

- Lei n.º 1/84, de 27 de abril: alteração na disposição das cores da bandeira nacional (que passaram de diagonais a horizontais), com uma nova redação do art. 77 da CRPM<sup>75</sup>;
- Lei n.º 4/86, de 25 de julho: introdução dos cargos de Presidente da Assembleia Popular e de Primeiro-Ministro, além de alterações à organização territorial do país<sup>76</sup>.
- Todavia, a I República Moçambicana foi igualmente marcada pelo conflito que opôs o Governo/FRELIMO e a RENAMO, o qual só terminaria com a assinatura do Acordo Geral de Paz<sup>77</sup>, em 4 de outubro de 1992<sup>78</sup>.

Assim descrita recentemente por Jaime Gonçalves, Arcebispo Emérito da Beira: “O mais grave era a autodestruição das pessoas. Criava-se muito ódio no coração das pessoas. Os da FRELIMO falavam dos Bandidos Armados como inimigos, seres da selva, dignos de morte. Os da Renamo consideravam os da FRELIMO como comunistas, dignos de desprezo e de morte<sup>79</sup>”.

### 2.3 O PERÍODO DA IMPLANTAÇÃO DA II REPÚBLICA, COM A APROVAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1990 E A CELEBRAÇÃO DO ACORDO GERAL DE PAZ DE 1992

100

A Constituição Moçambicana de 1990 lançou alicerces estruturais para a atualização do Estado moçambicano, ao embrenhar-se, entre outros efeitos, o Estado de Direito Democrático, o princípio de separação e interdependência de poderes e o pluralismo político em Moçambique.

- A fase de transição para um regime jurídico-constitucional de Estado de Direito Democrático, com a aprovação da Constituição de 1990, seguindo-se a assinatura do Acordo Geral de Paz e a abertura ao pluralismo político-social com a realização das primeiras eleições pluripartidárias —presidenciais e legislativas— em 1994.

<sup>75</sup> Cfr. o BR, I série, n.º 17, suplemento, de 27 de abril de 1984, p. 1.

<sup>76</sup> Cfr. o BR, I série, n.º 30, 2o. suplemento, de 26 de julho de 1986, pp. 3-5.

<sup>77</sup> Processo que levaria à assinatura do Acordo Geral de Paz, v. Della Rocca. Roberto Morozzo, Moçambique: da Guerra à Paz – História de uma mediação insólita, Maputo, 1998, pp. 9 e ss.

<sup>78</sup> Sobre o processo de paz, v. Gonçalves, Jaime Pedro, A Paz dos Moçambicanos, Beira, 2014, pp. 31 e ss.

<sup>79</sup> Ibidem, p. 31.



## 2.4 O PERÍODO DE CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO ATRAVÉS DA SUBSTITUIÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1990 PELA CONSTITUIÇÃO DE 2004, JÁ APROVADA POR UM ÓRGÃO PARLAMENTAR MULTIPARTIDÁRIO

O texto constitucional moçambicano é o segundo mais jovem dos textos constitucionais de língua oficial portuguesa e surgiu no contexto da abertura propiciada pelo fim do conflito interno e da assinatura do Acordo Geral de Paz, sucedendo a um texto constitucional —a CRM de 1990— que tinha sido aprovado pela Assembleia Popular, numa altura em que não ainda havia pluripartidarismo em Moçambique.

Foi assim que por alguns anos, principalmente depois do fim da guerra em 1992, vigorou aquele primeiro texto constitucional, até que se chegou à conclusão da conveniência de se fazer outro texto constitucional que pudesse ser aprovado por uma Assembleia da República resultante de eleições multipartidárias.

- O procedimento constituinte ocorreu na segunda legislatura, que se iniciou em 2000 e terminou em 2005. Tal foi a sua tarefa fundamental, trabalhos que tiveram lugar no âmbito de uma Comissão Constitucional, e com um amplo debate popular.

- Na sequência dessa discussão, o texto da nova Constituição da República de Moçambique foi o culminar de um processo constitucional, com vários momentos:

- a aprovação pela Assembleia da República, em 16 de novembro de 2004, por unanimidade e aclamação dos Deputados presentes (231 em 250);

- a promulgação pelo Presidente da República, em 16 de novembro de 2004;

- a publicação no Boletim da República, em 22 de dezembro de 2004<sup>80</sup>, e,

- o início da vigência, em 20 de janeiro de 2005. Portanto, nos termos do art. 306 da CRM, “A Constituição entra em vigor no dia imediato ao da validação e proclamação dos resultados eleitorais das Eleições Gerais de 2004”.

<sup>80</sup> Cfr. o BR, I série, n° 51, de 22 de dezembro de 2004.



## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 2.5 A FASE DA CONSOLIDAÇÃO POLÍTICO-CONSTITUCIONAL, COM A ADOÇÃO DE UMA CONSTITUIÇÃO APROVADA POR UM PARLAMENTO PLURIPARTIDÁRIO EM 2004

A atual Constituição da República de Moçambique foi elaborada no âmbito de um procedimento constitucional democrático, de cariz parlamentar e presidencial, já em ambiente de parlamento pluripartidário.

Embora não se pudesse duvidar da introdução do modelo de Estado de Direito Democrático que a CRM1990 operou, o certo é que deste modo a legitimidade do texto constitucional surgiria reforçada por dimanar de um parlamento sufragado por eleições pluripartidárias. Tem sido discutido se o aparecimento de uma nova Constituição.

Como sucede a partir de novembro de 2004 com a CRM— não implica automaticamente a mudança de regime constitucional a ponto de se impor uma III República de Moçambique, à semelhança do que sucedeu com a personificação da história político-constitucional portuguesa<sup>81</sup>. Assim acontece com o surgimento de novos textos constitucionais, seja por revolução, seja por transição, pois que os mesmos, contrastando com o passado constitucional, estabelecem um novo projeto de Direito, alterando substancialmente a identidade constitucional.

É esse o resultado na esmagadora maioria das experiências de mudança de Constituição por esse mundo foi sendo até os textos constitucionais os símbolos das alterações ocorridas na forma política, no sistema social e no regime econômico dos Estados.

A doutrina moçambicana pouco se tem dedicado ao assunto, pelo que estão em aberto as opções querem pela manutenção da II República.

— Inaugurada em 1990 com a nova CRM— quer pela referência à III República – correspondente ao novo texto constitucional de 2004.

O preâmbulo do texto constitucional, dá indicações claras do estabelecimento do Estado de Direito Democrático, iniciado com o texto legal de 1990. O Título I, que estatui sobre os prin-

<sup>81</sup> Para um desenvolvimento acerca da história político-constitucional portuguesa, v. Bacelar Gouveia, Jorge, *Manual...*, cit., pp. 403 e ss.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

cípios fundamentais, reafirma no artigo 1º os princípios democráticos preconizados na Constituição de 1990 e ampliou a redação sobre os princípios do Estado de direito democrático, ao dedicar os artigos 2º a 4º sobre a soberania e legalidade do Estado; Estado de Direito democrático e pluralismo jurídico. O artigo 11º, que preconiza sobre os objetivos fundamentais do Estado, define nas alíneas e) e f) respetivamente “a defesa e a promoção dos direitos humanos e da igualdade dos cidadãos perante a lei; o reforço da democracia, da liberdade, da estabilidade social e da harmonia social e individual”.

O Título III que estabelece sobre os direitos, deveres e liberdades fundamentais, ampliou estes conceitos distribuindo-os em cinco capítulos, com um total de 59 artigos, portanto um acréscimo de mais 19 artigos que o texto legal anterior. A estatuição e ampliação destes direitos cívicos, políticos, econômicos e sociais, conjugados com os princípios de separação e interdependência de poderes preconizados no artigo 133º, da atual lei mãe configuram, sem margem de dúvidas, os traços fundamentais do regime de direito democrático do Estado moçambicano.

Como caracteriza Gouveia;

103

Podemos caracterizar Moçambique como um Estado de Direito Democrático se obtém, sem qualquer hesitação, através da análise da prática política de este percurso da II República (...) desde então a experiência democrática tem amadurecido não apenas com a multiplicação das formações partidárias, como também pelo alargamento do princípio eletivo as assembleias provinciais e aos órgãos autárquicos já com diversas eleições efetuadas (Gouveia, 2015, p.259).

Para o nosso entendimento as circunscrições das características do regime de Direito Democrático elencadas na Constituição moçambicana em vigor são: estado democrático e de justiça social, significando que as ações do Estado devem sempre ter em conta, o respeito e a satisfação dos interesses da coletividade; a soberania que reside no povo e que o faz através do voto, para a escolha dos seus representantes; a subordinação do Estado à Constituição e a atuação dos seus representantes com embasamento na legalidade; a Constituição considerada como a lei suprema de todas as leis do país; a garantia dos direitos e liberdades fundamentais aos cidadãos; o pluralismo político e jurídico e a separação e interdependência dos três poderes: executivo, legislativo e judiciário.







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 3 DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS CIDADÃOS: ENFOQUE À LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE IMPRENSA

Com fundamento na Constituição moçambicana de 1990 que consagrada no art. 74 que “o direito à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa, bem como o direito à informação” e na Lei n.º 18/91 que define os princípios que regem a atividade da imprensa e estabelece os direitos e deveres dos seus profissionais. A liberdade de expressão e de imprensa são considerados pilares fundamentais da sociedade democrática e justa, cuja função consiste na materialização e valorização dos direitos, efetivando a democracia em seus variados contextos. No concernente ao contributo e objetivos da imprensa, o art. 4 da Lei n.º 18/91 de 10 de agosto estabelece o seguinte:

- A consolidação da unidade nacional e a defesa dos interesses nacionais;
- A promoção da democracia e da justiça social;
- O desenvolvimento científico, econômico, social e cultural;
- A elevação do nível de consciência social, educacional e cultural dos cidadãos;
- O acesso atempado dos cidadãos a factos, informações e opiniões;
- A educação dos cidadãos sobre os seus direitos e deveres;
- A promoção do diálogo entre os poderes públicos e os cidadãos;
- A promoção do diálogo entre as culturas do mundo.

A liberdade de pensamento e de expressão compreende a busca, recepção e difusão de ideias de forma verbal, escrita, impressa ou artisticamente. Hoje, quanto nunca, é desusado considerar sem problematizar que, a liberdade de expressão e de imprensa fazem parte dos pilares da democracia, entretanto numa sociedade pluralista como a moçambicana há uma discussão em virtude de divergências existentes de ideias e opiniões, tal fato tem levado a muitos ao silenciamento, espancamento e assassinatos. Apesar de importante e incontestável esse direito fundamental para que o estado se construa sob as bases da democracia, o que se assiste em tese é o





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

constante cerceamento de liberdade de expressão e de imprensa pelo estado diante da postura dos governantes e especialmente da polícia na repressão das manifestações, gerando um sentimento de indignação referente ao homem que lhe é colocado o obstáculo para o gozo dos seus direitos e valores consagrados tanto na constituição bem como na legislação sobre a imprensa.

Durante o vigor deste quadro jurídico que consagra esses direitos, Moçambique vivenciou um cenário bastante polêmico e delicado: a perseguição aos jornalistas, aos membros dos partidos políticos de oposição, de fazedores de opinião em canais televisivos, conflitando entre os interesses do governo do dia e o exercício dos direitos fundamentais, problematizado pela sociedade por meio de tentativas de manifestações, organizações de sociedade civil e imprensa privada.

Há diversas iniciativas que visam o debate sobre a liberdade de expressão e de imprensa, entretanto há pouca produção acadêmica que pensa na evolução do constitucionalismo moçambicano e os princípios que o regem. Tendo em vista à complexidade da problemática do constitucionalismo democrático e direitos fundamentais dos cidadãos, constrói-se um fio de raciocínio para a fundamentação do posicionamento tomado em relação ao fenômeno em questão. Neste ensejo, compreenderemos o recrudescimento das práticas autoritárias por parte do estado no seu confronto com os direitos fundamentais, o uso desproporcional do aparato policial para o impedimento do livre exercício de manifestação de pensamento. Essas ideias são articuladas sob o argumento da inafastabilidade de um conjunto de garantias de direitos para que o estado seja considerado democrático.

105

### 3.1 DIREITOS FUNDAMENTAIS, LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE IMPRENSA: APORTES TEÓRICOS

A ideia sobre os direitos fundamentais é amplamente difundida na sociedade e frequentemente sem conhecimento e mensurar a dimensão do seu significado. Se bem que, não se deseja esgotar a ideia de direitos fundamentais, é oportuno imediatamente considerar que, são entendidos como “interesse jurídicos previstos na Constituição que o Estado deve respeitar e proporcio-





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

nar a todas as pessoas. É o mínimo necessário para a existência da vida humana” (BREGA FILHO, 2002, p. 66), e com a sua afirmação, Paulo Bonavides (2008, p. 560) considera que com isso, “os pressupostos elementares de uma vida na liberdade e na dignidade humana”. Noutros termos, César Landa Arroyo conceitua:

Os direitos fundamentais são os direitos básicos do indivíduo, que se baseiam na sua dignidade e que, por sua vez, constituem a base do Estado e da sociedade na sua totalidade. Por isso, para garantir o seu respeito e a sua aplicação efetiva, é necessário saber o que são e a que temos direito quando os invocamos (LANDA ARROYO, 2018, p. 11).

O autor no “Essencial do Direito” fala sobre a sua importância na conscientização da população sobre os direitos fundamentais, pois o seu respeito e garantia, além do reconhecimento normativo e constitucional, requer também a sua ampla divulgação (LANDA ARROYO, 2018). Essa ideia transa com a do Ferraz Junior (1994) ao conceber a norma como resposta aos valores referentes à condição humana, contemplando os direitos fundamentais de tal forma que valha apenas garantir a sua proteção.

Endossando a ideia acima colocada, segundo José Joaquim Gomes Canotilho (1998, p. 256), “direitos fundamentais são os direitos do homem, jurídico - institucionalmente garantidos e limitados espaço-temporalmente” neste sentido se considera que, a legislação dos direitos fundamentais leva o indivíduo ao seu exercício tendo em conta, que possibilita que os indivíduos têm direitos iguais e sua salvaguarda é prevista no 2º§ do art. 56 da Constituição de Moçambique. “o exercício dos direitos e liberdades pode ser limitado em razão da salvaguarda de outros direitos ou interesses protegidos pela Constituição”. Nessa senda, o exercício dos direitos fundamentais que estão no centro da nossa discussão tem sido ameaçado pelos interesses não previstos na lei fundamental.

Portanto, é urgente ressaltar que, a democracia e multipartidarismo amplificam a existência de diversas formas de pensamento e opiniões com vista ao crescimento do país. O pensamento único e uniforme é nociva para um país que pretende registrar um amadurecimento de um povo e sua evolução intelectual. Por certo, “a liberdade de expressão, enquanto escolha de valores, é o que confere especificidade à pessoa humana, é só ela em todo o universo que é capaz de





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

criar um mundo contraposto ao da natureza, o mundo ético” (BITTAR, 2008, p. 536). É importante trazer à discussão a Declaração Universal dos Direitos humanos:

Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquieto pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão. [...] Toda a pessoa tem direito à liberdade de reunião e de associação pacíficas. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação (ONU, 1948, online).

Além de tudo, a liberdade de expressão é intrinsecamente humana, este desejo é o responsável de transformações históricas significativas como resultado da percepção que nasce da consciência de que o ser humano, por sua natureza, não se adapta à dominação (GOMES, 2008). Apesar disso, não se pode deixar de tomar em consideração que a liberdade do ser humano se encontra em comunhão com o que se encontra estatuído na Constituição, “os preceitos constitucionais relativos aos direitos fundamentais são interpretados e integrados de harmonia com a Declaração Universal dos Direitos do Homem e a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos” (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2018). Os direitos fundamentais incluem nes-

107

[...] o indivíduo deve incluir novamente entre suas opções de vida não apenas seu próprio bem, mas o bem comum; pois, causando danos à comunidade, na realidade danifica o tecido da solidariedade do qual ele mesmo extrai a seiva vital. Uma liberdade não comunitária é uma liberdade suicida, pois destrói o mecanismo reprodutivo do ser humano (PIZZOLATO, 2008, p. 119).

Desse modo, os direitos fundamentais são valores inerentes à dignidade da pessoa humana e à limitação do poder, positivados, inserem-se dentro das fronteiras de Estados por meio das constituições. Outro dado importante a tomar em consideração quando se discute sobre esse tema é a teoria das gerações de direitos fundamentais criada por Karel Vasak.

Estabelecendo uma comparação entre a Revolução Francesa, os direitos fundamentais





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

são divididos segundo o momento histórico, sendo os da 1ª, 2ª ou 3ª gerações, considerando os de liberdade, de igualdade e de fraternidade, respectivamente (BONAVIDES, 2004). De acordo com Paulo Bonavides, são considerados os da quarta geração os direitos à democracia direta, à informação e ao populismo.

Compreende-se, portanto, que enquanto o indivíduo é livre para o exercício do direito da liberdade de expressão e de imprensa, é necessário tomar em consideração que, a liberdade não é ilimitada, sendo que, existem circunstâncias em que, o mesmo direito sobre a livre expressão e do pensado é tolhido ao ser humano.

### 3.2 A PROBLEMÁTICA DA ORDEM JURÍDICO CONSTITUCIONAL E DA LEI Nº 18/91 DE 10 DE AGOSTO

Após a contextualização e aportes teóricos sobre a liberdade de expressão e de imprensa embasados na lei fundamental e da imprensa, é necessário trazer, nesta discussão, casos concretos que envolveram embate entre as prerrogativas individuais e órgãos do estado que, considerando as manifestações como subversão à ordem pública, as autoridades centrais e locais, policiais proibem as manifestações pacíficas nas cidades moçambicanas em razão da fiscalização das atividades do poder executivo ou ainda por envolverem ideias divergentes entre os governantes e a sociedade.

Face às questões em debate, pretendendo endossar o argumento que prova a negação do livre exercício de opinião, manifestação, diante do elevado custo de vida verificada em 2008, conforme foi noticiado pelo Jornal o País e outros veículos de comunicação social, gerou-se um confronto entre a Unidade de Intervenção Rápida – UIR, uma polícia antimotim, resultando em duzentos e cinquenta três feridos e três mortos (JORNAL O PAÍS, 2008). Continuando, o mesmo jornal no dia 5 de janeiro de 2008 destacava o que a capital do país tinha vivenciado, onde cerca de centenas e centenas de pessoas oriundas de bairros da periferia fizeram-se à rua, visando reivindicar o elevado custo de vida depois do governo ter aumentado o preço do transporte público. Tais reivindicações propiciaram confrontos entre os manifestantes e a polícia (UIR),





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

impedindo e dispersando-os e deste modo, impedindo-os para que não continuassem com as suas manifestações (*Idem*).

A UIR recorreu ao uso de força excessiva, disparos indiscriminados com armas letais (JORNAL BANTU, 2010), ignorando, como a regra estabelece, efetuar a persuasão e dissuasão; contrariamente do que se recomenda em crise e sem observar mínimas exigências, os policiais efetuaram disparos com balas de borracha diretamente às multidões. Em todos os contextos, os policiais dispararam aos manifestantes, provocando mortes e, além disso, jogaram gás lacrimogêneo nas residências atingindo crianças e adultos que nem sequer tinham participado de atos de manifestação, essa atitude resultou em uma morte. Por consequência, este tipo de operações é uma agressão aos direitos humanos e não só, mas também a negação à livre manifestação (JORNAL BANTU, 2010).

Não obstante, sob a égide da constituição democrática e multipartidária, o autoritarismo é evidente nas autoridades públicas e por extensão nas instituições policiais (ZAVERRUCHA, 2008, p. 128-146). Procurando argumentar isso, a democratização de 1990 instaurou não só os princípios democráticos, mas os direitos humanos incompatíveis a atuações autoritárias e características de polícias nocivas ao sistema democrático (FRUHLING, 2003).

Na fala de Norberto Bobbio, os direitos humanos são reconhecidos mediante um consenso que não devem ser violados (BOBBIO, 1992, p.26). Visto isso, considera-se que, o Estado é muito mais forte que o indivíduo, em virtude disso tem o dever e a responsabilidade de defendê-lo do que tirar-lhe a vida. Em concordância com o poder político, as autoridades policiais procedem de uma forma autoritária e truculenta, exemplificando a tortura faz parte da atuação da polícia (KANT DE LIMA, 1995). Corroborando a essa tese, a violência policial é o elemento característico de um tipo de polícia autoritária, fatal na atuação policial (PINHEIRO, 1997, p. 43-52). Pode se depreender com isso que, esse modus operandi não garantiu a ordem por meio da força repressiva e o respeito à lei. A tortura, a repressão e o impedimento à realização das manifestações geram mais reações na sociedade moçambicana. Cenários que nos levam a postular o seguinte, a polícia precisa ser preparada à luz do Estado democrático de direito, em que o poder do estado é limitado pelos direitos dos cidadãos, assim a polícia saberia lidar com as manifestações,





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

garantindo condições de gerir e orientar adequadamente o evento do gênero. Portanto, como estabelece o 1º do art. 254 da Constituição da República Moçambicana,

A Polícia da República de Moçambique, em colaboração com outras instituições do Estado, tem como função garantir a lei e a ordem, a salvaguarda da segurança de pessoas e bens, a tranquilidade pública, o respeito pelo Estado de Direito Democrático e a observância estrita dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos.

Portanto, o seu papel é garantir o livre exercício à manifestação e reunião dos cidadãos que participam dos protestos, bem como dos direitos dos demais cidadãos, garantir a proteção e a integridade de todos (SOARES apud MARCINEIRO, 2005), tal como a preservação da propriedade privada, de modo que casos de depredação sejam identificados e seus autores responsabilizados de modo restrito. Quanto o segundo, assim como o terceiro parágrafos do art. 254 da Constituição da República moçambicana, compreendem-se entre si ao designar que, a “a Polícia é apartidária. [...] No exercício das suas funções a Polícia obedece à lei e serve com isenção e imparcialidade os cidadãos e as instituições públicas e privadas”. Vale afirmar que, a polícia não deve atender os interesses exclusivos de um partido, ela serve em estrita reverência à lei fundamental. Por isso, evidencia-se nestes termos que, a polícia não pode usar a força indiscriminadamente, não pode culpabilizar de um modo genérico e, ao mesmo tempo, não pode manter-se impávido diante da violência. Portanto, gozando do seu direito constitucional de manifestação e como João Carlos Correia (2001) enfatiza, a sociedade civil serve-se das manifestações como ferramenta para reconquista dos direitos que foram negados pelos governantes ou negados positivamente pelo Estado.

110

Dito isso, é mister evocar ameaças e assassinatos resultantes tanto de opiniões assim como de críticas sobre o governo da Frente da Libertação de Moçambique nos últimos anos, citando estes casos numa ordem cronológica, Gilles Cistac, assassinado em 2015, José Jaime Macuane, baleado em 2016<sup>82</sup>, Ericino de Salema<sup>83</sup>, espancado em 2018. O primeiro foi assassinado no

<sup>82</sup> Ernesto Saul (Maputo) (2016). **Analista moçambicano Jaime Macuane baleado**. Disponível em <https://www.dw.com/pt-002/analista-mo%C3%A7ambicano-jaime-macuane-baleado/a-19277771>, acesso em 19 jul 2023

<sup>83</sup> Leonel Matias (Maputo) (2018). **Jornalista Ericino de Salema encontrado depois de raptado**. Disponível em





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

contexto de um debate que estava em curso no parlamento moçambicano sobre a exigência da RENAMO para a criação de governos provinciais autônomos. Apoiando-se na constituição moçambicana, Cistac<sup>84</sup> não avistava nenhum impedimento constitucional à pretensão da Resistência Nacional de Moçambique – Renamo, sobre a criação de governos provinciais nas províncias onde havia saído vencedora.

O direito de liberdade de expressão é resultado de uma evolução histórica que se afirmou progressivamente de forma liberal para a democracia social. O direito de expressar o seu pensamento encontra o seu reconhecimento no estado liberal e encontra-se entranhado como símbolo de relação entre o poder e cidadão. Não é acaso que, as cartas burguesas dos séculos XVIII e XIX consideravam a livre comunicação de pensamentos e opiniões como “um dos mais preciosos direitos do homem” (Art. 11, Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789) de tal modo que, a Primeira Emenda Constitucional Americana de 1791 estabelece, a proibição do Congresso “aprovar qualquer lei para limitar a liberdade de expressão ou de imprensa”. Esses dois marcos são imprescindíveis na afirmação da liberdade de expressão, como seguidamente se destaca:

111

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO (FRANÇA, 1789)  
Artigo 11º A livre comunicação dos pensamentos e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do Homem; todo o cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos desta liberdade nos termos previstos na Lei.  
CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS (1791) EMENDA I. O Congresso não legislará no sentido de estabelecer uma religião, ou proibindo o livre exercício dos cultos; ou cerceando a liberdade de palavra, ou de imprensa, ou o direito do povo de se reunir pacificamente, e de dirigir ao Governo petições para a reparação de seus agravos.

Não obstante a evolução de formas de estado em sentido democrático, com casos acima expostos, há atentados aos princípios e valores do modelo liberal. Este direito pressupõe uma conexão entre os ideais de liberdade e dignidade humana e o direito de cada um desenvolver sua

---

<https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-jornalista-ericino-de-salema-raptado-e-encontrado-gravemente-ferido/a-43156583>, acesso em 19 jul. 2023

<sup>84</sup> Nádia Issufo (2018) **Assassinato de Gilles Cistac completa três anos** <https://www.dw.com/pt-002/assassinato-de-gilles-cistac-completa-tr%C3%AAs-anos-e-segue-sem-resolu%C3%A7%C3%A3o/a-42837555>, acesso em 19 jul. 2023







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

personalidade. Segundo o jurista Arturo Carlo Jemolo "se se pode falar de uma liberdade fundamental, é a liberdade de expressar as próprias ideias e de procurar de todas as formas divulgá-las; a liberdade de tentar persuadir os outros" (JEMOLO, 1972, p. 47). O estado democrático é um espaço de disseminação de notícias e opiniões "a intervir também positivamente para realizar e preservar a existência de um "mercado livre de ideias e notícias"" (MARCANTONI, 2013, p. 8). Em face disso, diante de constantes ameaças, intimidações, cerceamento de liberdade de expressão, execuções extraoficiais continuam questionando a natureza desse direito. Muito além do que pretenderia com a sua definição, Carlo Esposito (1992, p. 9) por meio da liberdade de expressão "o homem une-se a outros homens no pensamento e com o pensamento", o exercício de liberdade em Moçambique, significa colocar em risco à própria existência.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa compreendeu o constitucionalismo democrático moçambicano, liberdade de expressão e de imprensa, alternativas às formas de governos autoritários e o seu pilar. Não obstante a adoção e a evolução do processo democrático moçambicano, observou-se que, os princípios básicos sobre os quais ela se funda são atentados e conseqüentemente reduzidos à fragilidade. No mesmo contexto, as liberdades de expressão e de pensamento foram concebidas como fundamentos da democracia, não obstante, isso, as divergências de opiniões, no exercício do direito plasmado na lei fundamental, cerceiam os que o exercem mediante ameaças, espancamentos e assassinatos.

Pese embora, esses direitos sejam minados com a atuação dos governantes, polícias na repressão das manifestações, provocando um sentimento de repulsa em relação ao homem que coloca em causa os seus direitos, a sua importância é incontestável no processo da construção das bases democráticas. Entretanto, reconheceu-se que, tem sido tomadas uma série de iniciativas, visando debates sobre a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa, reforçando a necessidade da observância da constituição e da legislação específica sobre este pilar fundamental da democracia.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Portanto, diante da complexidade dessa questão e de uma cadeia de acontecimentos, perceberam-se práticas autoritárias caracterizadas pela limitação dos direitos fundamentais, o uso do aparato policial para o impedimento das manifestações e exercício do pensamento livre. Tais atitudes corroboram à ideia da ausência de garantia e proteção de um conjunto de direitos importantes para que o estado seja considerado como democrático.

### REFERÊNCIAS

BACELAR GOUVEIA, Jorge, **Reflexões sobre a próxima revisão da Constituição Moçambicana de 1990**, Maputo, 1999

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos humanos**. Editor campus: Rio de Janeiro, 1992.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**- 15 ed. atual. -São Paulo: Malheiros, 2004

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

BREGA FILHO, Vladimir. **Direitos Fundamentais na Constituição de 1988**. Conteúdo Jurídico das Expressões. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 3. Ed. Coimbra: Almedina, 1998.

CORREIA, F. João Carlos. **Comunicação e Cidadania: os Media e as Identidades nas Sociedades Pluralistas**. Portugal: Universidade da Beira Interior. Tese de Doutorado, 2001.

ESPOSITO, Carlo. **Costituzione, legge di revisione della Costituzione e “altre” leggi costituzionali**, in ID., **Diritto costituzionale vivente. Capo dello stato e altri saggi**, a cura di D. NOCILLA e con nota bio- e bibliografica di M. SICLARI, Milano 1992

FRANÇA, ASSEMBLEIA NACIONAL (1789). **Declaração dos direitos do homem e do cidadão de 1789**. Disponível em <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/414/2018/10/1789.pdf>, acessado em 19 jul. 2023

FRUHLING, Hugo.; VARGAS, E. L. P. **Policía comunitaria y reforma policial en América Latina. ¿Cuál es el impacto?** Santiago, IAPCesc, Univ. de Chile, 2003.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

ISSUFO, Nádia (2018) **Assassinato de Gilles Cistac completa três anos** <https://www.dw.com/pt-002/assassinato-de-gilles-cistac-completa-tr%C3%AAs-anos-e-segue-sem-resolu%C3%A7%C3%A3o/a-42837555>, acesso em 19 jul. 2023

JEMOLO Arturo, Carlo, **I problemi pratici della libertà**, Giuffré, Milano, 1972

JORNAL BANTU. **Guebuza trava revolta popular com militares**. Maputo, 6 ago. 2010

JORNAL O PAÍS, **edições de 05 jan.** 2008. Disponível em: [www.opais.co.mz](http://www.opais.co.mz). acesso em: 19 jul. 2023.

KANT DE LIMA, R. **A polícia da cidade do Rio de Janeiro – seus dilemas e paradoxos**. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

LALÁ, Anícia; OSTHEIMER, Andrea. **Como limpar as nódoas do processo democrático? Os desafios da transição e democratização em Moçambique (1990-2003)**. Maputo: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2004

LANDA ARROYO, César. **Los derechos fundamentales**. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, Fondo Editorial, 2018

114

MARCANTONI, Giacomo. **Le comunicazioni al pubblico ex art 114 tuf nel sistema dell'informazione societária**. Pisa: Anno Accademico 2012/2013, 154 fls, Tesi di Laurea Magistrale in Giurisprudenza, Università di Pisa

MARCENEIRO, N. et al. **Polícia Comunitária**, Florianópolis: Insular; 2005.

MATIAS, Leonel (Maputo) (2018). **Jornalista Ericino de Salema encontrado depois de raptado**. Disponível em <https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-jornalista-ericino-de-salema-raptado-e-encontrado-gravemente-ferido/a-43156583>, acesso em 19 jul. 2023.

Maria Paula Meneses, «Colonialismo como violência: a “missão civilizadora” de Portugal em Moçambique», **Revista Crítica de Ciências Sociais [Online]**, Número especial | 2018, publicado a 05 novembro 2018.

MONIZ, Celestina. A integração dos direitos humanos na Constituição de Moçambique. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 26, n. 6673, 8 out. 202.

PINHEIRO, P. S. **Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, v. 9, n. 1, maio 1997.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2024). **Constituição da República de Moçambique**. Disponível em [https://www.stj.pt/wp-content/uploads/2018/01/mocambique\\_constituicao.pdf](https://www.stj.pt/wp-content/uploads/2018/01/mocambique_constituicao.pdf), acesso em 17 jul. 2023

SAÚL, Ernesto (Maputo) (2016). **Analista moçambicano Jaime Macuane baleado**. Disponível em:

<https://www.dw.com/pt-002/analista-mo%C3%A7ambicano-jaime-macuane-baleado/a-19277771>, acesso em 19 jul 2023

WOLKMER, Antônio Carlos. **Movimentos sociais: nova fonte de juridicidade**. Revista Direito em Debate. V.5; n.7; 1996.

ZAVERUCHA, Jorge. **La militarización de la seguridad pública en Brasil**. Nueva Sociedad, n. 213, p. 128-146, enero- febrero, 2008.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### O DEVIR ENQUANTO COMBATE À UNIVERSALIDADE NO SISTEMA JURÍDICO: NOTAS COMPARATIVAS NAS CONSTITUIÇÕES DE BRASIL-COLÔMBIA-BOLÍVIA

Bruna Érica Dantas Pereira Diógenes<sup>85</sup>

Lívia Oliveira Almeida<sup>86</sup>

Pedro Lucas Formiga de Almeida<sup>87</sup>

#### RESUMO

Os diplomas constitucionais retratam valores universais e abstratos em desconformidade à complexidade das subjetividades, os quais passam a se comportar como incentivo a cenários de violência e discriminação. Assim, a formação da Comunidade da Diferença, que permite a potencialidade do Direito, se torna realidade distante. Nesse sentido, o presente texto busca avaliar se o novo constitucionalismo latino-americano se comporta como via para o direito como potência, conforme o pensamento de Milovic. Para tanto, pretende-se analisar as Constituições do Brasil (1988), Colômbia (1991) e Bolívia (2009), tendo em vista que as duas últimas estão inseridas no contexto do novo constitucionalismo latino-americano. A pesquisa classifica-se como bibliográfica, utilizando-se dos métodos sistemático e dedutivo, com abordagem qualitativa. Ao final, pode-se concluir pelo impedimento da formação plena de uma Comunidade da Diferença, apesar dos avanços do novo constitucionalismo latino-americano.

116

**Palavras-chave:** Subjetividade. Diplomas Constitucionais. Novo constitucionalismo latino-americano.

#### ABSTRACT

The constitutional documents portray universal and abstract values that are incongruent with the complexity of subjectivities, which can foster scenarios of violence and discrimination. So, the formation of the Community of Difference, which enables the potentiality of Law, remains a distant reality. In this context, the present text aims to assess whether the new Latin American constitutionalism behaves as a path towards Law as potency, according to Milovic's perspective. Therefore, it intends to analyze the Constitutions of Brazil (1988), Colombia (1991), and Bolivia (2009), considering that the latter two are part of the context of the new Latin American constitutionalism. The research is classified as bibliographical, employing systematic and deductive methods with a qualitative approach. In

<sup>85</sup>Graduanda em Direito (UFCG), membro do Laboratório de Produção Científica das Ciências Jurídicas e Sociais (LPCCJS), bem como do Grupo de Pesquisa em Ciências Criminais e Psicossociais (GPCPCRIM) e ouvinte do Grupo Miroslav Milovic. E-mail: bruna.ERICA@estudante.ufc.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8524404227766076>.

<sup>86</sup>Graduanda em Direito (UFCG), membro do Laboratório de Produção Científica das Ciências Jurídicas e Sociais (LPCCJS), bem como do Grupo de Pesquisa em Ciências Criminais e Psicossociais (GPCPCRIM) e ouvinte do Grupo Miroslav Milovic. E-mail: liviaolivs12@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4040084778181280>.

<sup>87</sup>Graduando em Direito (UFCG), membro do Laboratório de Produção Científica das Ciências Jurídicas e Sociais (LPCCJS), bem como do Grupo de Pesquisa em Ciências Criminais e Psicossociais (GPCPCRIM) e ouvinte do Grupo Miroslav Milovic. E-mail: pedro.formiga@estudante.ufcg.edu.br. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7785669934036436>.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

conclusion, despite the advancements of the new Latin American constitutionalism, the full formation of a Community of Difference is hindered.

### 1 INTRODUÇÃO

É sabido a relevância do avanço das teorias constitucionalistas, sobretudo, no que se refere ao estabelecimento de valores universais de sustento ao Estado Democrático de Direito. No entanto, essa universalidade carrega abstrações e acaba por silenciar determinados sub-grupos pertencentes a uma camada social mais ampla. A busca pela inclusão de valores que fogem à universalidade normativa traduz a potencialidade do Direito. É o que Milovic (2004) pretende analisar em sua obra *Comunidade da Diferença*, ao trazer para a discussão aspectos relevantes acerca da atuação jurídica sob perspectiva positiva. Nesse sentido, surgem os seguintes questionamentos: O novo constitucionalismo latino-americano é uma via para o direito como potência na condição de estabelecer uma comunidade da diferença, conforme o pensamento de Milovic?

Pretende-se, nesta análise, adotar os métodos dedutivo, comparativo e sistemático para comparar as constituições brasileira (1988), colombiana (1991) e boliviana (2009) na tentativa de observar elementos que evidenciam a diferença nos dispositivos normativos constitucionais em relação, por exemplo, a presença e limitações na inclusão das diferenças, aspectos culturais expressos nas constituições analisadas e os novos direitos trazidos pelo novo constitucionalismo.

Além desta introdução, o artigo ainda se divide em: metodologia, em que está descrito os procedimentos metodológicos utilizados no artigo; o tópico da fundamentação teórica, em que foi possível delinear a formação e o aperfeiçoamento da subjetividade na filosofia, até desembocar na reflexão sobre a comunidade da diferença de Milovic, em contraponto à universalidade nos sistemas jurídicos e o conseqüente fomento às discriminações sociais, que passaram a receber questionamentos provenientes da teoria dos devires, sendo esta responsável por disponibilizar espaços dialógicos por meio da associação de saberes tradicionais, de





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

modo a permitir uma reflexão sobre novas formas de existência e vivências; o tópico da análise dos resultados, em que se discute os principais aspectos das três constituições analisadas, trazendo semelhanças, mas dando destaque para as nuances previstas em cada uma; e, por último, as considerações finais, em que é feito um breve fechamento acerca da temática do artigo diante do que foi analisado nas constituições de Brasil, Colômbia e Bolívia e o pensamento de Miroslav Milovic sobre a inclusão das diferenças.

### 2 METODOLOGIA

Em relação aos procedimentos metodológicos, propõe-se uma análise comparativa, a partir da mineração de dados nos artigos e suas disposições normativas nas constituições brasileira de 1988, colombiana de 1991 e boliviana de 2009, no intuito de estabelecer diferenças na redação de dispositivos que retratam temáticas similares ou consonantes para responder ao seguinte questionamento: O constitucionalismo latino-americano é uma via para o direito como potência no pensamento de Milovic?

A pesquisa se classifica como qualitativa, utilizando-se dos métodos sistemático e dedutivo, haja vista a interpretação das constituições como um todo, partindo para aspectos específicos e suas interrelações. A pesquisa bibliográfica e arcabouço teórico envolveu autores como Luhmann (2016), Beauvoir (2013), Milovic (2004; 2006), é o que se pretende abordar no tópico seguinte.

### 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

#### 3.1 A BUSCA POR UMA NOVA EPISTEMOLOGIA

A filosofia pré-socrática reconhecia um modelo de conhecimento perpetrado principalmente pelos fenômenos naturais, sendo posteriormente apresentada a dualidade do racionalismo *versus* empirismo, em que, de um lado, a razão é a única forma de acessar o conhecimento conforme apresenta a teoria do cogito (DESCARTES, 2001), a razão como intrínseca





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

ao ser humano, e, do outro, o conhecimento proveniente dos sentidos e vivências, a exemplo da tábula rasa (LOCKE, 2010). É neste contexto dual que Kant (1980) introduz o sujeito como potencial agente formador de conhecimento à medida em que se verifica a observação sobre si mesmo. O juízo sintético *a priori* (KANT, 1980), responsável por reunir aspectos do racionalismo pelo caráter *a priori*, e do empirismo, pelo fator *a posteriori*, viabiliza o conhecimento a partir do fenômeno da subjetividade. Essa nova modalidade de construção de saberes é uma novidade em se tratando do conhecimento filosófico, pois anteriormente o máximo que se poderia aferir sobre os seres em si estava atrelado aos sentidos, de modo que não se reconhecia o indivíduo como elemento estruturante do mundo e dos seus fenômenos.

Entretanto, Kant (2003) se depara com um contexto ainda mais inovador ao dimensionar a liberdade fora do padrão conferido pelo juízo sintético *a priori*, isso porque, sua crítica à razão pura (KANT, 1980) se pautava principalmente em aspectos teóricos, entretanto, ao se referir à liberdade, verifica que sua forma de atuação detém caráter prático, nesse sentido considera que “a filosofia é o pensamento da liberdade” (COSTA, MILOVIC, p. 29). Conforme este recorte, a metafísica tradicional, a qual parte da construção epistemológica esteve moldada, entraria em ruínas, pois, com base no gancho Kantiano, Marx introduz seu raciocínio em torno do materialismo histórico-dialético, assim como Heidegger (2012) na figura do *Dasein* (Ser-aí), acompanhado da hermenêutica de Gadamer (2012), dos devires de Guattari e Deleuze e da Comunidade da Diferença de Milovic (2004), de modo a colocar em xeque as construções universalistas e meramente metafísicas do sistema jurídico, conforme se pretende discutir no próximo tópico.

### 3.2 UNIVERSALIDADE NO MUNDO JURÍDICO: SILENCIAMENTO DAS DIFERENÇAS

A construção de sujeitos universais e abstratos nas legislações como se verifica no art. 5º da CF/88 em “todos são iguais perante a lei” (BRASIL, 1988), traz uma discussão diante da inviabilidade da reflexão em torno das particularidades de determinados grupos silenciados







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

pela lógica neoliberal e amparados pelas democracias constitucionalistas. Isso porque, a Constituição se torna o cerne do ordenamento jurídico mediante as teorias constitucionais implementadas pós 2ª Guerra Mundial, as quais objetivam incrementar discussões valorativas, além de conferir força normativa (HESSE, 1991) a seus conteúdos. Entretanto, a formação de diplomas constitucionais é orientada a partir do acoplamento estrutural entre Direito e Política (LUHMANN, 2016), cuja fundamentação é proveniente de si mesma em face do processo de *autopoiese* (MATURANA; VARELA, 2001).

A consequência deste processo permite a interferência de efeitos personalísticos, na medida em que o observador/aplicador da norma produz linguagem ao interpretá-la (SILVA, 2015). Outro ponto relevante a ser abordado acerca da ordem jurídica é a sua operacionalidade a partir de um caráter binomial (LUHMANN, 2016) entre lícito e ilícito, uma vez que o subsistema jurídico, ao incluir a universalidade, amparada na metafísica, fomenta a exclusão de tudo aquilo que não é categorizado como universal, ou seja, as diferenças. Nesse sentido, o que o sistema determina como lícito, confere ao restante a condição de ilicitude, o que permite a introdução de novas exclusões e violências sociais. Segundo Beauvoir (2013), essa concepção beneficia a personificação daquele que predomina no ideário dominante, correspondendo, portanto, à manutenção do *status quo*.

Ao integrar as duas problemáticas esmiuçadas por Luhmann (2016), admite-se que o aplicador do Direito produz a comunicação do Direito a partir da própria base jurídica, tendo como pressuposto a obediência às normas constitucionais pensadas na figura do poder constituinte. Desse modo, os direitos passam a ser corrompidos por aqueles que não se enquadram na uniformidade da diferença, atrelados meramente no plano metafísico, sem capacidade de transformação social, como se pode verificar nas problemáticas em torno das diferenças identitárias não legitimadas, as quais dependem da atuação estatal como foco principal. É nesse sentido em que se pode presumir certa contradição, sobretudo ao se verificar que as respostas desse cenário não estão dentro do próprio sistema jurídico. Não é a regulamentação a partir de disposições a responsável por resolver a questão, apesar de na prática recorrer-se justamente ao Direito. É nessa perspectiva que grupos atuantes em torno de pautas feministas, raciais,





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

indígenas, quilombolas, diversidade sexual, detém sua diferença como forma de reconhecimento, entretanto, em termos de identidade, são grupos segregados (CANGIANO, 2023), pois se tornam opositores pelo sistema, suscetíveis à dominação mercantil e discriminatória.

Para Milovic (2006), o direito como potência não reproduz o mundo como se encontra, mas propõe criação de novas possibilidades de subjetividades concretas, distantes da formalização identitária criada pelo liberalismo para submeter a dominação social. Isso porque, a subjetividade abstrata proposta pela própria filosofia não é capaz de modificar os valores predominantes e, assim, ignora a potencialidade dos sujeitos (MILOVIC, 2004). Não ocorre o que Boaventura em entrevista (CARNEIRO, KREFTA, FOLGADO, 2014) define como ecologia dos saberes, a visão para além das linhas abissais, o que representa a busca de interações entre as diferentes áreas do saber, inclusive aquelas não reconhecidas formalmente, e suas respectivas utilidades.

O Direito positivo tem a tendência de fixar conceitos e disposições normativas, contribuindo para a uniformização de valores através da instauração de um sujeito abstrato, que, automaticamente, promove a exclusão daquelas conjunturas que fazem parte da realidade. Contudo, para a operacionalidade da comunidade da diferença (MILOVIC, 2004) e o estabelecimento do Direito como potência, enquanto sistema propagador de novas conjunturas, cabe verificar os Devires em Guattari e Deleuze (2008).

### 3.3 OS DEVIRES E O NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO

A elaboração de disposições nos ordenamentos jurídicos que abordam a universalidade dos sujeitos encontra amparo na metafísica arruinada, como demonstrada anteriormente, além de representar instrumento para novas violências, a partir das ideias vanguardistas de Kant e a abertura a um novo direcionamento em torno da filosofia, agora associada a realizações práticas na construção dos saberes, evidencia a necessidade de transformações, a partir da era pós-metafísica, no intuito de entender o Direito enquanto potência, como Miroslav Mi-





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

lović sugere, tendo por fundamento os Devires e as subjetividades enquanto elementos propulsores de novos saberes assim como de uma comunidade da diferença (MILOVIC, 2004).

O pensamento de Milović correlaciona diversas camadas filosóficas, de modo que, para o presente contexto textual, será utilizado predominantemente as influências sobre Deleuze e Guattari (2008) acerca dos devires, rizomas<sup>88</sup> e potências no sentido de estabelecer uma crítica à filosofia que, de forma inconsciente, ampara a existência de ideologias dominantes e segregacionistas mediante o estabelecimento de sujeitos universais, conforme disposto no tópico anterior. Desse modo, cabe refletir acerca dos contributos de Deleuze e Guattari (1997, 1998, 2007, 2010) frente à abertura subjetiva oferecida por Kant (1980) e as reflexões Nietzscheanas (2001), acompanhadas por Freud, como pode ser evidenciado pela teoria do eterno retorno<sup>89</sup>, de forma que Deleuze (1988) atribui um novo sentido para tal questão, objetivando considerar o retorno não do mesmo indivíduo, mas do diferente que se comporta na reunião de potenciais elementos responsáveis por manter contínua dinâmica e movimentação e, conseqüentemente, inviabiliza as construções universais. Essa ideia do constante dinamismo detém influência das ideias de Heráclito (1973), moldadas a partir da filosofia do movimento, como exemplo da máxima de que ao entrar duas vezes em um rio não haverá contato com o mesmo rio (HERÁCLITO, 1973).

As alterações propostas por Deleuze objetivam ultrapassar os binarismos estabelecidos nas sociedades contemporâneas através do constante movimento dos seres e saberes, que se entrelaçam, se desfazem e se refazem no chamado nível molecular, espaço de encontro, interações, intersecções, afetos e rizomas para novos formatos de existência, contexto diferente da entidade molar composta por estruturas dominantes (DELEUZE; GUATTARI, 2008). Assim, o nível molecular permite a fuga dos sistemas pré-ordenados e, nesse sentido, Deleuze e Parinet (1998), não consideram a fuga como ato de evitar críticas e reflexões, mas como método necessário à construção dos Devires. Isso porque, Deleuze e Guattari (1997, p. 42) consideram que “os afetos são devires”, sendo estes capazes de diminuir ou aumentar a potência de

<sup>88</sup>Composto por um “emaranhado de linhas em que não é possível distinguir início e fim, nem núcleo ou ponto central” (BARRETO, CARRIERI, ROMAGNOLI, 2020, p. 48)

<sup>89</sup>Estabelece a ideia de que mesmo após o fim poderá haver repetição do que foi experienciado de forma cíclica.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

agir e decompor ou fortalecer as relações em uma sociedade da vizinhança, cuja ação objetiva romper com segregações, violências e colonialidades através de uma organização marginal. É uma metodologia possível para a garantia da decolonialidade, de modo a evidenciar um espaço nômade, suscetível a variação de experiências e conexões, para “a expressão da pluralidade, da multiplicidade, a potência do diferente” (L. TEDESCHI, S. TEDESCHI, 2012).

Nesse sentido, Deleuze & Guattari (2008) associam o devir ao contexto minoritário, não em aspecto numérico, mas em referência à histórica realidade de opressão de determinadas camadas sociais. Neste aspecto, observa-se a viabilidade do devir-índio, devir-negro, sobretudo, o devir-mulher, na condição basilar para os outros devires, segundo Deleuze e Guattari (1997), em face da contínua luta feminina contra padrões pré-estabelecidos e métodos de controle pela sociedade e suas instituições, juntamente à elaboração de modos alternativos de vivência, de relacionamentos e de lidar com seus corpos ao longo da história. É importante mencionar que, apesar do pioneirismo das estruturas moleculares que possibilitaram a construção do devir-feminino, os espaços nômades e interlocutórios independem de gênero, portanto, a potencialidade de se pensar novos modelos de saberes está para todos os sujeitos que querem exercê-la.

Os devires, de uma forma geral, permitem “salvar uma cultura da alienação, para permitir o florescimento de uma subjetividade, para arrancar do silêncio uma língua” (PELLEJERO, 2011, p. 20), e assim, construir a sociedade da diferença, que, nos recortes teóricos de Miroslav, tal condição poderia advir dos devires jurídicos, na medida em que também seria possível o sentido contrário. Em outros termos, é a perspectiva de enxergar o Direito como propulsor de saberes múltiplos, integrativos e rizomáticos provenientes da comunidade da diferença, ou seja, o Direito como potência.

Este cenário levou ao questionamento dos constitucionalismos vigentes, que, apesar de seus avanços, permaneceram associados aos valores europeus e conservadores, o que possibilitou o surgimento do novo constitucionalismo da América Latina (ALVES, 2012), responsável por incluir o leque de conhecimentos em prol de um Estado Plurinacional, sendo este um





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

sistema que visa incluir as diferenças com suas singularidades, assim como a construção de novos métodos de conhecimento.

Em vias de analisar a existência de um devir jurídico no contexto dos países da Colômbia, Bolívia e Brasil, observou-se o recorte acerca do novo constitucionalismo latino-americano, o qual busca romper com narrativas masculinas, heteronormativas, de branquitude e viés europeu, na tentativa de viabilizar reverberações moleculares e, portanto, decoloniais. Desse modo, pretende-se verificar a existência da potencialidade de novos saberes nos diplomas constitucionais da Bolívia e Colômbia, os quais sofreram influência do neoconstitucionalismo latino-americano em relação à Constituição brasileira de 1988. É o que se pretende no tópico que se segue.

### 4 ANÁLISE E RESULTADOS

Diante das contribuições teóricas explicitadas anteriormente, verificou-se a necessidade de estabelecer um levantamento comparativo entre a constituição brasileira e as transformações nas constituições colombiana e boliviana, na tentativa de verificar seu enquadramento no direito como potência levando-se em conta as diferentes realidades identitárias incluídas no cenário jurídico desses países. Da mesma forma, também se pretende refletir o contexto jurídico brasileiro, que ainda se encontra atrelado às universalidades do sujeito, conforme as disposições que se seguem.

Logo nos primeiros artigos das constituições analisadas, observa-se a definição de Estado, sendo as disposições muito semelhantes nas três constituições. No Brasil, tem-se que a República Federativa do Brasil constitui-se em um Estado Democrático de Direito; na Colômbia, um Estado social de direito; e, na Bolívia, Estado Unitário Social de Direito Comunitário Plurinacional. No entanto, mesmo com as disposições parecidas, é perceptível a característica marcante do novo constitucionalismo latino-americano na Constituição da Bolívia, ao destacar o aspecto comunitário e plurinacional da sua lei maior, indicando além do caráter democrático, a pluralidade de povos pertencentes ao Estado Boliviano e que formam um todo





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

unitário, assim como favorecem a potencialidade do direito e possibilitam uma comunidade da diferença, proposta por Milovic (2004).

Apesar de ser possível elencar outras semelhanças no que concerne às referidas Constituições, a exemplo da proteção ao patrimônio cultural na Colômbia (art. 72), na Bolívia (9.3) e no Brasil (Art. 216, § 1º), no que diz respeito à valorização da cultura, a Bolívia em específico (art. 42.1), traz a responsabilidade estatal pela garantia do respeito à pesquisa e prática da medicina tradicional, o que representa a valorização de uma política de ecologia de saberes (SANTOS, 2007) e valores tradicionais dos povos originários na aplicação da medicina tradicional, de forma a tornar mais eficiente o tratamento dessas comunidades em face dos seus organismos já estarem adaptados a certos produtos da natureza, realidade invisível no Brasil.

Ademais, observa-se a inserção de elementos que ampliam aspectos culturais e étnicos, por exemplo, o art. 7º da Constituição colombiana, que aborda a garantia de um Estado plurinacional como uma das formas de implementação proveniente do reconhecimento dos diferentes dialetos populacionais como línguas oficiais do país, assim como o art. 5º<sup>90</sup> da Bolívia acerca da previsão de outras línguas oficiais além do espanhol, sendo levado em consideração a conveniência e os usos de cada local do Estado da Bolívia. No caso brasileiro, a Constituição de 1988, em seu art. 13, define a língua portuguesa como o idioma oficial da República Federativa, havendo a disposição do art. 210, § 2º da CF, o qual assegura às comunidades indígenas a utilização da língua materna para fins meramente educacionais. Nesse sentido, a utilização da língua de outros grupos culturais no Brasil não é considerada em aspecto de ampla utilização, restrita ao campo educacional, tendo um escasso incentivo à utilização de outras línguas no diploma brasileiro, como se percebe no caso das comunidades quilombolas, as quais nem são mencionadas, fazendo com que a inclusão desses povos originários se torne cada vez mais difícil em decorrência do distanciamento entre estes e a sociedade, o que, de certa maneira, corrobora para a invisibilidade conferida pelo Estado. Assim, as constituições

<sup>90</sup>Artigo 5.1. As línguas oficiais do Estado são o espanhol e todas as línguas das nações e povos indígenas rurais, que são aimará, arona, baure, bésiro, canichana, cavineño, cayubaba, chacobo, chimán, ese ejja, guarani, guarasu 'nós, Guarayu, Itonama, Leco, Machajuyai-kallawayá, Machineri, Maropa, Mojeño-trinitario, Mojeño-ignaciano, Moré, Masetén, Movima, Pacawara, Puquina, Quechua, Sirionó, Tacana, Tapiete, Toromona, Uruchipaya, Weenhayek, Yuraminá, Yaminawa, Zamuco.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

da Colômbia e Bolívia, ao oferecer destaque a grupos com menor poder representativo, contribuem na busca de igualdade entre os povos e na preservação das suas culturas.

Outro ponto relevante se deu a partir das ADI's (Ações Diretas de Inconstitucionalidade), responsáveis por declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo. A diferença nos dispositivos se configura pela postura democrática voltada aos atores sociais, no caso da Colômbia, no art. 40.6, que dispõe sobre a possibilidade de o cidadão comum propor encaminhamento de ação pública de inconstitucionalidade. Contexto oposto ao cenário brasileiro em que, conforme disposto no art. 103 da CF/88, o cidadão comum não é um dos legitimados do rol taxativo do referido artigo, o que impede participação popular e estabelecimento de estruturas rizomáticas (DELEUZE, GUATTARI, 2008), haja vista que apenas podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade determinados legitimados, como o Presidente da República, as Mesas do Senado Federal e Câmara dos Deputados, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil etc.

Também é válido ressaltar disposições relativas a direitos fundamentais, especialmente em relação à questão escravocrata. O art. 17 da Constituição Colombiana e o art. 15.5 dão destaque para a questão da escravidão, proibindo-a, assim como a servidão e comércio de escravos. Na CF/88, não há menções à escravidão, apesar de serem vedadas as penas de trabalhos forçados e de caráter cruel (art. 5º, XLVII, “c” e “e”). Assim, mesmo com todo o passado histórico escravocrata que o Brasil apresentou a época e apresenta agora com suas reverberações atuais, extrai-se da constituição da Colômbia e da Bolívia uma postura mais combativa diante da temática.

Um outro ponto de destaque na Constituição da Bolívia é na disposição acerca da preservação da integridade plena da mulher, em que o artigo 15.2 prevê que “todos, em particular as mulheres, têm o direito de não sofrer violência física, sexual ou psicológica, tanto na família como na sociedade”. Já no Brasil, não há na Constituição Federal de 1988 uma disposição expressamente relacionada à matéria de violência contra a mulher, o que seria diferente se as contribuições do devir mulher fossem integradas nesse contexto, sendo preciso ir até a legislação infraconstitucional (Lei Maria da Penha, como principal marco legal) para que esteja





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

explícito a proibição da violência (física, psicológica, sexual) e o direito à integridade especificamente para as mulheres, o que representa a subcondição a qual a temática se encontra relegada no ordenamento jurídico brasileiro.

Ainda, cabe ressaltar avanços recentes e pontuais no contexto brasileiro: pela primeira vez, a Constituição Federal de 1988 teve sua tradução para uma língua indígena em 19 de julho de 2023 com a própria participação da comunidade indígena no processo de tradução para a língua Nheengatu (conhecida como tupi moderno), demonstrando um fortalecimento do direito à igualdade entre os povos e a pluralidade da sociedade brasileira (FOLHA, 2023). Ademais, foi promulgada, no município de Guajará-Mirim (RO), a primeira lei que dá direitos a um rio, que considera o Rio Laje um sujeito de direitos, a fim de, através desse reconhecimento, garantir a sua preservação e o equilíbrio ecológico na região (GLOBO, 2023).

Muito embora os contextos apresentados sejam relevantes para a reflexão da potencialidade do Direito, ainda se mostram tímidos quando se verifica que, para o primeiro caso, a tradução realizou-se mediante um estrato indígena de tantos outros que ocupam o território brasileiro<sup>91</sup>. Além disso, este processo potencializa a possibilidade de atuação de dadas comunidades indígenas, o que é altamente relevante, porém insuficiente, tendo em vista a escassa alteração no compromisso do Judiciário em torno da questão indígena, já que as decisões jurídicas permanecerão atreladas a contextos dominantes e mercantis. No segundo caso, o reconhecimento do rio na condição de sujeito de direitos é de muita valia ao se verificar a necessidade de maiores discussões acerca dos direitos da natureza, entretanto, é necessário mais do que uma normativa para tanto, de forma que métodos, instrumentos e estratégias plurais e interdisciplinares (conexão com saberes indígenas, com grupos ecofeministas, por exemplo) é crucial no estabelecimento de uma real política de defesa e proteção ao meio ambiente, que, sem essas medidas, ainda será alvo de ações de extração, movimentos de garimpo e projetos de hidrelétricas ou construção de rodovias, como é o caso do Rio Laje.

<sup>91</sup>O Censo demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrou total de 274 línguas indígenas no Brasil.







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 4.1 RESULTADOS ALCANÇADOS

Nesse ínterim, os exemplos citados oferecem destaque ao aspecto das diferenças étnicas no diploma colombiano e boliviano, o que pode influir negativamente em como a Constituição do Brasil é vista em relação ao modo como são tratados grupos e o próprio patrimônio cultural na lei maior do ordenamento jurídico brasileiro. Dessa forma, é válido o olhar de destaque para as mudanças decorrentes do neoconstitucionalismo latino-americano, pois representam avanços na garantia dos direitos fundamentais, especialmente das parcelas populacionais excluídas e oprimidas historicamente na América Latina, fazendo com que o Brasil possa, levando em consideração as nítidas diferenças culturais, adaptar as disposições presentes em outros diplomas constitucionais, como é o caso da Colômbia e da Bolívia.

Entretanto, tais avanços não parecem ser suficientes, haja vista a inclusão de grupos e suas diferenças conforme o contexto da formulação do diploma, ficando em sujeição todas aquelas surgidas em posterior a essa codificação. Nesse molde, o Direito se encontra em contramão à dialética das necessidades populares, de forma a corroborar com as diferenças, pois a soberania popular só se identifica em um espaço vazio, não sendo possível sua delimitação, principalmente por parte da autoridade pública (LEFORT, 1987). Por essas razões, o Direito precisa permanecer em aberto para que sua potencialidade possa ser implementada, de modo a possibilitar transformações sociais concretas, desprovidas de abstrações universais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A histórica descoberta da subjetividade com a introdução Kantiana, seguida das reverberações filosóficas de outros autores, colocaram o indivíduo no cerne das discussões epistemológicas e, assim, foi possível verificar novos formatos de raciocínio, existência e resistência, como se verifica no arcabouço teórico de autores como Deleuze, Guattari e, consequentemente, Miroslav Milovic, que propõem críticas acerca dos conceitos abstratos e meramente





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

metafísicos a que o Direito faz uso, de forma a evidenciar sua potencialidade a partir de outras estratégias dialógicas.

A metafísica do “Eu” absoluto retira a potência que determinados setores têm para se organizar e propor mudanças ao seu redor. Nesse mesmo contexto, a universalidade age ao corroborar o isolamento dos indivíduos dentro da sua própria bolha identitária e uniforme. No entanto, as problemáticas correspondem a inúmeras realidades diferentes e comuns, então, como encontrar soluções aos problemas que parcela da população acredita não pertencer a sua identidade? E àquelas que reúnem demandas de diversos setores, como haverá de ser pensada se a abstração não permite enxergar a inclusão das diferenças em um mesmo contexto?

O Direito, como vetor de transformação, não se fez presente ainda nos ordenamentos adeptos ao novo constitucionalismo latino-americano, apesar de trazer avanços na tentativa de estabelecer um Estado plurinacional, de fomento e respaldo às diferenças identitárias. No entanto, o direito como potência exige que o sistema jurídico permaneça em aberto com o objetivo de acompanhar os novos formatos identitários que surgem conforme a modificação dos valores em cada sociedade, permitindo, assim, que divisões de estratos e movimentos, postos em conflito com o apoio jurídico, não sejam utilizadas para corroborar perspectivas negacionistas, as quais disseminam ideais de rechaço ao diferente.

Ao reconhecer que o Direito não deve se limitar a abstrações universais, abre-se espaço para considerar os devires e suas associações. Isso significa que as soluções jurídicas devem levar em conta as particularidades e necessidades específicas de cada situação, além de fomentar o diálogo com as múltiplas realidades, ao invés de se basearem apenas em princípios gerais abstratos. No entanto, é importante ressaltar que a abertura do Direito não significa falta de fundamentos ou normas. Os princípios e valores jurídicos fundamentais ainda desempenham um papel crucial na orientação das decisões e ações jurídicas. A abertura está relacionada à capacidade de incorporar novas perspectivas, sem comprometer a coerência e a integridade do sistema jurídico.

Assim, é necessário que o Direito garanta seu espaço enquanto ferramenta eficaz para a transformação social concreta, na medida em que pode responder aos desafios e injustiças





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

enfrentados pelas comunidades em diferentes contextos. Com isso, é imperioso concluir que a simples elaboração de disposições nos ordenamentos jurídicos abordando a universalidade dos sujeitos a partir da fixação de conceitos e disposições normativas de maneira inflexível, ignorando as particularidades e nuances das situações concretas, levam a exclusão de conjunturas que não se encaixam nos moldes pré-estabelecidos pelo sistema jurídico e distanciam do cenário brasileiro a observância de uma comunidade da diferença.

### REFERÊNCIAS

ALVES, M. V. Neoconstitucionalismo e novo constitucionalismo latino-americano: características e distinções. **Rev. SJRJ**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 34, p. 133-145, ago. 2012.

BARRETO, R. De O.; CARRIERI, A. De P.; ROMAGNOLI, R. C. O rizoma deleuze-guattariano nas pesquisas em Estudos Organizacionais. **Cadernos EBAPE**. BR, v. 18, p. 47-60, 2020.

BEAUVOIR, S. **Pour une morale de l'ambiguïté suivi de Pyrrus et Cinéas**. Col. Folio Essais, Paris. Gallimard. 2013.

**Brasil registra 274 línguas indígenas diferentes faladas por 305 etnias**. Fundação Nacional dos Povos Indígenas, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2022-02/brasil-registra-274-linguas-indigenas-diferentes-faladas-por-305-etni-as#:~:text=Brasil%20registra%20274%20%C3%ADnguas%20ind%C3%ADgenas,Funda%C3%A7%C3%A3o%20Nacional%20dos%20Povos%20Ind%C3%ADgenas>. Acesso em: 13 de jul. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 01 abr. 2023.

CANGIANO, A. S. B. Diferença na comunidade da diferença. **Cadernos Miroslav Milovic**. Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil. Fevereiro de 2023. Disponível em: <http://miroslavmilovic.com.br/index.php/cadernos/article/view/8/1>. Acesso em: 01 abr. 2023.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

CARNEIRO, F. F.; KREFTA, N. M.; FOLGADO, C.A.R. A Práxis da Ecologia de Saberes: entrevista de Boaventura de Souza Santos. **Tempus**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 331-338, 2014. Disponível em: <https://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/1530>. Acesso em: 04 abr. 2023.

COSTA, A; MILOVIC, M. (Re)pensar o Social. **Ágoras - Revista Eletrônica do G-TEIA**. V. 2, n. 1 (2022). Disponível em: <http://www.agoras.ufc.br/index.php/agoras/article/download/38/13> Acesso em: 15 jul. 2023.

DELEUZE, G. **Diferença e repetição**. Tradução: Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 1997.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1**. Tradução de Luiz. B. L. Orlandi. São Paulo: Ed. 34, ([1972] 2010).

DELEUZE, G; PARNET, C. **Diálogos**. Trad. Eloísa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia 2**, vol. 5. São Paulo: Ed. 34, 2008.

DESCARTES, R. **Discurso do método**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GADAMER, H-G. **Verdade e Método I: Traços Fundamentais de uma Hermenêutica Filosófica**. Trad. Flávio P. Meurer. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012

HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. Trad. de Márcia Sá Cavalcante. 9ª ed. Parte I e II. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 470

HERÁCLITO DE ÉFESO. Os Pré-Socráticos: Heráclito. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 85-97 (Coleção Os Pensadores).

HESSE, K. **A Força Normativa da Constituição**. Trad. Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1991.

KANT, I. **Crítica da razão prática**. Tradução Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2003. Ed. Bilingue.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Abril Cultural, 1980 (Os pensadores).





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

LEFORT, C. **A Invenção Democrática**. 2a ed., São Paulo: Brasiliense, 1987.

LOCKE, J. **Ensaio sobre o entedimento humano**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2010.

LUHMANN, N. **Sistemas Sociais: esboço de uma teoria geral**. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

MARQUES, J. **Constituição terá primeira tradução oficial em língua indígena**. Folha de São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/07/constituicao-tera-primeira-traducao-oficial-em-lingua-indigena.shtml>. Acesso em: 12 jul. 2023.

MATURANA, H; VARELA, F. **A Árvore do Conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana**. São Paulo: Pala Athenas, 2001.

MILOVIC, M. A impossibilidade da democracia. **Anais do XIV Congresso Nacional do CONPEDI**, Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

MILOVIC, M. **Comunidade da Diferença**. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2004.

NIETZSCHE, F. W. **A gaia ciência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PELLEJERO, E. **A estratégia da involução: o devir-menor da filosofia política**. In: MONTEIRO, S. B. Caderno de notas 2: rastros de escrituras. Canela/RS: UFRGS, 2011

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes, **Novos estud.** – CEBRAP n. 79 São Paulo, nov. 2007, <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/ytPjkXXYbTRxnJ7THFDBrgc>. Acesso em: 15 jul. 2023.

SILVA, L. N. **Direitos humanos e o observador: Complexidade, contingência, autopoiesis, paradoxo e expectativa**. Revista Tema- Revista Online do CESED. v. 16, n. 24/25, 2015, p. 65- 79. Disponível em: <http://revistatema.facisa.edu.br/index.php/revistatema/article/view/402>. Acesso em: 15 jul. 2023.

TEDESCHI, L. A; TEDESCHI, S. L. Devir - Mulher como potência para uma história outra. **Projeto História**, São Paulo, v. 72, pp. 5 - 29, Set.-Dez., 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download/54261/38324/172561>. Acesso em: 14 jul. 2023.

Um Só Planeta. **Primeira lei no Brasil que dá direitos a um rio é aprovada em município de Rondônia, na Amazônia**. Globo, 2023.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM FILOSOFIA – ARANDU: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS

Danielle Gonzaga de Brito<sup>92</sup>  
José Roberto Gomes<sup>93</sup>

#### 1 INTRODUÇÃO

Estes relatos de experiências têm como desígnio apresentar as vivências do Grupo de Estudos e Pesquisa em Filosofia – ARANDU, do Instituto de Educação, Agricultura e Meio Ambiente – IEAA, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, referentes aos anos de 2020 e 2022.

Enquanto grupo de pesquisa CNPq com atividades e propostas de estudos e pesquisas decoloniais, anticoloniais e antirracistas, apresentamos as principais atividades desenvolvidas pelo Arandu e as atividades em que, enquanto membros do grupo de pesquisa, estivemos ativos. Nos interessa para além de compartilhar as atividades, apresentar um balanço daquilo que conseguimos realizar, enquanto participantes de um dispositivo de Poder, na construção de redes de luta e resistência.

133

---

<sup>92</sup> Doutoranda no programa de pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS; Mestre em Letras: Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM; Graduada em Letras Língua Inglesa pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Professora do curso de Letras Língua Portuguesa e Língua Inglesa da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, campus Humaitá. Desenvolve pesquisas em torno da Análise de Discurso em uma perspectiva desconstrutivista nos aportes teóricos de Michel Foucault, Derrida e Lacan, com ênfase nos estudos decoloniais, anticoloniais, antirracistas e de afirmação indígena. Vice coordenadora do Grupo ARANDU de Estudos e Pesquisas em Filosofia (UFAM). Leciona as disciplinas do curso de Letras nas áreas dos Estudos da Linguagem em Língua Inglesa. [daniellegonzaga@ufam.edu.br](mailto:daniellegonzaga@ufam.edu.br)

<sup>93</sup> Doutor em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba (2019); Mestrado em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba (2016); Especialização em Psicopedagogia (2013); Graduação em Filosofia (2011); Formação em fundamentos na psicanálise (2021). Professor adjunto da Universidade Federal do Amazonas – Campus Humaitá. Atua na área de Filosofia e Legislação do Ensino Básico. Pesquisa a Filosofia Contemporânea, em torno do pensamento de Merleau-Ponty e Fenomenologia. Tem pesquisado a Filosofia Ameríndia, voltada para o Brasil. Coordena o Grupo ARANDU de Estudos e Pesquisas em Filosofia (UFAM). Participa como membro do Grupo de Estudos e Pesquisa da Filosofia da Percepção (UFPB). Leciona as disciplinas de Filosofia, Filosofia Ameríndia e Legislação do Ensino Básico. [robertogomes@ufam.edu.br](mailto:robertogomes@ufam.edu.br)





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Para tanto, utilizamos narrativas dos próprios membros do Arandu para apresentar as atividades e, ao mesmo tempo, avaliar nossas ações como diagnóstico para as próximas. Como consequência, o trabalho se organiza em três momentos, a saber: Como tudo começou, Narrativas das ações e Resultados para próximos passos.

A proposta de escrita segue as metodologias de pesquisa qualitativa, bibliográfica, entrevista narrativa dialogada, entrecruzamento e pesquisa ação, uma vez que os dados apresentados são utilizados como diagnóstico para gerar mudanças, quando necessárias, para as ações desenvolvidas pelo grupo.

## 2 DESENVOLVIMENTO

*Você, eu, um sem-número de educadores sabemos todos que a educação não é a chave das transformações do mundo, mas sabemos também que as mudanças do mundo são um quefazer educativo em si mesmas. Sabemos que a educação não pode tudo, mas pode alguma coisa. Sua força reside exatamente na sua fraqueza. Cabe a nós pôr sua força a serviço de nossos sonhos (Freire, 1991, p. 126).*

*[...]é preciso que a educação esteja - em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos - adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história [...] uma educação que liberte, que não adapte, domestique ou subjugue (Freire, 2006, p. 45).*

134

Inspirados pelas duas epígrafes de Paulo Freire, iniciamos as breves escritas na tentativa de apontar os rastros para o início das atividades do Grupo de Estudos e Pesquisa em Filosofia Arandu. Estamos cientes que se trata apenas de pistas e gestos resolutivos na tentativa de contribuir para uma educação transgressora. Não se trata da solução de todos os problemas, nem muito menos se apresenta como uma e melhor alternativa. São apenas gestos possíveis e em movimento. Neste sentido, o tópico *Como tudo começou* pretende apresentar as condições de produção e o local enunciativo de nossa propositura.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 2.1 COMO TUDO COMEÇOU

Não é novidade o descaso e cortes de verbas destinados à educação no Brasil, No entanto, depois dos avanços que alcançamos desde a redemocratização do país, foi a partir de 2018, que experimentamos mais duramente uma conjuntura política-histórica-social de retrocessos de direitos, cortes de verbas destinadas à educação e pesquisa, discurso de ódio e difamações contra as universidades e todos aqueles a que ela constituem, principalmente contra a ciência, que partiam de dentro e de fora das estruturas vinculadas a educação brasileira.

Embora acompanhando pelos noticiários os acontecimentos internacionais, em fevereiro de 2020 que o Brasil foi afetado diretamente pela pandemia Scar Covid-19. Em relação a Universidade Federal do Amazonas - UFAM, no dia 16 de março de 2020, recebemos a notícia de que todas as atividades presenciais da UFAM estariam paralisadas até o dia 30 de março do mesmo ano. Todavia, por meio da decisão *ad referendum* Consuni 01/2020, todo o Calendário 2020 da universidade é suspenso por prazo indeterminado. Após um ano sem atividades presenciais, em 29 de março de 2021, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFAM – CONSEPE, deliberou pelo retorno do calendário acadêmico de 2020.

Diante desse contexto de pandemia SCAR Covid-19 que fomos obrigados, enquanto Universidade Federal do Amazonas, a migramos para a internet, mesmo diante de um cenário de grandes desigualdades sociais que compõem o cenário da UFAM Multicampia, pois no interior do Estado do Amazonas temos uma enorme precariedade no que tange o adequado funcionamento da internet, seja por condições materiais ou não. Na cidade de Humaitá essa condição não é diferente. Passemos agora aos contextos.

### 2.2 CIDADE DE HUMAITÁ

Humaitá é um município localizado no interior da região Sul do Amazonas, cuja população é de 57.473 pessoas, de acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Esta-







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

tística de 2022. Está situado entre as rodovias Transamazônica e Manaus-Porto Velho, e é banhado pelo Rio Madeira, sendo uma das principais cidades da hidrovia homônima.

Relativo ao desenvolvimento urbano, não há água tratada e saneamento básico em Humaitá. A energia elétrica na cidade é oferecida a partir de 4 motores a diesel, “com funcionamento precarizado (insuficiência de diesel, mau funcionamento da subestação, entre outros), resultando em constante falta de energia para a maioria da população” (Brito; Azevedo, 2021, p. 72). Além da precariedade no serviço de energia elétrica, o município possui um restrito e elevadíssimo valor de acesso à internet, o que não significa qualidade na oferta do serviço, muito pelo contrário. “O alto custo de acesso à internet limita seu uso a pequena elite do município, e mesmo assim não há qualidade na oferta desse serviço com contínua falta de sinal de internet” (Brito; Azevedo, 2021, p. 72). Em quase toda a cidade, há apenas uma operadora de telefonia móvel. Além do alto valor, serviços de baixa qualidade são as consequências.

A economia local legal baseia-se na agropecuária, extrativismo vegetal e indústria (madeira e castanha), mas a ilegalidade no funcionamento de garimpos é sintoma da crise econômica estabelecida no município. Além de péssimas condições de trabalho, o garimpo é uma ameaça para o desequilíbrio ambiental.

136

### 2.3 UFAM MULTICAMPI

Apenas o modelo unicampus de universidades era implementado no Brasil até 2005. Em outras palavras, quando se pensava em universidade, toda a sua estrutura acadêmica e administrativa deveria estar concentrada em um único território, normalmente a capital ou zonas metropolitanas. As unidades poderiam ser distribuídas desde que permanecessem no mesmo território (Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968) (Brito; Azevedo, 2021). No entanto, em 2005 o modelo de universidade possibilitou a distribuição de estruturas acadêmicas e administrativas para localidades outras que não necessariamente as zonas urbanas e capitais. É importante ressaltar que mesmo antes de 2005, a UFAM já estava presente no interior do Estado do Amazonas com a unidade pólo no município de Coari desde 1970. Como resultado desse novo modelo de organiza-





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

ção, além de Manaus, a UFAM é formada por cinco campus fora da sede, a saber: Campus de Benjamin Constant – Instituto de Natureza e Cultura – INC; Campus Coari – Instituto de Saúde e Biotecnologia – ISB; Campus Humaitá – Instituto de Educação Agricultura e Ambiente – IEAA; Campus Itacoatiara – Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia – ICET, e Campus Parintins – Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia - ICSEZ.

### 2.4 INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, AGRICULTURA E AMBIENTE – IEAA

Conhecido hoje como Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente – IEAA, Campus do Vale do Rio Madeira, é resultado de políticas públicas pela democratização e expansão da educação superior no Brasil. Ocorre que em 2005, o Governo Federal estabelece o Programa de Expansão do Ensino Superior, esforços e investimentos empreendidos pela comunidade universitária, denominada como “UFAM Multicampi”, dá início a medidas para realizar projetos de interiorização, e em 04 de outubro de 2006 o Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente - IEAA - da Universidade Federal do Amazonas é criado em Humaitá pela Portaria n. 028/2005 do Conselho Universitário, inicialmente com o nome de Instituto de Agricultura e Meio Ambiente – IAA, mas em 03 de agosto de 2009 a Portaria de n. 011/2009 do Conselho Administrativo altera o nome para o que consta atualmente (Brito; Azevedo, 2021).

O Campus Calha do Rio Madeira, configura sua localização em Humaitá como uma estratégia geopolítica. O IEAA recebe alunas e alunos de diferentes regiões e grande maioria proveniente do ensino básico público de educação. Além do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, os discentes podem ser admitidos por mais dois processos: PSC – processo seletivo contínuo e PSI – processo seletivo do interior. A multivariada dos sujeitos que ocupam esse espaço compreende residentes do município de Manicoré, Lábrea, Quilômetro 180, dentre outras zonas periféricas, muitos deles são indígenas, quilombolas e ribeirinhos, além de alunas e alunos oriundos de outros estados como Acre, Rondônia e Mato Grosso. É impensável a ausência de auxílios acadêmicos para a permanência dos alunos na universidade, pois a grande maioria é oriunda de famílias de baixa renda e/ou não vivem com seus familiares em Humaitá em decor-





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

rência de seu deslocamento. De maneira geral, o corpo discente que constitui o IEAA são os indivíduos periféricos subalternos<sup>94</sup>, em outras palavras, são os organizados pela colonialidade do poder por sua condição de raça/etnia, gênero/sexualidade e espiritualidade. “Mesmo com a ideia de que deixamos de ser uma colônia, os conceitos de exclusão provocados pelas hierarquias epistêmicas do conhecimento, ainda marginalizam os estudantes do IEAA” (Brito; Azevedo, 2021).

A partir da apresentação das condições de produção e do lócus enunciativo é que enfatizamos que as consequências do cenário histórico-social-político foram desastrosas para as perspectivas acadêmicas, das mais de 1000 alunas e alunos com matrículas ativas, o IEAA viu esse número cair para pouco mais de 600 estudantes, além disso, as novas entradas de calouros caíram para menos de 20% do total em comparação aos anos anteriores<sup>95</sup>.

Pensando desenvolver algum gesto na possibilidade de resistir contra os retrocessos apresentados, seguindo os protocolos de segurança e portarias vigentes, o grupo de estudos e pesquisa em filosofia Arandu é formado em 2020. Estimulado por uma solicitação da aluna Larissa, na época no terceiro período do curso de Letras, interessada em estudar e pesquisar mais temas em filosofia, o professor José Roberto materializou um grupo de estudos e pesquisa CNPq aos moldes de outros exemplos experimentados por ele em anos anteriores. A partir disso, José Roberto, coordenador do grupo, convidou a professora Danielle, vice coordenadora, além de demais colegas de trabalho, alunas e alunos do IEAA, para juntos formalizarem o grupo. Inicialmente, com encontros na modalidade remota, as reuniões aconteciam uma vez na semana pela plataforma *Google Meet*. Com o retorno das atividades presenciais no IEAA, o grupo optou por realizar os encontros semanas em modalidade híbrida (presencial e remota). Dessa maneira, os membros que se encontravam em Humaitá, se reuniam fisicamente em uma das salas de aula do IEAA e aqueles que não estavam na cidade, participavam remotamente via *Google Meet*. Essa prática se solidificou e, até o presente momento, o grupo se organiza dessa maneira.

<sup>94</sup> Para esta escrita o sentido do léxico subalterno é o mesmo utilizado pelos estudos da decolonização, ou seja, refere-se a uma herança de raízes estruturais consequentes do período da colonização.

<sup>95</sup> Dados da direção acadêmica do IEAA referentes ao ano de 2022. Para saber mais sobre o IEAA ver <https://ieaa.ufam.edu.br>/<https://ieaa.ufam.edu.br>





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Arandu é um termo utilizado por povos indígenas da Amazônia Brasileira, entre eles os povos Kaiowá e Guarani, que apresenta diferentes significados como ouvir o tempo; vivenciar; conhecer com a experiência de vida, na relação intrínseca como o ambiente; entendimento; sabedoria. Buscando uma palavra na língua portuguesa, talvez ‘sabedoria’ pudesse ser o conceito de Arandu. Praticar e desenvolver conhecimentos de maneira decolonial, anticolonial e antirracista é a proposta inicial do grupo e o termo Arandu nos pareceu perfeito.

Como resultados parciais, desenvolvemos uma rede de contatos de luta e resistência em favor de uma educação plural. Ao criarmos um login na rede social *Instagram*<sup>96</sup> conseguimos, além de divulgar nossas atividades e convidar pessoas para participarem junto conosco, oferecemos uma biblioteca virtual por meio do *linktree*<sup>97</sup> do grupo. Também compartilhamos ações de grupos e entidades parceiras, assim como, atuamos nas ações sempre que possível. Além dos encontros de leituras e debates, costumamos realizar *lives* que tratam de temáticas que fundamentam o grupo. As *lives* apresentam temas e convidados, possibilitam debates e ao ficarem gravadas no canal do *Youtube*<sup>98</sup> do Arandu, gera conhecimento permanente.

139

### 2.5 NARRATIVA DAS AÇÕES

Nesta seção buscaremos apresentar em processo de entrecruzamentos as narrativas de nossos interlocutores e algumas teorias utilizadas para fundamentar nossas escritas. Trata-se de seis narrativas de seis interlocutores que participaram com maior número de frequência nas atividades realizadas entre os anos de 2020 e 2022 pelo grupo de estudos e pesquisa, que nas palavras de Bispo dos Santos (2023) mesmo nas diferenças, realizaram confluências em diferentes modos contracoloniais, pois como afirma o quilombola “Quando a gente confluência, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente – a gente rende” (Bispo dos Santos, 2023, p. 15).

<sup>96</sup> Para conhecer melhor acesse <https://instagram.com/estudos.arandu?igshid=YmMyMTA2M2Y=>

<sup>97</sup> Para conhecer a biblioteca virtual acesse Arandu | Instagram | Linktree

<sup>98</sup> Para saber mais acesse <https://www.youtube.com/@grupodeestudosarandu9684>





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Cada interlocutor descreveu a seu tempo e momento sobre a importância do ARANDU enquanto um grupo de estudos e pesquisas CNPq na sua vida, seja enquanto discente ou docente. Todos os interlocutores são ou foram membros ativos do grupo de pesquisa, três ocupam lugares de docentes e três ocupam ou ocuparam lugares de discentes na UFAM nos períodos de interesse desta escrita. Todos os nossos interlocutores serão citados pelos seus próprios primeiros nomes.

Pensar em uma educação transgressora é pensar em práticas e projetos que assim como afirmam bell hooks e Paulo Freire, compreendam a educação como práticas de liberdades e não uma educação que trabalhe apenas para reforçar dominações (Hooks, 2017). Nessa perspectiva, José Roberto compartilha conosco sua narrativa. O professor afirma que,

Compreendo que a partir do próprio nome do grupo, Arandu, seja um espaço de encontro, de experiência, de possibilidades que se apresentam em vista de sentir, perceber, refletir e contribuir com mudanças de paradigmas e de aproximação de vivências de saberes de um fazer filosofia no chão da vida partindo de realidades concretas e desafiantes que nos levam a imaginar e pensar que outros modos de saber é possível (narrativas de José Roberto).

140

Ao contrário do pensamento tradicional a respeito dos processos de educação, José Roberto pensa a prática desenvolvida pelo Arandu em uma condição diferente daqueles que originam a estrutura física de escola, em outras palavras, diferentes das características de prisão, castigo e reclusão (Foucault, 2014). As falas do professor descrevem “um espaço de encontro, de experiência, de possibilidade que se apresentem em vista de sentir, perceber, refletir e contribuir mudanças de paradigmas”, vindo de encontro ao proposto por bell hooks enquanto ato transgressor (2017). Para a autora, transgredir a educação é partilhar o desejo de estimular entusiasmos. Já Ailton Krenak acredita que vivemos um “tempo de fricção de ideias” (2020, p. 57). Convidado a falar sobre as mudanças relativas as relações humanas em consequência da pandemia covid-19, o indígena nos afirma que:

Estão aparecendo muitas sugestões de mundos, sempre acompanhadas da ideia de que estão em choque. Eu não percebo esse momento que estamos vivendo como uma situação-limite, acho que o que estamos passando é uma espécie de ajuste de foco no qual temos a oportunidade de decidir se queremos ou não apertar o botão da nossa auto-extinção, mas todo o resto da Terra vai continuar existindo (p. 57-58).





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Quando convidado a apresentar sua narrativa, o professor Leonardo, que é professor do curso de licenciatura em física e matemática no IEAA, afirma que:

O Arandu, por possibilitar diálogos com alunos e professores de diversas localidades e também por atravessar a filosofia por meio das mais variadas temáticas, tem me auxiliado na percepção do campo da educação matemática, possibilitando uma nova conversa com esse campo, e isso é de suma importância pra mim como professor, como pesquisador e como pessoa (Narrativas de Leonardo).

Quando afirma que no grupo de estudos e pesquisa o diálogo entre alunos e professores de diversas localidades é possível, Leonardo tensiona a questão das especialidades de conhecimentos que, segundo Castro-Gómez (2007), além de manter, reproduz a colonialidade do saber quando as universidades se tornam reprodutoras daquilo que ele chama de “la hybris del punto cero”. Segundo o crítico decolonial, além de reproduzir esse modelo, o pensamento organizado em disciplinas, áreas específicas de conhecimento, organiza o saber produzido na universidade em formato de estruturas arbóreas, o que quando não impede, dificulta um possível diálogo entre “mundos” (Krenak, 2022).

141

Lana, uma das alunas que participa do Arandu, apresenta em sua narrativa dois diferentes aspectos experimentados por ela nas interlocuções desenvolvidas pelo grupo de pesquisa. A primeira parte de sua narrativa apresenta sua relação com o grupo de pesquisa e seu projeto de pesquisa PIBIC. Segundo a discente:

O Arandu entrou na minha vida em um momento um tanto delicado pois, eu estava por iniciar um PIBIC, ainda estava passando pelo choque de realidade que é estar em uma universidade federal, ser uma “mulher lésbica” que teve muitos enfrentamentos e em meio a tudo isso viver em um conflito familiar, no qual meus pais não aceitavam que eu participasse de um grupo de estudos, ainda mais um grupo que fala de tudo um pouco, seja de causas indígenas, gênero, política, assuntos polêmicos, assuntos que caíam por esquecimento e não se fala para a direita. Posso dizer como aluna e pesquisadora que o Arandu “vem me ajudando”, acredito que o pouco que aprendi até agora não está por acabar, afinal, estudo nunca é demais, e graças ao grupo e pessoas que participam dele, tenho me posicionado e defendido meus ideais até então (Narrativas de Lana).

Lana comenta que estava em choque por estar em uma universidade federal, que passava por problemas, mas que encontrou apoio nas discussões e com as pessoas que participam do gru-





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

po. Bell hooks (2017) aponta que uma das ações fundamentais para uma educação transgressora está no entusiasmo. Quando uma comunidade de sala de aula é afetada pelo entusiasmo, as pessoas que a constituem passam a ter interesses uns pelos outros, a se interessar pela presença e pelo que o outro tem a partilhar. Quando trata do papel do professor, a escritora ressalta seu papel na construção dessa atmosfera, “[...] o professor precisa valorizar de verdade a presença de cada um. Precisa reconhecer permanentemente que todos influenciam a dinâmica da sala de aula, que todos contribuem” (p. 18).

Em continuação a sua narrativa, Lana aponta os desdobramentos de sua participação no Arandu que vão para além de sua vida acadêmica. Ela nos afirma que:

A importância do grupo em minha vida vai além do participar, tenho me desenvolvido muito bem com relação a me expressar, ler e tentar entender uma leitura complexa. O grupo me faz sentir alguém em meio a tantas pessoas e tantos por que? Posso dizer que eu sou a membro que menos se posiciona, amo ouvir cada palavra dita nos encontros, isso me ajuda a refletir sobre o que eu quer ser e como quero dar espaço pra alguém. As pessoas do Arandu não querem saber se você tem condições de comprar o carro do ano, elas realmente se importam com as falas diversas, com posicionamentos que venham somar e ajudar a compreender uma leitura, a ver um questionamento de outra forma e na medida do possível achar uma solução ou explicação para o que se passa (Narrativas de Lana).

142

Nas narrativas de Lana quando afirma que vem se desenvolvendo em relação as suas maneiras de se expressar, nos lembramos da consciência hospedeira que se apresenta como resultado da opressão, segundo Paulo Freire (1987). Para o educador, a constituição do conhecimento formal precisa priorizar leitura do mundo como processo antecipador da leitura da palavra. Quando esse processo é prejudicado, quem ocupa o lugar é a repressão. É nessa perspectiva que Freire nos convida a uma ação que ele denomina como à práxis do outro. O pedagogo compreende que a desumanização é o resultado de uma organização social fundamentada na injustiça.

A consciência hospedeira está presente em todos os dispositivos e liberta-se dela passa por um doloroso processo de descoberta de si. Como afirma Freire (1980), “A libertação é um parto” (p. 36). Ao surgir desse acontecimento, nasce um ser do dialogismo, em outras palavras, esse sujeito passa a perceber a relação que existe entre si e o outro. Quando se percebe no outro, esse sujeito do dialogismo entende que sua libertação se organiza na libertação de todos.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Antonio, membro do Arandu e docente do curso de mecânica na Faculdade de Tecnologia, em Manaus, nos afirma em sua narrativa, que os encontros facilitaram sua aproximação com conteúdo de áreas do conhecimento outras que não as relacionadas com sua área de atuação, como consequência interpretações outras lhe foram possíveis, sobretudo na compreensão dos diferentes mundos e saberes dos quais os discentes são provenientes.

O Arandu é um grupo de estudos literários e filosóficos que contribuiu muito na busca da minha identidade, organizou emoções e me ajudou muito a enxergar aspectos da existência como fonte de potência para mudar meu modo de ver e estar no mundo. A partir das leituras e discussões realizadas mesmo que virtualmente, o distanciamento desta modalidade de interação é diminuído com os relatos dos participantes e a partilha dos entendimentos sobre as obras. Eu sou professor da área de exatas e me sentia distanciado de vivências literárias e filosóficas, fazer parte do Arandu me fez um professor melhor, pois tenho como alunos pessoas que vem de realidades socioeconômicas muito desfavoráveis e encontram na educação a única forma de mobilidade social, por exemplo, alunos de Parintins, da comunidade vila Amazônia que trazem um repertório de existência cheio de saberes, saberes esses que não podem ser sobrepostos e sim complementados, incorporados (Narrativas de Antonio).

Quando trata da educação escolar, Krenak (2022) nos lembra que os alunos não são espaços vazios esperando para serem preenchidos, pelo contrário, cada indivíduo é fonte de saber. É partindo desse princípio de que Antonio tenta relacionar as leituras, debates e estudos que desenvolve no Arandu para compreender melhor a realidade que o contorna. Nessa negociação nos lembramos de uma proposta apresentada pelo autor na valorização e compreensão dos diferentes mundos e saberes é o que ele chama de “alianças afetivas”. Krenak afirma que:

[...] alianças afetivas – que pressupõe afetos entre mundos não iguais. Esse movimento não reclama por igualdade, ao contrário, reconhece uma intrínseca alteridade em cada pessoa, em cada ser, introduz uma desigualdade radical diante da qual a gente se obriga a uma pausa antes de entrar: tem que tirar as sandálias, não se pode entrar calçado (p. 82).

Embora nunca tenha falado sobre alianças afetivas, bell hooks (2017) nos lembra que “A voz engajada não pode ser fixa e absoluta. Deve estar sempre mudando, sempre em diálogo com um mundo fora dela” (p. 22). Nesse sentido, entendemos os encontros do Arandu como espaço de alianças afetivas na possibilidade de conhecer mundos outros.







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

As narrativas de Fátima, na época, discente do curso de Letras do IEAA, hoje professora na rede estadual de ensino do estado de Roraima, nos lembra a importância da relação entre teoria e prática. Para Fátima é fundamental que as discussões, estudos e pesquisas sejam utilizadas nas intervenções de lutas.

Eu acho que é um grupo de estudos muito importante, principalmente pra que a gente intervenha nas lutas, que a gente atue na prática. Eu não participo mais porque coincide com os estudos do partido. Mas eu queria muito, sinto falta dessas leituras e estudos. Principalmente assim, quando a gente faz coletivamente. Depois que eu comecei a participar comecei a ler outras coisas, por exemplo Aílton Krenak. A partir dele outras leituras. Através das tuas (Danielle) indicações também, como parte do grupo. Eu tô fazendo meu pré-projeto de mestrado sobre a questão indígena e usando as referências que eu aprendi com vocês lá (Arandu) (Narrativa de Fátima).

Pela narrativa de Fátima, convidamos mais uma vez Paulo Freire para esse diálogo. O autor afirma com insistência na relação entre teoria e prática. Para ele “O que fazer é teoria e prática. É reflexão e ação” (p. 145, 1980). Precisamos estar atentos porque a ação cultural que se fundamenta na injustiça e na opressão tenta constantemente silenciar e alienar o home da práxis.

144

Quando escreve suas dez teses sobre colonialidade e decolonialidade, Maldonado-Torres (2020) compreende que a analítica da colonialidade intervém direta e incisivamente na subjetividade objetivando a exploração, dominação, expropriação, extermínio, naturalização da morte, tortura e estupro. Segundo o pesquisador, somente práticas decoloniais podem inverter essa lógica. Para Maldonado-Torres a analítica da decolonialidade oferece como alternativa a construção do mundo de ti, mas para isso é necessário ativismo social, criatividade na produção de arte e de espiritualidade, questionar a normalidade, pensar criticamente e teorizar. Nos parece semelhante com a relação entre teoria e prática apontadas por Fátima.

Para Larissa, discente do curso de Letras do IEAA e a responsável por incentivar o professor José Roberto a organizar o grupo de estudos, fazer parte do grupo de pesquisa a ajuda enquanto discente, pois desenvolve um olhar mais crítico sobre diferentes questões.

Participo do Arandu desde a sua criação, quando eu ainda estava no primeiro período. Já naquela época, eu sentia uma grande diferença no meu desempenho acadêmico, pois eu conseguia expressar melhor minhas opiniões sobre as leituras em aula e ter mais senso





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

crítico. Isso porque sempre estávamos debatendo leituras filosóficas no grupo toda semana. Conforme o tempo foi passando, eu tive oportunidades incríveis, como escrever um artigo e publicá-lo em um evento e também viajar para Belém e representar o Arandu no Fórum Social Pan-Amazônico. Todas essas experiências foram essenciais para mim como estudante e também como pesquisadora, pois atualmente realizo um PIBIC por meio do Arandu. Fazer parte desse grupo é um grande apoio para mim na carreira que desejo seguir e sou muito grata por isso. Espero poder trilhar junto ao grupo por muito tempo e presenciar muitas outras conquistas (Narrativa de Larissa).

Quando Nêgo Bispo fala sobre confluências ele fala sobre estabelecer relações entre saberes diferentes. Dessa maneira é possível se envolver, o que é contrário desenvolver, em práxis de existência e em ações contracoloniais na afirmação de valores e conhecimentos ancestrais que não foram colonizados, mas que foram silenciados e não foram reconhecidos como saberes. É nesse caminhar que nos aproximamos das críticas apontadas por Castro-Gómez quando critica a *hybris* do ponto zero. Larissa se apresenta como alguém que se posiciona criticamente diante dos conteúdos que lhe são apresentados e aponta a importância de participar de atividades que ultrapassem as paredes da universidade.

É urgente espaços que possibilitem diálogos entre saberes que não sejam aqueles apenas do interesse dos dispositivos hegemônicos de exercício de poder. As narrativas de Larissa coadunam com a proposta de práticas transdisciplinares apontadas por Castro-Gómez. Para o autor, a transdisciplinaridade faz uma retomada para a ideia de pensamento complexo, se opondo a ideia de pensamento por especialidades. O conhecimento complexo abre portas e derruba barreiras epistêmicas solidificadas na tentativa do desenvolvimento de universidade transcultural.

145

### 3 RESULTADOS PARA PRÓXIMOS PASSOS

Uma vez estabelecido e regularizado o grupo de estudos e pesquisa em filosofia Arandu, iniciamos nossos encontros e projetamos nossas ações, pesquisas e publicações. Ancorados pelas leituras e estudos em desenvolvimento e entendo a partir de Almeida (2019) a questão do racismo estrutural e da urgência de uma educação como prática de liberdade (Freire, 1980; hooks, 2017; Gonzalez, 2020), com desenvolvimento de ações contra colonial (Santos, 2023) e decoloniais (Maldonado-Torres, 2020).





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

No ano de 2020, desenvolvemos duas pesquisas: “Analisar a participação dos habitantes de Humaitá-AM nas sessões ordinárias da Câmara Municipal” e “A utilização do livro didático de ensino religioso nas aulas de ensino religioso na perspectiva da BNCC nas escolas municipais de Humaitá – AM”.

Em 2021, desenvolvemos um PIBIC com o título “Analisar os canais de comunicação entre a câmara municipal de Humaitá-AM com a sociedade civil humaitaense”. Em 2022, tivemos mais dois projetos PIBIC: “Mapear a diversidade étnica dos alunos indígenas do IEAA/UFAM nos últimos 15 anos (2006-2021)” e “Analisar as dificuldades de se assumir lésbica em uma sociedade heteronormativa na cidade de Humaitá – AM”.

A proposta de 2023 é de mapear algumas ações, como consequência os projetos em desenvolvimento possuem os seguintes títulos: “Mapeamento de Trabalhos de Conclusão de Curso no Curso de Letras Português-Inglês do IEAA/UFAM na temática étnico-racial como superação do racismo estrutural nos últimos 11 anos (2012-2023)”, “Investigar a invisibilização da bissexualidade feminina entre graduandas no Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente – IEAA/UFAM”, “Impactos da heteronormatividade sobre a conjugalidade em casais lésbicos na cidade de Humaitá-AM”, “Analisar a percepção dos estudantes de graduação em Pedagogia em reconhecer o Fascismo na educação” e “O desenho infantil como expressão da territorialidade do Povo Tenharin Marmelo”.

Além das pesquisas e dos encontros semanais, buscamos interlocuções com pesquisadores de diferentes lugares do país e organizamos *lives* de promoção desses conhecimentos. No dia 18 de fevereiro de 2022 realizamos nossa primeira *live* transmitida pelo canal do Arandu no YouTube<sup>99</sup>. Com a presença do professor Gilfranco Lucena da Universidade Federal da Paraíba, realizamos a I Oficina de estudos: “O amor no Banquete de Platão”.

No dia 25 de março de 2022, com a presença do antropólogo João Paulo Barreto, do povo Tukano, realizamos a *live* com a temática “Epistemologia científica X epistemologia indígena”<sup>100</sup>.

<sup>99</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=lk6t5e0odaM&t=38s>

<sup>100</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=j-XIstRlcic&t=861s>





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

No dia 25 de maio de 2022, nossa *live* tratou do tema “Bem viver e viver bem: perspectiva do povo Baniwa”<sup>101</sup>. Nesse encontro contamos com a presença de André Baniwa.

A *live* em que a temática abordada foi “A democracia em xeque: populismo e pós-fascismo no século XXI”<sup>102</sup> foi desenvolvida pelo professor César Augusto Queirós, no dia 8 de agosto de 2023. A última *live* desenvolvida até o momento foi realizada no dia 11 de julho de ano vigente. Com os convidados Izabel Cristine, Emilson Frota e Estélio Cardoso, todos pertencentes ao povo Munduruku, debatemos o tema “Por que a juventude indígena grita: Não ao Marco Temporal?!”<sup>103</sup>.

Além das lives, ações e incidências outras foram desenvolvidas. Em outubro de 2021, alguns membros do Arandu apresentaram uma comunicação no V Colóquio Internacional Estética e Filosofia<sup>104</sup>, realizado de maneira remota. Como resultado, no dia 20 de janeiro de 2022 foi publicado nos anais do evento o artigo “Indígenas fazem artes?”.

Nos dias 28 a 31 de julho de 2022, em Belém, Pará. A aluna Larissa, representando o Arandu, participou do 10º Fórum Social Pan-Amazônico. Como atividade seguinte, no dia 27 de fevereiro de 2023, em formato híbrido<sup>105</sup> e em parceria com o Colegiado de Letras do IEAA, ocorreu o evento “Amefricanidade”<sup>106</sup>, que debateu filosoficamente a resistência contra o racismo por meio das discussões de Lélia Gonzalez e autoras feministas negras. A atividade contou com a participação das professoras Elis Regina Fernandes Alves, do curso de letras do IEAA, e Maria das Graças Silva Nascimento Silva, do departamento de geografia da Universidade Federal de Rondônia.

“Cine Antifascismo”, realizado como ação complementar da disciplina de Filosofia da Educação, dos cursos de Pedagogia e Biologia e Química, foi mais uma das atividades realizadas Arandu. Com início no dia 17 de maio de 2023, o Cine Antifascismo contou com a realização de

<sup>101</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=QOI3eDaJ9vc&t=459s>

<sup>102</sup> [https://www.youtube.com/watch?v=2\\_keNJta82o&t=58s](https://www.youtube.com/watch?v=2_keNJta82o&t=58s)

<sup>103</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=RM-OtmFuSPo>

<sup>104</sup> <https://doity.com.br/v-coloquio-internacional-estetica-e-existencia>

<sup>105</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=Rn2NnWUpemU&t=58s>

<sup>106</sup> <https://www.even3.com.br/amefricanidade-310232/>





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

três seções de filmes que tratam de questões de perdas de direitos e atos não democráticos. De maneira sintética, essas foram algumas ações que realizamos até o momento.

Com a consciência que estamos em pleno movimento e que nossas ações são gestos em defesa de uma educação para a liberdade compartilhamos nosso relato de experiências na esperança de confluir com outras experiências de ações contra coloniais, antirracistas, decoloniais e de afirmações identitárias. A proposta de ação do Grupo de estudos e pesquisa em filosofia Arandu, não se apresenta com a melhor ou única, mas como uma tentativa de contar outras histórias e assim, como afirma Krenak (2019), adiar o fim do mundo na crença e esperança de que mundos outros são possíveis.

### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

CNPq. **ARANDU** grupo de estudos e pesquisa em Filosofia. Disponível em: [dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3587206568717472](http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3587206568717472). Acesso em 13 de abril de 2023

BRITO, Danielle Gonzaga de; AZEVEDO, Mariana Rissi. “Você sabe com quem está falando?” – Relatos de Experiência entre duas professoras sobre suas Práticas Pedagógicas em uma Universidade Pública no sul do Amazonas. In: **Educação e Múltiplas Linguagens: olhares transdisciplinares vol.3**. Wilder Kleber Fernandes de Santana; Éderson Luís Silveira (Orgs.). São Carlos: Pedro & João Editores. 2021

CASTRO-GOMÉZ, Santiago. Decolonizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes. In: **El giro decolonial - Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. compiladores Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel. – Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

FREIRE, Paulo. **Conscientização teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3ª ed. São Paulo (SP): Moraes; 1980.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez; 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

KRENAK, Ailton. **Futuro Ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: **Decolonialidade e pensamento Afrodiaspórico**. BERNADINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramón (Orgs.). 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### UNIVERSIDADE EMPREENDEDORA NO CONTEXTO MOÇAMBICANO

Elizabet Caetano de Sousa e Silva<sup>107</sup>

Angélica Gonçalves Cossa<sup>108</sup>

Manuel Notião<sup>109</sup>

Miranda Albino Martins Muualo<sup>110</sup>

#### RESUMO

Este artigo apresenta uma reflexão sobre a influência do ambiente institucional à luz da NEI (Nova Economia Institucional) no surgimento e desenvolvimento dos *Spin-offs* académicas, nos países desenvolvidos e nos países em vias de desenvolvimento no caso concreto de Moçambique. O presente artigo é de natureza qualitativa bibliográfica, baseada em materiais de autores que se notabilizaram no estudo deste tema, artigos científicos, dissertações e teses. O ambiente institucional existente em Moçambique e os custos de transacção inerentes são factores determinantes para que a maior parte das universidades moçambicanas esteja ainda no estágio em que se encontravam as universidades europeias em finais do Século XIX, antes da primeira revolução académica, exercendo apenas as funções de ensino.

**Palavras-chave:** Universidade Empreendedora. *Spin-offs*.

150

#### ABSTRACT

This article presents a reflection on the influence of the institutional environment in the light of the NEI (New Institutional Economy) in the emergence and development of academic *spin-offs* in developed countries and in developing countries in the case of Mozambique. This article is of a qualitative bibliographical nature, based on the materials of authors who have become famous in the study of this topic, scientific articles, dissertations, and theses. The existing institutional environment in Mozambique and the inherent transaction costs are determining factors for most Mozambican universities to be still in the stage of European universities in the late 19th century before the first academic revolution performing only teaching functions.

**Keywords:** Entrepreneurial university. *Spin-offs*.

<sup>107</sup> Elizabet Caetano de Sousa e Silva, doutoranda em ciências da Gestão na Universidade São Tomaz de Moçambique (USTM), docente a tempo inteiro no Instituto Superior de Comunicação e Imagem de Moçambique (ISCIM). Email: sousas1225@gmail.com

<sup>108</sup> Angélica Gonçalves Cossa, doutoranda no Curso de Ciências da Gestão-USTM, Mestre em Sociologia e Antropologia Cultural e Professora Auxiliar a tempo inteiro na Universidade Joaquim Chissano. Email: angelicacossa@yahoo.com.br

<sup>109</sup> Manuel Notião, doutorando no Curso de Ciências da Gestão-USTM, Mestre em Administração e Gestão de Empresas e docente a tempo parcial na ESCIDE-UEM. E-mail: mnotico1@yahoo.com.br

<sup>110</sup> Miranda Muualo, orientador dos autores. Email:mirandam939@gmail.com





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 1 INTRODUÇÃO

O conceito de Universidade Empreendedora emerge como uma resposta às novas demandas duma sociedade cada vez mais exigente e imprevisível, exigindo às organizações respostas rápidas e eficazes. A tríada Iniciativa, Invenção e Inovação surge de forma desafiante e impositiva para a sobrevivência e o sucesso das organizações. É neste contexto que as universidades são chamadas a dar o seu contributo passando de meros transmissores de conhecimentos a centros de pesquisa e extensão, assumindo deste modo um papel de vanguarda no desenvolvimento social e económico, juntamente com o mercado e o governo.

Segundo Etzkowitz (2001, 2003), essa transformação retrata a segunda revolução académica, que ainda está em curso e representa a adição do empreendedorismo à missão da universidade. Num número considerável de universidades isso é concretizado em forma de Spin-off, que significa transferência de conhecimentos e tecnologias resultantes de pesquisas académicas para o sector produtivo. Esta mudança de paradigma data de meados do Séc. XX quando, de acordo com Gonçalves (1987), os cientistas passaram à inovadores ao invés de meros consultivos e foi estabelecida uma forte relação entre a ciência e a tecnologia.

151

O desenvolvimento de novas tecnologias exige uma sistematização dos procedimentos o que origina a necessidade de laboratórios e centros de pesquisa.

Segundo Santos (1985), a razão pela qual uns países são mais desenvolvidos do que outros, está no facto dos sectores produtivos de umas nações terem maior capacidade de gerar riquezas internas do que outras.

Assim, os países mais desenvolvidos são aqueles possuidores de um parque industrial organizado e competitivo, um sector de serviços dinâmico e uma agricultura de alta produtividade. Embora, nem sempre, algumas nações desenvolvidas o sejam em igual nível nos três sectores todas se destacam por possuir uma indústria pujante em termos tecnológicos e produtivos.

A existência de um ambiente institucional favorável é determinante para o estímulo de empreendedorismo académico. Outro factor importante são os custos de transacção inerentes a







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

busca de informação, as inúmeras negociações entre os autores do processo e o risco de oportunismo.

Embora não sendo um tema novo e havendo já muitos estudos feitos, há poucas referências em Moçambique. Este país tem necessidades ainda insatisfeitas e conseqüentemente e possui ainda uma grande dependência de importações o que significa dizer com poucas possibilidades de gerar riquezas.

As instituições de ensino superior (IES) ainda não perceberam que elas jogam um papel preponderante no desenvolvimento do país através da transferência de conhecimento para o sector produtivo aproveitando as oportunidades próprias de um ecossistema de inovação quase virgem. O número de instituições de ensino superior em Moçambique tem vindo a crescer nos últimos vinte anos e a maioria delas tem a disciplina de empreendedorismo nos níveis de graduação e pós-graduação. Contudo, o seu impacto na sociedade ainda se encontra numa fase embrionária.

As razões anteriormente apresentadas justificam este estudo com vista a perceber porque umas universidades são tão férteis na produção e transferência de conhecimento para o sector produtivo e outras particularmente as moçambicanas não o são.

152

Para levar a cabo esse desiderato partiu-se de um levantamento bibliográfico para entender a origem e a evolução dos spin-offs no tempo e no espaço, os factores favoráveis e os desfavoráveis ao seu desenvolvimento.

Para além da introdução este artigo contempla mais três secções a saber: A primeira secção contempla o quadro conceptual o quadro teórico e a revisão da bibliografia consultada. A segunda secção trata da situação dos spin-offs no contexto moçambicano. A terceira e última secção debruça-se sobre considerações finais.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 INICIATIVA, INVENÇÃO E INOVAÇÃO





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Vários autores estudaram estes assuntos e cada um deles propõe uma definição diferente para os mesmos. A ligação entre eles é tão grande que há mesmo quem sugira que são a mesma coisa. Iniciativa, invenção e inovação fazem parte de um processo que tem o seu início na iniciativa, passa pela invenção e termina na inovação. Muitas ideias geradas não evoluem e por vários motivos morrem neste estágio. Aquelas que sobrevivem são analisadas e experimentadas, transformando-se numa invenção. Várias também são as iniciativas que ficam neste estágio. Outras, as vencedoras, passam para a fase de inovação quando são postas em prática e promovem mudanças nos utilizadores.

Uma iniciativa, ou uma invenção por melhor que sejam, se não se traduzir em inovação perdem a sua importância porque, o objectivo maior é criação de valor, ou mudanças nos utilizadores.

Wiley (2013) define a criatividade como a capacidade ou acto de conceber algo original ou incomum, enquanto a inovação é a implementação ou criação de algo novo que tenha realizado valor para os outros. Líderes de negócios frequentemente trocam criatividade e inovação, sem entender o que separa os dois.

153

Inovar que vem da palavra latina *innovatio* significa uma ideia, método ou objecto que é criado e que pouco se parece com padrões anteriores. A literatura apresenta dois tipos principais de inovação: as inovações incrementais que adicionam valor ao produto existente e as inovações radicais ou descontínuas, que contrariamente às primeiras, estas introduzem novos produtos, ou alterações profundas nos produtos já existentes.

Schumpeter (1934) diz que as inovações “radicais” definem as grandes mudanças no mundo, enquanto as inovações “incrementais” asseguram o processo de mudança continuamente. O mesmo autor vai mais longe propondo outros tipos de inovação tais como: inovação nos processos, na abertura de novos mercados, na organização industrial e nas fontes de fornecimento de matérias-primas.

As pequenas empresas e as recém-criadas propiciam um melhor ambiente para o surgimento e desenvolvimento de inovações, o que pode ser explicado pelo facto das mesmas serem mais flexíveis, não possuírem ainda uma estrutura cristalizada e estarem na fase de criação





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

do seu potencial de competitividade para se afirmarem no mercado, procurando fazer a mesma coisa de maneira diferente ou fazer coisas diferentes, como condição para sua sobrevivência num ambiente de turbulência. Contudo, na prática verifica-se que contrariamente às grandes empresas, as pequenas apresentam dificuldades na gestão da inovação devido a sua falta de experiência em lidar com as adversidades do seu ecossistema, o que não lhe permite tirar todas as vantagens das oportunidades que surgem de forma a tornar o seu negócio mais rentável. (CHESBROUGH; ROSENBLOOM, 2002). Isso explica a morte de muitas startups ainda nos primeiros anos de vida.

Para Fagerberg (2005), a invenção está associada às universidades e institutos de investigação e a inovação às empresas.

Olhando a inovação sob este ponto de vista pode-se incorrer no risco de limitá-la a apenas a dois actores: academia e empresas, o que contrasta com estudos recentes, que ampliam o conceito de inovação para várias áreas e actores a exemplo disso de Sarkar (2007) que define a inovação como:

[...] aquilo que fazemos de novo todos os dias da nossa vida quotidiana e cujo resultado é geralmente o desejado. De uma certa maneira todos nós somos inovadores! Antes de mais, inovar implica dois elementos fundamentais: criatividade e ideias novas. Mas é mais do que ter ideias: é necessário que a ideia seja implementada e tenha o seu impacto económico positivo (p. 161).

Toda inovação envolve riscos inerentes a incertezas que podem ser aproveitadas pelos oportunistas. Segundo Brown (2005), os riscos devem ser evitados e bem geridos de forma sistemática e preventiva, pois sua má gestão pode ser muito danosa para a organização chegando mesmo a ameaçar a sua sobrevivência.

O grau de risco varia de acordo com o tipo de inovação, sendo maior em inovações radicais do que nas incrementais.

Segundo o relatório sobre o índice global da inovação (2022 p.11), produzido pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), Instituto Insead e Universidade





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Cornell, demonstram, claramente, que os países de renda alta são os que demonstram maior desempenho na transformação de insumos em produtos, como se pode ver na tabela abaixo.

Tabela 1 – Economias no topo do maior número de indicadores do Índice Global de Inovação

<b>País</b>	<b>Insumos</b>	<b>Produtos</b>	<b>Totais</b>
<b>Estado Unidos da América</b>	9	6	15
<b>Singapura</b>	8	3	11
<b>China</b>	3	6	9
<b>Hong Kong China</b>	6	3	9
<b>Israel</b>	7	2	9
<b>Malta</b>	4	4	8
<b>Coreia</b>	4	3	7
<b>Japão</b>	3	3	6
<b>Chipre</b>	3	2	6
<b>Suíça</b>	4	3	5
<b>Estónia</b>	2	1	5
<b>Islândia</b>	3	2	5

Fonte: Banco de dados do Índice Global de Inovação. (OMPI, 2022)

Os países da região de África Subsaariana da qual Moçambique faz parte, a maioria encontra-se abaixo de 100 no ranking da classificação de 132 países, com excepção de: Maurícias que está posicionada no 45º lugar, África do Sul no 61º, Botswana 86º, Quênia 88º, Gana 95º, Namíbia 96º, e Senegal 99º. Moçambique situa-se na 123ª posição, apenas acima de





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Benin124°, Niger125°, Mali126°, Angola127°, Mauritania129°, Burundi 130° e Guiné132°. (OMPI, 2022).

No mesmo relatório, a África do Sul, seguindo-se do Botswana e o Quênia, são referenciados como aqueles que se destacam na lista de economias mais inovadoras da região.

Embora se encontre na posição acima referida, Moçambique há 09 anos consecutivos faz parte dos países de economias de renda baixa, com desempenho superior ao esperado, abaixo do Quênia e Ruanda.

### 2.2 EMPREENDEDORISMO

O termo empreendedorismo vem do francês *entrepreneur* para referir a negociantes que aproveitavam as oportunidades para fazer coisas novas, correndo riscos nas suas actividades.

No âmbito do processo que decorre da invenção à inovação, a empresa terá de combinar um conjunto de recursos tangíveis e intangíveis para transformar a invenção em inovação. Esta gestão e combinação de recursos são efectuadas por uma figura que Schumpeter (1998 apud Sarkar 2014, p.167) denominou de *entrepreneur*, ou seja, o que Dornelas (2008) classifica como empreendedor ou a pessoa que corre o risco.

Muitos autores advogam que o empreendedor se define a nascença, o que é contestado na actualidade. O mundo corporativo impõe imensos desafios ao ambiente sócio-económico globalizado e altamente competitivo, no qual há lugar para pessoas arrojadas com visão de negócio tornarem-se empreendedoras.

Segundo Filion (1991), empreendedorismo está associado à inovação e empreendedor é o inovador com características como criatividade, persistência, liderança, flexibilidade e habilidade em conduzir situações e utilizar recursos. O conceito de empreendedorismo académico está directamente relacionado com a ciência, tecnologia e inovação.

O que difere o empreendedor do inovador, segundo Sarkar (2014 p.77)“ são factores como forte desejo de sucesso, a capacidade para trabalhar arduamente, a criatividade, a capacidade para criar uma equipa de sucesso e o pensamento próprio [...]”.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 2.3 UNIVERSIDADE EMPREENDEDORA

De acordo com Jencks e Riesman, (1968 apud ETZKOWITZ, 1998), a primeira revolução na academia ocorreu no final do século XVII nos Estados Unidos da América, onde para além do ensino, a pesquisa passou a fazer parte das actividades das universidades. Na segunda metade do século XX, a partir de experiências em Universidades como MIT, Stanford e Harvard, surge o conceito de Universidade Empreendedora, que agrega uma nova missão, voltada ao desenvolvimento económico e social, além do ensino e pesquisa. Esta nova visão aproxima a Universidade das demandas da sociedade onde está inserida e posiciona a academia como um importante vector de desenvolvimento económico e social.

O conceito de Universidade Empreendedora emerge como uma resposta às novas demandas da sociedade, para enfrentar os desafios da globalização, e da alta competitividade entre as empresas.

À medida que a sociedade vai se tornando mais baseada no conhecimento, as empresas vão mudando as suas características e o mercado de trabalho vai se tornando mais intensivo em conhecimento, gerando demandas por um novo tipo de profissional. Ao mesmo tempo, a sociedade passa a esperar mais das universidades em termos de contribuições ao processo de desenvolvimento económico e social. Os problemas se tornam mais complexos e o ambiente mais incerto.

As universidades foram criadas com o objectivo quase exclusivo de gerar conhecimentos científicos e tecnológicos e formar mão-de-obra qualificada. Entretanto, hoje observa-se que elas estão a expandir o seu universo de actuação, por intermédio de uma maior interacção com outros segmentos da sociedade.

Ao longo do séc. XIX assiste-se a uma enorme actividade tecnológica exercida por indivíduos inovadores sem qualquer sistematização, apenas orientados pela sua intuição criativa e habilidades técnicas. Paralelamente os institutos técnicos desenvolviam laboratórios capacitados para promover um ensino também baseado em habilidades técnicas.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Segundo Wood (2009), universidades em muitas regiões do mundo estão a ser pressionadas para encontrar fontes alternativas de capitalização para financiar as suas actividades diárias e de pesquisa, sendo uma das principais fontes a comercialização dos seus resultados de pesquisa.

As universidades estão se adaptando em resposta às pressões de uma sociedade globalizada em rápida mudança, se envolvendo cada vez mais em processos de transferência de conhecimento, que promovem o fomento e a sustentação de elevados níveis de competitividade direccionados à inovação. (RODRIGUES, 2011 s/p.).

Hoje, há várias definições e interpretações sobre Universidade Empreendedora, por exemplo: Etzkowitz (2003) vê a Universidade Empreendedora como sendo aquela que tem capacidade de gerar uma direcção estratégica a seguir, formular objectivos académicos claros e transformar o conhecimento gerado na universidade num valor económico e social. Considera a universidade um ambiente propício à inovação, pela concentração de conhecimento e de capital intelectual, onde os estudantes são uma fonte de potenciais empreendedores. Por sua vez Clark (2003) define a Universidade Empreendedora como sendo uma instituição activa que faz mudanças na sua estrutura e no modo de reagir às demandas internas e externas. Continuando este autor considera que a Universidade Empreendedora destaca com mais ênfase e clareza a necessidade de acções e de uma visão que leve a mudanças na postura das instituições para fazerem frente aos novos desafios, com foco na sustentabilidade das organizações.

158

### 2.4 DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS UNIVERSIDADES EMPREENDEDORAS

Etzkowitz (2003) aponta a mitigação de conflitos entre as partes envolvidas no processo de criação das spin-offs e os conflitos resultantes da comercialização dos resultados da pesquisa como sendo desafios pelos quais os pesquisadores passam várias vezes.

Por outro lado, Clark (2003 p.68) identifica cinco elementos que endereçam questões críticas do processo de mudança:





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

- Uma postura forte e clara da direcção a seguir, que deve ser incorporada (aceite) tanto pela administração central como pelos diversos departamentos académicos, buscando uma conciliação entre os novos valores gerenciais com os valores académicos tradicionais;
- Desenvolvimento periférico expandido: frente às novas demandas, as actuais estruturas não conseguem responder satisfatoriamente, gerando uma distância cada vez maior entre as demandas da sociedade e a capacidade de atendê-las;
- Neste sentido, deve ser estimulado o desenvolvimento de novas estruturas e mecanismos institucionais que permitam atender satisfatoriamente estas novas demandas (centros de pesquisa interdisciplinares, ambientes de inovação etc.);
- Diversificação das fontes de financiamento: amplias as fontes de financiamento, quer seja para a sustentabilidade da pesquisa como para a própria sustentabilidade da Universidade;
- Estimulação dos académicos: o principal factor de mudança reside na aceitação do processo pelos departamentos da Universidade e todos os seus colaboradores, que devem ser estimulados a se incorporar no processo de transformação;
- Desenvolvimento de uma cultura empreendedora integrada: criar uma cultura integrada, representada por uma visão compartilhada, é crítico para o sucesso da mudança, gerando uma perspectiva institucional.

159

### 2.5 SPIN-OFFS ACADÉMICAS

Uma das formas, mas não a única, que as Universidades Empreendedoras usam para transferência de conhecimentos e tecnologias resultantes de pesquisas académicas para o sector produtivo são os spin-offs.

O processo de criação de spin-offs vai desde o reconhecimento de potencial comercialização de uma tecnologia até a protecção da sua propriedade intelectual quando esta se mostrar pertinente.

Embora seja uma área presentemente muito estudada, ainda não há uma definição única aceite pelos estudiosos desta matéria. Contudo, em todas as definições há uma unanimidade







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

sobre a ligação do termo ao processo de criação de uma nova organização a partir de uma outra existente. Assim, deste ponto surgem outras variações para o conceito, baseadas na necessidade ou não de transferência de tecnologia, de mobilidade do empreendedor, da participação da organização-mãe na nova organização, do tipo de organização geradora do spin-off, entre outros aspectos.

Para Huylebroeck (1999), spin-off é uma empresa que não existiria se uma actividade de pesquisa específica não tivesse sido conduzida numa certa organização baseada em conhecimento.

Conforme Carayannis et.al (1998), um spin-off pode ser considerado um mecanismo de transferência de tecnologia porque ele é geralmente formado para comercializar uma tecnologia que foi criada num laboratório público de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento), uma universidade ou uma empresa privada.

De acordo com Brisolla (1998), a formação de spin-offs de universidades é um processo mediante o qual pesquisadores académicos aventuram-se a assumir papel de empresário ou associam-se a empresários interessados em assumir o risco de transformar sua ideia ou o resultado de sua pesquisa em produto. “Porém, devem ser excluídas dessa definição empresas baseadas em tecnologias não concedidas pela universidade, como empresas criadas por graduados ou pesquisadores universitários não envolvidos diretamente com ativos intelectuais financiados pelo governo ou pela indústria “. LOCKETT; WRIGHT (2005, apud por LUZ; SILVA 2013).

A criação e desenvolvimento de spin offs podem ser determinados por factores internos e externos. O ambiente externo à organização, incentivos governamentais para investimento em P&D, o clima para o empreendedorismo e geração de novos negócios, a cultura organizacional, a motivação dos empreendedores e gestores da empresa-mãe, a existência de políticas públicas específicas, estes são apenas alguns dos itens influenciadores do processo de spin-off académico.

De acordo com North (1994), no contexto da criação de spin-offs, pode-se argumentar que incertezas aumentam a percepção de risco sentida por pesquisadores, diminuindo, assim, as chances de criação de novos empreendimentos por sua parte. É aí onde, o governo e os gestores





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

das universidades jogam um papel preponderante na criação de políticas para diminuir os riscos e conseqüentemente os custos de transacção dos pesquisadores.

Empresas de Transferência de Tecnologias são estruturas que proporcionam a redução nos custos de busca de informações e de negociações envolvidos no processo de criação de spin-offs.

### 2.5.1 Importância dos *Spin-offs* Acadêmicas

Os spin-offs permitem a utilização dos resultados das pesquisas desenvolvidas nas universidades, na criação de novos produtos e serviços, bem como ajudar a financiar as suas actividades de pesquisas. Outrossim, permitem o desenvolvimento das indústrias nacionais, fornecedoras de produtos e serviços adaptados a realidade nacional, reduzindo deste modo as importações.

Segundo Sánchez e Pérez (2003), os spin-offs de universidades jogam um papel muito importante na rede de inovação. Continuando os mesmos, afirmam que a maioria dos spin-offs académicas surge para materializar, aplicar, difundir ou aproveitar os resultados de um projecto de pesquisa ou do conhecimento tecnológico acumulado na actividade de pesquisa do pessoal universitário.

O sucesso do processo de criação de spin-offs depende tanto de uma invenção com potencial de comercialização quanto da organização e capacidade para negócios do pesquisador.

### 2.5.2 Processo de Formação dos *spin-offs*

Não basta somente a vontade de alguns dirigentes. Há aspectos a serem levados em consideração para criação de condições para o desenvolvimento de um clima voltado à inovação e ao empreendedorismo tais como: as motivações pessoais dos indivíduos; as estruturas das instituições envolvidas; as relações entre os actores participantes no processo de criação de um novo negócio; necessidade de políticas institucionais (nas áreas de transferência de tecnologia, conflitos de interesse, projectos de pesquisa com empresas, etc.); o desenvolvimento de ambientes de inovação (como escritórios de transferência de tecnologia e de ética em pesquisa, parques tecnológicos, incubadoras, redes de inovação, etc.).





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

As instituições devem também levar em consideração a cultura organizacional e do meio onde a empresa se encontra inserida.

Ndonzuau et. al.(2002), propõem um modelo, composto por quatro estágios, para o processo de geração de spin-offs académicos: o primeiro gera e avalia as ideias considerando a possível comercialização; o segundo contempla a criação de projectos empreendedores a partir das ideias geradas no primeiro estágio; o seguinte estágio executa os melhores projectos pela criação de novas firmas spin-offs; o quarto e último estágio consolida e fortalece o valor criado por estas firmas, em forma de empregos, impostos e outras valias.

Segundo North (1994), as instituições e a tecnologia empregadas determinam os custos de transacção e de transformação que se adicionam aos custos de produção.

### 2.6 CUSTOS DE TRANSACÇÃO

Os custos de transacção são despesas que a empresa tem de arcar para planear, adaptar e monitorar as relações entre os agentes envolvidos, para garantir o cumprimento dos contratos e reduzir as incertezas, tomando em consideração que os homens tomam decisões com base numa racionalidade limitada.

A teoria dos custos de transacção pode ser abordada no campo macroeconómico com foco nos empresários, políticos e agentes económicos, baseado no pressuposto de serem estes os que ditam as regras de jogo, como no microeconómico ou individual.

Qualquer trabalho de pesquisa acarreta custos monetários relacionados com a colecta e tratamento de dados, formação e treinamento, informações sobre a criação do Spin –off, registo da protecção intelectual.

A falta ou o difícil acesso a informações podem reduzir as capacidades de adaptação de spin-offs à novas circunstâncias de mercado, diminuindo assim as suas possibilidades de sucesso. A obtenção de informações a baixos custos pode facilitar a adaptação de spin-offs às condições incertas e muitas vezes adversas dos mercados. No âmbito académico, a obtenção





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

dessas informações pode se dar tanto por meio de incubadoras de empresas como através de escritórios de transferência de tecnologia (ETT).

Quanto menores forem os custos com informação, mais provável será o desenvolvimento de actividades empreendedoras por parte dos pesquisadores e, por conseguinte, de uma cultura empreendedora na academia, o que poderá traduzir-se no aumento da taxa de criação de spin-offs.

Para além dos custos de informação, a criação de spin-off envolve também custos de negociações com a universidade no processo de protecção de propriedade intelectual, de pagamento de royalties à universidade por parte dos pesquisadores, bem como com investidores e empresas interessadas no spin-off, entre outros.

Igualmente, a existência de escritórios de transferência de tecnologia com processos claramente definidos facilita o processo, tornando-o menos trabalhoso e mais atraente para os inventores.

### 3 REALIDADE MOÇAMBICANA

163

Segundo dados publicados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (2014) no seu documento Pesquisa sobre ciência, engenharia, tecnologia e inovação (ceti) instrumentos de política, órgãos, quadro legal e políticas (GO-SPIN) o ensino superior em Moçambique data desde 1962, quando, pelo decreto 44.530 de 21 de agosto, foram criados os Estudos Gerais Universitários de Moçambique (EGUM), como resposta às críticas dos movimentos nacionalistas das colónias portuguesas. Pelo decreto-lei 43799 de dezembro de 1968 do Conselho de Ministros, foi criada a Universidade de Lourenço Marques (ULM). Como resultado das profundas transformações político-sociais decorrentes da ascensão do país à independência, a Universidade de Lourenço Marques (ULM) foi transformada na Universidade Eduardo Mondlane (UEM), com uma população estudantil inicial de cerca de 2.400 estudantes nos diferentes cursos universitários então leccionados. O aumento da população estudantil e a incapacidade do Estado de satisfazer a demanda para o acesso ao Ensino Superior, aliada a





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

abertura do país à economia do mercado em 1987, através da Lei nº 1/93, de 24 de Junho - Lei do Ensino Superior- que regula o ensino superior público e privado, surgem as primeiras instituições privadas do ensino superior, designadamente, a Universidade Católica de Moçambique (UCM) pelo Decreto 43/95, o Instituto Superior Politécnico e Universitário em (ISPU) pelo Decreto 44/95, cujas actividades tiveram início em Agosto de 1996. Em 1997 entra em funcionamento o Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique (ISCTEM), criado pelo Decreto 46/96. O ensino superior em Moçambique conta actualmente com 45 instituições, sendo 18 públicas e 27 privadas. De acordo com a citada lei, as mesmas estão classificadas em cinco categorias, nomeadamente: Academias, Universidades, Institutos Superiores, Escolas Superiores e Institutos Superiores Politécnicos.

### 3.1 PESQUISA & DESENVOLVIMENTO EM MOÇAMBIQUE

No ano 2000, com revisão em junho de 2003, o Conselho de Ministros aprovou a Política da Ciência e Tecnologia (PCT), que representa a declaração base da política para esta área. A 4 de Fevereiro de 2005, através do Decreto Presidencial nº 13/2005, foi criado o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). A criação deste ministério indicou a pretensão do governo em atribuir às universidades a responsabilidade de contribuir no processo de desenvolvimento económico e social do país adicionando à sua função tradicional de transmissão de conhecimento, também a de pesquisa no âmbito da ciência e tecnologia. Sob a tutela deste ministério foram estabelecidas políticas, traçadas estratégias e criadas infra-estruturas para a dinamização da actividade de pesquisa, desenvolvimento e extensão. Neste âmbito foi criado o Fundo Nacional de Investigação (FNI) e a Empresa Nacional de Parques de Ciência e Tecnologias, E.P.

Fundo Nacional de investigação

O Fundo Nacional de Investigação (FNI) é uma instituição pública de âmbito nacional, criado em 2015 através do Decreto n.º12/2005, de 10 de Junho, revisto pelo Decreto n.º50/2015, de 31 de Dezembro. É um organismo público, tutelado pelo ministério da área da Ciência e





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Tecnologia. Tem como missão promover a investigação científica, a inovação tecnológica e a formação de investigadores.

Empresa Nacional de Parques de Ciência e Tecnologias, E.P

A empresa nacional de parques de Ciência e Tecnologias e uma empresa pública cujo projecto prevê a criação de 4 parques de ciência e tecnologia nomeadamente: parque de ciência e tecnologia de Maluana, parque de ciência e tecnologia de Dombe, parque de ciência e tecnologia de Mocuba e o parque de ciência e tecnologia de Nacala.

O parque de ciência e tecnologias de Maluana é o primeiro dos 4 parques previstos que está em funcionamento desde 2009 e visa a gestão do fluxo do conhecimento, ligando a pesquisa ao mercado. Para levar acabo esse desiderato conta com infraestruturas construídas de raiz, onde se encontram os escritórios onde funciona a administração do parque, laboratórios de tecnologias nas áreas de redes, servidores e desenvolvimento de aplicações, espaço para hospedagem de empresas de base tecnológica e salas de conferências. Embora tenha tudo para ser um parque tecnológico de excelência o parque de ciência e tecnologias de Maluana debate-se com contingências de ordem financeira que afectam negativamente o seu desempenho.

165

Para além das instituições do ensino superior públicas e privadas, a investigação científica em Moçambique é também realizada por instituições públicas de investigação. De acordo com o Ministério de ciência e tecnologia (2004), às universidades cabe a realização de pesquisas básicas geradoras de conhecimento enquanto as instituições de investigação são responsáveis pela pesquisa aplicada.

O empreendedorismo em Moçambique é visto como uma actividade desenvolvida para superação de dificuldades do dia a dia. Trata-se, portanto, de um empreendedorismo de necessidade, em que segundo Dornelas (2005, p.28) “o candidato a empreendedor se aventura na jornada empreendedora mais por falta de opção, por estar desempregado e não ter alternativas de trabalho.” Sem, contudo, levar em consideração a componente inovação.

A reconstrução da indústria e do comércio está direccionada para atender a demanda do mercado interno, sob protecção estatal (proteccionismo tarifário, subsídios, controlo de preços,





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

atribuições de quotas de mercado). Tal estratégia desestimula a competição e a busca por maior competitividade.

Os baixos índices de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) que caracterizam a realidade moçambicana, em especial a desarticulação entre produção científica e inovação é, em grande parte, fruto de factores económico-histórico-culturais próprios de uma sociedade que se estruturou numa base colonial seguida de uma instabilidade político-militar que produziu muitos deslocados e destruiu completamente o sistema industrial, agrícola e educacional e onde a importação de bens e serviços domina a balança de pagamentos. As universidades acompanham esse estágio de desenvolvimento.

Embora as instituições formais a exemplo da lei do ensino superior estabeleçam a obrigatoriedade de as universidades exercerem também actividades de pesquisa e extensão, apenas algumas desenvolvem de facto estas actividades. As causas deste atraso devem-se a vários factores institucionais tais como: a mercantilização do ensino que faz com que as instituições do ensino superior não queiram incorrer em custos de transacção, inerentes a actividade de pesquisa e inovação, relacionados com a busca e colecta de informações; custos com elaboração de contratos e de monitoramento; falta de financiamento para as actividades de pesquisa; a cultura do diploma que faz com os estudantes apenas se preocupem com a obtenção de títulos académicos sem a correspondente qualidade de ensino. A agravar as causas atrás mencionadas importa apontar também as políticas de massificação do ensino adoptadas pelo Governo de Moçambique, como forma de colmatar os baixos níveis de literacia em que o país se encontrava.

166

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As economias com rendas mais altas apresentam índices de inovação mais elevados.

Pesquisadores são mais propensos a criar um spin-off se os custos de informação e negociação forem reduzidos durante o processo.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

A decisão de pesquisadores em criar spin-offs é fortemente influenciada pelos custos de transacção associados ao seu ambiente universitário e as instituições formais e informais.

De acordo com North (1994), para o sucesso económico é fundamental a existência de instituições (regras do jogo) que promovam inovações e estimulem a disposição de correr riscos e a criatividade.

A maior parte das universidades moçambicanas encontram-se no estágio em que se encontravam as universidades europeias em finais do Sec. XIX, antes da primeira revolução académica, exercendo apenas as funções de ensino.

A causa deste atraso pode ser explicada através de vários factores. Institucionais tais como: a mercantilização do ensino faz com que as organizações do ensino superior não queiram incorrer em custos de transacção, inerentes a actividade de pesquisa e inovação, relacionados com a busca e colecta de informações, custos com elaboração de contratos e de monitoramento, falta de financiamento para as actividades de pesquisa.

Para reverter este quadro e permitir que o país implemente políticas que favoreçam a mudança de paradigma com vista a atingir um novo patamar no ensino superior baseado na inovação, criou-se o Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional que passou a tutelar as instituições do ensino superior. Sob tutela desta instituição foram criados o parque tecnológico de Maluana e o Fundo Nacional de Investigação cuja missão consiste “em Promover a divulgação do conhecimento científico, a investigação científica, a inovação tecnológica e a formação de investigadores, contribuindo para o desenvolvimento sócio-económico de Moçambique”.

Contudo, altas estruturas governamentais precisam de repensar as estratégias de desenvolvimento. Está comprovado que o desenvolvimento baseado no conhecimento e na inovação leva vantagem nos tempos actuais. Embora Moçambique apresente níveis de desempenho superiores aos esperados para os países de renda baixa em 9 anos consecutivos, ainda há que se aproveitar o grande potencial que existe nas universidades, instituições de investigação. A rentabilização do investimento feito no parque tecnológico de Maluana, e a







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

construção de outros parques projectados pode trazer grandes ganhos para a economia rumo ao desenvolvimento.

### REFERÊNCIAS

BRISOLLA, S. N. Relação universidade-empresa: como seria se fosse. In J. R. FERREIRA (Org.). **Interação universidade empresa**. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia, 1998.

BROWN, J. S. **A cultura do risco**. HSM Management 49: 60-65. 2005.

CARAYANNIS *et al.* **High-technology spin-offs from de government R&D laboratories and research universities**. Technovation, 18(1), 1-11, 1998.

CLARK, B. **Sustaining change in universities: continuities in case studies and concepts**. Tertiary Education and Management, n. 9 de 2003.

CLARK, B. **Creating Entrepreneurial Universities**. Oxford: IAU Press – Elsevier Science Ltd. 168

CHESBROUGH, H.; ROSENBLOOM. R. S. The role of the business model in capturing value from innovation: Evidence from Xerox Corporation's technology spin-off companies. **Industrial and Corporate Change**, Vol. 11 (n. 3), 529-555 de 2002.

DORNELAS, J. A. **Transformando ideias em negócios**. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier. (2005).

ETZKOWITZ, H. The norms of entrepreneurial science: cognitive effects of new university-industry linkages. **Research Policy**, 27(8), 823-833 de 1998.

ETZKOWITZ, H. The second academic revolution and the rise of entrepreneurial science. **IEEE Technology and Society Magazine**, v. 20, n. 2, p 18-29 de 2001.

ETZKOWITZ, H. Research groups as quasi-firms: the invention of the entrepreneurial university. **Research Policy**, v. 32, n. 1, p109-121 de 2003. Disponível em DOI: 10.1016/S0048-7333(02)00009-4 Acessado em 15 maio 2023.

FAGERBERG, J. **Innovation: a guide to the literature**. In J. Fagerberg, D. C. Mowery & R. R. Nelson. The Oxford handbook of innovation, 1-26. Oxford: Oxford University Press, 2005. Disponível em





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

file:///C:/Users/user/Downloads/Fagerberg%20Innovation%20Guide%202005.pdf Acessado em 14fev.2023.

FILION, L. J.; Revista de Administração de Empresas FGV 1999, 39, 6; Filion, L. J.; RAUSP Revista de Administração 1999, 34, 5.

HUYLEBROECK, G. **Technology transfer from RTOs: definition/setting the scene.** In A. Inzelt & J. Hilton (Orgs.). *Technology transfer: from invention to Innovation.* Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 1999. Disponível em <https://www.amazon.com/-/es/Inzelt/dp/9401591466> Acessado em 19 nov.2022.

ÍNDICE GLOBAL DE INOVAÇÃO, 2022. Disponível em <https://www.google.com/search?q=%C3%ADndice+global+da+paz+2022&oq=indice+Global&aqs=chrome.5.0i512j69i57j0i51218.12152j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8> Acessado em 28 jul.2023

LUZ, M.R. e SILVA, C.E.S. Factores Críticos para a criação de spin-offs acadêmicos: Um estudo exploratório. **Iberoamerican Journal of Industrial Engineering**, Florianópolis, SC, Brasil, v. 5, n. 9, p. 186-202, 2013. Disponível em: file:///C:/Users/user/Downloads/2543-Texto%20do%20artigo-10665-1-10-20131014.pdf Acessado em 13 maio 2023.

NDONZUAU, F.N.; PIRNAY, F.; SURLEMONT, B. **A stage model of academic spin-off creation.** *Technovation*. V.22. P. 281-289 de 2002. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/222278890\\_A\\_stage\\_model\\_of\\_academic\\_spin-off\\_creation\\_Technovation\\_225\\_281-289](https://www.researchgate.net/publication/222278890_A_stage_model_of_academic_spin-off_creation_Technovation_225_281-289) Acessado em fev.2023

NORTH, D.C. **Custos de Transacção, Instituições e Desempenho Económico.** Rio de Janeiro: Editora Instituto Liberal do RJ, de 2000.

MINISTÉRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (2014). **Pesquisa sobre ciência, engenharia, tecnologia e inovação (ceti) instrumentos de política, órgãos, quadro legal e políticas (go-spin).** Disponível em: [http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/SC/pdf/Document\\_GOSPIN\\_mozaambique.pdf](http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/SC/pdf/Document_GOSPIN_mozaambique.pdf). disponível em 25 jan.2023.

PÉREZ, M. P.; SÁNCHEZ, A. M. The development of university spin-offs: early dynamics of technology transfer and networking. **Technovation**, 23(10), 823-831. (2003).

RODRIGUES, C. Universities, the Second Academic Revolution and Regional Development: A Tale (Solely) Made of Techvalleys? **European Planning Studies**, v. 19, n. 2, p, fev.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

SANTOS, S. A. **A criação de empresas industriais de tecnologia avançada: a experiência europeia e as perspectivas brasileiras.** *Revista de Administração*. V.20 N. 3. P. 23-31. julho/setembro 1985.ed. Nova York. Cambridge University Press.

SCHUMPETER, J. (1934).**The Theory of Economic Development**, Cambridge: Harvard University Press, Acessado em <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/4642/1/Monografia%20-%20Thiago%20Silva%20Moreira.pdf>.Disponível em 15 jan.2023.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento económico:** uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo económico. São Paulo: Nova Cultural. (1992) Disponível em [https://www.ufjf.br/oliveira\\_junior/files/2009/06/s\\_Schumpeter\\_\\_Teoria\\_do\\_Developimento\\_Econ%3%B4mico\\_Uma\\_Investiga%C3%A7%C3%A3o\\_sobre\\_Lucros\\_Capital\\_Cr%C3%A9dito\\_Juro\\_e\\_Ciclo\\_Econ%3%B4mico.pdf](https://www.ufjf.br/oliveira_junior/files/2009/06/s_Schumpeter__Teoria_do_Developimento_Econ%3%B4mico_Uma_Investiga%C3%A7%C3%A3o_sobre_Lucros_Capital_Cr%C3%A9dito_Juro_e_Ciclo_Econ%3%B4mico.pdf) Acessado em 14 maio.2023.

SARKAR, S. **O que é inovação? um passeio no Horizonte da inovação.** Editora Escolar, Rua do Vale Formoso,37-1956-006 Lisboa.(2014). Disponível em [https://cat.biblioteca.ipbeja.pt/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=70565&shelfbrowse\\_itemnumber=55404](https://cat.biblioteca.ipbeja.pt/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=70565&shelfbrowse_itemnumber=55404) Acessado em 13Jan.2023

WOOD, M. S. **Does One Size Fit All? The Multiple Organizational Forms Leading to Successful Academic Entrepreneurship.** *Entrepreneurship Theory and Practice*, v. 33, n. 4, p: 926-947 (2009). Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/227675599\\_Does\\_One\\_Size\\_Fit\\_All\\_The\\_Multiple\\_Organizational\\_Forms\\_Leading\\_to\\_Successful\\_Academic\\_Entrepreneurship](https://www.researchgate.net/publication/227675599_Does_One_Size_Fit_All_The_Multiple_Organizational_Forms_Leading_to_Successful_Academic_Entrepreneurship) Acessado em 15jan. 2023.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### DIREITO ACHADO NA EMPRESA: A RESPONSABILIZAÇÃO DIRETA DO SÓCIO OU ADMINISTRADOR QUE COMETE ATO DE ABUSO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

Fabio Garcia Leal Ferraz<sup>111</sup>

Kelly Cristina Canela<sup>112</sup>

Ana Paula Bagaiole Moraes Barbosa<sup>113</sup>

#### RESUMO

O presente estudo investiga a responsabilização direta de sócios e administradores que praticam abuso da personalidade jurídica no âmbito empresarial. Partindo da premissa de que a legislação e a jurisprudência atuais não proporcionam uma abordagem plenamente equitativa, o trabalho examina as nuances da personalidade jurídica das sociedades empresariais, a evolução histórica da desconsideração da personalidade jurídica e os requisitos legais para sua aplicação, com foco nas modificações introduzidas pela Lei da Liberdade Econômica. Por meio de pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, a análise explora as implicações dessa responsabilização à luz dos princípios do "Direito Achado na Rua", visando contribuir para um debate mais enriquecedor e informado sobre a temática.

**Palavras-chave:** Responsabilização direta. Desconsideração da personalidade jurídica. Direito achado na rua.

171

#### ABSTRACT

This study investigates the direct accountability of shareholders and administrators who engage in abuse of legal personality within the business context. Starting from the premise that current legislation and jurisprudence do not provide a fully equitable approach, the paper examines the nuances of the legal personality of business entities, the historical evolution of the disregard of legal personality, and the legal requirements for its application, focusing on the modifications introduced by the Economic Freedom Law. Through bibliographical and jurisprudential research, the analysis explores the implications of this accountability in light of the principles of "Law Found in the Street," aiming to contribute to a more enriching and informed debate on the subject.

<sup>111</sup> Doutor em Direito Empresarial pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). É pesquisador da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) e advogado sócio desde 2008 do escritório Bernardini, Martins & Ferraz – Sociedade de Advogados. Contato: fabio@bernardiniadvogados.com.br.

<sup>112</sup> Doutora em Direito pela USP na área de Direito Privado. Mestre em Direito pela Università degli Studi di Roma Tor Vergata. Graduação pela FD/USP, com habilitação em Direito Privado e Processo Civil. Docente, em regime de dedicação exclusiva, dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus de Franca. Contato: kelly.canela@unesp.br.

<sup>113</sup> Doutora em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2018), Mestre em Direito Internacional pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2011), Mestre em Desenvolvimento Regional pela UNI-FACEF (2023), Especialista pela Fundação Armando Álvares Penteado em Direito do Agronegócio (2010) e Graduada pela Faculdade de Direito de Franca (2008). Atualmente é professora e atua nas áreas de Direito Civil (com ênfase em Parte Geral, Obrigações, Família e Sucessões) e Direito do Agronegócio.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

**Keywords:** Direct accountability. Disregard of legal personality. Law found in the street.

### 1 INTRODUÇÃO

O “Direito Achado na Rua” é uma abordagem teórica do campo jurídico desenvolvida pelo jurista brasileiro Roberto Lyra Filho. Ela propõe uma perspectiva crítica e transformadora do direito, enfocando a sua função social na promoção da justiça, equidade e inclusão. O Direito Achado na Rua busca romper com a visão tradicional do direito como um conjunto de normas estáticas e isoladas, e, em vez disso, busca compreender o direito como uma construção social, resultado de lutas e conquistas de diferentes grupos sociais. A visão transformadora do direito, proposta por essa teoria, vai além da aplicação formal das normas, considerando também as relações de poder e as desigualdades presentes na sociedade.

Nesse contexto, a aplicação do Direito Achado na Rua às empresas pode ser uma abordagem relevante, considerando o papel econômico e social que as empresas desempenham na sociedade contemporânea, sendo uma força a ser considerada para diminuir desigualdades. 172

O tema da responsabilização do sócio ou administrador societário infrator de ato de abuso de direito tem gerado debates no contexto empresarial e jurídico. Atualmente, o artigo 50 do Código Civil brasileiro não prevê uma penalização direta do infrator, sendo necessário comprovar que houve benefício econômico com a prática abusiva para que ocorra a desconsideração da personalidade jurídica. No entanto, há correntes doutrinárias e jurisprudenciais que entendem que o infrator deveria ser penalizado, e, trazendo para uma perspectiva do Direito Achado na Rua, busca-se uma interpretação mais ampla e socialmente justa do direito aplicado nesse aspecto.

O objetivo deste trabalho é trazer o conceito de Direito Achado na Rua, que propõe uma visão crítica do direito, considerando o contexto social e político em que está inserido, e explorá-lo de modo a abarcar uma regra que deveria existir, mas que ainda é obscura no direito empresarial, que é exatamente a necessidade de se responsabilizar diretamente o sócio ou administrador societário infrator de ato de abuso de direito por meio da pessoa jurídica. Será





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

dado destaque à corrente doutrinária que defende a penalização direta do infrator, independentemente da comprovação de benefício econômico. Serão apresentados, no desenvolvimento do artigo completo, argumentos favoráveis e contrários a essa posição, bem como os fundamentos jurídicos utilizados por cada corrente, além de ser abordado o movimento jurisprudencial que tem se manifestado nesse sentido de responsabilizar diretamente o infrator, muitas vezes de forma contrária ao que determina a lei.

Por fim, a metodologia científica utilizada e pensada para este estudo foi o método analítico dedutivo, consistindo em uma pesquisa bibliográfica e análise crítica da doutrina e jurisprudência relacionadas ao tema.

### 2 DIREITO ACHADO NA RUA E O AMBIENTE EMPRESARIAL

Decorridos mais de 35 anos da morte de Roberto Lyra Filho, ocorrida em 11 de junho de 1986, o autor, que foi precursor e deu nome ao movimento “Direito Achado na Rua”, teve (e ainda tem) sua trajetória colada de forma incindível ao percurso e desenvolvimento de referido movimento, que ainda é forte e ativo no meio jurídico e acadêmico brasileiro (SOUSA JÚNIOR, 2019, p. 2782).

Em 2014, Sergio Roberto Lema, por exemplo, escreveu a obra “Roberto Lyra Filho e o Direito Alternativo Brasileiro” e teve como hipótese para o trabalho de reflexão teórica, o seguinte ponto:

“[...] como compreender a situação dos juristas críticos que, engajados na causa da defesa, promoção e luta pela eficácia dos Direitos Humanos, acreditam na instância jurídica como um campo de lutas válido e importante, embora não seja o único, para a construção de uma nova sociedade mais justa e livre do que a atual?” (LEMA, 2014, p. 4).

O Direito Achado na Rua é, portanto, uma teoria jurídica que propõe uma abordagem crítica do direito, destacando a importância das experiências e práticas sociais na construção das





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

normas jurídicas. Por essa perspectiva, busca-se dar voz aos grupos marginalizados e explorados, promovendo uma visão transformadora do sistema jurídico.

Mas o Direito Achado na Rua não é somente uma busca por igualdade normativa e social, como também a adequação de direitos que emergem da sociedade e que ainda não estão ou não foram normatizadas, ou seja, direitos que existem na prática e deveriam ser vistos com cautela e até mesmo transformados em lei pelo Estado, além da busca por relações jurídicas mais justas, como ocorre no meio sindical, que pleiteia incansavelmente pelos direitos dos trabalhadores até que se tornem lei ou adentrem em alguma convenção coletiva.

Inclusive, é importante esclarecer que não se trata apenas e tão somente de direitos encontrados literalmente na rua, pois, consoante Sousa Júnior e Costa, a utilização da palavra “rua” (em “Direito Achado na Rua”) é apenas uma metáfora, podendo se tratar de qualquer local ou estabelecimento ou qualquer ambiente que gere um direito ainda não normatizado (ou mal normatizado) pelo Estado:

São razões muito fortes para que o projeto O Direito Achado na Rua passe a tematizar este direito cuja criação, mais uma vez, deriva do protagonismo de movimentos sociais a partir da rua. A rua aí é, evidentemente, uma metáfora do espaço público, do lugar do acontecimento, do protesto, da formação de novas sociabilidades e do estabelecimento de reconhecimentos recíprocos na ação autônoma da cidadania (autônomos: que se dão a si mesmos o direito). É, como diz Marshall Berman, no livro Tudo que é sólido desmancha no ar (1987), o espaço de vivência que, ao ser reivindicado para a vida humana, “transforma a multidão de solitários urbanos em povo” (COSTA, SOUSA JÚNIOR, 2009, p. 18).

Assim, pode-se concluir que o Direito Achado na Rua também pode e deve possuir uma importante relação com o ambiente empresarial e essa relação pode ser compreendida em diversas dimensões. Primeiramente, no que se refere aos direitos dos trabalhadores, essa abordagem crítica do direito pode contribuir para melhorar a proteção dos direitos trabalhistas, garantindo condições de trabalho justas, salários dignos, segurança no ambiente laboral e respeito aos direitos sindicais. Outro aspecto relevante é a responsabilidade social e ambiental das empresas, já que, pela função social das empresas, essas são instadas a considerar não apenas seus interesses econômicos, mas também o impacto social e ambiental de suas atividades. O





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Direito Achado na Rua pode ser analogicamente aplicado na promoção da responsabilidade social e ambiental das empresas, incluindo a proteção do meio ambiente, a promoção do trabalho decente e a contribuição para o desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, o Direito Achado na Rua busca estimular as empresas brasileiras a adotarem uma postura mais ética e responsável, considerando não apenas os interesses financeiros, mas também os impactos sociais e ambientais de suas ações. Isso implica em garantir condições de trabalho dignas, respeito aos direitos trabalhistas, inclusão de grupos historicamente marginalizados, promoção da igualdade de gênero e raça, e adoção de práticas sustentáveis que reduzam o impacto ambiental das atividades empresariais.

Além disso, o Direito Achado na Rua também pode influenciar a interpretação e aplicação do direito empresarial, incentivando uma abordagem mais sensível às demandas sociais e aos direitos humanos. Essa perspectiva crítica questiona as estruturas de poder presentes nas relações empresariais, buscando garantir uma distribuição mais justa de benefícios e uma maior participação dos trabalhadores e das comunidades afetadas nas decisões empresariais.

175

Em suma, o Direito Achado na Rua traz uma abordagem crítica e transformadora para o ambiente empresarial brasileiro. Ao questionar o modelo tradicional do direito empresarial e promover a responsabilidade social das empresas, essa teoria visa garantir a proteção dos direitos humanos, sociais e ambientais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável. Por isso, a teoria do Direito Achado na Rua pode e deve ser aplicada também no ambiente empresarial brasileiro, não sendo errada, portanto, a utilização da nomenclatura “Direito Achado na Empresa”.

### 3 A RESPONSABILIZAÇÃO DE SÓCIOS E ADMINISTRADORES NA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

No ordenamento jurídico do Brasil, as sociedades empresariais são reconhecidas como entidades legais, ou seja, pessoas jurídicas. Isso é claramente estabelecido no inciso II do artigo







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

44 do Código Civil. O artigo seguinte (art. 45) afirma que a existência das pessoas jurídicas tem início com o registro de seu ato constitutivo no respectivo órgão competente. Uma vez adquirida a personalidade jurídica, as sociedades empresariais são consideradas entidades personificadas, o que implica terem nome, nacionalidade, domicílio, capacidade contratual, capacidade processual (postulatória), autonomia patrimonial e existência distinta de seus sócios. No entanto, é importante ressaltar que a personalização da sociedade nem sempre está ligada à limitação da responsabilidade de seus sócios, uma vez que há sociedades personalizadas em que os sócios respondem ilimitadamente pelas obrigações sociais, como no caso da sociedade empresária em nome coletivo.

É preciso considerar que, em geral, as obrigações e dívidas originadas pelas sociedades empresariais são de responsabilidade exclusiva dessas entidades, não de seus sócios. No entanto, dependendo do tipo de sociedade escolhido, caso a entidade não cumpra suas dívidas e obrigações, estas podem ser direcionadas automaticamente aos seus sócios. Por esse motivo, os tipos empresariais mais comuns são aqueles com responsabilidade totalmente limitada, como a sociedade limitada, a empresa individual de responsabilidade limitada e as sociedades anônimas (FERRAZ, 2022, p. 27). Nessas modalidades, a personalização garante que a entidade seja a titular das obrigações da pessoa jurídica (direitos e deveres assumidos), tenha capacidade processual e patrimônio próprio. Assim, há uma clara distinção entre a sociedade e seus sócios ou único titular. No entanto, a existência da personalidade jurídica das sociedades empresariais de responsabilidade limitada acabou levando, em alguns casos, a práticas abusivas e fraudulentas.

Por isso, a doutrina desenvolveu a teoria da desconsideração da personalidade jurídica, ou, como chamada pelos norte-americanos, *disregard doctrine*, que visa descaracterizar o princípio da autonomia patrimonial das pessoas jurídicas. Essa teoria surgiu para garantir que as sociedades não sejam usadas indevidamente por seus sócios, para a prática de atos ilícitos, abusos de direito e ocultação sob o véu da personalidade jurídica.

Inicialmente, o Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 28, foi o primeiro a adotar a teoria da desconsideração da personalidade jurídica, que, posteriormente, foi incorporada à





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

legislação civil e empresarial com o advento do Código Civil de 2002. O artigo 50 desse código estabeleceu os requisitos para a aplicação da *disregard doctrine*. Posteriormente, a Lei nº 13.874/2019, que convalidou uma medida provisória anterior, aprimorou o artigo 50 do Código Civil, atendendo às demandas acadêmicas e do entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça.

Assim, a atual redação do art. 50 se encontra da seguinte forma:

Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.

§ 1º Para os fins do disposto neste artigo, desvio de finalidade é a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza.

§ 2º Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por:

I - cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa;

II - transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante; e

III - outros atos de descumprimento da autonomia patrimonial.

§ 3º O disposto no caput e nos §§ 1º e 2º deste artigo também se aplica à extensão das obrigações de sócios ou de administradores à pessoa jurídica.

§ 4º A mera existência de grupo econômico sem a presença dos requisitos de que trata o caput deste artigo não autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica.

§ 5º Não constitui desvio de finalidade a mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.

177

É de se notar que houve um desenvolvimento do instituto da desconsideração da personalidade jurídica, trazendo o legislador novos requisitos e esclarecendo questões que, antes, ficavam à mercê de um entendimento particular do magistrado. A Lei da Liberdade Econômica trouxe ao art. 50 o requisito do benefício como condição para a extensão da responsabilidade dos sócios, além de detalhar o que seria desvio de finalidade e confusão patrimonial.

Ao estabelecer o benefício como um requisito para responsabilizar os sócios ou administradores, a lei agora determina que, se houver uma situação em que seja necessário desconsiderar a personalidade jurídica, as obrigações da pessoa jurídica serão atribuídas apenas





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

aos administradores ou sócios que tenham se beneficiado direta ou indiretamente da conduta abusiva.

Entretanto, o termo "benefício" denota uma vantagem ou ganho concedido ou obtido, o que pode levar à interpretação, de acordo com a modificação legal introduzida pela Lei da Liberdade Econômica, de que, na prática, a desconsideração não ocorrerá ou não surtirá efeito, a menos que haja algum tipo de benefício comprovado.

Ana Frazão (2020, p. 480), por exemplo, critica a opção do legislador e destaca a importância de o critério do benefício ter sido acompanhado igualmente pelo critério do envolvimento no desvio de finalidade. Afinal, o fato de haver sócios ou administradores envolvidos direta ou indiretamente na utilização abusiva da personalidade jurídica não os isenta (ou não deveria isentá-los) da responsabilidade pelo ato cometido. Isso ocorre porque eles desrespeitaram a autonomia da pessoa jurídica, o que pode ter efeitos negativos sobre sua capacidade patrimonial e prejudicar os credores da empresa.

É salutar mencionar, ainda, outra dificuldade trazida pelo legislador, pois, a princípio, “a prova do benefício é ônus do credor” (BOITEUX, 2020, p. 164-165), mesmo que seja uma tarefa processual complexa, já que não há qualquer menção de inversão desse evento probando no dispositivo legal e, ao confrontar os textos legais estampados no art. 50 do Código Civil e artigos 134, § 4º, e 373 do Código de Processo Civil, parece ser o entendimento adequado.

No entanto, é fundamental esclarecer que se a *disregard* clássica fosse aplicada, todos os sócios da entidade jurídica seriam responsabilizados, independentemente de culpa pelo ato abusivo. Agora, a nova modalidade estabelecida pelo legislador brasileiro corrigiu essa discrepância anteriormente existente, pois apenas aqueles que efetivamente se beneficiaram de alguma forma com a irregularidade serão responsabilizados por ela (GANACIN, 2020, p. RB-1.11), o que é um cenário mais justo do que antes.

Assim, é fácil denotar que a responsabilidade dos sócios e administradores na *disregard doctrine* é limitada ao preenchimento do benefício auferido, direta ou indiretamente, com o ato de excesso cometido sob o manto da personalidade jurídica, independentemente se foram os responsáveis ou não pela prática do evento abusivo. Tal fato gerou um movimento doutrinário e





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

jurisprudencial que, não obstante o art. 50 não penalizar ou responsabilizar o infrator que não se beneficiou, outros caminhos estão sendo adotados para sua efetiva responsabilização. É o que será visto no tópico a seguir.

### 4 DIREITO ACHADO NA EMPRESA: A RESPONSABILIDADE DO INFRATOR QUE ENSEJOU A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

Como se viu nos tópicos anteriores, o Direito Achado na Rua tem uma relação importante com o mundo dos negócios, em várias dimensões, seja diretamente, seja indiretamente. Primeiramente, no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores, essa abordagem crítica do direito pode ajudar a melhorar a proteção dos direitos trabalhistas, assegurando condições de trabalho justas, salários adequados, segurança no local de trabalho e respeito aos direitos sindicais. Além disso, a responsabilidade social e ambiental das empresas é um aspecto relevante, já que as empresas têm o dever de considerar não apenas seus interesses econômicos, mas também o impacto social e ambiental de suas atividades, devido à sua função social. O Direito Achado na Rua pode ser aplicado analogicamente na promoção da responsabilidade social e ambiental das empresas, incluindo a proteção do meio ambiente, a promoção do trabalho digno e a contribuição para o desenvolvimento sustentável.

Entretanto, a principal questão que se pretende abordar e responder neste trabalho é mais empresarialista do que um tema social: as “lutas” doutrinárias e jurisprudenciais para que haja a positivação de uma efetiva penalização/responsabilização daqueles que cometem abusos por meio da personalidade jurídica de uma sociedade empresária, já que a atual redação do art. 50 do Código Civil brasileiro (dada pela Lei da Liberdade Econômica, em 2019) pune apenas aquela pessoa que se beneficiou com o ato abusivo e não necessariamente o infrator que o cometeu, conforme visto acima.

Ana Frazão (2020, p. 480), por exemplo, ao comentar os impactos da Lei da Liberdade Econômica no instituto da desconsideração da personalidade jurídica, expressou seu posicionamento pela necessidade de esta atingir efetivamente os infratores que efetivamente





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

praticaram a irregularidade, pois, da forma como está atualmente redigido o art. 50 do Código Civil, não haverá responsabilização do infrator se ele não auferiu benefício, o que, para qualquer pessoa coerente, transparece ser uma situação injusta.

Tepedino e Cavalcanti (2020, p. 491) entendem que a institucionalização do benefício na *disregard doctrine* pode gerar (e gerou) um indesejável ônus probatório para a parte prejudicada, de modo que: (i) a interpretação da norma deverá sempre privilegiar o credor que sofreu com o abuso de direito e imputar a quem o permitiu por ação ou omissão o dever de responder pela obrigação assumida pela sociedade; (ii) e, ainda, que haverá situações a serem desbravadas pelo poder judiciário em que cada caso representará “clara utilização disfuncional da personalidade jurídica, a qual o ordenamento visa a tutelar, não sendo a ausência de acréscimo ao patrimônio do sócio fundamento jurídico legítimo apto a afastar a aplicação do instituto”.

Para Leonardo e Rodrigues Júnior (2019, p. RB-18.1), a responsabilidade direta do administrador (que é quem age em nome da sociedade empresária) seria a medida mais adequada a ser aplicada pelo magistrado em casos de desconsideração, apesar de não ser essa a formatação eleita pelo legislador.

180

O Superior Tribunal de Justiça parece estar de acordo com os autores acima citados, ao se posicionar, recentemente (2021) e após a Lei da Liberdade Econômica (2019), no sentido de que, quando a *disregard doctrine* deve atingir apenas os sócios administradores ou aqueles que efetivamente contribuíram para a prática do ato de abuso da personalidade jurídica, conforme se nota no acórdão do Recurso Especial nº 1.861.306/SP, exarado sob relatoria do Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, datado de 02/02/2021 (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2021):

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. HERDEIRA. SÓCIO MINORITÁRIO. PODERES DE GERÊNCIA OU ADMINISTRAÇÃO. ATOS FRAUDULENTOS. CONTRIBUIÇÃO. AUSÊNCIA. RESPONSABILIDADE. EXCLUSÃO. [...]

4. A desconsideração da personalidade jurídica, em regra, deve atingir somente os sócios administradores ou que comprovadamente contribuíram para a prática dos atos caracterizadores do abuso da personalidade jurídica. [...]





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

O mesmo ocorre com algumas decisões do Tribunal de Justiça paulista, cujo posicionamento é no sentido de que o sócio não administrador, por não ter poder de gestão e, conseqüentemente, não poder, em regra, praticar atos pela sociedade empresária, “não deve ser incluído na ação em razão da desconsideração da personalidade jurídica” (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2020), ou seja, a responsabilização deve recair apenas aos infratores, quais sejam, os gestores societários que detêm poderes para a prática do ato abusivo observado em nome da sociedade empresária.

No entanto, é importante observar que a aplicação (direta ou indireta) do Direito Achado na Rua às empresas pode enfrentar desafios e resistências. A visão tradicional do direito, centrada na proteção de interesses privados e na lógica do mercado, muitas vezes entra em conflito com os princípios e valores do Direito Achado na Rua, que busca uma abordagem mais inclusiva e de penalizações mais justas.

Muito embora não haja uma relação direta entre o conceito de Direito Achado na Rua e a necessidade de responsabilizar o infrator na desconsideração da personalidade jurídica no direito societário, é possível fazer uma conexão (indireta) entre esses temas levando em consideração as perspectivas de justiça social e a evolução das normas jurídicas.

O Direito Achado na Rua enfatiza a ideia de que o direito não é apenas o que está escrito nas leis, mas também é construído a partir das experiências, lutas e demandas da sociedade. Ele busca trazer à tona as vozes e necessidades dos menos favorecidos, muitas vezes desconsiderados pelo sistema jurídico tradicional.

Nesse contexto, é possível argumentar que a necessidade de responsabilizar o infrator, independentemente de ele ter ou não auferido algum benefício com o ato abusivo, está alinhada com essa perspectiva mais ampla de justiça social, que, como visto acima, muitos doutrinadores buscam através de suas manifestações acadêmicas e científicas, bem como muitos juízes (magistrados, desembargadores e até ministros) assim também se posicionam por meio de decisões judiciais. A ideia por trás dessa proposta é que o sistema jurídico não deve permitir que esses infratores escapem impunes, mesmo que não tenham obtido vantagens diretas do ato ilícito, independentemente do que diz a lei.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Essa busca por um direito mais justo dentro do âmbito societário, ainda que não esteja normatizado, faz conexão com o Direito Achado na Rua, ou melhor, nesse caso, Direito Achado na Empresa. Essa abordagem estaria voltada para a proteção dos direitos e interesses das vítimas, bem como para a promoção de um ambiente jurídico mais justo e equitativo. Embora essa necessidade de responsabilização mais ampla possa não estar atualmente normatizada, ela reflete uma discussão em andamento sobre a eficácia das regras existentes e a busca por uma maior justiça nas relações empresariais.

É importante salientar que existem projetos de leis que preveem a responsabilização apenas do infrator que cometeu o ato abusivo ensejador da desconsideração, tais como o projeto de lei do novo Código Comercial (Projeto de Lei nº 1.572/2011, de 14 de junho de 2011), bem como os projetos de lei nºs 3.401/2008 e 8.142/2014, dentre outros.

Na vizinha Argentina, por exemplo, o sócio que não detém a gestão societária só poderá ser responsabilizado se tiver consentido com a prática de algum ato danoso, independente se obteve ou não benefício, conforme ensina Edson A. Sperandio (2020, p. 172-173):

182

“En fin, el socio no administrador solamente será responsable si hubiera llevado adelante con los demás socios o controlantes, la consecución de hechos con fines extrasocietarios o que haya actuado en violación de la ley, el orden público, la buena fe o para frustrar derechos de terceros, o sea, haya contribuido deliberadamente al resultado dañoso.

“Si su actuación se pautó en los dictámenes legales, e igualmente la sociedad no está en condición de cumplir con sus obligaciones sociales, el socio no administrador quedará exento de responsabilidad.”<sup>114</sup>

Isso porque, a lei argentina, que leva o nº 19.550/1984 (Lei de Sociedades Comerciais), destaca no art. 54 que:

“[...]  
“Inoponibilidad de la personalidad jurídica.

<sup>114</sup> “Por fim, o sócio não administrador só será responsável, se tiver realizado, com os demais sócios ou controladores, fatos para fins extracorporativos ou se tiver agido em violação da lei, ordem pública, boa-fé ou frustrando direitos de terceiros, ou seja, se contribuiu deliberadamente para o resultado danoso.

“Caso suas ações estejam pautadas nos ditames da lei, e da mesma forma a empresa não se encontre em condições de cumprir suas obrigações sociais, o sócio não administrador ficará isento de responsabilidade” (tradução nossa).





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

La actuación de la sociedad que encubra la consecución de fines extrasocietarios constituya un mero recurso para violar la ley, el orden público o la buena fe o para frustrar derechos de terceros, se imputará directamente a los socios o a los controlantes que la hicieron posible, quienes responderán solidaria e ilimitadamente por los perjuicios causados”.<sup>115</sup>

Portanto, embora não exista uma ligação direta entre o Direito Achado na Rua e a desconsideração da personalidade jurídica no direito societário, a busca por uma maior responsabilização dos infratores, independentemente de benefícios diretos, pode ser vista como uma reflexão das demandas sociais por justiça e equidade, que são conceitos centrais no Direito achado na Rua (e na Empresa), tendo como embasamento os posicionamentos de diversos juristas e parte da jurisprudência, bem como a legislação de outros países. Esse alarido precisa ter a atenção do legislador e o bom senso dos aplicadores do direito, para que se traga a verdadeira justiça à cada caso concreto, independentemente da omissão da lei.

### 5 CONCLUSÕES

183

No desdobramento da análise sobre a responsabilização direta de sócios e administradores por abuso da personalidade jurídica no ambiente empresarial, emergem considerações cruciais que apontam para uma lacuna normativa. Como visto neste trabalho, o artigo 50 do Código Civil, embora estabeleça parâmetros para a desconsideração da personalidade jurídica e se escore no requisito do benefício auferido, não contempla de forma explícita a penalização direta dos infratores.

Nesse contexto, emerge uma corrente doutrinária e jurisprudencial que clama por uma efetiva responsabilização dos infratores, independente da comprovação de benefício econômico direto ou indireto. Ao relacionar essa perspectiva com o conceito do "Direito Achado na Rua",

<sup>115</sup> “[...] **Inexigibilidade da personalidade jurídica.**

“A atuação societária que oculte a realização de fins extracorporativos constitui um mero recurso para violar a lei, a ordem pública ou a boa-fé ou para frustrar direitos de terceiros e será atribuída diretamente aos sócios ou controladores que a tornaram possível, os quais responderão solidária e ilimitadamente pelos danos causados” (tradução nossa).







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

que visa a uma interpretação mais ampla e socialmente justa do direito, é perceptível um entrelaçamento significativo.

A trajetória deste estudo, delineada por seus capítulos, expôs a dinâmica das sociedades empresariais e a relevância da personalidade jurídica na proteção dos interesses individuais e coletivos. A abordagem metodológica empregada permitiu uma análise abrangente, partindo da fundamentação legal e explorando casos emblemáticos que evidenciam os desafios e dilemas na responsabilização de sócios e administradores.

Adicionalmente, a presente pesquisa promoveu uma análise crítica de diferentes perspectivas doutrinárias e julgamentos, convergindo para a defesa de uma responsabilização ampliada dos infratores. Este posicionamento, ancorado em bases acadêmicas e respaldado por correntes jurisprudenciais, ecoa a necessidade de promover justiça e equidade no ambiente empresarial.

Portanto, à luz dos argumentos debatidos e considerando a atual conjuntura, conclui-se que a expansão da responsabilização direta de sócios e administradores que cometem abuso da personalidade jurídica, mesmo sem auferir benefícios econômicos imediatos, alinha-se com a essência do "Direito Achado na Rua", podendo, por isso, também ser chamado de "Direito Achado na Empresa". Ao reforçar uma abordagem mais inclusiva e socialmente comprometida do direito, esse movimento converge com o propósito de aprimorar o ambiente empresarial jurídico, promovendo justiça, equidade e tutelando os interesses da sociedade como um todo.

É fundamental que o debate sobre a responsabilização do sócio ou administrador societário infrator de ato de abuso de direito seja ampliado, considerando-se as diferentes perspectivas e princípios jurídicos envolvidos, em busca de uma solução que promova a justiça e a equidade no contexto empresarial.

### REFERÊNCIAS

BOITEUX, Fernando Netto. A desconsideração da personalidade jurídica na Lei de Liberdade Econômica. CUNHA FILHO, Alexandre J. Carneiro da; PICCELLI, Roberto Ricomini;





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

MACIEL, Renata Mota (Orgs.). **Lei da Liberdade Econômica anotada**: Lei nº 13.874, de 2019. São Paulo: Quartier Latin, 2020. v. 2. p. 158-167.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988. p. 1 (anexo). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 13 abr. 2023.

COSTA, Alexandre Bernardino; SOUSA JUNIOR, José Geraldo. “O direito achado na rua: uma ideia em movimento”. In: **O Direito achado na rua**: Introdução crítica ao direito à saúde. Alexandre Bernardino Costa et al. (org.) – Brasília: CEAD/ UnB, 2009. p. 15-27.

FERRAZ, Fábio. **A desconsideração da personalidade jurídica e os sócios não gestores da sociedade limitada**: atualizado de acordo com a Lei da Liberdade Econômica e Lei do Ambiente de Negócios. São Paulo: Editora Dialética, 2022.

FERRAZ, Fábio. **A sociedade limitada enquadrada como Startup e a responsabilidade de seus investidores**: uma breve análise sob a ótica da desconsideração da personalidade jurídica. São Paulo: Editora Dialética, 2022.

FRAZÃO, Ana. Lei de Liberdade Econômica e seus impactos sobre a desconsideração da personalidade jurídica. SALOMÃO, Luis Felipe; CUEVA, Ricardo Villas Bôas; FRAZÃO, Ana (Orgs.). **Lei de Liberdade Econômica e seus impactos no direito brasileiro**. São Paulo: Thomson Reuters, 2020. p. 467-486.

185

GANACIN, João Cánovas Bottazzo. **Desconsideração da personalidade jurídica no processo civil**. 1. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020. E-book. ISBN 978-65-5065-395-8.

LEMA, Sergio Roberto. **Roberto Lyra Filho e o direito alternativo brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2014.

LEONARDO, Rodrigo Xavier; RODRIGUES JR., Otávio Luiz. A desconsideração da pessoa jurídica – alteração do art. 50 do Código Civil: art. 7º. MARQUES NETO, Floriano Peixoto; RODRIGUES JR., Otávio Luiz; LEONARDO, Rodrigo Xavier (Orgs.). **Comentários à Lei da Liberdade Econômica**: Lei 13874/2019. São Paulo: Thomson Reuters, 2019. E-book. ISBN 978-85-5321-937-7. p. RB-18.1.

LYRA FILHO, Roberto. **Para um direito sem dogmas**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1980.

POLETTI, Ronaldo Rebello de Britto. “O direito achado na rua”. In **Revista Jurídica Consulex**, nº 215, 2005. Brasília: Revista Jurídica Consulex.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. “O direito achado na rua: concepção e prática”. In **Revista Humanidades**, volume 8, número 4 (30). Brasília: Editora UnB, 1992.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. “O Direito Achado na Rua: condições sociais e fundamentos teóricos”. In **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, V.10, n.4, 2019, p. 2776-2817.

SPERANDIO, Edson Antonio. **La responsabilidad del socio no administrador en la sociedad de responsabilidad limitada en Argentina**. 1. ed. Belo Horizonte: Dialética, 2020

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Recurso especial nº 1861306 / SP 2017/0131056-8**. Relator: Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva. Data do julgamento: 02/02/2021, T3 – Terceira Turma. Data de publicação: DJe 08/02/2021

TEPEDINO, Gustavo; CAVALCANTI, Laís. Notas sobre as alterações promovidas pela Lei nº 13.874/2019 nos artigos 50, 113 e 421 do Código Civil. SALOMÃO, Luis Felipe; CUEVA, Ricardo Villas Bôas; FRAZÃO, Ana (Orgs.). **Lei de Liberdade Econômica e seus impactos no direito brasileiro**. São Paulo: Thomson Reuters, 2020. p. 487-513.

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de direito empresarial: teoria geral e direito societário**. 11. ed. 186 rev. e atual. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. v. 1.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Agravo de instrumento nº 2283832-49.2019.8.26.0000**. Relator: Nelson Jorge Júnior. Data do julgamento: 27/07/2020. Data de publicação: 27/07/2020.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### MIGRAÇÕES, CULTURAS E (IN)TOLERÂNCIA RELIGIOSA NAS AMAZÔNIAS

Geórgia Pereira Lima<sup>116</sup>  
Lucas Santos Nobre<sup>117</sup>

#### RESUMO

Análise bibliográfica acerca dos fluxos migratórios para a região Amazônica entre os séculos XVIII ao XXI, é o foco deste artigo. Assim, os cruzos culturais resultantes dos deslocamentos são possíveis de expor os processos diferenciados de interculturalidades (CANDAUI, 2016) daqueles fenômenos sociais de migrações em diversas temporalidades. A finalidade deste estudo é entrever as manifestações de religiosidades como intersecções entre os sujeitos migrantes de diversos espaços e temporalidades. Método crítico (BLOCH, 2001) serviu para analisar as fontes, sobressaindo daí dois resultados: identificar os entre nexos e hiatos culturais religiosos e expor elementos de (in)tolerância religiosa presentes no contexto das amazônias interculturais. Portanto, a interculturalidade constituída no contexto histórico da migração e dos trânsitos de culturas denotam o dinamismo de movimentos contínuos e descontínuos de “nexos” e “hiatos” culturais, particularmente religiosos que expõem das narrativas/discursos os valores “morais” conflituosos.

**Palavras-chave:** Intersecções. Migrações. Religiosidades amazônicas.

187

#### ABSTRACT

Bibliographic analysis about the migratory flows to the Amazon region between the eighteenth and twenty-first centuries is the focus of this article. Thus, the cultural crossings resulting from the displacements are possible to expose the differentiated processes of interculturalities (CANDAUI, 2016) of those social phenomena of migrations in various temporalities. The purpose of this study is to glimpse the manifestations of religiosities as intersections between migrant subjects from different spaces and temporalities. Critical method (BLOCH, 2001) served to analyze the sources, highlighting two results: to identify the links between religious cultural nexuses and gaps and to expose elements of religious (in)tolerance present in the context of the intercultural Amazons. Therefore, the interculturality constituted in the historical context of migration and the transits of cultures denote the dynamism of continuous and discontinuous movements of cultural "nexuses" and "gaps", particularly religious ones that expose the conflicting "moral" values of the narratives/discourses.

**Keywords:** Intersections. Migrations. Amazonian religiosities.

<sup>116</sup> Doutora em História Social, pela Universidade de São Paulo (USP/2014). Pós-doutorado em Ensino de História (UNIFAP/2021). Mestra em História do Brasil (UFPE/2002). Professora Titular da Universidade Federal do Acre atuando no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH/UFAC). Coordenadora do Curso de Licenciatura em História (2023/205). Coordenadora-orientadora PibidHistória/Capes, 2023. E-mail: geo833@gmail.com

<sup>117</sup> Discente em Licenciatura História, pela Universidade Federal do Acre-UFAC. Orientando, grupo pesquisa PibidHistória/Capes, 2023. E-mail: lucasnobre1508@gmail.com





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 1 INTRODUÇÃO

Este artigo procura responder a inquietação: Que expõem a (in)tolerância religiosa sobre as migrações culturais amazônicas? Partindo da abordagem do contexto histórico da Amazônia sul-Occidental no processo migratório, entre 1870 a 1970, envolveu diferentes deslocamentos sociais para essa região que em seu conjunto expõe trânsitos culturais que possibilitem entrever cenários e identificar elementos de interculturalidades (CANDAU, 2016) amazônicos nas dinâmicas de intersecções e continuidades, bem como, de contradições e descontinuidades que sinaliza uma forma de visibilizar elementos da (in)tolerância (NOGUEIRA, 2020) religiosa no Acre.

Partindo da metodologia de Marc Bloch, (2001) a análise crítica acerca da lei 11.635/2007 e sua aplicabilidade por meios de entrevistas realizadas com pessoas de religiões de matriz africana em Rio Branco/Acre e, considerando o contexto histórico das migrações no período do primeiro e segundo “ciclo” da borracha permitiu: 1) entrever nos trânsitos “nexos” e “hiatos” culturais resultantes de processos migratórios em diferentes temporalidades; 2) cruzos interculturais, incorporação ou não, de elementos religiosos.

188

Portanto, a dinâmica das religiosidades mediada por elementos interculturais expõe uma (in)flexibilidade em “aceitar” a manifestação religiosa do “outro” o estado de direito, a partir das leis o controle social, instituindo pela presunção da diversidade cultural o equilíbrio ao domínio religioso e as manifestações resultantes desses choques culturais.

### 2 ENTRE “NEXOS” E “HIATOS”: TRÂNSITOS MIGRATÓRIOS E CULTURAIS

O cenário das migrações para a Amazônia Sul-Occidental registradas por fenômenos de ciclos socioeconômicos no final do século XIX, expõe diferentes territorialidades de trânsitos culturais, implicando pensar a cultura “como estratégia de sobrevivência é tanto transnacional como tradutória” (BHABHA, 2007, p. 241).





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Desta forma, a cultura pensada a partir dos pressupostos de Homi Bhabha (2007) enquanto transnacional permite entrever os “discursos pós-coloniais contemporâneos [...] enraizados em histórias específicas de deslocamento cultural [e,] tradutória [as] histórias espaciais de deslocamento tornam a questão de como a cultura significa (BHABHA, 2007 p. 241).

Isso implica pensar o espaço acreano diferentes processos migratórios nacionais (LIMA, 2014) e internacionais (ARAÚJO, 2015), são representantes de “matrizes culturais do povo amazônico [que] foram sendo formadas por justaposição, sucessão, diferenciação, miscigenação, competição, conflito, adaptação, por diferentes levas e contingentes de diversos povos, línguas, religiões e etnias” (BENCHIMOL, 2013, p.108).

Neste sentido, é essencial analisar as culturas interna e externa através de trânsitos migratórios decorrentes dos ciclos da borracha, onde o primeiro ciclo teve início em 1880 e se estendeu até 1920 com o repentino interesse econômico na borracha decorrente do avanço tecnológico da segunda revolução industrial que cada vez mais necessitava do látex para a produção em larga escala nas indústrias da América do Norte e Europa. Já o segundo ciclo ocorreu no contexto da 2ª guerra mundial entre 1940 a 1945 com o Brasil passando a exportar borracha para suprir as demandas dos aliados (PONTES, 2014).

Assim, a crescente procura pela matéria-prima da borracha, particularmente para a indústria pneumática, expõe o chamado primeiro “ciclo” um processo de “colonização” das regiões Amazônicas que continha migrantes principalmente entre outros pernambucanos, cearenses e baianos que tornaram-se seringueiros e, no segundo “ciclo”, os registros históricos demonstraram que se tornou prioridade do governo e de seringalistas, também gerou uma demanda de mão-de-obra oriundas de outras regiões do Brasil e do mundo. Esse contexto da migração e valorização cultural nordestina, o pesquisador Adnilson de Almeida Silva (2010) fala que,

O processo de des(re)territorialização vivenciado por milhares de nordestinos que, mesmo sentindo o flagelo da seca e a opressão do sistema capitalista, mediante a desumanidade e ganância dos seringalistas, moldaram a nova vida no seio de uma terra desconhecida. Contudo, essa nova territorialização não levou esses retirantes a se





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

despirem do mundo vivido de suas raízes. Trouxeram seus costumes e um modo de vida que se fundiu com a cultura local, fortalecendo essa nova territorialização (SILVA, 2010, p. 64).

Esses grupos ao migrar formaram territorialidades seringalistas e entraram em contato com os povos originários com suas culturas ligadas a floresta, seus saberes e suas heranças. Tais conhecimentos dos povos indígenas foram de grande contribuição para a formação dos primeiros seringais e, continuidade dos mesmos, entre esses espaços aquele que ficou conhecido como a Amazônia Sul-ocidental. Segundo Carlos José de Farias Pontes (2014) o papel dos povos indígenas, é descrito como:

[...] este não participou efetivamente da coleta extrativista, mas contribuíram significativamente com elementos culturais, com seus costumes, modos de ser e viver, maneiras de respeitar as leis da natureza e sua tecnologia, que foram amplamente apreendidas pelos “brabos” que chegavam desprovidos de conhecimento sobre a região (PONTES, 2014, p. 107-123).

Os fluxos migratórios para a região Amazônica continuaram ocorrendo durante um longo período que se estendeu do século XIX e primeiro quartel do século XX. Nessas etapas de trânsitos, ficaram visíveis os deslocamentos nacionais e as migrações internacionais. Segundo os censos, no ano de 1872 (primeiro ciclo da borracha) a população estrangeira na Amazônia chegou a 2.199 mil pessoas, em 1890 chegou em 3.277 mil pessoas e, no século XX mais precisamente no ano de 1940 a população de imigrantes alcançou cerca de 7.441 mil pessoas vindas de outros países.<sup>118</sup>

Isso implica pensar que a dinâmica da população estrangeira na Amazônia demonstra uma diversidade oriunda de Portugal, Espanha, Itália, Inglaterra, Líbano, Síria e Japão. Alguns destes processos foram resultados de migração forçada e refúgio seja motivada por conflitos e instabilidade política (ARAÚJO, 2015). Assim, os diversos processos migratórios possibilitam entrever um inegável choque cultural entre esses povos com aqueles que já estavam presentes na Amazônia.

<sup>118</sup> Fonte: IBGE. Estatísticas Históricas. Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1985. V.3 RJ. 1986. IBGE. Censo Demográfico 2000 (p.30). RJ, 2001. (Ver informe metodológico in fine ponto V).





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Entre outros exemplos desse choque cultural de imigrantes internacionais, podemos citar os Sírios e Libaneses que estavam presentes no território da Amazônia Ocidental. Esses imigrantes chegaram ao Acre e estabeleceram atividades na área comercial, se tornando regatões que abasteciam os seringais através dos rios (BEZERRA, 2006).

Desta forma, a questão cultural particularmente das comunidades Sírios e Libanesas presentes no Acre, possibilita entrever uma intersecção entre culturas. Contudo, é importante considerar que famílias de imigrante possuidora de boa condição financeira mandavam seus filhos ao país de origem para estudar seu idioma, cultura, religião e para possíveis casamentos, assim mantendo suas raízes culturais e religiosas (ARAÚJO, 2015).

Sob outra perspectiva a migração japonesa, 1908 os primeiros imigrantes aportaram no Brasil e, somente em 1920 passou a se estabelecer na Amazônia (EMMI, 2009), somam a presença italiana na Amazônia deixaram suas marcas culturais. Segundo Marília Ferreira Emmi (2009)

Entre os italianos, um grupo significativo foi formado por religiosos que vinham atender determinações específicas de suas respectivas congregações. Eles deixaram as marcas de sua presença em estabelecimentos de ensino e em hospitais. Outro grupo importante era composto por arquitetos, pintores, músicos e outros artistas. A presença desses artistas foi de grande relevo pelas marcas que deixaram nas cidades amazônicas e a propaganda de suas obras na Itália pode ter constituído um estímulo para outros grupos emigramem espontaneamente (EMMI, 2009, p. 8).

Vale ressaltar que para além dos imigrantes do oriente e europeus, o movimento migracional interamazônicos de bolivianos e peruanos foram intensos em fins do século XIX, motivados pela economia da borracha estavam presentes na Amazônia Ocidental. Na região acreana, muitos dos peruanos que chegaram em busca de ser estabelecer financeiramente eram originários das regiões camponesas, ligados ao trabalho da terra ou comércio (GUILLÉN, 2010).

Neste sentido, é importante perceber no que tange a identidade cultural, o Peru é um país que tem uma diversidade de culturas tanto quanto o Brasil e Bolívia, também decorrente de movimentos migratórios internacionais. Isso permite pensar os elementos de intersecção das culturas brasileira e peruana, como dito pelo historiador Elio Dixon Escurra Guillén (2010),







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

[...] o imigrante que está mergulhado nessa nova sociedade aprende o idioma e estabelece através deste aprendizado relações de amizade com as pessoas do lugar. Os imigrantes, que são majoritariamente solteiros, estabelecem laços afetivos e constituem famílias, a maioria deles estabelecem relações de matrimônio com moças acrianas. Isso afeta de alguma forma sua cultura original, pois ocorrem mudanças expressivas nas suas relações diárias (GUILLÉN, 2010, p. 51).

Contudo, é importante destacar que apesar da integração cultural, os imigrantes peruanos não abandonaram ou desvalorizaram a cultura do país de origem, mas articularam elementos culturais brasileiros e incorporam com os seus costumes e tradições brasileiras. Assim, ao repassarem continuamente aos descendentes os novos costumes, particularmente alimentares, expõe elementos interculturais que julgam importantes para o convívio social no país “estrangeiro”.

No circuito dos trânsitos migracionais é importante destacar os africanos escravizados, com a proibição do trabalho indígena compulsório pelo Marques do Pombal e a fundação da companhia de comercio Grão-Pará e Maranhão (1755), fez necessário um elevado número de negros cativos vindos de vários países (COSTA, 2016), também se faziam presente na Amazônia entre os séculos XVI, XVII e XVIII. E, outros representantes de negros imigrantes do Caribe continuaram chegando a Amazônia no final do século XIX, bem como, nas duas primeiras décadas do século XXI (SANTOS, 2016<sup>119</sup>). Sobre aqueles os imigrantes caribenhos que ficaram conhecidos como “barbadianos”, o pesquisador Frederick Alleyne (2023) tece o seguinte comentário:

No Caribe, o porto de chamada situava-se em Bridgetown, na pequena ilha de Barbados. De lá trabalhadores vindos de outras ilhas como Saint Lucia, Saint Vincent, Grenada, Jamaica, Martinique, Dominica e até mesmo do Haiti, embarcaram para o Brasil, contratados por companhias inglesas ou dos Estados Unidos para trabalhar na

<sup>119</sup> A descrição do mestre Armstrong da Silva Santos (2014) acerca do intenso trânsito envolvendo outros grupos no século XXI, mostrou que “Nos últimos meses de 2010, pequenos grupos de haitianos começaram, com maior intensidade, a penetrar no Brasil através da Bolívia e do Peru, respectivamente pelos municípios acreanos de Brasileira e Assis Brasil. Com o aumento do número desses indivíduos que alcançavam aqueles municípios, houve, nos primeiros meses de 2011, por parte do Governo Federal Brasileiro, uma restrição do acesso à documentação necessária à legalização de suas estadias, permanências e/ou circulação em terras brasileiras (Muiraquitã, UFAC, v. 4, n. 1, 2016).





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, ou para as obras de urbanização em Belém e Manaus. Outros vieram por terra, via Guiana, atraídos pelo ciclo da borracha. Todos tinham o mesmo sonho, o de encontrar fortuna fácil e voltar para as ilhas com um status melhor do que tinham quando saíram (ALLEYNE, 2023, p. 306-319).

Desta forma, para além do contexto histórico econômico do extrativismo amazônico que expôs certa singularidade aos trânsitos das migrações internacionais e nacionais é importante destacar, a intersecção entre culturas marcadamente com os povos indígenas amazônicos.

Neste sentido, os movimentos migratórios são fenômenos de diversas temporalidades que provocam a partir dos trânsitos humanos os nexos e hiatos entre culturas, seja eles por questões econômicas ou sociais, expõem os entrecruzos culturais de elementos presentes na culinária, vestimenta, acessórios. Na Amazônia Sul-ocidental entre outros se destacam as expressões de religiosidades que manifestam signos e sentidos da intersecção nas manifestações de linguagens de santos, caboclos e orixás em rituais diversos e próprios das culturas amazônicas.

Portanto, quando ocorre os entrecruzos de algo tão distinto e único entre culturas acontece o que chamamos de interculturalidade (CANDU, 2016). Entretanto, os processos de intersecções de elementos culturais geradores “aceitação” e singularidades podem em determinados contextos se apresentarem conflitivas em razão de narrativas ou discursos de valores culturais múltiplos de encontros outros e, de repúdio. Esse fenômeno pode ser notado nas manifestações religiosas na Amazônia/Brasil, como a Umbanda, o candomblé, o Xamanismo, o Santo Daime, os saberes e fazeres de benzedadeiras, bem como, a ayahuasca acreana que articularam elementos culturais entre si e são representantes de processos distintos de intolerância religiosa.

193

### 3 CRUZOS INTERCULTURAIS E (IN)TOLERÂNCIA RELIGIOSA

As Amazônias enquanto espaços dos cruzos interculturais expõe os “saberes da floresta” constituídos pelos povos originários acerca dos conhecimentos sobre “plantas, peixes e animais, os rios, igarapés, lagos [numa relação homem natureza] o uso das plantas e ervas medicinais,





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

poaia, copaíba, ucuuba, andiroba, capim-santo, cumaru, jambu, jurubeba, mastruz e [...], raízes, ervas e frutos” (BENCHIMOL, 1999, p. 37 a 41).

Neste sentido, a interculturalidade pensada a partir do fenômeno das migrações amazônicas, especificamente no espaço acreano evidenciando entre outras, a presença de nacionais “nordestinos” (1870); de Sírios e Libaneses (1900) e Japoneses (1920). Estes e outros sujeitos com suas histórias e culturas de religiosidades, fé e crenças materializaram em diferentes temporalidades, um processo de “integração dos imigrantes [...] que vão se afastando lentamente das tradições culturais [...] vão se tornando [...] “árabes nordestinos” (ARAÚJO, 2015).

Desta forma, as migrações sinalizam intersecções culturais e, continuidades de elementos, bem como, de contradições e descontinuidades particularmente entre de percepções de religiosas, como enfatiza o historiador Gerson Albuquerque (2015),

A historiografia amazonalista produziu – historicamente – um silenciamento sobre a presença negra na Amazônia acreana. [...] o autor do livro “História do Acre: novos temas, nova abordagem”, mantém o mesmo silêncio, [sobre...] a questão da diáspora negra para essa região. “Negro” é palavra maldita na obra de Alves de Souza. [...] o capítulo 13, “Religiões: católicos e protestantes no Acre”. Nesse capítulo, as religiosidades de terreiros como o candomblé e a umbanda, que sempre estiveram presentes nos processos de construção dos diferentes territórios da Amazônia acreana são simplesmente ignoradas. [...] completamente uma das mais fortes e reconhecidas manifestações religiosas da Amazônia acreana, a doutrina do Daime e suas diferentes linhas. “Bebida de índio” (Ayahuasca, [...]) em práticas e ritos religiosos de indígenas, negros, brancos e das muitas misturas das gentes do Acre. Religiosidade articulada desde o início do século XX por negros maranhenses de indescritível presença física, espiritual e histórica, a exemplo Raimundo Irineu Serra, Daniel Pereira de Mattos e José Gabriel da Costa (ALBUQUERQUE, 2015, p. 16/17).

194

As continuidades e descontinuidades de elementos religiosos podem ser vistos na história da comunidade Turca (1900) no espaço acreano que evidenciam uma dessas experiências interculturais derivada do choque de duas sociedades distintas, diferentes no modo de se vestir, de se comunicar, preparar suas refeições, interagir socialmente e principalmente a diferença religiosa. Mesmo com todas essas “barreiras” culturais, esses imigrantes transpuseram essas dificuldades, tomando para si parte dessa nova cultura, mesmo que de forma parcial (ARAÚJO, 2015).





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

O historiador Valmir Freitas de Araújo (2015) ao entrevistar uma descendente de um dos primeiros imigrantes libaneses no Acre, nos elucida sobre esses cruzos culturais que surgem entre povos distintos,

Meu pai era druso, era seguidor de Maomé, mas gostava de comer carne de porco. De manhã, quando o sol nascia, ele rezava de frente para o nascente. Na época, eu não entendia direito. À tardinha, ele rezava, mas fazia de uma forma tão discreta, que às vezes nem notávamos. Às vezes, eu notava que ele estava rezando, mas também não sabia ao certo o que era. Quando ficava doente, ouvíamos ele dizer: “*Ih Alá! Ih Alá! Ih Alá...*” Mamãe dizia “*ele está clamando por Alá*”. Mesmo assim, ele casou na Igreja Católica com minha mãe. (ARAÚJO, 2015, p. 130, 131)

Ao lermos o relato apresentado pelo historiador, é possível percebemos o ato de aceitar por vezes a religião do outro, mas sem negar as características da religião de origem. Essa “mescla” de elementos culturais religiosos, “as vezes realizando ritos a Alá e em outros momentos cerimônias católicas”, pode ser visto como uma tentativa dos imigrantes em estabelecer uma boa relação social com a comunidade do país acolhedor.

Assim, os cruzos culturais, visíveis na Amazônia Sul-ocidental através da manifestação do sagrado, como visto na aceitação dos Sírios e Libaneses em praticar outra religião, expõe muitos dos povos que migraram desde o século XVIII até o XXI à uma zona contato de fronteiras culturais fluídas de manifestações religiosas locais. Os “nordestinos” que formaram o maior contingente de migrantes nas Amazônias permitem entrever a partir dos trânsitos culturais a interculturalidade religiosa que articula suas heranças católicas as tradições religiosas indígenas.

É na figura das benzedeiras que temos a noção dessas misturas de crenças e na importância que essas pessoas seguidoras desses “novos” sagrados têm para as suas comunidades e para a história do Brasil. Segundo o pesquisador Jerônimo da Silva (2012),

Falar em rezadeira é adentrar num universo cultural rico em detalhes e singularidades, sobretudo, por dizer respeito a mulheres que sedimentam suas sabedorias através da oralidade. Gestos, vozes, posturas e valores são delineados em virtude das experiências, olhares e sensibilidades desenvolvidos entre rios e florestas. Essas mulheres têm diversos elementos em comum, compartilham o arsenal religioso da comunidade onde vivem: sujeitos praticantes do catolicismo popular/devocional, mesclados à bagagem cultural afroindígena<sup>5</sup>. Entretanto, ao mencionarmos essas práticas culturais, não devemos pensar a identidade das rezadeiras como permanente e unificada, e sim como uma “cou-





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

raça” forjada nos diversos confrontos, agenciamentos, diferenças e trânsitos sociais (SILVA, 2012, p. 40).

Nesse contexto, outra manifestação do sagrado advindo dos fluxos migratórios das interamazônias tem-se o culto da Santa Raimunda do Bom Sucesso, no Seringal Icuriã, localizado no município Assis Brasil-Acre, como uma das demonstrações da interculturalidade religiosa resultante dos diálogos entre comunidades situadas nas florestas latinas.

Aqui destacamos um ato significativo das florestas, as pessoas “escolhidas” como representantes religiosas em suas comunidades, passam a ser reconhecidos como “santos” por manifestarem milagres socioculturalmente reconhecidos, similar aos processos de reconhecimentos e canonização da igreja católica. Ao falar sobre o cruzo das religiosidades no território acreano, Rachel Dourado da Silva e Stélia B. Castro (2010) afirmam que,

Atualmente, ao percorrer as diferentes festas populares de santos da floresta no território do Acre, percebe-se o sincretismo religioso, com aspectos do catolicismo, da umbanda e dos ritos indígenas. A necessidade de fazer pedido e agradecer o atendimento divino promove na comunidade o pagamento de promessas e pedidos com demonstração de fé por meio de construções de capelas, queima de fogos e a entrega de ex-votos (SILVA 2010, p. 6).

196

O que está sendo concebido por “sincretismo” denota os trânsitos e cruzos culturais que a presença das africanidades nas Amazônias também gestou uma interculturalidade, também vista, nas religiões de matriz africana que incorporam elementos das religiosidades oriundas das Áfricas, do catolicismo, islamismo, espiritismo e das culturas indígenas. Sob outro prisma, também podem ser notadas tanto nas festas religiosas como quadrilhas, bois-bumbás, entre outras como a festa do Divino Espírito Santo, sob a qual o Prof. Ms. Sandro Adalberto Colferai (2010) contextualiza como sendo,

[...] tradição que remonta à segunda metade do século XIX e tem raízes em festas semelhantes na Europa. Atualmente é mantida por populações remanescentes de quilombos surgidos na região ainda no século XVIII, durante a exploração de ouro. Na festa se reúnem moradores de vilas tanto da margem brasileira como boliviana do rio Guaporé, em uma procissão de barcos que pode durar até 40 dias e percorre as principais localidades do vale. Outra festa religiosa tradicional é a Procissão de São Pedro, realizada por pescadores de Porto Velho e de localidades próximas. O destino é a Igreja de Santo Antô-





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

nio, na localidade de Santo Antônio, e acontece sempre no dia 29 de junho, Dia dos Pescadores (COLFERAI, 2010, p. 115).

Assim, as práticas religiosas e religiões formada desses cruzos interculturais continuam contemporâneas a exemplo das festas religiosas populares. No Acre essas manifestações do sagrado também podem ser vistas nos terreiros de umbanda e candomblé, bem como, a Ayahuasca que são representações de práticas religiosas resultantes desses fenômenos migratórios e culturais.

Porquanto, os espaços dos *terreiros de candomblé e a umbanda e, ainda Ayahuasca*, como elementos interculturais (CANDAU, 2016) amazônicos/acreanos estão presentes nas dinâmicas de intersecções e continuidades. Embora os *silenciamentos historiográfico da diáspora “negra” acreana*, bem como, os silêncios do uso do chá da *Ayahuasca*, são indicadores das contradições e, ou, descontinuidades que sinalização para uma forma de visibilizar elementos da (in) tolerância religiosa no espaço acreano.

Contudo o enfoque que damos à interculturalidade não exclui, entrever, os atos de racismo, violência e discriminação na sociedade brasileira (PACHI, 2018), por extensão no estado do Acre, em registro G1 (Jornal globo/Ac) noticiou em 22/05/2022 “pastor comete intolerância religiosa contra tenda de Umbanda através de um vídeo, [...]” (NASCIMENTO, 2022).

Dados do grupo de pesquisa e estudo coordenado pela profa. Dr.<sup>a</sup> Geórgia Pereira Lima (Pibid/História, 2023), amostra da fase inicial da pesquisa envolvendo grupos religiosos de matriz africana, aponta que pessoas desses ciclos de religiosidade, sofreram diferentes tipo de violência contra sua religião, como demonstram os gráficos a seguir:

Gráfico 1 representando as porcentagens de praticantes de religiões de matriz africana em Rio Branco-AC:



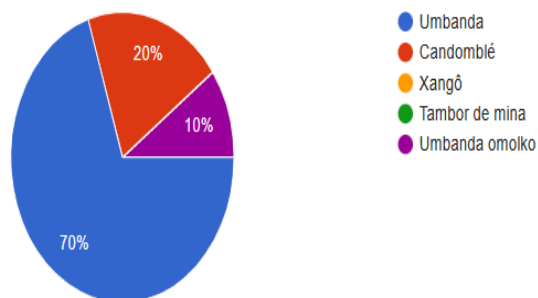


## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Figura 1: Dados do grupo de pesquisa e estudo coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Geórgia Pereira Lima aponta que pessoas de religiões de matriz africana, sofreram algum tipo de violência contra sua religião

Qual religião você pertence ou com qual você mais se identifica?

10 respostas



Fonte: (PIBIDHISTÓRIA/CAPES, 2023).

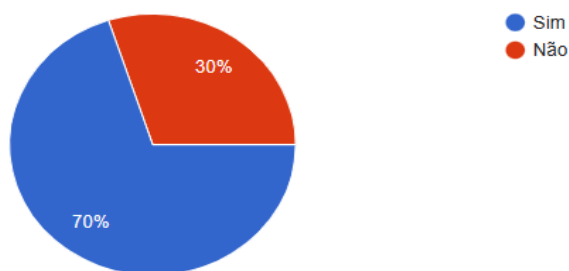
Gráfico 2, ao representar a porcentagem de praticantes de religiões de matriz africana que sofreram intolerância religiosa em Rio Branco-AC, a seguir:

198

Figura 2: Dados do grupo de pesquisa e estudo coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Geórgia Pereira Lima aponta que pessoas de religiões de matriz africana, sofreram algum tipo de violência contra sua religião

Você já sofreu intolerância religiosa?

10 respostas



Fonte: (PIBIDHISTÓRIA/CAPES, 2023).

Como fica evidenciado no gráfico 1, a diversidade religiosa em Rio Branco- Acre colabora com as análises bibliográficas acerca das interculturalidades/cruzos religiosos herdados

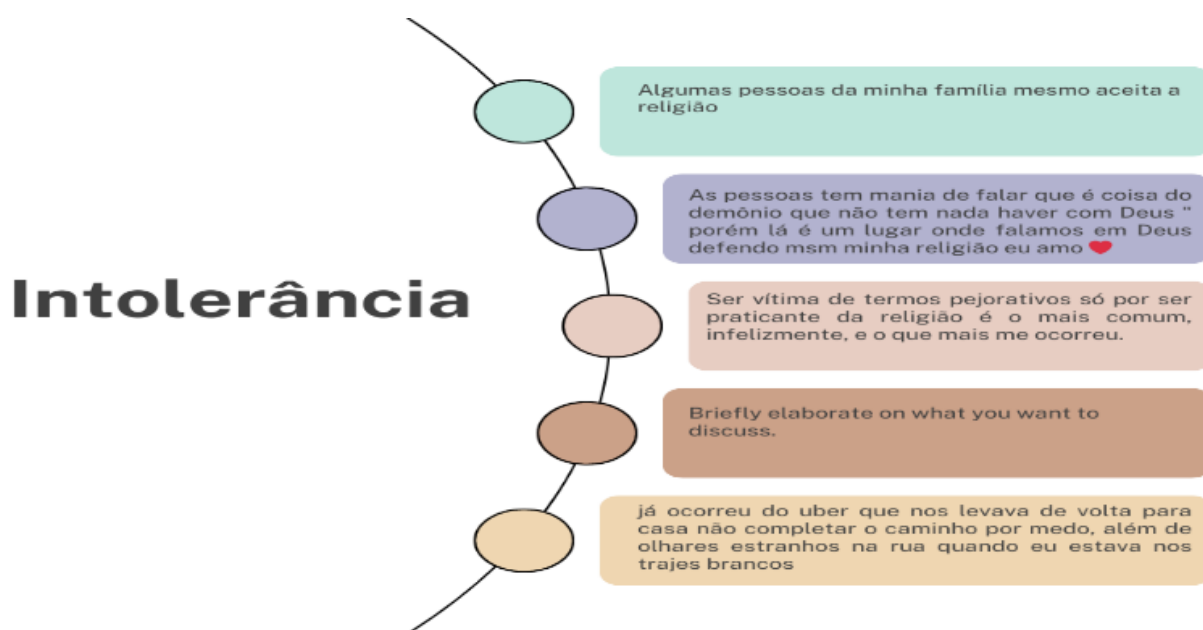


da nossa história de encontros e desencontros entre povos de diferentes nacionalidades, culturas, ritos e religiões, advindos dos fluxos migratórios presentes desde o período colonial brasileiro.

Enquanto, o gráfico 2 nos deparamos com os conflitos que os diversos cruzos culturais de religiosidades expõem da realidade vivenciada por pessoas praticantes das religiões de matriz africana, em sua maioria identificaram a intolerância ao credo religioso de fazeres e saberes dos terreiros de candomblé ou umbanda, seja manifestado por vezes pela própria família que recusam aceitar a religiosidade que professa.

Sob este processo, a análise da Tabela 1 da pesquisa, que contém relatos de casos de intolerância religiosa em Rio Branco-AC, pode ser assim representada, figura 1 a seguir:

Figura 1: Dados do grupo de pesquisa e estudo coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Geórgia Pereira Lima aponta que pessoas de religiões de matriz africana, sofreram algum tipo de violência contra sua religião



Fonte: (PIBIDHISTÓRIA/CAPES, 2023).

As descrições que pessoas praticantes de religiosidades de matriz africana expõem os hiatos das intersecções culturais constituídas em diversas temporalidades no interior da floresta





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

acrea e denotam a intolerância religiosa como parte de narrativas/discursos de valores religiosos geradores de conflitos velados ou não manifestado em preconceitos que agridem pessoas e suas crenças, chegando ao ponto que estes os hiatos provocados pela intolerância religiosa expõem dupla violência material, tanto aos locais de culto quanto a pessoa mediante a agressão física.

Portanto, isso implica pensar na intervenção do estado para além das leis, desenvolver políticas públicas para a garantia da diversidade cultural e igualdade de direitos.

### 4 CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interculturalidade como resultado do fenômeno migratório, presente desde do século XVII no Brasil, evidencia a ligação da cultura com a terra e sobrevivência. A repercussão de povos de diferentes etnias e costumes convivendo no mesmo tempo e espaço, gerou frutos que estão presentes até a contemporaneidade, sendo refletidos nas tradições, gastronomia, festas e religiosidades. No Acre, pode-se ver a intersecções cultural presente no Candomblé, Umbanda e Ayahuasca, que são religiões que incorporam tradições indígenas e africanas constituída no contexto histórico da migração e dos trânsitos de culturas.

Na contemporaneidade, as heranças desses povos resistem nas lutas de seus descendentes que buscam não deixar que a história da sua gente seja oprimida e apagada. A intolerância é uma das formas mais frequentes de tentar extinguir as crenças dessas pessoas. A pesquisa, em fase inicial, demonstrou que pessoas praticantes de religiões de matriz africana, sofreram algum tipo de intolerância contra sua religião (PibidHistória/Capes, 2023).

Portanto, as migrações e a interculturalidade denotam no dinamismo de movimentos contínuos e descontínuos de “nexos” e “hiatos” culturais, particularmente religiosos, expõem das narrativas/discursos os valores “morais” conflituosos que o estado de direito, enquanto representante da sociedade, precisa ao reconhecer a diversidade cultural proveniente das leis marcadas por lutas políticas e sociais dos grupos, chamados de minorias, deverá tornar-se





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

legítima por políticas públicas que garantam a liberdade e direitos iguais perante todas as formas de culturas existentes no Brasil.

### REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. História e Historiografia do Acre: Notas Sobre Os Silêncios e a Lógica do Progresso. **Revista Tropos**, volume 1, número 4, edição de dezembro de 2015. Disponível:

file:///C:/Users/HP/Downloads/342-Texto%20do%20artigo-1025-1-10-20151207.pdf

ALLEYNE, Frederick. **Imigrantes Negros: Na Contramão da História** - p. 306-319.

ARAÚJO, Valmir Freitas de. **Memória da Imigração Síria e Libanesa nos Vales dos Rios Acre e Purus - 1900-1975**. USP- São Paulo, 2015. (Catálogo USP)

<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-15072015-135201/pt-br.php> (Acesso, 2023)

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: formação social e cultural**. 247 S.A, 2013. 443 p.

201

BEZERRA, Maria José. **Invenções do Acre: De Território a Estado- Um Olhar Social**. São Paulo, 2006.

BHABHA, Homi. **Compromisso com a teoria**. In: BHABHA, Homi. O Local da Cultura. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001;

CANDAU, Vera Maria (Org.). **Interculturalizar, descolonizar, democratizar: uma educação outra?** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.

COLFERAI, Sandro Adalberto. Imigração e Identidade Cultural: A Representação de uma Identidade Preferencial no Interior de Rondônia. **Revista Labirinto** – Ano X, nº 13 – agosto de 2010.

COSTA, Diogo Menezes. Arqueologia dos Africanos Escravos e Livres na Amazônia. VESTÍGIOS – **Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, janeiro – junho 2016.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

EMMI, Marília Ferreira. **Fluxos Migratórios Internacionais para a Amazônia Brasileira do Final do Século XIX Ao Início Do Século XX: o caso dos italianos.** PAPERS DO NAEA Nº 240, 2009.

GUILLÉN, Elio Dixon Escurra. **Peruanos no Acre: A Trajetória de uma Experiência Migratória.** Goiânia, 2010.

LIMA, Georgia Pereira. **'Brasivianos': Culturas, Fronteiras e Identidades.** USP- São Paulo, 2014. (Catálogo USP). Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-21012015125422/pt-br.php> (Acesso, 2020)

LIMA, Geórgia Pereira. **“Brasivianos”:** culturas, fronteiras e identidades. Universidade de São Paulo- USP/2014.

NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância Religiosa** [livro eletrônico] / Sidnei Nogueira. -- São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2020. 160 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamilia Ribeiro).

PONTES, Carlos José de Farias. O Primeiro Ciclo da Borracha no Acre: Da Formação dos Seringais ao Grande Colapso. **Revista South American Journal of Basic Education, Technical and Technological**, Vol 1, p. 107-123, 2014.

202

PACHI, Pricila. Migração E Interculturalidade, Um Binômio Capaz de Construir Pontes de Convivência. **Revista UFMG**, belo horizonte, v. 25, n. 1 e 2, p. 124-143, jan./dez. 2018.

SANTOS, Armstrong da Silva. Encontros e desencontros em narrativas de haitianos na Amazônia acreana. **Muiraquitã**, UFAC, v. 4, n. 1, 2016.

SANTOS, Armstrong da Silva. **Haitianos na Amazônia Sul Ocidental:** identidades e narrativas em trânsito. Dissertação. Programa de Mestrado em Letras: Linguagem identidade da Ufac, 2014.

SILVA, Adnilson de Almeida. O Processo De Des(Re)Territorialização dos Trabalhadores Nordestinos no Território Amazônico Durante os Ciclos da Borracha. **Revista Geografar**, Curitiba, v.5, n.1, p.61-82, jan./jun. 2010.

SILVA, Jerônimo da Silva. Energias das Águas no Corpo de Rezadeiras: Trânsitos, Curas e Identidades na Amazônia Bragantina. **Revista Cocar**, Capanema-PA, 2012.

SILVA, Rachel.; CASTRO, Stélia. **Religiosidade Popular: Santa Raimunda, do Bom Sucesso no Acre/Brasil.** 2010.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

ZAMBERLAM, Jurandir. **O Processo Migratório no Brasil e os Desafios da Mobilidade Humana na Globalização**. Porto Alegre, Pallotti, 2004.

### Mídia

<https://agazetadoacre.com/2010/05/artigos/claudio-porfiro/entre-sirios-e-libaneses-2/>

<https://agencia.ac.gov.br/cem-anos-da-imigrao-japonesa/>

<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2022/05/22/tenda-de-umbanda-do-acre-denuncia-pastorpor-intolerancia-religiosa-e-preconceito-e-mp-investiga-caso.ghtml>

Lei Contra a Intolerancia Religiosa - Lei 11635/07 | Lei nº 11.635, de 27 de dezembro de 2007, Presidência da República.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### REENCONTROS DE MULHERES: UM FAZER OUTRO, DESATAR “NÓS” DAS FRONTEIRAS SIMBÓLICAS ÉTNICO-RACIAL

Geórgia Pereira Lima<sup>120</sup>  
Saore Oliveira Alves<sup>121</sup>

#### RESUMO

A partir do problema: que encontros de mulheres expõe as fronteiras simbólicas étnico-racial? Analisar o segundo encontro de mulheres negras e indígenas acreanas (Acre, 2021), situando-as em contextos históricos de enfrentamentos sociais, discriminações, exclusões e violências para reconhecer as diferenças e singularidades, bem como, o lugar de lutas de fortalecimento e empoderamento do coletivo de mulheres entre fronteiras simbólicas étnico-racial. Assim, o encontro foi entendido como uma resistência que desafia o preconceito e se apresenta como espaço do diálogo, colaboração e solidariedade. A partir do método crítico (BLOCH, 2001) se analisou as fontes que evidenciaram os resultados: identificar os “nós” de silêncios que (in)visibilizaram historicamente as mulheres negras e indígenas, bem como, entender um fazer outro do coletivo de mulheres étnico-raciais na luta por garantias de direitos. Portanto, as políticas públicas ao legitimar e evidenciar o enfrentamento a discriminação expõe a busca pela igualdade social.

204

**Palavras-chave:** Mulher. Coletivo étnico-racial. Políticas públicas.

#### ABSTRACT

From the problem: what encounters of women expose the ethnic-racial symbolic boundaries? To analyze the second meeting of black and indigenous women from Acre, 2021, situating them in historical contexts of social confrontations, discrimination, exclusions and violence to recognize the differences and singularities, as well as the place of struggles to strengthen and empower the collective of women between symbolic ethnic-racial borders. Thus, the meeting was understood as a resistance that challenges prejudice and presents itself as a space for dialogue, collaboration and solidarity. From the critical method (BLOCH, 2001) the sources that evidenced the results were analyzed: to identify the "nodes" of silences that (in)visibilized historically black and indigenous women, as well as to understand another doing of the collective of ethnic-racial women in the struggle for guarantees of rights. Therefore, public policies by legitimizing and evidencing the confrontation with discrimination expose the search for social equality.

**Keywords:** Women. Ethnic-racial collective. Public policies.

<sup>120</sup> Doutora em História Social, pela Universidade de São Paulo (USP/2014). Pós-doutorado em Ensino de História (UNIFAP/2021). Mestra em História do Brasil (UFPE/2002). Professora Titular da Universidade Federal do Acre atuando no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH/UFAC). Coordenadora/Orientadora PibidHistória/Capes, 2023. E-mail: geo833@gmail.com

<sup>121</sup> Discente em licenciatura em História pela Universidade Federal do Acre (UFAC). Orientanda PibidHistória/Capes, 2023. E-mail: saorealves.com@gmail.com





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 1 INTRODUÇÃO

Neste artigo voltamos nosso “olhar” ao segundo encontro de mulheres negras e indígenas acreanas (Acre, 2021) com intuito de responder a indagação: que encontros de mulheres expõe as fronteiras simbólicas ético-racial?

A partir de uma abordagem qualitativa do fazer das lutas por direitos e das questões debatidas, frente ao caleidoscópio imagens-mulher do contexto histórico brasileiro que expõe múltiplos registros num cenário matemático perturbador, entre eles, os dados do Atlas da violência (IPEA, 2019) mostram um crescimento expressivo de 30,7% no número de homicídios de mulheres no país durante a década em análise (2007-2017) e, sob outra ótica, os dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), Ministério da Saúde, que apontou que entre 2007 e 2017, foram registradas 8.221 notificações de casos de violência contra mulheres indígenas\*. Os resultados apontam: 1) embora exista diferenças há singularidades de (in)visibilidades historicamente excludentes e, 2) reexistir e lutar por políticas públicas de igualdade racial, com recorte de raça e gênero. Portanto, estão presentes, neste segundo encontro, os elementos de um fazer político no entre-diálogos de fronteiras simbólicas ético-racial.

A crescente discussão sobre as desigualdades étnico-raciais e de gênero no contexto brasileiro destaca o mito da democracia racial como um obstáculo para o reconhecimento das opressões enfrentadas por mulheres negras e indígenas. Os movimentos dessas mulheres buscam visibilidade e direitos de gênero. As mulheres negras, inseridas no Movimento Negro, enfrentam a falta de representatividade e inclusão em posições de liderança. Por sua vez, as mulheres indígenas enfrentam uma invisibilidade tanto dentro do movimento feminista quanto no cenário social. A união entre esses dois movimentos fortalece a luta contra os desafios.

É importante considerar as demandas específicas das mulheres no Brasil. A análise da união entre esses movimentos destaca a solidariedade como forma de fortalecimento e empoderamento mútuo. A busca pela igualdade racial e de gênero é permeada por desafios como a invisibilidade e exclusão de vozes dessas mulheres.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

A abordagem metodológica de Marc Bloch (2001) é empregada na análise contextual e de longa duração para compreender as origens e o desenvolvimento do movimento de mulheres negras e indígenas. Através dessa abordagem, busca-se investigar as transformações sociais, políticas e econômicas que moldaram esses grupos ao longo do tempo, identificando as condições que deram origem à resistência dessas mulheres e as mudanças que foram almejadas por elas.

O encontro entre mulheres negras e indígenas no Acre demonstra a necessidade de políticas públicas que promovam a igualdade e combatam as opressões, enquanto a união entre esses grupos enfatiza a importância de quebrar fronteiras simbólicas e lutar por uma sociedade mais justa e inclusiva. Em última análise, a luta dessas mulheres transcende os estigmas coloniais, evolui à (re)existência e à transformação social.

### 2 DIFERENÇAS E SINGULARIDADES: (IN)VISIBILIDADES HISTORICAMENTE EXCLUDENTES

A discussão acerca das desigualdades e discriminação por etnias raciais e gênero no decorrer do ano de 2017, vem ganhando espaço no meio acadêmico brasileiro. Apesar disso, se percebe que embora haja um aumento de estudos e movimentos de mulheres negras e indígenas a população em geral ainda é normatizada pelo viés dos estigmas coloniais. Podemos entender isso através do mito da democracia racial, onde são camuflados conflitos enfrentados por pessoas negras e indígenas.

Os movimentos entre mulheres negras e indígenas lutam por objetivos que evidenciem os direitos de gênero. Para Robert Connell (1995, p. 189), “no gênero, a prática social se dirige aos corpos”. “O conceito pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou, então, como são “trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico” (Louro, 1997, p.6) Ao longo da história, as contribuições e as vozes das mulheres foram frequentemente apagadas. Acontecendo sérios fatores, incluindo o racismo e o sexismo em uma tentativa de privilegiar certas perspectivas e histórias em detrimento de outras. Apesar





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

dessas mulheres terem muitas questões em comum, não são iguais, então para que se entenda suas singularidades precisamos entender primeiro suas diferenças.

As mulheres negras inseridas no Movimento Negro, percebiam o pouco espaço para pautar o racismo sob a perspectiva de gênero, bem como a pouca representatividade dentro do movimento em posições de liderança, gerando em muitas um sentimento de exclusão (GOMES et al, 2018, p. 14).

A partir da década de 1970, houve um crescimento do Movimento Negro no Brasil, que também trouxe discussões sobre o gênero dentro do contexto de luta racial. Isso levou à formação de grupos e organizações voltados para as questões das mulheres negras que passaram a se reunir e tentar se inserir dentro dos movimentos feministas, percebendo que havia não só uma luta contra o racismo, mas também uma discriminação de gênero.

Apesar dos esforços para a inclusão dentro do movimento feminista, as mulheres negras ainda não se sentiam parte da luta já que esses movimentos envolviam mulheres brancas com pautas diferentes das suas, deixando de lado ou minimizando outras dimensões de identidade, como raça e classe. “Do mesmo modo, no Movimento de Mulheres, identificavam divergências raciais e observavam que suas particularidades, enquanto mulheres negras, eram invisibilizadas, negando a relevância da raça e etnia para a compreensão das opressões que incidiam sobre as mulheres” (GOMES et al, 2018 p. 14-15).

207

Por meio dessas organizações as mulheres do movimento negro buscam uma série de objetivos e demandas relacionadas à igualdade racial, de gênero e justiça social em todas as esferas da sociedade. “[...]as mulheres negras buscaram articular gênero, raça e classe social para compreensão e denúncia das opressões, de modo que se pudesse ombate-las nos níveis micro e macro” (GOMES et al, 2018 p. 15).

São memoráveis, para as feministas, o protagonismo que tiveram nas lutas pela anistia, por creche (uma necessidade precípua das mulheres de classes populares), na luta pela descriminalização do aborto que penaliza, inegavelmente, as mulheres de baixa renda, que o fazem em condições de precariedade e determinam em grande parte os índices de mortalidade materna existentes no país; entre outras ações (CARNEIRO, 2003, p.118).







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

É possível observar que essas lutas abrangem temas que garantam a saúde pública, já que muitas devido às condições precárias e de baixa renda acabam engravidando sem ter condições de criar as crianças e em função disso acabam abortando em clínicas clandestinas ou até mesmo sozinhas em casa o que aumenta os índices de mortalidades.

Durante o encontro, foram debatidas temáticas que incidiam diretamente sobre o cotidiano das mulheres negras, como nos lembra Joselina da Silva (2014): organizações da sociedade civil; trabalho; educação; legislação; mito da democracia racial; ideologia do embranquecimento; sexualidade; meios de comunicação; história das mulheres negras na África e no Brasil; arte e cultura; políticas de controle da natalidade; saúde; violência; estética; e sexismo (RODRIGUES et al, 2012, p.7).

Ainda sobre as pautas dos movimentos, um encontro realizado em Valença, Rio de Janeiro, em 1988, abordaram questões que vão desde a representação na mídia até o acesso à educação, passando por desafios específicos que as mulheres negras enfrentam devido à interseção entre gênero e raça.

Os movimentos de mulheres indígenas no Brasil ainda são recentes, tendo começado a 208 partir dos anos 2000. Embora a presença e os esforços das mulheres indígenas não tenham começado recentemente, o movimento indígena como um todo ganhou mais destaque nas últimas décadas, com reivindicações por direitos territoriais, culturais e políticos. Assim, as indígenas passaram a perceber a importância de se organizarem especificamente para enfrentar as questões que afetam, como a violência de gênero, a exploração e a preservação de suas culturas.

Assim, o movimento de mulheres indígenas no Brasil é um fenômeno recente cujo incremento ocorreu a partir dos anos 2000. No entanto, como visto, essas organizações, diferentemente dos movimentos feministas, não reivindicam apenas os direitos das mulheres, elas buscam conferir maior visibilidade à coletividade indígena de que fazem parte, dando voz às mulheres para reivindicar o direito de todos e todas, oportunidade em que algumas delas buscam também denunciar os abusos e as violações sofridas pelas mulheres (YOSHIDA, Mariana et al, 2021, p.143).

As mulheres indígenas, assim como as negras também não se sentiam representadas dentro do movimento feminista já que elas não reivindicam apenas pautas femininas, mas além de lutarem pelos direitos das mulheres também lutam por direitos da comunidade que possam ga-





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

nhar uma maior visibilidade, assim podendo denunciar os abusos e violências enfrentados dentro e fora de casa.

Contudo, sob outra ótica encontramos em redes digitais (TICs) um diálogo que nos estranha “Volta e meia uma mulher branca pergunta – vocês são feministas? E muitas de nós respondemos: Não sabemos o que é isso” (Mídia Ninja, 2019). O Texto denuncia prática realizada por mulheres brancas, feministas, com viés colonizador. Mostrando as diferenças da compreensão do termo *feminismo* para mulheres indígenas e não-indígenas mostra que, independentemente de conceitos, buscam a quebra dos estigmas “dóceis”, ignorando a capacidade de atuarem como protagonistas de suas próprias vidas

Nesse sentido, pode-se falar dos movimentos sociais que por meio de encontros e ações possam ajudar não só mulheres, mas toda a população por meio de atividades que fortaleçam as políticas públicas de igualdade racial. Segundo Xacriabá (2018), "a partir dos diversos movimentos políticos de resistência, mulheres indígenas de diferentes etnias estão, pouco a pouco, construindo espaços de maior visibilidade política, incluindo o universo acadêmico" (apud DUTRA; MAYORGA, 2019, p.114).

209

Com isso, é possível notar que existem diferenças entre esses dois movimentos. Ademais, deve-se atentar também as suas singularidades pois tanto as mulheres negras quanto as mulheres indígenas enfrentam discriminação e opressão que resultam da interação de diferentes formas de identidade, como raça, gênero e muitas vezes classe social. A partir disso, o ponto de partida desse artigo é voltado ao segundo Encontro de Mulheres Negras e Indígenas Acreanas (Agência, Acre, 2021) um encontro realizado pelo governo do estado do Acre, por meio da Secretaria de Estado de Assistência Social dos Direitos Humanos e de Políticas para Mulheres (SEASDHM) e movimentos sociais. O objetivo desse encontro foi o de debater políticas públicas que garantam os direitos da população, o que parece estar distante da realidade concreta principalmente quando se trata dos respectivos grupos presentes, impactando negativamente no cotidiano desta e das futuras gerações, como diz na reportagem.

Mesmo sendo protagonistas dos movimentos sociais, não se percebe a participação dessas mulheres que vêm sendo marginalizadas, falamos sobre eventos e encontros, mas não sabemos





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

se essas mulheres se sentem representadas pelas pessoas que estão à frente desses movimentos, por isso é importante perceber o lugar de fala de cada uma. “É um momento de luta e resistência. Unimos as mulheres negras e indígenas para evidenciar os nossos direitos e lutarmos por igualdade racial, e principalmente, combater o racismo e o feminicídio”, destaca a representante da Associação de Mulheres Negras do Acre, Almerinda Cunha (Agência Acre, 2021).

Nesse contexto, Almerinda Cunha está enfatizando que a união entre mulheres negras e indígenas é uma forma de fortalecer a resistência contra a opressão, garantir a visibilidade de suas demandas e lutar por um mundo mais justo e igualitário, onde o racismo e a violência de gênero sejam enfrentados de maneira eficaz. Diante dessa perspectiva, é notório perceber que apesar das diferenças é necessário quebrar essas fronteiras simbólicas que separam as mulheres para que juntas elas sejam mais fortes. Como descrever a historiadora Jataí Pesavento (2002):

Sabemos todos que as fronteiras, antes de serem marcos físicos ou naturais, são sobretudo simbólicas. São marcos, sim, mas sobretudo de referência mental que guiam a percepção da realidade. Neste sentido, são produtos dessa capacidade mágica de representar o mundo por um mundo paralelo de sinais por meio do qual os homens percebem e qualificam a si próprios, ao corpo social, ao espaço e ao próprio tempo. Referimo-nos ao imaginário, este sistema de representações coletivas que atribui significado ao real e que pauta os valores e a conduta. Dessa forma, as fronteiras são, sobretudo, culturais, ou seja, são construções de sentido, fazendo parte do jogo social das representações que estabelece classificações, hierarquias, limites, guiando o olhar e a apreciação sobre o mundo (PESAVENTO, 2002, p. 35-6 apud SOUZA, 2014, 476).

210

Essas fronteiras são muito mais do que limites físicos, essas são construídas por meio de símbolos, normas, valores e representações que definem quem pertence a determinados grupos, identidades ou categorias, e quem está excluído ou marginalizado, influenciam valores e comportamentos, e desempenham um papel importante na criação de significados e na organização da sociedade têm um significado cultural, social, político ou psicológico profundo.

A união entre os movimentos é um ato de solidariedade que reforça o empoderamento de ambos os grupos. Juntas, as mulheres negras e indígenas podem se apoiar mutuamente, compartilhando experiências, estratégias e recursos.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

“Esse encontro demonstra que o fortalecimento das políticas públicas de igualdade racial, com recorte de raça e gênero torna-se essencial para a organização e o empoderamento dessas mulheres perante as discriminações e outros tipos de violências.” relata a diretora de Políticas para as Mulheres da SEASDHM, Isnailda Gondim (Agência Acre, 2021).

O encontro entre mulheres negras e indígenas não é apenas um evento isolado, mas tem implicações significativas para o fortalecimento das políticas públicas, para o reconhecimento das interseções entre raça e gênero, e para a capacitação dessas mulheres a enfrentarem as desigualdades e opressões que enfrentam em suas vidas. A união tem como objetivo destacar e enfatizar os direitos das mulheres negras e indígenas que muitas vezes são ignorados, negados ou desvalorizados. Isso envolve trazer à tona as questões que afetam diretamente essas mulheres, como o racismo e o feminicídio.

Vale ressaltar que este momento teve uma programação no auditório da Secretaria de Fazenda, com rodas de conversas, capacitações, momentos culturais, debates sobre o Estatuto da Igualdade Racial, Lei Maria da Penha, intolerância religiosa, cidadania, entre outros temas que têm o potencial de expor e desafiar as fronteiras simbólicas ético-raciais ao criar um espaço de diálogo, colaboração e solidariedade entre grupos que historicamente invisibilizados.

211

Entendem-se aqui, por relações étnico-raciais, aquelas estabelecidas entre os distintos grupos sociais, e entre indivíduos destes grupos, informadas por conceitos e ideias sobre as diferenças e semelhanças relativas ao pertencimento racial destes indivíduos e dos grupos a que pertencem (VERRANGIA, 2010, p.709).

A identidade étnico-racial refere-se à maneira como os indivíduos se veem e se identificam em termos de sua herança cultural, étnica e racial. São moldadas por conceitos e ideias que as sociedades têm sobre as diferenças e semelhanças entre diferentes grupos étnicos e raciais. Esses conceitos podem incluir estereótipos, preconceitos e crenças sobre características associadas a grupos.

Os encontros podem desconstruir esses estereótipos e preconceitos que foram historicamente associados a esses grupos. Ao compartilhar suas histórias, experiências e lutas, as mulheres negras e indígenas humanizam e desafiam as representações negativas que muitas vezes são





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

impostas a elas, isso amplia a compreensão mútua e quebra fronteiras que podem existir devido à falta de exposição a outras culturas.

A união entre essas mulheres está intrinsecamente ligada e representa um ato de resistência e empoderamento diante das múltiplas formas de opressão e discriminação que esses grupos enfrentam. Isso implica pensar a questão (Re)existir e a “luta” como temática do segundo encontro de mulheres negra e indígenas no estado do Acre para pensar as públicas de igualdade racial, com recorte de raça e gênero, este último, invisibilizado pela historiografia “oficial” que objetificam o corpo feminino, descaracterizando-o enquanto humano, sendo responsável apenas pela procriação, educação dos filhos e posteriormente incapazes de competirem dentro do mercado de trabalho.

Logo, pensar as resistências de modo propositivo, é pensá-las enquanto possibilidades constitutivas que nos tornam mais fortes, em um sentido ético e político: (Re)existir. É proposital, portanto, essa ilusão fonética. O "Re", entre parênteses, atribui ao existir um reforço, ou seja, indica uma lógica de propor e de viver o existir, que não é simplesmente um acaso. Há, então, um processo reflexivo e, por conseguinte, (trans) formativo da existência (CUPELLI, 2008, p.10).

212

Isso mostra a importância de encarar as resistências como oportunidades para (re)existir de maneira intencional, não é apenas sobreviver, mas existir, (Re)existir e lutar para um mundo transformador, tendo a capacidade de construir identidades fortalecidas por meio da reflexão e da ação consciente diante dos desafios.

Portanto, a análise do segundo encontro (ACRE, 2021) expôs a perspectiva do entremovimento, de mulheres negras e indígenas, de evidenciar a luta por direitos e a busca por igualdade racial. É importante considerar que, embora ambos os grupos possam compartilhar algumas preocupações e enfrentar desafios relacionados à discriminação racial e à busca pela justiça social, suas experiências históricas, contextos culturais e realidades sociais são específicas, mas apesar de terem questões em comum, estas não são iguais, podemos evidenciar as diferenças pautas de lutas entre esses segmentos.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 3 (RE)EXISTIR E LUTAR: POLÍTICAS PÚBLICAS DE IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL

Partindo dos pressupostos e abordagem método crítico (BLOCH, 2001) utilizado para a análise contextual e de longa duração para entender o movimento de mulheres negras e indígenas que expõe “um mundo no qual coexistem entidades psíquicas, entidades racionais, entidades físicas e práticas como sendo [parte dos jogos de] coisidades” (LAPOUJADE, 2017: 34). Assim, as transformações sociais, políticas e econômicas que influenciaram esses grupos e apresentam diversas temporalidades de lutas, destacando as condições em que a resistência dessas mulheres e as mudanças por direitos buscadas antes os desafios de se insurgirem ao anonimato social.

Ademais, os desafios se apresentaram como uma das maneiras possível ao enfrentamento das desigualdades e discriminações que articuladas por meio de políticas públicas visam atender às necessidades da sociedade e alcançar objetivos de lutas por direitos historicamente negados. Essas políticas admitem e legitimam a existência de problemas criados pela coisificação do corpo da mulher pelo capital e, se propõe a promover o bem-estar social, criar regulamentações e moldar ações coletivas que garantam um ambiente mais igualitário, oferecer oportunidades e garantir que essas mulheres empoderadas tenham acesso aos mesmos direitos e recursos que outros grupo.

Desta forma, no segundo encontro (Acre,2021) é possível entrever o empoderamento dessas mulheres ao fazer uso do seu lugar falar se constituiu em participação em rodas de conversas, capacitações, momentos culturais, debates sobre o Estatuto da Igualdade Racial, Lei Maria da Penha, intolerância religiosa, cidadania, entre outros temas. [...] o protagonismo social da dimensão do vivido que o coletivo de mulheres étnico-racial expôs o universo de fronteiras simbólicas do lugar que organizam, negociam e trocam elementos culturais (LIMA, 2014)

A partir daí, é possível entrever a importância dos movimentos sociais constituídos por mulheres negras e indígenas numa perspectiva de combater a discriminação e lutar por políticas públicas que garantam os direitos sociais das mulheres. Segundo o Atlas da violência (IPEA, 2019) houve um aumento de homicídios no Brasil, chegando a ter um crescimento expressivo de





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

30,7% entre os anos de 2007 e 2017. O Acre aparece em segundo lugar com uma taxa de 8,3 mulheres vítimas de homicídio por grupo de 100 mil mulheres. Salta aos “olhos” a desigualdade racial entre mulheres negras e não negras.

Enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras teve crescimento de 4,5% entre 2007 e 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 29,9%. Em números absolutos a diferença é ainda mais brutal, já que entre não negras o crescimento é de 1,7% e entre mulheres negras de 60,5%. Considerando apenas o último ano disponível, a taxa de homicídios de mulheres não negras foi de 3,2 a cada 100 mil mulheres não negras, ao passo que entre as mulheres negras a taxa foi de 5,6 para cada 100 mil mulheres neste grupo. (CERQUEIRA, et al, 2019, p.38)

Somado a este, outro dado do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), Ministério da Saúde, que apontou que entre 2007 e 2017, foram registradas 8.221 notificações de casos de violência contra mulheres indígenas (socioambiental, 2020). Implica pensar que essas taxas de violência expõem, entre outros que, o preconceito e a discriminação são duas fases de um mesmo processo exclusão dessas mulheres, por serem negras e indígena.

214

Diante desses números impressionantes que causam a indignação antes das injustiças acometidas a mulheres jovens, adultas e crianças se torna necessário saber quais políticas públicas foram aprovadas e estão em ação. Destacamos, a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, criada para combater a violência doméstica e familiar contra a mulher. Esta lei, sancionada em 7 de agosto de 2006 é considerada um marco importante na luta contra a violência de gênero no Brasil, como determina:

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social (BRASIL,2006).

Lei Maria da Penha, como é conhecida, recebeu o nome em homenagem a Maria da Penha Fernandes, uma mulher que sobreviveu a duas tentativas de assassinato por parte de seu ma-





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

rido e se tornou uma defensora dos direitos das mulheres, estabelecendo medidas de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e prevê formas de prevenção e vulnerabilidade para os agressores.

Entre as fontes analisadas a reportagem revelou que um dos debates entre essas mulheres pautou o Estatuto da Igualdade Racial, determinado pela Lei Nº 12.288, de 20 de julho de 2010, isso implicar pensar que seja nos meandros da legislação que o “olhar” atento para enfrentar as desigualdades históricas e estruturais que afetam as populações negras e indígenas do Brasil busca na dignidade do direito, fortalecer o ideal do coletivo de mulheres étnico-racial baseado no “Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.” (BRASIL, 2010)

Sob outro prisma, a temática da intolerância religiosa sobressaiu entre os temas abordados nesses momentos, uma vez que a liberdade de religiosa é um direito fundamental, garantido pela Lei nº 14.532, de 11 DE janeiro de 2023 em seu parágrafo “§ 2º-B Sem prejuízo da pena correspondente à violência, incorre nas mesmas penas previstas no caput deste artigo quem obstar, impedir ou empregar violência contra quaisquer manifestações ou práticas religiosas” (BRASIL, 2023).

215

Se percebe que ao debater sobre a intolerância religiosa essas mulheres por professarem religiosidades em espaços socialmente constituídos por ancestralidades de matriz africanas e indígenas encontram na lei uma maneira de defender e garantir o direito de praticar seus credos religiosos e enfrentando a discriminação, o preconceito e a intolerância religiosa que violam direitos a liberdade de culto.

Ainda sob a ótica da lei, uma outra que abrange não só mulheres, mas também todos independente de raça, etnia ou cor é a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 que em seu Art. 1º dispõe: “Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional” (BRASIL, 1989). A discussão desta lei traz consigo o entendimento acerca das penas de “detenção a reclusão” aos que violarem e cometerem os crimes previstos.







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

A Lei nº 11.645, de 10 março de 2008 é uma legislação que determina a inclusão obrigatória no currículo oficial da rede de ensino a temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Embora não tenha sido debatida no encontro, entendemos ser de extrema importância para pensar a inclusão da história nos currículos escolares como bandeira de luta ao racismo estrutural e a discriminação, como o grupo de pesquisa Pibid/História/2023, sob coordenação da prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Geórgia Pereira Lima, expõe a base de uma educação outra, mais inclusiva e igualitária estimulando o respeito pela diversidade cultural do país, promovendo uma visão plural e crítica sobre as diferentes culturas no contexto brasileiro.

Diante do exposto, as leis e políticas públicas desempenham papel fundamental na promoção da igualdade e na garantia dos direitos das mulheres negras e indígenas, sob a perspectiva da (re)existência destas mulheres como “os seres são realidades plurimodais, multimodais; e aquilo que chamamos de mundo é, de fato, o lugar de vários “intermundos”, de um emaranhado de planos” (LAPOUJADE, 2017: 15) expressos em falas e discussões durante a realização dos debates acerca das temáticas do segundo encontro de mulheres negras indígenas do Acre (2021).

216

### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A possibilidade de fazer uma análise sobre as lutas e desafios enfrentados pelas mulheres negras e indígenas no Brasil, especialmente em relação às questões de gênero e igualdade racial. Esse artigo buscou destacar como esses dois grupos têm se organizado ao longo dos anos para combater as opressões que enfrentam e busca compreender as diferenças e as semelhanças entre suas experiências, ressaltando a crescente discussão sobre desigualdades raciais e de gênero no Brasil.

As mulheres negras dentro do Movimento Negro, se sentiam invisibilizadas. A partir dos anos 1970, as discussões sobre gênero surgiram e ganharam espaço no contexto da luta racial. Isso levou à formação de grupos e organizações focadas em questões específicas de mulheres negras, que também buscaram integrar-se aos movimentos feministas.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Contudo, houve dificuldade das mulheres negras em se sentirem representadas nos movimentos feministas tradicionais, uma vez que, esses movimentos não consideram as questões interseccionais que envolvem raça e classe. A busca pela igualdade racial é uma dimensão adicional que nem sempre é contemplada nesses espaços.

O surgimento mais recente dos movimentos de mulheres indígenas no Brasil, reforça a importância de não lutar apenas por questões de gênero, mas também pela preservação e visibilidade de suas culturas e comunidades.

A união entre os movimentos de mulheres é como uma forma de desconstruir fronteiras simbólicas que dividem esses grupos. Ao compartilhar suas experiências e histórias, essas mulheres desafiam estereótipos e preconceitos que historicamente estavam associados a elas, ampliando a compreensão mútua. A partir disso, os encontros e movimentos representam formas de (Re)existência. A união entre mulheres é uma estratégia para enfrentar múltiplas formas de opressão e discriminação, reforçando o empoderamento e fortalecendo o diálogo sobre as desigualdades.

Além disso, as políticas públicas são ferramentas eficazes para combater as desigualdades e discriminações, representam um compromisso da sociedade em criar um ambiente mais justo e igualitário para todos, são um passo essencial para que todos possam (re)existir de forma plena, superando as barreiras impostas. Essas políticas são fundamentais para garantir o acesso igualitário a direitos, promover o empoderamento e enfrentar questões específicas, como a violência doméstica, a desigualdade racial e a discriminação religiosa.

As leis mencionadas foram: a Lei Maria da Penha, o Estatuto da Igualdade Racial, a Lei contra a Intolerância Religiosa e a Lei de Inclusão da História Afro-Brasileira e Indígena nos currículos escolares, elas são apresentadas como instrumentos concretos para a promoção da igualdade e do combate à discriminação. Cada uma dessas legislações tem como objetivo abordar aspectos específicos das lutas das mulheres negras e indígenas, desde a proteção contra a violência até a educação inclusiva.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### REFERÊNCIAS

ARAÚJO, André. **Governo e movimentos sociais promovem o 2º Encontro de Mulheres Negras e Indígenas do Acre.** Notícias do Acre, Rio Branco, 30 de julho de 2021. Disponível em: <https://agencia.ac.gov.br/governo-e-movimentos-sociais-promovem-o-2-encontro-de-mulheres-negras-e-indigenas-do-acre/>. Acesso em: 26 ago. 2023

**As lutas das mulheres indígenas e negras para serem ouvidas e respeitadas,** Instituto Socio-ambiental, 09 de março de 2020. Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-monitoramento/as-lutas-das-mulheres-indigenas-e-negras-para-serem-ouvidas-e-respeitadas> Acesso em: 26 ago. 2023

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador.** Rio de Janeiro. Ed. Zahar/2001. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5579608/mod\\_resource/content/1/Texto%201%20-%20Apologia%20da%20Hist%C3%B3ria%20ou%20o%20Of%C3%ADcio%20do%20Historiador.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5579608/mod_resource/content/1/Texto%201%20-%20Apologia%20da%20Hist%C3%B3ria%20ou%20o%20Of%C3%ADcio%20do%20Historiador.pdf). Acesso em 26 ago. 2023

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília: Senado, 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm) Acesso em: 30 ago. 2023

218

BRASIL. **Lei nº 11340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília: Senado, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm). Acesso em: 26 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.** Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, DF, 2010. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm). Acesso em: 26 ago. 2023.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989.** Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L7716.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7716.htm). Acesso em: 26 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023.** Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/14532.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/14532.htm). Acesso em: 26 ago. 2023

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento.** Estudos Avançados, [S. l.], v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>. Acesso em: 15 abr. 2023.

CUPELLI, Rodrigo Launikas. **Inventar é (Re)existir: A Produção de Sentidos na Constituição de Professores Educadores Ambientais,** 2008. Dissertação (Pós-graduação) - Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2008. Disponível: [https://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/2912/Rodrigo+\(1\).pdf?sequence=1](https://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/2912/Rodrigo+(1).pdf?sequence=1). Acesso em: 15 abr. 2023.

219

DUTRA, Juliana Cabral de O.; MAYORGA, Claudia. **Mulheres indígenas em movimentos: possíveis articulações entre gênero e política.** Psicologia: ciência e profissão, v. 39, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/TmkJTj6vTNMxpzhB3jhbPjK/abstract/?lang=pt#:~:text=A%20par%20tir%20de%20uma%20aproxima%C3%A7%C3%A3o,com%20as%20pautas%20feministas%2C%20em>. Acesso em: 15 abr. 2023

GOMES, Daiane Daine de Oliveira; CARNEIRO, Elane Mendonça Conde; MADEIRA, Maria Zelma de Araujo. **Mulheres negras, racismo estrutural e resistências.** Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23419>. Acesso em: 26 ago. 2023

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2019). **Atlas da Violência 2019.** Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019%20>. Acesso em 26 ago. 2023

LAPOUJADE, David. **As existências mínimas.** São Paulo: nº1 edições, 2017.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

LIMA, Geórgia Pereira. **'Brasivianos': culturas, fronteiras e identidades**. USP- São Paulo, 2014. (Catálogo USP) -Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-21012015-125422/pt-br.php>. Acesso em: 15 abr. 2023.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: vozes, 1997. Disponível em:[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5746708/mod\\_resource/content/4/G%C3%AAnero%2C%20Sexualidade%20e%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20-%20uma%20perspectiva%20p%C3%B3s-estruturalista%20-%20Guacira%20Louro.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5746708/mod_resource/content/4/G%C3%AAnero%2C%20Sexualidade%20e%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20-%20uma%20perspectiva%20p%C3%B3s-estruturalista%20-%20Guacira%20Louro.pdf). Acesso em 26 ago. 2023

RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane Gonçalves. **Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional**. Revista Brasileira de Ciência Política, p. e238917, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/NFdhTdVVLSPRHzdDzVpBYMq/>. Acesso em: 26 ago. 2023

SOUZA, M. J. (2014). **Fronteiras Simbólicas – espaço de hibridismo cultural, uma leitura de Dois irmãos**, de Milton Hatoum. Letrônica, 7(1). Disponível em: 475–489. <https://doi.org/10.15448/1984-4301.2014.1.16655>. Acesso em: 26 ago. 2023

VERRANGIA, Douglas; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Cidadania, relações étnico-raciais e educação: desafios e potencialidades do ensino de Ciências**. Educação e Pesquisa, v. 220 36, p. 705-718, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/wqb8HvXMVG8C8KD7hKn5Tms/>. Acesso em 26 ago. 2023

YOSHIDA, Mariana Rezende Ferreira; DE SOUSA, Raffaella Cassia; DA SILVA, LIMA, Liana Amin. **O movimento das mulheres indígenas: da invisibilidade à luta por direitos coletivos**. Revista Eletrônica do CNJ, 2021. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/ojs/index.php/revista-cnj/article/view/251/124>. Acesso em: 15 abr. 2023.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### DESENVOLVIMENTO VOCACIONAL NO ENSINO MÉDIO: CAMINHOS POSSÍVEIS NA ESCOLA PARA A ESCOLHA PROFISSIONAL

Helene Gima Neves<sup>122</sup>  
Fabiana Soares Fernandes Leal<sup>123</sup>

#### RESUMO

O processo de escolha da profissão, é um processo complexo que gera muitas incertezas principalmente, na adolescência. Nesta fase do desenvolvimento coincide com término do Ensino Médio, os jovens são cobrados a fazer uma escolha profissional. A pesquisa surge para oferecer o conhecimento e aprofundamento dessa temática bem como verificar de que maneira a escola pode auxiliar nesse processo de escolha profissional dos jovens no ensino médio. A metodologia utilizada nesta pesquisa foi a bibliográfica. Buscou-se alguns autores como: Lisboa (2002), Fernandes (2014) Super (1984), Neiva (2013) entre outros, para embasar o desenvolvimento da pesquisa. Sendo assim fica constatado que o jovem necessita de apoio e que a escola deve promover essa ferramenta para dar melhor direcionamento profissional a seus alunos, a fim de auxiliá-los na construção do projeto profissional e tomada desta primeira decisão.

**Palavras-chave:** Orientação Profissional. Adolescência. Desenvolvimento Vocacional.

221

#### 1 INTRODUÇÃO

O Desenvolvimento Vocacional é um processo, que ocorre ao longo do ciclo vital e tem seu auge na adolescência, além de ter que administrar uma série de mudanças físicas, psicológicas, ainda é pressionado essas decisões da escolha profissional. É comum entre as pessoas não saber o que querem para o futuro. O adolescente vivência o medo de não conseguir o que planeja, e fazer escolhas que possam refletir negativamente. Escolher uma profissão não é algo simples, uma vez que cada escolha implica em ganhos e perdas.

<sup>122</sup>Discente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) Campus de Humaitá, AM. E-mail: helene.gima@gmail.com.

<sup>123</sup> Doutora em Psicologia, docente da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), atuante nos cursos de graduação e pós-graduação no campus de Humaitá, AM. E-mail: fabbyfer@ufam.edu.br





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Vários são os fatores que podem influenciar essas escolhas, seja em um nível de micro contexto (família, escola), seja no macro contexto (economia, política, cultura). Entretanto, essa não costuma ser uma tarefa fácil. Vários fatores desses podem acabar dificultando o processo, e aumentando a ansiedade.

Esta pesquisa oferece uma breve reflexão sobre o Desenvolvimento Vocacional e a Orientação Profissional dos jovens no Ensino Médio. O interesse nessa temática surgiu a partir da experiência em docência, quando foi possível observar que muitos jovens apresentavam dificuldades em fazer uma escolha profissional. Nesse sentido, a pesquisa surge para oferecer o conhecimento e aprofundamento dessa temática bem como verificar de que maneira a escola pode auxiliar nesse processo, contribuindo para o amadurecimento da escolha profissional dos jovens no Ensino Médio.

## 2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada nessa pesquisa foi a pesquisa bibliográfica. É um método de 222  
pesquisa que tem embasamento para todo tipo de pesquisa, e orienta na resolução da problemática, relacionando as opiniões e teses de diferentes estudiosos que se dedicam a mesma temática. A coleta foi a partir da revisão bibliográfica em livros e artigos.

Buscou-se alguns autores como: Lisboa (2002), Fernandes (2014) Super (1984), Neiva (2013), Antunes (2018), Velho, Quintana e Rossi (2014) entre outros, conhecedores da temática, para embasar o desenvolvimento da pesquisa.

## 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 3.1 A ADOLESCÊNCIA E O PROCESSO DE ESCOLHA PROFÍSSIONAL

Antes mesmo de falar sobre Desenvolvimento Vocacional, Orientação Profissional ou Escolhas profissionais é preciso lembrar de que momento do ciclo vital estamos abordando. Na





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

proposta aqui apresentada, refletimos sobre os desafios encontrados pelos alunos que estão cursando o Ensino Médio, ou seja, estamos falando de adolescentes.

Quando o assunto é a adolescência percebemos que é o período geralmente turbulento no qual o indivíduo busca compreender a si mesmo, enfrenta diversas de situações, e, faz escolhas importantes que podem mudar seu estilo de vida. Na adolescência há vários contextos que podem influenciar em todos os sentidos na vida do adolescente desde o comportamento até o momento de tomar uma decisão profissional. Dessa tal maneira se torna necessário compreender como acontece a adolescência enquanto desenvolvimento humano.

A fase da adolescência historicamente não existia perante a sociedade. Velho, Quintana e Rossi (2014) salientam que apenas no século XX que ocorreram as primeiras considerações sobre essa fase desenvolvimento humano, que foi enfatizada como um período marcante na vida humana. Streck e Malacarne (2018) descrevem que a adolescência, nas sociedades ocidentais, é uma etapa de preparação para a vida adulta e a inserção na sociedade em geral.

No período da adolescência o indivíduo passa por uma série de transformações, conflitos, mudanças, inquietações e depara-se ainda, com o momento da escolha profissional. Na adolescência ocorrem inúmeras transformações, sejam elas de cunho biológico, cognitivo ou psicológico. É a fase de ruptura infantis para o ingresso na vida adulta. Este período da adolescência pode representar uma fase de rebeldia, crise, uma fase complexa. Conforme Antunes, (2018) o adolescente vivencia várias transformações como as corporais e também são estabelecidas as características individuais, a personalidade, iniciam os relacionamentos pessoais e as amizades.

A adolescência, de acordo com Faht (2011, p. 22) é “a uma etapa do ciclo de vida, de transição entre a infância (fase de desenvolvimento corporal e socialização) para a idade adulta (ápice do desenvolvimento e cidadania)” o adolescente se depara com inúmeras mudanças deixando de lado o mundo infantil ingressando para a vida adulta. O mundo de contradições, buscando a liberdade e ao mesmo tempo não consegue ser independente, ainda não tem compromisso com o futuro. Diante dessa tal maneira, acaba sendo influenciado, sem ter feito uma reflexão, acabam por fazer uma escolha inconsciente.







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Pereira e Stengel, (2015), trazem a ideia de que a adolescência é uma etapa que culturalmente, a sociedade impõe que os adolescentes reflitam e tracem os objetivos de vida. No mesmo pensamento Silva, (2018) confirma que tanto a educação como a cultura contribuem para que o jovem adolescente tenha perspectiva de futuro, encontre um sentido para a busca de uma profissão e construção de sua vida.

A vivência da adolescência envolve angústias, sentimentos, reflexões para que possa identificar sua identidade. Sobre a adolescência Erik Erikson (1968), traz a ideia de que para se tornar-se um adulto convicto precisa de uma preparação de construção da identidade. O adolescente vivencia uma confusão de papéis, até quando já tem em mente o que realmente deseja fazer e construir.

É neste período também, que os jovens precisam se manifestar por uma escolha profissional, já que estão em fase de conclusão de Ensino Médio e “devem” decidir o que irão fazer na sequência dessa etapa da educação básica. No momento da escolha profissional conforme Santana, (2017) confirma que as condições socioeconômicas e culturais, exercem grande influência quando os jovens decidem fazer uma escolha profissional. Esta escolha profissional geralmente ocorre ao término do Ensino Médio, quando o jovem cria expectativas em relação ao futuro que na maioria das vezes acabam influenciado por muitos fatores como: a família, a à escola, aspectos econômicos entre outros. Nesta etapa é possível que o jovem sofra com preocupações, como dúvidas e questionamentos sobre os interesses pessoais e profissionais, e situação financeira. É, portanto, no final do Ensino Médio, e principalmente no terceiro ano, que muitos jovens procuram ajuda para a construção do projeto profissional e tomada desta primeira decisão. Mas, e quem não tem condições financeiras de procurar essa ajuda especializada, como faz? Como se orienta? Como ou a quem pedir ajuda para fazer suas escolhas?





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 3.2 O PROCESSO DO DESENVOLVIMENTO VOCACIONAL

Tentando entender esse processo, vejamos o que é o Desenvolvimento Vocacional. Segundo Super (1984) o Desenvolvimento Vocacional-DV é um processo contínuo que acontece ao longo da vida humana e é influenciado por uma somatória de fatores: família, sociedade, escola amigos e outros.

Ao longo da história, no início o indivíduo não tinha liberdade para fazer escolher. Tudo era determinado pelo grupo social que pertencia, Neiva (2013) nesse contexto afirma que um filho de um artesão possivelmente herdaria a profissão do seu progenitor. Conforme Super e Junior, (1980) foi a partir do Renascimento que iniciou o estudo sobre a humanidade, e suas particularidades. O homem passa então, a ser o protagonista de sua própria história.

A partir da industrialização surgiu a oportunidade do indivíduo a fazer escolha. A Orientação Vocacional é uma intervenção que dá possibilita e ajuda jovens ou adultos a fazer uma escolha profissional mais consciente. Durante o processo de intervenção, trabalha o autoconhecimento por exemplo, que permitem conhecer melhor a nós mesmos, nossos anseios, desejos, interesses, habilidades e motivações. Além de desenvolver estratégias para a exploração de diversas informações do mercado e trabalho.

225

Em todo o decorrer da história do Desenvolvimento Vocacional, Pimenta (1981), os primeiros indícios vocacionais tiveram-se a necessidade de colocar as pessoas certas nos lugares certos, que relacionava as características do indivíduo com a profissão Super e Junior (1980) na verdade sempre existiu a ideia de que pessoas podem ter características melhores do que outros indivíduos.

O pioneiro em discutir sobre o Desenvolvimento Vocacional foi Frank Parsons (1909) apresentando a teoria Traço Fator que tinha a ideia de que as pessoas nasciam com uma vocação, E que a mesma estava implícita. O papel do orientador era tentar descobrir através de testes psicológicos, as características vocacionais dos indivíduos, alguns anos depois teóricos desenvolverem teorias com novas explicações sobre o desenvolvimento vocacional.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

A psicologia vocacional teve uma mudança significativa de perspectiva com as ideias de Super (1957) com sua teoria desenvolvimentista na qual a escolha de uma profissão ocorre como um processo contínuo de acordo com o desenvolvimento humano. Super (1980) Sua teoria desenvolvimentista esclarece que o Desenvolvimento Vocacional ocorre, por meio de etapas nomeadas como: Crescimento (infância), Exploração (adolescência), Estabelecimento (adulto jovem), Manutenção (meia idade) e Aposentadoria (velhice).

Antes da escolha profissional acontecer, existem etapas do DV pelas quais o jovem irá passar. De uma maneira geral, Fernandes (2014) sinaliza a Exploração Vocacional e o Investimento Vocacional como processos integrados e integrantes do DV. Na Exploração o indivíduo explora as possibilidades, constrói relações, vivência “experiências diretas e indiretas de contato com realidades do trabalho e das formações” (p.80) e vai construindo seus projetos vocacionais. O Investimento por sua vez é o que “mobiliza o sujeito a construir vínculos com o mundo” (p. 80). Ainda com Fernandes (2014) em relação a Exploração e Investimento, salienta que:

226

A exploração e investimento na escolha vocacional são de fundamental importância ao final de uma etapa de estudos, como acontece com os adolescentes, que ao concluírem o Ensino Médio precisam optar ou pela entrada imediata no mundo do trabalho ou por uma formação superior (FERNANDES, 2014, p.82)

Como consequência da Exploração Vocacional, Fernandes (2014) além de preparar o indivíduo psicologicamente para o Desenvolvimento Vocacional, conduz a novos investimentos, possibilitando um elo entre os investimentos atuais com os futuros, promovendo a construção dos projetos profissionais. Nesse sentido, o lado vocacional não é algo que está escondido, mais sim um processo que vai sendo construído.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 3.3 ONDE ENTRA A ESCOLA NESSE PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO VOCACIONAL OS DAS ESCOLHA PROFISSIONAIS DO JOVEM?

Entendemos a partir dessa revisão da literatura que a escola tem papel fundamental nesse processo. Duarte (2013) esclarece que a orientação profissional não visa somente auxiliar no momento da escolha de uma profissão, mas sim o processo de construção de vida, e do trabalho, já que é cobrada pela sociedade que o indivíduo contribua socialmente como profissional e cidadão.

O ambiente escolar é um lugar privilegiado, onde as pessoas passam grande parte da vida (no mínimo 12 anos na educação básica). É o ambiente que favorece novas experiências e aprendizagens, além de proporcionar que tenha maior interação com outros da mesma faixa etária, como também poderá encontrar pessoas em que possa incentivar a busca por novos caminhos

De acordo com Lei de Diretrizes Básicas LDB (BRASIL, 1996) Lei de Diretrizes Básicas (LDB) (Art. 22),” A educação básica tem por finalidade o desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. Ou seja, toda educação básica, iniciando na Educação Infantil, tem como responsabilidade contribuir com o Desenvolvimento Vocacional dos estudantes. Entretanto, a escola muitas vezes oferece espaço voltado apenas para as disciplinas e a não privilegia um espaço para que o adolescente partilhar seus conflitos, participar, dos acontecimentos atuais da sociedade. A escola deveria fornecer essas possibilidades como também preparar os alunos para se tornarem cidadãos crítico e autônomo diante suas escolhas.

Neiva (2013) enfatiza que as instituições de ensino têm um papel importante no quesito de escolha profissional. A partir do conhecimento das disciplinas o aluno descobre os seus interesses e afinidades do que lhe interessa. Além do mais, pode obter várias informações de trabalho no ambiente escolar. No mesmo pensamento Pereira e Sudbrack (2010) trazem a ideia





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

de que os professores e educadores tem relevância significativa na adolescência, assumem o papel de referência para os adolescentes.

Valore e Cavallet (2012) corroboram salientando que as escolas poderiam ofertar disciplinas voltadas para o mundo do trabalho, no intuito de estabelecer ligação clara entre educação e trabalho, possibilitando que os jovens tenham mais acesso as informações sobre o ambiente de trabalho, mercado de trabalho e refletindo sobre suas preferências.

A Orientação Profissional nas escolas pode contribuir com o jovem, uma vez que poucos tem conhecimento sobre a profissão e fazem escolha inconsciente. Dessa maneira, essa ferramenta na escola possibilitaria para uma reflexão sobre suas perspectivas para o mundo profissional. Camargo e Libório (2010) comentam sobre a ausência da orientação profissional pode trazer consequências para os alunos que estão concluindo a etapa final que saem despreparados para enfrentar os grandes desafios do mundo profissional.

Segundo Soares (1993, p. 147) Orientação Vocacional é “parte do processo de educação, o que significa que a escolha deveria estar organicamente inserida na formação do estudante como atividades práticas, mesclada ao longo da formação mais ampla”. Na escola a orientação profissional pode proporcionar um contato maior com as diversidades de profissão, do mercado de trabalho e despertar seus interesses, bem como oferecer subsídios para que esse adolescente possa vencer os grandes desafios existentes nesse caminho (BARBOSA; LAMAS, 2012).

Munhoz e Melo-Silva (2011, p.38) enfatizam que a orientação profissional “poderá ajudar os jovens a adquirirem competências-chave para um positivo desenvolvimento de carreira e democratizar o acesso à orientação vocacional, atualmente restrita a poucos”. Diante da realidade a Orientação Profissional ainda é um privilégio das classes mais favorecidas ainda são poucos os adolescentes que têm a oportunidade destes serviços. Saviani (1997) aponta que a escola é a chave de acesso para reverter as desigualdades existentes na sociedade, nesse sentido, ela oferece conhecimento para encarar grandes a complexidade da vida moderna.

Segundo Lisboa (2002, p.25) é papel da escola “(...) não só fornecer conhecimentos teóricos, mas preparar para o trabalho oferecendo uma formação adequada para o ingresso no mundo profissional”. Isso acontece por meio do que se chama de Orientação Profissional-OP.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Essa atividade, com o próprio nome sugere, visa orientar os jovens nos possíveis caminhos a serem seguidos, não apenas com informações técnicas, mas permitindo e estimulando uma formação integral, social e emocional.

Embora o DV seja um processo longo, como as escolhas profissionais costumam se dar no ensino médio, é comum encontrar os programas de OP nas escolas direcionados apenas para esse nível de ensino, conforme destacou Neiva (2013). Sendo assim fica constatado que o jovem necessita de apoio e que a escola deveria promover essa ferramenta para dar melhor direcionamento profissional a seus alunos, a fim de auxiliá-los na construção do projeto profissional e tomada desta primeira decisão.

#### 4. RESULTADOS / DISCUSSÕES ALCANÇADAS

De acordo com revisão de literatura de livros e artigo publicados através dos resultados obtidos a questão da escolha da profissão, fica evidente, que acontece geralmente na fase da adolescência que também coincide com a fase final da etapa da educação básica. Culturalmente se espera nessa etapa que o jovem faça a escolha de uma atividade laboral. Mas, o que ainda nos deparamos são com jovens preocupados com esta escolha que na maioria das vezes os adolescentes são impulsionados a fazer esta escolha. Muitos jovens, sem apoio algum, sente-se muito angustiado em fazer uma escolha profissional e acabam realizando uma escolha irrefletida.

A adolescência socialmente é reconhecida como fase de grandes mudanças, no ciclo vital. Além disso, ocorre o percurso do término do ensino médio que o jovem precisa manifestar a escolha profissional, deixando-os muitas vezes sem saber o que fazer nem a quem recorrer. Quando o adolescente não faz a exploração vocacional, gera incerteza no momento da decisão, não consegue realizar investimentos, ou até procura outra atividade que não tem afinidades, mas que vai de encontro as exigências sociais.

Nesse sentido, o que a escola faz para ajudar nesse processo de Desenvolvimento Vocacional. Barbosa e Lamas (2012) confirmam que a Orientação Profissional é uma ferramenta de grandes vantagens no ambiente educacional. Conforme Fernandes (2014) auxilia ao jovem,





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

oferecendo informações e condições do mercado de trabalho, bem como uma reflexão das habilidades, vontade e desejos, e assim fazer uma escolha madura.

A Orientação Profissional (OP) torna-se necessária principalmente com alunos de ensino médio, o serviço de Psicologia e da Orientação Profissional nas escolas. Deveria ser ministrada na escola, de uma maneira que não seja apenas para informar aos jovens sobre determinadas papéis de cada profissão. mas sim, oferecer conhecimentos e discussões de como funciona o mercado de trabalho e a sociedade atual. Essa atividade de orientação aos jovens na escola torna-se nos possíveis caminhos para um futuro promissor, além de usar os procedimentos técnicos, propõe também uma formação integral ao jovem. A partir do momento que o adolescente tem acesso na escola, ele passar ter conhecimentos necessários para a maturidade vocacional.

### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto foi possível perceber que a escolha profissional é um fato marcante na adolescência que definirá seu futuro profissional. Esta escolha resulta da somatória de vários fatores e da interação do indivíduo com o meio social. De acordo com as discussões referentes a esta temática foi constatado que o Desenvolvimento Vocacional é um processo que acontece ao longo da vida humana, passando por etapas. Para o adolescente fazer uma escolha de acordo com seus interesses é preciso que aconteça a exploração vocacional e que faça investimento no que se quer seguir.

Percebe-se que para a escolha da profissão não precisa somente ter informação sobre a área de interesse, mas de Orientação Vocacional para ter mais conhecimento sobre si e suas habilidades, os interesses e Orientação Profissional devem seguir juntas para que o jovem seja autônomo e faça uma escolha assertiva. Salienta-se que a escola também tem um papel de promover esse tipo de orientação aos seus alunos.

Diante do contexto foi possível perceber que de fato a Orientação Profissional é uma ferramenta que auxilia os jovens com as escolhas profissionais uma vez que os leva a reflexão sobre suas vontades e que a escola pode e deve fornecer esse instrumento para direcionamento de





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

uma escolha mais refletida, possibilitando que o jovem tenha maturidade vocacional e seja o protagonista de sua história de vida profissional.

### REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. J. G.; LAMAS, K. C. A. A Orientação Profissional Como Atividade transversal ao currículo escolar. **Estud. psicol. (Natal)** Natal, v. 17, n. 3, p. 461-468, dezembro de 2012.

BRASIL. **Lei Federal n. 9.394/96** (LDB) de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996.

CAMARGO, L. S. Libório, R. M. C. Do risco à proteção: O papel da escola na vida dos adolescentes do ensino médio. In D. J. Silva, J. M. Lima & P. C. Raboni (Orgs.), **Pesquisa em educação escolar** (pp.195-209). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

DUARTE, M. E. A vida da orientação na vida do século XXI: constrangimentos e desafios. **Rev. bras. orientac. prof.** São Paulo, v. 14, n. 2, p. 155- 164, dez. 2013.

231

ERIKSON, E.H. **Identity: Youth and crisis**. New York: Norton, 1968.

FAHT, B. H. (2011). Fatores que influenciam a escolha profissional do jovem universitário e sua visão a respeito da orientação profissional. Dissertação de mestrado. Mestrado em Educação. UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí.

FERNANDES, F.S. **Estilo Parental e Desenvolvimento Vocacional: Um estudo sobre a Influência das Famílias na Orientação dos Adolescentes**. São Paulo. ed. Loyola, 2014.

LEBOURG, Elodia Honse. “Se tivesse Ensino Médio no distrito, eu nunca teria vindo estudar aqui”: como jovens que se deslocam de suas comunidades para cursar o Ensino Médio lidam com as surpresas, dores e desafios provocados pela transição. In: Simpósio Nacional Aproximações com o Mundo Juvenil, 1., 2016, Belo Horizonte. **Anais do I Simpósio nacional aproximações com o mundo juvenil**. Belo Horizonte: Comunicações, 2016. p. 16 - 23.

LISBOA, M. D. **Orientação profissional em ação**. São Paulo: Summus, 2002.

MELO-SILVA, L. L. (Org.). **Compêndio de orientação profissional e de carreira: perspectivas históricas e enfoques teóricos clássicos e modernos**. São Paulo: Vetor, 2011. v. 1.







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

NEIVA, Katia Maria. **Processos de escolhas e orientação profissional**. São Paulo: Vetor, 2013

PEREIRA, Heloisa C.; STENGEL, Márcia. Projetos de vida na Pós-Modernidade: possibilidades e limites aos jovens. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p.582- 598, dez. 2015. Disponível em:

PEREIRA, Sandra Eni Fernandes Nunes; SUDBRACK, Maria Fátima Olivier. A escola como contexto complementar à clínica da adolescência. In: MARRA, Marlene Magna Bosco; COSTA, Liana Fortunato (Org.). **Temas da clínica do adolescente e da família**. São Paulo: Ágora, 2010. Cap. 5. p. 65-86.

PIMENTA, S. G. **Orientação vocacional e decisão**: estudo crítico da situação do Brasil 2 ed., São Paulo: Ed. Loyola, 1981.

SANTANA, M. L. **Representações sociais da escolha profissional pelos alunos do ensino médio do campo/cidade**. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento Humano) Universidade de Taubaté. Taubaté, p. 131, 2017.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Campinas: Editora Autores e Associados, 1997

SOARES, Dulce Helena Penna. **Pensando e vivendo a orientação profissional**. São Paulo: 232  
Summus, 1993.

SUPER, D, E (1980) A life-span,life-space approach to career envelopment. **Journal of Vocation Behavior**,16,282-289, doi:10.1016/0001-87919(80)90056-1

SUPER, D. E., e Junior, M. J. B. (1980). **Psicologia ocupacional**. Tradução de Esdras do Nascimento e Jair Ferreira dos Santos. São Paulo: Atlas.

STRECK, G.I.W., MALACARNE, I. K. Adolescência e ritos de passagem: A partir de uma perspectiva do Ensino Confirmatório e Confirmação. **Protestantismo em Revista**. v. 44, n. 01, pp. 127- 139, 2018.

VALORE, L. A.; CAVALLET, L. H. R. Escolha e Orientação Profissional de Estudantes de curso pré-vestibular popular. **Psicol. Soc.** Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 354-363, agosto de 2012.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### O DESEMBARQUE DE ESCRAVIZADOS DA ROTA DE MOÇAMBIQUE NAS PRAIAS DE NITERÓI NOS SÉCULOS XVIII E XIX

Henrique Barahona<sup>124</sup>

#### RESUMO

O artigo tem como finalidade apresentar os dados preliminares de uma pesquisa sobre o desembarque de africanos nas praias de Niterói, no recôncavo da Guanabara, notadamente, daqueles que vieram pela rota de Moçambique, em meados do século XVIII até meados do século XIX. Pretendemos, com isso, acrescentar novos dados e suprir duas importantes lacunas da historiografia sobre a escravatura africana para o Brasil no período indicado: o trecho final da migração compulsória de africanos orientais escravizados nas praias de Niterói, as quais geralmente aparecem nas fontes designadas como “porto não identificado”, e a presença destes africanos na diáspora na formação social local.

**Palavras-chave:** Tráfico de escravizados. Moçambique. Niterói

#### ABSTRACT

The paper aims to present preliminary data from a survey on the landing of Africans on the beaches of Niterói, in the Recôncavo da Guanabara, notably those who came from the Mozambique route, from the mid-eighteenth century to the mid-nineteenth century. Therefore, we intend to add new data and fill two important gaps in the historiography of African slavery to Brazil in the indicated period: the final stretch of the compulsory migration of enslaved eastern Africans on the beaches of Niterói, which generally appear in the sources designated as “unidentified port”, and the presence of these Africans in the diaspora in the local social formation.

**Key-words:** Slave trade. Mozambique. Niterói

#### 1 INTRODUÇÃO

As praias de Niterói, no Rio de Janeiro, foram importantes portos de desembarque de africanos escravizados enviados para as Américas. Este artigo se dedica exclusivamente àqueles escravizados que vieram através da rota de Moçambique, no período compreendido entre meados

<sup>124</sup> Professor Doutor em História Social, Mestre e Doutor em Sociologia e Direito, todos os títulos concedidos pela Universidade Federal Fluminense. Email: henriquebarahona@hotmail.com.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

do século XVIII até meados do século XIX. Falamos em “rota de Moçambique” para incluir os africanos que haviam compulsoriamente embarcado não apenas na Ilha de Moçambique, mas também aqueles provenientes de Lourenço Marques, Inhambane, Sofala, Quelimane e demais portos da escravatura rumo ao Norte, passando por Cabo Delgado até a bacia do rio Rovuma, na costa oriental da África. Pretendo, assim, acrescentar novos dados e suprir importantes lacunas verificadas na historiografia sobre a escravatura africana para as Américas no período indicado, identificando o trecho final da migração forçada de milhares de africanos orientais escravizados na diáspora, bem como os agentes locais envolvidos no “escandaloso contrabando” durante o período do tráfico ilegal após 1831, na expressão do delegado de polícia Gustavo Adolfo d’Aquiles Pantoja, ao denunciar ao presidente da província do Rio de Janeiro, em 4 de dezembro de 1836, o desembarque ilegal de africanos nas praias da freguesia de São Sebastião de Itaipú, parte da então chamada cidade de “Nitheroy” (APERJ, 1836, p. 74).

Considerando tais delimitações, as praias niteroienses abrangidas nesta pesquisa e que funcionaram como lugares do tráfico de africanos, pertencentes à freguesia de São Sebastião de Itaipú no período pesquisado, são: a praia do Imbuhy, da Barra (Prainha) de Piratininga, Piratininga, Itaipú (posteriormente dividida entre Itaipú e Camboinhas) e Itacoatiara. Duas outras praias próximas também se conectavam com aquelas no tráfico ali praticado, como a praia de Fora, hoje conhecida como praia do Forte Rio Branco, a primeira antes da entrada da Baía de Guanabara, então pertencente à freguesia de São João Batista de Icaraí; e a praia do Alto Mourão, atualmente Recanto de Itaipuaçu, na vizinha vila de Maricá. Não eram praias apenas geograficamente próximas. Elas guardavam identidades históricas no período investigado, o que é de suma importância para os estudos atuais sobre a diáspora africana nesta região da América. Nos dizeres de Mariza de Carvalho Soares, partimos de uma perspectiva historiográfica que atribui “maior destaque à dispersão dos escravos africanos e às suas modalidades de inserção social” (SOARES, 2011, pp. 65-66).

Não quero dizer com isso que todos os navios provenientes de Moçambique com destino ao Rio de Janeiro tiveram apenas as praias acima referidas como destino. Com efeito, todo o litoral fluminense foi utilizado como local de desembarque dos navios negreiros no período da





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

proibição do tráfico de africanos (ABREU e MATTOS, 2012). E mesmo em Niterói, as praias situadas no interior da baía de Guanabara também foram palco da chegada de escravizados, mesmo após a lei regencial de 7 de novembro de 1831. Tampouco se pretende fazer entender que somente os africanos oriundos de Moçambique desembarcaram na costa niteroiense. Escravizados embarcados noutros portos do extenso litoral atlântico africano também desembarcaram nas praias de Niterói ao longo de quase quatro séculos de escravatura, pelas mais variadas circunstâncias, e quantitativamente em muito maior número. Entretanto, para o escopo deste artigo, ficaremos restritos a meados do século XVIII, quando iniciou o comércio de escravizados de Moçambique para o Brasil, até adentrar ao século XIX, período em que começa a ser estruturado o tráfico de africanos regular que se intensificará no período do comércio ilegal de escravizados após lei de 1831. Podemos afirmar, contudo, que todas as praias nomeadas acima foram portos escravistas de desembarque de africanos, um dos locais de clandestinidade do tráfico por onde ingressaram cerca de 800.000 pessoas trazidas compulsoriamente do continente africano para o Brasil até o fim das expedições negreiras por volta de 1850.

235

### 2 O PERÍODO ANTERIOR À PROIBIÇÃO DO TRÁFICO

As relações entre Moçambique e Brasil, no tocante ao comércio regular de africanos escravizados, tiveram início ainda no século XVIII, com a mudança na política colonial ultramarina pela carta de 20 de abril de 1752, quando Moçambique passou à capitania separada do Estado da Índia. Esta medida, segundo José Capela, além de ter proporcionado a elaboração das primeiras estatísticas com a importação e exportação de escravos na Ilha de Moçambique entre 1753 e 1758, representou também um estímulo por parte da metrópole à política de livre comércio, promovendo a criação de um grupo local de armadores e fomentando o tráfico de escravizados para o Brasil (CAPELA, 2016, p. 142). Podemos então dizer que a pesquisa de José Capela termina exatamente no ponto onde começa a que ora apresentamos. Pois não terá sido por acaso que neste mesmo período começou a ser registrada a entrada de contingentes de escravizados moçambicanos nas fazendas da freguesia de São Sebastião de Itaipú, na Vila Real





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

da Praia Grande, que passou a se chamar Niterói em 1835. No dia 13 de julho de 1755, o alferes José Viegas Lisboa, proprietário das fazendas da Barra de Piratininga e Imbuhy, na freguesia de Itaipú, batizou na capela de Nossa Senhora da Penha de França, ereta por ele dentro dos seus domínios, os “adultos pretos moçambiques” José, Antônio, Sebastião, outro Antônio, João e Rita (ACMN, 1746-1786, fls. 25vº).

As fazendas da Barra de Piratininga e Imbuhy, então pertencentes a José Viegas Lisboa, eram frações da primitiva fazenda da Piratininga dos Gagos da Câmara, por sua vez originada de uma antiga sesmaria doada inicialmente a Diogo Martins Mourão, em 1621. Após a morte deste último, as terras foram herdadas pela viúva, dona Francisca de Tovar, que contraiu segundas núpcias com o açoriano Pedro Gago da Câmara. No seu apogeu, “a Piratininga”, com sua igreja matriz, foi o centro político da região e sede da freguesia de Nossa Senhora do Bonsucesso de Piratininga. Contudo, já no primeiro quartel do século XVIII, dita fazenda havia perdido o seu enorme prestígio de outrora em razão de dívidas, disputas entre os seus herdeiros e a acusação de serem cristão-novos. Com isso, o núcleo político local se deslocou paulatinamente para a banda onde ficava o engenho de São Sebastião de Itaipú, e que a substituiria como sede da nova freguesia de São Sebastião de Itaipú, com a elevação da sua pequena capela em matriz, em 12 de janeiro de 1755.

Em 1764, o cônego Mathias de Albuquerque, da parentela dos Gagos da Câmara e que havia chegado ali para herdar as terras e escravizados da fazenda de Itaipú, de propriedade da sua tia, Apolônia da Câmara e Albuquerque, requereu junto ao Conselho Ultramarino uma provisão que lhe outorgasse a exclusividade da pesca nas “praias e mares de pescaria” que confrontavam com as terras do seu “Engenho de açúcares” (AHU, 1764). O seu intuito era proteger de intromissões principalmente o “canto chamado dos Portos, que será menos de uma légua”. Portanto, aquele trecho do litoral em Itaipú já era chamado de “porto” desde meados do século XVIII, a mesma denominação de vários pontos de pescaria naquela costa até a atualidade. A praia de Itaipú ficava dentro dos domínios do cônego e funcionava como um “porto” indispensável para o escoamento dos produtos dos engenhos locais. É a praia mais abrigada de todo aquela costa e, como conseqüência, a mais propícia ao comércio de cabotagem. Afirmava o





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

cônego na mesma petição que tinha “umas lanchas que conduzem peixe para provimento da mesma cidade”, um indício da estreita conexão comercial entre a praia de Itaipú com o porto do Rio de Janeiro, demonstrando como era estratégico ser o proprietário não apenas de terras, mas também de praias. E de boas praias, dotadas de ancoradouros naturais. Pois elas seriam posteriormente utilizadas no comércio transatlântico durante o período do tráfico ilegal de africanos.

Outro elemento importante naquele contexto que antecede à ilegalidade do tráfico a ser destacado era o comprometimento local de figurões da burocracia colonial que poderiam facilitar as transações comerciais transatlânticas, fossem elas lícitas ou não, colocando africanos naquelas praias e fazendas. Refiro-me a André Martins de Brito, proprietário ou “sócio” do Engenho do Mato. Era filho de João Martins de Brito, juiz e ouvidor da alfândega do Rio de Janeiro, cargos que exerceu pelo menos até 1754. Bem relacionado, um dos seus irmãos, Antônio Martins de Brito, era compadre do vice-rei, o Conde da Cunha, que foi também governador em Angola entre 1753 e 1758. André foi escrivão da Câmara do Rio de Janeiro e sucedeu ao pai como escrivão e ouvidor da alfândega de 1755 até 1777, no mesmo período em que foi iniciado o comércio de africanos escravizados de Moçambique para o Brasil, e data da entrada dos acima mencionados africanos nas fazendas da região. O irmão, Domingos Martins de Brito, foi negociante de escravos e moedeiro entre 1737 e 1741, além de juiz da alfândega em 1749. Outro irmão, Joaquim Martins de Brito, foi proprietário de um trapiche no reduto escravista da Rua da Prainha, que foi adquirido após a sua morte por um dos seus credores, Cleto Marcelino Ferreira, juntamente com o sócio, Joaquim José Cardoso Guimarães. Este último era proprietário da galera *Despique*, que embarcou 563 africanos em Moçambique, e desembarcou 421 no Rio de Janeiro, em 11 de maio de 1825, morrendo 142 escravizados durante os 77 dias da travessia transoceânica.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 3 OS PORTOS DO TRÁFICO NA FREGUESIA DE ITAIPÚ

As bases principais para o tráfico ilegal de escravizados nas praias de Niterói a partir de 1831 já estavam colocadas desde o século anterior. O que era episódico passou a ser habitual, envolvendo a comunidade e local e alterando a rotina de todos naquela faixa litorânea. As elites locais se associaram aos negociantes e armadores do comércio de africanos, numa trama que se tornaria cada vez mais complexa conforme se avizinhava a proibição do tráfico negreiro na costa ocidental africana, despertando grande interesse de armadores do Rio de Janeiro no comércio da escravatura em Moçambique como alternativa. Prova disso é que na edição de 28 de fevereiro de 1828 do *Jornal do Commercio*, um anunciante anônimo queria comprar “huma carta Geografica, que conste da costa de Moçambique, até o Rio de Janeiro” (BNJC, 28/2/1828, p. 3).

A campanha abolicionista empreendida ao mesmo tempo pela diplomacia de gabinete e pelos canhões da armada de guerra britânicas, veio num momento de crescente necessidade no Brasil de mão de obra escravizada para acompanhar a demanda de café no mercado internacional. É o que explica a chegada aqui no Rio de Janeiro de africanos da costa oriental africana numa rota regular do tráfico a partir de 1797. As exportações de café passaram de 160 arrobas em 1792 para 318 mil em 1817, 539 mil em 1820, quase 2 milhões em 1830, e 3.237.190 em 1835. Neste mesmo período, o transporte de africanos escravizados de Moçambique passou de 15 expedições negreiras entre 1795 e 1811, para 235 depois desse ano, representando um aumento de 1.567%, contra o incremento de 271% da África Ocidental. O Rio de Janeiro e suas praias, aliás, foram o principal destino americano dos navios negreiros que partiram de Moçambique no século XIX. Segundo Herbert Klein, 85 das 430 embarcações que chegaram no porto do Rio entre 1825 e 1829 vieram de Moçambique (KLEIN, 2004, P. 70).

No entanto, com a proibição da entrada dos navios negreiros na baía de Guanabara, sobretudo após 1831, era de se esperar que as fortalezas da barra do Rio de Janeiro formassem uma barreira militar, bloqueando o ingresso dos navios negreiros na Guanabara. A alternativa encontrada pelos traficantes logo após a interdição foi contornar a fortaleza de Santa Cruz por terra, passando por trás dela, justamente onde ficavam as terras de José Viegas Lisboa de quem





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

falamos antes, e que foram herdadas pelas suas filhas, Brízida e Thereza da Silveira Câmara Viegas. Após o falecimento delas, as terras passaram por sucessão para uma sobrinha, Ana Maria dos Santos, que se casou com o major Sotero Caio Monteiro. Ele foi o administrador “por cabeça do casal” daquelas terras no início do tráfico clandestino de africanos, uma atividade que lhe pareceu uma boa oportunidade de aumentar os seus rendimentos até então restritos aos contratos de arrendamento de terras pouco valorizadas e de pescarias na praia do Imbuhy e na lagoa de Piratininga. Ainda mais quando os seus vizinhos em Itaipú se entregaram também ao comércio de carne humana, e precisavam passar pelas suas terras para chegarem com os seus comboios a salvo nos pontos de venda após o desmonte da estrutura montada no Valongo. Grande parte deles deveria seguir após o desembarque para o grande barracão situado em Jurujuba, de propriedade dos traficantes Jorge José de Souza, José Bernardino de Sá, José Pimenta Júnior e João Machado Cardoso. Era o maior barracão de escravos do Rio de Janeiro, abastecido pela carga humana despejada pelos navios negreiros nas praias oceânicas de Niterói, os quais depois seguiam “em lastro” em direção ao porto do Rio de Janeiro. Segundo as informações colhidas pelos comissários ingleses, esse barracão localizado em Jurujuba tinha 1.600 africanos expostos à venda em 1837 (FO, 1838, p. 48).

239

O major Sotero era parte integrante da longa e intrincada engrenagem do comércio internacional escravista, que contava evidentemente com a cumplicidade da elite local para o seu exitoso funcionamento. Em 10 de fevereiro de 1836, Antônio Paulino Limpo de Abreu, futuro visconde de Abaeté, então ocupante da pasta dos Negócios da Justiça, recebeu um ofício do chefe de polícia da Corte, Euzébio de Queiroz Coutinho Mattoso Câmara, comunicando-lhe “acharem-se em casa do juiz de paz do Districto de Taipu, o padre Antonio Joaquim de Sá, quatrocentos e tantos africanos buçaes” (APERJ, 1836, p. 15). A denúncia era rica em detalhes sobre o desembarque de africanos nas praias da freguesia de Itaipú, mencionando o receio de ser realizada a investigação pela autoridade policial local envolvida até o pescoço naquele criminoso comércio:

um navio descarregou quatrocentos e tantos Affricanos buçaes em Itaipú, os quaes estão em casa do padre Antonio Joaquim de Sá, juiz de Paz do districto. Eu encarreguei da







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

diligência o juiz de Paz do 1º do Sacramento, de cuja probidade tenho as melhores informações, porém para que não hajão tropeços, eu rogo a V.Ex<sup>a</sup> dous avisos; hum authorizando o juiz de Paz a entrar no districto do outro, e outro ao Presidente da Provincia, para coadjuva-lo. Deos guarde V.Ex<sup>a</sup>. Rio, 10 de Fev. 1836. A Antonio Paulino Limpo de Abreu do Estado dos Negócios de Justiça. Euzébio de Queiroz Coutinho Mattoso Câmara (APERJ, 1836, p. 16).

Os locais de desembarque eram precisos e o sucesso da operação dependia das pessoas em terra que operavam desde o desembarque em lanchas e canoas que rompiam a arrebentação até a areia, até a recepção do contingente de escravizados que alcançavam a praia. Todas as tarefas em terra eram previamente estabelecidas entre a população local engajada naquela atividade ilícita, como o fornecimento de abrigo, alimento, água potável, cuidados médicos, aulas de português, segurança contra o roubo de mercadoria humana, e até mesmo o enterramento dos que morriam imediatamente á chegada, estimados em 15% dos que desembarcaram com vida após a contagem e que faleciam antes de serem comprados (FLORENTINO, 2014, p. 157).

A nova dinâmica do comércio de africanos estabelecida após a proibição do comércio de 240 escravizados, fez com que os navios do tráfico negreiro destinados à Corte desembarcassem a sua bagagem humana nas praias oceânicas de Niterói mais próximas, seguindo despistada por terra depois. No lugar dos escravizados, eram colocados nos porões sacos de areia, pedras ou outros produtos apenas para equilibrar o peso da embarcação. Segundo Robert Conrad, a expressão “em lastro” designava os barcos negreiros “vindos de alguma praia ou baía próximas após terem desembarcado seus escravos” (CONRAD, 1985, p. 105). Ali eram lavados, pintados e limpos, e então partiam após alguns dias para o porto do Rio de Janeiro. Foi desse modo que procedeu o brigue *Saudade*, após desembarcar 613 africanos em Itaipú no dia 7 de dezembro de 1837, tendo embarcado 677 escravizados em Moçambique. Após despejá-los na praia, o navio negreiro ingressou “em lastro” no porto do Rio de Janeiro (BNJC, 9/12/1837, p. 4).

Foi o caso também da barca portuguesa *Comodoro*, forrada e pregada de cobre para torná-la mais rápida, encurtando o tempo de viagem e deixando-a mais ágil para fugir da marinha britânica no Atlântico. Ela partiu do porto do Rio de Janeiro no dia 21 de dezembro de 1837 com destino a Quelimane, onde embarcou 685 africanos. Retornou com apenas 385 a





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

bordo, os quais foram desembarcados em Itaipú após longos 71 dias de travessia (TSTD, 1762). Dali, o mestre Joaquim de Oliveira Costa seguiu “em lastro” para o Rio de Janeiro no dia 27 de julho do mesmo ano, ficando de quarentena pela suspeita de estar empregado no tráfico (DRJ, 28/7/1838, p. 4). O carregamento humano do *Comodoro* desembarcado em Itaipú foi consignado a João Machado Cardoso, como já vimos, um dos proprietários do barracão de venda de escravizados de Jurujuba.

### 4 A “COMUNIDADE DE TRAFICANTES” LOCAL

O major Sotero colocou à disposição do tráfico negreiro as suas marinhas, barcos, estradas, telheiros, casas, água potável, mantimentos, gente especializada etc. Mesmo os africanos desembarcados noutras praias que não aquelas situadas em suas terras poderiam ser compelidos a atravessarem os seus domínios para alcançarem o barracão em Jurujuba. Até nos desembarques feitos no Alto Mourão, na vizinha vila de Maricá, os comboios de africanos eram conduzidos pelo litoral até o local de venda em Jurujuba, passando pelas terras do major Sotero, como registraram os comissários ingleses no caso da barca *Quatro de Março*, vinda de Quelimane com 800 escravizados deixados no Alto Mourão antes de seguir para o Rio de Janeiro (FO, 1839, p. 116).

Esse foi um trajeto possivelmente feito por milhares de africanos desembarcados naquelas praias. Segundo José Capela, o português José Bernardino de Sá, um dos proprietários do barracão em Jurujuba, que pela sua influência política e econômica auferidas com o tráfico ilegal de africanos foi agraciado pelo Imperador D. Pedro II com o título de barão de Vila Nova do Minho, enviou para Moçambique ao menos 11 expedições negreiras entre 1840 e 1846. Uma delas foi o navio *Asseiceira*, trazendo 332 africanos para o Rio de Janeiro, quando foi apreendido pela frota britânica e posteriormente condenado pela comissão mista anglo-brasileira em 8 de março de 1841 (TSTD, 1762). Entretanto, descobrimos que antes disso, José Bernardino de Sá, tinha enviado para Quelimane o brigue *Trinufô da Inveja*, que desembarcou 720 africanos nas praias da entrada do Rio de Janeiro em dezembro de 1839, depois de ter embarcado 795 (BNJC,





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

7 e 8/4/1839, p. 4). Ele e outro proprietário do barracão de Jurujuba, Jorge José de Souza, faziam parte de um grupo seletivo de negociantes negreiros que eram proprietários de barracões também no litoral do continente africano. Isso permitia a eles fazerem o que se chamava de “viagem redonda”, monopolizando o comércio negreiro nas duas margens do Atlântico (CONRAD, 1985, p.122).

Além do caminho pelas terras do major Sotero que margeava as praias e lagoas de Itaipú e Piratininga até o posto de venda em Jurujuba, outras vias utilizadas subiam o morro da Viração pelas serras da Barra de Piratininga e do Imbuhy, um trajeto que também ficou registrado na documentação coeva. Em 1836 houve uma sucessão de desembarques ilegais na praia do Imbuhy descoberto pelas autoridades brasileiras:

Chegando ao conhecimento do Governo, não por denúncia formal, mas por notícia particular, que, na praia do Imbuhy se fazem repetidos desembarques de Africanos, os quais são depois conduzidos para as fazendas do Major Sotero, e de Francisco de Albuquerque, e que o signal que se faz para esta cidade, para darem [ilegível] de taes desembarques, he uma fogueira no cume do morro do Imbuhy. Ordena o Regente em nome do Imperador o Sr. D. Pedro 2º que V.Exª dê aquellas providencias que julgar próprias a tal respeito, a fim de evitarem a continuação de tão escandaloso contrabando, em menoscabo das leis, e das repetidas ordens do Governo. Deos guarde V.Exª – Palácio do Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1836. Gustavo Adolfo d’Aquiles Pantoja. Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro (APERJ, 1836, p. 74).

242

O outro denunciado na mesma oportunidade foi Francisco de Albuquerque. Era um arrendatário das terras de Sotero Caio Monteiro, onde tinha um barracão de venda de escravizados situado “no alto da Serra do Imboy” (BNJC, 15/11/1849, p. 4). Apenas para se ter uma idéia, quando o major Sotero faleceu em 1845, ele tinha 41 arrendatários em seus domínios, desde membros da elite local até egressos das suas senzalas. É possível que muitos deles tenham sido empregados de alguma forma naquele comércio, mas nem todos. Muito provavelmente, quem deu ao chefe de polícia a “notícia particular” da existência de africanos ilegalmente traficados naquela região era alguém próximo, talvez algum arrendatário que sabia que tudo ali pertencia de fato a Sotero Caio Monteiro, daí falar em suas “fazendas”, no plural. A não ser que a acusação partisse de algum negreiro concorrente, de um adversário político, ou mesmo dos





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

comissários ingleses. De todo modo, é preciso ter cuidado para dizer que nem todos daquela localidade eram necessariamente cúmplices do comércio de gente que funcionava ali.

Feita essa ressalva, o barracão de Francisco de Albuquerque era um exemplo do tipo de engajamento de alguns dos moradores da região naquele comércio clandestino, embora ter um ponto de venda de escravizados não fosse obviamente o único meio de se comprometer com a empresa escravista clandestina. E nem todos a praticavam com tamanha envergadura. Ainda de acordo com a correspondência inglesa de 1837, “Numa chácara de uma pessoa chamada Albuquerque, próximo a Praia Grande, existe outro depósito, onde mais de 900 escravizados estão colocados à venda” (FO, ago.1837, p. 44). Caso esse Albuquerque seja o mesmo Francisco de Albuquerque que arrendava as terras de Sotero Caio Monteiro, como de fato suspeitamos, temos então uma possível explicação para a subida da serra pela fileira de desembarcados, orientada pelo sistema de fogueiras no cume do morro do Imbuhy. Com efeito, um número tão expressivo de escravizados num único ponto de venda no alto da serra é revelador do volume do tráfico praticado pelos agentes locais no comércio clandestino naquelas terras.

Outra razão para subirem o íngreme morro da Viração pelas serras da Barra ou do Imbuhy era acessar a antiga Estrada Real e sair do outro lado da serra, no interior da Baía de Guanabara. Desde pelo menos o início da década de 1830, o antigo caminho que ligava a região até Cabo Frio pelo litoral, tinha um trecho pavimentado no alto da Viração, passando por uma “ponte de pedra” na divisa com as terras da fazenda da Piratininga, o que facilitava o tráfego de carros e de pessoas. Também havia pequenas trilhas escondidas na mata, artérias alternativas para quem desejasse passar despercebido. Como quer que seja, muitas vezes foi necessário atravessar o morro Viração pelo seu cume em direção a outros barracões no interior da Guanabara.

O depósito de João Homem do Amaral ficava na Rua da Praia, em frente ao cais, onde funcionava desde o início de 1800 (WERS, 1984, p. 54). Ele era capitão-mor de ordenanças reformado, vereador e foi o tesoureiro da subvenção voluntária oferecida pelos cidadãos da Vila Real da Praia Grande em favor do Batalhão do Imperador em 1823. Enquanto os tumbeiros puderam tranquilamente entrar na baía de Guanabara, ele recebeu a sua carga humana ali





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

mesmo, no cais em frente do seu barracão de negócios, vindos dos armazéns do Valongo do outro lado da baía. Entretanto, isso se tornaria teoricamente impossível após a proibição do tráfico, o que gerou uma corrida dos negociantes de escravizados como ele para comprar ou arrendar terras e benfeitorias próximas às já mencionadas praias oceânicas, situadas antes da fortaleza de Santa Cruz, onde pudessem receber as suas encomendas e encaminhá-las aos seus barracões localizados no interior da Baía de Guanabara. Não por acaso, em 3 de dezembro de 1831, João Homem do Amaral comprou de Teodoro Correia de Souza as suas benfeitorias nas terras da Fazenda da Piratininga pelo preço de 2.400\$000 réis (ACVN, vol. I, p. 99).

No início de 1850, os jornais abolicionistas ainda denunciavam a existência de diversos barracões de venda de africanos para os quais deveriam fluir os escravizados ilicitamente importados e desembarcados nas praias de Niterói. Eram eles: no fim do campo de São Bento, em casa do falecido José de Sousa França, pertencente a Clemente & André; em Jurujuba continuava o barracão na casa de Jorge José de Sousa; em Icaraí, na casa da viúva Salgueiro; na chácara de Santana, casa de Manoel José Cardoso & Cia; na subida de Santana; na praia de Maruí, em casa de Mendonça & Cia; na Engenhoca [desmembrada da fazenda Santana], em casa de Mendonça; no princípio da rua Nova, em casa de Leal; no morro do Cavalão, em casa de Machado; e na ponta da areia, em casa de Francisco Xavier Baptista. (BNOP, 11/1/1850, p. 4).

244

Sotero Caio Monteiro era um velho conhecido do então chefe de polícia da Corte, Euzébio de Queirós Coutinho Mattoso da Câmara. Ele já havia sido denunciado pelo mesmo Euzébio de Queirós dois anos antes. E o motivo era o mesmo: ter “africanos buçaes” em suas terras:

Neste momento se me denuncia a existência de Africanos buçaes, em casa de Luis José Ribeiro da Costa Lacé, morador em Piratininga, na situação denominada Pertaxinho logo abaixo do morro da Viração; em casa do Capitão Sotéro, morador na Praia do Himbuhí, e em diversas outras casas daquela vizinhança; V.S. tomando as convenientes denuncias, passe a dar a busca com o zelo, e actividade, que o caso requer. Deos guarde a V. S. Rio, 6 de junho de 1834 – Euzebio de Queiroz Coutinho Mattoso da Câmara (BNCO, 23/6/1834, p. 2).





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Desta vez, o denunciado juntamente com Sotero Caio Monteiro pela recepção ilegal de africanos foi Luis José Ribeiro da Costa Lacé, morador no lugar da Pertacinta (este era o nome correto), atualmente chamado de Cafubá, no início da subida do morro da Viração, do lado de Piratininga. Não eram os únicos traficantes dali, pois a denúncia falava claramente em “diversas outras casas daquela vizinhança”. Luis José Ribeiro da Costa Lacé era neto de Ana Joaquina de Lacé, viúva do coronel de infantaria de linha José Carlos da Costa Lacé, que serviu muitos anos na Índia e foi governador do Castelo de São Sebastião, na ilha de Moçambique, onde fez o seu testamento em 8 de setembro de 1780.

Luis José Ribeiro da Costa Lacé foi preso pela polícia ao ser descoberto com 10 africanos novos escondidos em suas terras “que nenhuma palavra sabião proferir em linguagem Portuguesa” (BNCO, 5/8/1834, p. 1). Em seguida, foram os escravizados vestidos e cobertos à custa do Lacé, e remetidos para a Casa de Correção a fim de serem empregados nas obras públicas. No entanto, não durou muito da prisão do infrator apanhado em flagrante. O juiz responsável pelo caso, José Antônio Fernandes, relaxou a prisão de Lacé sem dar maiores explicações. Foi por isso também denunciado pelo promotor de justiça do caso. Em 1836, acabou novamente pronunciado, desta vez por exigir dinheiro para a soltura de escravizados, incurso no artigo 129, § 2º do Código Criminal do Império.

Assim como outros negreiros de Niterói, Luis Carlos Ribeiro da Costa Lacé também havia adquirido terras junto às praias oceânicas para melhor se adaptar ao comércio clandestino da escravatura. Em 30 de abril de 1831, ele celebrou na “casa de José Telles Drumond de Menezes em Piratininga”, um contrato de compra e venda de terras, sendo vendedora Serafina Rosa de Lemos. No dia 9 de dezembro do mesmo ano, ele comprou do próprio Luis Telles Drumond de Menezes as suas terras, excetuados os escravos do serviço doméstico. O vendedor era padrinho de uma filha de Sotero Caio Monteiro com uma escrava, o que mostra pertencerem todos à mesma rede de sociabilidades, e isso incluía o envolvimento no tráfico local de escravizados. Em 10 de março de 1832, Lacé aumentou os seus domínios comprando as terras de Amador de Lemos Ornelas e sua mulher, Matildes Carolina de Lemos, “moradores em Piratininga”. Tudo indica que essas terras e benfeitorias adquiridas na Pertacinta, situadas em





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Piratininga, foram adquiridas por Luis José Ribeiro da Costa Lacé para serem colocadas à disposição do tráfico de africanos.

Lacé era juiz de paz da freguesia de São Sebastião de Itaipú ao ser preso, ou seja, era a autoridade local que deveria zelar pela aplicação das leis imperiais, pelo menos em tese. No final de maio de 1834, as correspondências oficiais dos agentes do governo imperial registraram que “em frente da Praia de Itaipú, havião alguns dias, pairava hum Pataxo, a que tinham atracado algumas canoas, fazendo por isso desconfiar, que tal embarcação fosse huma daquellas, que fazem contrabando de escravos africanos” (BNCO, 24/5/1834, p. 1). Cronologicamente, o ofício de Euzébio de Queirós denunciando a presença de africanos novos na casa de Luis José Ribeiro da Costa Lacé era de 6 de junho de 1834, o que significa que muito possivelmente o denunciado estava guardando em seus domínios parte do produto desembarcado pelo tal “pataxo” ancorado na praia de Itaipú.

Luis José Ribeiro da Costa Lacé era parente pela parte materna do brigadeiro Francisco Carlos da Costa Lacé, cavaleiro professo da Ordem do Cristo, secretário do governo de Moçambique pelo Decreto de 8 de março de 1809, e membro do governo provisório de Moçambique entre 1818 e 1819. Era conhecido pela sua atividade negreira, responsável pela carregação de diversos navios que de lá saíam com destino à América, o que se revelou um lucrativo negócio de família mesmo depois da proibição do comércio de escravizados. José Capela aponta Francisco Carlos da Costa Lacé como sendo o principal armador do brigue *Nossa Senhora da Guia Morgado do Almeo*, em 1819, com 365 escravizados (CAPELA, 2016, p. 168; 2007, p. 103). Mas esse não foi o único caso. No ano anterior, Francisco Carlos da Costa Lacé, morador em Moçambique, tinha a quarta parte no brigue *Esgueira*, sendo possuidor das outras três quartas partes o famoso negreiro Custódio de Souza Guimarães, como constou na escritura de fretamento do mesmo navio celebrada no Rio de Janeiro entre este último, como outorgante, e o seu genro, Alexandre José Fróes, como outorgado, em 11 de abril de 1818. O navio deveria ir até Moçambique “carregar de escravos pagando-lhe o preço de 35.000 réis por cada um que conduzir vivo ao porto desta cidade na forma do estilo com os mais carregadores” (FLORENTINO, 2007, p. 257).





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

E quando ligamos os nomes em torno de Francisco Carlos da Costa Lacé, identificamos a rede de sociabilidades dos agentes responsáveis pelo tráfico de escravizados entre as praias niteroienses e os portos de Moçambique, o que Manolo Florentino chamou de “comunidade de traficantes” locais (FLORENTINO, 2014, p. 215). Alexandre José Fróes era casado com Maria de Souza Fróes, filha de Custódio de Souza Guimarães, sócio de Francisco Carlos da Costa Lacé no navio *Esgueira*, empregado no comércio escravista na rota de Moçambique, como vimos acima. Após a morte de Alexandre José Fróes, Maria de Souza Fróes se casou com o também negreiro Alexandre Correa Cardoso Monteiro, mestre da galera *Conde de Souza*, que chegou de Moçambique no dia 9 de fevereiro de 1830, trazendo 1.166 escravizados em seus porões, tendo morrido 123 durante o trajeto (TSTD, 1051). Um dos passageiros era Joaquim Eleutério Monteiro, então proprietário de um engenho de açúcar no Engenho do Mato, em Itaipú (ACVN, vol. II, p. 82), o mesmo que havia pertencido aos Martins de Brito no século XVIII, como vimos mais acima. Por sua vez, Joaquim Eleutério Monteiro era filho do “negociante e expoente dos negreiros da praça de Moçambique”, Joaquim do Rosário Monteiro (CAPELA, 2019, p. 146). Em 1807, ele partiu de Lisboa juntamente com a Família Real com destino ao Brasil. Antes disso, no mês de abril daquele mesmo ano, o seu navio *Ninfa do Mar*, havia despejado no Rio de Janeiro 130 africanos, do total de 193 embarcados em Moçambique (TSTD, 19254). Requereu a D. João VI o ofício de selador-mor da alfândega de Moçambique, mercê que lhe foi outorgada em dezembro de 1809. Deixou ao filho Joaquim Eleutério Monteiro o cargo de selador da alfândega de mesma praça. Ocupando este importante cargo da burocracia colonial local, ele saberia de tudo o que entrava e saía da alfândega. Manifestou cargas de escravizados em 1819 e 1820 em Quelimane e Moçambique, embarcados nas naus *Nossa Senhora da Conceição* e *Animo Grande* com destino ao Brasil (CAPELA, 2007, p. 104).

247

### 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados preliminares da pesquisa são importantes por revelarem alguns lugares de desembarque dos escravizados vindos na rota de Moçambique no período indicado, apontando as







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

praias litorâneas de Niterói como o destino de parte dos navios negreiros que partiram do Índico rumo às Américas. Além dos tumbeiros e das praias onde ocorreram os desembarques, foi possível identificar alguns dos agentes em terra, a chamada “comunidade de traficantes” locais, assim como também a dinâmica do tráfico negreiro na freguesia de São Sebastião de Itaipú e adjacências.

Permitiram, finalmente, identificar a incorporação social daqueles africanos orientais ali compulsoriamente imigrados e que não foram vendidos para outras localidades, permanecendo na região onde desembarcaram. Eram moçambiques, inhambanos, quelimanes, macúas, maganges, mucencas, ozambis, muchibecas e tantas outras designações registradas pela burocracia negreira (MAMIGONIAN, 2017, p. 46). Personagens fundamentais na formação social, econômica e cultural daquele trecho litorâneo do Mundo Atlântico nos séculos XVIII e XIX.

### FONTES

248

Arquivo da Câmara Municipal de Niterói (ACVN). *Atas e Documentos da Câmara Municipal de Niterói*. Levantamento feito por Emmanuel de Macedo Soares. Vols. I, II e III. Niterói, 1995.

Arquivo da Cúria Metropolitana de Niterói (ACMN). *Livro de batismos de escravos de Itaipú, (1746-1786)*.

Arquivo da Cúria Metropolitana de Niterói (ACMN). *Livro de batismos e óbitos de pessoas livres de Itaipú (1821-1854)*.

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). CU-017, caixa 72, documento 6560.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Fundo PP. Notação 23. Maço 2/13, cx. 0006, pp. 16 e 74.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Correio Oficial: In Medio Posita Virtu* (BNCO).

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário do Rio de Janeiro* (DRJ).





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Jornal do Commercio* (BNJC).

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *O Philantropo: Periodico Humanitario, Scientifico e Litterario* (BNOP).

Foreign Office (FO). *Correspondence with Foreign Office relating to Slave Trade, 1837*. London: Printed by Willian Clowesand Sons, 1838. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=4IESAAAAYAAJ&pg=RA4-PA48&lpg=RA4-PA48&dq#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 23/8/2023.

Foreign Office (FO). *Correspondence with Spain, Portugal and Brazil relative to The Slave Trade*. Feb/1839, May/1839. London: Printed by Willian Clowesand Sons, 1839. Disponível em: [https://purl.pt/17150/4/sc-1148-2-a\\_PDF/sc-1148-2-a\\_PDF\\_24-C-R0150/sc-1148-2-a\\_0000\\_Obra%20Completa\\_t24-C-R0150.pdf](https://purl.pt/17150/4/sc-1148-2-a_PDF/sc-1148-2-a_PDF_24-C-R0150/sc-1148-2-a_0000_Obra%20Completa_t24-C-R0150.pdf). Acesso em 23/8/2023.

*The Transatlantic Slave Trade Database: Voyages* (TSTD). Disponível em <https://www.slavevoyages.org/voyage/database>. Acesso em 21/8/2023. São indicados nas citações os números das respectivas viagens.

### REFERÊNCIAS

249

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe (Orgs.). **Passados Presentes**. Niterói: Eduff, 2012. Disponível em: <http://www.labhoi.uff.br/passadospresentes/>. Acesso em: 21 ago. 2023.

AGOSTINI, Camila. **Mundo Atlântico e clandestinidade. Dinâmica material e simbólica em uma fazenda litorânea no sudeste, século XIX**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2011.

CAPELA, José. **Dicionário de negreiros de Moçambique (1750-1897)**. Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto Coleção: e-books Edição: 1.<sup>a</sup> (novembro/2007), disponível em [https://www.africanos.eu/images/publicacoes/livros\\_electronicos/EB004.pdf](https://www.africanos.eu/images/publicacoes/livros_electronicos/EB004.pdf), Acesso em 21/8/2023.

CAPELA, José. **O tráfico de escravos nos Portos de Moçambique, 1717-1904**. Porto: Edições Afrontamento, 2016.

CARVALHO, Marcus J. M. O desembarque nas praias: o funcionamento do tráfico de escravos depois de 1831. In **Revista de História**. São Paulo, nº 167, pp. 223-260. Julho/Dezembro 2012.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

CONRAD, Robert Edgar. **Tumbeiros:** O tráfico escravista para o Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras:** uma história do tráfico negreiro de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII/XIX). São Paulo: Editora Unesp, 2014.

KLEIN, Herbert S. **O Tráfico de Escravos no Atlântico.** Ribeirão Preto, SP: FUNPEC Editora, 2004.

MAMIGONIAN, Beatriz G. **Africanos livres:** a abolição do tráfico de escravos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SOARES, Mariza de Carvalho. Índícios para o traçado das rotas terrestres de escravos na Bahia do Benim, século XVIII. In: SOARES, Mariza de Carvalho (org.) **Rotas Atlânticas da Diáspora Africana:** da Baía do Benim ao Rio de Janeiro. Niterói: EDUFF, 2007.

WERS, Carlos. **Niterói Cidade Sorriso:** história de um lugar. Rio de Janeiro: Gráfica Vida Doméstica, 1984.

VERGER, Pierre. **Fluxo e Refluxo:** do tráfico de escravos entre o golfo do Benim e a Bahia de Todos os Santos, do século XVII ao XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### POR UM JORNALISMO ANTIRRACISTA: APONTAMENTOS SOBRE O MINICURSO “LETRA PRETA: REFLEXÕES SOBRE JORNALISMO E NEGRITUDES”

Jaine Araújo da Silva<sup>125</sup>

#### RESUMO

O presente artigo parte de um relato de experiência a partir do minicurso “Letra Preta: reflexões sobre jornalismo e negritudes”, atividade de extensão ministrada durante o V Novembro Negro, promovido pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre, em 2022. O objetivo do texto é discutir panoramicamente o jornalismo brasileiro e as relações raciais no Brasil, considerando dois aspectos: o perfil racial dos jornalistas brasileiros e a produção de representações de mundo produzidas e reproduzidas por essa categoria profissional nos produtos jornalísticos. O referencial teórico é composto por autores como Nascimento (2016 [1997]), Carneiro (2011 [2000]), Lima; Mick (2022) e Silva (2022). A atividade permitiu a apresentação de um panorama da discussão de tópicos relevantes para a compreensão das relações raciais brasileiras, além de apontar encaminhamentos para um jornalismo que combata o racismo.

**Palavras-chave:** Jornalismo antirracista. Minicurso. Novembro Negro.

251

#### ABSTRACT

This article is based on an experience report based on the short course “Black Letter: reflections on journalism and blackness”, an extension activity taught during the V Black November, promoted by the Nucleus of Afro-Brazilian and Indigenous Studies of the Federal University of Acre, in 2022. The objective of the text is to discuss Brazilian journalism and racial relations in Brazil in a panoramic way, considering two aspects: the racial profile of Brazilian journalists and the production of representations of the world produced and reproduced by this professional category in journalistic products. The theoretical framework is composed of authors such as Nascimento (2016 [1997]), Carneiro (2011 [2000]), Lima; Mick (2022) and Silva (2022). The activity allowed for the presentation of an overview of the discussion of topics relevant to the understanding of Brazilian race relations, in addition to pointing out guidelines for journalism that combats racism.

**Keywords:** Anti-racist journalism. Short course. Black November.

<sup>125</sup> Doutoranda em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Jornalista e mestra em Letras: Linguagem e Identidade pela Universidade Federal do Acre (Ufac). E-mail: jaine.ppgjor@gmail.com.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 1 INTRODUÇÃO

Entendido como uma forma social de conhecimento (Meditsch, 1997), o jornalismo incorpora os sistemas de opressão vigentes nas sociedades nas quais opera. Este trabalho se debruça sobre reflexões acerca da forma como o jornalismo brasileiro dá a ver e reproduz os conflitos raciais vigentes no país que se autodenomina uma democracia racial (Nascimento, 2016 [1997]).

Nesse sentido, o objetivo do estudo é discutir panoramicamente o jornalismo brasileiro e as relações raciais no Brasil, considerando dois aspectos: o perfil racial dos jornalistas brasileiros e a produção de representações de mundo produzidas e reproduzidas por essa categoria profissional nos produtos jornalísticos.

Como ponto de partida, adotam-se as discussões levantadas no minicurso “Letra Preta: reflexões sobre jornalismo e negritudes”<sup>126</sup>. A atividade de extensão foi ministrada pela autora deste texto durante o V Novembro Negro, promovido pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre, em 2022.

252

O minicurso visou promover reflexão crítica sobre como o jornalismo aborda as relações raciais no Brasil, com foco nas negritudes; e pensar possibilidades para uma cobertura jornalística antirracista. Aqui, objetiva-se apresentar uma síntese da atividade de extensão que reuniu estudantes de jornalismo, graduandos, professores e pesquisadores de outros cursos, além de militantes.

---

<sup>126</sup> O título faz referência à monografia “Letra preta: a inserção de jornalistas negros no impresso”, defendida em 2019 pela jornalista Yasmin Santos, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). No estudo, a então graduanda coletou e analisou narrativas de 47 jornalistas negros distribuídos por estados das regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil. Os respondentes tinham entre 22 e 62 anos e falaram sobre suas experiências considerando três dimensões: as experiências profissionais, as relações raciais nas redações e a diversidade no jornalismo.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 2 CONCEITOS-CHAVE CAROS À DISCUSSÃO RACIAL NO BRASIL

O minicurso “Letra Preta: reflexões sobre jornalismo e negritudes” teve duas aulas em que foram discutidos os seguintes eixos temáticos: 1) panorama dos conceitos de mito da democracia racial e branqueamento; 2) a questão do pardo; 3) o perfil de jornalistas na mídia hegemônica brasileira; 4) o papel da mídia na produção, reprodução e difusão das representações sociais; e 5) o jornalismo de subjetividade como caminho possível.

O primeiro eixo temático apresentou conceitos basilares para a compreensão das relações raciais no contexto brasileiro. Como um país cuja característica é negar a existência do racismo, o Brasil apresenta resistência às políticas afirmativas e a qualquer sinal mínimo de promoção de equidade racial. Muitas vezes, as desigualdades presentes no país são colocadas como consequência devida exclusivamente à questão de classe, raciocínio criticado por intelectuais como Abdias Nascimento, que diz:

Se os negros vivem nas favelas porque não possuem meios para alugar ou comprar residência nas áreas habitáveis, por sua vez a falta de dinheiro resulta da discriminação no emprego. Se a falta de emprego é por causa de carência de preparo técnico e de instrução adequada, a falta desta aptidão se deve à ausência de recurso financeiro. Nesta teia, o afro-brasileiro se vê tolhido de todos os lados, prisioneiro de um círculo vicioso de discriminação — no emprego, na escola — e trancadas as oportunidades que lhe permitiriam melhorar suas condições de vida, sua moradia, inclusive. Alegações de que esta estratificação é “não racial” ou “puramente social e econômica” são chavões que se repetem e racionalizações basicamente racistas: pois o fator racial determina a posição social e econômica na sociedade brasileira (Nascimento, 2016 [1978], posição 1119-1125).

A miscigenação, por sua vez, fundamenta o mito da democracia racial, sendo utilizada como ferramenta de embranquecimento, tanto no sentido literal/fenotípico quanto na direção de valorizar tudo aquilo que vem de origem europeia (branca) em detrimento das culturas, saberes, idiomas, artes e territórios das populações negras e indígenas. Nesse sentido, estabelece-se uma escala de cores na qual quanto mais próximo do ideal de branquidão se é, melhor. No contexto brasileiro, portanto, há especificidades quanto aos modos como o racismo, compreendido como um sistema de dominação, se articula, hierarquiza e afeta os indivíduos.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Nessa dinâmica, o sujeito pardo tem dificuldade de se compreender como pessoa negra, uma vez que a esse grupo racial é conferida toda a sorte de mazelas, tanto no âmbito simbólico quanto no material. Como explica a filósofa Sueli Carneiro, “Talvez o termo ‘pardo’ se preste apenas a agregar os que, por terem sua identidade étnica e racial destroçada pelo racismo, pela discriminação e pelo ônus simbólico que a negritude contém socialmente, não sabem mais o que são ou, simplesmente não desejam ser o que são.” (Carneiro, 2011 [2000], p. 56).

A construção histórica do termo “pardo” no contexto brasileiro encarna várias das contradições identitárias vigentes no país, pois, ao passo que tenta se desviar da categoria negra, a população que se autodeclara parda se sabe e se confessa não pertencente ao grupo branco, que detém a hegemonia. No que tange às contradições sociorraciais, é pertinente observar que em termos estruturais, pardos e pretos são alvos de uma série de violações de direitos muito semelhante, como discute a doutora em Ciência da Informação Bianca Santana:

Segundo dados divulgados pelo IBGE em 2017, enquanto o rendimento médio real de um trabalhador branco era de R\$ 2.660 e dos pretos era R\$ 1.461, o do pardo era R\$ 1.480. Percebem a vantagem social? Do mesmo modo, enquanto o desemprego entre brancos era de 9,5%, dentre os pretos era de 14,4%, dentre os pardos era 14,1%. Sei que os dados cansam. Apresento só mais alguns. Dentre as empregadas domésticas, 50% são pardas (as quais somam 40% do total de mulheres), 13% pretas (quando são 8% do total de mulheres), 35% brancas (47% das mulheres). (Santana, 2020, online)

254

Com base nesses dados, nota-se que o abismo no Brasil não se dá entre pessoas pardas e pretas, mas sim entre as negras (autodeclaradas pretas e pardas) e brancas. A esse respeito, vale ressaltar alguns dados populacionais referentes ao contexto acreano. Segundo o Censo Demográfico 2010, 66,8% da população do Acre se autodeclara parda e 5,6%, preta. Já os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, feita em 2019, mostram que o Acre é o segundo estado com maior contingente populacional autodeclarado pardo no Brasil — 74,1% da população acreana se autodeclara parda —, ficando atrás apenas do Amazonas, cuja população é 78,7% autoclassificada assim.

Em ambas as pesquisas, nota-se que a população acreana é majoritariamente negra, pois, para os órgãos oficiais brasileiros, a população negra é composta pela soma de pretos e pardos.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Como definido pelo Estatuto da Igualdade Racial, população negra é “o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga” (Brasil, 2010).

No entanto, muitas pessoas que se autodeclararam pardas não têm consciência de que, ao fazê-lo, se incluem no grupo populacional negro. Como já discutimos, essa é outra especificidade das relações raciais no Brasil: parte significativa da população se compreende como não branca, mas, ao mesmo tempo, não se reconhece negra. Isso não se dá por acaso, mas é resultado de séculos de desumanização de pessoas negras, de formas variadas ao longo da história.

### 3 O QUE NOS INDICA O PERFIL RACIAL DOS JORNALISTAS BRASILEIROS?

No que tange às características raciais dos jornalistas brasileiros, o *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho* (Lima; Mick, 2022) mostra que os profissionais dessa categoria ainda são majoritariamente brancos (67,8%). Em comparação à primeira edição do estudo, feita em 2012, os jornalistas negros passaram de cerca de 23% para aproximadamente 30%.

Os autores do estudo atribuem tais avanços à política de cotas raciais nas universidades, à execução ações por mais diversidade no mercado de trabalho e à autoidentificação fomentada pelo avanço das lutas antirracistas na sociedade na última década. Nesse sentido, ganha força a hipótese de que as mudanças são frutos dos esforços coletivos dos movimentos negros, inclusive na direção de reivindicar a implementação de políticas públicas com vistas à promoção da igualdade racial.

Outras pesquisas vão na mesma direção. O *Perfil Racial da Imprensa Brasileira*<sup>127</sup>, também feito em 2021, ouviu 1.952 jornalistas e dá conta de que 77,60% dos profissionais respondentes se autodeclararam brancos; 20,10% estão no grupo negro, sendo 13,20% autodeclarados

<sup>127</sup> A pesquisa foi realizada pela Jornalistas&Cia em parceria com o Portal dos Jornalistas e o Instituto CORDA — Rede de Projetos e Pesquisas I'MAX.







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

pardos e 6,90% pretos; 2,10% se classificam como amarelos; e apenas 0,20% como indígenas. Ao comparar os dados por região geográfica, o estudo mostra que a sub-representação de pessoas negras no jornalismo é mais intensa no Sul do Brasil, enquanto no Nordeste há maior expressividade de jornalistas negros.

Há ainda pesquisas internacionais que comprovam os efeitos do racismo nos veículos de jornalismo brasileiros. O estudo *Raça e liderança na mídia*<sup>128</sup>, realizado pelo Instituto Reuters para estudos do Jornalismo, na Universidade de Oxford, e divulgado em março de 2021, revela que no Brasil não há pessoas não-brancas nos cargos de chefia principal nas redações de vinte grandes veículos nacionais. A investigação fez o cruzamento de dados da presença de diretores de redação negros, dados demográficos e índices de diversidade no jornalismo. A partir disso, constatou-se que, em 2020, havia um chefe de redação negro dentre os veículos estudados no Brasil e no ano seguinte, nenhum.

Segundo Luciana Gurgel (2021, online), os dados da pesquisa assemelham o Brasil, segundo país mais negro do mundo, a países como Alemanha e Reino Unido, que têm população majoritariamente branca. A jornalista observa que, além de refletir as desigualdades históricas fortalecidas ano a ano no Brasil e impactar diretamente os rumos das carreiras de profissionais não-brancos, a realidade mostrada no resultado da pesquisa influencia a visão de mundo produzida e transmitida pela mídia hegemônica.

Na prática, o jornalismo produzido por pessoas brancas tende a ser limitado à visão de mundo e às experiências delas. Portanto, o cenário é preocupante, pois além da limitação imposta sistematicamente às carreiras de pessoas não-brancas, há ainda a produção de representações de mundo que dificilmente dão conta da pluralidade de realidades existentes no país.

Conforme Laura Corrêa e Mayra Bernardes (2019), a sub-representação gera o chamado “fenômeno do negro único”, ou seja, uma única pessoa passa a representar o grupo a que pertence de modo ineficiente e insuficiente. Esse sujeito único carrega todas as expectativas de repre-

<sup>128</sup> O estudo se baseou em dados disponíveis nas páginas oficiais dos 20 veículos de maior audiência dos países estudados, sendo 10 off-line (TV, rádio e mídia impressa) e 10 online. Depois, os dados foram checados por pesquisadores. A seleção dos veículos foi feita a partir do Relatório de Mídia Digital publicado pelo Instituto Reuters para estudos do Jornalismo em 2020 (Gurgel, 2021, online).





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

sentação daquele grupo: “Como é única, a pessoa negra que aparece em meio a várias pessoas brancas, termina por ser A atriz, A apresentadora, A deputada, A autora, A professora negra, que passa a estar naquele lugar como representante de todas as pessoas negras” (Corrêa; Bernardes, 2019, p. 209).

Como esse problema alcança também o perfil dos jornalistas brasileiros, as poucas pessoas negras que conseguem chegar a lugares de destaque positivo acabam sujeitadas a todas as expectativas que recaem sobre o grupo negro, sendo, portanto, sua individualidade e possibilidades intelectuais, profissionais e subjetivas suprimidas. Esse é um dos pontos abordados por Yasmin Santos (2019) em sua monografia.

Ao coletar narrativas de dezenas de jornalistas brasileiros de diferentes idades e regiões do país, ela percebeu que prática comum nas redações é relegar exclusiva e exaustivamente a cobertura de temas relacionados às relações raciais aos profissionais negros, de modo que “[...] o repórter negro se torna porta-voz do Movimento Negro, tendo ele envolvimento político com a causa ou não. Quando não são escalados para cobrir assuntos relacionados à negritude, funcionam para os outros repórteres como uma espécie de Wikipédia da população negra.” (Santos, 2019, p. 34).

257

Dentre esses sujeitos, dois perfis são percebidos pela pesquisadora: aqueles que não se contentam em cobrir somente esses temas, que gostariam de construir uma carreira discutindo outros assuntos; e aqueles que tanto sentem afinidade com as discussões das relações raciais quanto pretendem construir seu trabalho a partir delas.

Em comum, integrantes de ambos os perfis têm a sensação de assumirem uma responsabilidade social que vai além da exigida para o exercício profissional do jornalismo. Trata-se da assunção do compromisso de entregar aos leitores aquilo que eles não receberam enquanto público negro, isto é, uma cobertura mais íntegra e integral sobre as vivências de pessoas negras, trabalhos que chamem o racismo pelo nome, que não se intimidem diante da tarefa de discutir assuntos ainda áridos e conflitos supostamente inexistentes no Brasil autodenominado lugar em que vigora uma democracia racial.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

A jornalista Flávia Oliveira defende que pluralidade na composição de redações jornalísticas no que diz respeito a raça, gênero, idade, classe social e origem geográfica não basta: é necessário que a diversidade alcance outros setores das empresas jornalísticas. Afinal, profissionais que ocupam posições de comando são responsáveis pelas decisões de linha editorial, abordagens e investimentos; enquanto os que ocupam os espaços de opinião têm a função de defender ideias.

Um diálogo pode ser estabelecido entre o argumento apresentado por Flávia Oliveira e o pensamento da também jornalista Yasmin Santos. No texto *Letra preta: os negros na imprensa brasileira*, publicado na revista *piauí*, em 2019, ela diz:

[...] política de diversidade é sobre quem se senta à mesa, sobre quem toma as decisões e pode opinar. Contratar pessoas negras como estagiários, trainees e repórteres é maravilhoso, mas insuficiente. Se as pessoas “diversas” da redação estão concentradas no chão da fábrica, sem autonomia, não se modificou nada estruturalmente. Não ignoro que isso leva tempo e custa caro, ainda mais num contexto de precarização da profissão. Mas é algo que as empresas devem ter em mente. É preciso quebrar a barreira do olhar, que nos prende ao nosso círculo mais próximo de convívio. Alguns veículos preferem se proteger com a velha desculpa de que são “progressistas”, “de esquerda”. Isso pouco me interessa. Há racismo. E é preciso encará-lo de frente (Santos, 2019, online).

258

Em seu relato no texto com críticas ao veículo que assinava sua carteira, em particular, e ao jornalismo brasileiro, no geral, Yasmin Santos revelou a frustração experimentada ao notar que a diversidade tão alardeada nas páginas da revista não se concretizava em termos de composição de equipe. Contratada em 2018, Yasmin foi a primeira mulher negra a trabalhar na *piauí*, doze anos após a criação do veículo; antes dela, havia somente um repórter negro (Tiago Coelho).

As considerações propostas por Yasmin Santos e Flávia Oliveira, duas jornalistas negras de diferentes gerações, apontam a um aspecto crucial da discussão sobre diversidade racial no jornalismo: a importância de compromisso antirracista em todas as etapas de produção e por todos os profissionais envolvidos no trabalho jornalístico. Lançar somente aos jornalistas negros a responsabilidade de perseguir uma ética profissional que inclua em seu *modus operandi* a atenção que o debate racial demanda não causará mudanças nas estruturas jornalísticas. Do mesmo





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

modo, restringir a atenção às questões raciais a algumas datas ou editorias não surtirá efeitos expressivos.

Já do ponto de vista da produção do conteúdo jornalístico, Flávia Oliveira negrita a necessidade de atentar para os seguintes elementos: 1) escolhas de fontes (especialistas e personagens); 2) utilização e contextualização de dados; 3) escolhas de imagens; e 4) emprego de vocabulário. Pensar sobre esses passos, sempre presentes na rotina de trabalho de jornalistas, é relevante porque cada uma dessas escolhas e renúncias contribui para a constituição de representações sobre os sujeitos, culturas e territórios narrados pelo jornalismo.

Representar é, assim, uma questão de poder, e o jornalismo é um dos atores envolvidos direta e assiduamente na dinâmica de reprodução de determinados regimes representacionais. Se sobre corpos negros, LGBTQs, femininos e/ou periféricos recaem sempre os mesmos modos desumanizantes e estereotipados de representação, há que se pensar sobre os efeitos das práticas representacionais adotadas pelo jornalismo que narra esses atores no mundo real.

### 4 A CONTRIBUIÇÃO DO JORNALISMO DE SUBJETIVIDADE

259

Nesse sentido, o conceito de jornalismo de subjetividade, proposto pela jornalista e pesquisadora Fabiana Moraes (2015), foi trazido à baila no minicurso “Letra Preta: reflexões sobre jornalismo e negritudes” por ser compreendido como uma possibilidade de construção de outros jornalismos. A autora discorre sobre o conceito desde 2015, a partir de suas próprias experiências profissionais, vivenciadas ao longo de duas décadas em uma redação jornalística de veículo tradicional, o *Jornal do Commercio*, em Recife.

Moraes (2018) negrita que discussões sobre objetividade e a dimensão entendida como sua antagonista, a subjetividade, não são novas no jornalismo e parecem mostrar que a existência de um/a profissional que relate os fatos de modo neutro, asséptico, sem atravessamentos de si é impossível. O “diabo da provocação” (MORAES, 2018, p. 02) presente no nome quer lançar luz a outra dimensão tão importante quanto a objetividade. A autora se propõe a “repensar epistemo-





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

logicamente os modos padronizados de narrar o mundo empregados pelo jornalismo” (MORAES, 2018, p. 02).

Utilizando o jornalismo de subjetividade como lente de observação e reflexão, Moraes (2018) tornou-se capaz de problematizar a naturalização de certas práticas discursivas do jornalismo. Como explica a intelectual, é comum que as matérias jornalísticas representem o assassinato de determinadas pessoas como consequência de uma provável ligação com drogas e o crime como justificativa corriqueira para o feminicídio, por exemplo. Nesse sentido, o conceito de jornalismo de subjetividade propõe desestabilizar essa dinâmica. Como observamos em outra oportunidade,

Os exemplos rotineiros listados pela autora nos remetem a representações que circulam amplamente tanto em veículos nacionais, especialmente os policiais, quanto em veículos locais, sejam sites, sejam telejornais. Na contramão dessa tendência, o jornalismo de subjetividade incorpora a tentativa de desnaturalizar os fatos, problematizar os acontecimentos sociais, modificar as narrativas jornalísticas que, como já visto, participam intensamente dos intercâmbios de normatização social. Nessa direção, a construção do conceito de jornalismo de subjetividade não intenciona negar a dimensão objetiva; antes, visa realçar a importância do termo “subjetividade” tantas vezes rechaçado em relação à produção jornalística como um todo (Silva, 2022, p. 58).

260

Em diálogo com Moraes e Gouveia (2018), observamos ainda que:

Informar não é suficiente; é preciso humanizar as histórias, representar sentimentos e emoções, e, principalmente, construir conteúdos que as apresentem como vinculadas às dinâmicas sociais. É necessário, enfim, apresentar leituras plurais e complexas sobre as realidades sociais. Desse modo, a ida a campo, a realização da apuração em si, do contato com a/o “Outra/o” adquire muita importância, pois é nesse encontro que a/o jornalista se abre às possibilidades, deixando de lado as amarras ao pré-dado (Silva, 2022, p. 62).

Nesse sentido, o jornalismo de subjetividade possibilita que os profissionais dessa área repensem criticamente sua atuação. O conceito é um convite para que, de modo estrutural e contínuo, se pense em outras formas de fazer jornalismo e de representar determinados sujeitos, lugares, culturas e vivências. Para isso, é necessário questionar enquadramentos pautados em visões exotificantes, problematizar os valores-notícia que guiam o jornalismo, desestabilizar repre-





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

sentações pouco íntegras e integrais de determinados sujeitos e lugares, e assumir uma perspectiva ativista (Moraes, 2018).

### 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O minicurso “Letra Preta: reflexões sobre jornalismo e negritudes” foi uma atividade extensionista que alcançou, além de estudantes de diferentes cursos de graduação, militantes e professores da Universidade Federal do Acre. O minicurso foi espaço de exposição teórica e dialógica acerca das relações raciais no contexto brasileiro e de seus impactos no jornalismo.

A partir das discussões propostas na atividade, conclui-se que, como parte da sociedade na qual está inserido, o jornalismo encarna as contradições sociais. Racismo, sexismo, LGBTQIA+fobia, classismo e outras formas de opressão atravessam essa forma de produção de conhecimento social. Se a episteme que baseia essa forma social de conhecimento (MEDITSCH, 1997) é embebida dos sistemas de dominação que organizam as opressões socialmente, tais sistemas de dominação também se mostram eficazes quando as características dos profissionais jornalistas brasileiros são colocados sob observação.

Nessa direção, há discrepância entre as características raciais da população brasileira e dos jornalistas desse país, gerando problemas tanto para as carreiras dos indivíduos negros — uma vez que a chance de pessoas negras chegarem a cargos de chefia nas empresas jornalísticas é insignificante — quanto para o tipo de conteúdo produzido pelos profissionais que atuam nos jornais — já que os jornalistas e veículos tendem a ter uma visão de mundo bastante homogênea e apartada das realidades da maioria da população brasileira.

No minicurso “Letra Preta: reflexões sobre jornalismo e negritudes”, a divisão do conteúdo em eixos temáticos — 1) panorama dos conceitos de mito da democracia racial e branqueamento; 2) a questão do pardo; 3) o perfil de jornalistas na mídia hegemônica brasileira; 4) o papel da mídia na produção, reprodução e difusão das representações sociais; e 5) o jornalismo de subjetividade como caminho possível — possibilitou que a atividade apresentasse um panorama da discussão de alguns tópicos relevantes para a compreensão das relações raciais brasileiras.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Além do que permitiu que fossem apontados possíveis encaminhamentos para um jornalismo que reproduza menos o racismo enquanto sistema de dominação, tanto no sentido de valorizar o desenvolvimento de profissionais negros quanto na direção de produzir conteúdo que não seja pautado pelo racismo. Isto é, para a construção de um jornalismo antirracista, se faz necessário elaborar e executar estratégias como foco na representatividade e na representação negras.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n.º 12.288, de 20 de julho de 2010**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm) Acesso em: 27 jul. 2023.

CARNEIRO, Sueli. A miscigenação racial no Brasil. *In: CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011 [2000]. p. 55–57.

GURGEL, Luciana. Instituto Reuters mostra Brasil entre países onde editores dos principais veículos são brancos. *In: Uol*, 20 mar. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3qB0Ghq>. Acesso em: 27 jul. 2023.

262

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <https://bit.ly/3zB0cw0>. Acesso em: 07 jan. 2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019 (dados do Acre)**. Disponível em: <https://bit.ly/3ryrP5v>. Acesso em: 30 nov. 2021.

JORNALISTAS E CIA. **Perfil racial da imprensa brasileira**. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3fFHuxv>. Acesso em: 27 jul. 2023.

MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo é uma forma de conhecimento? *In: Biblioteca Online de Ciências da Comunicação — BOCC*, 1997. Disponível em: <https://bit.ly/2ZeLOGh>. Acesso em: 17 out. 2019.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel Pantoja. **Perfil do jornalista brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho**. 1. ed. Florianópolis: Quorum Comunicações, 2022.

MORAES, Fabiana; GOUVEIA, Diego. Para além do robô, a reportagem: pavimentando uma





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

metodologia do jornalismo de subjetividade. *In*: MAIA, Marta R.; MARTINEZ, Monica. (org.). **Narrativas midiáticas contemporâneas**: perspectivas metodológicas. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2018. p. 99–114.

MORAES, Fabiana. **O nascimento de Joicy**: Transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015.

MORAES, Fabiana. Para que serve um jornalismo de subjetividade? *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 16., 2018, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, 2018, p. 01–15. Disponível em: <https://bit.ly/3G2plSP>. Acesso em: 27 set. 2021.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 1. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016 [1978]. Documento disponível para Kindle.

SANTANA, Bianca. Nossa negritude de pele clara não será negociada. *In*: **Uol**, [S. l.], 28 jul. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3qAuM65>. Acesso em: 27 jul. 2023.

SANTOS, Yasmin. **Letra preta**: a inserção de jornalistas negros no impresso. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado Comunicação Social — Jornalismo) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. 263

SILVA, Jaine Araújo da. **“Aquela preta era eu”**: Representações sobre mulheres negras em matérias dos sites ContilNet Notícias e G1 Acre. Brasil. 2022. Dissertação (Mestrado em Letras) — Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2022.







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### A CARNE MAIS BARATA DO MERCADO: RACISMO ESTRUTURAL, NECROPOLÍTICA E GENOCÍDIO DO POVO NEGRO EM CASOS EMBLEMÁTICOS NO RIO DE JANEIRO

Jhulia Ferreira Medeiros<sup>129</sup>  
Gladstone Leonel Júnior<sup>130</sup>

#### RESUMO

O presente artigo pretende compreender a naturalização da desigualdade racial a partir do racismo estrutural e do genocídio contra a população negra como consequência dessa naturalização, evidenciado em casos emblemáticos de crimes raciais no Rio de Janeiro de 2019 a 2022, observando a necessidade de enfrentamento do racismo para além do campo da consciência social. O estudo traz reflexões teóricas acerca do racismo estrutural, da necropolítica e do genocídio do povo negro, conceitos evidenciados por números alarmantes de casos de violência contra pessoas negras praticadas por agentes estatais ou civis, e que não despertam o mesmo nível de reprovabilidade social se tivessem como vítimas pessoas brancas, e evidenciam a inércia do Estado em seu papel garantidor de direitos fundamentais. Para tanto, utilizou-se a metodologia de pesquisa exploratória, por meio de pesquisa bibliográfica e documental.

**Palavras-chave:** Racismo estrutural; Necropolítica; Genocídio; Violência.

264

<sup>129</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional (PPGDC) na Universidade Federal Fluminense (UFF). Pós-graduada em Direito Público, Advocacia Extrajudicial e Direito do Consumidor pela FALEG. Advogada. E-mail: [jhuliamedeiros@id.uff.br](mailto:jhuliamedeiros@id.uff.br) Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2689705424197491>.

<sup>130</sup> Professor Adjunto da Faculdade de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense. Doutor em Direito pela Universidade de Brasília (2014). Realizou estágio doutoral (doutorado-sanduiche) na Facultad de Dret da Universitat de València, Espanha. Realizou pós-doutorado no Programa de Direitos Humanos e Cidadania da Universidade de Brasília como bolsista CAPES. Membro da Secretaria Nacional do IPDMS - Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (2018-2021). Foi consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil (PNUD/ONU) atuando na Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Mestre em Direito pela Universidade Estadual Paulista (2011). Especialista em Sociologia Política pela Universidade Federal do Paraná (2008). Graduado em Direito pela Universidade Federal de Viçosa (2007). Líder de grupo de pesquisa: "Crítica Jurídica Contemporânea" e participa do grupo "O Direito Achado na Rua". E-mail: [gladstoneleonel@id.uff.br](mailto:gladstoneleonel@id.uff.br) Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9795584262323915>





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 1 INTRODUÇÃO

Todos os dias pessoas negras são mortas somente por serem negras. A violência dirigida à população negra é herança do passado colonial e, no Brasil, mais de 300 anos de escravização e apagamento, e uma política de integração inexistente que condena os negros à morte.

O presente artigo pretende apontar reflexões teóricas acerca dos efeitos do racismo estrutural e da necropolítica, a partir de um histórico escravocrata, e uma sociedade construída com base em um estigma racista que se fortalece a partir do negacionismo.

O estudo tem por objetivo compreender a naturalização da desigualdade racial a partir do racismo estrutural e do genocídio contra a população negra como consequência dessa naturalização, evidenciado em casos emblemáticos de crimes raciais no Rio de Janeiro de 2019 a 2022, e refletir acerca do enfrentamento do racismo para além do campo da consciência social.

Busca-se abordar de forma conceitual o racismo estrutural e a necropolítica, a construção do ideal racista no Brasil, e as barreiras impostas por estas condições sociais à comunidade negra. Em seguida, são trazidos dados estatísticos da violência contra pessoas negras no Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro. E por fim, aspectos do “monstro do genocídio do povo negro” e do racismo presentes em todas as relações institucionais, políticas, sociais e culturais.

Como escopo metodológico foi utilizada a pesquisa exploratória, por meio da revisão bibliográfica e documental, e análise de documentos jornalísticos sobre casos e homicídio que vitimaram homens negros de diversas idades, são eles: Pedro Gonzaga, de 19 anos, morto por sufocamento, por seguranças do Supermercado Extra; Evaldo Rosa, de 51 anos, atingido por 80 tiros em uma operação do Exército; João Pedro Matos, de 14 anos, morto em uma operação policial na comunidade do Salgueiro, durante o período do isolamento social na pandemia de COVID-19; Moïse Kabagambe, de 24 anos, morto a pauladas após ter cobrado o pagamento das suas diárias no quiosque onde trabalhava; e Durval Teófilo, de 38 anos, morto por um vizinho que o confundiu com um assaltante.

Sob a ótica do Direito Achado na Rua, segundo Roberto Lyra Filho (1982), o direito se faz no processo histórico de libertação, nasce na rua, no clamor dos espoliados e oprimidos,





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

portanto, é necessário analisar as questões supramencionadas, sobretudo quando a realidade destoa de forma tão gritante daquela vivida no palácio da justiça.

### 2 RACISMO ESTRUTURAL E NECROPOLÍTICA: A CARNE MAIS BARATA DO MERCADO É A CARNE NEGRA

A sociedade brasileira se construiu a partir de um histórico escravocrata e colonialista e tem, em sua estrutura, o racismo fortalecido a partir do negacionismo e do mito da democracia racial, que vão se desvelar em violação aos direitos da comunidade negra, ausência de proteção estatal e a prática de atos violentos contra a população negra tendo como autores pessoas comuns e, em muitos casos, os agentes públicos.

Quando se analisam dados estatísticos, tem-se que jovens negros são a maioria das vítimas dos crimes raciais praticados pela sociedade e pelos representantes do Estado, como a Polícia Militar (CIMIERI; BORGES, 2021) e que os municípios do Rio de Janeiro e São Gonçalo são os que mais matam negros em operações policiais (RAMOS, 2022). Contudo, tais condutas não recebem o mesmo nível de reprovabilidade social e do próprio Estado que deveria agir como garantidor de direitos fundamentais.

No Brasil, a população negra, em sua maioria, ocupa os espaços de subalternidade: nas favelas, nos cortiços, na rua, nos presídios e nos empregos precários, suportando diversas violações aos direitos fundamentais e sendo vítimas de condutas violentas que, no entanto, são naturalizadas em detrimento da condição racial, através de um processo de desumanização das pessoas negras e de normalização da discriminação racial.

Para Silvio Almeida (2019), advogado, pesquisador, professor, pós-doutor em direito, e atual Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, o racismo é a engrenagem da sociedade. Seu caráter sistêmico faz com que não se trate somente de um ato discriminatório ou um conjunto de atos, mas de um processo de condições de subalternidade e privilégios que são distribuídos entre grupos raciais e se reproduzem nos âmbitos político, econômico e das relações do cotidiano, articulado com a segregação racial.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. O racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática (ALMEIDA, 2019).

Ou seja, é o racismo que mantém a estrutura da sociedade e traz a ideia de hierarquia entre as raças, mantendo o pensamento hegemônico da superioridade dos brancos em detrimento dos negros.

A sociedade brasileira se construiu a partir de um processo de colonização marcado por quase 400 anos de escravização e violência contra a comunidade negra. Tais condutas eram justificadas pelo racismo científico presente em teorias que objetivavam inferiorizar os negros por sua raça, associando suas características físicas à bestialidade, em um processo de desumanização que até hoje se mostra presente nas práticas de atos de racismo, condutas discriminatórias e políticas genocidas.

267

Embora evidente a existência do racismo atualmente, o negacionismo é grande por parte da sociedade, que se sustenta a partir de uma visão utópica de que existe uma democracia racial que inclui todas as raças e garante a todos os mesmos direitos e oportunidades. Esta visão parte da ideia utópica de uma nação miscigenada e harmônica, para afirmar que o insucesso de negros se dá por suas escolhas individuais e nada tem a ver com o sistema. Essa é a razão para o enfraquecimento de políticas de inclusão, a partir da negação e naturalização do racismo, mantendo a hegemonia dos brancos (GUIMARÃES, 2001).

Outra ideia que prejudica o avanço da luta da negritude contra a discriminação racial é o suposto racismo contra brancos, chamado “racismo reverso”, uma falsa ideia difundida por parte da sociedade. No entanto, o racismo é sistêmico e estrutural, referindo-se a posições de poder e domínio na sociedade. Assim, para que pudesse existir racismo contra brancos, seria necessário que essa população tivesse sido submetida ao mesmo período de privações e condições, para que





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

fossem considerados por toda a estrutura hegemônica como uma comunidade inferior, e tivessem privados direitos básicos em razão de sua raça (LIMA; BORGES, 2020).

O Brasil foi o último país do continente americano a abolir a escravatura, e somente o fez por razões comerciais. A Lei Aurea não trouxe nenhuma política integrativa para as pessoas negras no pós-abolição. Há que se falar do dia seguinte à abolição da escravatura: 14 de maio de 1888. Negros “libertos” à mercê de uma sociedade racista, sem qualquer assistência, sem nenhuma previsão de inclusão na sociedade de classes, sem aparo do governo. Não lhes restou opção, senão a marginalização. Uma comunidade inteira foi parar nas ruas, nos subempregos, nas favelas, condenados à miséria (FERNANDES, 2008).

Silvio Almeida (2019) classifica o racismo como institucional e estrutural, pois ultrapassa a esfera de ação individual, e se mostra como fundamento das relações raciais, como poder de um grupo sobre o outro, com amparo institucional. A atuação do próprio Estado e de suas organizações, ainda que indiretamente, confere desvantagens e privilégios com base na raça. Esta é a concepção institucional do racismo, e tem por consequência a prática de atos discriminatórios de um grupo dominante em detrimento do outro.

268

Dizer o racismo como estrutural é afirmar que a sociedade em seu funcionamento normalizado gera opressões, tensões e constrangimentos raciais nas relações entre indivíduos, simplesmente por existirem como existem. Assim, ainda que existam condutas individualizadas, direcionadas a oprimir e discriminar pessoas por sua raça ou etnia, a estrutura social, por si só, gera a opressão de um grupo que historicamente suporta de forma desigual diversos constrangimentos, privações e violações a seus direitos (ALMEIDA, 2019).

Embora se entenda que os comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade que tem o racismo como regra e não exceção, classificar o racismo como estrutural não exime de responsabilidade os autores de atos discriminatórios que estarão suscetíveis às penas da lei e outras medidas que coíbam o racismo individual e institucional. Contudo, é imprescindível refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Evidente que a responsabilização jurídica de um indivíduo ou grupo não será suficiente para que a sociedade deixe de ser uma máquina produtora de desigualdade racial. Denúncias e repúdio moral ao racismo são atos necessários, mas, a mudança da sociedade neste sentido, depende da adoção de práticas antirracistas (ALMEIDA, 2019).

O racismo faz parte da história da modernidade, como um vírus sistêmico e persistente. E mesmo no Brasil, país com a maior população negra fora do continente africano, os negros sempre estiveram reféns deste fenômeno, considerados inferiores em capacidade de consumo, intelectual e cognitiva. Silvio Almeida (2019) leciona que o conceito de raça é utilizado para organizar as relações em todas as suas disciplinas, para manter a hegemonia, e o Estado figura como responsável por categorizar e hierarquizar a diversidade cultural, ética, religiosa e sexual, acabando por criminalizar, domesticar ou estigmatizar aqueles que não interessam à chamada identidade nacional.

Neste sentido, a Necropolítica, conceito do filósofo, cientista político e intelectual público Achille Mbembe (2019), é o racismo do próprio Estado, que fortalece políticas de morte. O poder que o Estado, por seus representantes, exerce, e por suas tecnologias de controle populacional, define quem vive e quem morre, e o parâmetro definidor do “corpo matável” é a raça. Assim, necropolítica é a definição das ações políticas nos países periféricos, em que o racismo se constitui como elemento de controle e uma tecnologia de poder e dominação sobre os corpos (MBEMBE, 2019).

A soberania estatal para Mbembe se consagra como a “capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é”. Assim, necropolítica é a forma do Estado Contemporâneo de subjugar a vida ao poder da morte (MBEMBE, 2019).

Dados estatísticos demonstram que a morte prematura em ações policiais e outros casos de violência discriminatória encontram corpos negros e pobres, desumanizados pelo viés escravagista e colonialista da sociedade. A necropolítica do Estado, pelo negacionismo, racismo estrutural e políticas de controle, destina estes corpos a um único fim: de se tornar número, estatística.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Este é o grupo que vive em insegurança alimentar, que passa fome, que não possui acesso à educação e direitos básicos como água, saneamento, transporte e saúde. É o grupo que mais morre. E não somente. É o grupo cuja morte gera menos revolta na sociedade hegemônica. As condutas violentas contra a população negra não recebem a mesma reprovabilidade social do que se fossem praticadas contra um corpo branco, como consequência de um processo de desumanização e objetificação dos corpos negros que decorre da necropolítica.

### 3 A HERANÇA DA ESCRAVIDÃO: CASOS EMBLEMÁTICOS DE CRIMES RACIAIS NO RIO DE JANEIRO

Em 2021, o Portal Geledés publicou dados do Instituto de Segurança Pública da Polícia Civil do Rio de Janeiro, que demonstravam que 75% dos mortos em confronto com agentes do estado em 2020 eram negros, e 68% destes tinham menos de 25 anos, dos quais 10% são crianças ou adolescentes, menores de 18 anos (CIMERI; BORGES, 2021).

Sobre os dados, a Polícia Civil do Rio de Janeiro se manifestou, negando práticas racistas, embora, em sua nota, reconheça que os números “revelam uma distorção histórica do nosso país, que, em grande parte, explica os desafios socioeconômicos extremamente complexos que enfrentamos há séculos, entre os quais está a marginalização de jovens negros, pardos e pobres”. Contudo, negam o racismo e afirmam que a reação dos policiais durante operações “depende da conduta do criminoso, e não de sua raça” (CIMERI; BORGES, 2021).

Para Lúcia Helena Oliveira, coordenadora de Defesa Criminal da Defensoria Pública, em entrevista ao Geledés, a cor ainda é um diferencial nas abordagens. Por sua vez, o Governo do Estado do Rio de Janeiro informou que a política de segurança “tem como objetivo preservar vidas e é baseada em prevenção, inteligência, investigação e tecnologia” (CIMERI; BORGES, 2021).

A partir destes dados que evidenciam os conceitos trazidos anteriormente do Racismo Estrutural e da Necropolítica, temos casos emblemáticos de Crimes Raciais no Brasil e no mundo, como o assassinato da vereadora Marielle Franco, do americano George Floyd e de





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

milhares de jovens, crianças e adolescentes negros em operações policiais pelo país, principalmente, no Rio de Janeiro, como Rafaelly da Rocha (10 anos) (COSTA, 2022), Ágatha Felix (8 anos), Kaue Ribeiro (12 anos) e Kauan Rosário (11 anos) (FRANCO, 2020).

E não somente casos de crimes praticados pelos agentes estatais, mas também, por civis, motivados consciente ou inconscientemente pela discriminação racial. Para este estudo, foram selecionados cinco casos noticiados pela mídia no Rio de Janeiro entre o período de 2019 a 2022, em ordem cronológica.

### 3.1 CASO PEDRO GONZAGA

O primeiro exemplo é o brutal assassinato do jovem Pedro Gonzaga, de 19 anos, morto por sufocamento pelo segurança de uma unidade do Supermercado Extra na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, em 14/02/2019, cuja justificativa foi uma reação a suposta tentativa de furto (REDAÇÃO, Veja, 2019).

Segundo informações jornalísticas, o jovem não reagiu à brutalidade dos seguranças do local, e pessoas que presenciaram a cena tentaram intervir, pedindo para que o soltassem pois já se aparentava desmaiado, mas sem sucesso. Os policiais afirmaram que o jovem teria tentado furtar a arma de um deles. Em vídeo é possível observar que os agentes são agressivos mesmo com as pessoas em volta, que filmavam ou tentavam dar fim à interação truculenta que resultou na morte do jovem (VEJAPONTOCOM, 2019).

A assessoria do Supermercado informou que a loja teria acionado a polícia e o socorro imediatamente que a investigação interna teria constatado que a reação decorreu de uma tentativa de furto à arma do vigilante, contudo, não há comprovação da alegação. Afirmava ainda que o jovem foi levado a um Hospital na Barra da Tijuca e morreu no local. Por fim, a empresa se defendeu afirmando repudiar atos de violência em suas lojas e que os seguranças teriam sido afastados. O caso foi registrado junto à Polícia Civil para apuração, e até o momento, não foram encontradas informações acerca de conclusão com punição dos envolvidos.







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Este caso foi praticado por agentes de segurança e demonstra uma reação exagerada e um despreparo da equipe, tendo em vista que a vítima já não oferecia nenhuma resistência. Além disso, não há evidências da alegação de que Pedro tentou furtar a arma de um dos seguranças ou qualquer item no supermercado.

Vale ressaltar, também, que pessoas tentaram intervir para que o segurança deixasse a vítima respirar. Ora, se o jovem não estava armado, não havia motivo para tal conduta, e o vídeo mostra que o agente de forma consciente continua sufocando o jovem até perder sua vida, como se não merecesse viver, e como se o agente tivesse direito de matá-lo.

### 3.2 CASO EVALDO ROSA

O segundo caso é o assassinato de Evaldo Rosa, de 51 anos, que foi atingido por mais de 80 tiros em uma operação do Exército Brasileiro quando dirigia seu carro a caminho de um chá de bebê, acompanhado da esposa, do sogro, do filho de 7 anos e uma amiga da família, em Guadalupe, Rio de Janeiro, em 07/04/2019, quando teve seu veículo confundido com o de assaltantes, e, segundo os depoimentos, mesmo após os passageiros terem saído do carro, o Exército continuou atirando e Evaldo já havia sido atingido fatalmente (REDAÇÃO, Portal Geledés, 2019).

272

Segundo o Delegado Salgado responsável pelo caso, “tudo indica” que os militares confundiram o veículo com um veículo de bandidos. Por tudo que foi apurado, “era uma família normal, de bem, que acabou sendo vítima dos militares” (sic.). O próprio delegado afirmou não haver justificativa para imputar legítima defesa pela quantidade de disparos, havendo indícios para Prisão em Flagrante dos envolvidos.

O Comando Militar do Leste negou ter atirado na família, afirmando estar respondendo a suposta injusta agressão de assaltantes. Posteriormente, foi informado que a Polícia Judiciária Militar com a supervisão do Ministério Público Militar estaria investigando o caso.

A amiga da família que também estava no veículo, em entrevista, afirmou que os militares não fizeram nenhuma sinalização antes de iniciar os disparos, sequer sinalizaram para





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

que o veículo parasse. Ela afirmou que mesmo quando saiu do carro com a criança e a esposa da vítima, os disparos continuaram. Evaldo morreu na hora, seu sogro foi baleado nos glúteos e um pedestre que passava no local também ficou ferido ao tentar ajudar.

Como se observa, este crime foi praticado por agentes do Estado no exercício de suas funções, por uma suposição de que um homem negro com sua família não poderia dirigir o carro em que a vítima dirigia. Não houve o mínimo dever de cuidado, ao observar a placa, e ao realizar uma abordagem menos truculenta, tendo em vista que os agentes não tinham certeza de quem dirigia. O que se verifica neste caso é pura e simplesmente o pensamento de que essas vidas não importam, não merecem proteção, e que são descartáveis.

Os agentes do Exército que deveriam proteger cidadãos devem atuar com observância do dever de cuidado, no entanto, as práticas mostram que as corporações acreditam ter o direito de matar, sem pensar em inocentes que possam estar passando pelo local, sobretudo, em ações realizadas à luz do dia em bairros residenciais localizados em comunidades periféricas.

Tal fato é evidenciado pela quantidade de disparos, que não cessaram mesmo quando saíram do veículo uma criança, a esposa da vítima e a amiga da família, e que também vitimaram um pedestre que passava pelo local.

273

### 3.3 CASO JOÃO PEDRO MATOS

O terceiro caso emblemático é o assassinato de João Pedro Matos, de 14 anos, morto em uma operação conjunta entre as polícias Civil e Federal que ocorreu na Comunidade do Salgueiro em São Gonçalo, Rio de Janeiro, durante o período de isolamento social decorrente da Pandemia de COVID-19, em 18/05/2020, cuja casa foi atingida por mais de 70 tiros, aparentemente por ter sido confundida com uma casa de traficantes, e um destes, atingiu o menor, que foi socorrido por um helicóptero, mas não resistiu (GUIMARAES, 2021).

Este crime ocorreu no mesmo mês do assassinato de George Floyd, nos Estados Unidos, sufocado por um policial branco, o que gerou protestos em todo o mundo.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Segundo familiares, João brincava em casa com amigos quando policiais entraram atirando. Ele foi atingido por um disparo de fuzil na barriga e socorrido de helicóptero, mas não resistiu. Na época, as polícias Federal e Civil afirmaram que seguranças de um traficante alvo da operação tentaram fugir pulando o muro de uma casa, dispararam contra policiais e arremessaram granadas na direção dos agentes.

A repercussão foi tão grande que no mês seguinte o STF proibiu por decisão provisória a realização de operações policiais em comunidades do Rio durante a pandemia de COVID-19, em que o ministro Edson Fachin citou a morte do adolescente, ressaltando que o caso ainda era investigado.

Contudo, a perícia não concluiu se o disparo que matou João Pedro partiu de alguma das armas dos policiais civis. A Defensoria Pública e o Ministério Público solicitaram à Polícia Federal que fosse feito um novo exame de confronto balístico para a investigação da morte de João Pedro, o que foi negado pela Polícia Federal. Não há informações acerca dos agentes suspeitos, se ainda atuam nas ruas ou se foram designados para atividades internas.

Este crime também foi praticado por agentes do Estado, que ingressaram na residência do menor já atirando, sem se preocupar com os moradores, com a existência de inocentes, crianças e adolescentes que não possuíam qualquer envolvimento com o crime, e estavam, ainda, cumprindo isolamento social, durante a pandemia de COVID-19.

Um menino de 14 anos teve sua vida interrompida pela truculência policial, enquanto tentava se proteger do vírus que assolou a humanidade, simplesmente por ser morador de comunidade.

### 3.4 CASO MOÏSE KABAGAMBE

O quarto caso é o assassinato de Moïse Kabagambe, de 24 anos, congolês refugiado no Brasil com sua mãe e seus irmãos na tentativa de fugir da guerra e da fome, teve seu corpo amarrado e foi morto a pauladas, em 24/01/2022, após ter ido ao quiosque onde trabalhava na Barra da Tijuca, cobrar o pagamento de suas diárias atrasadas (REDAÇÃO, G1 Rio, 2022).





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Diferentemente dos três primeiros casos comentados, este não fora praticado por agentes do Estado, mas por homens do Quiosque onde trabalhava. Segundo informações jornalísticas, Moïse veio para o Brasil em 2014 com a mãe e os irmãos como refugiado político, e trabalhava por diárias em um Quiosque próximo ao Posto 8, na Barra da Tijuca. Seu patrão estava lhe devendo dois dias de pagamento e quando o congolês foi cobrar o valor justo pelo seu trabalho, foi espancado até a morte por vários homens.

Um dos envolvidos era dono do quiosque vizinho, e afirmou que Moïse brigava com o funcionário do quiosque onde trabalhava e que os amigos foram defendê-lo, culminando na morte do jovem trabalhador. Imagens mostram que após uma discussão, começaram as agressões, e um dos homens segurava um pedaço de madeira, posteriormente, outros homens se aproximam e começa a sessão de agressões. A vítima não oferecia a resistência e mesmo assim, as agressões continuaram até que perdesse a vida.

Testemunhas afirmam que a vítima apanhou de 5 homens que usavam pedaços de madeira e um taco de beisebol. O laudo do Instituto Médico Legal indicou que a causa mortis foi traumatismo do tórax com contusão pulmonar, causada por ação contundente. No documento constou ainda que Moïse tinha em seus pulmões áreas hemorrágicas de contusão e vestígios de broncoaspiração de sangue. (REDAÇÃO, G1 Rio, 2022).

275

Após o ocorrido, todos deixaram o local e o gerente do quiosque voltou a trabalhar normalmente. O dono do quiosque foi ouvido na Divisão de Homicídios do Rio e afirmou não conhecer os homens que aparecem no vídeo agredindo a vítima. Também negou que havia dívidas do quiosque com o funcionário que estava em casa no dia do ocorrido.

O caso está sendo investigado pela Delegacia de Homicídios da Capital e três homens foram presos pelas agressões e morte de Moïse. O processo corre em sigilo (REDAÇÃO, G1 Rio, 2022).

O crime em questão não foi praticado por agentes do Estado, mas por civis, que se sentiram no direito de agredir e matar um homem negro, congolês, que cobrava sua remuneração atrasada. A vítima já recebia por diárias, sem direitos trabalhistas assegurados, e perdeu a vida por cobrar o valor combinado que estava em atraso.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

O dono do quiosque não foi indiciado pelo homicídio, contudo, o Ministério Público do Trabalho pleiteia na justiça a responsabilização dos sócios por submeter o congolês e outros funcionários a condições análogas à escravidão. Este caso é um exemplo de violações de diversas naturezas.

Após a repercussão internacional do caso, a Prefeitura do Rio retirou a concessão do quiosque e iria repassá-la à família de Moïse, contudo, com medo de represálias, a família desistiu do local e optou por um espaço no Parque Madureira onde foi inaugurado o quiosque em homenagem a Moïse e abriga um memorial para celebrar a cultura africana (PUENTE, 2022).

### 3.5 CASO DURVAL TEÓFILO

Por fim, o último caso analisado é o assassinato de Durval Teófilo, de 38 anos, morto a tiros por um sargento da Marinha quando chegava em casa, em um Condomínio do Colubandê, no município de São Gonçalo, Rio de Janeiro, em 02/02/2022, quando teria sido confundido com um assaltante pelo autor do crime (VICENTE, 2022).

276

Neste caso, temos dois vizinhos do mesmo condomínio, em que o autor do fato era um agente do Estado, mas não estava no exercício de sua profissão e afirmou ter confundido a vítima, que chegava em casa do trabalho, com um assaltante. O militar afirma ter atirado três vezes, atingindo a barriga de Durval. Somente após os três disparos, o militar se aproximou da vítima e viu que ele não estava armado. Em seu depoimento, afirma que socorreu o vizinho, que não resistiu e morreu no hospital (REDAÇÃO, G1 Rio, 2022).

Em sua defesa, o autor afirmou que a localidade é perigosa e costuma ter muitos assaltos. A viúva da vítima afirmou em entrevista que o caso se trata de racismo. A Marinha do Brasil em nota, disse que colaboraria com os órgãos responsáveis para a elucidação do fato. O autor do fato foi preso preventivamente.

Este caso foi praticado por um agente do Estado que não estava no exercício de suas funções. O autor do fato agiu contra a vítima que não lhe oferecia risco, sem pensar que poderia





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

ser vizinho e trabalhador como ele. Sua conduta foi motivada pela discriminação racial, pois um negro se aproximando, para ele, naturalmente seria um assaltante.

Em todos os casos, pode ser verificado que as vítimas não ofereciam resistência e foram atacadas e imobilizadas sem chance de defesa, a maioria assassinada em público e sem auxílio das pessoas ao redor. As vítimas foram mortas pelo simples fato de serem negros, partindo do pensamento de que os negros aparentam ser criminosos e que todos os negros são iguais, assim, qualquer negro seria um criminoso em potencial, cuja vida não importa.

### 4 GENOCÍDIO E NEGROFOBIA: NOSSO DESAFIO É PROVAR QUE SOMOS INOCENTES

Como é possível observar, os corpos negros são deixados à própria sorte desde a abolição da escravatura, sem que o Estado se preocupe efetivamente com a sua integração na sociedade de classes de forma satisfatória. Assim não fosse, não teríamos tantos negros mortos de maneira tão truculenta, sem gerar comoção social grande o suficiente para mudar o cenário, já que os casos se repetem e os números não param de crescer, embora este tema esteja ganhando visibilidade.

277

A desumanização e objetificação dos corpos negros reduz a comunidade a pessoas que não são passíveis de luto, como se não importasse a sua existência para o próprio Estado e para os familiares das vítimas. O que se observa é que a reprovabilidade social não chega, e as situações suportadas pelas pessoas negras são inimagináveis de vitimar uma pessoa não negra.

Além de naturalizadas, essas ações também não recebem a repressão necessária e suficiente para impedir novas ocorrências, de forma que maior parte dos crimes, principalmente os praticados por agentes estatais, são arquivados sem conclusão da investigação e sem a punição dos autores. Assim, estes corpos desaparecem sem rastros, sem registros, a não ser como dados estatísticos, e sem resposta.

Por outro lado, parte da sociedade, sobretudo representantes do Estado reputam a raça como fator não relevante, deixando de registrar, por exemplo, a raça das pessoas mortas em





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

operações policiais, como demonstra o relatório (RAMOS, 2022). E sobre esta omissão, a professora Silvia Ramos declara que omitir dados é uma escolha:

Optar por não produzir ou divulgar dados sensíveis como esses é assumir uma postura ativa de não se preocupar com os efeitos do racismo estrutural na morte de pessoas negras por parte do braço armado do Estado. Reafirmamos que a omissão de dados também é racismo. Essa omissão e a negligência intencional dos dados, além de revelar descaso e incompetência, gera prejuízos incalculáveis ao tentar produzir o apagamento do racismo presente nas ações dos agentes do Estado. O que também dificulta que a sociedade possa dimensioná-lo, compreendê-lo, discuti-lo publicamente para então encontrar maneiras de superação. (RAMOS, 2022).

O Professor Edson Cardoso leciona que historicamente foi lançada sobre os corpos negros a mancha indelével da cor, que não se apaga, pela qual a comunidade negra tem um estigma definido e condenado à marginalização. E acrescenta que assim o é porque não se fala e não se dá a importância necessária ao assunto (CARDOSO, 2022).

A comunidade negra é há séculos animalizada e a partir da sua estigmatização foram constituídas as sociedades modernas. Cardoso menciona Erving Goffman, cientista social, em sua obra Estigma, que aduz “alguém com estigma não é humano como a gente é, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais e muitas vezes sem pensar, reduzimos sua chance de vida”. Assim, a mancha indelével desumaniza aquele que a detém (GOFFMANN, 1980).

Assim, tem-se os estigmas pelo senso comum de que todo negro é criminoso, ou que todo negro que mora na comunidade é criminoso, que se um negro foi morto pela polícia não pode ser inocente, que o negro teria feito algo a justificar a agressão que sofreu, entre outros.

O estigma racista é fortalecido pela sociedade hegemônica e faz com que negros, por vezes, também reproduzam comportamentos racistas, como é o caso de policiais negros que disseminam tais discursos e enxerguem outros negros como criminosos em potencial, cometendo abordagens truculentas e por vezes, desproporcionais (CARDOSO, 2022).

Contudo, há uma dificuldade para que as polícias e demais agentes estatais entendam que o racismo é um mal que afeta suas corporações e precisa ser combatido. Pelos dados trazidos anteriormente, se observa que a polícia se transformou numa máquina de matar, sem controle,





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

que age sem estratégia e resulta em altos números de chacinas (RAMOS, 2021). Há também uma dificuldade da sociedade no geral de enxergar o negro além da visão estigmatizada e eivada de racismo, passando a vê-lo como sujeito de direitos, que é.

A autora Aza Njeri (2020), doutora em Literaturas Africanas, pós-doutora em Filosofia Africana, pesquisadora de África e Afrodiáspora, considera que as instituições políticas, econômicas, sociais e culturais são “refletoras do pensar-agir predatório, supremacista e racista anglo-europeu no mundo, sendo agentes operadoras dos tentáculos do Monstro do Genocídio do Povo Negro, uma figura arquetípica executora da máquina genocida ocidental, categorizada pela autora em diálogo com Marimba Ani (1994) e Aníbal Quijano (2005), como um monstro que tem como alvo o Povo Negro e qualquer outra diversidade.

A autora descreve que este monstro desenvolve tentáculos específicos para cada particularidade presente na diversidade negra, criando braços que miram em crianças, adultos, idosos, mulheres, homens, pessoas LGBTQIA+, moradores de comunidades, pessoas em situação de rua, pobres, acadêmicos, praticantes de religião de matriz africana, traficantes ou policiais. Ou seja, há tentáculos para todos os negros do Ocidente. Pode haver, ainda, mais de um tentáculo sobre um mesmo corpo negro, e este ataque genocida não se limita a esfera física, mas também à psicológica, espiritual, ontológica, semiótica, nutricional e epistêmica (NJERI, 2020).  
Declara a autora:

A experiência que se põe à população negra sobrevivente no Ocidente é alicerçada no Racismo Estrutural e Epistêmico, na dominação pelo Capital e no escamoteamento periférico, fazendo do Viver uma luta diária contra os múltiplos tentáculos do Monstro do Genocídio (NJERI, 2020).

É desafiador para a comunidade negra ter que provar a todo momento que é inocente, que não tem envolvimento com o crime, que não cometeu nenhuma ilegalidade, que trabalha, estuda, e tem capacidade para conquistar bens materiais e exercer funções de chefia, e, principalmente, que não merecem ser condenados à morte simplesmente por sua raça.

Como consequência da opressão pelo Monstro do Genocídio, Racismo Estrutural e Necropolítica, os corpos negros, marginalizados e invisibilizados historicamente, são







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

endereçados ao lugar da estatística e ao apagamento de suas histórias. E assim, tem-se três conceitos que se retroalimentam e são capazes de produzir corpos ainda mais invisibilizados, e privados de cuidado, de luto, de viver em plenitude.

### 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste estudo, fica evidente que embora se fale mais sobre o racismo nos dias de hoje, ainda temos um longo caminho a trilhar. Após quase 400 anos de atraso, e mesmo já tendo decorrido mais de 130 anos da abolição da escravatura, a população negra não vivenciou uma integração verdadeira, e efetiva garantia de seus direitos.

Estruturalmente, os negros suportam de maneira desproporcional os riscos sociais e ambientais, são privados de direitos básicos e não tem oportunidade de sair deste ciclo, condenados à marginalização e ao risco de integrar a estatística de morte prematura. A sociedade hegemônica não tem interesse em integrar pessoas negras efetivamente, para continuar a perpetuar a hierarquização das raças. E o Estado se utiliza dos meios de controle para manter a hegemonia. Assim, a necropolítica se insere como método de escolha de quem vive e quem morre.

O racismo estrutural como engrenagem da sociedade condena negros à morte a partir do estigma de que todos os negros são criminosos em potencial, perigosos, bestiais e agressivos, e por isso, merecem repressão tanto de agentes estatais, como policiais e militares das forças armadas, que fomentam a cultura de atirar primeiro e perguntar depois quando o alvo é um corpo negro, com abordagens truculentas e desproporcionais, quanto da sociedade em geral.

A população negra e periférica tem o sagrado direito à vida e a humanidade vilipendiados há séculos, como observado ao longo do presente estudo. É necessário combater o estigma racista, que animaliza e objetifica negros, devolvendo a humanidade aos seus corpos.

Angela Davis é categórica em afirmar que “em uma sociedade racista, não basta não ser racista, é necessário ser antirracista”. Espera-se que as reflexões trazidas no presente estudo, a partir da análise de dados alarmantes de violência racial, incentivem o antirracismo para que sejam criadas e incentivadas políticas públicas para integração do povo negro, tão vulnerável em





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

nossa sociedade, garantindo-lhes sobretudo o direito de existir enquanto negro e viver de forma plena.

### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ANI, Marimba. Yurugu: Uma Crítica Africano-Centrada do Pensamento e Comportamento Cultural Europeu. In: NJERI, Aza. **Reflexões Artístico-Filosóficas Sobre a Humanidade Negra**. Revista Ítaca nº 36. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Itaca/article/view/31895> Publicado em 2020. Acesso em 25 nov. 2022.

CARDOSO, Edson. Ler o Brasil: A mancha indelével da cor: uma aproximação às questões raciais no Brasil”. In: CARNEIRO, Sueli, *et al.* **Ler o Brasil**. Curso Online. Casa Sueli Carneiro, 2022. Disponível em: <https://cursos.casasuelicarneiro.org.br/>. Acesso em: 30 jan. 2023

CIMIERI, Fabiana; BORGES, Narayanna. Jovens negros têm três vezes mais chances de serem mortos pela polícia no Rio, segundo dados do ISP. **Portal Geledés**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/jovens-negros-tem-tres-vezes-mais-chances-de-serem-mortospela-policia-no-rio-segundo-dados-do-isp/> Publicado em 16 jun. 2021. Acesso em 25 nov. 2022. 281

COSTA, João Victor. ‘Eu só quero minha Rafa de volta’, diz avó de menina morta na porta de casa em Meriti. **Extra**. Disponível em <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/eu-so-querominha-rafa-de-volta-diz-avo-de-menina-morta-na-porta-de-casa-em-meriti-25650284.html>> Publicado em 26 jan. 2023.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Globo. 2008.

FRANCO, Luiza. Caso João Pedro: quatro crianças foram mortas em operações policiais no Rio no último ano. **BBC News**. Disponível em < <https://br.noticias.yahoo.com/caso-jo%C3%A3o-pedro-quatro-crian%C3%A7as-171349541.html> > Publicado em 20 mai. 2020.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

GUIMARAES, Antônio Sergio A. **Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito**. Novos Estudos. CEBRAP. Nº 61. 2002. Pp. 147-162.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

GUIMARAES, Ligia. Caso João Pedro: Quando o Estado mata nossos filhos a Justiça não acontece, diz mãe do adolescente morto em operação policial. **BBC News**. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57121830> Publicado em 14 mai. 2021. Acesso em 25 nov. 2022.

LIMA, Fernanda; BORGES, Gustavo. Publicidade e racismo reverso: o que uma campanha publicitária tem a revelar sobre o racismo no Brasil. **Revista de Direito do Consumidor**. Disponível em: < <https://revistadedireitodoconsumidor.emnuvens.com.br/rdc/article/view/1155>> Publicado em 16 jun. 2020.

LYRA FILHO, Roberto. **O que é o direito**. São Paulo: Brasiliense, 1982. Disponível: <http://www.faculdadearaguaia.edu.br/site/servicos/downloads/colecao/direito.pdf>. Acesso: 25 nov. 2022.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Trad. Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2019.

NJERI, Aza. **Reflexões Artístico-Filosóficas Sobre a Humanidade Negra**. Revista Ítaca. nº 36. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Itaca/article/view/31895> Publicado em 2020. Acesso em 25 nov. 2022.

282

PUENTE, Beatriz. Quiosque em homenagem a Moïse é inaugurado no Rio de Janeiro. **CNN Brasil**. Disponível em < <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/quiosque-em-homenagem-a-moise-e-inaugurado-no-rio-de-janeiro/>> Publicado em 30 jun. 2022.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Tradução de Júlio César Casarin Barroso Silva. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142. Disponível em: [http://www.clacso.org.ar/librerialatinoamericana/contador/sumar\\_pdf.php?id\\_libro=164](http://www.clacso.org.ar/librerialatinoamericana/contador/sumar_pdf.php?id_libro=164) Acesso em 25 nov. 2022.

RAMOS, Silvia et al. **Pele alvo: a cor que a polícia apaga**. Rio de Janeiro: Rede de Observatórios da Segurança/CESeC, 2022. Disponível em <https://cesecseguranca.com.br/livro/pele-alvo-a-cor-que-a-policia-apaga/> Acesso em 25 nov. 2022.

REDAÇÃO, G1 Rio. Moïse Kabagambe: O que se sabe sobre a morte do congolês no Rio. **G1 Rio**. Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/01/31/moise-kabamgabe-rio>. Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/01/31/moise-kabamgabe-oque-se-sabe-sobre-a-morte-do-congoles-no-rio.ghtml> Publicado em 31 jan 2022. Acesso em 25 nov. 2022.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

REDAÇÃO, G1 Rio.. Testemunhas são ouvidas em audiência sobre assassinato de Durval Filho, morto por sargento da Marinha em São Gonçalo. **G1 Rio**. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/04/04/testemunhas-sao-ouvidas-em-audiencia-sobre-assassinato-de-durval-filho-morto-por-sargento-da-marinha-em-sao-goncalo.ghtml>> Publicado em 04 abr. 2022.

REDAÇÃO, Portal Geledés. 80 Tiros: Delegado diz que ‘tudo indica’ que Exército fuzilou carro de família por engano no Rio. **Portal Geledés**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/80-tiros-delegado-diz-que-tudo-indica-que-exercito-fuzilou-carro-de-familia-por-engano-no-rio/> Publicado em 08 abr. 2019. Acesso em 25 nov. 2022.

REDAÇÃO, Veja. Garoto é imobilizado e morto por segurança de supermercado no Rio. **Veja**. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/homem-de-19-anos-e-morto-por-seguranca-em-supermercado-extra-no-rio/> Publicado em 15 fev 2019. Acesso em 25 nov. 2022.

VEJAPONTOCOM. Segurança de mercado mata jovem enforcado na Barra da Tijuca. **Youtube**. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=gwohzznDZII&t=45s> > Publicado em 15 fev. 2019.

VICENTE, Raphael. Durval Teófilo, mais uma vida perdida para a loucura denominada racismo. **Isto É**. Disponível em <https://www.istoedinheiro.com.br/durval-teofilo-mais-umavida-perdida-para-a-loucura-denominada-racismo/> Publicado em 03 fev. 2022. Acesso em 25 nov. 2022. 283





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### INTEGRIDADE ELEITORAL E QUALIDADE DA DEMOCRACIA NA ÁFRICA SUBSAHARIANA: O CASO DE MOÇAMBIQUE

Jochua Abrão Baloi<sup>131</sup>

#### RESUMO

Este artigo põe em pauta a análise da integridade eleitoral e a qualidade da democracia na África Subsaariana, considerando o caso de Moçambique. Nele argumenta-se que para o caso de Moçambique, os ciclos eleitorais são caracterizados pelos problemas da integridade eleitoral, mais devidos pelo centralismo político adoptado pelo partido no poder, a Frelimo. Para secundar este argumento, avança-se a hipótese segundo a qual, o centralismo político adoptado pela Frelimo foi herdado da colónia, do militarismo das lutas pela independência e aperfeiçoado no período socialista. A partir de uma abordagem qualitativa e multidisciplinar centrada na história e ciência política africana, este artigo conclui que, apesar de Moçambique ser formalmente um país democrático, as suas práticas políticas denotam ser um país com problemas de integridade eleitoral.

**Palavras-chave:** Integridade Eleitoral. Democracia. Eleições.

284

#### ABSTRACT

This article comes about with the objective of analyzing the electoral integrity and the quality of democracy in sub-Saharan Africa, considering the case of Mozambique. The main argument that guide this article is that, in the case of Mozambique, electoral cycles are characterized by problems of electoral integrity, more due to the political centralism adopted by the ruling party, Frelimo. To support this argument, can be advanced a premise according to which the political centralism adopted by Frelimo was inherited from the colony, from the militarism of the struggles for independence and perfected in the socialist period. From a qualitative and multidisciplinary approach centered on African history and political science, this article concludes that, although Mozambique is formally a democratic country, its political practices denote that it is a country with problems of electoral integrity.

**Keywords:** Electoral Integrity. Democracy. Elections.

<sup>131</sup> É Doutor em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), e é docente e pesquisador na Universidade São Tomás de Moçambique-Maputo.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 1 INTRODUÇÃO

Este artigo pretende analisar a integridade eleitoral e a qualidade da democracia na África Subsaariana, considerando o caso de Moçambique. O seu argumento é que para o caso de Moçambique, os ciclos eleitorais são caracterizados pelos problemas da integridade eleitoral, mais devidos pelo centralismo político adoptado pelo partido no poder, a Frelimo.

A hipótese explicativa para esta problemática é que, para o caso moçambicano, o centralismo político adoptado pela Frelimo foi herdado da colónia, do militarismo das lutas pela independência e acima de tudo, foi aperfeiçoado durante o período socialista.

Destarte, em todos os países democráticos, o processo da integridade eleitoral garante eleições livres, justas e transparentes, contudo, nem sempre os ciclos eleitorais são acompanhados de integridade eleitoral. Para o caso de Moçambique, os ciclos eleitorais são manchados em parte por viciamento do recenseamento eleitoral, por adulteração dos resultados eleitorais e por conflitos pós-eleitorais. Estes problemas são consequência da própria construção de Estado, que denota o centralismo político na gestão da coisa pública.

285

A construção metodológica que norteia este artigo comporta uma simbiose de vários métodos (Qualitativo, Monográfico, Histórico, Bibliográfico e o *Process Tracing*), aliando-os ao hermenêutico reflexivo para o alcance efectivo do referencial teórico e histórico sobre a integridade eleitoral ligada à democracia e ciclos eleitorais em Moçambique. Ademais, com base em inquéritos fornecidos pelo P-DEIAM<sup>132</sup>, feitos a 2047 cidadãos e recolhidos em 2020, sobre a integridade eleitoral nas eleições legislativas e presidenciais de 2019 em Moçambique, e socorrendo-se para a sua análise do pacote informático SPSS 21,0, estes dados denotam que nestas eleições houve de facto problemas de integridade eleitoral.

Este artigo está dividido em três partes, além desta introdução e conclusão. Na primeira, apresenta-se uma revisão da literatura sobre a integridade eleitoral, democracia e ciclos eleitorais. Em seguida, levanta-se um debate sobre as eleições em contextos centralizados, considerando o caso de Moçambique, e por fim faz-se a análise e discussão dos dados de pesquisa.

<sup>132</sup> Pluralism Democratization and Electoral Integrity in Angola and Mozambique.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 2 INTEGRIDADE ELEITORAL, DEMOCRACIA E CICLOS ELEITORAIS: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Em ciência política, a discussão sobre integridade eleitoral e sobre ciclos eleitorais é muito mais ampla do que a problemática da democracia *per se*. Estudos existem sobre a integridade eleitoral e democracia, como é o caso de Van Ham (2015), Norris (2014), McAllister & White (2015), Fortin-Rittberger et al (2017), entre outros.

Em conformidade com Norris (2014), integridade eleitoral refere-se à qualidade que se pode aferir a uma eleição. Portanto, ela busca reflectir sobre os princípios, os valores e os padrões universais aplicáveis a eleições democráticas, que devem ser encontrados em todas as fases do ciclo eleitoral (Norris, 2012).

Em boa verdade, a integridade eleitoral em países democráticos deveria assegurar que as eleições fossem justas e livres. A corroborar esta ideia, Freire et al (2018, p. 35) referem que

para definir a agenda para o processo de Integridade Eleitoral, é necessário analisar a qualidade das eleições e democracia do país, em seguida a percepção pública da integridade eleitoral e as más práticas eleitorais, a legitimação política do processo, a participação através do voto, se houve manifestações e se foram pacíficas ou violentas e por último o regime de concessões, repressão ou substituição.

Estes elementos são muito importantes se se pretende analisar a integridade eleitoral em países democráticos *qua tal*. A não observância destes elementos e destas fases neste processo concorre para o não alcance da integridade eleitoral esperada.

Foi a partir da terceira onda das democratizações, portanto, em 1990, que em África surgiu um movimento de democratizações (Huntington, 1994), que em parte trouxe e abriu mais uma página na ciência política africana, depois de muitos países terem passado pelas ditaduras e repressões das liberdades político-civis. A partir deste período, já se podia falar em parte, de processos e ciclos eleitorais que no seu ímpecto apresentam sua trajectória eleitoral de forma livre e justa ou de forma fraudulenta (Freire et al, 2018).





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Apesar disso, os estudos de Baloi (2022) denotam para o caso de Moçambique, que a situação da integridade eleitoral, não é tanto como se pode imaginar, posto que existe uma ditadora que funciona em nome de democracia, que se apelida de “ditadura democratizada”. Esta colocação foi assim concebida, uma vez que o regime democrático implantado em Moçambique não tem as mesmas características da democracia proposta pelos grandes teóricos da democracia moderna, como Schumpeter, Dahl e Downs.

As aceções da democracia implantadas em Moçambique, se olhadas sob ponto de vista da integridade eleitoral estão longe da democracia referida por estes teóricos, olhando como o processo eleitoral é gerido *per si*, ao se pretender que a oposição não vença as eleições em honra dos heroicos fundadores dos libertadores da pátria (Baloi, 2021).

A abordagem moderna da democracia é marcada por uma antipatia em vários países no concernente ao funcionamento da democracia representativa, apesar deste modelo não ter tido superação nas práticas políticas. Destarte, Schumpeter, Dahl e Downs são entre os vários autores, que contribuíram sobremaneira para a abordagem da democracia sob ponto de vista empírico (Baloi, 2019).

287

Os modelos ideais da democracia representativa, hoje em dia são efectuados por meio de diversidade de instituições que procuram criar políticas públicas importantes que devem ser formuladas por todos os membros eleitos pelo povo. Estas instituições possuem certas características, como eleições livres, justas e periódicas, liberdade de expressão e de associação, que são os grandes ideais de qualquer que seja a democracia.

Estes elementos se observados na íntegra garantem para que haja integridade eleitoral esperada principalmente em países democráticos. A par desta colocação, a democracia seria um método que é usado para o alcance dos interesses partidários. Portanto, a democracia é um método político e institucional usado para a tomada de decisões políticas, que se efectivam através da luta competitiva pelo poder na escolha da liderança através de eleições livres e periódicas, e, portanto, ela legitima a competição pela liderança (Schumpeter, 1961).

Por outro lado, a democracia leva o governo a ser responsivo aos seus cidadãos, no sentido de garantir certas oportunidades aos cidadãos por forma a legitimar a competição e os







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

direitos dos cidadãos. Assim sendo, o ideal democrático está ligado à competição e participação, que Dahl (2005), a chama de poliarquia. Portanto, nele os cidadãos possuem racionalidade e preferências protegidas pelas instituições democráticas em vista à consideração dos seus direitos e interesses para a formação das políticas públicas (Baloi, 2019).

No mesmo diapasão, a democracia faz com que o governo aja em conformidade com os seus interesses em vista ao alcance do poder, e neste sentido, as eleições têm o papel de selecionar o governo. Dessa forma, para Downs (1999), apesar de os indivíduos possuírem uma racionalidade instrumental, e usar a democracia com base no modelo econômico, o governo é composto por pessoas que possuem recursos econômicos em vista a formular boas estratégias de ação por forma a aumentar benefícios e garantir o direito ao voto de seus cidadãos.

Relativamente aos ciclos eleitorais, Brender & Drazen (2005), atestam que estes se verificam em países com tendências democratizantes, posto que nestes países, os eleitores não estão familiarizados com a gestão do processo eleitoral *per si*, e desconhecem os elementos que possam mudar e inviabilizar um processo eleitoral, relativamente a países com democracias consolidadas.

288

Os estudos recentes sobre ciclos eleitorais revelam que, para se aferir a integridade eleitoral é preciso considerar um conjunto de dimensões: leis eleitorais, procedimentos eleitorais, delimitação dos círculos eleitorais, recenseamento eleitoral, registo de partidos e candidaturas, cobertura jornalística, financiamento de campanhas eleitorais, processo de votação, contagem dos votos, resultados e administração eleitoral (Luís, 2020). Estes indicadores denotam a importância que os ciclos eleitorais têm para a integridade eleitoral com o intuito de se criar uma democracia consolidada.

No geral, o ciclo eleitoral é composto por três fases, os períodos pré-eleitoral, eleitoral e pós-eleição. A bem dizer,

o período pré-eleição compreende as grandes áreas como o quadro legal, planeamento e implementação, formação e educação, recenseamento e campanha eleitoral. O período da eleição abrange as grandes áreas das operações e votação, contagem e resultados, recursos e reclamações. O período pós-eleição, por sua vez, inclui as fases de avaliação, reforço institucional e eventuais ajustes e reformas. Todas estas áreas formam um





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

contínuo natural, sendo a integridade de cada uma delas suscetível de afetar as demais, com impacto natural na integridade da eleição como um todo (Luís, 2020, p. 14-15).

Estas fases, e com as nuances que nelas acontecem, mostram quão complexa é este processo, que de certa forma mexe com a integridade eleitoral, principalmente em países com uma democracia em construção.

Analisado o debate teórico sobre a integridade eleitoral e a sua relação tanto com a democracia como com os ciclos eleitorais, em seguida discute-se a problemática das eleições em contextos centralizados, considerando o caso de Moçambique.

### 3 ELEIÇÕES EM CONTEXTOS CENTRALIZADOS: O CASO DE MOÇAMBIQUE

Nos países com uma democracia consolidada, as eleições constituem um instrumento político para premiar como para punir os seus líderes no exercício das suas funções. Para efeito, esta situação, em ciência política é apelidada de teoria do voto económico, que serve como instrumento para responsabilizar os dirigentes, gratificando-os ou punindo-os politicamente pelo seu desempenho na boa ou má conduta do governo (Semedo et al, 2013; Downs, 1999).

289

A despeito disto, as eleições podem criar incertezas e/ou instabilidade política relativamente à dúvida sobre os futuros resultados das eleições, o que é característico dos países com tendências democratizantes, principalmente africanos.

Nos países africanos, principalmente aqueles com um forte centralismo político, a experiência de eleições denotou que há sempre instabilidade política e falta de integridade eleitoral, o que pode conduzir a uma inconsistência eleitoral acompanhada de violência eleitoral substancial e/ou (re) surgimento de guerra civil.

No bojo desta problemática, a incerteza relativamente aos resultados eleitorais (Przeworski *et al*, 1996) e o envolvimento do governo nos ciclos eleitorais (Heywood, 1997), especificamente no período eleitoral tem sido a principal e a única causa da natureza destrutiva da integridade eleitoral, principalmente nos países africanos.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Os estudos de Matsimbe (2018, p. 122) denotam que

as eleições só ganham relevância como mecanismos de fortalecimento da democracia quando encaradas do ponto de vista da racionalidade do eleitorado nas suas escolhas eleitorais. Além de as eleições serem a pedra angular nas democracias liberais modernas, em democracias emergentes africanas constituem a principal, senão mesmo a única, forma de participação política dos cidadãos.

Esta colocação denota na verdade, o que seria esperado nas democracias emergentes, o caso de Moçambique, em que as eleições deveriam ser democráticas e que pudessem levar os cidadãos, a participar de forma activa no processo político. Contudo, por causa do centralismo político assumido pelo partido libertador, a Frelimo<sup>133</sup>, desde as lutas da libertação nacional e consolidado depois da independência (1975), a situação política de Moçambique não espelha um país democrático *per si*, mas sim um país com um forte centralismo político e, portanto, com sérios problemas de integridade eleitoral.

A situação da incerteza eleitoral e os problemas da integridade eleitoral vividos em Moçambique, que em parte são causados pelo inadequado envolvimento dos actores-chave em todo o processo político-eleitoral, bem como a sua identidade étnica e política, conjugados com a viciação de todo o ciclo eleitoral, concorre para que Moçambique esteja na lista dos países formalmente democráticos, mas que na prática esteja a viver uma ditadura em nome da democracia.

A despeito disto, todo o processo eleitoral moçambicano é caracterizado por eleições malsucedidas que incluem entre outros factores: problemas da própria lei eleitoral, viciação do recenseamento eleitoral, fraude eleitoral, intimidação política, violência eleitoral, favoritismo oficial para com os candidatos dos partidos no poder, intolerância política (Igreja, 2013; Tollenaere, 2006), e acima de tudo, falta de uma cultura político-democrática.

290

<sup>133</sup> Na literatura sobre a história de Moçambique, há uma distinção entre a abreviatura FRELIMO, escrita em letras maiúsculas como um movimento revolucionário, e Frelimo, escrita em letras minúsculas, que constitui formalmente um partido político.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

A situação política da maior parte dos países da África Subsaariana está imersa em democracias com um véu de ditadura, que os estudos de Baloi (2022) apelidam de ditadura democratizada, posto que,

a maior parte dos países africanos, no geral não possui uma história de descolonização nem um período de independências que se acompanhou por uma democratização *per si*, portanto, a construção dos Estados pós-independências na maior parte destes países, só era possível através da criação de um poder centralizado patente num único partido (Baloi, 2022, p. 76).

Esta citação denota que Moçambique não constitui exceção, ao se verificar no seu sistema político, a coexistência no mesmo espaço territorial vários modelos democráticos: democracias locais e até mesmo práticas antidemocráticas, que variam dentro das diferentes escalas nacionais (Baloi, 2021). Portanto, em outros casos, há situação de uma coexistência pacífica destes modelos que Young (2004) os considera de democracias virtuais ou semidemocracias.

No bojo desta colocação, em Moçambique existe uma democracia eleitoral formal, apesar de estar aquém dos pressupostos democráticos patentes na teoria democrática de Dahl e de Downs, posto que o seu sistema de governo ainda continua a ser gerido em moldes de centralismo político cuja tolerância política é mínima, o que se explica pelos sucessivos ilícitos eleitorais (Baloi, 2021), e, portanto, pelos problemas da integridade eleitoral nas eleições legislativas e presidenciais de 2019.

Ainda nesta problemática, existe uma intolerância política do partido majoritário e libertador, a Frelimo, que se verifica “através da instalação de uma cultura de medo, intimidação e silenciamento dos oponentes” (Matsimbe, 2017, p. 72), para manter o centralismo político herdado da colônia, do militarismo das lutas pela independência e aperfeiçoado no período socialista.

Portanto, as eleições em contextos centralizados ficam fragilizadas, a olhar como o processo é gerido desde o governo central. Além do mais, este centralismo político enfraquece as





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

instituições do Estado relativamente à gestão da coisa pública e ao fornecimento de bens e serviços ao cidadão.

Este centralismo político é mais devido à própria construção do Estado moçambicano que a bem dizer, pretende controlar tudo desde o governo central, com o intuito de monitorar e combater os seus oponentes (Baloi, 2021).

Ainda neste contexto, pode-se questionar, porque é que a maior parte dos países da África Subsaariana, mesmo depois de se alcançar as independências e consequentemente a assunção da democracia como um regime político, ainda continuam países centralizados? A resposta a esta colocação está no facto de que, os modelos democráticos adoptados em África foram importados desde os modelos ocidentais, deixando de lado as condições socioeconómicas e políticas dos povos africanos (Matsinhe, 2018).

Ademais, os países africanos não têm experiências de democracias a modo ocidental, o que concorre para a adopção de um modelo imposto e emprestado das democracias consolidadas. Em suma, a assunção de modelos democráticos ocidentais é o elemento que concorre para a existência de democracias com véu de ditadura, posto que mesmo olhando para a governança tradicional tipicamente africana, o poder sempre está centralizado e nas mãos de um líder. Este aspecto é importante para perceber, por que nos países africanos ainda temos ditaduras, e consequentemente ilícitos eleitorais, portanto problemas de integridade eleitoral.

292

Depois de analisadas as eleições em contextos centralizados, considerando o caso de Moçambique, em seguida faz-se a análise e a discussão dos dados de pesquisa relativamente à integridade eleitoral nas eleições legislativas e presidenciais de 2019 em Moçambique.

### 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS DE PESQUISA

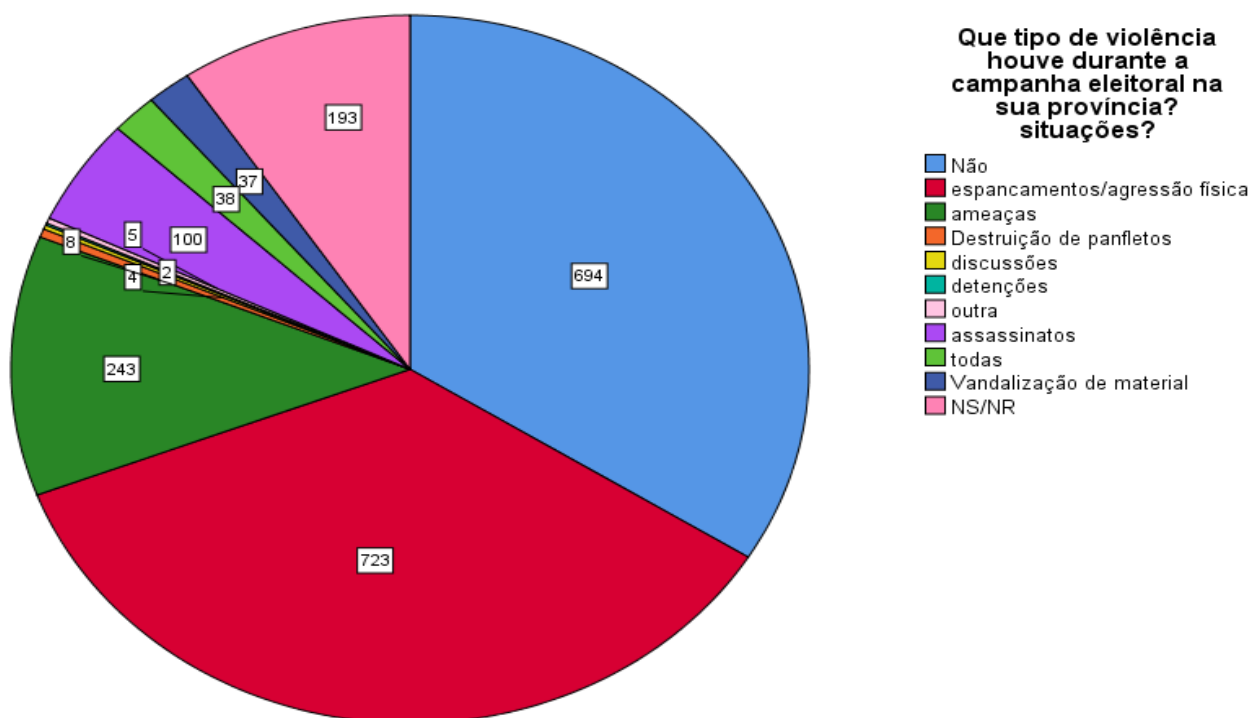
Para uma melhor sistematização, nesta parte será apresentada a análise dos dados da pesquisa que tomaram por base as perguntas propostas para um total de 2047 inquiridos, relativamente aos processos eleitorais e integridade eleitoral nas eleições legislativas e



presidenciais de outubro de 2019. Os dados foram analisados a partir do pacote informático SPSS 21.0.

Aos inquiridos foi-lhe proposta a seguinte questão: *Que tipo de violência houve durante a campanha eleitoral na sua província?* Relativamente a esta questão, os dados da figura 1 são mais elucidativos. Quase equitativamente (Figura 1), as opiniões dos inquiridos dividem-se entre não houve violência (694) e espancamentos/agressão física (723), seguidos de ameaças (243), assassinatos (100), todas (38) e vandalização de material de campanha (37).

Figura 1 - Que tipo de violência houve durante a campanha eleitoral na sua província?



Ao se analisar esta figura 1 pode-se criar a ilação de que de facto, durante a campanha eleitoral houve problemas de integridade eleitoral, desde espancamentos/agressão física, ameaças, assassinatos, e vandalização do material de campanha.

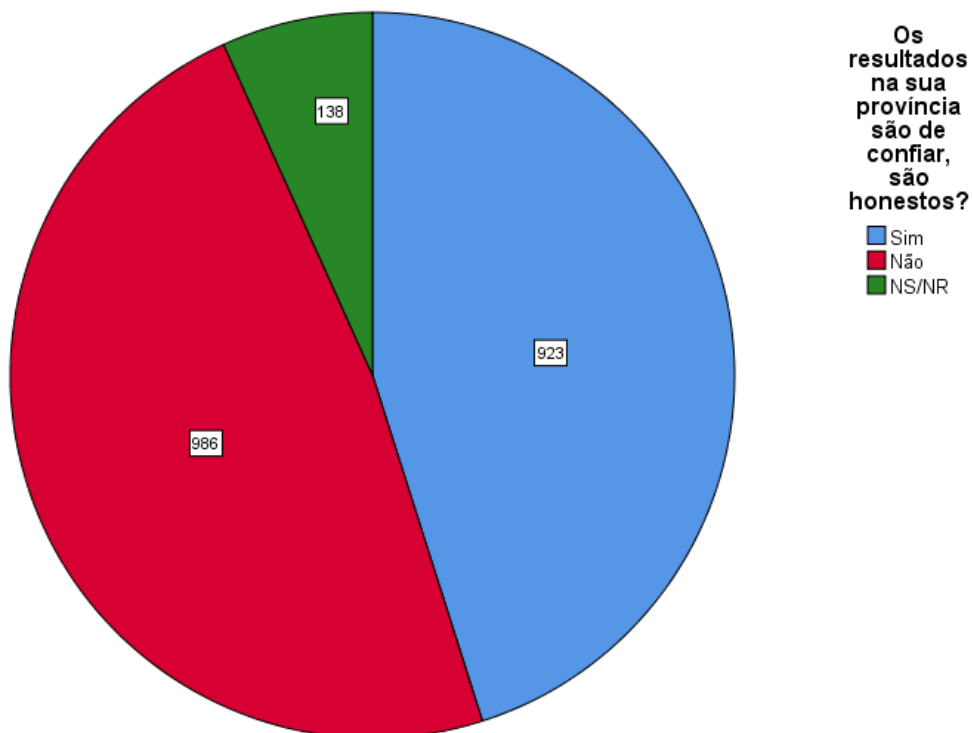


## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Relativamente à questão sobre, se os *resultados na sua província são de confiar, são honestos?* Há neste caso (Figura 2), uma semelhança muito grande entre o Não (986) e o Sim (923), a par de um número pequeno de não respondentes (138).



Figura 2 - Os resultados na sua província são de confiar, são honestos?

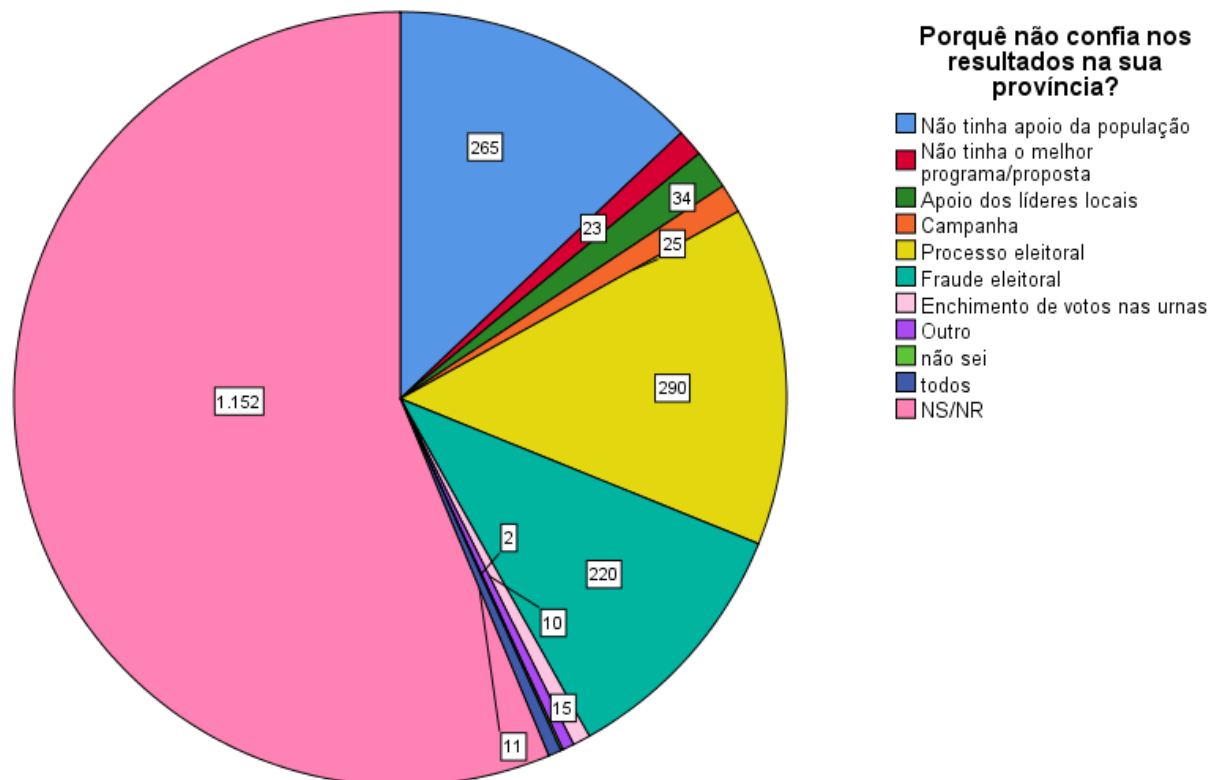


Analisando estes dados, pode-se criar a conclusão de que por causa dos problemas de integridade eleitoral, os resultados das eleições de 2019 não são de confiar conforme denotam os resultados da figura 2.

No concernente à questão sobre *Porquê não confia nos resultados na sua província?* Os destaques, neste caso, processo eleitoral (290), não tinha apoio da população (265), fraude eleitoral (220), apoio dos líderes locais (34), campanha (25) e não tinha o melhor programa/proposta (23) foram denotados. Uma vez mais, a maioria (1152) não responderam (Figura 3).



Figura 3 - Porquê não confia nos resultados na sua província?



A conclusão que se pode tirar a partir dos dados figura 3 acima é que a maioria absoluta de 1152 preferiu não responder. Com esta abstenção pode-se aduzir que as pessoas preferem ficar no silêncio pois sabem que sempre haverá fraude eleitoral.

Sobre a questão *Se não confia nos resultados da sua província, quem são os culpados pela falsidade dos resultados?* Os inquiridos, ao nível de culpados pela falsidade dos resultados (Tabela 1), destacaram a *CNE* (742), seguida do *partido no poder* (551).

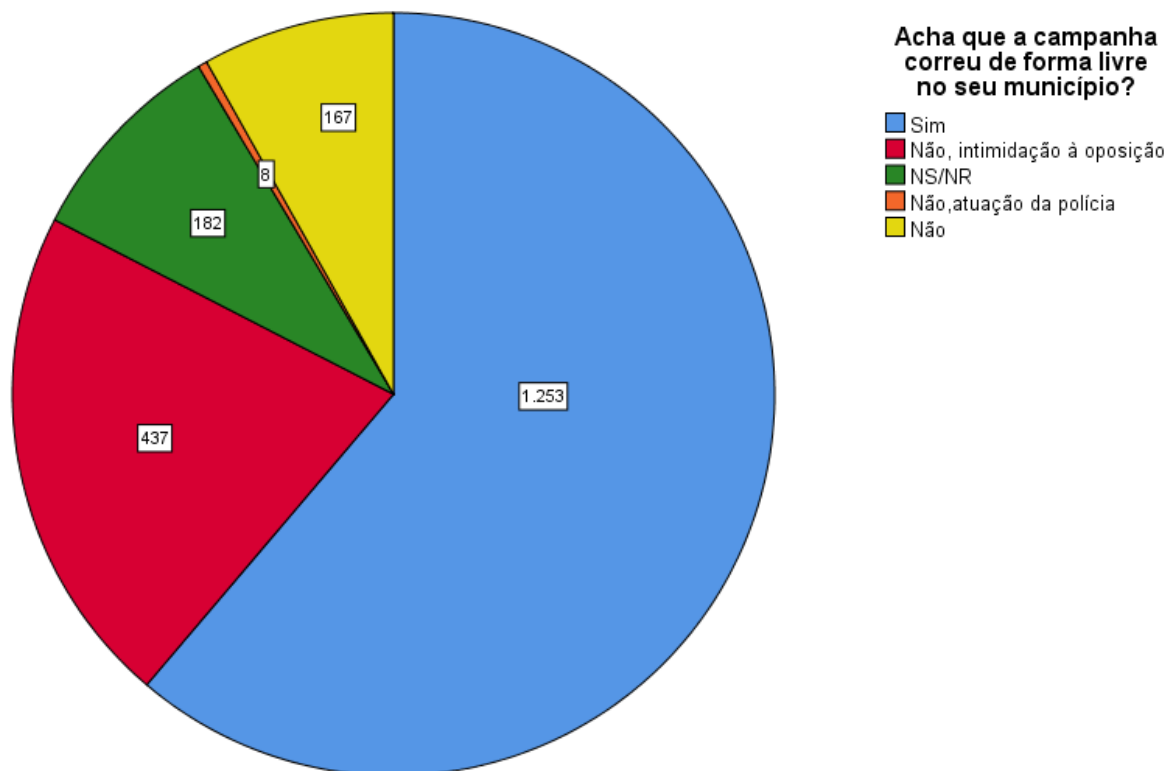
Tabela 1- Culpados pela falsidade dos resultados

Desconfiança nos resultados		Frequências
Se não confia nos resultados da sua província, quem são os culpados pela falsidade dos resultados? <b>CNE</b>	Sim	<b>742</b>
	Não	12
	NS/NR	1293
Se não confia nos resultados da sua província, quem são os culpados pela falsidade dos resultados? <b>Partido no poder</b>	Sim	<b>551</b>
	Não	17
	NS/NR	1479
Se não confia nos resultados da sua província, quem são os culpados pela falsidade dos resultados? <b>Líderes locais</b>	Sim	98
	Não	46
	NS/NR	1903
Se não confia nos resultados da sua província, quem são os culpados pela falsidade dos resultados? <b>Tribunais</b>	Sim	154
	Não	44
	NS/NR	1849
Se não confia nos resultados da sua província, quem são os culpados pela falsidade dos resultados? <b>Polícia</b>	Sim	137
	Não	46
	NS/NR	1864
Se não confia nos resultados da sua província, quem são os culpados pela falsidade dos resultados? <b>Outro</b>	Sim	16
	Não	47
	NS/NR	1984

Os dados da tabela 1 acima trazem a ilação de que a culpa sobre os problemas da integridade eleitoral recai directamente para os órgãos gestores de eleições que entram em conluio com o partido no poder.

Os inquiridos quando foram questionados *se a campanha correu de forma livre no seu município?* Os dados denotam que também por maioria (Figura 4), os inquiridos responderam sim (1253), seguindo-se o não, com intimidação à oposição (437), o não, sem justificação (167), o não, com atuação da polícia (8) e 167 não responderam.

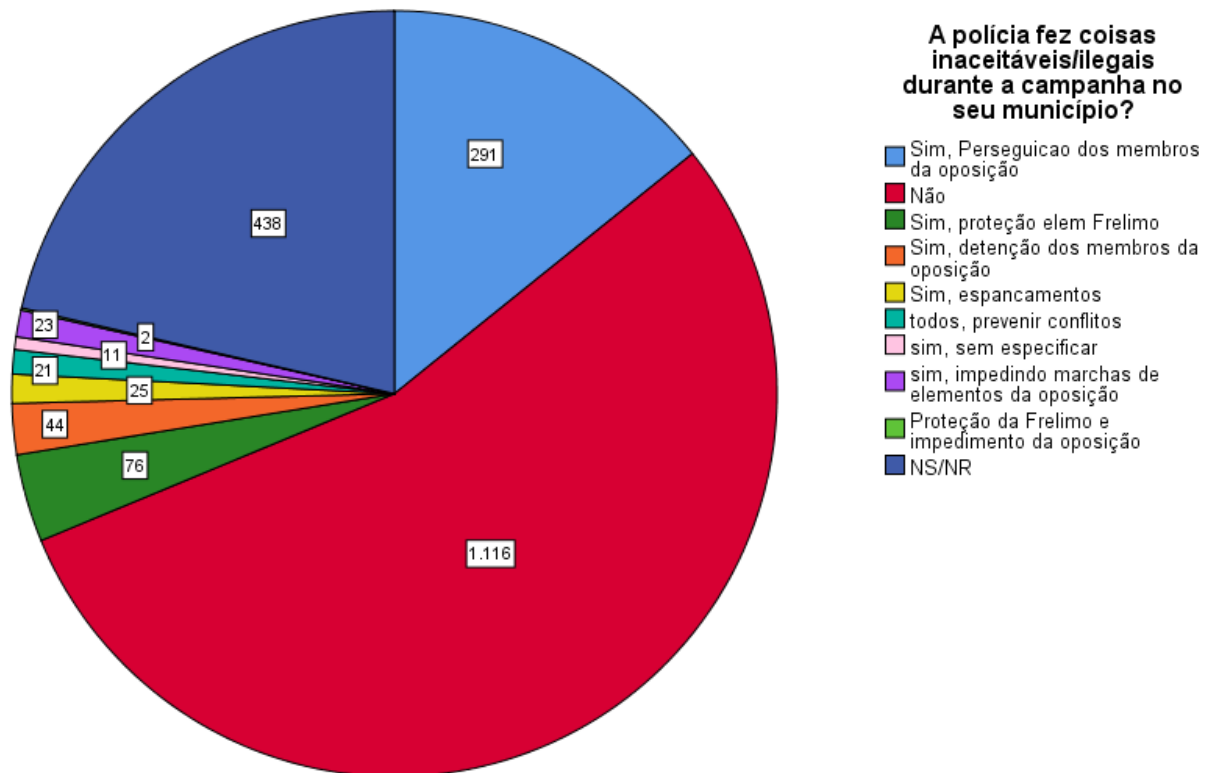
Figura 4 - Acha que a campanha correu de forma livre no seu município?



Os dados desta figura 4 mostram que muitas das vezes as campanhas acontecem com intimidação, apesar de a maioria ter respondido que foram de forma livre, mas na prática e por causa da abstenção nesta resposta, percebe-se que estas eleições não foram, nem livres, nem justas e muito menos transparentes.

A outra questão colocada aos inquiridos foi *se a polícia fez coisas inaceitáveis/ilegais durante a campanha no seu município?* Os dados denotam que ainda que a maioria das respostas (Figura 5) tenha sido não (1116), há respostas preocupantes: sim, perseguição dos membros da oposição (291), sim, proteção de elementos da Frelimo (76), sim, deteção de elementos da oposição (44), sim, espancamentos (25), sim, impedindo marchas de elementos da oposição (23).

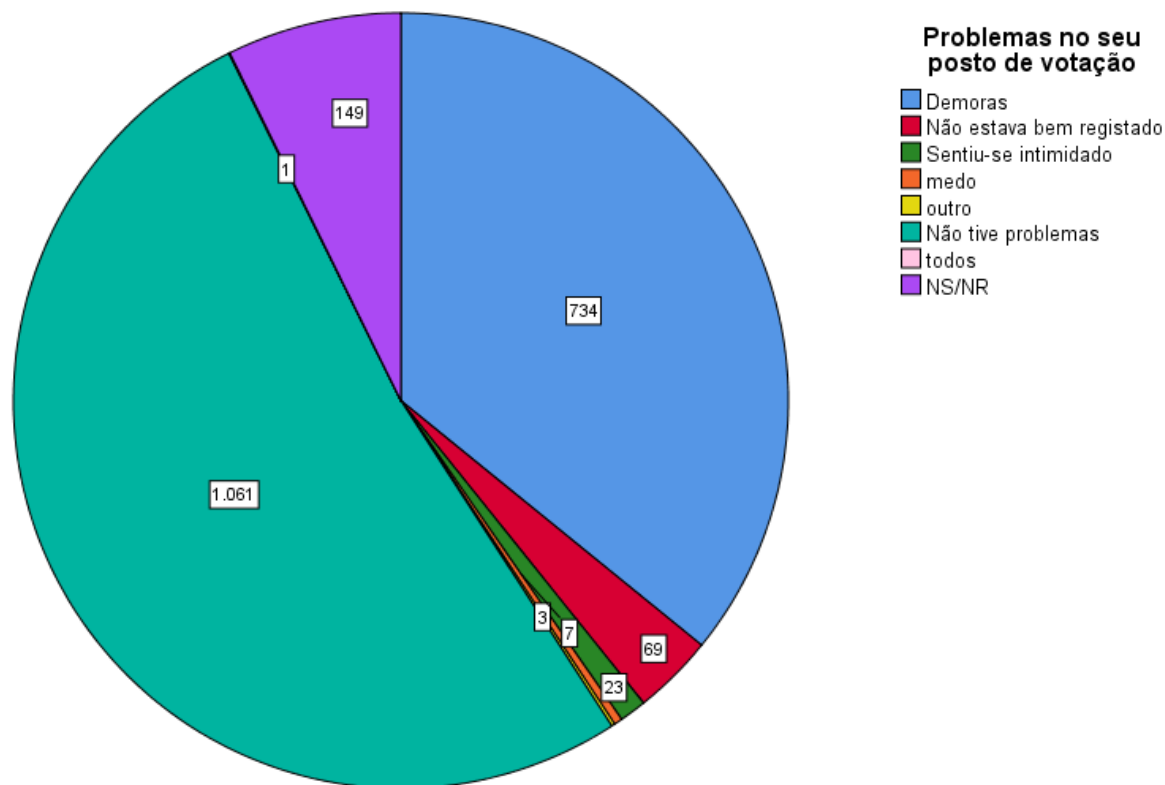
Figura 5 - A polícia fez coisas inaceitáveis/ilegais durante a campanha no seu município?



A figura 5 acima leva à conclusão de que muitas das vezes a actuação da polícia tem sido a de intimidar a população, perseguindo e detendo os membros da oposição, espancá-los e impedindo-os de marchar, e estes elementos mancham na verdade, a integridade eleitoral.

Relativamente à questão sobre *que problemas houve no seu posto de votação?* Ainda que a maioria dos inquiridos (Figura 6) tenha respondido *não tive problemas* (1061), 734 identificaram *demoras* como problema principal, seguindo-se *não estava registado* (69) e *sentiuse intimidado* (23). Verificaram-se 149 *não respondentes*.

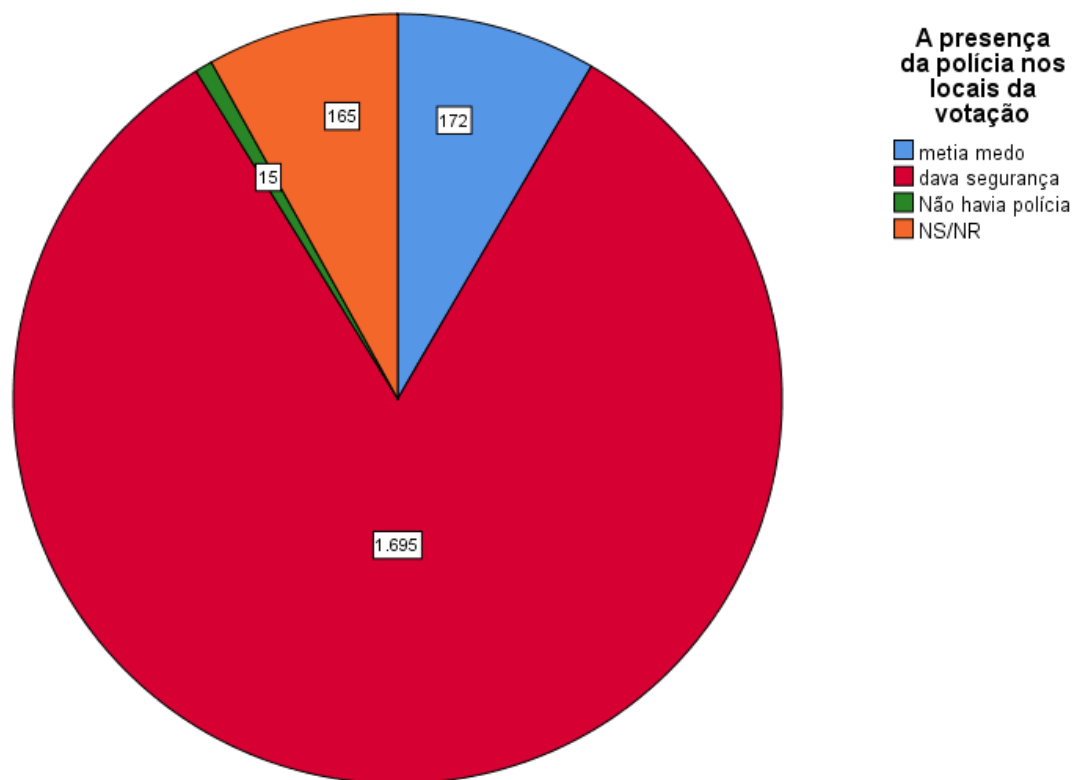
Figura 6 - Que problemas houve no seu posto de votação?



A conclusão que se pode tirar nesta figura 6 é que nas eleições de 2019 houve vários problemas no centro de votação, desde a demora na abertura dos postos de votação, falta de registo dos eleitores até à intimidação, se a população votar na oposição.

No que concerne à questão sobre os *efeitos da polícia presente nos locais da votação*, a maioria dos respondentes (1695) afirmou que a presença da polícia *dava segurança* (Figura 7), 172 responderam que *metia medo*, apenas 15 referiram que não havia polícia e 165 *não responderam*.

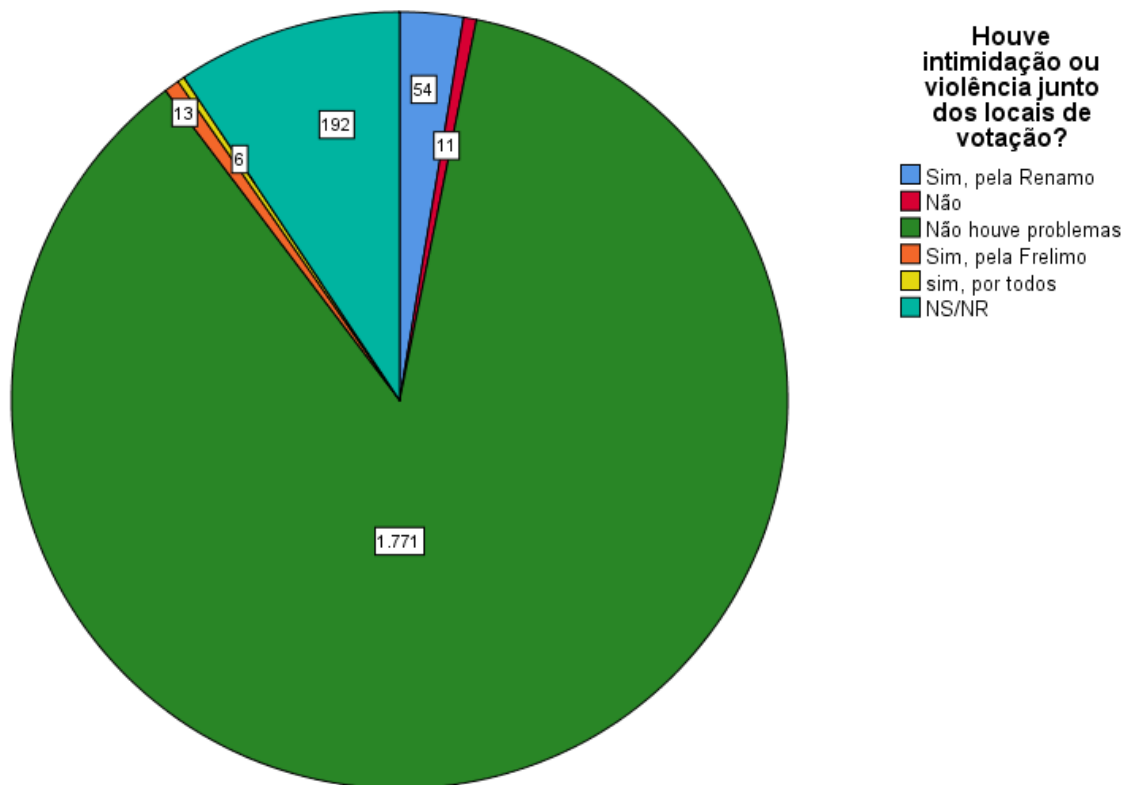
Figura 7 - Efeitos da polícia presente nos locais da votação



Estes dados trazem a conclusão de que apesar de a polícia ser um órgão de proteção, muitas das vezes, em períodos eleitorais, ela não dá segurança, portanto, intimida os cidadãos, como denota a figura 7 acima.

Quando se questionou se *houve intimidação ou violência junto dos locais de votação?* Uma vez mais, a maioria afirmou que *não houve problemas* (1771), 54 disseram *sim, causados pela Renamo*, 13 responderam *sim, causados pela Frelimo*, e 6 disseram *sim, causados por todos* (Figura 8), sendo que 192 *não responderam*.

Figura 8 - Houve intimidação ou violência junto dos locais de votação?



Os dados da figura 8 acima mostram que em períodos eleitorais, principalmente em Moçambique há sempre pequenos focos de intimidação e violência junto dos locais de votação o que cria problemas de integridade eleitoral.

A outra questão colocada foi, *para eleições mais justas, que é que se pode fazer?* Para além dos 931 *não respondentes*, as sugestões mais frequentes para ter eleições mais justas (Tabela 2) são *voto eletrónico* (231), *mais transparência* (186), *independência dos órgãos eleitorais* (100), *mudar os agentes* (62), *sociedade civil forte e confiável* (62), *não à fraude eleitoral* (51), *justiça e transparência* (50).

Tabela 2 - Para eleições mais justas, que é que se pode fazer?

Sugestões	Frequência	Percentagem (%)
NS/NR	931	45,5
voto eletrónico	231	11,3
Mais Transparência	186	9,1
independência dos órgãos eleitorais	100	4,9
mudar os agentes	62	3
sociedade civil forte e confiável	62	3
Não à fraude eleitoral	51	2,5
Justiça e transparência	50	2,4
Nova forma de votação	42	2,1
controlo rigoroso	38	1,9
Representantes de todos na mesa	36	1,8
Não haver corrupção	36	1,8
reiniciar o processo	30	1,5
Paridade dos partidos políticos	24	1,2
colaboração partidária	23	1,1
Organização	22	1,1
Livres e mais transparentes	18	0,9
Independência	13	0,6
Honestidade dos partidos	12	0,6
está bem	12	0,6
Melhorar o modelo eleitoral	12	0,6
confiar comunidade internacional	10	0,5
modernizar	8	0,4
Aceitar derrota	6	0,3
Mudanças das máquinas e das pessoas	6	0,3
Confiança nos partidos	5	0,2
haver democracia	4	0,2
CNE fiscalizada pelo CIP	4	0,2
Fiscalização	4	0,2
Não ao roubo de votos	2	0,1
Montar câmeras nas salas de votação	2	0,1
Eles sempre foram justos, que continuem	2	0,1
Sem intimidação na hora de contagem	2	0,1
eliminação da força para fins partidários	1	0
Total	2047	100

Ao se analisar os dados da tabela 2 acima pode-se concluir que, em Moçambique para se ter eleições mais justas e mais confiáveis, sugere-se a introdução do voto eletrónico, a independência dos órgãos gestores de eleições para que se evite a fraude, e que se tenha justiça e transparência em todo o processo eleitoral.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo mostrou que para o caso moçambicano, os ciclos eleitorais são manchados por viciamento do recenseamento eleitoral, por adulteração dos resultados eleitorais e por conflitos pós-eleitorais. Estes problemas são sucedâneos do centralismo político adotado pela Frelimo, na gestão da coisa pública.

Ademais, este artigo revelou que a integridade eleitoral deve considerar os valores e princípios norteadores que se aplicam ao nível internacional a eleições democráticas e às fases do ciclo eleitoral. Contudo, por causa do centralismo político da maior parte dos países africanos, a integridade eleitoral acaba sendo ameaçada, principalmente em todo o ciclo eleitoral.

No bojo desta problemática, há uma relação entre a democracia e a integridade eleitoral, posto que onde há democracia, os eleitores têm mais confiança nos órgãos gestores de eleições, e portanto, não há fraude nem violência eleitoral. Logo, a compreensão da democracia *per se* constitui um elemento essencial para que os cidadãos entendam a importância da integridade eleitoral, mesmo quando os órgãos gestores de eleições se mostram não confiáveis.

304

As evidências empíricas denotaram que em Moçambique há sérios problemas relativos à integridade eleitoral, posto que nas eleições legislativas e presidenciais de 2019, houve várias adversidades em todo o ciclo eleitoral desde a incerteza eleitoral até aos próprios problemas da democracia que se vê misturada com ditadura.

Além do mais, os dados de pesquisa revelaram que para um total de 2047 inquiridos, nas eleições legislativas e presidenciais de 2019 houve problemas de integridade eleitoral mais devidos à incapacidade dos próprios órgãos de gestão eleitoral de evitarem a violência em períodos eleitorais, à falta de confiabilidade nos próprios resultados das eleições e por intimidação e violência juntos dos locais de votação.

O estudo sugere que para que as eleições sejam mais justas, livres e transparentes, e portanto, para que haja integridade eleitoral, é necessário que o governo de Moçambique introduza o voto eletrônico, que haja independência dos órgãos que gerem eleições em relação ao





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

governo central, que a sociedade civil seja mais forte e confiável e que se evite a fraude eleitoral, portanto que haja justiça e transparência eleitoral.

Em suma, apesar de Moçambique ser formalmente um país democrático e/ou ser um país com tendência democratizante, as suas práticas políticas de centralismo político, denotam ser um país com problemas de integridade eleitoral.

### REFERÊNCIAS

BALOI, J. A. A Ditadura Democratizada: As Matrizes Históricas do Centralismo Político na Construção do Estado Angolano e Moçambicano. In: Neto, J. A. (Org.). **História: Repertório de Referências Culturais e Históricas**, Paraná: Atena, 2022.

BALOI, J. A. The Role and Limits of Representative Democracy: An Analysis from Joseph Schumpeter, Robert Dahl, and Anthony Downs. **Journal of Political Science and International Relations**. Vol. 2, No. 4, pp. 79-85, 2019. doi: 10.11648/j.jpsir.20190204.11.

BALOI, J. A. **A descentralização político-administrativa no contexto de um Estado unitário: uma análise a partir de Moçambique (1998 - 2018)**. 2021. 280 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

305

BRENDER, A. & DRAZEN, A. Political Budget cycles in new versus established democracies. **Journal of Monetary Economics**, Elsevier, v.52, n.7, p. 1271-1295, 2005.

DAHL, R. A. **Poliarquia: Participação e Oposição**. Edusp: São Paulo, 2005.

DOWNS, A. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. Edusp. São Paulo, 1999.

EYWOOD, A. **Politics**. London: Palgrave, 1997.

FORTIN-RITTBERGER, J. & HARFST, P. & DINGLER, S.C. “The Costs of Electoral Fraud: Establishing the Link Between Electoral Integrity, Winning an Election, and Satisfaction with Democracy.” **Journal of Elections, Public Opinion and Parties** 27 (3): 350-368, 2017.

FREIRE, D. & COTIAS, M.L. & MENEZES, P.V.D. Integridade Eleitoral e Qualidade da Democracia na América Latina, **Revista de Estudos Eleitorais**. Recife, V.2, Número 3, p.1-103, 2018.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

HUNTINGTON, S. P. **A Terceira Onda: a Democratização no Final do Século XX.** São Paulo: Ática, 1994.

IGREJA, V. As Implicações de ressentimentos acumulados e memórias de violência política para a descentralização administrativa em Moçambique: **Revista de Estudos Políticos**, v. 6, n. 1, p. 162-180, 2013.

LUÍS, C. Eleições, integridade eleitoral e populismo: uma análise dos pontos críticos. **Relações Internacionais**. 67:1, pp.13-25, 2020.

MATSIMBE, Z. Estudos Eleitorais em África: Desafios Teóricos, Metodológicos e Conceptuais. In: Forquilha, S. (Org.) **Desafios para Moçambique**, Maputo: IESE, 2018.

MATSIMBE, Z. Partidos Libertadores na África Austral: Reflexão Sobre os Desafios Para Moçambique. In: Brito, L de & Castel-Branco, C. N. & Chichava, S. & Forquilha, S. & Francisco, A. (Org.) **Desafios para Moçambique**, Maputo: IESE, 2017.

MCALLISTER, I. & WHITE, S. “Electoral Integrity and Support for Democracy in Belarus, Russia, and Ukraine.” **Journal of Elections, Public Opinion and Parties** 25 (1): 78-96, 2015.

NORRIS, P. **Making Democratic Governance Work.** How Regimes Shape Prosperity, Welfare, and Peace. New York: Cambridge University Press, 2012. 306

NORRIS, P. **Why Electoral Integrity Matters.** New York: Cambridge University Press, 2014.

PRZEWORSKI, A. ET AL. What Makes Democracies Endure? - **Journal of Democracy** 7:1, 39-55, Johns Hopkins University Press, 1996.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia.** Fundo da Cultura: Rio de Janeiro, 1961.

SEMEDO ET AL. **Estudos de Mercado, Inquérito de Opinião e Consultoria Econômica,** Afrosondagem lda, 2013.

TOLLENARE, M. **Apoio à Descentralização a Moçambique pós-conflito:** Intenções e resultados, Relatório de Trabalho número 37, Netherland Institute of International Relations, 2006.

VAN HAM, C. “Getting Elections Right? Measuring Electoral Integrity.” **Democratization** 22 (4): 714-737, 2015.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

YOUNG, C. The End of the Post-colonial State in Africa? Reflections on Changing African Political Dynamics. *African Affairs*, 103 (410), p. 23-49, 2004.

### O OUTRO: CONHECER E VALORIZAR A HISTÓRIA

Joelton Rezende Gomes<sup>134</sup>

Jussara Santos Pimenta<sup>135</sup>

#### RESUMO

As reflexões desse estudo têm como objetivo contribuir para a valorização da diversidade histórica e cultural e o hibridismo como resultado do encontro da diversidade. Pretendo dialogar com o leitor aspectos importantes que fortaleçam o respeito ao “outro” e o ensino de história com viés igualitário a partir das vivências ocultadas e diferenças que compõem a sociedade na qual estamos inseridos enquanto cidadãos. Sem a pretensão de esgotar o debate, são apontados aspectos importantes da identidade híbrida na constituição da história dos povos, fator que fortalece ainda mais a importância das biografias e dos relatos de vida na escrita de uma sociedade pautada na valorização das diferenças.

**Palavras-chave:** História. Biografia. Relato de vida. Hibridismo.

307

#### ABSTRACT

The reflections of this study aim to contribute to the appreciation of historical and cultural diversity and hybridity as a result of the encounter of diversity. I intend to talk to the reader about important aspects that strengthen respect for the “other” and the teaching of history with an egalitarian bias from the hidden experiences and differences that make up the society in which we are inserted as citizens. Without pretending to exhaust the debate, important aspects of hybrid identity are pointed out in the constitution of the history of peoples, a factor that further strengthens the importance of biographies and life stories in the writing of a society based on the appreciation of differences.

**Keywords:** Story. Biography. Life report. hybridity.

#### RESUMEN

Las reflexiones de este estudio pretenden contribuir a la apreciación de la diversidad e hibridez histórica y cultural como resultado del encuentro de la diversidad. Pretendo hablar con el lector sobre aspectos importantes que fortale-

<sup>134</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Mestrado e Doutorado Profissional do (PPGEEProf) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Docente de História no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO).

<sup>135</sup> Doutora em Educação (UERJ-UL). Membro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar - Mestrado e Doutorado Profissional (PPGEEProf), na Universidade Federal de Rondônia - UNIR.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

cen el respeto por el “otro” y la enseñanza de la historia con sesgo igualitario desde las experiencias ocultas y las diferencias que conforman la sociedad en la que estamos insertos como ciudadanos. Sin pretender agotar el debate, se señalan aspectos importantes de la identidad híbrida en la constitución de la historia de los pueblos, factor que fortalece aún más la importancia de las biografías y las historias de vida en la escritura de una sociedad basada en la valoración de las diferencias.

**Palabras clave:** Historia. Biografía. Informe de vida. hibridez.

### 1 INTRODUÇÃO

A forma tradicional e excludente de trabalhar fatos históricos que se restringia aos atos heroicos dos personagens e relegava a participação das “pessoas comuns” ao apagamento tem sido contestada por diferentes autores. Sendo assim, reflexões sobre a utilização de biografias e relatos de vida no ensino de História e o desenvolvimento de aulas que valorizem a criticidade e a capacidade dos alunos em conseguir analisar, problematizar e reconhecer aspectos de uma determinada época contextualizando-as com as vivências do sujeito tem desafiado os professores. Como ressalta Galvão (2019), a utilização de biografias e experiências de novos e distintos sujeitos proporcionam aos estudantes, a partir da identificação que os mesmos fazem de si com as “pessoas comuns”, uma compreensão mais eficaz acerca de contextos políticos, econômicos, sociais e o reconhecimento de todo e qualquer indivíduo como sujeito histórico. Propomos, a seguir, apontamentos sobre a importância do “otro” e de sua trajetória nos diálogos históricos.

308

### 2 PLAY NO BATE-PAPO: EU, NÓS E O OUTRO

Ser diferente, não ser semelhante ao que se julga padrão, deslocado, estranho, do contra e outras inúmeras expressões são utilizadas pela sociedade contemporânea para referir-se ao outro que não se identifica, que apresenta dessemelhança. Nuria Pérez de Lara Ferre (2001) entende diferença e diversidade como aquilo que permite-nos distinguir o outro do um, o outro do mesmo. Para a autora, o diferente ou diverso é o contrário do idêntico e nesse sentido, ela pontua que





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

o próprio sistema de educação no qual estamos submetidos corrobora para o fortalecimento do ser igual, idêntico:

Não obstante, a educação impõe, a si mesma, o dever de fazer de cada um de nós alguém; alguém com uma identidade bem definida pelos cânones da normalidade, os cânones que marcam aquilo que deve ser habitual, repetido, reto, em cada um de nós (FERRE, 2001, p. 196).

Com esse dever de ser igual e de manter a “normalidade” a história durante muito tempo foi escrita e transmitida com mecanismos criados e legalizados, em sua maioria, pela sociedade machista, branca, hetero e eurocêntrica que transformavam o outro em sujeito ausente a partir de sua demonização, negação e repreensão. Observo ainda que quem traduz o que é e o que não é, nunca faz isso de forma imparcial. Sempre existiu na legalidade ou proibição de algo ou alguém o interesse pessoal de quem define as regras do “jogo”.

Como já dizia a canção “é que Narciso acha feio o que não é espelho” (VELOSO, 1978), essas diferenças apontadas anteriormente e definidas por muitos cidadãos como feiuras presentes no outro, gera a sensação de estranheza ou de falta de controle sobre aquilo que se impõe como “normal”. Nuria Ferre (2001) debate acerca dessa estranheza provocada pelo outro e a define como algo que perturba os grupos homogêneos:

309

O que salta aos olhos quando olhamos o mundo de hoje é, precisamente, a realidade de que nosso mundo é um mundo no qual a presença de seres diferentes aos demais, diferentes a esses demais caracterizados pelo espelhismo da normalidade, é vivida como uma grande perturbação (FERRE, 2001, p. 197).

A perturbação apontada pela autora toca nas mais variadas áreas, ou seja, esse incômodo provocado pelo outro não se limita às questões étnicas, raciais ou políticas. Nos deparamos com jovens e crianças que perturbam os adultos, homens que subjugam mulheres, heteros que repelem homossexuais, ricos que menosprezam pobres, cristãos que demonizam religiões de matrizes africanas e outras mais distintas formas de distinguir, culpabilizar e capturar o outro. Todas as diferenças existentes e reforçadas com ações preconceituosas vão criando cada vez mais barreiras que impedem o respeito ao próximo e a escrita de uma história de valorização do outro.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Diante de tantas alteridades, incômodos com as imposições de grupos que detêm o poder social e político é comum que constantemente nos perguntemos: "[...] como é possível que os tempos atuais alojem, sem conflito, discursos e práticas, aparentemente, opostos?" (DUSCHATZKY; SKLIAR, 2001, p. 120).

Segundo Galvão (2019), o ensino de História no Brasil no espaço escolar era desenvolvido a partir de uma história cronológica, memorialista e factual, e nesse sentido não havia a problematização dos temas trabalhados no espaço escolar e, inclusive, as biografias eram amplamente utilizadas em seu modelo heroico, factual e de fundo moralizante. Assim, não havia uma Aprendizagem Histórica caracterizada pelo aprofundamento da consciência histórica que valorizava o outro, ou seja, era mais um ensino preocupado com a memorização de fatos, datas e personagens marcantes. Nesse sentido, o ensino não permitia que os estudantes se reconhecessem como sujeitos da História e nem possibilitava o desenvolvimento da percepção dos diferentes lugares de produção do discurso histórico, apagando assim as alteridades entre os indivíduos e suas vivências.

A proposta feita pelo autor em sua dissertação e reforçada pelo presente instrumento é que a utilização de biografias históricas na atualidade aponte para o desenvolvimento de procedimentos de pesquisa, de problematização e de formas narrativas que proporcionem maior diversidade de vozes nos debates acerca dos fatos históricos. É uma forma de proporcionar um lugar de fala para todos os envolvidos no processo a partir de biografias baseadas em uma História-Problema que potencialize os distintos saberes históricos no espaço escolar.

Temos acompanhado, atualmente, principalmente no cenário político, as diferenças de ideias e de ideologias sendo sufocadas por discursos de ódio e em casos mais extremos até violência física contra o outro. Além de toda essa onda discriminatória, nos deparamos com as fronteiras que são criadas a partir das diferenças e que colocam o outro sempre do lado oposto e negativo e nesse sentido vamos nos deparar também com muitos mecanismos sociais e políticos que irão legalizar e recriminar o dessemelhante. A partir da utilização de instrumentos como a biografia e os relatos de vida buscamos, com respaldo nas análises de Galvão (2019), demonstrar que é possível e mesmo necessária a construção e/ou potencialização de saberes históricos que





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

objetivem combater um ensino de história excludente que não valoriza as diferenças étnicas, de gênero, raciais ou políticas. Isso pode se dar por meio de um processo de Aprendizagem Histórica onde os educandos possam construir conhecimentos sobre si e sobre o outro reconhecendo-se como sujeitos de sua história pessoal, bem como do contexto histórico a sua volta.

Muitos debates são travados na sociedade contemporânea no intuito de extinguir a aversão criada pelo indivíduo ao outro, ao distinto. Entretanto, muitas interpretações e ações equivocadas são implantadas e acabam corroborando para o fortalecimento e naturalização da estranheza. Jornais, revistas, movimentos nas redes sociais, *podcasts* e outros inúmeros mecanismos de interação clamam e determinam igualdade a partir de termos como tolerância. Atualmente tolerância é relacionada com as transformações que ocorrem nos diversos momentos das sociedades em relação à cultura, aos valores e à organização-político-social, mas será que tolerar o outro realmente aponta para a desconstrução do sentimento de superioridade e de recriminação existentes na sociedade brasileira?

A sociedade contemporânea, ainda que de forma velada, se vale do conceito de tolerância para a prática da indiferença, ou seja, tolerar o outro coloca o agente opressor na condição de pessoa que ignora e banaliza os direitos do oprimido. É como colocar uma venda nos olhos para aquilo que o indivíduo não consegue e não quer compreender, conviver e respeitar. O tolerar fortalece o esquecimento da dor e da luta do outro. Duschatzky e Skliar (2001) apontam que:

A tolerância pode materializar a morte de todo o diálogo e, portanto, a morte do vínculo social sempre conflitivo. A tolerância, sem mais, despoja os sujeitos da responsabilidade ética frente ao social e libera o Estado da responsabilidade institucional de encarregar-se da realização dos direitos sociais. O discurso da tolerância de mão dadas com as políticas públicas bem que poderia ser o discurso da delegação das responsabilidades às disponibilidades das boas vontades individuais ou locais (DUSCKATZKY; SKLIAR, 2001, p. 136).

Para os autores, tolerar reforça ainda mais as diferenças na educação. Assim, ser tolerante é naturalizar os mandatos da competitividade como formas exclusivas de integração social, é evitar examinar os valores que dominam a cultura contemporânea. Ser tolerante é evitar as mesclas, as disputas, o hibridismo. Ser tolerante é não polemizar com as crenças, costumes e direitos do







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

outro. Observamos, portanto, que o estranhamento provocado pela dessemelhança do outro, além de buscar justificativa em doutrinas, discursos e leis, provocará também diálogos pautados em expressões que na verdade servirão como máscaras para a repetição de ações que apontam para a desigualdade e o desrespeito aos grupos distintos dos padrões julgados coerentes.

No contexto do tolerar, observamos que muitas vezes a ocultação da história do outro permanece latente, pois o que se constata é que o mecanismo criado é, na maioria das vezes, desenvolvido e manipulado pela pessoa que outrora promoveu o estranhamento e não pelo próprio indivíduo que precisa ter a sua história e cultura valorizada e contada. Assim, o que sugerimos com a escrita do texto é que os caminhos da história de cada cidadão sejam trilhados e relatados pelo próprio sujeito a partir de sua biografia ou relatos de sua vida. Quem melhor que o homem que viveu as experiências poderá expressar suas sensações e motivações?

O “não-dito”, que fica sempre velado e negligenciado pela história oficial, tem funções sociais e são próprias das relações de poder. Reforçamos que muitas vezes é a memória clandestina do outro que se torna o combustível da contestação e da reivindicação dele mesmo no espaço público. Quando propomos trabalhar em sala de aula com relatos de vida, em projetos desenvolvidos junto aos alunos e suas famílias, com pessoas da própria comunidade, por meio da metodologia da História Oral, evidenciamos a possibilidade de trazer para as aulas elementos importantes dessas memórias subterrâneas presentes no próprio espaço em que vivemos.

Galvão (2019) expõe que o trabalho com histórias de vida, como recurso didático, possui um viés de complementaridade dos conteúdos curriculares. Observa-se que esta prática funciona como elemento que articula e compreende diferentes contextos e acontecimentos históricos a partir dos indivíduos que o vivenciaram, possibilitando assim, o estudo de discursos históricos a partir de diferentes pontos, ainda que utilizando-se os conteúdos curriculares postos como oficiais.

Destacamos também que as biografias e relatos de vida, em outros casos distintos dos apresentados, podem não só complementar a história oficial do currículo escolar, mas também contestá-la. Afinal, como é uma metodologia que visa trabalhar a história do outro, não podemos





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

esquecer que, em muitos momentos, os documentos tradicionais expressam a visão e o local de fala dos vencedores, que por sua vez, possuem o domínio social, econômico e político.

### 3 O CONTATO COM O OUTRO E A IDENTIDADE HÍBRIDA<sup>136</sup>

Os cidadãos naturalmente apresentam traços identitários que são estabelecidos desde a sua concepção como seres humanos. São hábitos, sentimentos e memórias que ultrapassam o campo individual já que é comum que o indivíduo represente a continuidade de seus descendentes.

Neste contexto, destacamos que o fato de o cidadão estar inserido em seu grupo identitário não se descartam as possibilidades de novos encontros e descobertas. Ainda que ocorra a mudança de lugar, conviver com o outro, deixar suas origens familiares não significa deletar sua existência, mas sim agregar àquilo já adquirido com o passar dos anos anteriores aos novos conhecimentos, fica evidenciado assim uma negociação entre o que ofertado e o que recebido.

Conforme Stuart Hall (2015) relata em A identidade cultural na pós-modernidade:

Essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades (HALL, 2015, p. 52).

Conforme Canclini (2015), durante muito tempo, foram estudados mais os aspectos fisiológicos e cromáticos da mestiçagem. A cor da pele e os traços físicos continuam a pesar na construção ordinária da subordinação para discriminar índios, negros ou mulheres. Entretanto, nas ciências sociais e no pensamento político democrático, a mestiçagem situa-se atualmente na dimensão cultural das combinações identitárias. E assim nos dedicamos a entender um pouco

<sup>136</sup> O termo indica a identidade que se forma a partir dos contatos de diferentes culturas e no local que Bhabha (1990) cunha de Terceiro Espaço. Segundo o autor, uma nova identidade híbrida emerge do entrelaçamento de elementos do colonizador e do colonizado. Esse espaço forma-se a partir de rupturas e deslocamentos das narrativas coloniais hegemônicas e da cultura do colonizado. Nesse sentido, a Identidade Híbrida é formada pela inata capacidade do homem para atravessar culturas para traduzir, negociar e mediar afinidade e diferença dentro de uma dinâmica de intercâmbio e inclusão.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

desse processo de formação da identidade a partir dos contatos híbridos e da escrita dessa história.

Tomamos como exemplo das combinações identitárias os processos de colonização, frequentes na região amazônica, por serem movimentos em que observamos essa realidade. Os colonizadores (camponeses) da floresta que chegam à procura de um amanhã mais promissor trazem seu “eu” formado a partir dos aspectos sociais, econômicos e políticos do local em que vivem e que naturalmente serão transmitidos às suas futuras gerações que por sua vez estão em um local totalmente novo e desconhecido pelos seus próprios pais. E é exatamente esse cidadão que se busca aqui refletir. Nessa fusão entre culturas originárias de outras regiões do Brasil e costumes nativos amazônicos busca-se conhecer aspectos da identidade que se formam na sociedade rondoniense. Observa-se, ainda que em muitos instrumentos que contam a história de Rondônia, a fala evidenciada do colonizador, o seu ponto de vista e o seu local de fala. Durante os inúmeros contatos a história escrita sempre foi a do dominante sobre a do dominado.

A onda migratória apontada na presente reflexão vai criar entre migrantes e nativos, o local definido por José de Souza Martins como Fronteira. Segundo o autor, “a fronteira é, na verdade, ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos.” (MARTINS, 2016, p. 10). Durante muito tempo, na região denominada fronteira, a fala dos povos nativos e dos menos favorecidos no processo de colonização ficou abafada pelo espírito de progresso defendido pelos detentores do poder. Embora fique evidente que a cultura do povo rondoniense é híbrida, o discurso do opressor domina e cala os excluídos.

Na definição dessa linha de fronteira se darão muitas disputas que irão caracterizá-la e é nesse limite que o homem migrante irá separar a cultura e a natureza, o homem e o animal, quem é humano e quem não é. Importante ressaltar que no contexto do encontro promovido pelo processo migratório Martins (2016, p. 11) vai definir a fronteira para além do espaço delimitado pela geografia:

A fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano (MARTINS, 2016, p. 11).

Stuart Hall (2015) descreve esse cidadão que se localiza na fronteira como “o produto das novas diásporas criadas pelas migrações pós-coloniais. Eles devem aprender a habitar, no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas”. Nesse sentido nos deparamos com aquele sujeito ao qual denominamos de híbrido, ou seja, o indivíduo que irá conviver e experimentar diferentes hábitos. Sobre o fenômeno hibridismo, Burke (2016) nos esclarece que:

Exemplos de hibridismo cultural podem ser encontrados em toda parte, não apenas em todo o globo como na maioria dos domínios da cultura – religiões sincréticas, filosofias ecléticas, línguas e culinárias mistas e estilos híbridos na arquitetura, na literatura ou na música. Seria insensato assumir que o termo hibridismo tenha exatamente o mesmo significado em todos estes casos (BURKE, 2016, p. 23).

O sujeito que migra em busca de melhores condições de vida, por diversos momentos, se 315 enquadra como o indivíduo que está em constante estruturação de identidade. Ele se mantém na duplicidade de duas socializações, o que ele foi e aquilo que ele necessita ser para se inserir na nova realidade ofertada pela migração. “É sempre o outro, o objeto e não o sujeito. É sempre o que vai voltar a ser e não o que é.” (MARTINS, 1986, p. 50). Para conhecer a história e as realidades vividas por esse indivíduo é importante que se tenha acesso ao seu recorte temporal, local e acima de tudo das suas próprias impressões sobre os fatos. Ao propor nessa leitura a utilização das biografias e dos relatos de vida no estudo de História, pretende-se fundamentalmente conhecer esses cidadãos a partir da sua própria existência.

Destacamos que a necessidade da proposta repousa sobre o fato de compreendermos que o hibridismo não será vivido apenas pelo migrante, pois o nativo que está na região da chamada fronteira também passará por experiências de troca cultural seja ela espontânea ou forçada conforme descreve Burke (2016):





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Não devemos nos esquecer dos indivíduos híbridos, quer os que já nasceram nesta situação por suas mães e pais serem originários de culturas diferentes, quer os que se viram nela mais tarde, de bom grado ou não, por terem sido, por exemplo, convertidos ou capturados (BURKE, 2016, p. 36).

Atualmente uma característica marcante desses contatos híbridos desenvolvidos em todo processo de convivência entre diversificadas realidades é a linguagem, ou seja, o diálogo que é diário entre as pessoas rondonienses. Destaco, entretanto, que no percurso do tempo as distintas línguas darão origens a novas palavras e expressões. Analisar a história a partir dos relatos de vida dos indivíduos, possibilitará conhecermos com mais precisão todas as suas experiências, memórias e anseios. Sobre esse aspecto Burke (2016) esclarece:

Usando como base suas afinidades ou congruências, duas línguas em contato se modificam e ficam mais parecidas e assim “convergem” e criam uma terceira, que frequentemente adota a maior parte de seu vocabulário de uma das línguas originais e sua estrutura ou sintaxe da outra (BURKE, 2016, p. 61).

Embora em muitos aspectos os contatos com o dito diferente proporcionem a oportunidade de enriquecimento cultural, não devemos esquecer que toda convivência no cenário do processo migratório tende em alguns momentos demonstrar uma imposição do mais forte sobre o mais fraco como relata Burke (2016):

Como a história das línguas e dos dialetos, a história da cultura em geral pode ser vista como uma luta entre estas duas forças. Às vezes uma tendência predomina e às vezes a outra, mas elas alcançam certo equilíbrio no longo prazo (BURKE, 2016, p. 54).

O que se percebe nesse contato inicial do processo migratório, no que tange a linguagem e a busca por significados para o desconhecido, é a tentativa do migrante em fazer os seus familiares e semelhantes entenderem a realidade, os seres, as situações e outros itens do cenário em que está se inserindo. Sendo assim, é muito comum ao cidadão buscar referência para o desconhecido a partir daquilo que ele já conhece. Conforme Burke os homens quando se deparam com o estranho “traduzem” a imagem para termos familiares recorrendo aos esquemas visuais ou estereótipos correntes em sua própria cultura (p. 57). Assim, compreendemos que somos frutos de





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

distintas culturas que com o tempo foram se conhecendo e acomodando-se conforme as necessidades e por isso é fundamental uma análise sobre esses encontros, formação de linguagens e hábitos e isso se dará de forma mais clara e eficiente a partir das biografias e relatos de vida dos envolvidos.

### 4 A CONCLUSÃO É O PONTAPÉ INICIAL

Um dos maiores desafios das ideias sobre o hibridismo é promover o respeito mútuo entre os indivíduos. Burke (2016) afirma que quando as pessoas têm confiança na superioridade de sua cultura, elas têm pouco interesse nas ideias estrangeiras e que as culturas são heterogêneas e que diferentes grupos podem reagir de modos muito diversos aos encontros culturais.

É importante levantarmos questionamentos sobre essa temática pois é notório o contato existente entre todas as culturas. Mesmo as mais restritas são como áreas de construção, pois, toda e qualquer cultura está sempre sendo construída e reconstruída, quer os indivíduos e os grupos que fazem parte se deem ou não conta disto. São diversos os fatores que levam as culturas a entrelaçarem seus percursos umas com as outras: economia, política, religião etc. Mas se o sentimento de superioridade e diferenças no modo de reagir diante do diferente for comum a todos, como então promover a igualdade e a valorização de cada cidadão e sua cultura em um universo de peculiaridades?

Williams (2011) observa que a história da ideia de cultura é a história do modo porque reagimos em pensamento e em sentimento à mudança de condições por que passou a nossa vida. Para o autor, a ideia de cultura é a resposta global que demos à grande mudança geral que ocorreu nas condições de nossa vida comum. Assim, é importante que sejamos conscientes e estejamos sempre desarmados de preconceitos e sentimentos de superioridade para ouvir, debater e acolher o outro e, de volta, sermos também ouvidos e acolhidos.

Nesse sentido, sugerimos que a utilização das biografias e dos relatos de vida de todo e qualquer cidadão estejam sempre disponíveis como importantes ferramentas na construção dos saberes históricos, pois só assim, a partir dos relatos individuais de cada cidadão e da sua liber-





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

dade de fazer história será possível dar novos olhares aos fatos e entendermos as experiências e sentimentos de todos os envolvidos.

Portanto, é importante a cada passo, o fortalecimento das noções de cidadania por meio do conhecimento e da memória da realidade na qual o cidadão está inserido propiciando, assim, a leitura crítica como estímulo à prática da valorização das experiências e da identidade como bem cultural de responsabilidade coletiva.

Finalizamos as provocações levantadas no texto com um convite ao leitor. Que as reflexões e questionamentos possam, não esgotar o desejo pelo conhecimento sobre o outro e de suas contribuições como sujeito histórico, mas que as inquietações que surgiram no percurso da leitura possam ser combustível para a busca pelo respeito ao local de fala e pelos distintos discursos que compõem a nossa sociedade.

### REFERÊNCIAS

318

BHABHA, H. (org.) **Narrating the Nation**. Londres: Routledge, 1990.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. Tradução Leila Souza Mendes. São Leopoldo: Editora da UNISINOS, 2016.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: estratégias para Entrar e Sair da modernidade**. Tradução Ana Regina Lessa; Heloísa Pezza Cintrão. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

DUSCHATZKY, Silvia. SKLIAR, Carlos. O nome dos outros. Narrando a alteridade na cultura e na educação. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (org.). **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FERRE, Nuria Pérez de Lara. Identidade, diferença e diversidade: manter viva a pergunta. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (org.). **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 195-214.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

GALVÃO, Jerônimo Adelino Pereira Cisneiros. **Biografia na sala de aula:** a construção de saberes históricos a partir do trabalho com histórias de vida. 138 f. Dissertação. Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História, Recife, 2019.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2015.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira:** a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2016.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão.** Petrópolis: Vozes, 1986.

VELOSO, Caetano. **Sampa.** Disponível em: <http://letras.terra.com.br/caetano-veloso/41670/>. Acesso em: 01 de novembro de 2021.

WILLIAMS, Raymond. Uma tradição do século XIX. In: **Cultura e sociedade:** de Coleridge a Orwell. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### LITERATURA E DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR NA OBRA PORTARETRATOS: O INVENTOR DA AUTORA LEIDE PONTES

Joely Coelho Santiago<sup>137</sup>  
Rosália Aparecida da Silva<sup>138</sup>

#### RESUMO

Este texto objetiva analisar elementos ligados aos Direitos Humanos e Literatura, a partir de uma análise na obra “Portaretratos: o inventor”, da autora Leide Pontes (2000). Nesta perspectiva, pretende-se identificar esses elementos interdisciplinares que apesar de mesclar ficção e realidade, Leide Pontes traz apontamentos sobre a condição de famílias tradicionais (quilombolas e indígenas) a partir da entrada de missionários carmelitas, franciscanos e jesuítas que realizaram trabalhos assistencialistas e de caridade ao mesmo tempo em que disseminavam a religião cristã dominante. Desta forma, este estudo dialoga com estudos de Edgar Poe (1985); Massaud Moisés (1989); Frantz Fanon (2008); Conceição Evaristo (2020), dentre outros. Os resultados do estudo possibilitaram uma interpretação entre direitos humanos, literatura, controle e poder produzida pela mulher negra na Literatura Afro-brasileira.

**Palavras-chave:** Literatura Afro-brasileira. Leide Pontes. Vale do Guaporé.

320

#### ABSTRACT

This article aims to analyze elements related to Human Rights and Literature. We analyzed the book “Portaretratos: o inventor”, by the author Leide Pontes (2000). We intend to identify the interdisciplinary elements. In a mixture of fiction and reality, Leide Pontes brings notes on the condition of traditional families (quilombolas and indigenous people) from the entry of Carmelite, Franciscan and Jesuit missionaries who carried out welfare and charity work at the same time that they disseminated the Christian religion. dominant. In this way, this study dialogues with studies by Edgar Poe (1985); Massaud Moses (1989); Frantz Fanon (2008); Conceição Evaristo (2020), and others. The results of the study enabled an interpretation between human rights, literature, control and power produced by black women in Afro-Brazilian Literature.

**Keywords:** Afro-Brazilian literature. Leide Pontes. Guapore Valley.

<sup>137</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade, na Universidade Federal do Acre (UFAC). E-mail: joely.santiago@sou.ufac.br

<sup>138</sup> Mestra em Letras pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Jornalista no IFRO. Membro no Grupo de Pesquisa em Educação, Filosofia e Tecnologias (GET/IFRO). E-mail: rosalia.silva@ifro.edu.br





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é um estudo que tem como objetivo desenvolver uma análise interdisciplinar, por meio de áreas teóricas que discutem Direitos Humanos e Literatura. Como recorte para análise, elegeu-se o livro “Portaretratos: o inventor”, da autora negra Leide Pontes (2000), naturalizada em Porto Rolim, comunidade quilombola localizada no vale do Guaporé-RO, fronteira Brasil Bolívia. Portaretratos narra a história de uma criança que cresce sem ter sido batizada e sem ter um nome definido a priori. É um conto feérico, que descreve o nascimento de alguém com uma orelha a mais, na nuca.

Neste clima de contos de fadas, a cidade é descrita sem as máculas que atingem as sociedades atuais, em que por exemplo as pessoas podem ser canceladas nas mídias sociais. Na vida real, a jornalista da Folha de São Paulo, Patrícia Campos Mello (2020), descreve que recebeu “milhares de mensagens ofensivas” por meio do Facebook, Twitter e Instagram. Ela narra em seu livro: “Fechei todas as minhas redes sociais. Em uma delas, o Facebook, um fulano afirmava: ‘Se você quer a segurança do seu filho, saia do país. Isso não é uma ameaça, é um aviso’. Manuel tinha seis anos” (MELLO, 2020, p. 13). Coisas que não ocorreriam na fictícia Mamorelândia, pois havia um clima de paz e tranquilidade descrito no início da narrativa. Entretanto, na cidade de Portaretratos haverá problemas a serem enfrentados, é o que as entrelinhas do conto mostraram ao longo da história.

Para um percurso de leitura e de análise da obra, propõe-se aqui um estudo bibliográfico, do tipo qualitativo. Como metodologia a ser adotada a de descrição, análise, interpretação e compreensão a partir de procedimentos narratológicos, sob aporte da teoria de estudos literários. Desta forma, o estudo foi dividido em uma descrição do conto, a história de vida da autora e dos textos teóricos na revisão que darão base para a análise e discussão do tema.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 2 A NARRATIVA

Em “Portaretratos: o inventor”, Leide Pontes (2000) descreve o local do nascimento de uma criança na ‘cidade’ de Mamorelândia. Para interpretação do nome fictício acerca do espaço onde transcorre a história, há algumas hipóteses: a de estar relacionada à aldeia indígena do Alto Amazonas, no qual o termo significa “mãe dos homens”. Pode ainda se tratar do município de Guajará-Mirim (RO), localidade em que Leide Pontes e sua família migraram, no passado, na perspectiva por melhores oportunidades de vida. Ou um dos municípios que fazem divisa com Guajará-Mirim e Nova Mamoré (RO).

Portaretratos, como dito anteriormente, é uma criança que nasceu com uma terceira orelha na parte de trás da cabeça, na nuca. A autora narra que por esta diferença o menino recebia visitantes de vários lugares que verbalizaram em suas visitas expressões com viés de castigo e penitência religiosa ao juízo final. Perto da casa dos sete anos de idade de Portaretratos surge na narrativa o primeiro nó a ser resolvido. Comum às famílias cristianizadas, o batismo era um ponto essencial na vida de toda pessoa daquela crença.

No seu cotidiano, diferente da realidade de outros meninos de sua idade, que jogavam bola, Portaretratos ocupava seu tempo de criança com recortes de gravuras e colagem em formato de porta-retratos. O batismo na igreja Católica confirmaria o nome escolhido e registrado em cartório, entretanto o padre da pequena localidade recusou-se a realizar a tal cerimônia, pois em seu entendimento tratava-se de um sacrilégio. A história de Portaretratos envolve toda uma narrativa com a participação do prefeito e do governador na tentativa de resolver o nome do garoto “diferente”. Naquela altura, cogitaram um plebiscito para decidir se batizavam ou não a criança, se eles seguiam ou não o registro feito como Portaretratos.

Dito isto, como no caso deste estudo, a proposta é fazer uma análise interdisciplinar entre Direitos Humanos e Literatura na obra “Portaretratos: o inventor” da autora Leide Pontes (2000). A partir do estudo de análise na obra, interpretamos uma mescla entre ficção e realidade. Não só o acesso à literatura é um direito, como há o direito subjetivo a uma boa literatura e à cria-





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

ção/fabulação, mostrando o respeito a todos os seres humanos em serem protagonistas de suas próprias histórias. “Uma sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável”, pressupõe Candido (2011, p. 193). Da mesma maneira, a Declaração Universal registrada pela ONU – Organização das Nações Unidas (1948) traz que a dignidade deve ser inerente a todos os seres humanos, por possuírem direitos iguais e inalienáveis, como liberdade, justiça e paz. Portanto, todos são direitos inalienáveis.

Em análise de direitos humanos e textos em prosa, mais especificamente os do gênero ligados à crônica, de Carlos Drummond de Andrade, Penido (2022, p. 17) fala da relação próxima entre Literatura e Direitos Humanos: “[...] os romances ensinaram seus leitores a sentir empatia por um desconhecido, alguém com quem jamais tiveram contato e com quem partilha-se pouco além da humanidade, descrita de modo tão vívido e íntimo em cartas pessoais”. Por meio do partilhar histórias é que uma subjetividade de proteção e empatia para com o outro foi se ampliando. “Nessa relação imbricada com a educação, a literatura é definida não apenas como direito humano, mas como meio de promoção e garantia dos direitos humanos” (PENIDO, 2022, p. 19).

323

Enquanto gênero literário, o livro analisado no presente estudo foi escrito por uma mulher negra, e pode ser classificado como pertencente à literatura infanto-juvenil nacional, no formato de conto. A história é breve, criando uma unicidade, em que nas falas das personagens, palavras proferidas e pensadas e por meio dos atos e gestos, será apresentado o tom da narrativa. Sobre o conto em prosa, o conflito deve ser único, indicando o mais importante na trajetória do protagonista (MOISÉS, 1989, p. 20): “[...] o drama apresenta fim em si próprio, compondo uma unidade, de começo, meio e fim. Visto geralmente corresponder ao momento mais importante da vida da personagem [...]”. Será este dito “momento privilegiado” que vai realmente interessar. Não o antes ou o depois, pois é preciso estar sintetizado, com ênfase ao ponto principal, o restante torna-se irrelevante na contação da história.

Não obstante, no transcurso subjetivo da história, há no texto de Leide Pontes apontamentos atuais sobre a condição das famílias quilombolas e indígenas no vale do Guaporé/RO. Notadamente a partir da entrada de missionários carmelitas, franciscanos e jesuítas que conquis-





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

taram famílias com seus trabalhos assistencialistas ao mesmo tempo em que disseminavam uma religião cristã dominante, que não levou em consideração outras formas de religiosidade, linguagens e culturas nas Amazônias, resultando-se num hibridismo religioso cultuado entre famílias que atualizaram deuses/as, ritos, cânticos e visões de mundo umas com as outras. É o que se verificará na próxima seção.

### 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com Conceição Evaristo (2020, p. 30): “[...] se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje, a letra, a escrita, nos pertencem também”. essa reflexão da autora negra, que concebe “escrita e vivência” e “escrita e experiência” nos processos criativos de seus textos literários, a partir do que ela nomeia *Escrevivência*, pode ser interpretada como parte de sua experiência pessoal e social, pois “a escrita não é inocente, tem um propósito político em seu sentido mais amplo” (EVARISTO, 2020, p. 41).

O lugar ocupado pela mulher negra dentro da Literatura Brasileira e/ou Afro-brasileira é ainda muito pequeno, comparado aos autores e autoras brancas. Portaretratos, a obra analisada neste trabalho, faz parte de uma produção feminina ainda marginalizada e pouco discutida na academia. Um/a leitor/a despercebido, comumente, ligará a obra de Leide Pontes a uma ficção literária regional. Entretanto, contaminadas por um “pensamento crítico” (bell hooks, 1952-2021) buscamos analisar em Portaretratos elementos ligados a direitos humanos e literatura em um país marcado duramente por trabalhos de colonização, presença missionária: “[...] embranquecer a raça, salvar a raça, mas não no sentido que poderíamos supor: não para preservar a “originalidade da porção do mundo onde elas nasceram”, mas para assegurar sua brancura” (FANON, 2008, p. 57). Dessa forma, o colonialismo justificou a pacificação dos povos tradicionais quando classificou suas culturas, linguagens e identidades diferentes das suas em inferiores. Não obstante, todo o trabalho de catequese realizado por missionários para varrer religiões diferentes das suas, tidas como pagãs: “também na Europa veio o fanatismo religioso, que se fecha num





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

gueto fortificado e se defende de tudo que é diferente” (Oz, 2017, p. 19), resultando aos povos escravizados reorganizar na religião dominante aquilo que aprenderam com seus antepassados.

O indivíduo diferente é plausível de ser taxado de inferior, justamente para creditar aos colonizadores europeus o direito de exploração total dos territórios dominados. E no caso da Amazônia, onde reside a autora e de onde narra-se a história de Portaretratos, a diferença cultural e racial foram decisivas na exploração e garantia de território. Com posterior domínio subjetivo, tal qual por meio das novas religiosidades propaladas. Para Fanon (2008, p. 43) “[...] se é em nome da inteligência e da filosofia que se proclama a igualdade dos homens, também é em seu nome que muitas vezes se decide seu extermínio”.

### 3.1 UM OLHAR SOB A TEORIA DO CONTO

Revisitado o texto com um conto da literatura infanto-juvenil recente, o tecer da história, fechada em si mesma, escrita de forma sintética e objetiva em uma obra com 30 páginas com falas de personagens que tecem o drama em palavras proferidas/pensadas ou atos e gestos, necessários para compor o gênero literário utilizado na escrita. O passado ligado ao nascimento da criança até o momento do batizado é um mote para o momento de quando vai se desenrolar a trama. Para um dos autores de contos modernos, a brevidade, o ler de uma assentada, de uma só para que haja unidade de impressão vez (POE, 1985), que assevera: “[...] se se requerem duas assentadas, os negócios do mundo interferem e tudo o que se pareça com totalidade é imediatamente destruído” (POE, 1985, p. 103). Trata-se do conto em prosa:

Arma-se o conflito que deve ser único e o mais importante na trajetória do protagonista. Neste caso, temos um conto, pois o drama apresenta fim em si próprio, compondo uma unidade, de começo, meio e fim. Visto geralmente corresponder ao momento mais importante da vida da personagem, – “momento privilegiado”, – pouco interessa o que está antes e depois do drama. Quando muito, o contista sintetiza – é a chamada síntese dramática – o passado imediatamente anterior aos fatos principais, por ser irrelevante. Também irrelevante o que possa ocorrer depois, seja porque anunciado nos pormenores narrativos, seja porque a personagem esgotou o conflito principal todas as suas potencialidades e reserva emotivas (MOISÉS, 1989, p. 20).





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Tendo um início preparatório do “Era uma vez...” para a etapa decisiva do protagonista, como contextualiza Moisés (1989), também a finalização dada pela autora já possui significado menor em relação ao clímax de ter sido, enfim, batizado. No epílogo para arrematar a história, recapitula o momento em que os padrinhos dizem como será no futuro um grande ser humano, dando o desfecho para a diegese criada. Comparado, neste trabalho, será identificar com algum movimento circular em que a história será criada:

O tempo ulterior ao “momento privilegiado” adquire coloração equivalente: o futuro se torna previsível ou conhecido, seja porque encerrado (morte ou solução correspondente), seja porque os atos a praticar foram determinados por aquele hiato dramático, seja porque os figurantes dão a impressão de regressar ao primitivo anonimato (MOISÉS, 1989, p. 21).

É aquele momento do batizado e divulgação do nome que interessa, não exatamente o antes ou o depois deste fato, em tudo o que teve de passar para ser quem é, o “Portarretratos”, o “inventor” de ser quem ele é, de ter nascido com uma orelha a mais, a escutar o que falam dele também por trás, pelas costas. O espaço principal da narração é Mamorelândia, com auge dos fatos dentro de uma igreja católica, e no restante dos locais são vazios de dramaticidade, secundários. A ação central e o cenário estão diretamente relacionados com o drama, o centro nevrálgico, enquanto os demais são satélites, ou de menor importância.

326

O mesmo se pode dizer do tempo, já que o antes e o depois apenas corroboram em destacar o motivo e consequência do momento clímax. Em consequência, o tom possui espaço e tempo juntos numa estruturação harmoniosa dentro de um drama de sentido único ou de um único objetivo: provocar no espírito do leitor numa só impressão de simpatia e ternura pelo pequeno Portarretratos. A unidade de lugar e de tempo, mesmo tendo outras referências na história completa, são utilizados para dar suspense em definir o nome do Menino até o clímax. Desta maneira, a estilística adotada pela autora apresenta a sensibilidade de tocar em temas que refletem à sociedade na qual foram escritos, mesmo que de forma indireta.

Do resumo da ação à solução do mistério, ápice dramático da narrativa, e na sequência o fecho após os nós dramáticos serem desfeitos: “fechado o conto, suspende-se o trânsito da fanta-





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

sia ou da contemplação do instante dramático que o conto delinea.” (MOISÉS, 1989, p. 27). Ainda sobre esse tom misterioso, (MOISÉS, 1989, p. 44) salienta que “O enigma relaciona-se com a ‘moral’ que coroa as narrativas de feição popular ou folclórica”. Ou nas palavras de (POE, 1985, p. 108) “[...] porque, estabelecendo o ponto culminante, melhor poderia variar e graduar no que se refere à seriedade e importância [...]”. O autor defende que a escrita de um conto exige desde o seu planejamento ter em vista qual o final será dado como epílogo, para assim dar desenvolvimento à ficção.

Em contrapartida, na tese defendida por Piglia (2004) em seus textos “Teses sobre o conto” e “Novas teses sobre o conto”: um conto sempre está a contar duas histórias, a história 1 e em segredo vem a história 2, cifrada na primeira até surgir à superfície, ao final do conto. Para desvendar o enigma, e chegar à história 2: “A estratégia do relato é posta a serviço dessa narrativa cifrada” (PIGLIA, 2004, p. 91). E se a história secreta é a chave do conto, o que se questiona na história de Portaretratos, o que estaria para além da definição de seu nome, no duplo movimento criado por sua autora do que inicialmente está visível e do que está oculto? Foi neste ponto em que estava criada toda uma tensão, entre o nítido e o ainda invisível. “O conto é construído para revelar artificialmente algo que estava oculto” (PIGLIA, 2004, p. 94). Portanto, um menino que ouve mais que os demais seres humanos, por possuir uma orelha exatamente na nuca, ouvindo o que acontece atrás dele, sendo possível compreender o porquê dos outros serem como são. Ele inverte a história, há um subentendido, não sendo o “diferente”, mas entendendo os demais como estranhos. O menino mesmo cria os porta-retratos, reflete o que está à sua volta.

Com isso, de acordo com Penido (2022) é possível ver um entrelaçamento entre direitos humanos e literatura, uma vez que com a leitura das narrativas como romances e outras surgidas a partir da reestruturação para uma sociedade nos moldes capitalistas vai ser criado um reconhecimento do sentimento de coletividade: “até o advento dos romances epistolares, a empatia era destinada a pessoas próximas, com laços sanguíneos, sociais, étnicos, regionais e até paroquiais” (PENIDO, 2022, p. 16). Portanto, diante do surgimento da noção social/oficial de direitos da humanidade houve impacto na visão das pessoas em relação às demais.







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 4 RESULTADOS ALCANÇADOS

Os resultados do estudo possibilitaram uma interpretação sobre controle e poder que a religião dominante passou a ter a partir do disciplinamento na vida das famílias indígenas e quilombolas assombradas pelo analfabetismo e inúmeros casos de malária, febre amarela e problemas respiratórios. Os trabalhos missionários e assistencialistas por membros religiosos da religião dominante conquistaram o respeito e a confiança da população do Vale do Guaporé-RO que carecia de políticas públicas, marginalizadas pelo Estado e demais poderes institucionalizados.

No caso dos quilombolas, os grupos sociais foram descartados no século XIX pela elite colonizadora após a escassez das pedras preciosas nas minas auríferas no Vale do Guaporé (hoje região pertencente aos estados de Rondônia e Mato Grosso). Diante disso, a partir daí, as famílias se reorganizaram de forma livre, seus costumes e modos de vida com a população indígena local, também antes escravizada pelos colonizadores. Com a nova proposta de aproximação, os missionários conseguiram ocupar lugar significativo na vida das pessoas residentes da região, tanto indígenas quanto quilombolas. Não obstante, a população boliviana também recebeu cuidados assistencialistas, visto que o Vale do Guaporé está localizado na fronteira internacional Brasil-Bolívia.

328

Nesta perspectiva, vale mencionar que a realidade da população local ainda é conflituosa. Em tempos atuais, as famílias travam luta pela demarcação e titulação de suas terras com projetos desenvolvimentistas e agropecuaristas que foram, pouco a pouco, invadindo terras férteis para transformação em pastos de gado, resultando em derrubadas e queimadas de árvores em grande proporção, o que muito prejudica a fauna e a flora na região, causando alterações climáticas, no solo, no ciclo dos rios e na própria dieta das famílias.

Contexto que serve para perpetuar a dura realidade de exclusão e marginalização que a população quilombola e indígena está envolvida, pois longe de terem suas terras demarcadas, ainda são vistas como inimigas do progresso, líderes são ameaçados, assassinados. Além disso, muitas comunidades ainda estão em difícil situação ligada à saúde, educação e oportunidade de trabalho, o que tem causado a migração de muitas famílias para municípios próximos, principal-





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

mente os mais jovens, atraídos muitas vezes por ofertas atrativas para negociar suas terras com fazendeiros e agropecuaristas.

“Portaretratos: o inventor” da autora Leide Pontes (2000) é uma obra que nos instiga questionar os Direitos Humanos das famílias do Vale do Guaporé, uma forma de resistência contemporânea que os grupos sociais sobrevivem. Um espaço de tensão onde subsiste a dualidade relacional entre o tradicional e o moderno, campo fértil para aprofundamento de discussões em torno de Direitos Humanos e Literatura, sobretudo em torno de novas perspectivas de vida, de cidadania, religiosidade e cultura.

### 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, a pesquisa objetivou apresentar uma análise em “Portaretratos: O inventor” de Leide Pontes. A autora é naturalizada em Porto Rolim, comunidade quilombola no vale do Guaporé/Rondônia. Sobremaneira, o trabalho analisou a escrita literária de uma mulher negra, que lecionou ao longo de sua carreira a disciplina de Matemática para alunos da rede básica de ensino. A análise realizada foi pelo viés dos estudos culturais e literários. Como resultado, vislumbramos uma escrita no qual é possível observar a ficção e a realidade de famílias indígenas e quilombolas dos espaços amazônicos, assistidas por missionários da igreja Católica com seus trabalhos de caridade, batismo e salvação de almas.

A obra nos oportunizou, também, a representatividade feminina e, especificamente, a de mulher negra, para uma possibilidade de desconstrução de estereótipos em torno da população negra, sobretudo de autoras negras, no direito descrever e em narrar de seus lugares de fala nas ressignificações da Literatura Afro-brasileira. quase uma voz solitária, meio à literatura feminina produzida na região do vale do Guaporé, fronteira Brasil Bolívia, relegada à margem da sociedade brasileira. Sua escrita reflete também a condição das famílias quilombolas e indígenas, desde a entrada de missionários nas diversas comunidades, levando ações assistencialistas e de caridade concomitantemente à pregação de uma religião cristã dominante. Como reexistência da sobrevivência da diversidade dos povos, a resultante foi um movimento híbrido religioso, em que





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

as famílias atualizaram deuses(as), ritos, cânticos e visões de mundo de suas próprias crenças ancestrais com a nova religiosidade.

Nesta perspectiva, afirmamos a relevância da obra no campo literário em torno daquilo que compreendemos como Direitos Humanos e Literatura, com um contexto e/ou discurso literário vivenciado pela população indígena e quilombola na aceitação, resistência e reorganização de seus modos de vida e visões de mundo, a partir da inserção da religião dominante.

### REFERÊNCIAS

CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

EVARISTO, Conceição. **A escrevivência e seus subtextos**. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (orgs.). *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

hoks, bell, 1952-2021. **Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática**. Tradução Bhuvi Libanio. São Paulo: Elefante, 2020.

MELLO, Patrícia Campos. **A máquina do ódio: Notas de uma repórter sobre fake news e violência digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MOISÉS, Massaud. **A criação literária: Prosa**. 21. ed. São Paulo: Cultrix 1989.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em 23 mar. 2023.

OZ, Amós. **Mais de uma luz: Fanatismo, fé e convivência no século XXI**. Tradução do hebraico Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

PENIDO, Luiza de A. **Direitos humanos nas entrelinhas das crônicas de Carlos Drummond de Andrade**. São Paulo: Editora Blucher, 2022. E-book. ISBN 9786555065671. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555065671/>. Acesso em: 25 jul. 2023.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

PONTES, Leide. **Portaretratos: o inventor**. 1. ed. São Paulo: Socrtecci, 2000.

POE, Edgar Allan. **Poemas e Ensaios**. Rio de Janeiro: Globo, 1985.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### INOVAÇÃO DA GESTÃO ORGANIZACIONAL DOS TÉCNICOS SUPERIORES RECÉM-GRADUADOS: ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO SUPERIOR MARIA MÃE DE ÁFRICA (2018 A 2022)

Jorge Samuel Litango<sup>139</sup>

#### RESUMO

Este artigo pretende analisar a inovação de gestão dos técnicos superiores recém-graduados pelo Instituto Superior Maria Mãe de África (ISMMA) para melhoria de qualidade dos serviços nas organizações onde eles estão afectos. O objectivo geral deste artigo é analisar a inovação de gestão dos técnicos superiores recém-graduados pelo ISMMA. O método de pesquisa utilizado é caracterizado como qualitativo e quantitativo, documental e bibliográfico, utilizando a técnica bibliográfica. Os resultados obtidos após a aplicação do método apontam para maior concentração do tema na área de gestão de recursos humanos e com a análise de resultados referentes à gestão de inovação organizacional dos técnicos superiores recém-graduados com ênfase para anos de 2018 a 2022. A base de pesquisa foi a entrevista semi-estruturada, além da busca da informação nos livros, artigos científicos físicos e electrónicos.

**Palavras-chave:** Inovação e gestão organizacional.

332

#### ABSTRACT

This article aims to analyse the management innovation of recent graduates of the Higher Institute of Mary Mother of Africa (ISMMA) to improve the quality of services in the organizations where they are assigned. The general objective of this article is to analyse the management innovation of the newly graduated senior technicians from ISMMA. The research method used is characterized as qualitative and quantitative, documentary and bibliographic, using the bibliographic technique. The results obtained after the application of the method point to a greater concentration of the theme in the area of human resources management and with the analysis of results referring to the management of organizational innovation of newly graduated senior technicians with emphasis on the years 2018 to 2022. The research basis was the semi-structured interview, in addition to the search for information in books, physical and electronic scientific articles.

**Keywords:** Innovation and organizational management.

---

<sup>139</sup>Mestrado em Gestão Estratégica de Recursos Humanos pela Universidade Politécnica - Moçambique em convénio com a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas-Brasil), Docente universitário, palestrante e investigador em exercício no Instituto Superior Maria Mãe de África (ISMMA), jlitango@yahoo.com.br





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 1 INTRODUÇÃO

A progressiva abertura da economia tem-se traduzido no aparecimento de novos concorrentes no campo laboral, o que resulta numa crescente saturação do mercado de emprego, passando-se todavia, a assistir a uma cada vez maior intensidade competitiva e a um predomínio significativo de exigências neste sector, o que o torna cada vez mais sensível às mudanças em processos de preparação dos técnicos superiores recém-graduados para a utilização de ferramentas científico-tecnológicas e produção de ideias inovadoras.

Conforme uma das definições do conceito de globalização que se afigura como sendo a rápida informação, a invenção das tecnologias proporcionou o aumento de boa formação dos técnicos do nível superior e de uma forma crucial, aprimora os processos de produção e a consequente acirrada competição entre as organizações, o que contribui para que estes técnicos superiores recém-graduados busquem meios para diferenciarem seus serviços, assim como o modo de apresentação dos mesmos nas organizações onde são afectos como colaboradores. Essa inovação torna-se numa vantagem competitiva para os profissionais recém-graduados, o que faz com que a inovação se torne num mecanismo fundamental na adaptação, renovação e sustentabilidade das organizações.

333

A complexidade de gestão e incerteza, o tema gestão da inovação organizacional mostra-se pertinente e relevante, uma vez que as organizações necessitam inovar se sob pena de morrerem. Cunha, Rego, Cunha e Cabral-Cardoso (2006, p. 23) “discutem três razões primordiais para que as empresas adotem uma postura inovadora a partir dos seus colaboradores” que o artigo considera os colaboradores de “parceiro” e não necessariamente trabalhadores: gestão de conhecimento, estratégia no atendimento ao cliente e gestão da reputação organizacional e, por fim, rápida adaptação dos técnicos na organização. Então para que as empresas se desenvolvam e sobrevivam, a longo e médio prazos, as organizações têm de inovar constantemente recrutar os técnicos altamente qualificados a fim de modificar-se de modo a melhorarem, para que possam se destacar perante as outras empresas e adaptarem-se às novas





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

exigências provenientes dessa competitividade. Ou seja, a inovação é a melhor forma de promoção desta adaptabilidade organizacional.

### 1.1 METODOLOGIA DE PESQUISA

No que tange a metodologia, foi realizada uma pesquisa qualitativa e quantitativa de cunho interpretativo, com base nos relatórios de acompanhamento realizado por ISMMA aos técnicos superiores recém-graduados, uma vez que faz acompanhamento pós- formação durante 5 anos. Define-se de técnicos superiores recém-graduados aqueles que têm um período igual ou inferior a 5 anos depois da formação. Os resultados obtidos sugerem que os técnicos superiores recém-graduados pelo ISMMA apresentam uma inovação na gestão organizacional pela sua entrega, pelo trabalho abnegado, seu talento, pela competência técnica e habilidades criativas que compõem a triade essencial para o fortalecimento da imagem da organização e executam o trabalho com alto grau de excelência onde se encontram a trabalhar.

A pesquisa utilizou uma entrevista semi-estruturada para colecta das informações com vista a avaliar os pontos que a presente pesquisa considerou pertinente. De acordo com o que foi observado pela pesquisa, há uma diversidade de opiniões na estratégia de montagem da inovação por parte dos entrevistados, mas não prejudica o objectivo e metas da organização. Através da pesquisa feita, pude perceber que a inovação da gestão organizacional no ambiente de trabalho precisa de ser planeada e aplicada de modo que, os técnicos superiores se sintam capazes de realizar a inovação com êxito e se sintam felizes e seguros dentro do ambiente de trabalho. Os técnicos superiores recém-graduados também se sentem motivados porque possuem conhecimento teórico suficiente para implantar a inovação na organização. Percebe-se que a organização que não investe nos factores que colaboram para inovação, está fora do seu tempo, pois a gestão de inovação é o que faz a diferença no actual mundo corporativo e não só, mas também agrega valores na concorrência desleal.

Na pesquisa feita através da entrevista, conseguiu-se observar que as empresas diferem na gestão de inovação e que alguns factores inovadores são aplicados em determinadas empresas





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

e outros não. Pode-se perceber também que o nível de gestão de inovação dos técnicos difere de acordo com o tipo de cada organização que são aplicados, tanto na gestão de inovação positiva como também negativa. A conclusão deste artigo, no entanto, resultou em um diagnóstico da gestão inovadora realizada principalmente pelos técnicos superiores recém-formados dentro do processo cognitivo, mostrando o nível de maior competência, curiosidade científica e o desejo de aprender cada vez mais.

A pesquisa de campo requer inicialmente a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em estudo, de forma a conduzir o pesquisador ao estado da ciência em que se encontra o assunto e permitir que estabeleça um modelo teórico inicial de referências que auxiliará na determinação das variáveis envolvidas e na elaboração do plano geral da pesquisa (MARCONI e LAKATOS 2006, p. 4).

Assim, na primeira fase da pesquisa, foi realizada uma revisão a partir do material já elaborado tendo como epicentro o material dos artigos científicos, publicações periódicas, dissertações, variados temas sobre Inovação e Gestão Estratégica de Recursos Humanos. Esta revisão serviu para elucidar as investigações, análises e conclusões sobre o tema em alusão.

335

Nessa fase, foi dada maior ênfase para as publicações mais citadas por pesquisadores que reconhecidamente conseguiram obter sucesso com suas pesquisas realizadas através de análise da bibliografia dos artigos recentemente publicados nos canais mais conceituados da área. descobertas aplicadas, e conseguiram gerir e fazer desdobramento das ideias inovadoras para alicerçar a gestão organizacional. Como resultado desta fase objectiva-se levantar quais as ferramentas e a gestão utilizadas pelos técnicos superiores recém-graduados para a implementação de uma inovação exaustiva como um novo conhecimento para as organizações. Na segunda fase da pesquisa, foram realizados os procedimentos para realização de entrevistas, de forma a facilitar a recolha e análise das informações para pesquisa.

A pesquisa procurou saber os mecanismos de acompanhamento pós-formação dos técnicos utilizados pelo ISMMA para depois da recolha de dados, compilar e analisar para o alcance dos resultados da pesquisa.







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

“A entrevista semi-estruturada apresenta certo grau de estruturação, são perguntas directas para identificar informações interessantes que o entrevistador faz ao entrevistado, que este responde à medida que se refere os pontos relacionados as perguntas feitas” (GIL, 1999, p. 9). O entrevistador da presente pesquisa permitiu ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desviasse do assunto do tema, esforçava-lhe para a sua retomada.

### 1.2 ESTRUTURA DO ARTIGO

No capítulo da introdução caracterizou a importância dos técnicos superiores recém-graduados no processo de utilização das ferramentas científico-tecnológicas e no quadro da produção de ideias inovadoras, metodologia realizada na vertente de uma pesquisa qualitativa e quantitativa de cunho interpretativo.

No capítulo da fundamentação teórica buscou-se evidenciar, com base na literatura publicada, elementos sobre inovação e gestão organizacional.

No capítulo relativo aos resultados alcançados está o que foi apurado pela pesquisa, que indica que os técnicos superiores recém-graduados têm feito de tudo para aumentar o lucro, rapidez no atendimento ao cliente e ou ao público em geral para garantir cada vez mais a competitividade organizacional. Apesar de tudo, estes olham para o horizonte e sempre conseguem enxergar um concorrente. Mais do que modismo os técnicos superiores recém-graduados encaram a gestão e a inovação tão importante quanto a qualidade de bens e serviços.

No que tange a análise dos resultados foram obtidos à luz dos fundamentos teóricos abordados na metodologia utilizada para busca de informação deste presente artigo, de modo a responder às questões propostas pela pesquisa; e finalmente as considerações finais apontam os termos analisados neste artigo como principais limitações e recomendações de estudos futuros.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

#### 2.1 INOVAÇÃO

A partir desses contextos, percebe-se que os técnicos superiores recém-graduados como inovadores, porque injectam ideias novas na organização. Os técnicos superiores recém- graduados buscam a prática da inovação no dia-a-dia.

Muitos confundem os técnicos superiores recém-graduados com inventores. Os técnicos superiores recém-graduados praticam a inovação, eles utilizam a sua criatividade e conhecimentos para inovar. “Já o inventor não cria para fins económico, somente para a descoberta, pois a motivação é somente criar” (DRUCKER 1985, p.11).

A invenção é uma nova ideia dos técnicos superiores recém-graduados. A inovação é uma invenção que vira sucesso. Segundo Marques, (2015, p. 19), “a inovação é o instrumento dos técnicos superiores recém-graduados, pois estes querem sempre ir além, procuram descobrir algo novo, procuram a mudança e não se contentam com a mesmice”.

Assim, a inovação é o acto de criar algo novo, ideias geniais que se tornam algo inédito oferecido a um determinado mercado, sendo uma das tarefas mais difíceis para os técnicos superiores recém-graduados, pois necessitam de ter a capacidade de criar o que seja sucesso e se diferenciando dos demais, se destacando sempre entre os concorrentes e assim ganhando maior espaço no mercado. A inovação se tornou algo estratégico para as empresas.

As organizações precisam estar sempre inovando para se manter no mercado. Organizações precisam tomar decisões estratégicas para atender a demanda dos clientes e consumidores e também para conquistar novos clientes.

Para o presente artigo entende-se que a inovação organizacional é a aplicação adequada de conhecimento científico adquirido na academia e utilização correcta dos meios de produção de bens e serviços.

Conforme está descrito no Manual de Oslo (2012, p. 28) a inovação é a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, como também de um processo de produção e de um novo método de *marketing*, ou de um novo





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas da empresa, que resultem em maior competitividade no mercado.

Em termos gerais, a inovação organizacional é a exploração de novas ideias elaboradas pelos técnicos ou a aplicação original do conhecimento, criando vantagens competitivas para responder com sucesso o negócio, o atendimento ao cliente e ou ao cidadão em função das demandas do mercado globalizado.

Para Rodriguez (2008, p. 13) o conceito de a inovação em processos é quando esta inovação ocorrem em um processo sistêmico para um possível aprimoramento da cadeia produtiva, como também no desenvolvimento de novas formas de produção ou mesmo na distribuição de bens ou de novos meios de prestação de serviço.

Utilização de novas ideias, conhecimento, tecnologias ou a aplicação correcta de conhecimento adquirido na academia, são exemplos práticos da definição de conceito de inovação.

338

Já Pintec (2008, p. 7) adota como conceito de gestão de inovação a implementação de um novo método organizacional nas práticas de negócio da empresa, na organização do seu local de trabalho ou em suas relações externas, visando melhorar o uso do conhecimento, a eficiência dos fluxos de trabalho ou a qualidade dos bens ou serviços. A inovação organizacional é resultado de decisões estratégicas toma das pela direcção e deve construir novidades organizativas para as empresas.

Gestão de inovação é um complexo processo tecnológico, Recursos Humanos, e económico, que envolve uma teia extremamente intrincada de interações, tanto no interior da empresa como entre as empresas e as suas economias, técnica, concorrência e social. “O que encontramos é um conjunto de diferentes factores que devem funcionar em conjunto para criar e reforçar o tipo de ambiente que facilita o sucesso da inovação tecnológica” (BARAÑANO, 2005, p. 10).

Não se pode por isso esperar que o sucesso seja satisfatoriamente explicado em termos de apenas um ou dois factores.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

As organizações em via de inovação sejam elas de pequeno, médio ou grande porte, são aquelas que conseguem sempre se reinventar, buscando sempre uma forma de encontrar o novo. Essas empresas não só estimulam como também ajudam as pessoas a pensar diferente (SIMANTOB e LIPPI, 2017, p. 26).

Além disso, para qualquer tipo de inovação de uma determinada instituição, seja ela incremental, radical ou de processo, o capital humano e a qualificação dos trabalhadores são a peça essencial para estimular a produtividade e a competitividade.

Do ponto de vista do autor do presente artigo, a inovação tem, então, múltiplas utilidades: dá acesso a novos mercados, aumenta lucros, gera emprego, fortalece as marcas e a qualidade. Estas vantagens tornaram-se cruciais num mundo globalizado, no qual as empresas são obrigadas a competir, tanto no mercado externo como no interno, com concorrentes instalados em qualquer canto do mundo.

### 2.2 ESTRATÉGICA DA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

339

Durante grande parte da história das organizações, a gestão de recursos humanos tem-se focado quase que exclusivamente nos aspectos administrativos da gestão dos trabalhadores, no entanto nos anos mais recentes concretamente nos finais do século XX, tem sido reconhecido que a gestão de recursos humanos é uma fonte importante de vantagem competitiva sustentada e por esse facto, tem sido “chamada” a tornar-se um parceiro de negócios SILVA ET AL. (2011, p. 18).

Esta mudança de paradigma, permitiu que a partir dos anos 90, a gestão de recursos humanos entrasse numa nova era, passando a ser designada por muitos como gestão estratégica de recursos humanos.

Esta nova designação representou o reconhecimento do valor acrescentado que a função de recursos humanos desempenhava nas organizações e a sua importância estratégica, capaz de alcançar a vantagem competitiva desejada. Apesar da evolução, a designação de Gestão de Recursos humanos, segundo Tavares (2011, p. 21) “sendo mais curta é mais cómoda e popular, por esse facto continua a ser usada na linguagem corrente, na literatura e na nomenclatura dos serviços”.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Dyer e Reeves (2005), referem que as razões que levaram a gestão estratégica de recursos humanos a obter um lugar de destaque, prende-se com o aumento da competitividade global e a correspondente procura de fontes de vantagem competitiva sustentável, nas próprias capacidades organizacionais.

Gestão Estratégica de Recursos Humanos na Administração Pública – A Perceção dos dirigentes à medida que o capital e a tecnologia se tornam disponíveis em qualquer parte do mundo, as organizações procuram as fontes de vantagem competitiva nas próprias capacidades organizacionais e mais especificamente para a gestão estratégica dos seus recursos humanos Fernandes e Tófani, (2011, p. 31)“fazem referência à facilidade de imitação dos recursos que historicamente forneciam às organizações vantagens competitivas e por esse facto, os recursos humanos das organizações podem tornar-se numa importante fonte de vantagem competitiva sustentada”. Para um sistema de gestão de recursos humanos desenvolvido apropriadamente representa um activo invisível que cria valor quando inserido no sistema operacional da organização, tornando-se difícil de imitar pelos concorrentes.

340

Para Maximian (2005), a dimensão estratégica da gestão de recursos humanos começou a despertar um tratamento específico entre os investigadores, essencialmente devido à confluência de duas mudanças básicas na literatura: primeiro, a mudança na abordagem da gestão de pessoal para o conceito mais moderno de recursos humanos; segundo, devido à reorientação dos modelos de gestão estratégica focados nos aspectos internos da organização para alguns autores.

A gestão estratégica de recursos humanos foi buscar as suas origens à teoria organizacional baseada na questão visionária dos Recursos Recursos. a perspectiva baseada nos recursos da empresa é uma área de grande influência para a gestão estratégica de recursos humanos. A aceitação crescente dos recursos internos como fontes de vantagens competitivas, trouxe legitimidade ao facto de as pessoas serem estrategicamente importantes para o sucesso organizacional.

Para Nascimento (2017, p. 13), “a perspectiva baseada nos recursos enfatiza o modo como as instituições se organizam para ter os recursos que não só criam valor, mas também são raros e difíceis de imitar e que conduzem à obtenção de vantagens competitivas”.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 2.3 GESTÃO DE PESSOAS

A orientação ou condução de uma organização vai além de estratégias de mercado ou métodos e processos utilizados. O comprometimento e a administração das relações entre os profissionais inseridos em uma organização dependem de níveis hierárquicos, pois as relações saudáveis fazem parte do aumento do envolvimento daqueles que fazem parte do contexto. A gestão está relacionada a diversos factores, pois cada pessoa tem sua cultura, educação, maneira de pensar e agir, como também a organização possui suas características, fundamentos, valores, sua estrutura. A proposta é justamente saber como se relaciona todas essas variáveis para que haja uma administração bem aplicada nas relações dentro da organização. Segundo Chiavenato (2010, p. 37) “a Gestão de Pessoas é uma área muito sensível à mentalidade que predomina nas organizações”. Ela é extremamente contingencial e situacional, pois depende de vários aspectos, como a cultura que existe em cada organização, das características do contexto ambiental, do negócio da organização, da tecnologia utilizada, dos processos internos, do estilo de gestão utilizado e de uma infinidade de outras variáveis importantes. Com tantos factores que influenciam na gestão de pessoas percebemos a complexidade dessa ferramenta, porém vemos também que algumas das variáveis que estão diretamente ligadas a ela podem ser trabalhadas para se alcançar o que se deseja da organização. Em um ambiente empresarial devemos entender que conduzir as pessoas não é apenas inserir nossas ideias ou normas, é necessário que haja uma conduta profissional do que conduz e do que é conduzido, as divisões existem para que a realidade da empresa seja analisada, compreendida e melhor coordenada, pois os envolvidos devem estar preparados para as decisões necessárias, seja qual for sua posição na hierarquia da organizacional, com isso é necessário uma relação equilibrada entre colaboradores e gestores. A gestão de pessoas procura ajudar o administrador a desempenhar as funções de planejar, organizar, dirigir e controlar, com a participação directa de sua equipe. É com sua equipe de subordinados que o administrador executa as tarefas e alcança metas e e atinge objectivos.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Rego (2012, p. 20) “os Recursos humanos na polícia precisam constantemente ser estimulados à competitividade, a desenvolver suas habilidades e competências trazendo assim maior produtividade na organização, seja ele pública ou privada”.

Para isso o treinamento e motivação são requisitos importantes, um membro motivado terá um melhor desempenho e colaborará com o desenvolvimento da organização. Dirigir as equipes envolve compreensão por parte do gestor, pois o mesmo deve ter a visão concreta do que se deve alcançar e ao mesmo tempo transmitir isso aos subordinados, para que tenham um objectivo comum. A qualidade no trabalho é algo pela qual a gestão de pessoas também deve se comprometer, proporcionando ao colaborador ferramentas de trabalho, deixando claro a sua importância e a necessidade do seu envolvimento apresentando resultados compensadores, que atinjam qualidade e satisfação de todas as partes envolvidas.

### 2.4 GESTÃO ORGANIZACIONAL

No mercado actual, as empresas se preocupam com o colaborador e a forma de gerir e conduzir a organização. Podemos notar isso quando temos informações de empresas que evidenciam valores, colaboradores, gestão e compromisso que possui com o mercado, clientes e fornecedores. Através dos exemplos abaixo verifica-se o quão é importante para a empresa possuir uma gestão que valoriza os princípios, os colaboradores e relação que estes possuem com a empresa e como isto afecta no resultado.

A gestão organizacional transdisciplinar substitui a tradicional dominação do poder unilateral do gestor autoritário por relações dialógicas de parceria e proposição. Esta substituição implica a mudança do poder coercitivo (que utiliza a ameaça das sanções para promover a obediência às ordens) e do poder compensatório (que oferece incentivos e recompensas financeiras) para o poder dialógico da relação, da proposição, do respeito, da cumplicidade e da cooperação.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 3 RESULTADOS ALCANÇADOS

As instituições onde estão afectos os técnicos recém-graduados formados no ISMMA têm feito de tudo para aumentar seu lucro através da rapidez no atendimento ao cliente e ou ao público em geral, frente a cenários cada vez mais competitivos. Mesmo assim, olham para o horizonte e sempre conseguem enxergar um concorrente. Mais do que modismo de gestão, a inovação tem de ser encarada como tão importante quanto a qualidade de bens e serviços. “Ela é crucial independente da fase em que se encontra a organização” (Simantob e Lippi 2003, p. 43). O relatório da Empresa ENDLANE-Consultoria, Auditoria e Ambiel EI, uma das organizações que acolheu alguns técnicos graduados no ISMMA, esclareceu que os técnicos superiores recém-graduados desempenham as actividades da organização com zelo e dedicação, razão pela qual, o lucro duplicou consideravelmente devido ao desempenho dos colaboradores e domínio no que tange a tecnologia e ambiente de negócios. A diferença é que, aqui, a maior parte da inovação tecnológica está na incorporação de tecnologia para o atendimento ao cliente. O Quadro 1 abaixo lista algumas inovações embora na fase embrionária.

343

Quadro 1: Inovação nos Recursos Humanos existentes e inexistentes

Inovação nos Recursos Humanos Existentes	Inovação nos Recursos Humanos inexiste
Melhores técnicos superiores	O número de técnicos na organização ainda não é suficiente
Objectivos e metas sempre acima do planificado	O número elevado dos técnicos pode alavancar rapidamente o desenvolvimento da organização
Introdução de uma inovação principalmente no mercado de bens e serviços	A literatura afirma que não se faz pesquisa para se lucrar
Os técnicos superiores criam melhores e mais ideias em relação aos concorrentes com promessa de liderar o mercado	A organização precisa de adoptar mais estratégia para aumentar a vantagem competitiva no mercado
Vencem as empresas que primeiro comercializam inovação de bens e serviços no mercado	A construção de um modelo de negócio antes de introduzir o produto ou serviço no mercado

Fonte: Dados da pesquisa (2023)







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Por sua vez, o quadro demonstra que é necessário que as organizações criem ambientes propícios para que surjam ideias e transformem-se em oportunidades. “Para que isso ocorra, os técnicos devem ser encorajados a agir como parceiros em todos os níveis da corporação, agregando às competências, que crescem quando são aplicadas e partilhadas” (Dornelas, 2005).

Portanto, além dos modelos de inovação mencionados, também existem os tipos de ideias que são as inovações, que são compostas das ideias mais próximas das competências-chave da organização, que tem o nível de risco reduzido e nível de retorno alto, assim como as inovações radicais, que mantêm as competências-chave, porém com alto nível de risco e alto nível de retorno.

Segundo Oslo (2012, p. 29), “inovação radical é uma inovação que causa um impacto significativo para um sector no mercado”. Podendo mudar a estrutura do mercado ou criar novos negócios. Esta inovação está concentrada em tecnologias mais recentes, novas descobertas e novos modelos de negócios.

Na inovação incremental a empresa opera concretamente em um sector estável, mas procura melhorar os sistemas existentes tornando-os mais flexível, com qualidade, baratos e melhores. O quadro 2 abaixo lista o número e género de técnicos superiores graduados nos últimos 5 anos.

344

Quadro 2: Técnicos superiores nos últimos 5 anos

Nº de ordem	Ano	Número de Técnicos recém-graduados	Sexo	
			F	M
1	2018	185	112	73
2	2019	217	93	124
3	2020	283	121	162
4	2021	287	122	165
5	2022	297	159	138
Sub-Total			607	662
Total			1264	

Fonte: Registo académico do ISMMA (2023)





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Aqui se elucida o número e género dos graduados por cada ano académico nos últimos 5 anos e sua importância no estudo apresentado. Demonstra que houve um aumento significativo de graduados no geral e aumento de técnicos superiores do sexo feminino em particular que terminam o curso superior. Em jeito de comparação, os graduados de 2018 e 2022, os técnicos do sexo feminino superou os do sexo masculino. Os dados do quadro acima são bastante importantes para a instituição do ensino porque primeiro, vão servir como base de dados nas diferentes unidades orgânicas e segundo, vão auxiliar como instrumento de acompanhamento durante o período pós-formação.

### 3.1 EXPOSIÇÃO DOS DADOS

Levando em conta a metodologia, o ISMMA forma técnicos altamente qualificados que correspondem às exigências do mercado. Os graduados estão constantemente em sintonia com ISMMA para um acompanhamento personalizado.

A primeira pergunta da entrevista ao Assessor da Direcção-Geral do ISMMA referiu-se que os técnicos recém-graduados têm inovado nas instituições onde estão a trabalhar para se destacar no mercado em relação aos seus concorrentes, Assessor da Direcção-Geral relatou que o ISMMA utiliza estratégias de diferencial competitivo através de acompanhamento pós-formação como forma de estar sempre ligado e actualizado na vida laboral dos técnicos superiores formados na instituição e acompanhar igualmente a sua contribuição laboral através do relatório da instituição onde cada um se encontra a trabalhar; ISMMA recebe informações dos profissionais formados pela sua instituição como forma também de se posicionar na formação moderna orientada para o resultado das empresas que as mesmas são exigentes no campo de recrutamento e selecção.

A Segunda pergunta da entrevista foi se as empresas criam obstáculos para ceder relatórios de acompanhamento. Segundo o Assessor da Direcção-Geral, as empresas/instituições tanto pública ou privadas assim como próprias instituições do Estado, não criam obstáculos para





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

dar a informação às instituições de formação bastando para isso, apresentar credencial, eles colaboram em todos sentidos em fornecer informações sobre as competências de cada técnico.

A terceira pergunta da entrevista referiu-se como ocorre a tomada de decisões inovadoras da empresa tendo em conta estes técnicos formados no ISMMA. O Assessor da Direcção-Geral relatou que nas organizações há centralização de decisões caracterizadas através do estilo autocrático, onde a hierarquia é bem definida e as decisões podem seguir, na maioria das vezes, as directrizes emanadas pelas instâncias hierarquicamente superiores, reduzindo assim, a possibilidade de improvisação, já que o trabalho é uma responsabilidade de forma geral, segue um nível de padronização.

Entretanto, o nível de motivação dos técnicos superiores nesse cenário também é muito importante para a produtividade da coordenação. O Assessor da Direcção-Geral também apresenta traços de comportamento inovador, ao incentivar a participação dos técnicos formados na sua instituição e a sua opinião na tomada de decisões acerca de assuntos estratégicos referentes à inovação, gestão e coordenação.

Dentro desse contexto, os técnicos formados no ISMMA apresentam um nível de motivação adequado em relação ao trabalho e são positivamente influenciados pela gestão organizacional. Devido ao respeito e admiração, adquiridos através de um perfil marcado pelo conhecimento técnico das tarefas que executam e de um bom relacionamento interpessoal com os demais colegas.

A quarta pergunta bastante importante foi como ocorre o processo para validação, ou não, de uma ideia de cada técnico superior recém-graduado. O Assessor da Direcção-Geral respondeu que após o surgimento de uma ideia, a franquia de avaliação é viável, ou não, por uma equipe de profissionais, formada por gestores de diferentes áreas do saber e diferentes níveis de académicos, desde o licenciado até ao doutorado com missão investigativa e pesquisa, desenvolvem, a concepção e validação da ideia de cada um, avaliando em conjunto, proposta e contraproposta.

Esses modelos de colaboração conjunta entre a instituição de formação e a empresa permitem combinar as competências e ideias na formação que vão ao encontro daquilo que as





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

empresas recrutadoras almejam que contribuem para a superação de desafios de dirigentes, graus de dificuldade e complexidade, em busca da conclusão das soluções inovadoras.

A quinta questão da entrevista referiu-se que a organização apresentou altos ou baixos riscos de retorno em relação à gestão inovadora organizacional que se verifica actualmente.

### 3.2 ANÁLISE DOS DADOS

Através das fontes usadas na presente pesquisa, foi possível identificar alguns dos principais factores indispensáveis na gestão de inovação organizacional neste momento. Entre eles destacam: a realização de actividades inovadoras constantes e permanentes; obter linhas seguras de financiamento para os projectos inovadores; recolher informação credível; procurar parceria com outras organizações nacionais e estrangeiras; procurar parcerias com as organizações públicas e com próprio Estado. participar activamente na empresa em projectos de inovação. De acordo com os dados levantados, a pesquisa constatou que algumas das principais barreiras que podem reduzir o processo inovador é retardado por colaboradores mais antigos na organização. Entre elas ressaltam os elevados custos da inovação; correr riscos económicos excessivos, elevados juros para empréstimos bancário, a falta do fundo para recrutamento do pessoal qualificado.

347

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os termos analisados neste artigo, a inovação tem grande importância para a gestão organizacional de qualquer empresas, levando-se em conta a formação académica, visão, valores, objectivos, cultura, processos, liderança, entre outros, fazendo parte de uma análise profunda do papel da organização de formação ou não, sua contribuição para a sociedade, importância estratégica e demais factores que dizem respeito a sua actuação. Como também o quanto é importante que a implantação de métodos e iniciativas inovadores são a chave para o desenvolvimento das organizações, junto com outras iniciativas, essas combinações são a garan-





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

tia da melhoria da qualidade e o aumento da competitividade. Pode se observar também que a missão, visão, princípios, valores e lema do ISMMA contribuem para a qualidade da formação dos técnicos superiores. O caso da Natureza que o investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação é algo tão institucionalizado e de carácter da organização que já deixou de ser algo como diferencial competitivo, mas como obrigatório de sobrevivência da organização. Sendo assim, 83% das instituições que apresentaram o relatório de acompanhamento no ISMMA realizaram inovação a partir do conhecimento dos técnicos superiores-recém graduados.

No que tange as considerações finais, a pesquisa clarificou que a gestão da inovação nas organizações é um processo novo no solo pátrio moçambicano, uma vez que o ensino superior tem inovação que não baste formar, mas sim deve fazer o acompanhamento dos técnicos recém-graduados nos seus postos de trabalho e as organizações ganham com os técnicos a imagem e consequentemente o lucro pela vantagem competitiva na prestação de serviços de qualidade para os seus clientes.

Através do diagnóstico das perguntas da entrevista foi possível a elaboração de principais focos de problemas apresentados que poderiam ser trabalhados através de um plano de acção. Os resultados obtidos através da pesquisa foram satisfatórios, pois se conseguiu identificar, quais as variáveis que requerem acção de melhoria de inovação da gestão organizacional dos técnicos superiores recém-formados, que seria a aplicação de qualidade de vida dentro do ambiente de trabalho.

É necessário oferecer maior atenção, tanto para os pontos ou factores positivos, como para os negativos da gestão da inovação organizacional para não colocar em risco a implantação da gestão da inovação em grande escala nas empresas onde foram afectos os técnicos superiores recém-formados. A Inovação no solo pátrio (Moçambique) ainda é um assunto bastante “verde”, o que prova que ainda não existe literatura suficiente que disserta inovação organizacional e a sua importância para a vida das empresas, trabalhadores e todos os utentes.

Sugere que como agenda futura, os académicos devam explorar mais esse ramo do mercado da pesquisa, para se comparar com mais de uma instituição seu séquito de inovação e gestão organizacional, fazendo um estudo com melhor aprofundamento e exploração do tema.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Houve algumas limitações na realização desta pesquisa, tendo ocorrido certa dificuldade para que o Assessor da Direção-Geral do ISMMA tivesse tempo disponível para que a entrevista fosse realizada, além do tempo relativamente curto para que fosse analisada.

A todas instituições do ensino superior, concretamente docentes, estudantes e os demais académicos para escrever e publicar obras sobre inovação para servir de aprendizagem aos gestores e líderes das diversas organizações dentro do país e na diáspora.

### REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas**. Rio de Janeiro: Campus, 2010.

CUNHA, M. P.; REGO, A.; CUNHA, R. C. e CARDOSO, C. **Manual de Comportamento Organizacional e Gestão**, 5ª Ed. Lisboa: RH Editora, 2006.

DAVEL, E. e VERGARA, S. C. **Gestão com pessoas e subjetividade**. ed. São Paulo: Atlas, 2001. 349

DORNELAS, J. C. A. **Como ser empreendedor, inovar e se diferenciar em organizações estabelecidas**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

DRUCKER, Peter F. **Inovação e Espírito Empreendedor: Prática e Princípios**. E. Traduzida por Carlos Malferrari. Ed. Pioneira Thomson 2005.

DYER, E. R, S. **Gestão com pessoas e subjectividade**. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Pesquisa Social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, M. de A. e LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6.ed. São Paulo. Atlas, 2006. Confederação Nacional da Indústria. Brasília: 2008.

MAXIMIAN A.C.A. **Introdução à administração**. São Paulo: Atlas, 2007.

NASCIMENTO, M. I. **A produção do género resumo**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2017.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

PITCE, G. **Inovação nas organizações**. Disponível em: [www.pintec.ibge.gov.br](http://www.pintec.ibge.gov.br). Acesso em: 23 mai. 2023.

REGO, I. **Dos Recursos Humanos Competitivo na Polícia**. Maputo: Publiflix, 2012.

RODRIGUEZ, A. **Conhecimento e Inovação para a competitividade**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SIMANTOB, M.; LIPPI, R. **Guia Valor Económico de Inovação nas Empresas**. São Paulo: Ed. Globo, 2017.

BARAÑANO, A. M. **Gestão da Inovação Tecnológica: Estudo de Cinco PMEs Portuguesas**. Revista Brasileira de Inovação Volume 4 Número 1 Jan/Jun 2005. Disponível em: <http://plutao.ige.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/view/281/197>. Acesso em: 23 jun. 2023

OSLO Manual, 2012. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/4639.html>. Acesso em: 11 jul. 2023.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### “A ACUSAÇÃO” DE BANDI E O DIREITO À LIBERDADE INDIVIDUAL

José Carlos Ferreira Neto<sup>140</sup>

Fabio Garcia Leal Ferraz<sup>141</sup>

Ana Paula Bagaiolo Moraes Barbosa<sup>142</sup>

#### RESUMO

Este artigo analisa minuciosamente a obra "A Acusação" de Bandi, que proporciona um retrato vívido da opressão vivenciada na Coreia do Norte durante o final dos anos 1980 e início dos anos 1990. Explorando profundamente a relação entre a ausência de liberdade individual no contexto norte-coreano e os princípios universais de liberdade, igualdade e dignidade, notavelmente manifestos na Revolução Francesa e na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), a pesquisa traça um paralelo essencial com a legislação brasileira, evidenciando os avanços da proteção dos direitos humanos e da liberdade individual, como exemplificado pelo Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Em uma conclusão ponderada, ressalta-se a imperiosa necessidade de resguardar e exaltar a liberdade, mesmo em circunstâncias menos extremas, e pondera-se sobre a fundamental importância de legislação sensata para evitar comprometer esse atributo essencial à condição humana.

**Palavras-chave:** “A Acusação” de Bandi, liberdade individual, direitos humanos.

351

#### ABSTRACT

This article thoroughly analyzes Bandi's work "The Accusation," which vividly portrays the oppression experienced in North Korea during the late 1980s and early 1990s. The study delves into the relationship between the absence of individual freedom in the North Korean context and the universal values of liberty, equality, and dignity, notably exemplified in the French Revolution and the Universal Declaration of Human Rights (UDHR). The research draws a crucial parallel with Brazilian legislation, highlighting advancements in human rights protection and individual freedom, as exemplified by the National Human Rights Program (PNDH-3). In a thoughtful conclusion, the imperative need to safeguard and elevate freedom, even in less extreme circumstances, is underscored, along with the pivotal significance of sensible legislation to prevent compromising this essential attribute of human existence.

**Keywords:** “The Accusation” from Bandi, individual freedom, human rights.

<sup>140</sup> Pós-Graduado *lato sensu* em Direito Processual Civil, 2ª Edição Curso realizado por meio de Convênio com a FADEP (Fundação para o Desenvolvimento do Ensino e da Pesquisa do Direito), e advogado desde 2008.

<sup>141</sup> Doutor em Direito Empresarial pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). É pesquisador da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) e advogado sócio desde 2008 do escritório Bernardini, Martins & Ferraz – Sociedade de Advogados. Contato: fabio@bernardinivadogados.com.br.

<sup>142</sup> Doutora em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2018), Mestre em Direito Internacional pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2011), Mestre em Desenvolvimento Regional pela UNI-FACEF (2023), Especialista pela Fundação Armando Álvares Penteado em Direito do Agronegócio (2010) e Graduada pela Faculdade de Direito de Franca (2008). Professora Colaboradora da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP). Contato: apbagaiolomoraes@gmail.com.







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 1 INTRODUÇÃO

A obra intitulada "A Acusação," concebida sob o pseudônimo "Bandi," desvela uma incursão arrebatadora no cotidiano da existência na Coreia do Norte durante a efervescente transição do final dos anos 1980 para o início dos anos 1990 do século XX. Em sua essência, esta epopeia literária desvenda uma tapeçaria intrincada de histórias urdidas pelo enigmático Bandi, um artesão narrativo enraizado no papel de propagandista institucional dentro das esferas do regime ditatorial. O que confere ainda mais intriga a essa narrativa é o aparentemente sancionado papel de Bandi na tessitura de narrativas que solidificam o aparato estatal. No entanto, sob essa capa de contação oficial, uma transformação cativante toma forma à medida que Bandi se torna um sentinela silencioso da injustiça, registrando nas páginas sagradas de seu caderno uma série de transgressões contra os direitos humanos, notavelmente a supressão da liberdade fundamental de expressão.

Conforme a crônica se desenrola, um momento crucial emerge quando um indivíduo dentro do círculo íntimo de Bandi, impelido por um sentido avassalador das injustiças sofridas, engendra uma fuga clandestina das fronteiras da nação opressora. Em um gesto de significado profundo, Bandi confia a esse fugitivo o seu meticulosamente preservado diário, uma testemunha silente de uma litania de violações sistêmicas. Esse ato serve como uma passagem simbólica do bastão, uma transmissão de histórias que transcendem fronteiras e limites, destinadas a serem reveladas ao mundo além.

Cada narrativa dentro da compilação de Bandi tece uma tapeçaria intrincada repleta de implicações legais, lançando luz sobre a profunda importância de proteger as liberdades individuais – um alicerce dos direitos humanos – exemplificado nas pinceladas artísticas do Artigo 3 da Declaração Universal dos Direitos Humanos. A sinfonia de contas ressoa com uma cadência jurídica, sublinhando o impacto profundo da liberdade como um aspecto essencial do direito à vida, um sentimento que encontra seu lugar indelével nos anais dos direitos humanos.

Inspirado por um arcabouço metodológico caracterizado pela indução hipotética, este estudo embarca em uma odisséia tocante, atravessando o espectro dos direitos humanos com um





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

foco perspicaz no tecido legal do Brasil, incluindo seu código penal. A tela de exploração estende-se ao longo do tempo e do espaço, traçando paralelos entre as narrativas enigmáticas oriundas do passado tumultuado da Coreia do Norte e a metamorfose social em curso no Brasil. É uma expedição ancorada na descoberta dos ecos latentes do passado que reverberam no presente, traçando a trajetória da evolução social que o Brasil, como nação, percorre.

Em síntese, "A Acusação" desdobra sua tapeçaria narrativa com a precisão de um mestre contador de histórias, mergulhando seus leitores nas paisagens enigmáticas do labirinto histórico da Coreia do Norte. À medida que os acordes ressonantes das histórias de Bandi ecoam através de fronteiras temporais, eles não apenas sublinham a onipresença das lutas pelos direitos humanos, mas também convocam as sociedades em todo o mundo a se erguerem como guardiãs vigilantes das liberdades fundamentais. Através da análise do prisma de Bandi, vislumbra-se não apenas os ecos sombrios de um passado repressivo, mas também os lampejos de esperança e transformação que sublinham a profunda importância dos direitos humanos na configuração do destino das nações.

353

## 2 COMENTÁRIOS SOBRE “A ACUSAÇÃO” DE BANDI

"A Acusação", escrita pelo enigmático autor pseudônimo "Bandi", oferece um vislumbre de uma narrativa cativante que se desenrola no cenário agitado da Coreia do Norte durante os anos finais da década de 1980 e o início dos anos 1990 no século XX. Esta obra literária empreende uma jornada notável, iluminando a essência da vida sob o véu de um regime totalitário. A importância desses relatos se estende muito além da mera narrativa, pois revelam um testemunho à resiliência do espírito humano e à busca incessante pela liberdade em meio às sombras da opressão.

Intrigantemente, as narrativas que se desenrolam são meticulosamente elaboradas pelo enigmático Bandi, um contador de histórias imerso na própria maquinaria da propaganda do regime ditatorial. A fachada de seu papel como propagandista institucional, destinado a tecer histórias que amplificam a narrativa estatal, desmorona sob o peso da nova missão de Bandi. O





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

que emerge é uma transformação profunda - Bandi assume o papel de um cronista involuntário da injustiça, documentando uma série de transgressões aos direitos humanos com foco na liberdade fundamental de expressão.

Esta coleção de narrativas, audaciosamente "vazada" para além das fronteiras da Coreia do Norte, emerge como um ato audacioso de resistência contra a influência draconiana do Regime Ditatorial. Este regime cerceia severamente a liberdade de seus cidadãos de expressar opiniões sobre questões internas do país, fomentando um ambiente de vozes abafadas e narrativas suprimidas. Reconhecendo a necessidade de que essas verdades atravessem fronteiras, Bandi compila meticulosamente seus manuscritos, ocultando-os de olhos curiosos ao embarcar em uma jornada para garantir sua visibilidade além dos limites de sua nação. A audácia das ações de Bandi é destacada pelo fato de que o estado norte-coreano rigidamente proíbe qualquer forma de divulgação sob esses termos em seus territórios.

O livro, portanto, desvenda os relatos provenientes da pena de Bandi, um propagandista inadvertidamente transformado em um improvável cronista das narrativas não expressas de seus compatriotas. As narrativas dão vida às inúmeras instâncias em que o domínio de ferro do regime trucida o direito valorizado de livre expressão, revelando a opressão pervasiva que envolve a vida dos norte-coreanos, um povo enredado no abraço sufocante dos militares. Entre essas histórias, um exemplo eloquente dessa opressão é revelado - as alegações do crime de "ataque à honra do ditador". Essa acusação grave é imposta àqueles que não demonstram o luto prescrito pela morte da autoridade máxima da nação. Significativamente, esse ato de luto é institucionalizado pelo governo norte-coreano, exemplificando a extensão insidiosa de seu controle até mesmo sobre os aspectos mais íntimos da experiência pessoal (BANDI, 2018).

Dentro das páginas de "A Acusação", emergem os contornos de uma vida marcada por sofrimento abjeto, destituída até mesmo dos fiapos mais básicos de liberdade. Essas narrativas relatam cenários que remetem a contos de ficção científica distópicos - o mero ato de cruzar o limiar de sua casa, por exemplo, requer autorização estatal (BANDI, 2018). Isso sublinha a ausência gritante de agência pessoal na vida dos norte-coreanos, onde até mesmo as tarefas mais mundanas estão sujeitas a uma teia complexa de protocolos restritivos.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

A noção de escolha, pedra angular da autonomia pessoal em muitas sociedades, torna-se um conceito alienígena no contexto norte-coreano. Essa atmosfera de restrição perpétua gera um constante subcorrente de apreensão, à medida que indivíduos navegam na fronteira precária entre a conformidade e as violações inadvertidas da teia complexa de regulamentações que governam suas liberdades circunscritas.

De particular relevância é a vívida representação de uma reverência cultista por figuras ditatoriais, onde a vida do líder supremo torna-se um elemento incessante nas narrativas midiáticas, fomentando uma adoração inabalável pelo líder governante. Igualmente cativante é o relato inquietante, mas hipnotizante, do personagem instrumental na disseminação dos manuscritos de Bandi. Essa narrativa desvenda as camadas para revelar o ônus angustiante do dissidente dentro da Coreia do Norte - sob suas leis draconianas, desertores e suas famílias são inequivocamente designados como "Traidores do Povo", carregando o peso de consequências multigeracionais (BANDI, 2018).

À luz desses relatos assombrosos, as ações tanto de Bandi quanto do intermediário de seus manuscritos emergem como atos de heroísmo inabalável, faróis de esperança que sublinham o valor intrínseco da vida e da liberdade. Em sua busca, essas figuras demonstram que nenhum sacrifício é grande demais em prol dos valores mais elementares da vida, destacado pela substituição deliberada de "vida" por "liberdade".

Em resumo, as narrativas impactantes encapsuladas em "A Acusação" transcendem o domínio da ficção, servindo como testemunhos comoventes do espírito indomável daqueles que lutam por direitos humanos diante da repressão. Além de sua significância literária, esses relatos convocam sociedades em todo o mundo a salvaguardar vigilante as liberdades essenciais que sustentam nossa humanidade compartilhada. Ao percorrer as tramas intrincadas dos relatos de Bandi, não somos apenas confrontados com os ecos de um passado repressor, mas também com os vislumbres de esperança que nos inspiram a defender o poder transformador dos direitos humanos. Com o foco na realidade da Coreia do Norte à luz dos direitos humanos, essa exploração busca desvelar os fios complexos que ligam a luta de uma nação pela liberdade, ao mesmo tempo que a contrasta com o cenário jurídico do Brasil. As narrativas dentro de "A





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Acusação" ressoam como um lembrete comovente de que, mesmo nos tempos mais sombrios, o farol dos direitos humanos permanece firme, iluminando nosso caminho coletivo em direção a um futuro mais justo e livre.

### 2.1 PLATÃO E A NECESSIDADE DE RECONHECIMENTO DA VERDADE: UMA ANALOGIA AO LIVRO DE BANDI

Nos estudos produzidos por Platão, os Sofistas foram combatidos por ele, pois em sua visão o que é importante e deve sempre ser o centro das questões é a busca pela verdade.

Castro (2013) explica que:

O filósofo grego Platão (427-347 antes de Cristo) é o grande adversário dos sofistas. Boa parte de seu pensamento está marcada pela oposição às ideias desses mestres da linguagem. O relativismo e o ateísmo sofístico, a visão de que a alma é passiva, o tipo de retórica praticado por Protágoras e Górgias – tudo isso será contestado por Platão, que investirá sua carreira em propor outro modelo para a formação humana, muito diferente da educação oferecida pelos sofistas, baseada no ensino de técnicas de persuasão.

356

Pieper também apresentou críticas à posição dos Sofistas no sentido de reconhecer que a ausência da busca pela verdade nem sequer deve ser vista como verdadeira comunicação. Ora, o que os sofistas fizeram foi “emancipar-se” do objeto, na expressão de Pieper. Ou seja, eles não tinham a preocupação de falar a verdade, de mostrar a realidade, mas simplesmente buscavam convencer o público através da magia provocada pelo discurso. Em um caso como esse, a verdadeira comunicação desaparece e, com isso, a relação humana entre quem fala e quem escuta se modifica (CASTRO, 2013).

Esse paralelismo é trazido para demonstrar o quão distante da realidade encontra-se o povo norte-coreano, que, ludibriados pelo discurso de seu imperador, continuam vagando pelas tortuosas linhas da ignorância do mundo externo, fadados à privação da liberdade individual de cada um.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 3 DIREITO À LIBERDADE INDIVIDUAL: UM PARALELO ENTRE A CORÉIA DO NORTE E O BRASIL

A Revolução Francesa consagrou os valores sociais do Ocidente (e por causa da proeminência ocidental) se tornaram também os valores universais. Liberdade, Igualdade e Fraternidade são conceitos que se massificaram por todo o globo. O impacto das duas revoluções no cenário ocidental repercute até nossos dias. Principalmente a Revolução Francesa e seus princípios basilares constituíram um ponto de referência obrigatório para a liberdade. BOBBIO (2004, p. 86) assim se expressou:

Foram os princípios de 1789 que constituíram, no bem como no mal, um ponto de referência obrigatório para os amigos e para os inimigos da liberdade, princípios invocados pelos primeiros e execrados pelos segundos. Da subterrânea e imediata força de expansão que a Revolução Francesa teve na Europa, permitam-me recordar a esplêndida imagem de Heine, que comparava o frêmito dos alemães ao ouvirem as notícias do que ocorria na França com o rumor que emerge das grandes conchas que ornamentam as la-reiras, mesmo quando já estão distantes do mar há muito tempo: “Quando em Paris, no grande oceano humano, as ondas da revolução subiam, agitavam-se e se enfureciam tempestuosamente, para além do Reno os corações alemães murmuravam e fremiam”.

357

Posteriormente, o período final do Imperialismo Colonial resultou no Totalitarismo, com o advento dos Regimes Ditatoriais implantados na Alemanha, Itália, Espanha, Portugal, Iugoslávia, Romênia, Hungria, União Soviética, o que levou esses países a duas guerras mundiais. Inclusive, o livro de Bandi reflete um contexto da Segunda Guerra Mundial carregando o Totalitarismo como Regime de governo vigente. Com isso se cria diária e constantemente no país norte-coreano um clima de macartismo e insegurança, que é aterrorizante ao povo, invadindo a liberdade pessoal de cada um, até os dias de hoje.

Não é outra a razão pela qual a Coréia do Norte não se vinculou à Organização das Nações Unidas e, com isso, não é signatária da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Se ela o fosse, certamente não poderia passar despercebido o teor do art. 3º da mencionada Declaração, ao estabelecer que “[t]odo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal” (ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948).





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

A Declaração Universal dos Direitos do Homem foi publicada em 1948, logo, em período posterior à “Era Totalitária” após o fim da Segunda Guerra Mundial.

Nesse sentido:

Quando, após a experiência terrível das duas guerras mundiais, os líderes políticos das grandes potências vencedoras criaram, em 26 de junho de 1945, em São Francisco, a ONU (Organização das Nações Unidas) e confiaram-lhe a tarefa de evitar uma terceira guerra mundial e de promover a paz entre as nações, consideraram que a promoção dos “direitos naturais” do homem fosse a conditio “*sine qua non*” para uma paz duradoura. Por isto, um dos primeiros atos da Assembleia Geral das Nações Unidas foi a proclamação, em 10 de dezembro de 1948, de uma Declaração Universal dos Direitos Humanos, cujo primeiro artigo reza da seguinte forma: “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. São dotadas de razão e de consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade” (TOSI).

Portanto, assim se deu sob o contexto de reestabelecimento da busca pela liberdade em oposição ao abuso totalitário vivido à época. O artigo 19 decreta que “[t]odo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras” (ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948). 358

Traçando-se um paralelo com o que ocorre no ordenamento jurídico brasileiro, o Presidente da República, visando ao cumprimento das orientações principiológicas da DUDH, aprovou o Decreto nº 7.037/09, que instituiu o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, criando Eixos de atuação com diretrizes objetivas para implementação dos direitos humanos no país. Referido decreto prevê, dentre outras disposições, que são essenciais para o desenvolvimento as liberdades e os direitos básicos, reconhecendo que suas privações são resultantes, inclusive, das desigualdades inerentes aos mecanismos de distribuição, da ausência de serviços públicos e de assistência do Estado para a expansão das escolhas individuais.

Nessa senda, o comparativo se mostra cabível: na Coreia do Norte não há serviços públicos e de assistência do Estado para a expansão das escolhas individuais, tal como se instituiu no Brasil. O que se pode tirar de lição é que, ao se analisar um caso tão extremo como o que ocorre na Coreia do Norte, é possível entender que a legislação deva ser aplicada como reprimenda a condutas de forte repulsa moral, socialmente reconhecidas, e ao mesmo tempo





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

garantir aos “não-criminosos” uma mensagem de resposta pública à violação indesejada. Leis imprecisas e que deixam à mercê do julgador a decisão subjetiva se houve ou não sua violação pode conferir ao julgador o poder de decidir à sua exclusiva vontade e impressão pessoal.

A sociedade livre brasileira, que se consagrou nos objetivos da Constituição Federal, em nada se assemelha aos relatos da vida dos norte-coreanos, porém, é preciso muita cautela para a criação de leis que possam vir a violar a liberdade pessoal de cada um, olhando sempre para o extremismo da Coréia do Norte, extraindo as lições importantes que os relatos de Bandi nos possibilitou.

### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra "A Acusação" de Bandi ressoa como um eco impactante das vivências de opressão sistêmica enfrentadas pelos cidadãos norte-coreanos durante o final dos anos 1980 e início dos anos 1990. Nesta narrativa intrincada e pungente, as páginas transportam o leitor para uma realidade onde a liberdade individual é cerceada de maneira implacável. À medida que mergulhamos nas histórias corajosamente compartilhadas pelo autor, cujo pseudônimo é o único fio que o conecta a seus relatos, o leitor é confrontado com um mundo em que as possibilidades de autodeterminação e expressão estão aprisionadas.

O contraste entre esta realidade distorcida e os valores universais de liberdade, igualdade e dignidade, que transcenderam através dos séculos e foram firmemente consolidados por eventos como a Revolução Francesa, ecoa nas páginas de Bandi e faz um convite a uma reflexão profunda sobre o papel dos direitos humanos na construção de uma sociedade verdadeiramente justa e equitativa. Os contornos sombrios desta narrativa trazem à tona a urgente necessidade de reconhecer, proteger e preservar os direitos inalienáveis que fundamentam a dignidade humana.

Através da análise comparativa entre a realidade norte-coreana e o cenário jurídico brasileiro, emergem claramente lições cruciais. A Revolução Francesa, com seu foco na busca pela verdade e pela liberdade, reverbera através do tempo, destacando a importância de um compromisso inabalável com esses princípios fundamentais. Similarmente, a testemunha literária







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

de Bandi atua como um poderoso alerta contra os riscos inerentes à supressão da liberdade de expressão e à manipulação da verdade, como personificadas pelo regime totalitário da Coreia do Norte.

A conexão traçada entre a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e a legislação brasileira ecoa em nuances de avanços significativos na proteção dos direitos humanos e na defesa da liberdade individual. Através do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), o Brasil reforça o valor intrínseco das liberdades fundamentais e dos direitos essenciais para o desenvolvimento pleno da humanidade. Ainda que o Brasil não esteja submetido ao extremo totalitarismo norte-coreano, o exemplo contundente desse país asiático reverbera como um lembrete constante da necessidade de vigilância incansável e da formulação criteriosa de leis que não comprometam a preciosa liberdade pessoal.

Em resumo, "A Acusação" de Bandi emerge como uma chamada à ação. Ao expor as injustiças e a privação de liberdade na Coreia do Norte, a obra nos recorda com veemência sobre a imperativa importância de proteger e defender os direitos humanos fundamentais em qualquer sociedade. Enquanto contrasta a realidade opressiva com as conquistas no campo dos direitos humanos, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e as ações do Brasil para fomentar a liberdade, somos convocados a nutrir um apreço incansável pela liberdade individual, entendendo-a como um direito essencial e inalienável, essencial para uma vida de dignidade e plenitude.

360

### REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração universal dos direitos humanos**. Paris, 1948. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/por.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2023.

BANDI. **A acusação**: histórias proibidas vindas da Coreia do Norte. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2018.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOBBIO, Norberto. **Qual democracia?** Organização Mário Bussi. Tradução Marcelo Perine. São Paulo: Edição Loyola, 2013.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988. p. 1 (anexo). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 11 abr. 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 22 dez. 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7037](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037). Acesso em: 11 abr. 2023.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, RJ, 31 dez. 1940. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm#art361](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm#art361). Acesso em: 11 abr. 2023.

CASTRO, Mônica Ottoboni Maciel de. “Revisão periódica universal: socialização e difusão de normas internacionais de direitos humanos”. In **REI-Revista de Estudos Internacionais**, v. 12, n. 2, 2021.

CASTRO, Roberto C.G. "Platão contra os sofistas: sobre a retórica". In **Convenit Internacional** 12, maio-agosto 2013. p. 5-14.

DONNELLY, Jack. “Direitos humanos internacionais: consequências não intencionais da guerra contra o terrorismo”. In **Contexto Internacional**, v. 25, p. 333-361, 2003.

SILVA, Diego Leonardo Santana; ANDRADE, Carolline Acioli Oliveira. “Sobre a Coreia do Norte no ciberespaço: o Juche e o grande líder nas páginas do solidariedade à Coreia popular”. In **Boletim Historiar**, n. 20, 2017.

TARROW, Sidney. “Outsiders inside e insiders outside: entre a ação pública nacional e transnacional em prol dos direitos humanos”. In **Caderno CRH**, v. 22, p. 151-161, 2009.

TOSI, Giuseppe. **História e atualidade dos direitos humanos**. Disponível em [http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/tosi/tosi\\_hist\\_atualidade\\_dh.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/tosi/tosi_hist_atualidade_dh.pdf). Acesso em 15 ago. 2023.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

VIZENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. “A discreta transição da Coreia do Norte: diplomacia de risco e modernização sem reforma”. *In Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 57, p. 176-195, 2014.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### ASPECTOS SOCIAIS, LABORAIS E EMPRESARIAIS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEFESA DA DEMOCRACIA DURANTE O PROCESSO ELEITORAL BRASILEIRO DE 2022

José Carlos Ferreira Neto<sup>143</sup>

Fabio Garcia Leal Ferraz<sup>144</sup>

Luciana Lopes Canavez<sup>145</sup>

#### 1 INTRODUÇÃO

A atuação do Ministério Público, tanto o Eleitoral quanto o do Trabalho, foi de grande destaque nas Eleições brasileiras de 2022, em razão sobretudo do alto nível de rivalidade e ambiente conflituoso que se deu o processo.

Relatos de assédios laborais, em razão das posições político-eleitorais motivaram o 363 empreendimento de uma força tarefa dos Órgãos (pertencentes ao Ministério Público da União), em uma atuação sem precedentes com diversas atuações e denúncias de atos infracionais desta natureza.

Por essa razão, o presente trabalho pretendeu promover um levantamento dos fundamentos normativos invocados, para que se investigue se houve uma motivação vinculada ao impacto social e à legislação.

A pesquisa, dividida em cinco partes (já inclusa a introdução e conclusão), pretende contribuir para a compreensão dos desafios enfrentados pelo Ministério Público Eleitoral e pelo Ministério Público do Trabalho nas eleições brasileiras de 2022, destacando a importância das

---

<sup>143</sup> Pós-Graduado *lato sensu* em Direito Processual Civil, 2ª Edição Curso realizado por meio de Convênio com a FADEP (Fundação para o Desenvolvimento do Ensino e da Pesquisa do Direito), e advogado desde 2008.

<sup>144</sup> Doutor em Direito Empresarial pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). É pesquisador da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) e advogado sócio desde 2008 do escritório Bernardini, Martins & Ferraz – Sociedade de Advogados. Contato: fabio@bernardiniadvogados.com.br.

<sup>145</sup> Doutora em Direito pela Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo – FADISP. Professora Assistente Doutora da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP).





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

políticas públicas na defesa da democracia e na promoção de um processo eleitoral livre, justo e democrático. Além disso, busca-se identificar os impactos sociais desse processo, especialmente no âmbito sócio laboral e empresarial, além do orçamentário, com o intuito de fomentar discussões e reflexões sobre o tema.

A metodologia utilizada na pesquisa foi o método analítico dedutivo, que buscou explorar questões conceituais, legais e principiológicas relacionadas ao tema, bem como analisar os dados reais divulgados pelo Ministério Público Eleitoral e pelo Ministério Público do Trabalho. Foram utilizadas fontes primárias e secundárias, como legislação, jurisprudência, relatórios e estudos, para embasar a análise e conclusões do trabalho.

### 2 PROCESSO ELEITORAL BRASILEIRO

O processo eleitoral no Brasil é uma intrincada orquestração de procedimentos e etapas que culminam na seleção democrática dos representantes políticos, sendo uma das atividades mais complexas do país (MINAMI, 2013, p. 32). A abrangência desse processo é vasta, abarcando desde a preparação prévia até as atividades posteriores à votação, sob a supervisão atenta da Justiça Eleitoral (JE). A atuação da JE é disseminada em três níveis hierárquicos: municipal, estadual e federal. No âmbito federal, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com sede em Brasília, desempenha um papel central na coordenação e supervisão desse intrincado esforço democrático.

O TSE, como órgão máximo da JE, encabeça a estrutura federal e define diretrizes cruciais para o desenrolar do processo eleitoral. Cada unidade da Federação, incluindo os estados e o Distrito Federal, abriga um Tribunal Regional Eleitoral (TRE), constituindo-se como peça vital da engrenagem democrática. Além disso, a Constituição Federal, no art. 118, colocam juízes eleitorais e juntas eleitorais como órgãos à disposição da JE, de modo que atuam no nível local, garantindo uma implementação eficaz e responsiva do processo eleitoral.

Envolvendo etapas multifacetadas, o processo eleitoral abraça não apenas a votação propriamente dita, mas também outras etapas igualmente cruciais. O cadastro eleitoral, por





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

exemplo, constitui um elemento fundamental para garantir a legitimidade do pleito, assegurando a participação adequada dos cidadãos. A fase de candidaturas desempenha um papel crucial na seleção dos candidatos, onde os partidos políticos indicam seus representantes e apresentam suas plataformas. A prestação de contas, por sua vez, busca conferir transparência e *accountability* ao financiamento das campanhas eleitorais, enquanto a logística eleitoral se destaca na organização eficiente da votação, totalização e divulgação dos resultados. No entanto, o processo eleitoral brasileiro não se encerra após a contagem dos votos. Uma fase pós-eleições, que abrange uma série de atividades, como a diplomação dos eleitos, compõe uma parte crucial desse ciclo. Essa etapa culminante representa a oficialização dos representantes escolhidos pelo povo, conferindo-lhes a legitimidade para assumir seus cargos e responsabilidades. Ou seja, diante desse cenário, "um rápido olhar sobre a trajetória da Justiça Eleitoral facilmente convencerá qualquer observador precipitado de sua inquestionável importância" (SILVA, 2020, p. 173).

O Brasil, graças à sua estrutura bem delineada e à atuação proativa da Justiça Eleitoral, conquistou reconhecimento global como referência em eleições. O sistema eleitoral brasileiro, por meio de mecanismos que visam garantir a normalidade, a segurança e a liberdade do processo democrático, solidifica o engajamento cívico e promove a confiança na representatividade política. Afinal, “parte desse apoio deriva da confiança recebida pelo sistema político em suas múltiplas dimensões por parte da sociedade” (SILVA; SANTOS, 2022).

Para além disso, o Ministério Público Eleitoral, composto por membros do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual, desempenha um papel essencial na supervisão e fiscalização desse processo eleitoral, contribuindo para a salvaguarda da integridade do sistema eleitoral e assegurando a lisura das eleições em todas as esferas (ANDRADE, 2007).

O processo eleitoral no Brasil, em um sentido mais amplo, diz respeito às fases organizativas das eleições, compreendendo também um breve período posterior. É organizado pela Justiça Eleitoral (JE), em nível municipal, estadual e federal. Na esfera federal, a JE possui como órgão máximo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com sede em Brasília. Em cada estado da Federação e no Distrito Federal há um Tribunal Regional Eleitoral (TRE), bem como juízes e juntas eleitorais. A Justiça Eleitoral organiza, fiscaliza e realiza as eleições regulamentando o





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

processo eleitoral, examinando as contas de partidos e candidatos em campanhas, controlando o cumprimento da legislação pertinente em período eleitoral e julgando os processos relacionados com as eleições (SILVA, 2020, p. 173).

Embora as etapas de votação, totalização e divulgação dos resultados sejam as mais conhecidas, o processo eleitoral possui outras fases muito importantes como o cadastro eleitoral, a etapa de candidaturas, a prestação de contas e a logística eleitoral. Há ainda a fase de pós-eleições, que compreende, entre outras atividades, a diplomação dos eleitos.

Em todo o processo eleitoral, há mecanismos para garantir a normalidade dos pleitos, a segurança do voto e a liberdade democrática. Por esses critérios, o Brasil se tornou referência mundial em eleições (TSE), afinal, o poder político brasileiro é totalmente titularizado por seu povo (MINAMI, 2013, p. 38).

Sobre a estrutura e composição do Ministério Público Eleitoral, este possui estrutura própria, com composição mista: membros do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual. Nesse sentido, o procurador-geral da República exerce a função de procurador-geral Eleitoral perante o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e indica membros para também atuarem no TSE e nos Tribunais Regionais Eleitorais (procuradores regionais eleitorais, que chefiam o Ministério Público Eleitoral nos estados), enquanto os promotores eleitorais são promotores de Justiça (Ministério Público Estadual) que exercem as funções por delegação do MPF (MPF), conforme se observa no quadro abaixo:

366

Órgãos do MPE	Grau de Jurisdição	Matéria de competência orginária
Procurador-geral Eleitoral (PGR) Vice-procurador-geral Eleitoral (Integram o MPF)	Tribunal Superior Eleitoral	Eleição presidencial
Procuradores regionais Eleitorais (Integram o MPF)	Tribunais Regionais Eleitorais Juizes auxiliares*	Eleições federais, estaduais e distritais
Promotores eleitorais (Integram o MP Estadual)	Juizes eleitorais Juntas eleitorais**	Eleições municipais





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

**Fonte:** Ministério Público Federal (MPF).

Sendo assim, é nítido que o Processo Eleitoral brasileiro é operado pela Justiça Eleitoral e recebe o controle e fiscalização do Ministério Público Eleitoral, informação essa que será importante ter em mente no decorrer do presente trabalho.

### 2.1 FATOS NOTÓRIOS OCORRIDOS NAS ELEIÇÕES DE 2022

As eleições brasileiras de 2022 foram marcadas por mais do mesmo, porém, sob a égide do advento das redes sociais influenciadoras, logo, tudo que se repete parece ser novidade.

Conforme abaixo será demonstrado, falou-se muito, no decorrer do processo eleitoral de 2022, sobre as pressões e assédios trocados por Campanhas, Candidatos e Eleitores. Entre os fatos aqui destaca-se alguns que colhem pertinência ao objeto da pesquisa.

As eleições no âmbito das redes sociais ocorreram sobre forte rivalidade maniqueísta, pois os algoritmos das Redes são programados para manter o usuário (no caso, o eleitor) envolvido somente com o assunto (ou candidato) que lhe agrada e minimiza as chances de contato (ou diálogo) com o lado oposto, já que “tendem a impulsionar conteúdos produzidos em consonância com seus critérios de monetização” (REIS; ZANETTI; FRIZZERA, 2020), ou seja, se o algoritmo captar que um usuário não gosta de um determinado candidato, não monetiza divulga-lo, logo, este candidato não aparece nas redes sociais daquele usuário específico.

A disseminação, inclusive, das chamadas “*fake news*” também foram um fator importante a ser considerado e que podem ter influenciado a realidade eleitoral, pois, desde as eleições de 2018, vem sendo utilizadas de forma “sem precedentes” na história democrática brasileira (SARLET; SIQUEIRA, 2020).

Por isso, as disputas alcançaram também ambientes profissionais e resultaram em questões relevantes “aos olhos” do Ministério Público Eleitoral e do Trabalho. Prova disso é que, segundo notícia veiculada no sítio eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE, 2022), o Ministério Público Eleitoral e o Ministério Público do Trabalho se reuniram para traçar estratégias de combate ao assédio eleitoral, pois estavam atentos ao crescente número







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

de denúncias de assédio eleitoral no segundo turno das Eleições 2022. Desse modo, o Ministério Público Eleitoral, por meio de Promotores Eleitorais, e o Ministério Público do Trabalho (MPT), além de representantes da Polícia Federal (PF), Superintendência Regional do Trabalho em Pernambuco (SRTb/PE) e Defensoria Pública da União (DPU), promoveram reuniões de debate para traçar estratégias de combate à prática, diante das centenas de denúncias ocorridas no decorrer do ano de 2022.

Outra notícia veiculada foi a de que o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público Eleitoral asseguraram rigor na apuração de casos de assédio eleitoral no trabalho, conforme se observa no sítio eletrônico do Ministério Público Federal (MPF, 2022). A nota afirma que coação, intimidação, entre outros, com o intuito de influenciar ou manipular o voto constituem assédio eleitoral e demandam fiscalização dos órgãos competentes.

O Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso (MPT-MT) e o Ministério Público Eleitoral (MP Eleitoral) emitiram nota pública conjunta com objetivo de coibir episódios de assédio eleitoral no ambiente de trabalho e informar a sociedade sobre a importância do voto livre e secreto, enfatizando que o exercício do poder diretivo do empregador é limitado pelos direitos fundamentais dos trabalhadores, dentre os quais a liberdade de convicção política (MPF, 2022). Na nota, é reafirmado o compromisso de apurar com rigor todas as denúncias de assédio eleitoral e encaminhá-las às autoridades competentes para punição dos crimes cometidos, já que a coação, a intimidação, a ameaça, a humilhação ou o constrangimento, bem como a concessão ou a promessa de benefício ou a exigência de participação em manifestação político-partidária, com o intuito de influenciar ou manipular o voto dos(as) trabalhadores(as), constituem práticas abusivas caracterizadoras de assédio eleitoral.

Além de crime eleitoral, as práticas noticiadas configuram abuso de poder econômico do empregador e assédio laboral, ensejando a responsabilização do assediador também na esfera trabalhista. Nesse sentido, “a Justiça do Trabalho foi acionada pelo Ministério Público do Trabalho em todo o país para a concessão de liminares impeditivas do assédio eleitoral, nas semanas que antecederam às eleições para a presidência da República de 2022” (FELICIANO, CONFORTI, 2023).





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

A pesquisa Datafolha divulgada no sítio eletrônico do jornal Folha de S. Paulo (FOLHA DE S. PAULO, 2022), apontou o índice de que 4% (quatro por cento) dos eleitores entrevistados alegaram terem sofrido assédio eleitoral, ou seja, de cada 100 (cem) eleitores que estão trabalhando, 4 (quatro) dizem terem sofrido pressão de seu empregador para votarem em um determinado candidato nas eleições de 2022.

Portanto, como visto acima, o assunto assédio eleitoral foi amplamente levantado e repercutido na eleição de 2022.

### 3 A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES DE 2022

O Ministério Público, segundo o art. 127 da Constituição, é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, e tem como princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

369

Nesse sentido, seguindo sua independência funcional, o Ministério Público do Trabalho (MPT) desempenhou um papel de destaque nas eleições de 2022, especialmente através da emissão da Recomendação 01/2022 pela Coordenadoria Nacional de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho (COORDIGUALDADE, 2022). Essa orientação, de caráter preventivo e educativo, visava coibir práticas de assédio eleitoral no ambiente de trabalho, garantindo que a liberdade de voto dos trabalhadores fosse preservada e que o processo eleitoral ocorresse de maneira justa e imparcial.

A Recomendação 01/2022, emitida pelo MPT em 26 de agosto de 2022, teve um impacto significativo ao estabelecer diretrizes claras para empresas e empregadores em relação à conduta durante o período eleitoral. Ela abordou a necessidade de abstenção de concessão de benefícios ou vantagens em troca de votos, bem como de ameaças ou constrangimentos que pudessem influenciar o voto dos trabalhadores. Essas práticas, além de serem consideradas crimes





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

eleitorais, também violam os princípios da dignidade da pessoa humana e dos direitos fundamentais no trabalho (COORDIGUALDADE, 2022).

A recomendação do MPT não apenas destacou a importância de respeitar a liberdade de consciência e expressão dos trabalhadores, mas também reforçou a ideia de que o exercício do poder empresarial não pode restringir ou limitar o direito ao voto das pessoas que ali trabalham. Ela ressaltou a necessidade de criar um ambiente de trabalho que seja livre de coações e pressões indevidas, assegurando que a escolha dos trabalhadores nas eleições fosse feita de forma autônoma e sem interferências (COORDIGUALDADE, 2022).

Essa atuação proativa do MPT, em parceria com o Ministério Público Eleitoral, exemplificou o compromisso em assegurar a integridade do processo eleitoral e proteger os direitos dos cidadãos. Além da recomendação específica, os dois órgãos tiveram a responsabilidade de fiscalizar o cumprimento das leis eleitorais, investigar irregularidades e garantir que as eleições ocorressem de maneira justa e transparente. A atuação conjunta do Ministério Público Eleitoral e do MPT contribuiu para reforçar a confiança no processo democrático e na garantia dos direitos dos cidadãos durante o pleito de 2022.

370

Dessa forma, como visto acima, o comprometimento do Ministério Público Eleitoral e do Ministério Público do Trabalho em promover um processo eleitoral livre, justo e democrático foi evidenciado por meio de ações concretas e orientações claras, enfatizando a importância da liberdade de voto, da igualdade de oportunidades e do respeito aos direitos fundamentais no ambiente de trabalho.

Além da emissão da Recomendação 01/2022 pelo MPT, a atuação conjunta do Ministério Público Eleitoral e do Ministério Público do Trabalho nas eleições de 2022 abordou uma série de desafios sociais, trabalhistas e empresariais que emergiram durante esse período. A interseção entre a esfera política e a esfera trabalhista trouxe à tona questões cruciais que exigiam a atenção e a intervenção desses órgãos de fiscalização, para evitar que práticas ilícitas prejudicassem a relação de trabalho durante o período eleitoral. A recomendação não apenas resguardou a liberdade de voto dos trabalhadores, mas também reforçou a necessidade de respeitar os direitos fundamentais no ambiente laboral, independente das convicções políticas.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

As ações concretas, as orientações claras e o compromisso com os valores democráticos, demonstrou o papel fundamental do Ministério Público na proteção dos direitos e na promoção de um processo eleitoral verdadeiramente livre e democrático.

### 4 ASPECTOS SOCIAIS, LABORAIS E EMPRESARIAIS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEFESA DA DEMOCRACIA DURANTE O PROCESSO ELEITORAL BRASILEIRO DE 2022

Como visto nos tópicos anteriores, as eleições de 2022 no Brasil transcenderam o âmbito estritamente político, sendo influenciadas por uma intrincada rede de aspectos sociais, laborais e empresariais que moldaram significativamente o cenário democrático do país. Em um contexto marcado pela persistente Pandemia da Covid-19 e pela intensa Polarização política, as dinâmicas sociais, os ambientes laborais e o universo empresarial se entrelaçaram em uma complexa trama de desafios e reflexões.

A Pandemia da Covid-19, um evento que redefiniu a realidade global, deixou uma marca profunda nas eleições de 2022. Foi visto acima que as consequências dessa crise de saúde pública se manifestaram em várias dimensões, incluindo impactos sociais que se refletiram nas relações de trabalho e nas empresas. A adoção em larga escala do trabalho remoto transformou a natureza do emprego, redesenhando a relação entre empregados e empregadores. Os escritórios tradicionais deram lugar a lares convertidos em locais de trabalho, promovendo uma revolução na concepção de espaço laboral. As empresas, por sua vez, tiveram que se reinventar para se adaptar à nova realidade imposta pela pandemia. Modelos de negócios foram repensados, operações foram ajustadas e medidas de segurança foram implementadas para garantir a continuidade das atividades. As estratégias eleitorais também se moldaram a esse cenário transformador, com candidatos buscando abordagens inovadoras para interagir com os eleitores em um ambiente virtual em constante evolução.

A conjunção entre a Pandemia da Covid-19 e a Polarização política gerou um ambiente eleitoral marcado por tensões exacerbadas, como restou demonstrado anteriormente. A





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

disseminação de informações políticas através das redes sociais intensificou as divisões ideológicas e fomentou debates acirrados. Essa polarização também encontrou eco nas relações de trabalho e nas empresas, onde discussões políticas muitas vezes se infiltraram, desafiando a harmonia e a coesão entre colegas e empregadores.

Nesse contexto, as políticas públicas de defesa da democracia implementadas pelo Ministério Público Eleitoral e pelo Ministério Público do Trabalho desempenharam um papel crucial. O monitoramento rigoroso, descrito anteriormente, visou coibir práticas de assédio eleitoral, que poderiam se infiltrar nas relações laborais, com empregadores buscando influenciar o voto de seus funcionários. Como visto em tópico anterior, a atuação conjunta dessas instituições representou um esforço para preservar a integridade do processo eleitoral, garantindo a autonomia dos trabalhadores e a equidade nas relações de trabalho.

Afinal, como bem observou FELICIANO e CONFORTI (2023):

O direito de liberdade de trabalho e de voto pelo trabalhador ou a autodeterminação política da pessoa que trabalha e de qualquer cidadão, envolve outras liberdades e direitos fundamentais, como o direito de não discriminação por crença ou convicção filosófica ou política, a livre manifestação de pensamento, a liberdade de locomoção e a proteção da intimidade e da vida privada, previstos no art. 5º da Constituição.

372

Assim, a relação simbiótica entre as esferas sociais, laborais e empresariais durante as eleições de 2022 destacou claramente a complexidade inerente à promoção da democracia em tempos de mudanças extraordinárias. O entendimento abrangente desses vínculos oferece *insights* valiosos sobre como a política e o ambiente de trabalho podem se intersectar, e incentiva a busca por abordagens multidisciplinares para fortalecer o processo eleitoral e proteger os direitos dos trabalhadores em cenários em constante evolução.

### 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As eleições de 2022 no Brasil representaram um momento de convergência entre fatores sociais, laborais e empresariais, fortemente influenciados pela Pandemia da Covid-19 e pela





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

intensa Polarização política. O protagonismo do Ministério Público do Trabalho (MPT) no processo eleitoral trouxe à luz a relevância de proteger os direitos dos trabalhadores em um cenário de debates acalorados e desafios complexos.

O panorama contemporâneo das eleições transcendeu a esfera puramente política, entrelaçando-se com as transformações nas relações de trabalho e na dinâmica empresarial. A Pandemia da Covid-19 redefiniu a maneira como as pessoas executam suas atividades profissionais, com o trabalho remoto emergindo como uma nova realidade. Esse fenômeno, por sua vez, impregnou as campanhas eleitorais, desafiando a tradicional separação entre o âmbito político e o ambiente de trabalho.

A intensa Polarização política, agravada pela disseminação de informações falsas nas redes sociais, exacerbou as tensões em todos os setores da sociedade, inclusive no ambiente de trabalho. O papel do Ministério Público Eleitoral e do Ministério Público do Trabalho na coibição do assédio eleitoral ganhou destaque, refletindo um esforço conjunto para preservar a integridade do processo eleitoral e proteger os direitos dos trabalhadores.

A democratização do poder social proporcionada pelas redes sociais ressalta a importância de repensar a alocação de recursos fiscalizatórios e as prioridades da Justiça Eleitoral brasileira. Em um mundo onde as vozes populares podem moldar as decisões políticas de maneira mais direta, a necessidade de equilibrar a atuação do Ministério Público com as demandas da sociedade ganha um novo significado. A reflexão sobre quem define as motivações e a alocação dos recursos no contexto eleitoral se torna crucial para garantir a eficiência e a justiça na utilização dos recursos públicos.

As considerações finais deste trabalho apontam para a complexidade inerente ao processo de preservação da democracia em um cenário multifacetado. O engajamento ativo dos órgãos fiscalizatórios é inegavelmente essencial, tal como foi no processo eleitoral de 2022, mas requer uma abordagem estratégica que leve em conta não apenas as questões imediatas, mas também os impactos sociais, laborais e empresariais a longo prazo. O desafio reside em encontrar um equilíbrio delicado entre a real eficiência do gasto público, a salvaguarda da democracia e a





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

proteção dos direitos dos cidadãos, refletindo uma abordagem holística que abarque todas as dimensões da sociedade em constante transformação.

### REFERÊNCIAS

ALMEIDA NETO, Manoel Carlos de. **O poder normativo da justiça eleitoral**. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ANDRADE, Francisco Carlos Pereira de. **O ministério público eleitoral**. 2007. Monografia apresentada no curso de especialização em direito e processo eleitoral da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Fortaleza, 2007.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. “Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados”. In **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 4. Brasília, julho-dezembro de 2010, pp. 43-73.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988. p. 1 (anexo). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 13 abr. 2023. 374

COORDIGUALDADE – Coordenadoria Nacional de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho. **Recomendação 01/2022**. 2022. Disponível em: [https://mpt.mp.br/pgt/noticias/outrasprovidencias\\_11539-2022\\_gerado-em-26-08-2022-12h34min35s.pdf](https://mpt.mp.br/pgt/noticias/outrasprovidencias_11539-2022_gerado-em-26-08-2022-12h34min35s.pdf). Acesso em 22 ago. 2023.

FELICIANO, Guilherme Guimarães; CONFORTI, Luciana Paula. Sobre o assédio eleitoral no direito do trabalho: as novas veredas do velho coronelismo à brasileira. **Direito UNIFACS– Debate Virtual**, n. 274, 2023.

FERRAZ, Fábio. **A desconsideração da personalidade jurídica e os sócios não gestores da sociedade limitada**: atualizado de acordo com a Lei da Liberdade Econômica e Lei do Ambiente de Negócios. São Paulo: Editora Dialética, 2022.

FERRAZ, Fábio. **A sociedade limitada enquadrada como Startup e a responsabilidade de seus investidores**: uma breve análise sob a ótica da desconsideração da personalidade jurídica. São Paulo: Editora Dialética, 2022.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

MINAMI, Marcos Youji. **Do conceito de processo eleitoral brasileiro**. Dissertação de mestrado da Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2013.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). **Em nota pública conjunta, MP do Trabalho e MP Eleitoral asseguram rigor na apuração de casos de assédio eleitoral no trabalho**. 2022. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/mt/sala-de-imprensa/noticias-mp/em-nota-publica-conjunta-mp-do-trabalho-e-mp-eleitoral-asseguram-rigor-na-apuracao-de-casos-de-assedio-eleitoral-no-trabalho>. Acesso em: 07 ago. 2023.

FOLHA DE S. PAULO. **Datafolha: 4% dos eleitores dizem ter sofrido assédio eleitoral**. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/10/datafolha-4-dos-eleitores-dizem-ter-sofrido-assedio-eleitoral.shtml?origin=folha>. Acesso em 22 ago. 2023.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). **Estrutura da MPE**. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/pge/institucional/estrutura-do-mpe>. Acesso em: 07 ago. 2023.

REIS, Ruth; ZANETTI, Daniela; FRIZZERA, Luciano. A conveniência dos algoritmos: o papel do YouTube nas eleições brasileiras de 2018. *In Revista Compólitica*, 2020, vol. 10(1). p. 35-58.

SARLET, Ingo Wolfgang; SIQUEIRA, Andressa de Bittencourt. “Liberdade de expressão e seus limites numa democracia: o caso das assim chamadas ‘fake news’ nas redes sociais em período eleitoral no Brasil”. *In Revista Estudos Institucionais*, v. 6, n. 2, p. 534-578, maio/ago. 2020. p. 534-578. 375

SILVA, André Garcia Xerez. **A tolerância no processo eleitoral brasileiro**: contornos jurídicos e perspectivas. 2020. Tese (Doutorado em Direito do Estado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

SILVA, Fábio Hoffman Maciel; SANTOS, Everton Rodrigo. "A confiança dos brasileiros nas eleições". *In Revista de Ciências Humanas e Sociais*. v. 8, n. 3, set.-dez. 2022. p.106-130.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO (TRE-PE). **MP Eleitoral e MP do Trabalho se reúnem para traçar estratégias de combate ao assédio eleitoral**. 2022. Disponível em: <https://www.tre-pe.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/mp-eleitoral-e-mp-do-trabalho-se-reunem-para-tracar-estrategias-de-combate-ao-assedio-eleitoral>. Acesso em: 07 ago. 2023.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Processo eleitoral no Brasil**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/historia/processo-eleitoral-brasileiro/funcionamento-do-processo-eleitoral-no-brasil>. Acesso em: 07 ago. 2023.







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### ATELIÊ DE ESTUDOS SOBRE A DOCÊNCIA: ENTRE LINHAS E MICROPOLÍTICAS DE UMA VIDA

Josimara Wikboldt Schwantz<sup>146</sup>

Sandra Espinosa Almansa<sup>147</sup>

Roberta Benevit<sup>148</sup>

#### RESUMO

Apresentamos a dinâmica de um projeto de ensino desenvolvido com alunos de cursos de Graduação na Universidade Federal de Pelotas, no formato de grupo de estudos. Realizamos o trabalho sob uma ótica contemporânea da multiplicidade e da diferença (DELEUZE; GUATTARI, 1995), desenvolvemos alguns temas pertinentes à formação de professores, pautados em discussões teóricas e práticas com abordagens transdisciplinares. O Ateliê de estudos e pesquisa: docência, diferença e produção de subjetividades (ATEPDif) está sendo uma oportunidade para que os/as estudantes construam outra percepção sobre o que se entende por ser professor(a), mediante a compreensão da transformação dos processos de subjetivação (GUATTARI, 2006) na relação com o que se agencia para criar uma aula-pesquisa-ideia. Da mesma forma, há a disposição de um espaço e tempo de troca de saberes, onde possam aprender a organizar diferentes formas de estudo, sistematizar conceitos e ideias a partir da mediação do trabalho grupal.

376

**Palavras-chave:** Projeto de ensino. Docência. Filosofias da diferença.

#### ABSTRACT

We present the dynamics of a teaching project developed with undergraduate students at the Universidade Federal de Pelotas, in the format of a study group. We carry out the work from a contemporary perspective of multiplicity and difference (DELEUZE; GUATTARI, 1995), develop some themes relevant to teacher training, based on theoretical and practical discussions with transdisciplinary approaches. The Atelier of studies and research: teaching, difference, and production of subjectivities (ATEPDif) provides an opportunity for students to construct a different perception of what it means to be a teacher, by understanding the transformation of the processes of subjectivation (GUATTARI, 2006) in relation to what is used to create a teaching-research-idea lesson. Similarly, there is the disposition of a space and time of knowledge exchange, where they can learn to organize different forms of study, systematize concepts and ideas from the mediation of group work.

**Keywords:** Teaching project. Teaching. Philosophies of difference.

<sup>146</sup> Doutora em Educação. Universidade Federal de Pelotas. [josiwikboldt@hotmail.com](mailto:josiwikboldt@hotmail.com)

<sup>147</sup> Doutora em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). [sandraealmanasa@gmail.com](mailto:sandraealmanasa@gmail.com)

<sup>148</sup> Mestra em Educação e Tecnologia. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. [beta-benesantos@icloud.com](mailto:beta-benesantos@icloud.com)





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 1 INTRODUÇÃO

O projeto de ensino apresentado neste artigo iniciou em maio de 2022. Atualmente, atende discentes de Graduação de diferentes cursos (licenciaturas) e demais interessados da comunidade acadêmica, passando a articular-se com a pesquisa neste ano de 2023, intitulado-se “Ateliê de estudos e pesquisa: docência, diferença e produção de subjetividades” (ATEPDif). Há uma dedicação de estudo de três horas semanais, com reuniões frequentes onde discutimos textos e outras matérias experimentadas durante a semana. Ao final de cada semestre de trabalho, os estudantes e professoras encaminham uma produção escrita a partir do que foi possível relacionar e aprender durante o percurso do Ateliê.

Temos desenvolvido uma perspectiva de estudo contemporâneo abarcando diferentes áreas do conhecimento para pensar e problematizar a formação docente e os processos subjetivos a ela atrelados, que nos constituem enquanto indivíduos e profissionais. Buscamos evidenciar e rastrear os conceitos de linhas e micropolítica da filosofia deleuzo-guattariana, a fim de produzir visibilidade para o campo da Educação. Entendemos que as professoras e os professores exercem sua função, que é permeada de obstáculos e, neste exercício, passam por transformações em sua subjetividade, pois aquilo que somos e fazemos hoje é resultado das experiências às quais nos submetemos e somos submetidos, bem como reflete, de algum modo, nossas referências e condições socioambientais, históricas, políticas e econômicas vividas e presenciadas.

Essa condição subjetiva impacta na nossa formação, nas nossas atitudes perante a profissão e na disposição possível ou não para a criação, para a pesquisa referente à aula, à metodologia utilizada, à didática trabalhada ou, até mesmo, no processo de curadoria de uma matéria que servirá como mediadora do ensinar-aprender. Para Guattari (2006, p. 19), a subjetividade é processo e produção, definida provisoriamente como “[...] o conjunto das condições que torna possível que instâncias individuais e/ou coletivas estejam em posição de emergir como território existencial auto-referencial, em adjacência ou em relação de delimitação com uma alteridade ela mesma subjetiva”.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Tendo em vista que o plano micropolítico envolve “os processos de subjetivação em sua relação com o político, o social e o cultural, através dos quais se configuram os contornos da realidade em seu movimento contínuo de criação coletiva” (ROLNIK, 2006, p. 11), os estudos do Ateliê se articulam em torno da problemática: como e em quais condições de possibilidades nos constituímos professoras e professores? De que modos, e sob que circunstâncias, se faz (e fazemos nós) esse exercício de ser professoras e professores? Sobre que linhas vivemos à docência?

### 2 LINHAS DE UMA VIDA DOCENTE

Diante das inquietações a respeito das formas do fazer docente e das forças que o atravessam nesta contemporaneidade, iniciamos o Ateliê, em 2022, com a proposição de estudar o conceito de linhas (molar, molecular e de fuga) dos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari, a partir da leitura do Platô 8, intitulado *Três novelas ou “O que se passou?”* (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 69-89). Juntamente a este estudo, na medida que avançávamos na compreensão do conceito, fomos lendo as novelas literárias citadas pelos filósofos dentro deste platô. Tais novelas estão organizadas no livro *Quatro novelas e um conto: as ficções do Platô 8 de Mil Platôs, de Deleuze e Guattari* (TADEU, 2014), sendo elas: *A cortina carmesim* (Jules Barbey d’Aurevilly), *Na gaiola* (Henry James), *O colapso* (Scott Fitzgerald), *História do abismo e da luneta* (Pierrette Fleutiaux) e o conto *Um jeitinho* (Guy de Maupassant).

378

A partir do estudo dos conceitos filosóficos e das leituras literárias, pudemos estabelecer algumas relações com a problemática levantada anteriormente, a respeito das possibilidades de constituição da docência na contemporaneidade. Num primeiro movimento, compreendemos que somos constituídos por linhas sempre emaranhadas e imanentes umas às outras (DELUZE; GUATTARI, 2012; ROLNIK, 2006): linhas que nos significam, que nos segmentarizam individual e coletivamente, e, por vezes, nos arrebatam do nosso território, proporcionando novas possibilidades para se reterritorializar.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Nossa existência, os caminhos pelos quais a percorremos, as escolhas que fazemos em nossas vidas constituem um mapa que é composto por essas linhas de vida, linhas de natureza diversa, ora duras e flexíveis (linhas segmentares, molares e moleculares), ora não segmentares, abstratas (linhas de fuga). Elas não são feitas apenas de segmentos retos, mas de um atravessamento de acontecimentos, de velocidades e traçados distintos, de paradas e de lentidões. Assim, entender a vida como constância trata-se de um engano, pois ela é constituída por acontecimentos e encontros nesta composição entre linhas e intensidades.

Algumas vezes, os acontecimentos parecem contáveis e previstos, há uma molaridade que nos identifica e engessa, onde até mesmo os sentimentos são segmentarizados. Deleuze e Guattari (2012) a denominam de linha molar que, por vezes, é necessária. A vida, nesta configuração e condição de molaridade, é determinada por códigos sociais, culturais, históricos que passam a identificar e assujeitar os indivíduos dentro de uma matriz preestabelecida. As linhas de segmentariedade molar são aquelas que recortam a vida direcionando, determinando e instituindo a nós mesmos e às nossas práticas conforme segmentos bem determinados, são linhas que segmentarizam justamente por utilizarem uma forma para definir quem somos ou o que nos tornaremos. O Estado, a família, a escola são exemplos de instituições que operam por essa matriz, pois, nas relações estabelecidas entre os sujeitos que ocupam estes lugares e tempos, há um esforço em fazer internalizar regras de conduta e comportamentos.

379

Uma das características desta segmentariedade dura é a sua forma de operar por binaridades, de modo que,

[...] os segmentos dependem de máquinas binárias, bem diversas se quiserem. Máquinas binárias de classes sociais, de sexos, homem-mulher, de idades, criança-adulto, de raças, branco-negro, de setores, público-privado, de subjetivações, em nossa casa-fora de casa (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 104).

Essas máquinas trabalham de maneira diacrônica, produzindo dicotomias não dualistas, pois sempre haverá outro código para oferecer caso não venhamos a nos encaixar no código determinado pelo aparato social, ou seja, se você não é A, se você não se vê como B, então você só poderá ser C. Para os sujeitos que venham a se encaixar nestas condições impostas, as linhas





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

molares se tornam, até certo ponto, um território cômodo, de referências, certezas e perspectivas. Mas há algo nesta suposta certeza que nos arrebatada e, mesmo que por instantes, nos tira do lugar comum, um acontecimento poderá vir a provocar um abalo nestes territórios codificados, identificáveis e coloca em urgência a mudança de posicionamento perante a vida.

Dependente de máquinas-binárias, as linhas de segmentaridade dura, ou linhas molares, também implicam dispositivos de poder que visam organizar nossos espaços-tempos-territórios, dispositivos que trabalham nossos corpos, fixando códigos sobre as maneiras de agir e de ser nestes territórios. Há aí, e esta é outra característica da linha, todo um plano de organização que sobrecodifica, que concerne, ao mesmo tempo, às formas e seu desenvolvimento, aos sujeitos e sua formação, à harmonização da forma e à educação (DELEUZE; PARNET, 1998). Em outras palavras, a segmentaridade dura diz respeito à nossa maneira de perceber, aos nossos modos de agir e de sentir, aos nossos regimes de signos.

As linhas segmentarizadas, sejam elas duras ou flexíveis, nos tangenciam em determinada data e em determinado lugar (DELEUZE; PARNET, 1998). Nesta condição, Deleuze e Guattari (2012) discorrem sobre outra linha que está em permanente dinâmica com a molar: a linha molecular. Ambas segmentarizam, no entanto, os segmentos de uma e de outra são distintos. A linha molecular é mais maleável, fluida, ela caminha pelas bordas, no quase imperceptível. Ela é uma linha mais difícil de se encaixar nos códigos, envolve um plano onde se delineiam territórios existenciais, permitindo movimentos de desterritorialização e de reterritorialização. Opera nos sujeitos não mais por códigos, mas por fluxos de desterritorialização

380

[...] que já não pertencem nem a um nem a outro [aspecto binário], mas constituem o devir assimétrico de ambos, sexualidade molecular que já não é a de um homem ou de uma mulher, massas moleculares que já não têm o contorno de uma classe, raças moleculares como pequenas linhagens que já não respondem às grandes oposições molares (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 106).

Nas linhas de vida poderá ser traçada também a fuga, ao qual podemos descrever como aquelas circunstâncias em que nos sentimos arrebatados, desconfigurados, são linhas que se sobressaem por todas as outras, feitas de velocidades. Linha de fuga nada tem a ver com fugir do





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

social, com uma fuga do mundo, ao contrário, “o mundo foge de si mesmo por essa linha, ele se desmancha e vai traçando um devir [...] do campo social” (ROLNIK, 2006, p. 49-50). Os movimentos de fuga são, isso sim, constitutivos do campo social. A linha de fuga é, justamente, a explosão de uma linha molecular, aquilo que foge de qualquer forma de controle e codificações, rompendo fronteiras e desestabilizando-se, mas possibilitando sobre ela criar: “é sempre sobre uma linha de fuga que se cria” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 158).

Trapaceira e um tanto perigosa – todas as linhas têm os seus perigos, mas talvez o de fuga seja o pior – essa linha abstrata pode também nos colocar numa zona de abolição, de si e dos outros, pois ela é traçada por uma máquina de guerra (força intensiva e de resistência) e, por isso, pode acabar em linha de morte, ou, até mesmo, se arrastar para o campo da paranoia. Foi este o caso de Hitler, descrito pelos autores como exemplo de produção do fascismo, resultando no trágico acontecimento do Holocausto. Trata-se de um regime de produção desejante que operou por linhas de fuga suicidárias.

Até aqui, aprendemos que as três linhas são imanentes, inseparáveis, tomadas umas nas outras. Quando Deleuze e Guattari operam sobre o conceito de linhas não estão falando metaforicamente, mas tratam-no na sua condição literal, perceptiva, prática, política, teórica: “vemos, falamos e pensamos, nesta ou naquela escala e segundo determinada linha que pode ou não conjugar com a do outro, mesmo se o outro é ainda eu mesmo” (DELUZE; GUATTARI, 2012, p. 82). Analisar a conjunção destas linhas é acompanhar os processos de mudança e de transformação de uma vida, das narrativas que a constituem de maneira não linear, e, em algumas ocasiões, fragmentada. Assim, somos feitos de linhas,

381

[...] temos tantas linhas emaranhadas quanto a mão. Somos complicados de modo diferente da mão. O que chamamos por nomes diversos – esquizoanálise, micro-política, pragmática, diagramatismo, rizomática, cartografia – não tem outro objeto do que o estudo dessas linhas, em grupos ou indivíduos” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 102).

O estudo e a análise destas linhas, ainda no Platô 8, do livro *Mil Platôs* (DELEUZE; GUATTARI, 2012), também é concebido a partir da produção literária e o que ela dá a ver e expressa sobre uma vida. A linha molar se engaja sobre segmentaridades cada vez mais duras e





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

ressecadas, até sermos por ela colapsados. Por esse motivo, os autores se agenciam à novela literária intitulada *O colapso*, de F. Scott Fitzgerald (TADEU, 2014) para tratar sobre os processos de rupturas.

Realizamos, da mesma forma, a leitura literária da novela citada na tentativa de examinar mais de perto os processos de ruptura dados a ver no personagem literário e referido por Deleuze e Guattari, em sintonia com os conceitos operados no platô 8. Naquela circunstância de estudo, no exercício analítico, literário e filosófico realizado, pudemos identificar que há golpes que nos abalam, que operam por cortes de significação como, por exemplo: “a crise econômica, a perda da riqueza, [...] o surgimento do fascismo, do stalinismo, a perda do sucesso e de talento, [...] *Grandes impulsos súbitos que vêm ou parecem vir de fora* e que atuam por cortes demasiadamente significantes” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 77). E que há também, para além dos golpes que vêm de fora, os golpes que vêm de dentro: “que a gente só sente quando é tarde para fazer qualquer coisa a respeito, só quando se dá conta de que, definitivamente, sob algum aspecto, nunca mais seremos a mesma pessoa” (FITZGERALD, 2014, p. 19). Trata-se de uma fratura que se dá sem perceber, mas que, de certa forma, num estalo passamos a dar conta de que algo mudou.

Diante da descrição dos abalos que afetam a vida de um homem, Fitzgerald (2014) aponta alguns procedimentos, uma espécie de ética necessária para suportar os abalos de uma vida e manter-se vivo, quais sejam: pensar ou pensar-se, não ver a vida do outro como sendo a boa vida; fugir de padrões identitários e passar a se ocupar com a própria vida; ter seu estilo e ter outro a admirar; ter uma “consciência artística” um outro eu; não permitir que ditem sua vida, planejem sua felicidade; trabalhar a nossa consciência política cada vez mais cedo.

No último subcapítulo da novela, intitulado *Manipule com cuidado – Abril de 1936*, o literato destaca um ponto de partida para sair do enredo que a vida do personagem, nas tramas que se faziam e desfaziam, se configurava: “eu senti – logo eu existia” (FITZGERALD, 2014, p. 33). O personagem questiona sobre o paradeiro de sua individualidade, e interroga onde se situava o vazamento pelo qual o seu entusiasmo e a vitalidade escoavam. Foi viajar, para refletir





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

sobre isso. Não visava buscar sair, fugir de um mundo asfixiante para ascender, mas, sobretudo, buscava a

[...] calma absoluta para meditar sobre as razões pelas quais tinha desenvolvido uma atitude desoladora diante da desolação, uma atitude melancólica diante da melancolia, e uma atitude trágica diante da tragédia - *por que eu tinha me identificado com objetos de meu horror e de meu sofrimento?* [...] Não é uma distinção sutil, mas uma identificação como essa significa a morte da capacidade de realização. É uma coisa como essa que impede os loucos de trabalhar (FITZGERALD, 2014, p. 33).

Este movimento de estudo apresentado foi uma parte do trabalho realizado no Ateliê, e foi conjugado com as questões que vínhamos pensando sobre a formação docente: em que condições nos constituímos docentes? Tal conjugação nos remeteu ao adoecimento dos corpos, e como isso vem a nos paralisar. As condições precárias de trabalho nos incapacitam de seguir criando e, de certa maneira, não podemos aceitar passivamente esta condição. Nesse contexto, o grupo pensou e estabeleceu algumas relações no que interessa ao empreendimento de uma fuga radical: não se trata de fugir como em uma prisão, ou de voltar ao que se era antigamente. Trata-se, no entanto, de algo do qual não se volta, e “é irreversível porque faz com que o passado deixe de existir” (FITZGERALD, 2014, p. 34).

383

Não se trata de deixar de ser escritor, como no caso de Fitzgerald, ou de deixar de ser professora ou professor, como no nosso caso. É antes continuar sendo (escritor, professor), mas abandonar os esforços em parecer ser outra coisa que não está, de seguir algum modelo para ser ou parecer-se com alguém. Deixar de estar disposto a se doar o tempo inteiro, isso adocece, paralisa, é uma linha de morte. É preciso saber dizer não, é preciso parar de querer sempre ser visto, de desejar dominar o outro, “o desejo de ser uma fibra mais nobre, [...] apenas serve para aumentar essa infelicidade no fim” (FITZGERALD, 2014, p. 38).

Compreendemos com o estudo do Platô 8, juntamente com o conto e as novelas literárias lidas, que a vida é feita de linhas, que nós vivemos sobre essas linhas e elas perpassam em nós, nos segmentarizam, nos constituem, mas também, passam por processos, acontecimentos que geram e modificam constantemente a vida. É através dos cortes (molar, de segmentaridade dura), que a fenda (molecular, maleável) se destaca e pode tornar-se uma ruptura (fuga, flexível),







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

produzida por uma linha abstrata, não segmentar. Há aí, mais uma vez, a condição perceptiva das linhas como inseparáveis, uma funcionando em razão da outra, na coexistência dos processos que constituem uma e outra.

Parece que Deleuze e Guattari nos dão a enxergar, a partir da literatura, o procedimento de uma ética de vida, com que possamos sobreviver aos abalos, aos colapsos inevitáveis e implacáveis em nossas vidas e especialmente em uma vida docente, todos os quais nos transformam, e cuja transformação possa ser transcendida para outra maneira de seguir vivendo: ética, estética e politicamente. Quase como um manifesto, os autores nos convocam para que possamos levar à consciência essas escolhas que aumentam a nossa potência de agir, de resistir a tudo o que nos inibe, nos sufoca, nos tira o sono – o regime capitalista, a precariedade das relações humanas/animais, as tecnologias, as redes sociais, o querer ser visto a qualquer custo, os microfascismos que imperam comandos em nossos modos de agir, etc. As formas de subjetividade aí engendradas implicam decisivamente na nossa condição subjetiva e de saúde, afastando o foco do que realmente importa.

Diante dessa realidade, e do estudo das linhas, buscamos identificar quais são as forças que, hoje, atravessam nossos corpos (ROLNIK, 2006) e, com isso, problematizar os modos pelos quais a subjetividade docente, especialmente, é por elas referenciada, capturada, aprisionada, drenada por distintos interesses e discursos. E com isso, questionamos: o que realmente importa para a nossa sobrevivência? O que realmente importa para aguentarmos os colapsos?

A analítica filosófica das linhas realizada a partir da literatura como experiência de uma forma artística, nos possibilitou compreender que ela também tem uma função interessante que consiste em permitir entender e respeitar a invenção de novas possibilidades de existir (LOPES, 2017), dando a ver e a sentir, pela conjugação de diferentes formas de conteúdo e de expressão, a passagem de vida que atravessa o vivido e o vivível. Com isso, qualificamos a compreensão de que não há linha reta, como tampouco há uma única forma de ser, nem na vida (docente) e nem na linguagem (DELEUZE, 1997).





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 3 MICROPOLÍTICA E SEGMENTARIDADE

No corrente ano de 2023, avançamos no estudo deleuzo-guattariano sobre as linhas, porém conjugando-o com o conceito de micropolítica e segmentaridade, desenvolvido no Platô 9 do terceiro volume de *Mil Platôs* (DELEUZE; GUATTARI, 2012). Mais uma vez, aliamos ao estudo filosófico a fruição literária, agora com a leitura do romance *On the road*, de Jack Kerouac. Somou-se ainda, na trajetória de estudos, a análise do filme *Tudo em todo lugar ao mesmo tempo* (2022), dos diretores Daniel Kwan e Daniel Scheinert. Até aqui, avançamos na compreensão de que os conceitos não são auto evidentes, e que há de se entender o campo problemático que os produz. Para os filósofos, o objetivo era pensar a diferença por ela mesma, de modo que não fosse integrada pela lógica da contradição dialética.

Nesse segundo movimento, percorremos o conceito de segmentaridade a partir da apresentação sobre a percepção do movimento das linhas e do conceito de micropolítica. Retomamos, com os filósofos, aspectos relativos à diferenciação das três linhas (molar, molecular e de fuga), ao mesmo tempo que se voltou a afirmar sua inseparabilidade e coexistência. Tentamos direcionar os estudos na dimensão do vivido, e relativamente à composição de formas possíveis de viver e de exercer contemporaneamente à docência, sobretudo diante da ameaça crescente do fascismo. No platô 9 conseguimos avançar na compreensão do campo problemático produzido pelos autores, principalmente sobre o fascismo, entendido por eles como um “microburaco negro, que vale por si mesmo e comunica com os outros, antes de ressoar num grande buraco negro central e generalizado” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 100).

Tomado por nossas paixões (ódio, rancor, ressentimento) podemos produzir uma consciência de impotência, o que conseqüentemente, pode vir a ressoar e aproximar-se de outros buracos negros, multiplicando e gerando um corpo destrutivo e auto-destrutivo. Na ressonância produzida entre corpos ressentidos, no acoplamento com buracos de outras subjetividades (machistas, preconceituosas, etc), tais subjetividades passam a se “acharem, se encontrarem” e, assim, a reivindicar um território. Segundo Deleuze e Parnet (1998), há aí a produção de um





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

rosto, de uma identidade, de um grupo, um desejo que é de uma massa, passando a gerar um líder que potencializa o desejo dessa massa que é constituída por uma caixa de ressonância. Um dos exemplos mencionados pelos autores é sobre Hitler e a produção do nazismo. O buraco negro do ressentimento atrai, absorve tudo para dentro de si, ao perceber este buraco como nosso ego, adentramos, assim, no mais profundo das nossas paixões. É por ele que nos tornamos cegos, pela própria subjetividade, estabelecendo uma política destrutiva, ocasionando a perda da nossa capacidade perceptiva, crítica e da condição de enxergar o outro como sendo legitimamente outro.

Além disso, é importante destacar que Deleuze e Guattari não veem as linhas como algo bom ou mau em si mesmas, mas como atravessamentos que podem levar a diferentes direções e resultados. Isso implica uma abordagem mais complexa e relacional da realidade, que leva em consideração múltiplas perspectivas e possibilidades. Os micro-fascismos têm suas especificidades, eles podem cristalizar num macro-fascismo mas, também, flutuar por si mesmos sobre uma linha flexível, banhando cada minúscula célula (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 85). E, talvez, seja esse o perigo que nos incorre na construção da subjetividade enquanto docentes. Como construir essas linhas de fuga que não vazem ou ecoem em sobrecodificações molares? É possível fugir destas sobrecodificações e alcançar uma independência definitiva?

386

Jack Kerouac (2007) e seus personagens emblemáticos Dean Moriarty e Sal Paradise provam, na medida do possível, em *On the Road*, que a viagem, enquanto fuga da molaridade da vida, por si só não faz tanto sentido quanto o que ela produz em termos existenciais. Fugir aos códigos passa a ser o programa dos personagens, que atravessam os Estados Unidos da América pela rota 66, percorrendo muitos quilômetros de estrada e vivendo experiências diversas, tanto nas formas de existir (*hippie*), quanto nas maneiras de sobreviver num país com uma organização social predominantemente capitalista. A literatura de Kerouac, nos dá a enxergar, naqueles personagens, as variações das linhas de uma vida que segue seus fluxos, mas que passam a correr riscos, principalmente, por ocuparem-se em linhas de fuga, abertura total para as intensidades “é assim que eu quero ser [...] ele nunca se atrapalha, é capaz de entrar em qualquer uma, põe tudo





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

para fora, saca qual é a vida, não tem nada a fazer senão seguir o ritmo” (KEROUAC, 2007, p. 162-163).

Durante a discussão no Ateliê, junto aos estudantes, questionamos se é possível construir uma micropolítica das afecções, do diálogo e da invenção nestas condições de intensidade. Relacionamos o entendimento do estudo às linhas moleculares, flexíveis e dos desejos que, também, podem cair em buracos negros e produzir micro-fascismos, de agenciamento fascista do desejo. Trouxemos, juntamente a essas compreensões, um fragmento para assistirmos do filme *Tudo em todo lugar ao mesmo tempo* (KWAN; SCHEINERT, 2022). Trata-se da passagem em que Evelyn, a personagem central, apresenta o desejo de ocupar outros espaços, de ter vivido outras vidas, sempre culpabilizando outros por caminhos não traçados, sentimento que constrói uma relação complicada com a filha Joy. Numa realidade paralela, a filha se torna a vilã Jobu Tupaki, cria um buraco negro - representado por um *donut* - que suga toda a matéria e pode acabar com o mundo. A mãe procura resgatar uma identidade, a essência do ser, a partir das expectativas que ela mesma construiu entorno da filha, mas que, com isso, só conseguiu produzir ressentimentos em ambas. O buraco negro dos ressentimentos suga suas possibilidades de vir a ser outra e se enxergarem como constituintes de um processo que é inevitável: a história, o tempo, os sócios que modificam e oferecem múltiplas possibilidades de ser uma pessoa. Do mesmo modo, o ressentimento leva a destruir não somente a si mesmo, mas ao outro, no caso da personagem, a sua filha. Assim, compreendemos, juntamente com a analítica literária, que

387

é na relação com o outro, no ser-em-comum, que se afirma o não comum da singularidade, aquilo que não depende de nenhum modelo, critério ou valor, mas é a única garantia de não sucumbirmos diante do “império da necessidade”, isto é, da redução da vida à esfera do econômico e do social (LOPES, 2017, p. 8).

Nesta conjuntura que se apresenta, entendemos importante analisar a presença de desejos fascistas nas linhas de fuga da sociedade, nos modos como nos relacionamos e consideramos o outro enquanto sujeito da ação educativa, identificando os padrões que podem levar a comportamentos opressivos e antidemocráticos no nosso exercício docente e nas relações que se estabelecem nos espaços escolares. Isso é especialmente importante nos dias de hoje, em que os





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

movimentos fascistas têm ressurgido em várias partes do mundo e representam uma ameaça. A oportunidade de compreender a segmentaridade em suas variações (molar e molecular) mas, igualmente, em sua condição de inseparabilidade, como pertencente aos estratos com que o homem se compõe, tem-nos permitido interrogar, filosoficamente, os modos pelos quais a segmentarização pode operar na constituição do ser professor(a) e na composição dos gestos básicos do exercício docente. Quais são nossas pequenas invenções diárias no percurso de nossas linhas, a partir dos nossos gestos docentes?

Temos conseguido perceber que a organização individual e social dos indivíduos conforme linhas diversas e segmentadas – em grandes oposições duais (classes sociais, homens/mulheres, adultos/crianças); de forma circular, em ocupações particulares e coletivas cada vez mais vastas (minhas, de meu bairro/cidade/país/mundo); e retilineamente progressivas (família/escola/exército/profissão) – se amplia ao passo que observamos seus cruzamentos, transformações e desvios nas tramas micropolítica e macropolítica da existência. Assim, somos conduzidos à compreensão crucial, e hoje, urgente, de que “[...] tudo é político, mas toda a política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 99).

388

### 4 CONCLUSÕES

Problematizar a docência pelo viés da multiplicidade nos leva a compreender, até aqui, a complexidade constitutiva de ambas as escalas, de maneira que se possa apostar em experimentações micropolíticas contrapostas ao risco de focos moleculares de ressonância totalitária (como novas formações fascistas, por exemplo), criando “aberturas no funcionamento dos coletivos [de forma a] levar as relações de amizade para além de fixações identitárias” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 138). Trata-se de produzir novas diferenciações num campo molar, ou numa dada estrutura, e de afirmar modos de existência singulares, formas de ser e de vida docentes resistentes aos micro-fascismos cotidianos que “martelam” em todos nós, em nossos corpos e nossas condutas, em nossos discursos e atos, em nossos prazeres, em nossos





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

corações (FOUCAULT, 1993). É nesse plano de discussões e de inquietações que temos buscado pensar, no espaço-tempo de estudos, de conversas e de escritas do Ateliê, a materialidade do gesto docente em meio aos processos específicos e complexos da contemporaneidade.

Concluimos, destacando a importância da proposição, da problematização e do compartilhamento de espaços de estudo oferecidos à comunidade acadêmica para o aprimoramento e o desenvolvimento do trabalho científico na formação das(os) estudantes. Nestes espaços temos a oportunidade de qualificar os lugares de fala, escuta e pensamento; de propor criativamente exercícios de escrita e de leitura; de experimentar a troca de saberes e de construir novas relações – todos os quais, entendemos, se configuram como elementos importantes para a formação do jovem pesquisador(a), para aprender a estabelecer relações entre diferentes matérias do conhecimento, e conseguir dizer/criar algo a partir do que se estuda e se compreende num contexto mais global sobre a problemática.

A continuidade dos estudos empreendidos aponta para a importância de analisar a presença de desejos fascistas, principalmente, em segmentos moleculares da sociedade, identificando os padrões que podem levar à exteriorização de comportamentos opressivos, destrutivos e antidemocráticos. Isso é especialmente importante nos dias de hoje, em que os movimentos fascistas têm ressurgido em várias partes do mundo e representam uma ameaça à constituição de subjetividades.

389

### REFERÊNCIAS

DELEUZE, Gilles. **Crítica e clínica**. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1997.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol. 1. Trad. Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 1995.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol. 3. Trad. Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 2012.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.

FITZGERALD, SCOTT, Francis. O colapso. In: TADEU, Tomaz. (Org. e Trad.). **Quatro novelas e um conto**: as ficções do Platô 8 de Mil Platôs, de Deleuze e Guattari. São Paulo: Autêntica, 2014. p. 19-38.

FOUCAULT, Michel. O anti-Édipo: uma introdução à vida não fascista. In: PELBART, Peter Pál; ROLNIK, Suely. (Orgs.) **Cadernos de subjetividade**, v. 1, n. 1. São Paulo: Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade, Programa de Estudos de Pós-Graduados da PUC/SP, 1993, p. 197-200.

GUATTARI, Félix. **Caosmose**: Um novo paradigma estético. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Editora 34, 2006.

KEROUAC, Jack. **On the road** (Pé na estrada). Tradução, introdução e posfácio de Eduardo Bueno. Porto Alegre, L&PM, 2007.

LOPES, Silvina Rodrigues. A literatura como experiência. In: LOPES, Silvina Rodrigues. **Literatura, defesa do atrito**. Lisboa: Língua morta, 2017. p. 7-46.

TUDO em todo lugar ao mesmo tempo. Direção: Daniel Kwan e Daniel Scheinert. Produção Kwan e Scheinert com Anthony, Joe Russo e Jonathan Wang. Estados Unidos: IAC Films e Gozie AGBO, 2022. (139 min.).

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina; Editoras da UFRGS, 2006.

TADEU, Tomaz (Organizador e Tradutor). **Quatro novelas e um conto**: as ficções do Platô 8 de Mil Platôs, de Deleuze e Guattari. São Paulo: Autêntica, 2014.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### O FOMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA ATRAVÉS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE SOBRE A FEIRA PRODUTIVA DE FEIRA DE SANTANA/BAHIA

Lucidalva dos Santos Bastos<sup>149</sup>

Laise da Cruz Macena<sup>150</sup>

Emmanuel Oguri Freitas<sup>151</sup>

#### RESUMO

No contexto das dinâmicas sociais, os métodos de trabalho informal englobam a pauta central nos debates que envolvem a economia popular e solidária. Com isso o governo se preocupou em intervir da melhor maneira possível junto a essa pauta. Dentre as inferências realizadas pelo estado, as parcerias entre as instâncias estatais atuam como um dos grandes agentes de fomento desse modelo econômico. Com isso, temos uma gama de políticas públicas que irão fomentar a economia popular. No Portal do Sertão a cidade de Feira de Santana, na Bahia, obteve em convênio com o governo federal um programa intitulado de Feira Produtiva, onde os trabalhadores da agricultura familiar com esse auxílio ampliaram suas possibilidades produtivas e como consequência uma melhora de vida, através das inúmeras ferramentas possibilitada pelos programas. A ampliação da economia popular local através das políticas públicas caminha juntamente com o desenvolvimento da comunidade na qual está inserida.

391

**Palavras-chave:** Economia popular. Política Pública. Programa.

#### 1 INTRODUÇÃO

Diante de um contexto marcado por transformações no cenário econômico, político e social, tendo por consequência o incremento da demanda por formas alternativas de trabalho, surge a necessidade de se criar estruturas de apoio para tais expressões laborais. Assim, alterações nas dinâmicas de trabalho ocorreram no campo e na cidade, bem como nas áreas de transição rural-

<sup>149</sup> Mestranda em Políticas Públicas, Planejamento Territorial e Participação Social pela Universidade Estadual de Feira de Santana/Bahia, email: lucidalvalucy15@gmail.com.

<sup>150</sup> Mestranda em Políticas Públicas, Planejamento Territorial e Participação Social pela Universidade Estadual de Feira de Santana/Bahia, email: laisecruz.fsa@gmail.com.

<sup>151</sup> Doutor em Sociologia e Direito pelo PPGSD-UFF, Professor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial - PLANTERR-UEFS, email: emmanuel.of@uefs.br.







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

urbana. Neste cenário, a participação do estado enquanto fomentador de políticas públicas trouxe um novo rumo para diversos trabalhadores, dentre eles os que residem nessa zona de transição.

As políticas públicas surgem de todas as esferas de governo, se apresentando sob a forma de programas federais, bem como através de fomentos locais. Analisando as políticas regionais, é perceptível como esta visa suprir demandas oriundas das necessidades daquele determinado território e do público de interesse. Dentre as políticas de apoio à agricultura familiar, há aquelas que agregam fomentos de diversas entidades, pois enxergam possibilidades de melhoria no bem-estar social daquela localidade através do trabalho em conjunto, intitulado de economia popular e solidária. Sendo assim, o incentivo governamental se torna um potencializador de oportunidades para esse público-alvo da política pública a ser aplicada.

Tais políticas desempenham um papel crucial na definição do direcionamento socioeconômico. Elas refletem a visão coletiva de progresso e bem-estar, delineando estratégias para atingir objetivos que vão desde o crescimento econômico até a redução das desigualdades. Nesse contexto, a economia solidária se apresenta como uma abordagem inovadora, cuja ênfase na cooperação, autogestão e distribuição equitativa de recursos ressoa com os ideais de justiça social e empoderamento cidadão frequentemente perseguidos pelas políticas públicas.

392

Nagem e Silva (2013), destacam que a economia solidária pode ser definida como o conjunto de atividades que contribuem para a democratização econômica a partir do engajamento dos indivíduos em formas coletivas de organização do trabalho.

Singer e Souza (2000) explicam que este modelo de economia surgiu assim, como uma alternativa ao capitalismo, sendo constantemente recriada e reinventada por aqueles que se encontram em situação de marginalização no mercado de trabalho, ou que temem ficar nessa situação. A economia solidária, portanto, combina o princípio da coletividade na posse e no uso dos meios de produção e distribuição, com o princípio da socialização desses mesmos meios.

Assim, o fomento da economia solidária através das políticas públicas traduz-se em um compromisso com a construção de redes de colaboração e apoio mútuo, capazes de fortalecer comunidades marginalizadas e grupos historicamente excluídos. Ao investir em empreendimen-





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

tos solidários, programas de capacitação e acesso a crédito orientados por princípios solidários, têm-se a oportunidade de catalisar processos de transformação social e economia de base.

A economia solidária emerge como um paradigma inovador e transformador no cenário socioeconômico contemporâneo, desafiando as abordagens tradicionais de desenvolvimento e destacando-se como uma alternativa viável para promover a inclusão social, a equidade e a sustentabilidade. No cerne desse modelo de economia encontra-se a cooperação, a solidariedade e a valorização do ser humano de maneira isolada ou em coletividade, fundamentos que se alinham intrinsecamente aos princípios das políticas públicas. Neste contexto, o presente artigo busca identificar o papel do fomento da economia solidária através das políticas públicas, a partir de uma análise sobre a Feira Produtiva em Feira de Santana, no estado da Bahia.

Para tanto, metodologicamente, esta pesquisa, sustenta-se em referências teóricas da área e em documentos legais sobre a definição e caracterização da economia solidária, bem como de políticas públicas específicas, debatidas em disciplinas articuladas no programa de pós-graduação em Planejamento Territorial da Universidade Estadual de Feira de Santana (PLAN-TERR-UEFS).

393

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 A EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A expressão “Políticas Públicas”, transcende diretamente a ação do Estado. No entanto de acordo com Silva (2018), tal perspectiva pode ser ampliada considerando a ideia de políticas públicas não apenas como conjunto de procedimentos que organizam e regulam a ação do Estado, mas ainda como a expressão das concepções e dos valores dos grupos que estão governando, articulados com as diversas formas como se relacionam com a sociedade civil organizada.

Ainda segundo Silva (2018), as políticas públicas são um conjunto de procedimentos políticos e ideológicos, que norteiam a ação dos governos e agem em nome do Estado a partir de demandas específicas de determinados grupos sociais. Para Boneti (2007):





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

A partir de uma nova dimensão social das últimas décadas e sua repercussão direta na organização social e política da sociedade, é possível compreender como políticas públicas, as ações que nascem do contexto social, mas que passam pela esfera estatal como uma decisão de intervenção pública numa realidade social, quer seja para fazer investimentos ou para uma mera regulação administrativa (Boneti, 2007, p. 74).

Nesse contexto, a evolução das políticas públicas para a Economia Solidária tem sido um processo gradual e variado em diferentes países ao redor do mundo. As políticas públicas nesse campo, em sua grande maioria buscam promover e apoiar o ideário da coletividade, as cooperativas, associações e outras formas de organizações que enfatizam a solidariedade, a participação e a justiça social.

No Brasil, a economia solidária emergiu na década de 1980 e ganhou força na segunda metade dos anos 1990, como resultado da resistência dos movimentos sociais diante da crise do desemprego provocada pelas transformações no mundo do trabalho naquela época (Araújo, 2017).

Observa-se, que as políticas federais voltadas para a economia solidária têm gradualmente tomado forma através de um processo contínuo de construção participativa e institucionalização. Entretanto, apesar de serem discutidas no âmbito público como uma estratégia de desenvolvimento (nas conferências, até mesmo esboçando elementos de uma nova sociedade "emancipada" por meio de uma crítica ao sistema capitalista), na prática, tais políticas acabam se restringindo a uma série de ações segmentadas, predominantemente concentradas no apoio a unidades de produção autogerenciadas (Bertucci, 2010).

A partir de 2003, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), o termo Economia Solidária vem se consolidando no imaginário público como imagem ideal das diferentes atividades desenvolvidas neste campo. Assim, para Laville e Gaiger (2009), a economia solidária é um conceito com acepções variadas que giram ao redor da ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado.

Singer e Souza (2000) destacam que a economia solidária surgiu como uma alternativa ao capitalismo, sendo constantemente criada e reinventada por aqueles que se encontram em situa-





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

ção de marginalização no mercado de trabalho, ou que temem ficar nessa situação. Dessa forma, a economia solidária busca então combinar, o princípio da coletividade na posse e no uso dos meios de produção e distribuição, com o princípio da socialização desses mesmos meio

Mesmo que de maneira legítima, a luta pelo direito ao trabalho associado no campo prático da Economia Solidária talvez esteja mais ligada a uma estratégia de inclusão e geração de renda para uma camada da população fragilizada frente ao mercado que a um projeto de mudança social. Logo, procura-se discutir o sentido prático no qual a concepção de política pública de Economia Solidária vem se conformando. Para isto, é válido citar o documento final da I Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES, realizada em 2006) e o documento-base preparatório para a segunda conferência (a ser realizada em junho de 2010), que buscavam fundamentos da Economia Solidária e seu papel para a construção de um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo (Bertucci, 2010).

Portanto, à medida que a economia solidária ganha maior reconhecimento e compreensão, as políticas públicas continuam trilhar novos caminhos, desde o reconhecimento legal até o fomento de redes colaborativas e a incorporação em estratégias de desenvolvimento sustentável, buscando um compromisso crescente em promover valores de cooperação, participação e justiça social. A trajetória das políticas públicas para a economia solidária reflete não apenas um esforço para apoiar empreendimento autogerenciados, mas ainda uma busca por um modelo econômico mais inclusivo e equitativo, que possa contribuir para a construção de uma sociedade mais resiliente e solidária.

395

### 2.2 A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A temática da participação social desempenha um papel crucial no desenvolvimento e na implementação de políticas públicas. Ela representa a essência da governança participativa, permitindo que os cidadãos se envolvam ativamente no processo de tomada de decisões que afetam direta e/ou indiretamente suas vidas e as comunidades.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

No Brasil, por exemplo, a participação é um elemento central nos processos de reforma democrática do Estado desde o texto constitucional de 1988. Este estimula a participação popular na tomada de decisões sobre políticas públicas, como no caso do princípio de cooperação com associações e movimentos sociais no planejamento municipal (Milani, 2008).

Gohn (2019), ressalta que a participação é também uma das palavras mais utilizadas no vocabulário político, científico e popular da modernidade. A depender da época e da conjuntura histórica, o termo participação aparece associado a outros termos como democracia, representação, direitos, organização, conscientização, cidadania, solidariedade, e exclusão, por exemplo.

Na sociologia, o tema “participação” é encontrado como noção, categoria ou conceito desde os primórdios de seu desenvolvimento. Isso porque se trata de uma formulação clássica na teoria da ação social, tanto na versão weberiana, como na parsoniana. Observa-se ainda, que a participação objetiva fortalecer a sociedade civil para a construção de caminhos que apontem para uma nova realidade social, sem injustiças, exclusões, desigualdades e discriminações (Gohn, 2019).

Um dos aspectos mais notáveis da participação social é a maneira como ela aprimora a legitimidade das políticas públicas. Além disso, a participação social enriquece o processo de tomada de decisões ao trazer uma diversidade de perspectivas, além do fato de desempenhar um papel essencial no monitoramento e na avaliação das políticas públicas. Cidadãos envolvidos no processo participativo de decisões podem acompanhar de perto a implementação das políticas, identificando problemas e lacunas.

Além dos benefícios práticos, a participação social também tem um impacto profundo na coesão social e no empoderamento dos cidadãos. Quando se tem a oportunidade de influenciar as decisões, os indivíduos sentem-se valorizados e parte ativa da construção de seu próprio futuro. Isso gera um senso de pertencimento à comunidade e incentiva os cidadãos a se envolverem mais ativamente em outros aspectos da vida cívica.

As “vozes” dos cidadãos podem fornecer *insights* valiosos sobre desafios emergentes e oportunidades promissoras. Essa capacidade de se ajustar de forma ágil e responsiva é essencial para garantir que as políticas públicas permaneçam relevantes e eficazes ao longo do tempo. Mi-





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

lani (2008), reforça que a participação é parte integrante da realidade social na qual as relações sociais ainda não estão cristalizadas em estruturas. Sua ação é relacional; ela é construção na transformação social. As práticas participativas e suas bases sociais evoluem, variando de acordo com os contextos sociais, históricos e geográficos.

Observa-se, portanto, que a participação social permite que as políticas públicas se adaptem mais rapidamente às transformações sociais, econômicas e tecnológicas. Essa capacidade de se ajustar de forma ágil e responsiva é essencial para garantir que as políticas públicas permaneçam relevantes e eficazes ao longo do tempo.

### 2.3 A POLÍTICA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – SENAES/TEM

Uma das grandes áreas trabalhadas enquanto gestão estatal é a economia. Aonde boa parte das atividades atuam de maneira a impulsionar o trabalho e o pleno emprego. Conforme a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 170, temos a figura da livre iniciativa que constitui base para uma existência digna, fomentando com isso a valorização do trabalho.

397

Dada as características existentes no sistema de produção capitalista brasileiro, e as dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores, o estado sensível a esse cenário, no ano de 2013 foi lançado pelo Ministério do Trabalho e Emprego através da Secretaria Nacional de Economia Solidária a Política Nacional de Economia Solidária onde se trataria de apoio à implantação de ações integradas de economia solidária como estratégia de promoção do desenvolvimento territorial sustentável visando a superação de extrema pobreza. Em sua introdução o documento traz uma abordagem interessante sobre a economia solidária.

A Economia Solidária expressa um novo modo de organização da produção, comercialização, finanças e consumo que privilegia a autogestão e a cooperação em empreendimentos coletivos, redes e cadeias solidárias articuladas no âmbito de segmentos econômicos. Ao considerar o ser humano na sua integralidade, como sujeito e finalidade da atividade econômica, a economia solidária desenvolve as capacidades dos trabalhadores e trabalhadoras, valoriza o associativismo, o trabalho das mulheres e de outros setores excluídos da sociedade, expressando um novo modelo de desenvolvimento sustentável e solidário (MTE, p.1).





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Essa política pública possui uma estrutura complexa, com pilares fundamentais para o pleno fomento da economia popular, dentre o combate a pobreza, desenvolvimento local e abordagem territorial. Aspectos esses que constroem a perspectiva trazida pela economia solidária, onde a atuação desse molde econômico envolve demais camadas da sociedade. No Portal do Sertão, em Feira de Santana/Bahia. Tal política pública foi utilizada na forma de convênio entre o governo federal e o município.

### 2.4 O PROGRAMA FEIRA PRODUTIVA

O fomento desse modelo econômico em algumas regiões conta com o suporte estatal, oriundo de qualquer uma das esferas da administração pública. Entre as diversas possibilidades de políticas públicas, em um recorte regional, temos a Feira Produtiva que ocorre no município de Feira de Santana/Bahia. Nessa iniciativa, os trabalhadores da agricultura familiar, dos bairros na zona de transição rural-urbano e distritos circunvizinhos recebem apoio do município para comercializar os seus produtos em espaços públicos ou em outros locais como o shopping center da cidade. Esse projeto é realizado em uma dinâmica de parceria efetuada entre a Secretaria de Desenvolvimento Social e a Secretaria de Agricultura do município.

Compreendemos que esse caso é uma demonstração de como uma política pública regional pode produzir resultados efetivos no desenvolvimento da economia popular e solidária. Entre a equipe técnica de suporte, há variados profissionais para colaborar com os produtores, apresentando desde assistentes técnicos a assistentes de incubação, com o acompanhamento de todo o processo, desde o plantio à comercialização, conforme o edital de seleção para o programa divulgado em 2013. O local onde se localiza a sede em que são realizadas as atividades e onde é feita a comercialização também facilita o acesso ao público-alvo, pois fica localizado próximo ao Centro de Abastecimento da cidade, em que muitos desses produtores acabam comercializando os seus produtos.

A Feira Produtiva é implementada através de um convênio entre a prefeitura da cidade de Feira de Santana e o Ministério do Trabalho e Emprego no ano de 2012, MTE/ SENAES nº





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

771198/2012. Naquele momento, existia, a hoje extinta, Secretaria Nacional da Economia Solidária, órgão que tinha como objetivo realizar o fomento de iniciativas da economia popular e solidária, como alternativa de trabalho, possibilitando parcerias com os governos locais.

Em sua raiz, a economia solidária possui como base a autogestão. Os próprios trabalhadores são orientados a realizar seus processos produtivos e de comercialização, possibilitando e fomentando uma postura ativa, solidária e criativa entre eles. Mauger demonstra, com isso, a característica basilar do fomento com o apoio público que é fornecer profissionais que orientem esses produtores, por meio educativo, a como produzir e comercializar.

Os objetivos explícitos da integração ao mundo laboral no âmbito dos contratos assistidos e/ou empresas alternativas (economia solidária) são a formação (dentro de uma concepção educativa tradicional) e a adaptação ao mundo do trabalho (evoca-se ainda ‘o caráter essencial da imersão da empresa’) (MAUGER,2011, p.12-13).

No âmbito da administração pública, cabe aos gestores compreenderem que os moldes da economia solidária, em seu formato atual, são recentes, oriundos de um processo de reinvenção dos sistemas de produção e comercialização coletiva, assim como as cooperativas. Portanto, compreender a dinâmica econômica e fomentar, dentro do escopo da política pública, possibilidades para auxiliar esses trabalhadores, que possuem o conhecimento prático, mas não sabem como potencializar sua comercialização, assume um caráter estratégico no desenvolvimento local.

399

### 3 RESULTADOS ALCANÇADOS

Durante a realização da pesquisa foram analisados os escritos sobre economia popular e solidária para compreender como a política pública poderia fomentá-la. Após a finalização de tal procedimento bibliográfico, foi realizado o contraste com os elementos do convênio e foi constatado que a iniciativa federal foi capaz de apontar caminhos para um projeto municipal, que, dentro da sua estrutura, articulou duas grandes secretarias que deram conta dos aspectos centrais da política. O caráter socialmente vulnerável do público atendido e os aspectos da agricultura fami-







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

liar abordados efetivaram os objetivos centrais da política e possibilitaram um ganho em relação ao trabalho dos envolvidos.

No tocante ao escopo documental, houve uma grande dificuldade para obter os dados oficiais da secretária que executou a política pública. Por fim, no que pode-se concluir da análise dessa política, identificamos a potencialidade das parcerias públicas, bem como a importância da análise regional para aplicação de determinado projeto, pois através das secretarias, que estão na ponta do sistema, foi possível executar o projeto de maneira eficaz e com o público que é o alvo da política pública em questão.

### 4 CONCLUSÕES

Com efeito, a economia solidária desempenha um papel crucial no desenvolvimento das sociedades humanas, garantindo a construção de uma economia mais justa, inclusiva e sustentável. Ao conectar grupos marginalizados e comunidades locais aos recursos necessários, às políticas de fomento da economia solidária não apenas estimulam a geração de renda, mas também empoderam os indivíduos, fortalecem laços sociais e reduzem as desigualdades.

Gaiger (2009), destaca que a economia social se opõe às tendências de redução da economia ao princípio do mercado e à racionalidade da acumulação privada. De forma geral, observou-se de acordo a visão de Cattani (2003), que a economia solidária não é uma alternativa somente para os excluídos, mas proporciona avanços em diversos domínios e contextos, além de envolver de maneira responsável amplos segmentos da sociedade.

No entanto, é importante reconhecer que a implementação eficaz das políticas públicas específicas para a economia solidária requer um compromisso contínuo, coordenação interinstitucional e avaliação constante. Medir o impacto real do fomento à economia solidária exige indicadores apropriados que capturem tanto os aspectos quantitativos quanto os qualitativos do desenvolvimento.

Portanto, este artigo buscou explorar de forma abrangente e aprofundada o papel crucial desempenhado pelo fomento da economia solidária por meio das políticas públicas. Ao longo da





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

análise, tornou-se evidente que tais políticas desempenham uma grande função no alcance do desenvolvimento econômico e social por meio do fortalecimento das iniciativas solidárias.

Assim, considerou-se que a economia solidária desempenha um papel fundamental no desenvolvimento socioeconômico e na construção de sociedades mais equitativas e ecologicamente sustentáveis. Ao enaltecer práticas baseadas na colaboração, na solidariedade e na participação ativa da comunidade, esses modelos econômicos apresentam alternativas profundas ao paradigma convencional. Entretanto, para que essas abordagens floresçam plenamente, é importante assegurar o apoio contínuo das políticas públicas, a consolidação das redes de cooperação e a busca incessante por soluções que transcendam as limitações, promovendo, assim, o desenvolvimento e a resiliência intrínseca a essa forma de organização econômica.

### REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Alcione Lino de. **Economia solidária e a autonomia feminina na Associação de Agricultores Familiares das colônias Iapó**, Santa Clara e Vizinhança. 2017. 206 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2017.

BERTUCCI, Jonas de Oliveira. A política de economia solidária e as diretrizes da Conaes: uma contribuição crítica. **Boletim IPEA Mercado de Trabalho**, n. 43, junho de 2010a. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4013/1/bmt43\\_Eco01\\_apolitica.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4013/1/bmt43_Eco01_apolitica.pdf) . Acesso em 28 ago. 2023.

BONETI, L. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí: UNIJUÍ, 2007.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CATTANI, D. A. (Org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

GAIGER, L. I. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 84, p. 81-99, março 2009.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

GOHN, M. da G. M. TEORIAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO SOCIAL: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 32, n. 85, p. 63–81, 2019.

LAVILLE, J-L; GAIGER. Economia Solidária. In. CATTANI, A.D; LAVILLE, J-L; GAIGER, L.I; HESPANHA, P. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra. Almedina. P.162, 2009.

MAUGER, Gérard. Les politiques d'insertion: Une contribution paradoxale à la déstabilisation du marché du travail. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, França, v. 136-137, p. 5-14, 2001.

MILANI, C. R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **RAP-Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 551-579, maio/jun. 2008.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE. **Secretaria Nacional de Economia Solidária**. Política Nacional de Economia Solidária – SENAES/MTE. Volume 1. Brasília. 2013.

NAGEM, Fernanda Abreu e SILVA, Sandro Pereira. Institucionalização e Execução das Políticas Públicas de Economia Solidária no Brasil. Curitiba: **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 26. 2013.

SILVA, Onildo Araújo da. **Políticas públicas e planejamento territorial**, Feira de Santana: Editora Zarte, 2018.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Ed. Contexto. 2000.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### MUDANÇAS CLIMÁTICAS E MERCADO DE CARBONO NO BRASIL: UM INSTRUMENTO FINANCEIRO PARA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Luma Cavaleiro de Macêdo Scaff<sup>152</sup>

Fernanda Jorge Sequeira<sup>153</sup>

Luiz Felipe da Fonseca Pereira<sup>154</sup>

#### RESUMO

Ação humana alterou significativamente o meio ambiente. Nesse cenário, a maior preocupação reside nas alterações climáticas e na insuficiência de instrumentos e institutos clássicos para proteção do meio ambiente. Desse modo, o problema de pesquisa reside estudar o funcionamento da regulamentação brasileira sobre o mercado de carbono, questionando sua capacidade de, enquanto instrumento econômico, contribuir para a proteção ambiental no Brasil. Para tal intento, adotou-se metodologia de pesquisa hipotético dedutiva, com a utilização de fontes primárias e secundárias, pesquisa doutrinária, bem como análise de dados. A pesquisa foi estruturada em três eixos. No primeiro, apresenta-se o contexto de mudança climática e os impactos ambientais no Brasil. No segundo, a análise sobre o mercado de carbono e sua dinâmica econômica no Brasil. No terceiro eixo, estuda-se a possibilidade de contribuição desse mercado para proteção ambiental e suas dificuldades de implementação atual no país.

403

**Palavras-chave:** Mercado de carbono. Mudanças Climáticas. Proteção do Meio Ambiente.

#### ABSTRACT

Human action has significantly altered the environment. In this scenario, the biggest concern lies in climate change and the insufficiency of classic instruments and institutes for protecting the environment. In view of this context, the research problem lies in studying the functioning of Brazilian regulation on the carbon market, questioning its capacity, as an economic instrument, to contribute to environmental protection in Brazil. For this purpose, a deductive hypothetical research methodology was adopted, using primary and secondary sources, doctrinal research, as well as data analysis. The research was structured in three axes. The first presents the context of climate change and current environmental impacts, focusing on Brazil. In the second, the analysis of the carbon market and its economic dynamics and its results and regulatory instruments in Brazil. In the third axis, the possibility of this

<sup>152</sup> Doutora e Mestre em Direito pela Universidade de São Paulo. Graduação em Direito pela Universidade Federal do Pará – UFPA. Advogada. Professora da graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado acadêmico – PPGD e mestrado profissional – PPGDDA em Direito) da UFPA. Líder do Grupo de Pesquisa Financiando Direitos (CNPq). E-mail: lumascff@yahoo.com.br;

<sup>153</sup> Procuradora do Estado do Pará e Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Direito e Desenvolvimento na Amazônia. E-mail: fernandajsequeira@gmail.com;

<sup>154</sup> Doutorando e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Pará – UFPA. Graduado em Direito pela UFPA com sanduíche na Universidade de Coimbra - Portugal. Advogado. Consultor do projeto *Elos* do MCTI (CEMADEN). Vice-líder do GP Financiando Direitos (CNPq). Professor de Direito Público na graduação – UFPA e FIBRA. E-mail: felip.fons02@gmail.com





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

market's contribution to environmental protection and its current implementation difficulties in the country are studied.

**Keywords:** Carbon Market. Climate Changes. Environment Protection.

### 1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, as mudanças climáticas foram consideradas como externalidades. A necessidade de desarticulação dos problemas socioambientais para o mercado obrigou a realização de uma drástica mudança do foco estratégico político e econômico. A proteção do bem ambiental e dos serviços ecossistêmicos exige dinâmica inovadora regulatória entre a articulação de atores públicos e privados. A estruturação do mercado de carbono demanda a formatação jurídica de ambiente regulatório, especialmente quanto às formas de transação de créditos, gerando a adaptação da cultura empresarial.

O Protocolo de Quioto (ONU,1997) representou avanços significativos na utilização de instrumentos econômicos no direito ambiental internacional por se tratar de um estatuto vinculativo aos países. Todavia, tem efeitos limitados e negativos pela possibilidade de visão utilitarista do meio ambiente. A intenção de proteger o bem climático leva a uma nova proposta de paradigma, sob o manto do Acordo de Paris (2015), lança-se a perspectiva do mercado de carbono.

A construção de um ambiente institucional econômico ambiental permite estudar os fenômenos da financeirização e do financiamento do bem ambiental diante da aparente ambivalência entre o interesse econômico e a proteção ambiental ao se tratar do mercado de carbono. De modo coincidente, a questão ambiental e climática se tornou central de espectro mundial, em que o Brasil busca mecanismos de proteção que sejam conciliáveis a fim de garantir desenvolvimento sustentável.

Destaque ao Decreto nº 11.075/2022, que apesar de pouco regular este mercado, trouxe as primeiras diretivas sobre o estabelecer os procedimentos para a elaboração dos Planos Setoriais





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

de Mitigação das Mudanças Climáticas, institui o Sistema Nacional de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa.

Objetiva-se estudar o funcionamento da regulamentação brasileira sobre o mercado de carbono, questionando sua capacidade de, enquanto instrumento econômico, contribuir para a proteção ambiental no Brasil. Para tal intento, adotou-se metodologia de pesquisa hipotético dedutiva, com a utilização de fontes primárias e secundárias, pesquisa doutrinária, bem como análise de dados.

A pesquisa foi estruturada em três eixos. No primeiro, apresenta-se o contexto de mudança climática e os impactos ambientais na atualidade, com foco no Brasil. No segundo, a análise sobre o mercado de carbono e sua dinâmica econômica e seus resultados, além dos instrumentos de regulação no Brasil. No terceiro eixo, estuda-se a possibilidade de contribuir para proteção ambiental e suas dificuldades de implementação atual no país.

## 2 AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E OS IMPACTOS AMBIENTAIS: CRISE GLOBAL E SEUS IMPACTOS NO BRASIL

405

A tendência progressiva de aumento das temperaturas no planeta há muito foi anunciada pela comunidade científica internacional. Desde o 4º Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas – IPCC (2007) foi confirmado que o aquecimento global é uma realidade atual que se materializou na sociedade. Em sua quinta revisão, o IPCC demonstrou inequivocadamente que as mudanças climáticas foram exacerbadas pela influência antrópica (PIVETTA, 2021).

O IPCC (2021) está atualmente em sua sexta versão de avaliação – AR6, o qual foi elaborado por três grupos de trabalho. Ao Grupo de Trabalho I – GT-I coube a análise da base científica das mudanças climáticas. Ao GT-II, por seu turno, competiu examinar o impacto, adaptação e vulnerabilidade das mudanças climáticas e, finalmente, o GT-III foi responsável por investigar a estrutura de mitigação necessária para amenizar (os efeitos das mudanças climáticas (MCTI, 2022).





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

O resultado dos relatórios sugere superexploração de recursos naturais, intensificada após a Revolução Industrial, aumentando ainda mais o impacto negativo no meio ambiente, como é o caso das mudanças climáticas, que são intensificadas pelo efeito estufa. Não obstante o planeta seja dotado de um sistema de estufa natural, passando por ciclos de aquecimento, tem-se que este funcionamento é essencial para conservação do ecossistema terrestre.

Entretanto, observa-se que atividades humanas têm alterados tal sistemática, aumentando o efeito estufa e elevando a temperatura planetária, que por sua vez, ocasionam mudanças abruptas e eventos extremos no ambiente (MILARÉ, 2015).

Limitar o aquecimento global é o principal objetivo do Acordo do Clima de Paris (2015). A Organização das Nações Unidas – ONU, desde 1995 reúne chefes de estado e de governo de diferentes países para debater e planejar políticas públicas e ações para mitigar as mudanças climáticas. Na 27ª edição, os relatórios divulgados pelo IPCC indicam um risco de colapso ambiental, fruto de um modelo econômico insustentável, que tem origem na concepção do mundo e na relação estabelecida entre o ser humano e a natureza (LEFF, 2010).

A consequência da utilização exacerbada dos recursos naturais, sem considerar sua finitude, juntamente à falta de preocupação com a relação entre homem e natureza, constituiu os fundamentos do que se convencionou denominar de crise ambiental (BALIM; MOTA, 2014).

A crise ambiental decorrente da inadequada relação entre o ser humano e a natureza, adicionada a crise do padrão capitalista de desenvolvimento, colocou em debate a necessidade de novos modelos de transformação social e ambiental (SILVA, 2018). A busca pela solução do problema levou a construção de acordos internacionais, uma vez que os impactos ocasionados pelas mudanças climáticas possuem escala planetária de atividades que se espalham para além das fronteiras dos países (VIOLA, 2002) e estão associadas à degradação de um bem público global, a atmosfera.

Neste cenário global de preocupação ambiental, em especial, sobre assuntos climáticos, o Brasil é alcançado por esse impactos, o IPCC (2021), prevê que, no nordeste brasileiro, em especial, as áreas semi-áridas e áridas sofreram ainda mais com redução recursos hídricos, o que ocorrerá a substituição da vegetação típica da região semi-árida pela árida, e as poucas florestas





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

tropicais na região sofreram com extinção de espécies. No que tange os lençóis freáticos da região, diminuíram de modo drástico na casa de 70%. Na região sudeste ocorrerá aumentos das chuvas gerando impactos na agricultura e maior índice de inundações nas grandes cidades, em especial, Rio de Janeiro e São Paulo.

Na Amazônia o aumento de estiagem e secas, ocasionará impactos na floresta e na agricultura gerando impactos na biodiversidade e na economia local, assim esse aumento das secas, com redução hídrica e elevação da temperatura acarretará na savanização da região leste amazônica (IPCC, 2021; WWF, 2023). Neste cenário, que surge a necessidade de o Estado buscar instrumentos inovadores de resposta aos impostos ambientais, com a difícil tarefa de aliar a proteção ambiental e o crescimento econômico, com escopo no desenvolvimento sustentável.

### 2.1 O BRASIL E O ACORDO DE PARIS: A CONTRIBUIÇÃO NACIONALMENTE DETERMINADA – NDC

O Acordo de Paris (2015) foi o fruto da COP21. O documento foi aprovado em 2015 e entrou em vigor em tempo recorde: em 04 de novembro de 2016. Diante do cenário caótico, é importante registrar a significativa assinatura de 195 países, dentre os quais 147 o ratificaram, incluindo o Brasil. Os signatários assumiram o compromisso internacional de combater o aquecimento global e aumentar os esforços para limitar o aumento da temperatura da Terra a 1,5°C em comparação aos níveis pré-industriais.

O Acordo de Paris substituiu o malsucedido Protocolo de Quioto (1997) a partir de 2020. Seu diferencial foi acabar com as metas apenas para os países do Anexo I, consolidando o entendimento de que todas as nações deveriam ter metas de reduções de emissões, ainda que baseado em metade comuns, contudo, diferenciadas para atuar de acordo com as respectivas capacidades.

Nesse viés, restou ajustado que cada país definiria voluntariamente sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), a qual deveria a cada 05 (cinco) anos, apresentar metas e







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

indicar as estratégias a serem adotadas para redução de gases de efeito estufa, dentre elas (ONU, 2015):

- a) Empreender esforços para limitar o aumento de temperatura a 1,5°C;
- b) Recomendar a redução da vulnerabilidade a eventos climáticos extremos, especialmente aos países menos desenvolvidos;
- c) Estimular o suporte financeiro e tecnológico por parte dos países desenvolvidos para ampliar as ações que levam ao cumprimento das metas para 2020 dos países menos desenvolvidos;
- d) Promover o desenvolvimento tecnológico e transferência de tecnologia e capacitação para adaptação às mudanças climáticas;
- e) Proporcionar a cooperação entre a sociedade civil, o setor privado, instituições financeiras, cidades, comunidades e povos indígenas para ampliar e fortalecer ações de mitigação do aquecimento global.

Além disso, a cada nova NDC deve haver a previsão de metas mais ousadas a serem adotadas, isto é, a NDC subsequente não poderá ter metas menos ambiciosas do que a NDC anteriormente apresentada. O Brasil apresentou – voluntariamente - sua primeira NDC em 2015, em que as metas de redução eram de 37% até 2025 e esforços para redução de 43% até 2030, utilizando-se a linha de base do ano de 2005. Ademais, definiu também metas setoriais, dentre as quais: zerar o desmatamento ilegal na Amazônia até 2030 e atingir entre 28% e 33% de energias renováveis não-hidrelétricas na matriz nacional (MMA, 2022).

Quanto às medidas de adaptação, foi previsto a elaboração do Plano Nacional, cujo objetivo seria fortalecer a capacidade adaptativa do Brasil, mais especificamente voltados à segurança hídrica e a conservação e uso sustentável da biodiversidade.

Por sua vez, em 2020 o Brasil (UNFCCC, 2022) apresentou metas de redução de 37% até 2025; 43% até 2030 e esforços para alcançar a neutralidade climática – emissões líquidas nulas – até 2060. A linha de base utilizada também foi o ano de 2005. O nível de emissões utilizado como linha de base foi mais alto do que o utilizado na NDC de 2015, o que deveria fazer com





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

que as metas de redução de emissões fossem maiores para que o mesmo resultado fosse alcançado.

Todavia, não houve detalhamento das medidas e metas setoriais para o atingimento das metas, e nem previsão de estratégias de adaptação, razão pela qual o NDC de 2020 foi alvo de fortes críticas e até de ações judiciais<sup>155</sup>, em que se alegou descumprimento dos requisitos do Acordo de Paris, em virtude da não intensificação da proteção ambiental.

Em razão do ocorrido, em 07 de abril de 2022 o Brasil submeteu junto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre o Clima - UNFCCC, uma Nova NDC. As metas de Redução de Emissões foram estipuladas em 37% até 2025 e 50% até 2030, além do indicativo de atingir a neutralidade climática até 2050 (WWF, 2022).

Entretanto, seu escopo foi postergado à edição de políticas públicas a serem adotadas pelo Governo Federal, gerando incertezas e indefinições sobre quais dos setores seriam efetivamente alcançados pela NDC, o que novamente ensejou novas críticas.

Atenta-se ao fato de que a NDC de 2021 não previu a metodologia a ser utilizada para indicação do nível de emissões da linha de base, isto é, o nível de emissões de 2005, ou seja, não houve a especificação do ano ou versão do inventário a ser utilizado para mensuração do nível de emissões, o que prejudica a adoção de parâmetros e a construção de política pública adequada para combate as mudanças climáticas.

---

<sup>155</sup> Segundo o *Sabin Center for Climate Change Law* (2021), entre 2020 e 2021 foram 17 processos mapeados sobre o tema com destaque a Ação Popular nº 5008035-37.2021.4.03.6100, no TRF 3ª Região, os litigantes sustentam o argumento que houve redução de ambição climática do Brasil, que vai contra as determinações do Acordo de Paris ao fomentar a apresentação de metas progressivas e ambiciosas, e denominaram essa prática de “pedala climática”. Outra ação que se destacou foi ACP nº 1027282-96.2021.4.01.3200, no TRF 1ª Região, movida pelo Observatório do Clima, contra a União e o Ministério do Meio Ambiente, a ACP requer a atualização do Plano Nacional de Mudança do Clima.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 3 O MERCADO DE CARBONO E O CONTEXTO BRASILEIRO: O DECRETO N. 11.075/2022 E O PROJETO PMR BRASIL

A perspectiva de uma economia ambiental consiste na valorização dos bens ambientais existentes, tendo em vista que para a sobrevivência da humanidade, é essencial que os recursos naturais e as condições climáticas não sejam prejudicados.

Pela mediação dos modernos mecanismos de mercado, buscou-se a obtenção dos seus múltiplos fatores, para avaliação impactos econômicos, de curto a longos prazos, análise de riscos, principalmente em circunstâncias futuras de falta de recursos pelo aumento das temperaturas. A contenda transitou de “externalidades” à “falha de mercado”.

O equivocado planejamento da dinâmica do desenvolvimento capitalista refletiu em um verdadeiro enfrentamento mercadológico, aliado ao fato de que o corpo de medidas legais que tratam da exploração dos recursos naturais ganhou amplitude e legitimidade. Deste modo, a necessidade de implementação de políticas ambientais, integra significativa parcela dos discursos governamentais e organizações multilaterais.

410

O esgotamento sem prevenção e controle dos recursos ambientais se encontra a passos da exaustão. Diante desse cenário, surge a questão da remuneração ou pagamento pelo uso dos bens ambientais, uma vez que o livre uso sem controle dos recursos ambientais e a dificuldade de mensurar seu valor dá origem a um conceito e produto: a commodity.

O mercado de créditos de carbono, enquanto ambiente institucional de trocas econômicas, permite que empresas, organizações e indivíduos compensem as suas emissões de gases de efeito estufa - GEE a partir da aquisição de créditos gerados por projetos de redução de emissões e/ou de captura de carbono, ocorrendo sobre a lógica de pagamento por serviços ambientais. É um sistema de compensações de créditos, cujas transações ocorrem de forma simplificada através da compra e venda. São duas estratégias principais para mitigar a emissão de gases: políticas de comando e controle e via instrumento econômico.

Distante de ser apenas mais uma relação comercial, a exploração da atividade de créditos de carbono deve ser desenvolvida na esfera do princípio do desenvolvimento sustentável, de





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

modo que sua exploração não se limita a apenas oferecer fundos que se comprometem a ajudar a proteger o meio ambiente, com a redução de emissões de GEE e de outros poluentes.

No Brasil, a primeira iniciativa de debates e busca de soluções jurídico-operacionais para o mercado de carbono iniciou-se com o projeto PMR Brasil (MF, 2016), aprovado em 2014, com governança estabelecida pela Portaria MF nº 853/2015, que visava discutir a viabilidade e oportunidade da precificação de emissões, por impostos e/ou mercado de carbono, incluso no pacote de instrumentos voltados a implementação da Política Nacional sobre Mudança Climática – PNMC, após 2020.

O PMR buscou criar um ambiente de debates para avaliação de diferentes instrumentos como: a) regulação de preços, via imposto sobre emissões; b) regulação de quantidades, via adoção de um sistema de comércio de emissões – mercado de carbono – ou a combinação dos dois modelos. Teve por foco a análise em setores chaves da economia como energia, indústria – tais como siderurgia, cimento, alumínio, química, vidro e papel – e agropecuária.

A governança do PMR Brasil ficou a cargo do Ministério da Fazenda, representado pela Secretaria de Política Econômica – SPE e, pelo Banco Mundial, o qual cabe a sua execução, por meio da contratação e pagamento dos bens e serviços necessários ao cumprimento dos seus objetivos.

O projeto adotou uma metodologia de divisão em 03 componentes. No primeiro, estudos sobre os instrumentos; no segundo, a avaliação dos impactos e, por seu turno, o terceiro, comunicação e engajamento de atores, como fica demonstrada na figura a seguir:





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Estrutura de Componentes do Proj. PMR Brasil



\*Alumínio, Cimento, Ferro e Aço, Papel e Celulose, Química, Cal e Vidro  
\*\*Elettricidade e combustíveis

Fonte: (MF, 2016)

A Lei sobre Pagamento de Serviços Ambientais insere o sequestro de carbono como uma das formas de serviços de regulação. Apesar do cenário de diálogos e debates sobre a estrutura adotada no PMR pouco se avançou sobre a disciplina do mercado de carbono no Brasil. A fraca regulação sobre este mercado, advém do Decreto nº 11.075/2022, ao estabelecer os procedimentos para a elaboração dos Planos Setoriais de Mitigação das Mudanças Climáticas, institui o Sistema Nacional de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa e altera o Decreto nº 11.003, de 21 de março de 2022.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

O referido Decreto trouxe o conceito legal para crédito de carbono, ao determinar no art. 2º, I<sup>156</sup>, o conceito de outros instrumentos do mercado como: crédito de metano, crédito certificado de redução de emissões, Contribuições Nacionais Determinadas – NDC etc.

No art. 3º e seguintes, dispõem sobre os Planos Setoriais de Mitigação das Mudanças Climáticas que possuem visam estabelecer metas gradativas de redução de emissões antrópicas e remoções por sumidouros de gases de efeito estufa, mensuráveis e verificáveis, consideradas as especificidades dos agentes setoriais, com escopo maior a neutralidade climática de acordo com o estabelecido no NDC vigente no país.

A norma ambiental em comento, regulamenta de modo precário a emissão de crédito de carbono embasada nos princípios de prevenção e precaução, eis que só será validada, desde que provenientes de projetos que a demonstrem redução de emissões ou captura de gases de efeito estufa na atmosfera.

O mercado de créditos de carbono tem sido destacado por gestores ambientais, economistas e setores da imprensa especializada como uma oportunidade para o país formular políticas de combate ao aquecimento global. Essa possibilidade estaria vinculada aos recursos necessários para promover os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo – MDL.

Apesar dos avanços, é notório que a regulamentação inicial do mercado de carbono ainda é incipiente. O decreto transfere o detalhamento dos planos setoriais e das ações futuras que devem ser executados para atingir os objetivos esperados para o Ministério do Meio Ambiente e o da Economia, atualmente Fazenda Nacional, sem apresentar maiores parâmetros e detalhamentos de como correrá. O que demonstra a necessidade de um marco regulatório sobre essa nova dinâmica econômica ambiental, com escopo de definir parâmetros mais claros, bem como garantir segurança jurídica.

<sup>156</sup> Art. 2º, I - ativo financeiro, ambiental, transferível e representativo de redução ou remoção de uma tonelada de dióxido de carbono equivalente, que tenha sido reconhecido e emitido como crédito no mercado voluntário ou regulado.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 4 DESAFIOS AO DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE CARBONO REGULADO: ASPECTOS NORMATIVOS PARA SUA IMPLANTAÇÃO

O mercado de carbono é uma inovação financeira com escopo de aliar a proteção ambiental com ganhos em ambiente institucional econômico de trocas de créditos de carbono, podendo assim contribuir para que empresas e atividades econômicas possam neutralizar suas emissões de gases que provocam o efeito estufa. A ideia central é a possibilidade de negociação desses créditos por iniciativas “verdes”, em outras palavras iniciativas econômicas e ambientais que viabilizem ganhos financeiros e a proteção ambiental.

A lógica desse novo mercado é a de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA, logo, ao reduzir ou neutralizar a emissão de gases de efeito estufa é restado um serviço ambiental que será pago valores a depender da definição mercadológica ou regulatória definida previamente.

Porém esse mercado exige preocupações quanto a liquidez, o esquema de governança, bem como o nível de neutralidade rela fase a emissão de gases do efeito estufa, assim, a maior preocupação reside na segurança jurídica de um mercado novo e em ascensão. Nesse sentido, tramita o Projeto de Lei nº 412/2022<sup>157</sup> no Senado Federal, em especial, na Comissão de Meio Ambiente, que buscar regular a venda e compra de créditos de gases do efeito estufa no Brasil.

A PL nº 412/2022, tem o intento de criar um Conselho Nacional de Mercado de GEE, com formação paritária por representantes do Poder Público, sociedade e setor privado com a atribuição de avaliação e a aprovação de metodologias de inventários, avaliação, mensuração e valoração de débitos e de créditos de GEE.

O referido projeto em seu art. 12, estabelece que anualmente deve-se realizar reuniões com representantes da sociedade civil organizada, organizações não governamentais ambientalistas, instituições acadêmicas e de pesquisa, o Banco Central do Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e órgãos públicos ambientais, para subsidiar tecnicamente as decisões do Conselho Nacional, uma tentativa de instaurar no arranjo

<sup>157</sup> A PL tramita em conjunto com outros projetos que versão da mesma material, a saber: PL nº 2122/2021, PL nº 3606/2021, PL nº 4028/2021 e PL nº 1684/2022.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

jurídico institucional do mercado de carbono no Brasil, uma regulação dialógica com diversos atores direta e indiretamente interessados no tema.

Todavia ainda reside questões cinzentas não observadas, a ausência de previsibilidade de integração com outros programas mantidos pelo Poder Público é preocupante a partir da perspectiva que o mercado de carbono poderia auxiliar na busca de neutralizar emissões de atividades já consolidadas no Brasil, que contribuem fortemente para o efeito estufa, como o Programa RenovaBio de incentivo à produção de biocombustíveis de iniciativa do Ministério de Minas e energia – MME, o qual está fundamentado na sustentabilidade ambiental, social e econômica (EPE, 2022).

Outra questão que merece maior atenção é a Liquidez do Mercado, em outras palavras, a existência de um mercado regulado precisa observar e ser responsivo a realidade de mercado, bem como dialogar com o mercado voluntário<sup>158</sup>, sob o risco de ficar fadado ao esquecimento, nesse sentido a definição de parâmetros ligados as certificações internacionais seria um excelente começo para alinhar os dois mercados.

A governança do mercado é outro ponto importante, pois o projeto só versa sobre a organização do Conselho Nacional, nada dispõe sobre o tipo de mercado regulado será adotado no Brasil, nesse sentido, uma proposta interessante seria adoção de um mercado regulado por modulação de arquitetura do tipo *cap and trade*, isto é, os participantes desse mercado receberiam uma quantidade máxima de emissão de acordo com a sua produção e impacto ambiental e na mesma proporção receberiam permissões de emissão equivalentes, para que assim, pudessem negociar com os demais atores nos parâmetros definidos na regulação.

Essa é uma proposta já defendida pela Confederação Nacional da Indústria – CNI, com a ressalva defendida pela CNI que nessa arquitetura de regulação será necessária uma governança robusta com a presença do setor privado (SENADO FEDERAL, 2023), para evitar a conversão

---

<sup>158</sup> Mercado de Carbono Voluntário configura-se como estritamente privado, no qual empresas na sua maioria multinacionais e pessoas físicas sob as suas responsabilidades buscam créditos de carbono, com escopo de reduzir sua emissão de gases do efeito estufa ou até mesmo neutralizar as emissões, esse mercado é todo definido sobre parâmetros de certificações internacionais e de modo descentralizado (BNDES, 2022).







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

de um modelo de regulação coparticipativa para uma de comando e controle<sup>159</sup>, que engessaria a dinâmica regulatória.

### 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as mudanças climáticas e a insuficiência de instrumentos ambientais econômicos, a proteção do meio ambiente desenha novos institutos como o mercado de carbono. O funcionamento da regulamentação brasileira sobre o mercado de carbono ainda é incipiente, testando novas fórmulas de transações jurídicas, seja no âmbito empresarial ou ambiental.

O ambiente institucional econômico apresenta a formatação de um mercado financeiro ambiental dedicado ao mercado de carbono. Para a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, a regulamentação perpassa pelos serviços de regulação, quais sejam, os que concorrem para a manutenção da estabilidade dos processos ecossistêmicos, tais como o sequestro de carbono, a purificação do ar, a moderação de eventos climáticos extremos, a manutenção do equilíbrio do ciclo hidrológico, a minimização de enchentes e secas e o controle dos processos críticos de erosão e de deslizamento de encostas.

416

A instituição do mercado de carbono, seja regulado ou voluntário, evidencia a possibilidade de adotar instrumentos econômicos como estratégia de fomento para a proteção ambiental, notadamente no que se refere às mudanças climática.

Uma vez que o mercado de carbono se caracteriza como um instrumento econômico, esta análise sobre sua contribuição para a proteção ambiental no Brasil é apresentada em suas etapas: a primeira consiste na geração do carbono e a segunda, na comercialização do carbono.

Esta divisão importa porque a formatação do mercado de carbono e sua relação com a proteção ambiental exigem maior aprofundamento, não apenas sobre a disciplina e a definição da natureza jurídica do crédito de carbono, mas também como a estruturação das transações comerciais envolvidas, seja em seu aspecto tributário, empresarial, seja em seu caráter ambiental.

<sup>159</sup> A regulação por comando e controle é a forma tradicional de regulação, centrada na figura do Estado, no qual a entidade reguladora define as regras estabelecendo comandos e controles do mercado e, se necessário for, aplica a punição àqueles que se desviarem (PINHEIRO; SCAFF; PEREIRA, 2023, p. 08).





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Percebe-se a formação de um aparato organizacional dentro do Mercado de Carbono, para que o sistema de permissões negociáveis seja efetivo e o fim maior, qual seja a proteção dos recursos naturais, por meio dos incentivos monetários, seja alcançado. Aliado a isso, a necessidade de fortalecer a estrutura jurídica e de regulamentação que permita a aplicação de alguns instrumentos.

A formatação do ambiente regulatório pede, ainda, o desenvolvimento de capacidade administrativa coerente à articulação de atores públicos e privados. As políticas ambientais desenvolvidas nesse ambiente indagam o gerenciamento com maior precisão, controlando sua aplicação e atualizá-lo, quando necessário.

Embora existam grandes desafios, especialmente em termos de custos de transação para a implementação de projetos de MDL, a lógica de pagamento por serviços ambientais - PSA está se evidenciando como um meio importante para alcançar a proteção ambiental, considerando que os sistemas de orientação e controle têm sido considerados, comprovadamente, ineficazes e ineficientes. Por outro lado, os instrumentos econômicos e fiscais como incentivos à conservação têm alcançado maiores benefícios em termos de política de proteção ambiente.

417

Enquanto país mega diverso, o Brasil mostra-se como um importante *player* no escopo de reduzir as emissões de gases que afetem o clima. Nesse jogo, as relações sinérgicas evidenciam que o mercado de carbono, seja ele regulamentado por instituições internacionais o implantado de forma voluntária por empresas e governos, é muito dependente de decisões político-econômicas, relegando a proteção ambiental à oscilação de acordo com a coalizão dos interesses dos atores políticos nos acordos ambientais.

### REFERÊNCIAS

BALIM, Ana Paula Cabral; MOTA, Luiza Rosso; DA SILVA, Maria Beatriz Oliveira. Complexidade ambiental: o repensar da relação homem-natureza e seus desafios na sociedade contemporânea. **Revista Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 11, n. 21, p.163 -186. Jan./ jun. 2014.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

BNDES. Como Funcionam os Mercados de Carbono?. **BNDES**, Brasília, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/blogdodesenvolvimento/detalhe/Infografico-como-funcionam-os-mercados-de-carbono/>. Acesso em: 02 jul. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 11.075, de 19 de maio de 2022**. Estabelece os procedimentos para a elaboração dos Planos Setoriais de Mitigação das Mudanças Climáticas, institui o Sistema Nacional de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa e altera o Decreto nº 11.003, de 21 de março de 2022. Câmara Legislativa [2022]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2022/decreto-11075-19-maio-2022-792682-publicacaooriginal-165314-pe.html>. Acesso em: 14 jul. 2023.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei nº 1684, de 20 de junho de 2022**. Dispõe sobre a regulamentação do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE) previsto pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. Senado Federal [2022]. Disponível em: [https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/153686?\\_gl=1\\*1p1s0mp\\*\\_ga\\*MTk4NjY5MjkxNy4xNjg3NDY2OTgz\\*\\_ga\\_CW3ZH25XMK\\*MTY5MjEzODQ1My40LjEuMTY5MjEzODk3OS4wLjAuMA](https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/153686?_gl=1*1p1s0mp*_ga*MTk4NjY5MjkxNy4xNjg3NDY2OTgz*_ga_CW3ZH25XMK*MTY5MjEzODQ1My40LjEuMTY5MjEzODk3OS4wLjAuMA). Acesso em: 12 jul. 2023.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei nº 2122, de 09 de junho de 2021**. Institui o marco regulatório para ativos financeiros associados a mitigação das emissões de gases de efeito estufa. Senado Federal [2021]. Disponível em: [https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/148745?\\_gl=1\\*k4eies\\*\\_ga\\*MTk4NjY5MjkxNy4xNjg3NDY2OTgz\\*\\_ga\\_CW3ZH25XMK\\*MTY5MjEzODQ1My40LjAuMTY5MjEzODQ1My4wLjAuMA](https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/148745?_gl=1*k4eies*_ga*MTk4NjY5MjkxNy4xNjg3NDY2OTgz*_ga_CW3ZH25XMK*MTY5MjEzODQ1My40LjAuMTY5MjEzODQ1My4wLjAuMA). Acesso em: 12 jul. 2023.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei nº 3606, de 14 de outubro de 2021**. Institui o marco regulatório para o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE). Senado Federal [2021]. Disponível em: [https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/150293?\\_gl=1\\*1em3if1\\*\\_ga\\*MTk4NjY5MjkxNy4xNjg3NDY2OTgz\\*\\_ga\\_CW3ZH25XMK\\*MTY5MjEzODQ1My40LjEuMTY5MjEzODc4My4wLjAuMA](https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/150293?_gl=1*1em3if1*_ga*MTk4NjY5MjkxNy4xNjg3NDY2OTgz*_ga_CW3ZH25XMK*MTY5MjEzODQ1My40LjEuMTY5MjEzODc4My4wLjAuMA). Acesso em: 12 jul. 2023.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei nº 4028, de 16 de novembro de 2021**. Dispõe sobre diretrizes gerais para regulamentação do mercado de carbono no Brasil. Senado Federal [2021]. Disponível em: [https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/150817?\\_gl=1\\*5ryvbw\\*\\_ga\\*MTk4NjY5MjkxNy4xNjg3NDY2OTgz\\*\\_ga\\_CW3ZH25XMK\\*MTY5MjEzODQ1My40LjEuMTY5MjEzODg5Mi4wLjAuMA](https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/150817?_gl=1*5ryvbw*_ga*MTk4NjY5MjkxNy4xNjg3NDY2OTgz*_ga_CW3ZH25XMK*MTY5MjEzODQ1My40LjEuMTY5MjEzODg5Mi4wLjAuMA). Acesso em: 12 jul. 2023.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei nº 412, de 25 de fevereiro de 2022**. Regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), previsto pela Lei nº





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

12.187, de 29 de dezembro de 2009, e altera as Leis nºs 11.284, de 2 de março de 2006; 12.187 de 29 de dezembro de 2009; e 13.493 de 17 de outubro de 2017. Senado Federal [2022]. Disponível em:

[https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/151967?\\_gl=1\\*f3cz5\\*\\_ga\\*MTk4NjY5MjkxNy4xNjg3NDY2OTgz\\*\\_ga\\_CW3ZH25XMK\\*MTY5MjEzMDE0OS4yLjAuMTY5MjEzMDE0OS4wLjAuMA](https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/151967?_gl=1*f3cz5*_ga*MTk4NjY5MjkxNy4xNjg3NDY2OTgz*_ga_CW3ZH25XMK*MTY5MjEzMDE0OS4yLjAuMTY5MjEzMDE0OS4wLjAuMA). Acesso em: 12 jul. 2023.

**BRASIL. Tribunal Regional Federal – 1ª Região (7ª Vara Federal de Manaus).** ACP nº 1027282-96.2021.4.01.3200. Acordo de Paris. Contribuição Nacionalmente Determinada no Brasil. Não observância de termos de Acordo Internacional ratificado. União Federal (Réu), 26 de outubro de 2021. Disponível em: <https://jusclima2030.jfrs.jus.br/litigio/laboratorio-do-observatorio-do-clima/>. Acesso em: 03 jul. 2023.

**BRASIL. Tribunal Regional Federal – 3ª Região (14ª Vara Federal de São Paulo).** Ação Popular nº 5008035-37.2021.4.03.6100. Acordo de Paris. Contribuição Nacionalmente Determinada no Brasil. Não observância de termos de Acordo Internacional ratificado. União Federal (Réu), 16 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/trf-3/1261722217/inteiro-teor-1261722218>. Acesso em: 03 jul. 2023.

**EPE. RENOVABIO. Empresa de Pesquisa Energética,** Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/renovabio>. Acesso em: 02 jul. 2023. 419

**IPCC. AR4 Climate Change 2007. IPCC,** 2007. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar4/syr/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

**IPCC. AR6 Climate Change - 2023. IPCC,** 2021. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar4/syr/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

**IPCC. Sexto Relatório de Avaliação do IPCC: Mudança Climática 2022.** Relatório. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/resources/relatorios/sexto-relatorio-de-avaliacao-do-ipccmudanca-climatica-2022>. Acesso em: 29 abr. 2023.

**LEFF, Henrique. Epistemologia ambiental.** Tradução de Sandra Valenzuela. Revisão técnica de Paulo Freire Vieira. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 13

**MCTI. Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima – IPCC. Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações,** 2022. Disponível em: [https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/SEPED/clima/ciencia\\_do\\_clima/painel\\_intergovernamental\\_sobre\\_mudanca\\_do\\_clima.html](https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/SEPED/clima/ciencia_do_clima/painel_intergovernamental_sobre_mudanca_do_clima.html). Acesso em: 14 jul. 2023.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

MF – Brasil. **Portaria MF nº 853, de 19 de outubro de 2015**. Institui o Comitê Executivo do Projeto PMR (Partnership for Market Readiness) e dá outras providências. Portal das Legislações [2015]. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/231608-comite-executivo-do-projeto-pmr-partnership-for-market-readiness>. Acesso em; 21 jun. 2023.

MF – Brasil. Sobre o Projeto PMR Brasil. **Ministério da Fazenda**, Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/orgaos/spe/pmr-brasil>. Acesso em: 10 jul. 2023.

MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MMA. Acordo de Paris. **Ministério do Meio Ambiente**, Brasília, 2022. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris.html>. Acesso em: 16 jul. 2023.

ONU. Kyoto Protocol. **United Nations**, New York, 1997. Disponível em: <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-kyoto-protocol/what-is-the-kyoto-protocol/kyoto-protocol-targets-for-the-first-commitment-period>. Acesso em: 10 jul. 2023.

ONU. The Paris Agreement. **United Nation**, New York, 2015. Disponível em: <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement>. Acesso em: 10 jul. 2023.

PINHEIRO, Lucas G. L.; SCAFF, Luma C. M.; PEREIRA, Luiz Felipe F. Regulação e Fundos Patrimoniais: a formação de ambiente jurídico-institucional colaborativo e a modulação em tríplice hélice. **PENSAR - REVISTA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**, v. 28, p. 1-13, 2023.

PIVETTA, Marcos. O clima no antropoceno: novo relatório do IPCC mostra que o homem impulsiona o aquecimento global e torna o planeta mais sujeito a eventos extremos, como ondas de calor e episódios de secas e chuvas intensas. **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, v. 22, n. 307, set. 2021.

SABIN CENTER. December 2021 Updates to the climate case Charts. **Sabin Center**, 2021. Disponível em: <https://climate.law.columbia.edu/news/december-2021-updates-climate-case-charts>. Acesso em: 04 jul. 2023.

SENADO FEDERAL. Especialistas Apontam Desafios para o Mercado de Carbono. **Senado Federal**, Brasília, 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/05/25/especialistas-apontam-desafios-para-o-mercado-de-credito-de-carbono>. Acessado em: 03 jul. 2023.

SILVA, Dalvanir Avelino; NELSON, Aline Virginia Medeiros; SILVA, Maria Aparecida Ramos. Do Desenvolvimento como Crescimento Econômico ao Desenvolvimento como





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Liberdade: A Evolução de um Conceito. **Desenvolvimento em Questão**, v. 16, n. 42, p. 42-71, 2018.

UNFCCC. Results NDC Brazil. **UNFCCC**, 2022. Disponível em: <https://unfccc.int/gcse?q=NDC%20BRAZIL>. Acesso em: 28 jun. 2023.

VIOLA, E. O regime internacional de mudança climática e o Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, V. (17) 50, 25- 46, 2002. doi: 10.1590/S0102-69092002000300003

WWF. Nova NDC Brasileira reduz ambição climática. **WWF**, 2022. Disponível em [https://www.wwf.org.br/informacoes/noticias\\_meio\\_ambiente\\_e\\_natureza/?77489/Nova-](https://www.wwf.org.br/informacoes/noticias_meio_ambiente_e_natureza/?77489/Nova-)

NDC-Brasileira-reduzambicao-climatica-do-pais-contra-o-espirito-do-Acordo-de-Paris. Acesso em 18 mar. 2021.

WWF. Os impactos das mudanças climáticas no Brasil segundo o 4º relatório do IPCC. **WWF**, 2023. Disponível em: [https://www.wwf.org.br/natureza\\_brasileira/reducao\\_de\\_impactos2/clima/politicas\\_de\\_clima/brasil\\_mudancas\\_climaticas/](https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/reducao_de_impactos2/clima/politicas_de_clima/brasil_mudancas_climaticas/). Acesso em; 16 jul. 2023.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS POPULAÇÕES REASSENTADAS PELOS MEGAPROJECTOS DA INDÚSTRIA EXTRACTIVA EM MOÇAMBIQUE (2013 - 2019)

Manuel Notiço<sup>160</sup>  
Elizabet Caetano de Sousa e Silva<sup>161</sup>  
Angélica Gonçalves Cossa<sup>162</sup>  
Miranda Albino Martins Muualo<sup>163</sup>

#### RESUMO

Este artigo busca analisar o impacto de reassentamento involuntário das comunidades afectadas pelos megaprojectos de recursos extractivos em Moçambique, tomando como estudo de caso as regiões sul, centro e norte do país. A perspectiva teórico-metodológica adoptada consistiu na abordagem qualitativa, com carácter descritivo e exploratório. Para a análise do objecto de pesquisa, o estudo privilegiou as pesquisas bibliográfica e documental. Os resultados obtidos permitiram-nos compreender que de uma forma geral, os programas de reassentamento têm causado deterioração do nível da identidade cultural das populações reassentadas, bem como das suas estratégias de sobrevivência, o que se reflecte agora no empobrecimento de algumas famílias que passam a viver como hóspedes nas suas próprias zonas de origem e de não se sentirem donos dos novos bairros resultantes de reassentamentos.

422

**Palavras-chave:** Megaprojectos. Reassentamentos. Impactos sociais.

#### ABSTRACT

This article seeks to analyze the impact of involuntary resettlement of communities affected by extractive resource megaprojects in Mozambique, taking the southern, central and northern regions of the country as a case study. The theoretical-methodological perspective adopted consisted of a qualitative approach, with a descriptive and exploratory character. For the analysis of the research object, the study favored bibliographic and documental research. The results obtained allowed us to understand that, in general, the resettlement programs have caused a deterioration in the cultural identity of the resettled populations, as well as in their survival strategies, which is now reflected in the impoverishment of some families who live as guests in their areas of origin and not feeling like they own the new neighborhoods resulting from resettlements.

<sup>160</sup>Doutorando no Curso de Ciências da Gestão-USTM, Mestre em Administração e Gestão de Empresas e docente a tempo parcial na UEM. E-mail: mnotico1@yahoo.com.br.

<sup>161</sup>Doutoranda no Curso de Ciências da Gestão-USTM, Mestre em G.R.H e Dinâmica das Organizações e docente à tempo inteiro no ISCIM. E-mail: sousas1225@gmail.com

<sup>162</sup>Doutoranda no Curso de Ciências da Gestão-USTM, Mestre em Sociologia e Antropologia Cultural e Professora auxiliar a tempo inteiro na Universidade Joaquim Chissano. E-mail: angelicacossa@yahoo.com.br

<sup>163</sup>Orientador dos Autores. E-mail:mirandam939@gmail.com





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

**Keywords:** Megaprojects. Resettlements. Social impacts.

### 1 INTRODUÇÃO

O artigo busca analisar o impacto de reassentamento involuntário das comunidades afectadas pelos megaprojectos de recursos extractivos em Moçambique, tomando como estudo de caso as regiões sul, centro e norte do país.

No país o reassentamento forçado reveste-se de grande importância porque afecta em termos sócio-económico, a vida das pessoas e das comunidades, levando à interrupção do seu quotidiano e a uma potencial quebra das suas redes de ligação social, económica e cultural, numa total ignorância da real dimensão do sentimento de pertença do espaço pelas comunidades que os ocupam. A migração compulsiva é uma experiência traumática que leva à interrupção dos laços comunitários, criados ao longo de anos de interacção entre a comunidade e os seus espaços.

423

Moçambique é um país rico pela sua diversidade geológica e caracteriza-se pela ocorrência de vários sítios geológicos de especial interesse para a exploração mineira, onde estão representadas rochas sedimentares, magmáticas, metamórficas, e uma larga diversidade de minerais e fósseis, que o tornam apetecível ao capital estrangeiro. A partir do ano 2008, assistiu-se a um movimento de entrada de grandes investimentos de capitais estrangeiros no país Selemane (2010), o que levou a publicação de várias leis, visando regular a actuação dessas multinacionais no território nacional, sobretudo na área de exploração do sector mineiro. Diferentemente das zonas de exploração pesqueira e madeireira que não têm implicações na deslocação de populações, a actividade mineira, carece de uma reestruturação territorial que envolve deslocação de comunidades que se encontram nas zonas afectadas pelos mega-projectos.

Se por um lado a expectativa de que a actividade de exploração mineira possa ser uma porta de saída para o desenvolvimento económico de Moçambique, por outro lado, também é verdade que isso se faz com o sacrifício de centenas de famílias que são sujeitas a deixar as suas terras de origem para um destino, muitas vezes desconhecido, com promessas de melhores







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

condições de vida nos locais de reassentamento. Deste modo, entra-se então num paradoxo em que os nativos passam a ser estrangeiros e os investidores estrangeiros passam a ter estatuto de donos das terras, situação favorecida pela nova lei de terras que dá primazia aos megaprojectos e legitima o direito de expropriação e ocupação das terras onde ocorram jazigos minerais a favor das empresas mineradoras, sob argumento de alto interesse nacional. De acordo com Manuel (2019), a legitimação da apropriação das terras pelos megaprojectos de mineração em Moçambique resulta dos interesses contraditórios entre o Estado, as multinacionais e as comunidades locais, o que conduz ao Estado à legitimação da expropriação do território.

De acordo com Clark (2000), os reassentamentos devem ser sempre evitados e, quando isso não é possível, não se deve evidenciar somente a compensação directa dos bens afectados, deve ser levado também em consideração o recriar do quotidiano e das estratégias de sobrevivência da população, tendo em vista uma melhoria das condições de vida de modo a que exista um processo de desenvolvimento paralelo ao projecto. O principal objectivo dos reassentamentos deverá contemplar entre outras coisas a melhoria da qualidade de vida da população.

424

Os impactos dos reassentamentos são especialmente graves nos países em desenvolvimento, onde as pessoas deslocadas não têm voz e ficam à mercê dos desígnios dos “donos” dos projectos, muitas vezes mais preocupados com a contenção de custos das externalidades dos projectos do que com a mitigação e compensação dos impactos causados pelos mesmos.

Em Moçambique as comunidades rurais vivem de forma dispersa e cada família tem para além da sua casa um quintal e áreas circunvizinhas destinadas ao cultivo e pastagens. A ocupação dessas terras pela mesma família passa de geração em geração, o que cria nos seus ocupantes o sentimento de pertença. No entanto, o reassentamento das populações afectadas pelos megaprojectos obedece a lógica de urbanização, para um ambiente quadriculado e regrado, com novas formas e meios de apropriação do espaço. Perante este cenário, coloca-se a seguinte pergunta de investigação: Em que condições vivem as populações reassentadas pelos megaprojectos da indústria extractiva em Moçambique? Esta pergunta serve de fio condutor





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

deste estudo, que tem por objectivo fazer uma análise das condições de vida das populações reassentadas pelos megaprojectos de recursos extractivos em Moçambique.

Para responder à questão de partida, foi feita uma análise qualitativa que possibilitou a operacionalização de conceitos e respectivo enquadramento teórico. O estudo quanto aos objectivos, é classificado como exploratório, pois tem por finalidade, buscar o que foi produzido sobre a problemática de reassentamento das comunidades afectadas pelos megaprojectos de recursos extractivos em Moçambique. Como técnica, foi realizada uma pesquisa bibliográfica (Gil, 1991), cuja colecta de dados apoiou-se em informações secundárias (COOPER; SCHINDLER, 2003). Os materiais já publicados eram principalmente constituídos, por artigos científicos e relatórios ligados ao tema em análise. Para o efeito, foram analisadas as experiências narradas nos estudos feitos às comunidades reassentadas pelos megaprojectos que operam nas três zonas do país detentoras de recursos extractivos, nomeadamente: norte, centro e sul. Na zona sul foram analisados os estudos feitos às comunidades reassentadas na Província de Inhambane pelo Consórcio Sul-africano Sasol que explora Gás Natural, nas localidades de Pande e Temane, como é o caso do trabalho de (BIHAL, 2016). Na zona centro, apoiou-se nos estudos das comunidades da província de Tete afectadas pelos megaprojectos que exploram recursos minerais, concretamente as comunidades reassentadas nos distritos de Moatize e Changara. Finalmente, na zona norte a pesquisa apoiou-se nos estudos das comunidades reassentadas pela Vale, no Distrito de Nacala-a-Velha, na Província de Nampula. A metodologia foi complementada por uma técnica de mineração de dados, designada *Association Rules* que facilitou a análise dos estudos pesquisados que versam sobre reassentamentos em Moçambique. Para além desta introdução, o artigo contempla a fundamentação teórica, apresentação e discussão dos resultados e as considerações finais.

425

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Marrewijk (2013) define megaprojecto como um projecto cujo investimento necessário para sua execução é igual ou superior a US 1 bilhão. Flyvbjerg (2003) refere que megaprojectos





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

são projectos de grande escala com dinâmicas complexas e custos iguais ou superiores a US \$ 1 bilhão. De acordo com o autor, esses empreendimentos são transformacionais em diferentes esferas e têm impactos sobre milhões de pessoas.

Shamini (2011) olha para o reassentamento populacional como a deslocação de pessoas ou grupo de pessoas de uma forma forçada ou obrigada a deixar suas casas ou local de residência habitual, e estas deslocações podem resultar dos efeitos ou conflitos armados, de situação de violência generalizada, violações dos direitos humanos ou de catástrofes naturais produzidos ou não pelo Homem. O reassentamento populacional vem sendo abordado por vários autores, governos e agências internacionais como uma estratégia para resolver situações causadas por desastres e calamidades naturais, crises políticas e espaços para efectivação de megaprojectos económicos. No entanto, não existe um consenso claro sobre o seu significado. A conotação ideológica que perpassa este conceito faz com que haja diversas e mesmo contraditórias interpretações sobre possíveis significados. Para fins deste artigo, o reassentamento é definido segundo o Regulamento do Processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas (aprovado pelo Decreto nº 31/2012 de 8 de agosto) que preconiza “o reassentamento como sendo a deslocação ou transferência da população afectada de um ponto do território nacional para outro, acompanhada da restauração ou criação de condições iguais ou superiores às que tinham”. Os reassentamentos afectam em termos socioeconómicos, a vida das pessoas a quem as propriedades são requeridas, assim como as comunidades em que vivem.

Wood, Costa, Lima e Guimarães (2016) definem Impacto Social como sendo benefício recebido por indivíduos ou grupos de indivíduos de megaprojectos, de uma empresa privada ou pública, ou de uma organização social, ou ainda recebido de um sector de actividades. Impacto social é um conceito que se relaciona com todas as áreas do saber, uma vez que qualquer acção que impacte positiva ou negativamente na vida de pessoas ou quaisquer seres vivos, provoca uma mudança ambiental em toda a zona abrangida.

### 3 RESULTADOS ALCANÇADOS





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Os conflitos relativos ao uso e apropriação de territórios e recursos naturais integram o cenário de disputas e mudanças no paradigma sócio-ambiental, além de revelar as assimetrias na forma de apropriação desses recursos que dão origem a desavenças entre os agentes envolvidos (ACSELRAD, 2004). Esta ideia é corroborada por Reis (2012) ao afirmar que os grandes projectos de infraestrutura, como a mineração desencadeiam processos sócio-ambientais complexos, que compreendem aspectos técnicos, sociais, políticos e culturais. Nesse sentido, as relações entre agentes e processos sociais formam campos de conflitos, uma vez que as mudanças sócio-culturais decorrentes dos processos de reterritorialização, desencadeados pela instalação destes empreendimentos, dependem de diversas perspectivas e interesses, muitas vezes contrastantes, dos agentes envolvidos e das relações assimétricas de poderes existentes entre eles. Cabe destacar também que as áreas destinadas à instalação e ao funcionamento destes grandes projectos não são “espaços vazios”, mas sim locais que abrigam diferentes segmentos sociais, populações que, historicamente, ocupavam o território e que são obrigadas a migrar de forma compulsória e a reestruturar sua territorialidade e modos de vida.

Do ponto de vista social, as populações vítimas de usurpação de terras sujeitam-se à destruição e perda do acesso a áreas de produção e captação de recursos naturais e de postos de trabalho, rompimento do tecido social comunitário, além da mutilação ou total transformação dos espaços simbolicamente mapeados e infraestruturas, tais como: bens comunitários, escolas, igrejas, cemitérios, áreas de sociabilidade e de lazer, compreendendo também aspectos cognitivos, míticos e afectivos (REIS, 2012). Nesse sentido, os conflitos sócio-ambientais são, por vezes, motivados pela ausência de políticas públicas que reconheçam a pluralidade dos interesses envolvidos (DE PONTES; DE FARIAS; DE LIMA, 2013). No que se refere à actividade extractiva em Moçambique, a literatura e os órgãos de comunicação social têm relatado vários casos de manifestações ou reivindicações dos reassentados pelos megaprojectos.

427

### 3.1 EXPOSIÇÃO DOS DADOS

De acordo com Bihal (2016), o processo de reassentamento em Moçambique é





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

caracterizado por muitas irregularidades. Os reassentamentos ocorridos no centro e norte, concretamente nas províncias de Tete (Cateme, Mwaladzi, Catete, Nchenga e 25 de setembro), em Nampula (Topuito), foram manchados de erros desde o seu início. Além de o processo de diálogo entre o Governo, as empresas e as comunidades ter sido complexo e lento, o governo não se fez presente em todo o processo de reassentamento. A auscultação pública foi fraca e as comunidades não tiveram informação suficientemente clara sobre os seus direitos. Não houve negociação com as populações afectadas sobre a área onde iriam viver nem sobre o tipo de casas que as empresas iriam construir, o processo foi imposto. Em alguns casos, as casas foram mal construídas, sendo as localidades de Cateme e Topuito os casos mais gritantes. Ademais, as terras onde foram reassentadas as populações, em alguns casos são de pequenas dimensões para a prática de actividades de sobrevivência. As comunidades receberam promessas de emprego e apoio financeiro para o desenvolvimento de actividades de rendimento, mas as promessas não foram cumpridas (MOSCA; SELEMANE, 2011). Na zona sul, na Província de Inhambane, as promessas feitas pelo Consórcio que explora Gás Natural de Pande e Temane (CGNPT) às comunidades locais, de contratação de mão-de-obra local e fornecimento de gás, não foram cumpridas. O processo de recrutamento de pessoal não foi transparente e o gás não foi fornecido às populações (BIHAL, 2016). Esta constatação vem contrariar a legislação moçambicana que determina que uma percentagem das receitas da exploração dos recursos naturais deve ser alocada ao desenvolvimento das comunidades locais.

428

Todos os estudos analisados relatam condições precárias das comunidades reassentadas pelos megaprojectos que exploram recursos extractivos em Moçambique e continuarão a enfrentar, a menos que ocorra uma mudança estrutural maior. As atitudes dos megaprojectos de negligenciar as boas práticas na efectivação dos reassentamentos contrariam as directrizes e normas internacionais que orientam que num projecto de reassentamento, as famílias devem ser reassentadas em locais seguros com infraestruturas e condições adequadas para darem continuidade aos seus usos e práticas costumeiras e para o usufruto directo e indirecto dos recursos existentes. Os recursos minerais são cruciais para alavancar as economias dos países pobres como o caso de Moçambique, no entanto, o que se observa é que a instalação de





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

megaprojectos de recursos extractivos é causadora da emergência de conflitos sócio-ambientais, resultantes da divergência de interesses entre os agentes envolvidos. Esses conflitos se expressam em relações assimétricas de poder entre os agentes envolvidos, a favor dos megaprojectos. As famílias prejudicadas por estes empreendimentos não participam na tomada de decisões por isso os seus direitos não são plenamente contemplados, estando sujeitos a viverem em condições desfavoráveis em relação às condições anteriores à implementação de projectos.

### 3.2 ANÁLISE DOS DADOS

Entre 2011 e 2014, o governo de Moçambique intensificou a elaboração e aprovação de instrumentos jurídico-legais abaixo indicados, para corrigir alguns dos erros decorrentes da actividade mineira, com destaque para o Decreto 31/2012, de 1 de Agosto que aprova o Regulamento sobre o Processo de Reassentamento resultante de Actividades Económicas:

- Lei nº20/2014, de 18 de agosto - Lei de Minas;
- Lei nº 21/2014, de 18 de agosto -Lei de Petróleos;
- Lei nº 25/2014, de 23 de setembro - Lei de Autorização Legislativa referente aos Projectos de Liquefação do Gás Natural das Áreas 1 e 4 da Bacia do Rovuma;
- Lei nº 27/2014, de 23 de setembro – estabelece o Regime Específico de Tributação e de Benefícios Fiscais das Operações Petrolíferas;
- Lei nº 28/2014, de 23 de setembro - estabelece o regime específico de tributação e de benefícios fiscais da actividade mineira;
- Decreto nº 63/2011 de 7 de dezembro – aprova o Regulamento de Contratação de Cidadãos de Nacionalidade Estrangeira no Sector de Petróleos e Minas;
- Decreto-Lei nº 2/2014, de 2 de dezembro - Estabelece o Regime Jurídico e Contratual Especial Aplicável ao Projecto de Gás Natural Liquefeito nas Áreas 1 e 4 da Bacia do Rovuma;
- Decreto 31/2012, de 1 de agosto - Aprova o regulamento sobre o processo de reassentamento resultante de actividades económicas.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Estes instrumentos evidenciam o esforço do governo de tentar ganhar o controlo das actividades de prospecção, pesquisa, desenvolvimento e produção de recursos minerais e energéticos e de tornar a sua exploração transparente, óptima e sustentável, de modo a garantir que os ganhos daí resultantes se convertam em desenvolvimento social das comunidades, sobretudo daquelas que residem em volta das áreas de mineração. Contudo, os resultados desta reforma legal ainda não estão a surtir efeitos desejados.

O país conta com muitos anos de experiência negativa em questões do processo da indústria extractiva sem solução plausível, sobretudo no tocante ao processo de reassentamento. Este processo continua conflituoso, pois as comunidades abrangidas reclamam ainda de uma fraca consulta e de um envolvimento débil na tomada de decisões. Outro problema é que as populações estão reassentadas em terras pouco produtivas e distantes de pólos de comercialização de produtos diversos. Por exemplo, os Bairros de Cateme e Mwaladzi distam cerca de 40km da Vila de Moatize e 60km da cidade de Tete (BIHAL, 201, p.34).

De acordo com a mesma fonte, o apoio que primeiramente as empresas multinacionais davam a estas comunidades reduziu drasticamente. O apoio alimentar foi cortado e o apoio financeiro às iniciativas locais não chega às comunidades o que agrava o problema da insegurança alimentar crónica nas famílias. Os serviços de saúde são precários e não há serviço de ambulância, para além de caracterizar-se por mau atendimento hospitalar e escassez de medicamentos essenciais. A ambulância destinada à localidade de Cateme foi alocada ao distrito. Grande parte dos membros das famílias está no desemprego. A Vale atribuiu campos para a prática agro-pecuária às famílias reassentadas em Cateme, sem consulta prévia das populações nativas criando conflitos de posse de terra entre estas populações e as reassentadas. Alguns jovens foram formados e treinados, mas sentem que a formação foi de baixa qualidade e nunca receberam nenhum tratamento especial no processo de contratação segundo a promessa feita no período de deslocações.

O ambiente que se vive nos locais de reassentamento é de críspação e de desconfiança em relação aos governos locais e empresas mineradoras, originando sentimento de abandono e apatia destas entidades. De acordo com Penhane (2015), nas comunidades de 25 de setembro, Mwaladzi, Catete, Nchenga no distrito de Moatize, não há escolas. Em Mwaladzi





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

apenas existem duas escolas, uma primária e outra secundária. A escola secundária dista a 10km de Mwaladzi e o seu acesso é limitado por falta de transporte. Todas estas dificuldades têm sido denunciadas pelas populações e grupos da sociedade civil que actuam como grupos de pressão contra os abusos dos direitos humanos de que os reassentados têm estado a ser vítimas em todo este processo. O mutismo do governo faz com que a única via encontrada pela população reassentada seja a de manifestações reivindicativas que resultam em confrontações entre as populações e força policial.

De acordo com Selemane (2010), a ligação das multinacionais com altos dirigentes do país enfraquece a posição dos governos locais e destes com as comunidades. Esta observação é ainda válida porque em Tete as comunidades acusam as autoridades administrativas e as multinacionais de se recusarem a dialogar com elas o que alimenta a percepção das comunidades de que as decisões do Governo muitas vezes favorecem às multinacionais. Acusações mútuas entre os governos locais e os reassentados são constantes. Por um lado, as populações acusam o governo de incumprimento do contrato feito na altura da apropriação das suas terras em termos de atribuição de melhores condições de vida nos locais de reassentamento comparativamente às condições existentes nos seus locais de origem, indemnizações e canalização de 2,75% das receitas provenientes da exploração mineira às populações afectadas pelos megaprojectos, segundo o previsto no Decreto 31/2012, de 1 de agosto. Por outro lado, as estruturas locais e as empresas de mineração acusam as populações de praticarem actos de vandalismo prejudiciais ao bom funcionamento dos projectos.

A falta de terras aráveis para a prática de actividades agrícolas, poluição das águas e do ar resultantes da actividade de mineração aumenta a propensão de ocorrência de aumento de criminalidade, casamentos prematuros e doenças. Esta situação ocorre em quase todas as zonas de exploração mineira em Moçambique nomeadamente nas províncias de Tete, no distrito de Moatize, onde as populações foram deslocadas para dar espaço à exploração de carvão mineral, bem como ao longo da linha de transporte do carvão da zona de exploração até ao ponto de escoamento do mesmo, na província de Nampula, no distrito de Nacala-a-Velha. Conflitos também têm sido reportados nos locais de reassentamento das populações abrangidas pela







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

exploração de Rubis, no distrito de Montepuez, província de Cabo Delgado. No Sul do país, a exploração de gás na província de Inhambane, localidades de Pande e Temane, embora os registos indiquem o início de actividades de exploração em 2004, dezassete anos depois, comparada com outras regiões da província não abrangidas pela exploração de recursos, ainda não se notam sinais de qualquer desenvolvimento.

Em Nchenga e Catete não há serviços de saúde. Na comunidade de Cassoca, em Marara, as águas dos centros de lavagem do carvão estão a poluir a água dos rios, com impacto nocivo sobre a vida das populações. Em todas as comunidades de reassentamento os níveis de desemprego são elevados (PENHANE, 2015). Além disso, tem havido desvios na aplicação de fundos destinados ao desenvolvimento das zonas de reassentamentos. Por exemplo, em 2015 os fundos foram desviados para a emergência das cheias, no distrito de Mocuba. Esta situação revela que a aplicação dos direitos da comunidade é difícil porque os mecanismos adoptados para a sua materialização não funcionam adequadamente. A parceria que o Governo tem com as multinacionais faz com que a sua actuação de se impor junto dos detentores dos megaprojectos fique enfraquecida (BIHAL, 2016). Por exemplo, no Consórcio Sul-africano Sasol de Pande e Temane o Estado moçambicano conta com 1.186.823 acções ordinárias e na Vale a Empresa Moçambicana de Exploração Mineira, S.A (EMEM) em representação do Estado Moçambicano detém 4% de participação.

Com apoio do aplicativo de mineração de dados, foram apuradas as seguintes palavras comuns em todos os estudos sobre reassentamentos analisados:

{*Reassentada, escola, própria*}; {*Reassentada, saúde, própria*};  
{*Reassentada, saúde, volta*}; {*Acordo, benefício, redução*};  
{*Rural, sem, realizado*}; {*Sejam, financeira, redução*}

Esta técnica possibilitou aferir as posições tomadas pelos autores dos estudos em torno do nível das condições de vida das populações reassentadas pelos megaprojectos nas três zonas estudadas. As combinações acima correspondem às associações mais frequentes tendo em conta





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

o problema pesquisado. Para todas elas, o suporte foi de cerca de 77 por cento e uma confiança que varia entre 91 e 100 por cento. De acordo com estes resultados, em 77 por cento dos documentos analisados, as questões relativas ao reassentamento e escola aparecem sempre juntas. Quanto às restantes associações, as distribuições das percentagens também são as mesmas. Por exemplo, em relação às questões sobre acordos, benefícios e redução, os resultados indicam que em 77 por cento dos documentos analisados as mesmas são abordadas juntas. Porém, dos documentos que focam a questão da redução, em 91 a 100 por cento destes documentos, esta redução está associada aos benefícios. Ou seja, referem-se à redução de benefícios, o que de certo modo confirma o incumprimento ou violação do acordo. Se por um lado o acordo já era tido como desfavorável para as comunidades reassentadas, a situação torna-se mais grave quando a dado momento esse mesmo acordo é violado.

### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo visava apurar o nível das condições de vida das populações reassentadas pelos megaprojectos da indústria extractiva em Moçambique tendo se concluído que as comunidades não estão satisfeitas com a forma como o processo de reassentamento foi conduzido. Existe um crescente conjunto de evidências de que, apesar dos esforços para estabelecer e aplicar padrões (*standards*) de desempenho, as pessoas que são deslocadas pela mineração e projectos de desenvolvimento de grande escala têm os seus direitos diminuídos e são expostas a desvantagens a longo termo. Ou seja, a maioria das pessoas reassentadas está numa situação pior do que aquela em que estava anteriormente. Em nome do desenvolvimento, estas pessoas são expulsas das suas terras e privadas das suas redes sociais, das suas práticas e ambientes de ruralidade, e transportadas para pequenos aglomerados, onde são obrigadas a adaptar-se a um modo de vida mais urbano.

Em Moçambique, as péssimas condições de vida dos reassentados são resultado da falta de monitoria participativa o que tem feito com que os direitos e interesses das pessoas reassentadas não sejam priorizados. Os erros cometidos nos processos de reassentamento ainda





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

não estão a ser corrigidos devido à fraca comunicação entre o governo, as multinacionais e as comunidades. O governo é apático e pouco comunicativo; as multinacionais não dialogam com as comunidades e as comunidades não são envolvidas no processo. Esta situação cria conflitos entre as comunidades e as multinacionais. O Estado moçambicano precisa de respeitar, proteger e satisfazer os direitos humanos da sua população.

As populações reassentadas pelas multinacionais devem ser amparadas pelos tratados de direitos humanos em vigor em Moçambique, que prevêm não apenas a obrigação negativa do Estado de se abster de qualquer acção que prejudique os seus direitos. O Estado tem também a obrigação positiva de desempenhar um papel activo na regulação dos agentes económicos, como empresas ou outros particulares, que pressuponham uma ameaça aos direitos humanos da população (ZIEGLER, 2001). A população pode melhorar a sua qualidade de vida se conseguir apropriar-se do espaço em que habita e recriar as suas estratégias de sobrevivência, esforço que deverá contar com o apoio do projecto responsável pela sua desestruturação. Para o efeito, é necessário um esforço concertado entre privados e governo, para que os novos e pequenos centros urbanos que surgem na sequência de reassentamento forçado das populações favoreçam o desenvolvimento rural através da criação de meios para a melhoria da qualidade de vida das comunidades. Isto requer o acesso aos serviços básicos (água, escolas, centros de saúde, etc.), a reestruturação das redes sociais e o aumento dos rendimentos das comunidades de modo a que se possam integrar na economia de mercado, como defendia. Para o efeito, recomenda-se que o reassentamento seja orientado por uma abordagem de desenvolvimento sustentável, tanto em termos sociais (melhorias para todos na saúde, educação, acesso à água, entre outras), como em termos de mudança de práticas económicas (de forma a diminuir a dependência de factores climáticos ou a acentuada exploração dos recursos naturais locais). Isso requer, necessariamente, a inclusão e participação das comunidades afectadas e o envolvimento das autoridades provinciais e distritais na concepção de uma estratégia integrada de desenvolvimento económico e social, orientada para as comunidades rurais mais pobres.

De acordo com as constatações do estudo, recomenda-se que os megaprojectos melhorem a forma como interagem com as populações locais na condução dos reassentamentos.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Igualmente, recomenda-se que sejam criados mecanismos de mediação dos conflitos inerentes à actividade mineradora, por meio do planeamento participativo, que envolva as partes em conflito a fim de buscar um acordo que contemple a todos e garanta a plenitude dos direitos das comunidades atingidas.

Importa salientar que não se defende nesta pesquisa que as pessoas que vivem em ambiente rural disperso sejam agregadas em pequenos centros urbanos. Defende-se que, no processo de contínua e extensiva urbanização rural a que se assiste e se prevê assistir nos próximos anos no país devido ao grande número de projectos com reassentamentos associados, se deva disponibilizar todos os meios para transformar os seus inevitáveis impactos em oportunidades. Tomar em consideração que essas comunidades têm como principal actividade a agricultura, e que a sua prática implica a existência de terra arável e fontes de água para irrigação dos campos, com vista a minimizar o sentimento de perda que estas comunidades carregam consigo.

435

### REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **As Práticas Espaciais e o Campo dos Conflitos Ambientais**. 2009. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/590751/mod\\_resource/content/1/Conflitos%20Ambientais%20no%20Brasil.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/590751/mod_resource/content/1/Conflitos%20Ambientais%20no%20Brasil.pdf). Acesso em: 27 ago. 2023.

COQUERY-VIDROVITCH; CATHERINE. **Africa: Endurance and Change South of the Sahara**, United States of America: University of Califórnia Press, 1988.

BIHAL, D. **Indústria extractiva em Moçambique: perspectivas para o desenvolvimento do país**. Friedrich Ebert Stiftung, 2016.

CLARK, D. **Resettlement: The World Bank's Assault on the Poor**, Washington. Center For International Environmental Law, 2000.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

DE PONTES, U. C.; DE FARIAS, M.S.S.; DE LIMA, V.L.A. **Mineração e seus reflexos sócio-ambientais**: estudo de impactos de vizinhança (EIV) causados pelo desmonte de rochas com uso de explosivos, 2013.

GIL, C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

REIS, M. J. Projetos de grande escala e campos de conflito: considerações sobre as implicações socioambientais e políticas da instalação de hidrelétricas. In: **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**. v.9, nº 1, 2012.

MANUEL, N. (2019). A exploração mineira e o processo de reassentamento em Moçambique: uma análise das comunidades expropriadas pela Vale no distrito de Nacala-a-Velha. Recife: **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, V. 8, N. 1, 2012.

MOSCA, J.; SELEMANE, T. **El dorado Tete**: os mega projectos de mineração. Maputo, CIP – Centro de Integridade Pública, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/abeafrica/article/download/38578/25624>. Acesso em: jun. 2023.

SELEMANE, T. **Indústria Mineira em Moçambique**: Que Papel Para a Sociedade Civil? Centro de Integridade Pública – CIP, outubro, Tete. 2010. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/abeafrica/article/download/38578/25624>: Acesso em: 16 ago. 2023.

436

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras. 384 p, 2000

PENHANE. **Indústria Extractiva em Moçambique: Perspectivas para o desenvolvimento do país**. Disponível em <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/mosambik/13195>. Acesso em: 25 ago. 2023.

SHAMI, S. The Social Implications of Population Displacement and Resettlement. An Overview with a Focus the Arab Middle East. In **International Migration Review Vol**, 27, No. 1. p. 4-33, 1993.

ZIEGLER, J. **Informe preliminar del Relator Especial de la Comisión de Derechos Humanos sobre el derecho a la alimentación**. Disponível em: <https://www.refworld.org/cgi-bin/texis/vtx/rwmain/opendocpdf.pdf?reldoc=y&docid=47d68c7e2>. Acesso em: 27 ago. 2023.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### **PONCIÁ VICÊNCIO: MULHER NEGRA E SEUS DIREITOS**

Margarida Pontes Timbó<sup>164</sup>

Laura Ivna Angelim Silva<sup>165</sup>

#### **RESUMO**

Este artigo analisa a figura expressiva da protagonista feminina do romance *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo. A referida obra mostra-se atual no tocante aos Direitos Humanos, aos direitos femininos, quase sempre violados na sociedade patriarcal. Os direitos da mulher são evocados o tempo todo na narrativa, sobretudo os da mulher negra, violada, excluída e, muitas vezes, invisível. Assim, este trabalho tece relações entre o Direito e a Literatura, por isso o aporte teórico da pesquisa teórico-bibliográfica fundamentou-se em ideias dessas duas áreas, como, por exemplo: o uso da norma jurídica com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e da Lei 14.443/2022; de autores que abordam o negro como sujeito político, como, Alós (2011), Cuti (2016), Fanon (2008); e de estudiosos que investigam o texto evaristiano, como, Cruz (2010), Duarte (2006), Moreira (2016), entre outros. Espera-se evidenciar a potência de Ponciá como representatividade do feminino e de suas necessidades fundamentais.

**Palavras-chave:** Ponciá. Mulher negra. Direitos.

437

#### **ABSTRACT**

This article analyzes the expressive figure of the female protagonist in the novel *Ponciá Vicêncio*, by Conceição Evaristo. This work is current with regard to human rights, women's rights, almost always violated in patriarchal society. Women's rights are evoked all the time in the narrative, especially those of black women, who are violated, excluded and often invisible. Thus, this work builds relationships between Law and Literature, which is why the theoretical contribution of the theoretical-bibliographical research was based on ideas from these two areas, such as, for example: the use of the legal norm with the Universal Declaration of Human Rights (1948) and Law 14,443/2022; authors who address blacks as a political subject, such as, Alós (2011), Cuti (2016), Fanon (2008); and scholars who investigate the Evaristian text, such as Cruz (2010), Duarte (2006), Moreira (2016), among others. It is expected to highlight the power of Ponciá as representative of the feminine and its fundamental needs.

**Keywords:** Ponciá. Black woman. Rights.

<sup>164</sup>Doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Ceará – UFC; Professora do Curso de Direito da Faculdade Luciano Feijão – FLF e Professora temporária do Curso de Letras da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. E-mail: professoramargaridaffl@gmail.com

<sup>165</sup>Estudante do 10º semestre do curso de Direito da Faculdade Luciano Feijão – FLF; Integrante do *Lex Machina*, grupo de estudo, pesquisa e extensão em Direito Digital e Direitos Culturais, foi monitora da disciplina Português Jurídico da Faculdade Luciano Feijão – FLF. E-mail: laura\_angelim0@hotmail.com





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho discute o romance *Ponciá Vicêncio* da escritora mineira Conceição Evaristo numa abordagem que toca os Direitos Humanos e a situação política da mulher, especialmente a negra. A proposta justifica-se graças a premente necessidade de debater e fazer pesquisas étnico-raciais na academia, sobretudo acerca da Literatura Negro-Brasileira como espaço democrático para desconstruir o “perigo de uma única história” (ADICHIE, 2017) também para as personagens negras na Literatura.

A metodologia de pesquisa teórico-bibliográfica fundamentou-se na norma jurídica com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e da Lei 14.443/2022; em autores que estudam o negro como sujeito político, como, Alós (2011), Cuti (2016), Fanon (2008); e, por fim, em autores que investigam o texto evaristiano, como, Cruz (2010), Duarte (2006), Moreira (2016), entre outros.

Publicado pela primeira vez em 2003 e financiado por sua autora, *Ponciá Vicêncio* pode ser considerado um “*bildungsroman* afro-brasileiro”, conforme defende o professor Eduardo de Assis Duarte (2006) em importante artigo sobre a obra. Assim, a narrativa configura-se como um *bildungsroman* feminino e negro ao dramatizar a busca quase intemporal da protagonista para recuperar e reconstituir família, memória, identidade. Portanto, nessa busca o leitor percebe os enfrentamentos vividos pela protagonista para sobreviver em meio a sua condição e seus direitos.

Para fins didáticos, o trabalho está dividido em duas seções: no primeiro tópico apresentamos a análise do romance e o modo como compreendemos a expressividade da personagem feminina negra, bem como seus direitos violados; no segundo tópico exibimos brevemente os resultados alcançados com a discussão.

### 2 PONCIÁ VICÊNCIO: MULHER NEGRA E SEUS DIREITOS

O romance *Ponciá Vicêncio* apresenta visões profundas e muito reflexivas acerca da diáspora dos povos originários de matrizes africanas que chegaram no Brasil e trouxeram





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

consigo sentimentos de renúncia, lapsos da memória, vários tipos de violência e ausência de direitos.

A produção literária de Conceição Evaristo desfaz determinados estereótipos, como, por exemplo, quando falamos no sujeito africano, entendemos como se todos que viveram ou vivem na África fossem dotados da mesma imagem homogênea. O mesmo não acontece quando falamos no sujeito europeu, em outras palavras, o que o francês tem a ver com o italiano ou com o sueco? Existe homogeneidade nisso? Assim, Evaristo nos ajuda a desconstruir imagens equivocadas sobre os povos originários de matrizes africanas. A respeito do romance em estudo, Adélcio de Sousa Cruz (2010, p. 49) entende que “devido à peculiaridade de sua autoria: por serem oriundas da diáspora africana tais ‘minicontos’ carregam em seu cerne a condição fragmentária”, conduzida por uma pena corajosa e que sabe muito bem o que encontrar.

Nessa perspectiva, a literatura de Evaristo “não serve para adormecer os sujeitos das casas-grandes, mas sim para acordá-los de seus sonos injustos”. Essa ideia é proferida ou profetizada pela própria Evaristo, autora que se situa como voz militante a favor dos marginalizados quer pela cultura, sociedade, quer pela política e até pela própria literatura brasileira, como é o caso do sujeito negro, que esteve subjugado de seus direitos em muitos aspectos. Trata-se de uma obra que manifesta suas controvérsias e que concomitantemente exhibe novas possibilidades para a compreensão dos direitos de todos os cidadãos brasileiros, sobretudo, as pessoas pretas. Desse modo, o texto da autora mineira faz parte de uma

439

Literatura que emprega o dissenso de forma temática ou estilística pode participar da democracia expandindo o âmbito simbólico, alterando assim o conceito de demos (da aglomeração cidadã) para introduzir vozes diferentes, incluindo a sujeitos que muitas vezes são ofuscados pela ordem hegemônica (LEHNEN, 2018, p.16).

Um exemplo desse tipo de sujeito que infelizmente foi e ainda é ofuscado pela cultura hegemônica pode ser representado pelo pai da protagonista Ponciá, o genitor da família é uma representação forte dessa imagem e mostra o contexto de humilhação e de exploração vivenciado por muitas pessoas pretas na sociedade brasileira:







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Filho de ex-escravos, crescera na fazenda levando a mesma vida dos pais. Era pajem do sinhô-moço. Tinha a obrigação de brincar com ele. Era o cavalo em que o mocinho galopava sonhando conhecer as terras do pai. Tinham a mesma idade. Um dia o coronelzinho exigiu que ele abrisse a boca, pois queria mijar dentro. O pajem abriu. A urina do outro caía escorrendo quente por sua goela e pelo canto de sua boca. Sinhô-moço ria, ria. Ele chorava e não sabia o que mais lhe salgava a boca, se o gosto da urina ou se o sabor de suas lágrimas. (EVARISTO, 2017, p.17).

O trecho transcrito se mostra extremamente comovente e nos leva a refletir a posição marginal, subalterna e degradante destinada aos sujeitos negros radicados no Brasil, “a vida do preto brasileiro é toda tecida de humilhações” (CUTI, 2010, p.13). O fragmento literário acima ainda mantém intertexto com outras obras literárias expressivas, como, por exemplo, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis e *Menino de Engenho*, de José Lins do Rego, sobretudo quando percebemos a mesma postura dominadora que as crianças brancas desenvolveram com relação as crianças pretas durante brincadeiras e momentos aparentemente inocentes de lazer. Essas personagens reproduziram o comportamento desumano e agressor de seus pais e da própria hegemonia branca que promoveu um discurso de liberdade fajuta, contudo, infelizmente sempre agrediu e vilipendiou o negro: “Se eram livres por que continuavam ali? Por que, então, tantos e tantas negras na senzala?” (EVARISTO, 2017, p.17). Lastimosamente muitas pessoas negras ainda vivenciam essa senzala no Brasil. As citações nos fazem lembrar as desigualdades testemunhas de nossas piores mazelas sociais, bem como tocam profundamente no modo como ao negro foi negado o direito de brincar, de aprender, de amar, de lazer, enfim, de ser feliz: “Quem sabe a menina um dia sairia da roça e iria para a cidade. Então, carecia de aprender a ler. [...] O saber que se precisa na roça difere em tudo do da cidade. Era melhor deixar a menina aprender a ler. Quem sabe, a estrada da menina seria outra.” (EVARISTO, 2017, p.25). Tal fato sugere que os Direitos básicos previstos pela Constituição Federal Brasileira e inspirados nos Direitos Humanos não existiram para grande parte da população negra brasileira<sup>166</sup>. Assim, ao negro foi e ainda é negado diariamente muitos espaços, tais como: no

440

<sup>166</sup>Cabe destacar aqui o fragmento da música “Deixa o menino jogar”, da banda de Reggae Natiruts que fortalece essa mesma constatação: “Deixa o menino jogar ô iaiá/ Deixa o menino aprender ô iaiá/Que a saúde do povo daqui/É o medo dos homens de lá/A consciência do povo daqui/ É o medo dos homens de lá/ Sabedoria dos povo daqui/ É o medo dos homens de lá.”





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

recinto da academia, quando pensamos nos campos do conhecimento e constatamos a pequena quantidade de professores, professoras, reitores, reitoras e estudantes negros, nas esferas da política, do jornalismo, das artes etc. Ser branco é ser aceito, ser negro é ser renegado, “o Deus e misericordioso não pode ser negro; é um Branco, de faces bem rosadas. Do negro ao branco, tal é a linha de mutação. Ser branco é como ser rico, como ser bonito, como ser inteligente” (FANON, 2008, p. 60). Diante desse exame realizado por Fanon, podemos observar que ser negro consiste em um quase sinônimo de ser exótico, selvagem, ou seja, ser um outro inferior e marginal, só não de todo invisível por que sua cútis incomoda, pois “o negro não tem mais de ser negro, mas sê-lo diante do Branco” (FANON, 2008, p. 104), isto é, da cultura hegemônica de sujeitos opressores que procuram fazer com que o negro se esqueça de sua origem, condene seu corpo e se esqueça de si mesmo. Se “[...] é na sua corporeidade que se atinge o negro”, o texto de Evaristo fala acerca desse corpo negro atingido, violentado e vilipendiado no seu âmago, tecido por um também corpo negro que afronta, Evaristo não entra em estereótipos e, assim, desconstrói o negro como símbolo do biológico, mas sim como representação de pessoa humana dotada de direitos que merecem ser respeitados:

441

A primeira noite de Ponciá Vicêncio na cidade acabou sendo ali mesmo na porta da igreja. Viu o sacristão fechar a porta. O moço também a viu abraçada à trouxa de seus poucos pertences. Quis pedir alguma informação, perguntar pelo padre e pedir a caridade de algum alimento e de um gole d’água, mas não teve coragem. Algumas vezes, ela já havia passado a noite em claro, em festa ou velório, mas nunca sozinha. Sentia frio e medo. Aos poucos foi chegando companhia. Mendigos, crianças, mulheres e homens. Vinham alegres, risonhos apesar do desconforto e do frio. Ponciá descobriu alguns já deitados, agasalhados em jornais, e sentiu um calafrio. Lembrou dos santos que estavam lá dentro, das velas e dos castiçais, dos vitrais coloridos, dos bancos largos e lustrosos de madeira. Reviu o chão liso, brilhante, quase escorregadio da igreja. Olhou novamente para os lados, todos calmos, muitos até dormindo. Ela abriu a trouxa, tirou o terço de lágrimas de Nossa Senhora, beijando respeitosamente as contas escuras que se diluíam na cor mesma da noite, benzeu-se e começou a rezar a Ave-Maria (EVARISTO, 2017, p.35).

De acordo com o artigo 25 da Declaração dos Direitos Humanos, todas as pessoas devem ter direito a um nível de vida suficiente para assegurar a ela e sua família saúde e bem-estar, com isso tem direito à moradia adequada. Tal aspecto trata-se de um direito fundamental para a vida das pessoas. Contudo, tomando por base o desalento na citação do texto de Evaristo, o leitor





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

percebe as dificuldades daquelas vidas que, assim como a personagem Ponciá, estavam à procura de um local digno para passar a noite, quiçá, abrigados e longe do frio. Ponciá Vicêncio, uma mulher negra que não se reconhece no nome destinado à ela, sente-se fragilizada por enfrentar a primeira noite como uma pessoa vulnerável na iminência de viver definitivamente em situação de rua. Chama a atenção do leitor a forma lírica como a escritora conduz as imagens: uma mulher negra, cujos dedos tocam as “contas escuras” do rosário, súplica, na escuridão da noite, a intercessão divina de uma divindade também mulher e quem sabe negra, possivelmente Nossa Senhora Aparecida, que aparecerá para salvar a todos aqueles subalternos que se encontram ao desabrigo diferentemente dos santos da igreja. Quem teriam mais direitos nessa situação fática: os humanos ou os santos? Ao que tudo indica em um mundo desigual e sem direitos verdadeiramente humanos, os santos são mais felizes.

É desse modo que toda a obra de Evaristo e sua “escrevivências” procuram construir uma outra história para a personagem negra na nossa Literatura. Logo, quando fala da mulher negra e da opressão vivida por pessoas pretas, a autora procura expor de maneira crítica e política o negro como sujeito humano marcado pela injustiça, pela violação, pelo desrespeito, evidenciando como o preconceito racial e a ausência de direitos conduziu até mesmo a desvalorização do corpo negro. No trecho abaixo podemos perceber outro desafio vivido por Ponciá quando consegue seu primeiro emprego na cidade, será que seus direitos foram efetivamente respeitados?

442

Aos poucos, Ponciá foi-se adaptando ao trabalho. Ficou mesmo na casa da prima da moça, que ela havia encontrado na igreja. Foi aprendendo a linguagem dos afazeres de uma casa da cidade. Nunca esqueceu o dia em que a patroa lhe pediu para que ela pegasse o *peignoir* e, atendendo prontamente o pedido, ela levou-lhe a saboneteira. Errava muito, mas ia aprendendo muito também. Estava de coração leve, achava que a vida tinha uma saída. Trabalharia, juntaria dinheiro, compraria uma casinha e voltaria para buscar sua mãe e seu irmão. A vida lhe parecia possível e fácil (EVARISTO, 2017, p. 39).

O não entendimento do código da língua francesa faz com que Ponciá passe por situação constrangedora diante da patroa, ou seja, a falta de conhecimento do código da língua francesa promove uma barreira na comunicação entre patroa e empregada. Esta desconhecia o significado





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

do vocábulo francês como sendo o robe da madame, por isso acaba levando a saboneteira no lugar da referida peça do vestuário. Diante de uma circunstância como essa, a doméstica pode ter sido repreendida com grosseria, zombaria e desrespeito pela patroa, mas o senso de humildade e desejo de aprender mostra que como boa aprendiz a personagem só deseja melhorar de vida e ser livre, independente dos direitos trabalhistas e humanos violados. Porém, que liberdade é essa que trabalha de domingo a domingo?

O negro brasileiro vive uma eterna busca pela liberdade: seja ela do direito de ir e vir, do direito de cultivar seus seres, seja ela de vestir-se e falar como deseja, “[...] mas o preto ignora o preço da liberdade, pois ele não lutou por ela. De tempos em tempos ele luta pela Liberdade e pela Justiça, mas se trata sempre de liberdade branca e de justiça branca, de valores secretados pelos senhores.” (FANON, 2008, p.183). No Brasil de hoje constatamos a urgência de pessoas negras e brancas em lutarem em prol da liberdade política e dos direitos do povo negro. Todavia, ainda há muito a fazermos para assegurar os direitos das minorias que não detêm poder de ação, escuta, fala e decisão na sociedade, porque ainda vivem sem liberdade e em regime de escravidão. Essa vida escrava, sem direitos, sem dignidade e que ainda persiste, é sintomaticamente evocada quando a protagonista do romance em estudo rememora a figura do avô, como aponta o fragmento abaixo:

443

Vô Vicêncio com a mulher, os filhos viviam anos nessa lida. Três ou quatro dos seus nascidos do “Ventre Livre”, entretanto, como muitos outros tinham sido vendidos. Numa noite, o desespero venceu. Vô Vicêncio matou a mulher e tentou acabar com a própria vida. Armado com a mesma foice que lançara contra a mulher, começou a se autflagelar decepando a mão. Acudido, é impedido de continuar o intento. Estava louco, chorando e rindo. Não morreu o Vô Vicêncio, a vida continuou com ele independente do seu querer. Quiseram vendê-lo. Mas quem compraria um escravo louco e com o braço cotó? Tornou-se um estorvo para os senhores. Alimentava-se das sobras. Catava os restos dos cães, quando não era assistido por nenhum dos seus. Viveu ainda muitos e muitos anos. Assistiu chorando e rindo os sofrimentos, aos tormentos de todos. E só quando acabou de rir todos os seus loucos risos e de chorar todos os seus insanos prantos, foi que Vô Vicêncio ficou-se calmo. Ponciá Vicêncio era pequena, muito pequena, criança de colo ainda (EVARISTO, 2017, p.44-45).

O choro e o riso simultâneos representam muito mais do que um paradoxo, representam a loucura, a angústia e o desespero de um sujeito que, depois de ser muito injustiçado e humilhado





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

em sua dignidade humana não sabe como reagir diante de tantos sofrimentos marcados no corpo e na memória. É nítido o desespero do avô de Ponciá, que ao constatar a sua falta de liberdade, a dos filhos e da esposa, em um ato desanimador acaba cometendo um excesso e assassinando a esposa, quem sabe assim ela não geraria mais filhos escravos, contudo, o homem não consegue cometer o suicídio seguido do homicídio. Daí, a loucura se instala de vez na vida de Vô Vicêncio e como Lázaro bíblico que se alimentou e viveu junto aos cães, o avô de Ponciá vive até seus dias em resignação, sem entender como um humano é capaz de maltratar, menosprezar e tomar a liberdade do outro.

Os personagens protagonizam o contínuo denunciar, no passado e no presente, dos abusos e desmandos infligidos a negros, que passam de escravos a ex-escravos e daí a excluídos sociais, sempre explorados. As imagens do cotidiano mostram a pobreza, o desamparo, a injustiça. O analfabetismo, a exploração em zona rural e urbana, a semiescavidão, a emigração do campo, a vida nas favelas, a violência doméstica e de gênero e a violência social. (NASCIMENTO, 2016, p.85).

Pela figura marcante do ascendente da protagonista, isto é, graças a presença de Vô Vicêncio, podemos constatar que por meio da recuperação trágica de sua história localizamos tacitamente infrações aos 12 primeiros artigos da Declaração dos Direitos Humanos, conforme comentaremos a seguir nesse texto:

444

O artigo 1º tutela a liberdade e igualdade, direitos intrínsecos ao ser humano. Com isso, ao analisar a vida árdua de Vô Vicêncio podemos constatar que não houve tratamento com igualdade, sequer houve liberdade durante sua trajetória, o artigo ainda fala sobre dignidade humana, direito que fora extremamente deturpado ao longo da relação do idoso com o Senhorio.

Os bens jurídicos tutelados pelo artigo 2º são massacrados pela situação de escravidão na qual o avô da protagonista se encontrava. A norma defende a liberdade sem distinção de qualquer aspecto físico, religioso, étnico e político, no entanto, Vô Vicêncio era preto e, por isso, era escravo. O artigo 3º reforça o direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. Diante disso, nos perguntamos: vida? Liberdade? Segurança? O Senhor Vicêncio não possuía vida, sua existência era dedicada a outrem, ele não tinha liberdade e sua segurança ficava ao dispor do que o seu Senhorio escolhesse.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

O artigo 4º foi criado especialmente para defender pessoas da mesma situação que assolava a vida do personagem, estabelecendo que ninguém poderá ser mantido em situação de servidão ou escravidão, proibindo categoricamente o tráfico de escravos em todas as suas formas.

O artigo 5º relevante em seu discurso fala sobre situações de violências, tais como: tortura, castigo cruel, desumano ou degradante, situação frequente em um período escravagista. Quiçá, foi o desespero de vivenciar esses episódios de violências como esses que fizeram Vô Vicêncio assassinar a esposa e tentar o suicídio, consumado na automutilação.

O texto do artigo 6º estabelece que perante a lei todo ser humano tem que ser reconhecido como pessoa e ter seus direitos como pessoa. Em contraponto, o escravo não era gente, era posse, um objeto que não era tratado como outro ser. O ponto de destaque do artigo 7º consiste na luta contra a discriminação, ainda se destaca a reprovação de qualquer ato que incite a atitudes de cunho discriminatório.

O artigo 8º descreve ferramentas nas quais pessoas em situações de possíveis desrespeitos aos Direitos Humanos possam utilizar para combater e remediar efetivamente atos que violam os bens jurídicos tutelados.

O artigo 9º destaca a necessidade de justiça, orientando que não deverá haver arbitrariedade no âmbito jurídico.

Os artigos 10º e 11º reforçam o direito à igualdade. Além disso, orientam que todos têm direito ao devido processo legal que deve ser imparcial. Nesse sentido, também perpetuam a norma que estabelece a presunção de inocência até que se prove a culpabilidade do indivíduo seguindo os ditames legais. Será que Vô Vicêncio teve sua presunção de inocência respeitada diante do trágico assassinato da esposa?

Por fim, o artigo 12º tutela o direito à privacidade e a não interferência do Estado na família, lar e na correspondência. Estabelecem ainda dois grandes bens jurídicos: a honra e a reputação. Nesse contexto, orienta que todo ser humano tem direito à proteção da lei, ou seja, cada Estado deve criar normas que adotem e fortaleçam as normas da Declaração Internacional dos Direitos Humanos. Mais uma vez, a família de Ponciá pode ter sofrido sanção diante da





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

forma como a honra e a reputação do avô foram colocadas em xeque levando ao infortúnio toda a família.

Nesse sentido, a obra literária em estudo mostra-se de forma política e inquietante, porque pode ser lida como uma espécie de narrativa que relaciona os direitos humanos à Literatura, sobretudo quando denuncia a vida escrava de pessoas negras que permanece até os tempos atuais, conforme aponta o trecho a seguir:

A vida escrava continuava até os dias de hoje. Sim, ela era escrava também. Escrava de uma condição de vida que se repetia. Escrava do desespero, da falta de esperança, da impossibilidade de travar novas batalhas, de organizar novos quilombos, de inventar outra e nova vida (EVARISTO, 2017, p.72).

Além disso, também pode ser considerado um romance de formação, mas invertido para a perspectiva negra, decolonial, política e feminina. Ele foge das características do romance de formação alemão, porque modifica um paradigma do cânone burguês literário. Trata-se de um coletivo que subverte o cânone tradicional. A personagem feminina, uma mulher negra, de nome exótico, “ficava a copiar o nome e a repeti-lo, na tentativa de se achar, de encontrar o seu eco” (EVARISTO, 2017, p.26). Ponciá não se reconhece no nome imposto, buscava um nome africano, sonhava com um nome para si porque não se conhecia naquele primeiro destinado a ela. A personagem acaba saindo da vila Vicêncio para tentar entender como ela é na sua subjetividade: “Agora na cidade sozinha, para onde deveria ir? O que deveria fazer?” (EVARISTO, 2017, p.34). Esses questionamentos mostram justamente a força e complexidade dessa mulher negra, que na sua diáspora, vai à procura de direitos para sobreviver de maneira mais confortável e menos desumana, porém há o desfazimento do seu núcleo familiar porque há uma violência sistêmica de um povo sem liberdade, portanto, escravizado. O irmão de Ponciá, Luandi, tenta a todo custo reencontrá-la, na cidade torna-se soldado e persevera na busca do reencontro. Ponciá é a ovelha desgarrada, mas não é a “ovelha negra”, pelo contrário, sua família nuclear sente muita estima e saudade dela.

De tal modo, *Ponciá Vicêncio* coloca-se como um romance que aponta “a retórica da resistência, dando especial atenção ao desmantelamento dos estereótipos em torno do negro e da





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

mulher (e mais especificamente, da mulher negra) no imaginário brasileiro” (ALÓS, p.286, 2011).

Ao casar-se com um homem violento, vemos que o relacionamento entre marido e mulher é abusivo, “o homem de Ponciá” agride-a continuamente, humilha e massacra psicologicamente a esposa. Em decorrência da violência, a mulher manifesta mutismo e resignação profundos. “Na escrita literária de Evaristo, o silêncio é a resposta que a personagem oferece a uma condição de subalternidade que lhe é imposta, a qual é de ordem patriarcal, mas também racial e de classe” (MOREIRA, 2016, p. 111). Curiosamente a narrativa é sobre Ponciá, porém a voz narrativa não é delegada a ela, “mas a uma narradora que, poeticamente, descortina para o leitor sua trajetória, da infância à idade adulta” (MOREIRA, 2016, p.111). Ponciá não possui liberdade de expressão, esse seu direito foi infringido devido a inúmeros eventos traumáticos em sua vida, todavia, o silêncio consiste numa forma de resistência e no Direito torna-se uma das prerrogativas do réu, ou seja, este tem o direito de permanecer calado. Assim, mesmo quando cala, o silêncio do sujeito, ou melhor, a ausência de expressão verbal, também é capaz de comunicar.

447

O homem de Ponciá Vicêncio começou a achar que a mulher estava ficando doente. Impossível tanta lerdeza, tanta inanição em quem era tão ativa. [...]

Quando viu Ponciá parada, alheia, morta-viva, longe de tudo, precisou fazê-la doer também e começou a agredi-la. Batia-lhe, chutava-lhe, puxava-lhe os cabelos. Ela não tinha um gesto de defesa. Quando o homem viu o sangue a escorrer-lhe pela boca e pelas narinas, pensou em matá-la, mas caiu em si assustado. Foi ao pote, buscou uma caneca d’água e limpou arrependido e carinhoso o rosto da mulher. Ela não reagia, não manifestava qualquer sentimento de dor ou de raiva. E desde esse dia, em que o homem lhe batera violentamente, ela se tornou quase muda. Falava somente por gesto e pelo olhar (EVARISTO, 2017, p.82-83).

O excerto exhibe tons muito fortes, pois evidencia o quanto a personagem sofre com a violência física praticada pelo marido. Vários direitos são infringidos, pois o companheiro usa de sua força e de sua dominação para espancar o corpo e torturar o psíquico da companheira. Então, o silêncio da personagem promove reflexões sobre o oprimido, o opressor e como isso pode ser assimilado pelo leitor, pois torna-se bastante desconfortante lê cenas de violência, seja no jornalismo, seja no literário e não se compadecer ou se revoltar com a dor vivida pela







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

personagem. A vontade que sentimos é a de imediatamente pegarmos o aparelho de telefone, em seguida discarmos o “100”, isto é, o “Disque Direitos Humanos”, ou mais especificamente discarmos o “180”, número da central de “Atendimento à Mulher” no Estado do Ceará. Cabe lembrar que o cartão da propaganda desse órgão no ano passado trazia o seguinte enunciado: “Não se cale. O silêncio também mata”. Tal fato só constata ainda mais a força expressiva e política do texto de Evaristo, pois Ponciá, ao emudecer, resiste, contudo, morre paulatinamente.

Cumprido destacar ainda que o marido agressor sequer tem nome na narrativa, é referenciado apenas como “o homem de Ponciá”, isso poderia ser uma desconstrução da família patriarcal, em que a mulher é sempre identificada por pertencer ao cônjuge. Ademais também pode ser uma forma de dar menos espaço ao agressor e destacar a expressividade da mulher ou da vítima. Além disso, podemos pensar que esse homem também padece do sistema social, conforme aponta Maria José Somerlate Barbosa no Posfácio da obra, na edição de 2017:

[...] ao descrever o relacionamento de Ponciá com seu marido, jamais a descreve como uma heroína trágica ou o marido como um vilão. Ainda que Evaristo retrate com pinceladas bem reais o comportamento violento do marido, também busca explicar as razões que o levam a proceder assim. Mesmo que tal explicação não seja uma justificativa para os seus atos, serve para mostrar que ele também é uma vítima do sistema social.

448

As dores de Ponciá possuem dimensões profundas, no entanto, ela sente outra grande tristeza, além das agressões do marido e da distância da família, os sete filhos nasciam e morriam logo em seguida. A maternidade mostra-se como tema constante na escrita de Evaristo, sendo assim, assume discursos bastante politizados sobre o domínio da mulher acerca de seu próprio corpo, o feminino negro, crimes de violação, assédio moral, sexual e psicológico, aborto e relação mãe e prole. Esses temas além de políticos são comumente integrados às leis universais e brasileiras, quando entendemos a complexidade de tornar-se mãe. No tecido literário, o narrador faz Ponciá rememorar suas gravidezes e as frustrações trazidas com elas, ao mesmo tempo em que leva o leitor a pensar sobre a carência da gravidez de uma mulher pobre, negra e subalterna quando não dispõe de políticas públicas que auxiliem no sucesso de uma gestação saudável, mero direito do sujeito que deseja ser mãe:





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

[...] o choro de fome ou frio de uma criança invadiu repentinamente os ouvidos de Ponciá. Lembrou-se dos sete filhos que tivera, todos mortos. Alguns viveram por um dia. Ela não sabia bem por que eles haviam morrido. Os cinco primeiros ela tivera em casa com a parteira Maria da Luz. A mulher chorava com ela a perda dos bebês, tão sacudidinhos, mas que não vingavam nunca. Os dois últimos ela tivera no hospital. Os médicos disseram que eles morriam por causa de uma complicação de sangue. Depois dos sete, ela nunca mais engravidou. O homem de Ponciá Vicêncio se mostrava também acabrunhado com a perda dos meninos. A cada gravidez sem sucesso, ele bebia por longo tempo e evitava contato com ela. Depois voltava dizendo que iria fazer outro filho e que aquele haveria de nascer, crescer e virar homem. Ponciá já andava meio desolada. Abria as pernas, abdicando do prazer e desesperançosa de ver se salvar o filho (EVARISTO, 2017, p. 45-46).

Apesar de longo, o fragmento do romance transcrito acima revela muitas dores de Ponciá, especialmente aquelas oriundas do corpo, da concepção à gestação infeliz, da repulsa do marido à tentativa frustrada de gestar novamente. Ao fazer uso de um número considerado símbolo da perfeição, isto é, o número sete, o narrador enuncia: “Sete filhos, todos mortos”, no entanto, o leitor se surpreende com a vasta quantidade de vidas ceifadas, portanto, pode inquirir: cadê o Estado que não assiste essa mulher com a devida qualidade, a fim de ajudá-la a descobrir por que as mortes dos recém-nascidos aconteciam com tamanha frequência? Seria Ponciá portadora de trombofilia ou qualquer doença consanguínea que impedisse a nutrição adequada para os fetos? Não sabemos a *causa mortis* das crianças, sequer há menção de uma investigação mais eficiente sobre esse problema vivido por ela e pelo companheiro. Atualmente, se algum casal deseja gestar, mas descobre problemas de saúde sérios, os Direitos Humanos também amparam a saúde sexual e reprodutiva dessescônjuges. Desse modo, o direito à vida, à alimentação, à saúde, à moradia, à educação, ao afeto, os direitos sexuais e os direitos reprodutivos podem ser considerados Direitos Humanos fundamentais. Ponciá nitidamente tem esses direitos violados. Quando esses direitos são respeitados acaba-se promovendo a vida e o crescimento da sociedade, sem discriminação de classe social, de cultura, de religião, de etnia ou de orientação sexual. Contudo, para que exista a ainda utópica igualdade de direitos, é necessário respeitar às diferenças. Dessa forma, podemos asseverar que não há um direito mais importante do que outro. Para se exercer em plenitude a cidadania, torna-se fundamental assegurar o conjunto dos Direitos Humanos. No entanto, Ponciá Vicêncio representa grande parcela da população brasileira que





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

não possui o mínimo para sobreviver com dignidade e com esperança. Como mulher ela entende a aspereza da vida, especialmente da “vida escrava” que continua até hoje, de que adiantou para ela aprender a ler se não é livre? Ponciá não tem sequer a liberdade sobre seu corpo; liberdade para entender o que ocasionou tantas mortes prematuras dos seus bebês; liberdade para recusar o marido quando não quer manter relações sexuais ou mesmo liberdade para requerer uma laqueadura (procedimento cirúrgico comumente chamado de ligação das trompas) para evitar novas gravidezes fracassadas. Esse tema político e bastante polêmico atravessa implicitamente a narrativa de Evaristo, basta lembrarmos o quanto é recente na legislação brasileira o fato de a mulher não mais precisar do aval do marido para realizar o procedimento cirúrgico da ligação das trompas como meio contraceptivo para controlar a natalidade.

Em 5 de setembro de 2022 foi publicada a alteração da Lei 9.263 de 12 de janeiro de 1996, a qual dissertava sobre o planejamento familiar e limitava a permissão da esterilização voluntária ao consentimento expresso do parceiro em caso de sociedade conjugal. A referida lei ainda estabelecia idade superior a 25 anos ou, pelo menos, dois filhos para ter garantida sua liberdade de opção. Nesse sentido, em setembro de 2022, com o advento da Lei 14.443 houve grande conquista feminina no Brasil, a idade mínima para o procedimento após a alteração é agora de 21 anos e não há mais exigência de haver alguma prole. Além disso, também não será mais necessário o consentimento do cônjuge para a realização do procedimento cirúrgico.

450

No caso de Ponciá esse recurso jurídico lhe deveria ser garantido, haja vista o problema sério provocado pelas gestações infrutíferas que deixaram marcas profundas em sua vida. Que felicidade essa mulher preta poderia ter, uma vez que seus direitos fundamentais são sempre transgredidos? Mesmo se os conhecesse na íntegra, ou melhor, mesmo que tivesse lido esses direitos em alguma lei qualquer, Ponciá simboliza uma brasileira, mulher negra cujos direitos são rompidos de maneira violenta.

Interessante mencionar que as mulheres negras criadas por Evaristo são personagens livres pela leitura, como se só a leitura libertasse suas dores mais profundas. Assim, por serem libertadas pela leitura são politizadas, resistentes e ajudam a refletir melhor os direitos da mulher. Entretanto, em *Ponciá Vicêncio* percebemos certa frustração com relação à atividade





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

intelectual da leitura: “De que valia ler? De que valia ter aprendido a ler no tempo em que vivia na roça pensava que, quando viesse para a cidade, a leitura lhe abriria meio mundo ou até o mundo inteiro. Agora nada lhe interessava mais nas notícias [...]” (EVARISTO, 2017, p.79).

### 3 RESULTADOS ALCANÇADOS

Com base na leitura atenta do romance e nos diálogos que ela estabelece com as várias áreas do saber humano, principalmente o Direito, pudemos observar como o romance em análise aparece como uma das narrativas mais interessantes da literatura brasileira contemporânea, como diz Cruz (2010, p.47), esse texto literário pode ser compreendido como “O Germinal Negro que Lima Barreto gostaria de ter escrito”. A narrativa conduzida por uma personagem silente, cuja história emocionante é contada por um narrador atento aos fatos, transmite ao leitor inúmeras compreensões acerca dos Direitos Humanos e dos direitos das mulheres, especialmente a mulher negra, quase sempre, abnegada na sociedade patriarcal brasileira. O leitor sente motivação para adentrar em profundidade nas histórias das mulheres evaristianas, ou seja, conhecer suas dores e reivindicar seus direitos, bem como repartir a leitura dessas histórias. Sendo assim, concordamos com Dianne Cristinne Rodrigues de Melo (2020, p.246) quando assevera que:

451

A obra de Conceição Evaristo evoca no leitor uma vontade incontável de compartilhar essa escrita com outros pares. É como se ninguém pudesse viver sem conhecer as narrativas de Ponciá Vicêncio, Ana Davenga, Sabela, Zaíta, Duzu-Querença, Natalina, Cida e tantas outras histórias nossas.

Nessa vertente, os movimentos da escrita de Evaristo assolam passado, presente e ainda conseguem projetar uma ideia crítica de futuro, por exemplo, em *Ponciá Vicêncio*, notamos a presença expressiva de uma mulher e de seus direitos comumente desrespeitados. O final da narrativa apresenta uma esperança, porém há certo desapego da realidade, especialmente quando analisamos o problema do reencontro entre Ponciá, sua mãe e seu irmão Luandi. Tal fato pode ser considerado uma projeção para o futuro, no sentido de afirmar que os sujeitos negros, afro-





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

descendentes, um dia irão se encontrar e aí estará concretizada a sua identidade, porém isso não está no livro o tempo todo, afinal a narrativa permanece cheia de labirintos e de desencontros:

[...] era preciso continuar decifrando nos vestígios do tempo os sentidos de tudo que ficara para trás. E perceber que por baixo da assinatura do próprio punho, outras letras e marcas havia. A vida era um tempo misturado do antes-agora-depois-e-do-depois-ainda. A vida era a mistura de todos e de tudo. Dos que foram, dos que estavam sendo e dos que viriam a ser. (EVARISTO, 2017, p. 110).

Assim, por meio de *PonciáVicêncio*, obra que comemora 20 anos da sua primeira publicação, Evaristo milita em prol do passado, do presente e do futuro para as pessoas negras, sobretudo os sujeitos femininos como “vozes-mulheres” que precisam ser ouvidas, reconhecidas com dignidade de indivíduos que amam, trabalham, contribuem para a sociedade, possuem deveres, mas que infelizmente são renegadas de seus direitos fundamentais.

*PonciáVicêncio* é um romance que convida o (a) leitor (a) a conhecer a protagonista pelos sentidos. Revela cheiros, sabores, paisagens e a percepção da menina que escuta tudo e todos, olha, vê, sente e se emociona com o arco-íris, com as comidas, com o cheiro do café fresco e das broas de fubá e que trabalha o barro, modelando objetos de argila (como a figura do avô). [...] Escrito de dentro para fora, *PonciáVicêncio* apresenta muitas das mesmas qualidades da poesia lúcida e insone da autora. (BARBOSA, 2017, p.117).

452

Assim como *Ponciá* nunca dormia, *Conceição* Evaristo também não dormiu quando há 20 anos nos presenteou com uma narrativa cuja mulher reclama de forma lúcida e politizada seus direitos de ser e estar em um mundo tão cruel e desigual.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um tempo em que esposas e donas de casa, advogadas, mulheres grávidas são brutalmente assassinadas diariamente na sociedade brasileira, vítimas de feminicídio ou de violência doméstica, o romance de Evaristo torna-se tocante e perturbador.

Ao representar uma mulher negra, forte e frágil ao mesmo tempo, Evaristo evidencia o drama de muitas mulheres, independentemente da cor da pele, das condições sociais e do poder





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

aquisitivo.

A representatividade de Ponciá transcende os limites do texto e desta pesquisa. A personagem simboliza a luta de inúmeras mulheres pelos seus direitos, por dignidade, segurança e respeito. Acreditamos ser ela o símbolo máximo de um grande alerta social para a compaixão, solidariedade e auxílio à mulher.

### REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma única história**. Disponível em: <https://www2.ifmg.edu.br/governadorvaladares/noticias/adelia-a-poesia-e-a-vida-convite-para-o-3o-encontro-do-dialogos/o-perigo-de-uma-historia-unica-chimamanda-ngozi-adichie-pdf.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2023.

ALÓS, Anselmo Peres. O lirismo dissonante de uma afro-brasileira. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 19(1): 283-300, janeiro-abril/2011. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/ref/a/mdjMxdxWk9hBznPWYJGVHcJ/?lang=pt#:~:text=Em%20seu%20exerc%C3%ADcio%20de%20express%C3%A3o,mulher%20negra\)%20no%20imagin%C3%A1rio%20brasileiro](https://www.scielo.br/j/ref/a/mdjMxdxWk9hBznPWYJGVHcJ/?lang=pt#:~:text=Em%20seu%20exerc%C3%ADcio%20de%20express%C3%A3o,mulher%20negra)%20no%20imagin%C3%A1rio%20brasileiro). Acesso em: 13 abr. 2023.

453

BARSBOSA, Maria José Somerlate. Pós-fácio. In: EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

BRASIL. Decreto-lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996. **Lei do Planejamento Familiar**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9263.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9263.htm). Acesso em: 29 ago. 2023.

BRASIL. Decreto-lei nº 14.443, de 2 de setembro de 2022. **Altera o Decreto-lei 9.263, de 12 de janeiro de 1996 - Lei do Planejamento Familiar**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2022/Lei/L14443.htm#art2](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14443.htm#art2). Acesso em: 29 ago. 2023.

CUTI. **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

CRUZ, Adélico de Sousa. Ponciá Vicêncio para além das fronteiras: etnia, gênero e classe. In: DUARTE, Constância Lima; DUARTE, Eduardo de Assis; ALEXANDRE, Marcos Antônio (Orgs.) **Falas do outro** – literatura, gênero e etnicidade. Belo Horizonte: Nandyala; NEIA, 2010.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

DUARTE, Eduardo de Assis. O *Bildungsroman* afro-brasileiro de Conceição Evaristo. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 14(1): 336, janeiro-abril/2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/g7gPJT4f9yzqMyFyLxR6HBb/>. Acesso em: 15 abr. 2023.

EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

LEHNEN, Leila. O direito à poesia. In: DALCASTAGNÈ, Regina; DUTRA, Paula Queiroz; FREDERICO, Grazielle (Orgs.). **Literatura e direitos humanos**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2018.

MOREIRA, Terezinha Taborda. Silêncio, trauma e escrita literária. In: DUARTE, Constância Lima; CÔRTEZ, Cristiane; PEREIRA, Maria do Rosário A. (Orgs.). **Escrevivências: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo**. Belo Horizonte: Idea, 2016.

MELO, Dianne Cristine Rodrigues de. Escrevivência e exclusão nas práticas de leitura e escrita. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Orgs.). **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

NASCIMENTO, Dalva Aguiar. PonciáVicêncio: uma tradução intercultural. In: DUARTE, Constância Lima; CÔRTEZ, Cristiane; PEREIRA, Maria do Rosário A. (Orgs.). **Escrevivências: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo**. Belo Horizonte: Idea, 2016.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU**, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 29 ago. 2023.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### DESCOLONIZAR OU PLURIVERSALIZAR OS CONHECIMENTOS? PROBLEMATIZAÇÕES E CAMINHOS A PARTIR DE UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICO-EPISTEMOLÓGICA DA ETNOGRAFIA DE JOMO KENYATTA

Maria Helena Mattos Da Silva<sup>167</sup>

#### RESUMO

A partir das discussões presentes em minha dissertação de mestrado em antropologia, intitulada “Diante da Antropologia Africana: Elementos Iniciais Para Uma Discussão a Partir da Obra de Jomo Kenyatta em Meio aos Dispositivos e Tensões do Empreendimento Colonial” (2023), pretendo extrair algumas reflexões e articular com a ideia de autores e autoras utilizadas ao longo do trabalho, tentando fornecer uma resposta à pergunta que introduz o título deste artigo. Deste modo, após contextualizar e apresentar algumas das ideias presentes na obra em questão por mim produzida, a saber, uma análise antropológico-epistemológica de “Facing Mount Kenya - The Tribal Life of The Gikuyu” (1938-1961), pretendo problematizar e refletir mais profundamente sobre a necessidade de descolonizar ou pluriversalizar os conhecimentos, pensando sobretudo a antropologia, porém abrindo diálogo com demais áreas e campos do conhecimento.

455

**Palavras-chave:** Epistemologias. Descolonização. Pluriversalidade.

#### ABSTRACT

Considering the discussions in my master’s thesis in anthropology, titled “*Diante da Antropologia Africana: Elementos Iniciais Para Uma Discussão a Partir da Obra de Jomo Kenyatta em Meio aos Dispositivos e Tensões do Empreendimento Colonial*” (2023), I plan to extract some reflections and articulate with the idea of authors used throughout the work, trying to provide an answer to the question that introduces the title of this article. Thus, after contextualizing and presenting some of the ideas present in the work in question produced by me, namely, an anthropological-epistemological analysis of “Facing Mount Kenya - The Tribal Life of The Gikuyu” (1938-1961), I will problematize and reflect more deeply on the need to decolonize or pluriversalize knowledge, thinking mainly of anthropology, while also engaging in a dialogue with other fields of knowledge.

**Keywords:** Epistemologies. Decolonization. Pluriversalit.

<sup>167</sup> Mestra em antropologia pela Universidade Federal Fluminense, integrante do grupo de pesquisa Estudos sobre Movimentos Sociais, Trabalho e Identidade (LEMSTI). Email institucional: ma\_helena@id.uff.br







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 1 INTRODUÇÃO

Tendo em vista o cenário de expansão do acesso ao ensino superior nos últimos anos, na realidade brasileira, bem como o fato do país abrigar uma das maiores diásporas<sup>168</sup>, fruto do tráfico transatlântico de pessoas africanas promovido pela Europa Ocidental, discussões como novas epistemologias, descolonização e afins, têm se mostrado cada vez mais necessárias, de forma a dialogar com nossas experiências enquanto pessoas negras, assim como a de outros povos majoritários<sup>169</sup> em território nacional, e romper com a hegemonia euro-estadunidêntica presente em espaços formais de produção, transmissão e circulação do conhecimento. É nesse sentido que este artigo visa contribuir com uma dimensão importante desta demanda que se tornou mais visível a partir da incorporação de novos perfis estudantis nas universidades brasileiras. Portanto, seu objetivo é apresentar uma espécie de revisão das informações presentes em minha dissertação de mestrado.

“Diante da Antropologia Africana: Elementos Iniciais Para Uma Discussão a Partir da Obra de Jomo Kenyatta em Meio aos Dispositivos e Tensões do Empreendimento Colonial” (2023), inaugura o debate de um projeto maior, a saber, o de se pensar uma antropologia africana desde suas bases e definição, considerando tanto produções continentais, quanto produções da diáspora. Esta última, reconhecidamente a sexta região<sup>170</sup> do continente, a partir de um processo que formalmente começou a ganhar concretude por volta de 2003, e parte dessa história conseguimos encontrar facilmente no site do Estado da Diáspora Africana. Em um plano maior, porém, discussões sobre a natureza de se pensar essa diáspora fruto do tráfico transatlântico, como parte do continente, estão colocadas mais ou menos desde o século XX,

456

<sup>168</sup> Ver “*Learning about African History and Culture in Brazil*”. In: UNESCO. Disponível em:

<https://www.unesco.org/en/fieldoffice/brasil/expertise/african-history-culture> Acesso em: 10 de ago de 2023

<sup>169</sup> Termo cunhado pela antropóloga africano-americana Marimba Ani (1994) para se referir aos membros das culturas indígenas/autóctones ao redor do mundo, considerados coletivamente.

<sup>170</sup> Para mais informações sobre o processo de reconhecimento da diáspora, é recomendado checar o site do Estado da Diáspora Africana, através do link:

<https://thestateofafricandiaspora.com/soad-estado-da-diaspora-africana/> bem como alguns dispositivos normativos da União Africana, como os presentes no documento “CONSELHO EXECUTIVO Décima Segunda Sessão Ordinária 27 – 29 de Janeiro de 2008 Adis Abeba, Etiópia”, que pode ser acessado através do link:

[https://au.int/sites/default/files/decisions/9635-ex\\_cl\\_dec\\_378\\_-414\\_xii\\_p.pdf](https://au.int/sites/default/files/decisions/9635-ex_cl_dec_378_-414_xii_p.pdf)





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

algo que percebemos sobretudo a partir das ideias difundidas pelo nacionalista negro, africano-caribenhos, Marcus Garvey e sua Organização Universal Para o Progresso do Negro, que em inglês é representada pela sigla UNIA.

Nesta minha jornada de pensar uma antropologia africana e a partir de adaptações que precisei fazer para que meu projeto inicial fosse compatível com o tempo de uma dissertação de mestrado, me voltei primeiramente para a análise daquela que é considerada a primeira etnografia africana, já nesse contexto que se convencionou chamar de “modernidade”. Apesar da existência de tal apontamento quando se trata da referida obra, não a considero como um marco do que poderia ser essa antropologia africana que busco pensar e/ou conhecer ao longo de meu empreendimento.

Pelo contrário, dialogando com intelectuais como o professor Bas’Ilele Malomalo, para o qual “*Em sendo a África o berço da humanidade, ela se tornou igualmente berço das ciências.*” (MALOMALO, 2021, p. 34), reconheço a existência de uma anterioridade das ciências africanas que não devem ser compreendidas estritamente a partir das mesmas noções de ciência como estabelecido no Ocidente, ou seja, a partir da institucionalização promovida em muitos casos, durante as guerras de colonização, em um movimento no qual concomitantemente, ocorria o sufocamento dos saberes africanos, que no contexto atual, não foram completamente aniquilados, mas experimentam uma espécie de tensão com os saberes ocidentais, como nos alerta Ramose (2011) sobre a filosofia africana e sua tensão com a filosofia ocidental.

É justamente considerando as ideias de Ramose e sua defesa da pluriversalidade em seu texto “Sobre a Legitimidade e o Estudo da Filosofia Africana” (2011), que pretendo recuperar alguns argumentos mobilizados em “Diante da antropologia africana...”, ao mesmo tempo em que busco apresentar brevemente outros autores e autoras articulados ao longo do referido trabalho, incluindo igualmente o debate sobre descolonização, refletindo a maneira como essas discussões se manifestam na etnografia analisada e os desdobramentos que emergem das respectivas manifestações. Assim, pretendo finalmente fornecer uma possível resposta à pergunta esboçada no título deste artigo, que será dividido em três tópicos.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

No primeiro, situarei os leitores e leitoras no “terreno da discussão”, percorrendo não exaustivamente sobre as categorias que estão em questão na abordagem deste trabalho, a saber, pluriversalidade e descolonização, demonstrando sob qual perspectiva o entendimento para ambas está sendo proposto. No segundo tópico, apresento a relação entre universalidade, particularidade e a pluriversalidade científica, apontando a relevância da segunda para as diásporas africanas e os povos majoritários, e para a garantia de uma realidade de pluriversalidade científica que tenha em conta outros fazeres científicos. No último tópico, comento a maneira pela qual a particularidade aparece na monografia de Jomo Kenyatta, que a despeito de sua vinculação a uma escola funcionalista britânica malinowskiana, incorporou ao longo de sua escrita, ao menos parcialmente, os modos *gĩkũyũ*<sup>171</sup> de ser e estar no mundo.

### 2. DESCOLONIZAÇÃO E PLURIVERSALIDADE: AMBIENTANDO O INÍCIO DE NOSSA INCURSÃO CONCEITUAL

#### 2.1 NOTAS SOBRE A DESCOLONIZAÇÃO

458

Para darmos prosseguimento a presente discussão, é importante tornar os conceitos-chave aqui considerados, familiares para os leitores e leitoras, dentro da perspectiva proposta para essa abordagem. E eu começo fazendo menção a uma atividade que fiz anos atrás, para uma disciplina intitulada “Teoria dos Sistemas Sociais e Redes”, durante a graduação em ciências sociais. Naquele contexto, me imbuí da tarefa de desenvolver um trabalho final cujo objetivo era entender a força que os termos “pós-colonial”, “decolonial” e “descolonial” possuíam nos artigos presentes na Base Scielo como forma de visualizar a frequência de ocorrência, predominância, distribuição em países colonizados, com foco sobretudo em África do Sul, Brasil e Colômbia.

Para realizar essa empreitada, foram realizadas extrações dos periódicos da Base Scielo

<sup>171</sup> Plural de “*gĩkũyũ*” (pronuncia-se “guecoio”). Muito embora a escrita europeia em língua inglesa tenha adotado de modo generalizado o termo “Kikuyu”, mais de acordo com a pronúncia europeia, que Kenyatta afirmava em sua obra ser incorreta, e em língua portuguesa “quicuio”, nos meus escritos adoto exatamente a grafia original de acordo com a língua do povo considerado.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

disponibilizados no Portal de periódicos da Capes, através da plataforma Web of Science (WoS), além de visualização de redes através do software VosViewer para gerar posteriores análises em diálogo com o aporte teórico-metodológico adquirido no curso de Teoria dos Sistemas Sociais e Redes. Ainda na introdução do referido trabalho, elaborado em formato pptx, ou seja, como uma apresentação de slides, precepei-me em oferecer uma definição para cada um dos termos cuja força eu buscava verificar. Para tanto, me baseei no texto de Bernardino-Costa e Torres (2016), que forneciam boas respostas em relação aos primeiros termos, tendo estas composto, portanto as definições utilizadas para os propósitos do referido trabalho. No que concernia à descolonização ou ao termo “descolonial”, optei à época por entendê-lo simplesmente como um indicativo de aderência ao compromisso anticolonial, podendo estar associado à corrente pós-colonial ou projeto decolonial, ao mesmo tempo em que reconhecia como ele admitia discussões mais amplas.

Enquanto não pretendo me desvincular totalmente da definição fornecida para o termo “descolonial” naquele contexto, ao menos no que toca a “aderência ao compromisso anticolonial” e ao tratar brevemente do tema da descolonização, talvez seja interessante para os objetivos deste trabalho recorrer à palestra performance da artista multidisciplinar Grada Kilomba, intitulada “Descolonizando o conhecimento”, tentando pensar alguns temas comuns abrangidos pela artista, assim como o rumo geral assumido pelos discursos evocados por Kilomba ao longo de sua palestra-performance.

É interessante observar como a artista abre sua apresentação com uma frase de Bell Hooks que enfatiza a importância da teoria e produção das próprias narrativas. Passando logo em seguida para performances que em linhas gerais, passeiam por temas como o silenciamento dos colonizados, quem é autorizado a falar e quem não, assim como a negociação que existe no ato de falar e ser ouvida. Além de outros como pertencimento, marcadores que participam da transmissão do conhecimento bem como a dimensão das relações de poder a ele implicada, a academia, hierarquia colonial, alienação entre muitos outros. Em muitas das falas proferidas durante sua apresentação, Kilomba parece transmitir aquilo que compreende como descolonização e como seu trabalho se relaciona com esse objetivo. Uma das frases que ela





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

enuncia e que talvez seja válida destacar é:

“Descolonizar o conhecimento significa criar novas configurações de conhecimento e de poder. Então, se minhas palavras parecem preocupadas demais em narrar posições e subjetividade como parte do discurso, vale a pena relembrar que a teoria não é universal nem neutra, mas sempre localizada em algum lugar e sempre escrita por alguém, e que este alguém tem uma história.” (KILOMBA. CLINICAND-PSICANÁLISE E ESQUIZOANÁLISE.

"Descolonizando o conhecimento". Youtube, 19 de mar. de 2021, 1h01min e 51 seg. Disponível em: <https://youtu.be/iLYGbXewyxs>)

A partir deste excerto e outros discursos mobilizados pela autora em seu evento artístico-político, compreendemos que descolonização para ela passa pela questão da criação de novos espaços, narrativas e condições de produção do conhecimento, reconhecendo ainda os diferentes marcadores sociais e o lócus de enunciação a partir do qual os discursos são produzidos. Isso pode envolver a dimensão de cruzar ou ultrapassar barreiras artificiais que separam os conhecimentos em “caixinhas”, (algo que a artista parece romper ao misturar diferentes recursos e saberes em suas produções artísticas), mas também o contato e a abertura ou criação de espaços propícios para que os sujeitos historicamente silenciados, possam se expressar, assim como fatos históricos relacionados às suas experiências coletivas. Ao considerarmos esse entendimento, conseguimos visualizar a movimentação desses sujeitos colonizados rumo a um posicionamento mais ativo e voltado para o protagonismo, o que em partes, auxilia na elevação dos mesmos a um novo status, embora também possa ter algum desdobramento e impacto na produção de conhecimentos, a dimensão da centralidade a partir da qual esses fazeres são elaborados, ou ainda a busca por concepções próprias de ciência, não parecem ser levados em conta em uma abordagem.

460

É justamente a partir deste quadro que uma introdução sobre o papel da pluriversalidade se mostra plausível. E ao final do artigo, ambos os conceitos serão retomados, visando em que medida podem colaborar com a discussão proposta e as realidades de povos majoritários bem como as diásporas no atual contexto em que os valores ocidentais parecem impor sobre nossos fazeres para além do campo científico e modos de vida.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 2.2 NOTAS SOBRE A PLURIVERSALIDADE

Este é um subtópico muito mais breve e simples, com o objetivo único de introduzir mais um dos conceitos que se situa “na mira” desta discussão. Vale ressaltar a importância representada pelo mesmo no contexto de minha dissertação e em especial seu primeiro capítulo, cujo título provocativo recebido foi “Antropologia: uma ciência ocidental?”. Embora eu não tenha fornecido uma resposta conclusiva a esta pergunta e ainda que considerando uma anterioridade das ciências africanas, a defesa de uma pluriversalidade científica ao fim da primeira seção se destaca como um ponto memorável.

Falar de pluriversalidade é falar da relação entre universalidade e particularidade, que, não obstante possa soar como algo dicotômico em um primeiro momento, trata-se, de fato de uma curiosa relação, tal como esboçada pelo filósofo sul-africano Mogobe Ramose, em seu texto “Sobre a legitimidade da filosofia africana”. Dirá o filósofo em uma das passagens críticas mais célebres de seu artigo:

“Reivindicar que só há uma filosofia “universal” sem cultura, sexo, religião, história ou cor, é afirmar que a particularidade é um ponto de partida válido para a filosofia. Esta reivindicação não é explicitamente reconhecida com frequência pelos protagonistas da “universalidade” da filosofia(...) A contradição precisa ser solucionada através do reconhecimento da particularidade como um critério válido para toda ou para nenhuma filosofia” (RAMOSE, 2011, p. 11).

A partir da citação supramencionada, notamos não apenas como o autor desconstrói a ideia de uma filosofia “universal”, no sentido desta ser “ilocalizável” no tempo e no espaço, ou poderíamos dizer ainda, em suas especificidades. O que realmente ocorre, é que a perspectiva particular a partir da qual esta filosofia dita universal emerge é ocultado, em nome de uma suposta universalidade, para se afirmar como o único caminho possível de se pensar e fazer filosofia, que por seu turno, resulta em uma eliminação da pluriversalidade do ser.

É possível perceber como a reivindicação do filósofo sul-africano em torno da validade da particularidade para toda ou para nenhuma filosofia, encontra eco nas produções de outros





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

estudiosos dos povos majoritários e de outras áreas de conhecimento, que na contemporaneidade expressam sua determinação na constituição ou mesmo resgate de fazeres científicos que partam de suas especificidades e matrizes culturais. Isto é verdadeiro para o próprio Malomalo, mencionado na introdução deste artigo, mas também encontramos tal manifestação de pensamento por parte do *baniwa* indígena antropólogo Gersem Luciano, que na ocasião da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), externou a seguinte reflexão:

“Meu entendimento é de que nós, indígenas antropólogos, no nosso tempo e espaço próprios, construiremos nosso próprio fazer antropológico, que não significa fazer contra ou a favor do fazer antropológico clássico ou moderno, significa simplesmente diferente. Pensar e fazer antropologia do nosso jeito. O fato de sermos membros de culturas particulares torna o nosso fazer antropológico diferenciado (Cardoso de Oliveira, 2003), pois pertencemos a matrizes culturais, metodológicas e epistemológicas próprias, distintas das matrizes culturais que deram origem à antropologia clássica” (LUCIANO, 2016, p. 51).

Foi justamente essa percepção, a partir do contato com a discussão desses autores, que me possibilitou não apenas fazer uma defesa da pluriversalidade científica, mas igualmente, me juntar a essas vozes, e não menos importantes, adotar essa perspectiva ao longo da análise de “*Facing Mount Kenya - The Tribal Life of The Gikuyu*” (1938). Nesse ponto, vale destacar que dentro do projeto mais amplo em que a análise antropológico-epistemológica desta obra surge, minha intenção de pensar ou conhecer uma antropologia africana, leva em conta tanto a questão das bases dessa antropologia quanto a sua definição. Enquanto é verdadeiro que nenhum passo no sentido de estabelecer uma definição própria para esta antropologia foi tomado no contexto desta dissertação, uma vez que optei por adotar a definição de minha banca de qualificação e considerar a possível definição surgida no momento da defesa, também por parte da banca, na continuidade deste projeto, observar a maneira pela qual a particularidade de Kenyatta enquanto um *gĩkũyũ*, ainda que parcialmente desenraizado e enquanto um sujeito colonial, em um contexto no qual o colonialismo avançava sobre a realidade de seu povo, se constituiu como um aspecto significativo em “Diante da antropologia africana...” (2023). E é exatamente a este respeito que pretendo desenvolver as reflexões a seguir.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 3 A PARTICULARIDADE EM “*FACING MOUNT KENYA...*” SEGUNDO O EXPOSTO EM “*DIANTE DA ANTROPOLOGIA AFRICANA...*”

“*Facing Mount Kenya - The Tribal Life of The Gikuyu*” (1938) é considerada a primeira etnografia africana, produzida já em um contexto de colonialidade, sendo igualmente um período de avanço da exploração europeia no Leste africano. Na referida, obra, Jomo Kenyatta, que dentre as várias ocupações que desempenhou ao longo da vida, destacou-se enquanto primeiro-ministro e primeiro presidente do chamado Quênia pós-independente, além de sua própria trajetória na antropologia, apresenta uma rica descrição densa sobre os modos de vida de seu povo, que naquele momento, lidava com as

agruras provocadas pela exploração europeia, expressando-se talvez de maneira mais incisiva no que se referia a questão fundiária. Não à toa, o assunto é extensivamente abordado na monografia do antropólogo, que também não economizou palavras ao mencionar a situação

colonial em vários, dos capítulos desta, o que incomodou muitos de seus rivais como o missionário Arthur R. Barlow. Aqui cabe a observação de como a explicitação da situação colonial por si só, não era uma característica da escola funcionalista britânica malinowskiana, que abordava sociedades não-ocidentais “*recusando-se a considerar a dominação colonial como um fator heurístico crucial*” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2020).

Deste modo, nota-se desde o início a peculiaridade resultante do fato de que naquele contexto, o produtor de conhecimento era membro de uma cultura que sofria as consequências de uma conjuntura da qual a própria antropologia ocidental em certa medida, se beneficiava. Por esses e outros motivos sua obra é apontada por alguns como “...crítica autenticamente africana à Antropologia tradicional<sup>172</sup>” (MUNANGA, 1983). Podemos citar entre esses motivos: a crítica aos “amigos profissionais dos africanos”, em uma época no qual os últimos eram falados por “outros”, que supostamente representavam seus interesses na arena política e intelectual, rebater várias teorias de inferiorização das culturas africanas, defesa do africano como sujeito capaz de

<sup>172</sup> Por “tradicional”, leia-se “ocidental”.







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

(e mais qualificado para) falar sobre si mesmo, sua experiência e seus aspectos e elementos culturais (ver M.H.M, SILVA, 2023) e defesa do *irua* (ritual de passagem para a vida adulta, relacionado a outras séries de rituais e funções importantes na vida gĩkũyũ, porém reduzido à nomes como “mutilação genital feminina” no discurso unilateral ocidental, que além de ignorar a relevância e profundidade de tal ritual, que incluía as circuncisões feminina e masculina, demonizou a iniciação feminina, tendo alterado também a iniciação masculina).

Não obstante o autor tenha se movido entre ambiguidades que não são negadas ou ignoradas ao longo da dissertação, e essas possivelmente tenham sido estratégicas de acordo

com o próprio período de sua existência física, na qual os sujeitos coloniais para obter algum grau de autonomia, muitas vezes precisavam se submeter ao jogo colonial (ver GIKANDI, 2001), o que por sua vez também passava por um esforço de tradução cultural, em uma conjuntura que se caracterizava por rápidas mudanças, o que interessa para os propósitos deste artigo, é pontuar essas particularidades, para que mais adiante possamos relacionar com os conceitos-chave propostos de modo a desenvolver as considerações finais.

Assim, podemos reconhecer que a despeito das várias adversidades e demais elementos que interferiram ou simplesmente interagiram com a obra do autor e sua própria trajetória, ele ainda conseguiu realizar a tarefa de incluir seus modos de ser e estar em sua etnografia, o que fica evidente não apenas a partir dos aspectos já mencionados, mas também a partir de uma articulação muito própria daquilo que chamei de “recursos pluriépistêmicos oraliterários”, todavia um termo ainda mais adequado é “práticas pluriépistêmicas oraliterárias”, refletidas sobretudo na sua mobilização de provérbios, muitos deles relacionados à ancoragem nos mais velhos e as muitas lendas e histórias compartilhadas ao longo de sua escrita.

Como busco demonstrar em “Diante da antropologia africana...” essas práticas articulam diferentes saberes e áreas do conhecimento, além de muitas vezes, embora não em todos os casos, apresentarem uma dimensão codificada, acessível somente para aqueles que pertenciam à cultura gĩkũyũ então como configurada àquela época. Isso é amenizado para leitores não-agĩkũyũ na medida em que em que o próprio antropólogo queniano fornece explicações sobre os significados das práticas mobilizadas, sendo elas acionadas em diferentes





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

momentos e visando atender a diferentes propósitos da sua exposição. Somado a isso, não são raras as ocasiões em que termos gĩkũyũ são utilizados ao longo do texto, sempre seguidos por traduções em inglês de maneira a aproximar o leitor do mundo descrito e em muitos casos incluindo uma espécie de “escrita fonológica” mais aproximada da maneira britânica de pronunciar as palavras.

Existe ainda a questão da fabulação, que embora não necessariamente ou até onde se sabe, esteja diretamente associada à cultura gĩkũyũ, encontra ressonância ou similaridades entre culturas africanas da África ocidental e alguns exemplos aproximados são mencionados por Hampaté Bâ em seu conhecido texto “A tradição viva” (2010), quando se refere aos “tradicionalistas”. A fabulação é acionada pelo antropólogo como uma maneira de se engajar em uma espécie de contradiscurso contra os europeus. Vale mencionar que já na época de Kenyatta os agĩkũyũ haviam passado por uma série de transformações descritas como “drásticas” por Mũkuyũ, administrador do centro de documentação on-line “*Gĩkũyũ Centre for Cultural Studies*”.

E o primeiro estudo considerado de caráter antropológico entre eles é atribuído ao casal Routledge, que resultou na obra “*With a Prehistoric People, the Akikuyu of British East Africa*” (1910). De acordo com Mũkuyũ, ao comparar a realidade descrita e registrada no referido livro com obras posteriores como a de Leakey, contemporâneo e rival de Kenyatta, é possível perceber o quão drásticas foram essas mudanças e como alguns saberes e objetos simplesmente desapareceram. Esse é o caso do sistema de escrita pictórico chamado *gĩcandĩ*, presente entre poetas agĩkũyũ que recebiam o mesmo nome da escrita, assim como o instrumento utilizado também era nomeado da mesma forma. Considerando essas mudanças bem como as referidas perdas relatadas por Mũkuyũ a partir da comparação do que foi registrado em diferentes obras e em períodos distintos, não podemos descartar a existência de algo próximo a fabulação, ainda que em um momento mais remoto. Logo, há necessidades de maiores investigações.

Finalizando os apontamentos sobre as particularidades da obra de Kenyatta e como elas se manifestam na etnografia do autor de forma única, chegando a provocar em seus “outros” a





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

percepção de que sua escrita era “não-ortodoxa”<sup>173</sup>, comento que compreendo a obra de Kenyatta não apenas como uma etnografia africana, mas como uma antropologia africana, ainda que não a tome como marco de tal antropologia. Assim, percebo como antropologia e etnografia africana se entrelaçam na medida em que o autor se insere no texto, como alguém que pertence à cultura descrita.

Essa relação entre autoria e pertencimento na antropologia era particularmente distinta na época de Kenyatta e justamente também por esse motivo, considero como fornece uma ideia mais “integrada” de ciência, onde não há uma separação maniqueísta entre produtor e objeto do conhecimento. Essa defesa por sua vez dialoga com discussões mais amplas e profundas presentes na dissertação. Porém, o foco a esta altura do texto é refletir mais cuidadosamente sobre as formas de ser e estar no mundo e o impacto destas na produção de nossos conhecimentos, o que nos leva ao último tópico.

### 4 DESCOLONIZAR OU PLURIVERSALIZAR OS CONHECIMENTOS? UMA POSSÍVEL RESPOSTA À LUZ DOS ELEMENTOS PREVIAMENTE APRESENTADOS

466

Encaminhando-nos para o final desta discussão, gostaria de fornecer uma possível resposta à pergunta formulada no título deste artigo, considerando tudo o que foi visto até então e adicionando alguns novos elementos. Em primeiro lugar é preciso dizer que na minha perspectiva, não existe uma resposta dicotômica ou hierárquica que dê conta da questão. Nesse sentido, o intuito é demonstrar como apesar de eu entender descolonização e pluriversalização como movimentos distintos, ambos são complementares.

No que concerne a descolonização, por um lado, enxergo em tal categoria, uma relevância para pensarmos determinadas questões e passos a serem empreendidos. Por outro

---

<sup>173</sup> Checar blog da London School of Economics e seguinte texto da autora Victoria de Menil: “Once upon a time... when Jomo Kenyatta was a student at LSE”. Disponível em: <https://blogs.lse.ac.uk/lsehistory/2018/08/15/once-upon-a-time-when-jomo-kenyatta-was-a-student-at-lse/> Acesso em: 11 ago de 2023.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

percebo que para determinados contextos, pode não representar a perspectiva mais adequada na medida que reforça uma matriz única de conhecimento. Como mencionamos ao início da discussão e a partir das referências apresentadas, enquanto a descolonização foca em novas narrativas e configurações que não necessariamente passam pela preocupação com a matriz de produção dessas narrativas ou mesmo diferentes formas de conhecimento, ela parece indicar um trabalho importante a ser feito pelos sujeitos colonizados, que, no entanto, parece incompleto sob uma perspectiva de emancipação, sobretudo de cunho epistemológico.

Isso se mostrou visível mesmo a partir do contexto trazido a partir da figura de Grada Kilomba, que em sua palestra-performance levanta pontos extremamente relevantes para serem pensados e postos em prática. Contudo, de maneira isolada não parece apresentar as condições necessárias para de fato nos alçar a um novo status de humanidade, que valorize as especificidades que nossas experiências possam apresentar, tampouco a consideração de nossos valores culturais para além da perspectiva de inserção ou acomodação de traços ou partes desses valores em uma matriz alienígena de produção do conhecimento. Mas ao contrário, tomando nossas próprias matrizes como um ponto de partida.

467

Um outro aspecto que me parece crítico não nas discussões sobre descolonização em si, mas no uso desenfreado que o termo ganhou nos últimos tempos, é a ausência de reconhecimento de como determinadas características que supostamente seriam “coloniais” e portanto, deveriam ser “descolonizadas”, correspondem tão somente a manifestação de um comportamento cultural próprio da matriz que no mundo atual se apresenta como a única capaz de gerar conhecimentos válidos. Dito isto, fazer um deslocamento de compreensão é necessário e pode nos abrir novas possibilidades de agir no mundo.

Em relação às características que supostamente deveriam ser “descolonizadas”, é importante trazer à tona a fala potente da antropóloga africano-americana Marimba Uni, em sua obra *"Yurugu, An African Centered Critique of European Cultural Thought and behavior"* (1994), para a qual:

“O ponto crítico para esta análise do pensamento e comportamento europeu é que a teoria e a epistemologia platônicas e seu subsequente desenvolvimento, enculturação e





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

reformulação forneceram a base ideológica mais eficaz para os padrões de comportamento política e culturalmente agressivos e imperialistas por parte do povo europeu precisamente porque o argumento foi apresentado em termos "científicos" intelectuais e acadêmicos. Platão não apenas ajudou a estabelecer uma teoria do ser humano que valorizasse a cognição "científica" excluindo outros modos cognitivos, mas também estabeleceu a academia." (Tradução da autora)

E aqui chamamos a atenção para a matriz de conhecimento valorizada e incorporada também no país, diante da identificação por parte dos eurodescendentes que são a maioria das pessoas no comando das instituições universitárias em suas várias esferas, bem como em outros espaços de poder com impacto formal na produção, transmissão e circulação do conhecimento. Ani levanta uma série de críticas pertinentes a esse modelo de construção do conhecimento, a partir de sua base platônica, considerando ainda os efeitos nefastos na experiência de povos não ocidentais e não eurodescendentes. Tendo todos esses fatores em vista, o que fica evidente é a necessidade da introdução de um novo elemento junto à descolonização, a saber, a pluriversalidade.

Cabe ainda ressaltar as observações da antropóloga, ao se referir às diferenças entre as “visões de mundo” dos povos europeus e não-europeus, muito embora com a ressalva de que se o termo “visão de mundo” é bastante adequado para se referir à experiência europeia ou ocidental de uma maneira geral, uma vez que há nesta construção de mundo, o privilégio da visão, algo muito bem apontado pela socióloga Oyèrónké Oyèwùmí, no caso de povos não ocidentais, o termo “cosmopercepção” cunhado pela mesma socióloga com o intuito de se referir à concepção de mundo de diferentes grupos culturais que não ocidentais, que podem privilegiar outros sentidos ou mesmo uma combinação de sentidos ( ver OYÈWÙMÍ, 2021, p. 29):

“A visão de mundo africana, e as visões de mundo de outros povos que não são de origem europeia, todas parecem ter certos temas em comum. O universo com o qual se relacionam é sagrado na origem, é orgânico, e é um verdadeiro “cosmos”. Os seres humanos são parte do cosmos, e, como tal, se relacionam intimamente com outros seres cósmicos. Conhecimento do universo vem através de relacionamento com ele e através da percepção do espírito na matéria. O universo é um; esferas são unidas por causa de uma única força unificadora que permeia todo ser. A realidade significativa emana desta força. Essas visões-de-mundo são “razoáveis”, mas não racionalísticas: complexas porém vividas. Elas tendem a ser expressadas através de





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

uma lógica de metáfora e simbolismo complexo. Roube o universo de sua riqueza, negue a importância do simbólico, simplifique fenômenos até que se tornem mero objeto, e você tem uma quantidade cognoscível. Aqui começa e termina o modo epistemológico europeu.” (Tradução da autora)

As diferenças apontadas pela autora são fundamentais para entendermos as implicações das concepções de mundo na construção dos conhecimentos, formas de conhecer e como o reducionismo implicado no modo epistemológico ocidental de conhecimento pode implicar em distorções e reduções danosas de realidades não ocidentais, a partir de uma política de conhecimento alienígena a essas mesmas realidades, como mais minuciosamente argumentado em “Diante da antropologia africana”. Mais uma vez, temos sinalizada a urgência de mais do que prezar por novas narrativas, configurações ou ainda “práticas de oposição” (ver BERNARDINO-COSTA, J.; GROSGOUEL, 2016) ao que já existe por aí, afinal, mais do que (re)agentes, somos agentes e protagonistas de mudanças não apenas no campo do conhecimento, mas na vida de uma maneira geral. É necessário prezar por nossas particularidades, formas de ser e estar no mundo e prezar por uma pluriversalidade científica que reconheça a validade de fazeres e concepções para além daquelas emergentes no hemisfério ocidental. Foi justamente tendo esse entendimento como um dos elementos que participaram do processo de iniciar o meu grande projeto, que consegui dar o primeiro passo com a obra de Jomo Kenyatta e espero poder continuar essa incrível jornada.

469

Prezar pela pluriversalidade possibilitará atender às demandas específicas deste novo perfil incorporado a partir da expansão do acesso à universidade de forma mais plena, considerando o papel das especificidades especificamente na elaboração de novos fazeres científicos e conseqüentemente em novas concepções de ciência. E aqui cabe a distinção fundamental entre descolonização e pluriversalidade: Entendo que uma se dá em relação aos sujeitos colonizados e a segunda, em relação aos conhecimentos.

### 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito deste trabalho foi acionar e desdobrar uma das abordagens possíveis a partir da





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

minha experiência de pesquisa durante o programa de mestrado na qual analisei a obra “*Facing Mount Kenya - The Tribal Life of The Gikuyu*” (1938). Propus para os propósitos deste artigo o problema de pensarmos a perspectiva mais adequada quando pensamos em mudanças no campo ou campos dos conhecimentos, considerando-se ainda as transformações recentes ocorridas no país a partir da incorporação de novos perfis discentes ao corpo universitário a partir da expansão do acesso a este espaço. Esta provocação, por sua vez, possui estrita relação com as necessidades sentidas pela própria autora ao longo de sua trajetória acadêmica e desde a fase da graduação.

Ao longo desta discussão, expus o pano de fundo e os objetivos deste trabalho.

Estabeleci uma breve incursão sobre os conceitos propostos para nossa consideração, indicando ainda a perspectiva sob a qual ambos são compreendidos no contexto desta produção. Ademais, fiz uma espécie de revisão de alguns aspectos e descobertas feitas na dissertação “Diante da Antropologia Africana: Elementos Iniciais Para Uma Discussão a Partir da Obra de Jomo Kenyatta em Meio aos Dispositivos e Tensões do Empreendimento Colonial” (2023), observando mais especificamente a maneira pela qual a particularidade participou da escrita de Jomo Kenyatta.

Defendi ao final que a descolonização por si não se basta em si mesma. É importante apontar ainda como este tema possui um longo histórico de abordagem entre intelectuais negros da diáspora e do continente e podemos mencionar exemplos como Fanon e Ngũgĩ wa Thiong'o. E mesmo em Neusa Santos encontramos algumas convergências com as ideias desses autores, sobretudo no que diz respeito à formação de nossa subjetividade. Enquanto obviamente não é possível aprofundar essa questão no presente artigo, tampouco em uma seção de considerações finais, é importante que isso seja pontuado, principalmente antes de eu reforçar minha compreensão sobre o tema proposto, que se baseia na leitura desses e outros autores que não puderam ser mencionados ao longo do texto. Nesse sentido, podemos encerrar nossa abordagem resumindo a minha defesa em 3 pontos:

- Descolonizar e pluriversalizar podem ser movimentos complementares, mas que caminham em direções diferentes, sendo a descolonização um movimento voltado para os





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

sujeitos colonizados e a pluriversalidade para a construção/resgate dos conhecimentos.

- Se complementam, pois, na medida em que os sujeitos colonizados buscam descolonizar-se, centrando-se em suas próprias matrizes, buscando as próprias referências e levantando as próprias narrativas, passam a gozar de maior condição para se valer dessas particularidades e incorporá-las na produção de novos fazeres científicos e dentro de uma concepção de ciência diferente da hegemônica.

- Descolonização anda de mãos dadas com a ontologização, pois se relaciona com as formas de ser e de estar no mundo.

### REFERÊNCIAS

ANI, MARIMBA. **Yurugu-An African Centered Critique of European Cultural Thought and Behavior**". Africa World Press Inc., 1994.

BERNARDINO-COSTA, Joaze ; GROSGOUEL, R. . Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado (UnB. Impresso)**, v. 31, p. 15-24, 2016.

CONSELHO EXECUTIVO Décima Segunda Sessão Ordinária 27 – 29 de Janeiro de 2008 Adis Abeba, Etiópia. In: **Decisões e Declarações** - African Union. Disponível em: [https://au.int/sites/default/files/decisions/9635-ex\\_cl\\_dec\\_378\\_-\\_414\\_xii\\_p.pdf](https://au.int/sites/default/files/decisions/9635-ex_cl_dec_378_-_414_xii_p.pdf)

DE MENIL, Victoria. **Once upon a time...** when Jomo Kenyatta was a student at LSE. Disponível em: <https://blogs.lse.ac.uk/lsehistory/2018/08/15/once-upon-a-time-when-jomo-kenyatta-was-a-student-at-lse/> Acesso em: 11 ago de 2023

GIKANDI, Simon. Cultural Translation and the African Self. A (Post) Colonial Case Study. Interventions: **International Journal of Postcolonial Studies**, 3:3, 355-375, DOI: 10.1080/713769064 (2001)

GĪKŪYŪ CENTRE FOR CULTURAL STUDIES. **Gĩcandĩ**: Gĩkũyũ Enigmatic Poetry. Disponível em: <https://mukuyu.wordpress.com/2016/08/30/gicandi/> Acesso em: Ago/2023

KILOMBA, GRADA. CLINICAND-PSICANÁLISE E ESQUIZOANÁLISE. "Descolonizando o conhecimento". Youtube, 19 de mar. de 2021, 1h01min e 51 seg. Disponível







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

em: <https://youtu.be/iLYGbXewyxs> Acesso em: 11 de ago de 2023

LUCIANO, Gersem. **Diálogos Antropológicos contemporâneos** / organização de Carmen Rial, Elisete Schwade. – Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016.

MALOMALO, Bas'ilele. Anterioridade e Feitura da Sociologia Africana. **Revista da ABPN**, 2021

OLIVEIRA, J. Pacheco. **Para uma antropologia histórica dos povos indígenas: reflexões críticas e perspectivas**, 2020.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero / Oyèrónkẹ Oyěwùmí**; tradução wanderson flor do nascimento. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, (2021)

RAMOSE, MB. Sobre a Legitimidade e o Estudo da Filosofia Africana. **Ensaio Filosófico**, Volume IV, 2011.

SILVA, M. H. M. “**Diante da Antropologia Africana: Elementos Iniciais Para Uma Discussão a Partir da Obra de Jomo Kenyatta em Meio aos Dispositivos e Tensões do Empreendimento Colonial**”, 2023.

472

SOAD – ESTADO DA DIÁSPORA AFRICANA. Disponível em:  
<https://thestateofafricandiaspora.com/soad-estado-da-diaspora-africana/>





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS: ANÁLISE DA EFICÁCIA DOS PROGRAMAS DE SEGURANÇA SOCIAL BÁSICA EM MOÇAMBIQUE

Maria Helena Catarina Bicudo Abdul<sup>174</sup>

#### RESUMO

O artigo tem como temática “Estratégias de redução das desigualdades sociais: análise da eficácia dos programas de segurança social básica em Moçambique” tendo como objectivo geral foi de analisar a eficácia dos programas de segurança social básica em Moçambique. Em termos metodológicos adoptou-se uma pesquisa bibliográfica, que baseia-se em consulta de livros, teses, artigos e outros documentos publicados que contribuem na investigação do problema proposto na pesquisa, com a pesquisa bibliográfica faz-se o levantamento de informações que sejam relevantes na construção da pesquisa científica, pesquisando-se em obras já publicadas sobre o assunto. Os resultados apontaram que ao longo dos anos existe uma tendência positiva nas alocações orçamentais para programas da INAS. No entanto destaca-se um interronpimento desta tendência em 2016, onde verificou-se um decréscimo em 18% em relação a 2015, mas em 2017 houve uma certa recuperação. Os valores alocados para os programas de protecção social básica encontram-se ainda abaixo das referências internacionais.

**Palavras-chave:** Desigualdades Sociais. Eficácia. Segurança Social Básica.

#### ABSTRACT

The article has the theme “Strategies for reducing social inequalities: analysis of the effectiveness of basic social security programs in Mozambique” with the general objective of analyzing the effectiveness of basic social security programs in Mozambique. In methodological terms, a bibliographical research was adopted, which is based on the consultation of books, theses, articles and other published documents that contribute to the investigation of the problem proposed in the research, with the bibliographical research, the survey of information that is relevant in the construction of scientific research, researching in works already published on the subject. The results showed that over the years there is a positive trend in budget allocations for INAS programs. However, there was an interruption of this trend in 2016, where there was a decrease of 18% compared to 2015, but in 2017 there was a certain recovery. The amounts allocated to basic social protection programs are still below international benchmarks.

**Keywords:** Social Inequalities. Effectiveness. Basic Social Security.

<sup>174</sup>Doutoranda na Universidade São Tomás (USTM), na Inspecção Geral de Saúde-Ministério da Saúde; milenabdul1@gmail.com contactos: 845553165/828632510/865553110





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 1 INTRODUÇÃO

De modo a fazer face aos problemas de pobreza, diferentes países adotaram um conjunto de políticas viradas a garantir o bem-estar da população, as quais denominaram de políticas sociais. Os Estados mediante as políticas sociais articulam esforços para reduzir a pobreza nas camadas sociais vulneráveis a pobreza, criando melhores condições de vida dos cidadãos. Por meio de canais distributivos, faz-se a transferência de renda com valores monetários a grupos da sociedade identificados como beneficiários.

Reduzir a pobreza constitui um dos maiores desafios na escala global, sendo um fenómeno que abrange todos os países. Fazendo com que surgem em diferentes fóruns debates e coordenação de estratégias para dinamizar este cenário.

Para os países menos desenvolvidos, a pobreza é a questão central a ser enfrentada na formulação e execução das diversas estratégias nacionais de desenvolvimento. A África Subsariana aparece como a região onde se encontram mais pessoas a viver na pobreza extrema, tudo isso porque não há políticas acertadas para a redução da pobreza, da fome, de obtenção de uma habitação condigna, de acesso a água potável, de educação e de saúde adequada.

474

Os programas de protecção sociais têm ganhado grande importância no conjunto de acções dos governos africanos. Representado como um importante instrumento para redução da pobreza. É nesse âmbito que certos académicos, ONGs, órgãos governamentais tem-se preocupado em identificar os resultados destes programas.

Na perspectiva de Vicente e Cull (2007) existem diferentes componentes de repercussão dos programas assistenciais a nível de alguns países em aspectos como:

- a) Efeitos sobre autoestima e estatuto pessoal;
- b) Efeitos sobre melhoramento da segurança alimentar e estado nutricional;
- c) Melhor acesso a serviços básicos;
- d) Redução da pobreza nacional e melhorias na equidade.

Entende-se que os programas assistenciais revestem-se de estratégias concretas de um Estado com perspectiva de construir uma sociedade equitativa e com integração social, com





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

intuito de facilitar a convergência entre os interesses individuais e interesses comuns da sociedade.

Em Moçambique, de acordo com Quive (2005):

“Desde o Estado colonial, passando pelo Estado independente de orientação Marxista-Leninista até o actual democrático e de economia de mercado, em Moçambique constituíram-se diferentes e diversificadas estratégias de assistência social, em conformidade com o modo como os direitos cívicos, políticos e sociais foram concebidos. (p.26)”

A protecção social que consiste em intervenções do Estado no sentido de reduzir a pobreza dos grupos sociais mais vulneráveis, como é o caso das mulheres, idosos, crianças, pessoas com deficiência. Assim a Lei nº4/2007 de 7 de fevereiro refere que “é o sistema dotado de meios aptos à satisfação das necessidades sociais, obedecendo à repartição dos rendimentos no quadro da solidariedade entre os membros da sociedade.

Actualmente o Instituto nacional de Acção Social, tem levado acabo os programas, com vista a responder a situação de vulnerabilidade de parte da população. No entanto, o país ainda apresenta altos índices de pobreza, sendo que a PNUD (2020), considerou que Moçambique é um dos países mais pobres do mundo, mediante as avaliações anuais do índice de desenvolvimento humano o país tem um dos menores índices do mundo, com (0,437 valores) correspondendo ao nono país mais pobre, ocupando a 180ª posição, num global de 189 países.

Olhando estes aspectos, torna-se oportuno a realização deste artigo, com vista a analisar a eficácia dos programas de segurança social básica em Moçambique. Tendo como objectivos específicos: i) caracterizar o funcionamento da segurança social básica no país; ii) diagnosticar as fragilidades da implementação dos programas de segurança social básica no país e iii) apontar desafios para efectividade da segurança social básica.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 2 QUADRO TEÓRICO

#### 2.1 CONCEITOS

##### 2.1.1. Políticas sociais

A Política de Acção Social (1998) estabelece que:

“É a intervenção organizada e integrada visando garantir apoio e outro tipo de apoio social a indivíduos, grupos sociais e famílias em situação de pobreza, de modo a melhorar as suas condições de vida e se tornarem aptos a participar no desenvolvimento global do país, em pleno gozo dos seus direitos sociais básicos” (Política de Acção Social, 1998, p.2)”

De acordo com Quive (2007) assistência social constitui um sistema financiado por meio de recursos do Estado, sendo que os beneficiários não necessitam prestar contribuições, basta que apresentem-se sócios economicamente desfavoráveis.

Adicionalmente OIT (2011, p.7) estabelece que “os programas de assistência social são normalmente financiados pelos impostos e não exigem uma contribuição directa dos beneficiários ou dos seus empregadores como condição para ter o direito a receber prestações relevantes”.

As políticas sociais englobam diversos mecanismos que objectivam ajudar pessoas e comunidades em situação de pobreza. Sendo que o Estado tem atributos importantes no desempenho da função social, garantindo a estabilidade a nível da sociedade, através da criação de políticas, programas, projectos virados a promoção do bem-estar.

##### 2.1.2. Segurança Social Básica

De acordo com a Estratégia de Segurança Social Básica (2011) a Segurança Social Básica é um dos subsistemas da protecção social em Moçambique. Consiste na implementação de iniciativas que visam atenuar o impacto das vulnerabilidades e riscos sobre os grupos populacionais mais pobres e vivendo em situação de pobreza. Estas iniciativas providenciam assistência às famílias sem capacidade de, por meios próprios, sair da situação de pobreza.

Segundo o Regulamento de Segurança Social Básica (2011), este Subsistema divide-se em 4 componentes: Acção Social Directa, Acção Social Escolar, Acção Social da Saúde e Acção Social Produtiva.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 2.1.3. Pobreza

O conceito de pobreza enquadra-se numa temática mais ampla de bem-estar refere-se às múltiplas dimensões da vida humana. A definição da privação ou pobreza pode assumir linhas distintas. Num enfoque mais geral, a pobreza existe quando as pessoas não possuem capacidades necessárias para alcançarem um nível adequado de rendimento, de boa saúde e educação, de segurança, de autoconfiança e de liberdade de expressão, entre outros (Sen, 2010).

Deste modo percebe-se que a pobreza consiste na ausência de capacidades para satisfazer necessidades básicas, sendo aplicável a indivíduos de uma baixa renda como também enfatiza-se que os indivíduos pobre não tem a liberdade de levar um estilo de vida diversificado, inclui-se aspectos como educação, saúde, a possibilidade de participar sobre os assuntos do meio onde esta envolvido.

### 2.1.4. Vulnerabilidade

Na perspectiva de Whaterhouse (2007):

477

“A pobreza descreve uma situação de privação. Vulnerabilidade olha para o futuro e para o que é provável que venha a acontecer: descreve a capacidade das pessoas ou a falta dela para resistir a choques externos e a riscos mantendo a sua subsistência e o seu bem-estar, Whaterhouse (2007, p.100)

A vulnerabilidade consiste na ausência de meios ou condições que possam sustentar futuras situações de crises, assim as pessoas vulneráveis não tem uma segurança adequada para possíveis eventos críticos.

Whaterhouse (2007) apresenta três principais dimensões da vulnerabilidade, das quais:

- **Falta de defesas internas** – o facto de ser criança, idoso, doente ou órfão.
- **Exposição a riscos externos e a choques** – a ocorrência de guerras e cheias.
- **Exclusão Social e discriminação** – inclui-se pessoas excluídas de ter acesso a serviços, a recursos, de participar na tomada de decisões na comunidade, isto pode ocorrer por pertencer a uma determinada tribo, por ser portador de doença crónica ou pertencer a um determinado sexo.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 2.1.5. Teoria de Estado de Bem-Estar Social

O Estado de Bem-Estar Social, constitui um modelo de actuação Estatal baseada na intervenção na regulação social, este modelo de Estado também é denominado de Estado Providência, e em inglês *Welfare State*.

Na concepção de Silva (2015):

“O chamado Estado de bem-estar social foi um modelo típico de Organização Estatal dos países capitalistas desenvolvidos principalmente após o fim da Segunda Guerra Mundial. A função básica desse modelo era fornecer a todos os cidadãos, na forma de um direito e não como caridade, padrões mínimos de renda, saúde, alimentação, educação e segurança, dentre outras áreas sociais Silva (2015, p.2)”.

Nesse sentido o Estado social tem como preocupação garantir condições básicas aos cidadãos, através de mecanismos de intervenção estatal na estabilização da economia, na garantia de serviços de saúde, educação, acima de tudo uma alta protecção social aos cidadãos.

478

## 2.2 REVISÃO DE PESQUISAS

No âmbito da literatura internacional, estudos do campo de política social, programas de protecção social, apresenta-se a seguir, de acordo com sua autoria, objectivos e resultados:

O estudo de Harding (2016) realizado no Canadá, teve como tema “O efeito da transferência governamental programas de baixa renda: uma análise baseada em gênero, 1995 a 2016. A pesquisa faz uma análise com base no gênero do efeito de programas de transferência do governo sobre a baixa renda no Canadá entre 1995 e 2016. Ele compara as situações de baixa renda de casais, mulheres não-vinculadas e homens solteiros. Ele aborda a diferença na prevalência de baixa renda entre mulheres e homens por idade, *status* da força de trabalho, nível de educação, status de imigração, grupo aborígene e região. Ele também analisa como transferências específicas, como o Plano de Pensão do Canadá (CPP) e os benefícios do Plano de Pensão de Quebec (QPP) ou benefícios para crianças federais. Os resultados mostram que as





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

transferências governamentais reduziram as taxas de baixa renda e atenuaram a diferença nas taxas de baixa renda entre mulheres e homens. OEA / GIS e CPP / QPP foram os maiores programas de benefícios e tiveram o maior efeito na redução da baixa renda entre toda a população. As taxas de baixa renda foram mais altas entre as mulheres solteiras e solteiras, e as transferências governamentais também tiveram o maior efeito nesses grupos. A baixa renda entre as mulheres idosas solteiras aumentou ao longo do tempo, e a OEA / GIS e CPP / QPP tornaram-se menos eficazes na redução da renda baixa ao longo do tempo para esse grupo.

A pesquisa de Leão, Morreira e Cinha (2016) com tema Impacto de Bolsa Família sobre a Pobreza e Desigualdades no Nordeste. Onde pretendeu-se avaliar em que medida os benefícios monetários do programa Bolsa Família contribuíram para a redução da pobreza e da desigualdade da renda domiciliar *per capita* na região nordeste entre 2004 e 2011, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Utiliza-se a metodologia proposta por Hoffman (2004, 2005) de decomposição do índice de Gini conforme parcelas do rendimento domiciliar *per capita*, a fim de analisar a contribuição desses componentes para a redução da desigualdade no Nordeste. Os resultados indicaram queda no índice de Gini da região, de 0,5814 em 2004 para 0,5440 em 2011. As maiores contribuições para essa redução partiram das aposentadorias e pensões e da renda derivada do trabalho. O Programa Bolsa Família, por sua vez, foi responsável por 11% da redução do Gini, revelando seu crescimento em termos de participação no rendimento. O impacto sobre a pobreza também foi expressivo. Dada a linha de pobreza de R\$140,00 per capita, observou-se queda de 22,40% da proporção de pobres no período em análise, número esse que representa mais de 22 milhões de pessoas.

479

O programa Bolsa Família tem assumido um grande destaque nos mecanismos de intervenção social do Estado brasileiro, assim os autores acima pretenderam analisar o grau de impacto do programa na pobreza e desigualdades na região norte do Brasil e perante os resultados o programa ajuda a amenizar as condições de pobreza das famílias sendo que das fontes que compõem a renda das famílias, as transferências de programas sociais apresentaram transformações no peso da renda domiciliar.







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

A pesquisa de Vicente e Cull (2009) teve como tema Impactos das transferências sociais de renda: evidência de estudo de caso em toda a África Austral. Pretendeu evidenciar os impactos das transferências de renda em 20 programas nos países da África Austral com base numa extensa revisão da literatura. Partindo de um contexto em que há um crescente interesse em programas de proteção social como um meio de reduzir a pobreza e vulnerabilidade. As transferências sociais em dinheiro fazem parte de programas de proteção social, e muitos foram pilotados e / ou introduzidos em torno da África Austral. Evidências de avaliações de impacto mostram que, além de promover a segurança alimentar, as transferências sociais têm efeitos. Estas são amplas e estendem-se além do destinatário direto da transferência para a família mais ampla. Para o destinatário, há evidências que sugerem que as transferências monetárias promovem estima, *status* social e empoderamento. Eles também melhoram a segurança alimentar e o estado nutricional, não apenas para o destinatário da transferência, mas também para outros membros da família. Recebimento de numerário também reduz a pobreza absoluta e reduz o hiato de pobreza, promovendo a equidade; e também fornece capital necessário para permitir que os beneficiários participem em outros serviços sociais, incluindo educação.

480

Uma das estratégias de redução da pobreza que vem sendo adotada por diferentes países africanos tem sido, através de investimentos em programas de transferência de renda de modo a garantir meios de subsistência a famílias com vulnerabilidade a pobreza, deste modo o estudo dos autores acima se baseou em fazer um levantamento bibliográfico dos resultados dos programas nos países da África Austral, sendo assim, esta pesquisa fornece subsídios, apresentando a possibilidade de fazer-se comparações entre Moçambique e países vizinhos, tirando lições fundamentais.

Na pesquisa de Silva e Lima (2017) com o tema Avaliação dos Impactos dos Programas de Transferência de Renda na América Latina. Com base em procedimentos metodológicos de levantamento bibliográfico e documental, especificamente resenhas de diversas pesquisas desenvolvidas sobre avaliação de Programas de Transferência de Renda Condicionada em implementação na América Latina, com foco em três países considerados num estudo comparado: Brasil, Argentina e Uruguai. Foram identificadas mudanças pontuais que, de alguma





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

forma, podem ter contribuído para diminuir a pobreza monetária das famílias beneficiárias enquanto inseridas nos programas, com destaque na diminuição de índices da extrema pobreza, mas com insignificante diminuição da desigualdade social. Verificou-se que as mudanças ocorridas na educação são, principalmente, em relação ao aumento da frequência escolar e à diminuição da evasão escolar, não apresentando alterações significativas no desempenho escolar dos alunos beneficiários dos programas. Na saúde, as mudanças ficaram restritas principalmente à participação de crianças das famílias beneficiárias em campanhas de vacinação, em controlo do seu peso e as gestantes passaram a realizar consultas e acompanhamento da gravidez. Entre os possíveis impactos, foi significativo o registro na redução da mortalidade infantil, presumivelmente em decorrência da elevação do padrão da alimentação, propiciado pelo recebimento do benefício monetário regular e pelo uso da transferência monetária recebida, sobretudo na compra de alimentos, contribuindo para a redução de taxas de insegurança alimentar, embora a insegurança alimentar seja ainda elevada.

A avaliação realizada em torno dos programas de transferência de renda em três países da América Latina, possibilita perceber alguns efeitos na qualidade de vida das famílias beneficiárias, desde a segurança alimentar, número de refeições, acesso a serviços sanitários, redução de mortalidade infantil, permanência na escola, assim sendo a transferência de renda nestes países tem um papel fundamental na oferta de maiores oportunidades para os membros dos agregados familiares beneficiários.

A seguir apresentam-se estudos realizados no contexto nacional, que tem uma abordagem (temática) relacionada com a pesquisa.

Na pesquisa de Castro (2016) com o tema o Sistema de Protecção Social para Redução da Pobreza em Moçambique: Percepções sobre o Programa de Subsídio de Alimento (PSA) na perspectiva dos beneficiários em Cahora-Bassa. O Estudo foi desenvolvido com objectivo de avaliar o PSA, com intuito de compreender as repercussões do programa nas condições de vida das famílias de acordo com as próprias visões. A pesquisa indicou que a população reconhece o PSA como uma ajuda que contribui de forma significativa no orçamento familiar, promove a





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

manutenção ou uma maior variedade na alimentação, destacou-se também a escassez de financiamentos.

No Estudo de Salazar (2015) com o tema Impacto Social do Subsídio de Apoio a 3 Idade, Caso do bairro de Namicopo, cidade de Nampula. Teve como principal objectivo da pesquisa, colher informações que poderão comprovar as hipóteses traçadas em relação ao impacto social do subsídio de apoio a terceira idade, bem como compreender dos beneficiários do subsídio, a correspondência entre o valor recebido e as despesas e necessidades que o idoso tem no seu quotidiano. A pesquisa já feita constatou que o impacto do subsídio de apoio a terceira idade no Bairro de Namicopo não é notável, quer dizer, o subsídio não tem um impacto significativo, uma vez que o próprio subsídio não é suficiente para a satisfação das necessidades básicas dos idosos

A pesquisa de Monteiro (2017) intitulada “Proteção Social em Moçambique: Importância do Programa de Subsistido Social Básico na óptica dos beneficiários do Bairro de Mafalala (2010-2016), pretendeu analisar a importância que os beneficiários dão ao PSSB e visou apresentar as suas percepções para melhoria da planificação e implementação do programa. Os resultados demonstraram que a maior parte dos beneficiários não tem conhecimento sobre aspectos do programa, revelando que sabem que o dinheiro vem do governo mas não sabem da política do governo sobre a assistência social, por outro lado existe em muitos beneficiários uma insatisfação com o valor, o estudo revelou que o benefício tem um efeito multiplicador na medida que o dinheiro é gasto a nível da comunidade e por fim o programa demonstrou impactar a nível do *status* dos beneficiários, sendo que estes passam a ter um papel activo nas suas famílias.

Na pesquisa desenvolvida por Valoi (2016) com o tema Assistência Social ao Idoso e seus Efeitos a nível do Município de Lichinga. Teve como objectivo avaliar os efeitos da assistência social na área do idoso, partindo de uma amostra estratificada de, baseada nos programas levados a cabo na área do idoso pelo INAS em Lichinga, estruturada em 50 beneficiários do PSSB e 30 do PASD. Após a colecta de dados, constatou-se que no PSSB são feitas transferências monetárias regulares e no PASD transfere-se regularmente uma cesta básica, e quanto aos efeitos verificou-se que em ambos os programas o subsídio constitui a base de





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

renda mensal e alimentação das suas famílias, na componente de envelhecimento activo identificou-se que os beneficiários do PSSB não estão integrados em nenhum tipo de actividade, diferentemente do PASD onde alguns idosos desenvolvem actividades ocupacionais, relativamente a saúde notou-se a falta de um acompanhamento do estado de saúde dos beneficiários e estes apresentaram inúmeros problemas de saúde como também a dificuldade de acesso a serviços sanitários e quanto a segurança alimentar constatou-se que a maior parte dos beneficiários de ambos os programas não conseguem ter todas as refeições diárias. Através dos dados evidenciou-se a existência de um fraco efeito dos programas assistenciais na área do idoso.

### 2.3 METODOLOGIA

Este estudo foi de carácter bibliográfico, assim fez-se uma revisão literária, de vários autores contemporâneos, que culminou numa metodologia de análise de conteúdo.

Segundo Marconi e Lakatos (1992), a pesquisa bibliográfica é o levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Os textos e as informações são fontes para a base teórica da pesquisa e na investigação dos estudos que possam colaborar no desenvolvimento da pesquisa.

Para Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Conforme explicado pelas definições acima a base da pesquisa bibliográfica são os livros, teses, artigos e outros documentos publicados que contribuem na investigação do problema proposto na pesquisa, com a pesquisa bibliográfica faz-se o levantamento de informações que sejam relevantes na construção da pesquisa científica, pesquisando-se em obras já publicadas sobre o assunto. Assim foram feitas pesquisas em diversos livros, internet, arquivos, onde foram retirados diversos artigos sobre a questão de protecção social no país.

Quanto a natureza adoptou-se uma pesquisa qualitativa, de acordo com Oliveira (2009), a abordagem qualitativa implica uma série de leituras sobre o assunto pesquisado, ou seja, é preciso descrever ou relatar minuciosamente o que os diferentes autores ou especialistas





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

escrevem sobre o assunto, e a partir daí, estabelecer uma série de correlações, para ao final, o pesquisador construir o seu ponto de vista conclusivo.

Neste sentido, com esta abordagem, fez-se um levantamento de posicionamentos apresentados por diferentes autores sobre protecção da maternidade e por seguida fez-se uma análise dos resultados permitindo a construção teórica da temática respondendo a questão traçada na pesquisa.

Quanto aos objectivos, adoptou-se uma pesquisa descritiva, segundo Diehl e Tatim (2004), as pesquisas descritivas têm como objectivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenómeno, ou então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos os estudos que podem ser classificados com a pesquisa descritiva, e uma de suas características mais significativas é a utilização de técnicas padronizadas de colecta de dados, tais como questionário e observação sistemática.

Desta forma, procurou-se fazer uma caracterização do funcionamento do sistema de assistência social em Moçambique.

Quanto aos procedimentos técnicos, é uma pesquisa bibliográfica e documental, segundo Oliveira (2010, p.63) “entende-se por pesquisa bibliográfica o acto de fichar, relacionar, referenciar, ler, arquivar, fazer resumos de assuntos relacionados com a pesquisa em questão. O levantamento bibliográfico é mais amplo do que a pesquisa documental”.

Procurou-se apoiar com o quadro de material existente, em termos de livros, artigos, Leis, Decretos, regulamentos e documentos oficiais.

Em termos de método de abordagem, foi aplicado o método dedutivo. Diehl e Tatim (2004, p.21): “Esse método fundamenta-se no raciocínio dedutivo. Procura transformar enunciados complexos e universais em particulares, em uma ou várias premissas”

Mediante o método, parte de um raciocínio geral para um específico, assim apoiou-se no quadro teórico, da teoria de direitos fundamentais, doutrina e regime jurídico do assunto abordando para tirar-se conclusões que incidem em pontos particulares.

Quanto as técnicas de pesquisa foram utilizadas a técnica documental e bibliográfica. A técnica documental baseou-se no uso de fontes primárias, como arquivos, documentos, leis,





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

decretos, etc. enquanto na técnica bibliográfica foram aplicadas fontes secundárias, como obras, trabalhos acadêmicos desenvolvidos e publicados em revistas científicas, livros.

A elaboração da análise de dados foi realizada em três níveis:

- a) Interpretação
- b) Explicação
- c) Especificação das variáveis independentes e dependente.

A interpretação dos dados, constitui na verificação das relações entre as variáveis independentes e dependentes a fim de ampliar o conhecimento sobre as contribuições mínimas, concessão de salário para gestantes. Quanto a explicação, baseou-se no esclarecimento da origem das viáveis dependentes e a necessidade de encontra a variável antecedente, e finalizando na especificação dos dados, procurou-se demonstrar até que ponto as relações entre as variáveis independente e dependente são válidas.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 3.1 UTILIZAÇÃO DE RECURSOS POR PROGRAMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL (PROGRAMAS DE INAS)

485

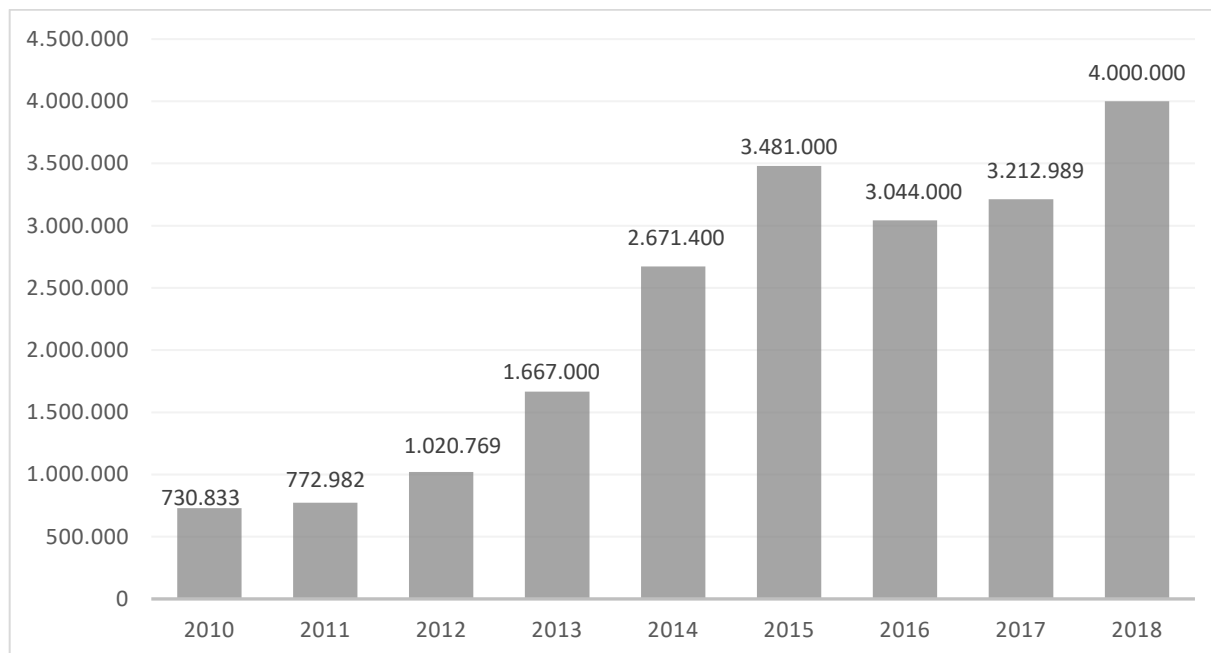
Em termos de alocação orçamental para os programas de assistência social, pode-se notar um alto comprometimento do Governo, que vem aumentando o investimento neste sector ao longo dos anos. Tal como ilustra o gráfico abaixo:





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Gráfico 1: Alocação Orçamental para programas do INAS



**Fonte:** Informe Orçamental da Acção Social (Relatórios do INAS, PES, LOE, Conta Geral do Estado, cálculos do Informe Orçamental 2018: Acção Social)

486

De acordo com a UNICEF (2015, p.5) “Este aumento em termos relativos, de nota, por um lado, um crescimento da própria economia e o correspondente crescimento do envelope de recursos disponibilizados no Orçamento do Estado, mas também expressa claramente a importância crescente dada ao sector”.

Perante o gráfico pode-se notar que ao longo dos anos existe uma tendência positiva nas alocações orçamentais para programas da INAS. No entanto destaca-se um interrampimento desta tendência em 2016, onde verificou-se um decréscimo em 18% em relação a 2015, mas em 2017 houve uma certa recuperação. O ano de 2018 foi favorável, no sentido de que os programas receberam um total de 4,7 mil milhões correspondente a 1,5 % do orçamento total do Estado e 0,4 por cento do PIB. No entanto estes dados não destacam Moçambique em relação a outros países, como esta expresso na UNICEF (2015):





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

O valor alocado para os programas de protecção social básica encontram-se ainda abaixo das referências internacionais. Por exemplo, o Banco mundial estabelece uma média de 1,1% do PIB em países em desenvolvimento para ser dedicada aos programas de transferências sociais, no entanto em Moçambique apenas conseguiu chegar aos 0,4 % do PIB (p.5).

Deste modo, o país necessita ainda investir mais na protecção social básica nos próximos exercícios económicos, de modo a se enquadrar no padrão internacional.

### 3.2 PROGRAMAS LEVADOS A CABO PELO INAS

O INAS tem delegações em cada província do país e tem a responsabilidade de implementar os programas, estes que são apresentados na tabela abaixo, juntamente com os seus objectivos:

Tabela 1: Programas de Assistência Social/Segurança Social Básica

Programas	Objectivos
<b>Programa de Subsídio Social Básico (PSSB)</b>	Visa garantir a concessão de transferências monetárias regulares mensais por tempo indeterminado, destinada a assistência aos agregados familiares sem nenhum membro com capacidade para o trabalho, sem meios próprios para satisfazer as suas necessidades básicas.
<b>Programa de Apoio Social Directo (PASD)</b>	Visa garantir a concessão de transferências sociais por tempo determinado em espécie ou o pagamento de serviços destinados a fazer face a situações de choque que agravam o grau de vulnerabilidade das pessoas ou agregados familiares em situação de pobreza e sem meios próprios para satisfazer as suas necessidades básicas.
<b>Programa de Serviços Sociais da Acção Social (PASD)</b>	Visa garantir o atendimento institucional em infantários, centros de Apoio a velhice, Centros de Trânsito, Centros de Acolhimento a criança, Centros Abertos e Centros de pessoas com deficiência desamparadas, bem como providenciar a orientação e reunificação familiar dos grupos mais vulneráveis desamparados e vivendo em situação de pobreza.
<b>Programa de Acção Social Produtiva (PASD)</b>	Visa providenciar o desenvolvimento de actividades que promovem a inclusão socioeconómica de pessoas em situação de pobreza e vulneráveis com capacidade para o trabalho.

Fonte: Ministério da Mulher e Acção Social – Informe Semanal da Protecção Social Básica (2012)

Diante destes programas, a que destacar que a presente pesquisa procurou focalizar-se no programa de subsídio social básico, tem como alvos os agregados familiares.





### 3.3 BENEFICIÁRIOS

Na tabela a seguir, são detalhados os diferentes beneficiários de acordo com os programas do INAS, dos quais:

Tabela 2: Beneficiários de Acordo com os programas

Programas	Objectivos			
Programas de Acção Social Directa e seus grupos Alvos (Vivendo abaixo da linha da pobreza)	PSSB (agregados familiares sem Membros com capacidade pelo trabalho)	AF com pessoas idosas (55 anos de idade sendo mulheres e 60 anos de idade sendo homens) incapacitados para o trabalho AF com pessoas com deficiência, incapacitados para o trabalho Pessoas com doenças crónicas e degenerativas (não acamadas)		
	PASD (Agregados Familiares temporariamente incapacitados para o trabalho ou vivendo em situação de vulnerabilidade)	Pessoas com deficiências, necessitando de meios de compensação		
		Crianças, idosos e repatriados em processo de reunificação e reintegração familiar no período da reunificação familiar.		
		Agregados familiares chefiados por crianças de 12 a 18 anos.		
		Chefes de AF temporariamente incapacitados para o trabalho, até o período máximo de 1 ano a 6 meses.		
		Agregados Familiares com crianças em fase de recuperação de uma situação de desnutrição aguda, por um período de dois anos que pode ser prolongado por igual período mediante avaliação médica.		
		Idosos e Pessoas vivendo com doenças crónicas e degenerativas (acamadas)		
		Pessoas vivendo com HIV e SIDA e em tratamento Anti Retroviral até 6 meses.		
Programa de Serviços Sociais de Acção Social (Pessoas desamparadas e vivendo abaixo da linha da pobreza)	PSSAS (Crianças, idosos e pessoas com deficiência em situação de pobreza e desamparo e de vulnerabilidade)	Crianças em situação difícil Pessoas idosas desamparadas Pessoas com deficiência Repatriados Pessoas vítimas de violência e tráfico População vivendo na rua e em processo de reintegração		
	Componente dos Trabalhadores públicos	Agregados Familiares chefiados por mulheres		
		Componente de Apoio ao Programa de Geração de Rendimento (GPGR)	Agregados Familiares com crianças em situação de desnutrição Agregados Familiares com pessoas com deficiência, doenças crónicas ou idosos Famílias de Acolhimento	
			Componente Apoio ao Programa de Geração de rendimento (CPGR)	Agregados Familiares com pessoas chefiadas por mulheres Agregados Familiares com pessoas com deficiência, doença crónica ou idosos Agregados Familiares com crianças em situação de desnutrição Famílias de Acolhimento
				O INAS conta com a coloração de Permanentes, pessoas idóneas de comunidade que servem como elo de ligação entre a comunidade e o INAS que têm o papel na selecção, acompanhamento de caso e pagamento dos beneficiários. Embora o mecanismo de pagamento possa no futuro próximo sofrer alterações, muito provavelmente o envolvimento dos Permanentes no processo de selecção e acompanhamento de cada caso continuará. A actuação do permanente na comunidade é com base no manual de orientação, os critérios de elegibilidade e meios de verificação específicos para cada programa.

Fonte: Ministério da Mulher e Acção Social (2012)

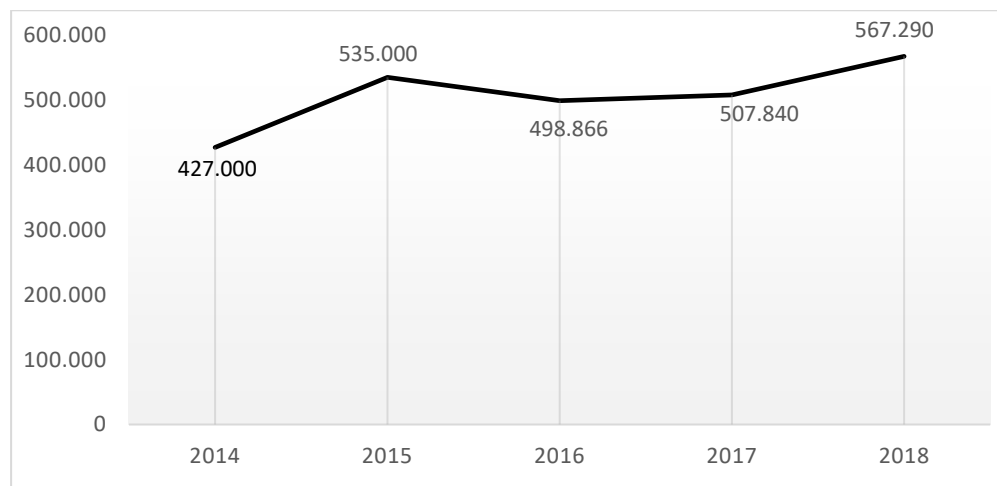


## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

No quadro de beneficiários, assiste-se um aumento dos agregados familiares beneficiários dos programas do INAS, que actualmente corresponde a 15% da média Nacional da população pobre.

O gráfico abaixo representa o número de agregados familiares beneficiários nos últimos anos:

Gráfico 2: Agregados Familiares cobertos pelos programas da INAS



Fonte: Relatórios do INAS 2014-2018

Perante estes dados, até 2018 os programas do INAS eram direccionados a 567.290 famílias, assistindo-se um aumento em relação a 2017. De acordo com IOSAS (2018) Estes agregados familiares são beneficiários de programas como PSSB, PASP, PASD E PSSAS. E estes agregados recebem 540 MT para agregados com uma pessoa, 640 agregados de duas pessoas, 740 agregados de três pessoas, 840 MT agregados de quatro pessoas e 1000 MT para agregados de cinco pessoas, tabela 3, a seguir:



Tabela 3: Alocação *per Capita* (PSSB+PASD+PASP+SSAS) na população pobre por província

Província	Alocação (10*3 MT) segundo LOE PSSB +PASD+PASP+SSAS	População pobre (indivíduos) incidência de pobreza de consumo, Quarta avaliação Nacional de pobreza e bem – estar em Moçambique 14/15	Alocação <i>per capita</i> (MT) na população pobre
Maputo Cidade	144.104	144.037	1.000
Maputo Província	93.002	312.855	297
Gaza	313.047	751.591	417
Inhambane	236.831	752.255	315
Manica	284.176	849.275	335
Sofala	237.846	950.640	250
Tete	367.422	865.917	424
Zambézia	469.361	2.891.472	162
Nampula	987.941	2.996.488	196
Niassa	221.815	1.039.042	213
Cabo Delgado	255.845	874.649	293
<b>Total</b>	<b>3.210.989</b>	<b>12.430.221</b>	<b>257 (média nacional)</b>

Fonte: UNICEF (2017)

Percebe-se que o INAS vem tentando diminuir as disparidades relativas a distribuição geográfica dos recursos nos programas, porém é notório a existência de diferenças a nível provincial em relação a alocação *per capita* dos recursos tendo em consideração a população pobre.

No estudo realizado por Castro (2016) com o tema o Sistema de Protecção Social para Redução da Pobreza em Moçambique: Percepções sobre o Programa de Subsídio de Alimento (PSA) na perspectiva dos beneficiários em Cahora-Bassa. A pesquisa indicou que a população reconhece o PSA como uma ajuda que contribui de forma significativa no orçamento familiar, promove a manutenção ou uma maior variedade na alimentação, destacou-se também a escassez de financiamentos.

O estudo revelou um fraco impacto na melhoria das condições de vida dos agregados familiares beneficiários, demonstrando ainda fragilidades no sistema de assistência social naquela região do país.



## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Mediante o estudo elaborado pela IESE (2010) aponta-se alguns desafios que inibem o crescimento do sector de acção social no país, dentre os quais, a falta de vontade política, as barreiras institucionais, as limitações orçamentais, a percepção de risco político, a nível institucional impõe-se o desafio de melhorar o sistema de gestão de informação (estatísticas, monitoria e avaliação) para retroalimentar a planificação estratégica com dados e análises sólidas e fiáveis

A pesquisa de Salazar (2015) com o tema Impacto Social do Subsídio de Apoio a 3 Idade, Caso do bairro de Namicopo, cidade de Nampula. A pesquisa já feita constatou que o impacto do subsídio de apoio a terceira idade no Bairro de Namicopo não é notável, quer dizer, o subsídio não tem um impacto significativo, uma vez que o próprio subsídio não é suficiente para a satisfação das necessidades básicas dos idosos

O subsídio não é satisfatório no sentido de garantir meios adequados de subsistência das pessoas da 3 idade naquele Bairro.

Um dos aspectos é relativamente ao facto de Moçambique estar ainda abaixo do padrão internacional em termos de percentagens de alocação orçamental para programas de transferência de renda, como aponta a UNICEF (2015):

491

Os valores alocados para os programas de protecção social básica em Moçambique encontram-se ainda abaixo das referências internacionais. Por exemplo, o Banco Mundial estabelece uma média de 1,1% do PIB em países em desenvolvimento para ser dedicada aos programas de transferências sociais, no entanto Moçambique apenas conseguiu chegar aos 0,4% do PIB. UNICEF (2015, p.5)

Face a estas situações, ainda revestem-se de desafios no sentido de acompanhar e responder os problemas das camadas sociais vulneráveis.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos aspectos discutidos ao longo do artigo, destaca-se, que as políticas sócias representam um importante mecanismo de intervenção do Estado, com vista a atender as





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

camadas sociais mais vulneráveis. Deste modo o Instituto Nacional de Acção social leva a cabo programas de assistência a sociedade.

Com base na revisão da literatura feita, pode-se ter um panorama da situação de eficácia das iniciativas, sendo que destacou-se que os programas são vistos de uma forma positiva por parte dos beneficiários gerando algum impacto nas suas condições de vida, mais no entanto ainda deixa desejar, devido o montante que é transferido ser pouco relacionado ao custo de vida, por outro lado a extensão dos beneficiários do programas em Moçambique ainda é baixa face ao contexto regional.

As entidades governamentais revestem-se de desafios no sentido de aprimorarem os mecanismos de implementação de programas, mediante melhorias de recursos para dinâmica de trabalho e assistência social.

### REFERÊNCIAS

492

DIEL, K. & TATIM, M. **Metodologias de trabalho científico**. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

Lei de Protecção social de Moçambique. **Lei n 4/2007 de 7 de fevereiro**. Maputo, 2007.

MINISTÉRIO DA MULHER E ACÇÃO SOCIAL. **Visão do Instituto Nacional da Acção Social**. Maputo, 2012.

OLIVEIRA, S. **Metodologia científica aplicada ao Direito**. São Paulo: Atlas, 2005.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Relatório sobre emprego na População Jovem**. Genebra, Suíça: OIT, 2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Segurança Social para a Justiça Social e uma globalização justa**. Genebra: Espaço Gráfico, 2011.

Política de Acção social de Moçambique. Maputo, 1998.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Índice de Desenvolvimento Humano**. PNUD, 2020.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

QUIVE, S. Sistemas formais e informais de protecção social em desenvolvimento em Moçambique. **IESE**, 43, 1-43, 2005.

QUIVE, S. **Protecção Social em Moçambique**, Maputo, Moçambique: Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2007.

Regulamento da segurança Social básica. Maputo, 2011.

SALAZAR, V. Avaliando impactos dos Programas de Transferência de Renda na América Latina. **Revista Katalysis**, 12-21, 2017.

SILVA, M. Origem e desenvolvimento do welfare state. **Revista Políticas Públicas**. 19, 1-23, 2015.

UNICEF. **Relatórios do Sector de Acção Social**. Maputo: UNICEF, 5015.

VICENTE, K E CULL, T. Impacto de transferências pecuniárias sociais: evidências de estudos de caso da África Austral. **IESE**, 61, 207-218, 2007.

WHATERHOUSE, R. Vulnerabilidade em moçambique: padrões, tendências e respostas. **IESE**, 99-119, 2007.

493

WHATERHOUSE, R., & LAURICIANO, G. Contexto Político e institucional da protecção social em Moçambique. **IESE**, 61, 19-38, 2007.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO NA GOVERNAÇÃO MUNICIPAL E SUA EFECTIVIDADE NO MUNICÍPIO DE MAPUTO: ESTUDO DE CASO DO DISTRITO MUNICIPAL KAMUBUKWANA

Maria Helena Catarina Bicudo Abdul<sup>175</sup>

#### RESUMO

Este artigo teve como objectivo analisar a efectividade dos mecanismos de participação na governação municipal no Distrito Municipal de KaMubukwana-Cidade de Maputo, Em termos metodológicos adoptou-se uma abordagem quantitativa e quanto aos objectivos descritiva, foram seleccionados 3 339 munícipes constituído pelos munícipes, para o tratamento de dados foi aplicada a análise estatística. Os resultados revelaram que uma pequena parcela de 7% são filiados a alguma organização da sociedade civil, que englobam movimentos cívicos de promoção de direitos e mecanismos para boa governação, no entanto representam uma percentagem muito pequena, por outro lado 43% são membros de partidos políticos e 50% não tem um mecanismo organizacional no qual possam participar em processos de governação mas pese embora os munícipes não intervenham directamente na governação municipal, tem um senso de preocupação com as ocorrências dentro da urbe.

**Palavras-chave:** Participação. Governação. Município.

494

#### ABSTRACT

The objective of this article was to analyze the effectiveness of the mechanisms for participation in municipal governance in the Municipal District of KaMubukwana-Maputo City. In methodological terms, a quantitative approach was adopted and, in terms of descriptive objectives, 3 339 citizens were selected, made up of citizens, to data treatment was applied to statistical analysis. The results revealed that a small portion of 7% are affiliated with some civil society organization, which includes civic movements for the promotion of rights and mechanisms for good governance, however they represent a very small percentage, on the other hand 43% are members of political parties. Politicians and 50% do not have an organizational mechanism in which they can participate in governance processes, but they weigh, although municipalities do not intervene directly in municipal governance, they have a sense of concern with occurrences within the city.

**Keywords:** Participation. Governance. Municipality.

<sup>175</sup>Doutoranda na Universidade São Tomás (USTM), na Inspeção Geral de Saúde-Ministério da Saúde; milenabdul1@gmail.com contactos: 845553165/828632510/865553110





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 1 INTRODUÇÃO

No contexto de Estado de Direito e Democrático, preconiza-se mecanismos que visam garantir a existência de garantias fundamentais como a participação popular nas decisões políticas. Em Moçambique a Constituição da República (CRM) de 1990 trouxe uma importante inovação introduzindo a democracia e multipartidarismo, o que impactou na abertura de criação de diferentes partidos políticos e o modelo de planeamento, que deixou de ser centralizado passando a promover a descentralização.

Segundo Simione, Matos e Ckagnazaroff (2018), a criação da nova constituição passou a reconhecer as liberdades individuais e colectivas o que permitiu o surgimento da Lei nº 7/91 de 23 de janeiro, referente a criação e actividade dos partidos políticos.

Em 1996 surgiu a emenda constitucional que implementou a descentralização por meio da municipalização, criando-se o Poder Local e institucionalizando as autarquias locais. Com a aprovação da Lei nº 2/1997 de 18 de fevereiro.

Com a criação das autarquias locais, perspectiva-se na possibilidade da população eleger os seus órgãos representativos e garantir maior participação na solução dos problemas locais. Por sua vez estes objectivos ainda deixam desejar pois como aponta Mussane (2020), apesar dos avanços registados no quadro governativo das autarquias locais, no que concerne ao estabelecimento de mecanismos de participação para o engajamento activo dos cidadãos na governação municipal democrática, inclusiva e transparente, há estudos que apontam para o fraco envolvimento destes nos fóruns de participação criados.

Desta forma, este artigo teve como objectivo analisar a efectividade dos mecanismos de participação na governação municipal no Distrito Municipal de Ka Mubukwana. Tendo como objectivos específicos os seguintes: i) diagnosticar a participação dos munícipes em processos eleitorais; averiguar o interesse dos munícipes em plataformas de governação municipal participativa.







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 2 REVISÃO DA LITERATURA

#### 2.1 GOVERNAÇÃO PARTICIPATIVA

Osborne (2006), apresenta a governação participativa como um modelo no qual preconiza-se a provisão de serviços públicos por meio de intercâmbio e envolvimento do governo e diferentes actores.

Na perspectiva de Smith (2009), a governação participativa tem como propósito garantir a integração política da população no processo decisório.

Com base nestes preceitos, percebe-se a governação participativa como um envolvimento da sociedade na construção das políticas públicas promovendo a democratização do sistema político.

De acordo com Speer (2012), ela se refere a um conjunto de arranjos institucionais que têm por objectivo facilitar a participação de cidadãos comuns no processo de desenho de políticas públicas, bem como a avaliação e o monitoramento dos gastos do governo.

496

Com a governação participativa garante-se a inclusão da população nas estruturas de tomada de decisão, influenciando nas políticas. Nesse modelo os cidadãos elegem seus representantes e intervêm na deliberação de aspectos da agenda da comunidade.

A Governação Participativa englobaria tanto as visões que embasam a democracia participativa quanto as que defendem a democracia deliberativa nos espaços públicos (fóruns locais, conselhos, consulta comunitária, audiência pública, associações públicas, ente outros). Já a noção de democracia deliberativa considera a inter-relação entre diferentes atores políticos e sociais, que, a partir de seus valores e capacidades comunicativas, enfrentam o desafio do diálogo público com vistas à construção de políticas públicas de um modo colaborativo.

Existem diferentes mecanismos de participação como consulta pública, audiência público, colegiados públicos, assessoria externa, denúncia pública, reclamação, fiscalização.

Maccacaro (1979), argumenta que as instâncias participativas só contribuem se forem criadas as condições para que os usuários do sistema e a sociedade civil não organizada possam





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

participar. Quando estas condições não são adequadamente criadas, o autor classifica como participação delegada.

Observa-se que os processos burocráticos de esvaziamento das demandas que muitas vezes são disponibilizados para a população, como no caso das ouvidorias, mas que trazem pouca possibilidade de diálogo ou interferência na situação vivenciada ou relatada. Sem estruturas físicas adequadas para promover a participação. Assim existem desafios para encontrar meios para diálogo com a população, espaços que possam gerar a possibilidade de propostas e influenciar-se as políticas públicas.

### 2.2 PARTICIPAÇÃO

De acordo com Pretty (1995), a participação é tida como um processo contínuo no qual preconiza-se o diálogo, troca de experiências. Sendo o princípio fundamental da participação a tomada de consideração de experiência e conhecimento dos participantes e recuperação dos saberes locais, reconhecendo-se os actores como parte activa e integrante de produção de conhecimento enquanto experiência.

Chichava (1998), definiu a participação como um conceito que aparece nos meados da década de 50 do século XX, quando analistas desenvolvimentistas constataram que os projectos por si elaborados não alcançaram os objectivos desejados, passando a participação dos beneficiários.

Desta forma, a participação baseia-se na busca da apropriação da sociedade do processo decisório, assim o governo e ONG;s precisam promover a participação para garantir a resposta das necessidades locais. A nível municipal pode-se destacar mecanismos de participação, como processos eleitorais, sessões da assembleia municipais encontros com as comissões de trabalho das assembleias sessões do Conselho Municipal, Sessões dos Conselhos Consultivos Municipais.

De acordo com Sayago (2000), existem tipos de participação, dentre os quais:

a) Participação Individual: quando o indivíduo toma sua decisão de forma individual e de livre escolha;





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

- b) Participação colectiva: caracterizado por participação de todos na tomada de decisões;
- c) Participação Passiva: quando o indivíduo se comporta de modo desejado, sem interferir no processo;
- d) Participação Ativa: quando os sujeitos assumem o compromisso da luta e da conquista para alcançar os seus objetivos, de forma coletiva e solidária;
- e) Participação Voluntária: quando de forma espontânea, um grupo se junta para resolver problemas imediatos;
- f) Participação Instrumental: quando as mobilizações são feitas com o propósito de conquistar posição ou poder. As mobilizações são dirigidas por organizações externas que traçam os objetivos anteriormente.
- g) A população é incluída, mas as suas opiniões e decisões são excluídas.

Mediante estas tipologias, percebe-se que a participação pode-se efectivar de diferentes formas seja por iniciativa pessoal ou colectiva, sendo esta segunda caracterizada em grupos com interesse comum, por sua vez, esta participação também pode ser activa que caracteriza-se por uma capacidade de senso crítico e uma passiva, na qual os actores não detêm um poder decisivo. O mesmo pode ser identificado em uma forma voluntaria ou instrumentalizada, em que na segunda existe uma manipulação.

498

### 2.3 NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO

Para Lopes (2006), sobre a problemática da democracia participativa, identificou três níveis de participação em função da capacidade dos actores para interferirem com os processos decisórios.

- Pseudo participação - sendo uma técnica usada para convencer os participantes a aceitarem decisões que já foram tomadas pelos que tem o real poder de decidir.
- Participação parcial - os actores têm alguma capacidade para influenciar as decisões mais o efectivo poder de decidir continua no topo hierárquico.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

- Participação total - todos os actores são colocadas numa situação de igualdade, com a mesma capacidade de intervenção directa sobre os processos decisórios.

Para Luck (1996), a participação no seu sentido pleno, caracterizada por uma força de actuação conjunta, pela qual os membros de uma unidade social reconhecem e assumem seu poder de exercer influência na determinação da dinâmica dessa unidade social, de competência e vontade de compreender, decidir e agir em torno de questões que lhe são afectas.

O autor acima, faz entender que há igualmente distintos níveis de participação no seio das sociedades e que as mesmas são funcionais.

Em ponto de vista meu e tendo em conta as realidades locais, a sociedade deve pautar pela participação total, pois, ela colocadas numa situação de igualdade, com a mesma capacidade de intervenção directa sobre os processos decisórios, isto é, não discrimina a ninguém nos processos de tomada de decisão, como é pode ser o caso de formulação de políticas públicas locais.

499

### 2.4 ESTUDOS REALIZADOS

#### 2.4.1 Estudos Empíricos

O estudo de Biel et al. (2016) com o tema Participação cidadã na formulação da política pública do desporto catarinense, investiga a participação cidadã no processo de elaboração da política pública do desporto Catarinense, o que o caracteriza quanto ao seu objectivo como uma pesquisa descritiva. O período analisado inicia-se em 1992 e estende-se até o ano de 2006. O método utilizado foi o de estudo de caso, e a colecta de dados foi realizada por meio de diferentes técnicas pertinentes a este método, a saber: observação participante, entrevistas em profundidade e pesquisa documental. Os resultados demonstraram que, embora os principais actores sociais que participaram do processo de elaboração da política pública tenham sido principalmente aqueles que já estavam engajados anteriormente no processo da *public policy making*, a participação cidadã existiu sob a forma cooperativa e por meio de colegiados públicos.

O estudo de Lopes (2010) abordando o tema Desenvolvimento Local e Participação constituem, hoje conceitos centrais no debate da gestão acerca do quadro de exclusão social que





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

persiste mesmo após décadas de políticas direccionadas ao combate da pobreza. Propõe-se pesquisar os principais factores que impedem o processo de participação comunitária na gestão do desenvolvimento local. Opta-se pesquisa-acção, pois tem papel activo no equacionamento dos problemas encontrados, no acompanhamento e avaliação das acções realizadas em oficinas participativas com a comunidade. Pela metodologia adoptada, foi possível classificar o problema – participação da comunidade no processo de desenvolvimento local - em grupos e subgrupos de afinidades, hierarquizá-los consignando o grau de prioridade dado a cada um deles, resultando-se em: políticas públicas, conhecimento (educação), qualificação, organização e integração. Na pesquisa ficou evidente que acções desenhadas para a promoção do desenvolvimento devem não apenas dar-se de forma descentralizada, e sim focadas, no “local” onde se dá à vida concreta. Verificou-se ainda, que a participação se torna mais sustentável, quando ela não restringe-se a processos de consultas, mas se é um elemento constituinte do quotidiano.

### 2.4.2 Estudos Focalizados

Na pesquisa de Langa com o tema a Sociedade Civil na Formulação e Implementação de Políticas Públicas no Município de Xai-Xai. Propôs-se a analisar criticamente, à luz da perspectiva sistémica, a forma como a sociedade civil participou em conselhos consultivos, no âmbito da formulação e implementação da Postura de Trânsito Municipal. Partiu do princípio de que a institucionalização dos mecanismos de participação do cidadão individualmente ou representado por uma organização da sociedade civil, não é suficiente para que haja uma participação efectiva. Em alguns contextos, onde a sociedade civil está fragilizada podem ser ampliados os espaços de relacionamento entre os governos e a sociedade, mas esses espaços não serão devidamente explorados. Nesse âmbito, avaliou-se a participação de duas associações tendo em consideração as modalidades de actuação política que a legislação municipal assegura à sociedade civil. Os resultados mostram que, os principais actores de formulação e implementação de políticas devem explorar de forma combinada as várias modalidades de participação política que o quadro legal garante. E, este aspecto permite a sociedade civil desempenhar o papel de parceira importante na formulação de políticas, deixando de ser uma simples receptora.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

O estudo de Macamo (2017), com o tema Participação Comunitária Na Governação Municipal Em Moçambique: Um Olhar Sobre o Orçamento Participativo no Município da Cidade de Maputo, partindo da ideia de que a participação no âmbito da governação refere-se há variadas formas de envolvimento dos cidadãos nos processos de governação, independentemente do grau de profundidade em que estes são envolvidos nos referidos processos. Os cidadãos podem ser envolvidos no processo governativo em diferentes níveis, desde a partilha de informação que os governantes detêm, consulta até a partilha do poder decisório. Em Moçambique, o processo de descentralização tem sido caracterizado pelo envolvimento das comunidades nos processos governativos por via de mecanismos e espaços de participação apropriados. O presente estudo, cujo objecto é a Participação Comunitária no Âmbito da Governação Municipal em Moçambique, visa essencialmente compreender a dinâmica do processo de participação comunitária na governação municipal em Moçambique, usando como caso de estudo o Município de Maputo. O estudo baseia-se no Orçamento Participativo como mecanismo de participação comunitária criado no âmbito da governação local no país.

501

### 3 DESENHO METODOLÓGICO

#### 3.1 ENFOQUE QUANTITATIVO

Esta pesquisa adoptou uma abordagem quantitativa, que Segundo Knechtel (2014), a pesquisa quantitativa é uma modalidade de pesquisa que atua sobre um problema humano ou social, é baseada no teste de uma teoria e composta por variáveis quantificadas em números, as quais são analisadas de modo estatístico, com o objectivo de determinar se as generalizações previstas na teoria se sustentam ou não.

Desta forma percebe-se que o enfoque quantitativo se preocupa com a quantificação dos dados, comprovando se uma teoria é válida ou não a partir de análises estatísticas. A pesquisa quantitativa está ligada directamente à quantificação dos dados, na experimentação, na mensuração e no controle rigoroso dos fatos. Deste modo, o presente estudo teve em vista avaliar a participação dos munícipes nos processos de governação municipal, portanto foi essencial,





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

levar um inquérito para averiguar a percepção dos mesmos para *a posterior* sistematização em estatísticas.

### 3.2 TIPO DE ESTUDOS QUANTO AO OBJECTIVO

De acordo com Marshall e Rossman (1995, cit., in Sousa e Baptista, 2011, p.12) as pesquisas descritivas “descrevem rigorosamente e claramente um dado objecto de estudo na sua estrutura e funcionamento”.

Para Diehl e Tatim (2004):

“As pesquisas descritivas têm como objectivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenómeno, ou então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados com a pesquisa descritiva, e uma de suas características mais significativas é a utilização de técnicas padronizadas de colecta de dados, tais como questionário e observação sistemática, Diehl e Tatim (2004, p.54).”

502

Neste âmbito adoptou-se um estudo descritivo, pois, faz-se uma caracterização da participação dos munícipes na governação municipal.

### 3.3 INSTRUMENTOS/TÉCNICAS

Foi aplicado um inquérito que caracteriza-se por uma sequência de perguntas fechadas. Esta técnica proporciona vantagens como, a obtenção de respostas de forma rápida e exactas de um grande número de pessoas, também permitiu garantir maior sistematização dos resultados, facilidade na análise, por meio da redução do tempo necessário para análise e tratamento dos dados.

### 3.4 UNIVERSO E AMOSTRA





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

A pesquisa teve como população os munícipes de Maputo-senso populacional INE (2021) descrevem como sendo um Município localizado na Baía do mesmo nome, a Norte do Estuário do Rio Maputo. É limitado a Oeste pelo Vale de Infulene, que o separa do Município de Matola, a este é limitado pelo Oceano Indico, a Sul pelo Distrito de Matutuine e a Norte pelo Distrito de Marracuene. O território abrangido pelo Município de Maputo ocupa uma superfície de 383 km<sup>2</sup>. De acordo com os dados do INE (2021), a população da Cidade de Maputo esta distribuída da seguinte forma:

Tabela 1: População da Cidade de Maputo

	Homens e Mulheres	Homens	Mulheres
Maputo Cidade	1 127 565	547 938	579 627
Ka Mpfumu	79 483	38 046	41 437
Nhamankulu	132 643	64 564	68 079
KaMaxaqueni	204 134	100 536	103 598
KaMavota	341 075	165 717	175 357
<b>KaMubukwana</b>	<b>333 960</b>	<b>161 200</b>	<b>172 759</b>
KaTembe	30 051	14 844	15 207
KaNyaka	6219	3 030	3 189

503

Fonte: INE (2017)

A pesquisa focalizou-se no Distrito Urbano de Ka Mubukwana, sendo a circunscrição na qual a pesquisadora reside, tendo como um total de 333 960 habitantes.

Esta pesquisa seguiu a tipologia de amostragem probabilística qualquer elemento do universo pode fazer parte da pesquisa, e quanto a tipologia foi aleatória simples, que de acordo com Sousa e Baptista (2011) esta corresponde a um procedimento de selecção da amostra em que cada um tem uma probabilidade igual e não nula de fazer parte da pesquisa.

Nesse âmbito, estabeleceu-se que pretendia-se como representatividade 1% dos elementos do universo. Como subsídio Carmo e Ferreira (1998) referem que:

“Usualmente, considera-se que quanto maior for a amostra mais possibilidades tem de ser representativa da população. A dimensão aceitável da amostra varia com o tipo de investigação Carmo e Ferreira (1998, p.196).”







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Assim no âmbito da amostragem adoptou-se a amostragem simples intencional, baseada na idade, sendo que priorizou-se indivíduos maiores de 18 anos, pois este tem capacidade de exercer direitos e deveres como cidadão. Destes foram seleccionados 3 339 participantes (a 1% do universo). Distribuídos em 1 612 homens e 1 727 mulheres.

### 3.5 TRATAMENTO DE DADOS

Adoptou-se a estatística descritiva, sendo dados provenientes dos inquéritos efectuados e respostas fechadas, as informações foram trabalhadas com base na aplicação da Estatística Descritiva. Que de acordo com Santos (2010), à estatística descritiva consiste na utilização de técnicas de tratamento de dados baseada em diagramas, tabelas, gráficos que possibilitam um impacto visual e através de uma observação rápida entender-se os resultados do estudo.

O tratamento estatístico, consistiu em agrupar os dados em folhas de cálculo do Excel 2013, e automaticamente tirou-se percentagens e ajustou os dados em gráficos. Que em seguida o pesquisador procedeu a análise mediante as tendências dos gráficos e tabelas procurando verificar incidências em termos de percentagens.

504

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 4.1 PERFIL DOS INQUERIDOS

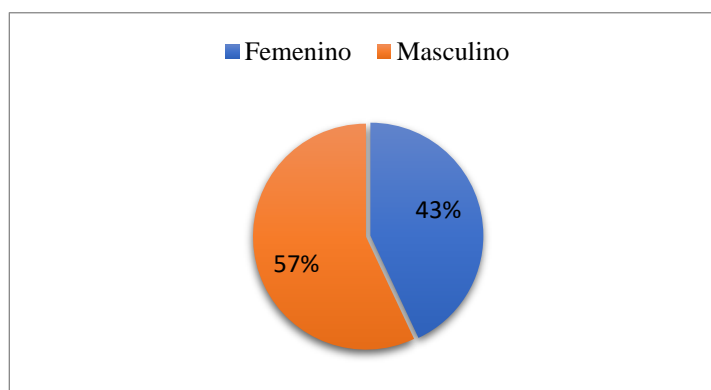
As ilustrações abaixo, expõem o perfil dos inqueridos, sendo que foram 3 339,6 cidadãos, dos quais 57% são do sexo masculino e 43% são do sexo feminino. E em termos de faixa etária existe uma grande representatividade da camada juvenil.

Diagrama 1 – Distribuição dos participantes por gênero





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023



Fonte: A autora

### 4.2 AFILIAÇÃO EM MOVIMENTOS

Primeiramente buscou-se saber dos participantes eram membros de algum partido político ou alguma organização da sociedade civil ou em nenhum movimento, as respostas obtidas podem ser visualizadas abaixo:

505

Diagrama 2 – Afiliação em movimentos



Fonte: A autora





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Com base nas respostas dos inqueridos observou-se que uma pequena parcela de 7% são filiadas a alguma organização da sociedade civil, que englobam movimentos cívicos de promoção de direitos e mecanismos para boa governação no entanto representam uma percentagem muito pequena, por outro lado 43% são membros de partidos políticos, o que revela-se interessante, pois é um importante mecanismo para desenvolver sua cidadania. No entanto a maior parcela dos inqueridos que são 50% não tem um mecanismo organizacional no qual possam participar em processos de governação, o que representa um problema, pois podem ter dificuldades de engajamento por falta de enquadramento. Pois com a afiliação em partidos políticos ou organizações cívicas maior potencialidade para debater e influenciar no processo de governação.

Segundo Tatagiba, Albers e Silva (2012), os movimentos aproveitam as oportunidades que são colocadas pela conjuntura, como o caso de aliados em posições de poder ou da existência de canais institucionais de acesso aos processos decisórios, também tentam criar oportunidades ao actuarem para alterar o ambiente institucional.

Nesse âmbito os movimentos servem de meio de disputa por modelos alternativos de políticas publicas, são estes movimentos que buscam reformar o Estados por meio das suas propostas.

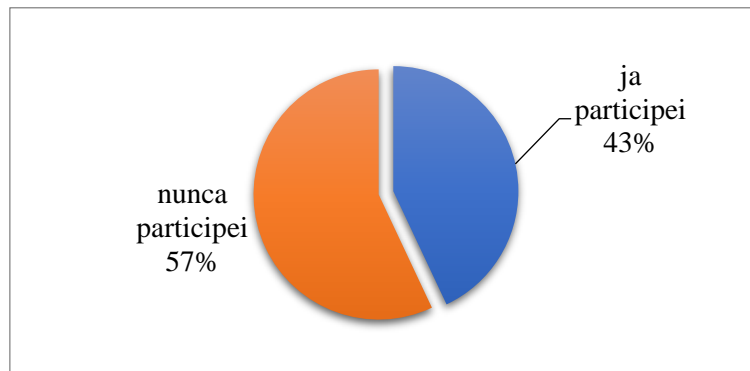
506

### 4.3 PARTICIPAÇÃO EM PROCESSOS ELEITORAIS

Questionou-se se já participaram no processo eleitoral, nos últimos anos. As respostas podem ser observadas no gráfico abaixo:



Diagrama 3 – Participação em processos eleitorais



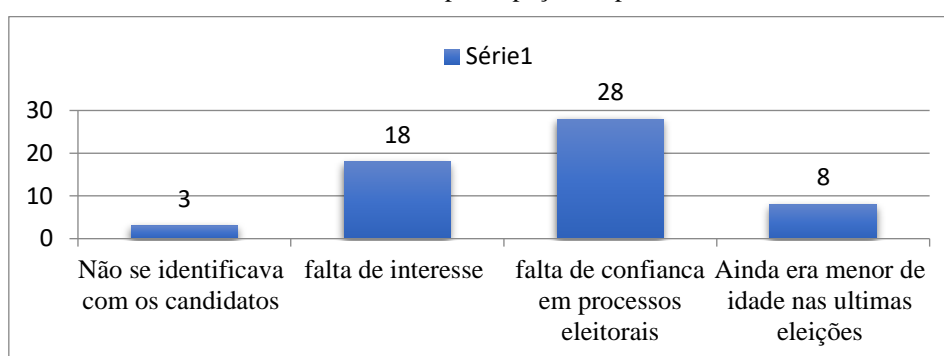
Fonte: A autora

Os dados revelam que cerca de 43% dos inqueridos já participou em um processo eleitoral, por sua vez uma grande parcela 57% nunca participou, o que explicita a fraca adesão em processos que envolvem a eleição de órgãos para governação autárquica.

#### 4.4 MOTIVO DA NÃO PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO ELEITORAL

Dando-se seguimento a questão de participação no processo eleitoral, dos 57% que não participou no processo eleitoral, perguntou-se o que motivou a não participação, tendo identificado as seguintes posições:

Gráfico 1: Motivo da não participação no processo eleitoral



Fonte: A autora

Mediante o gráfico, constatou-se que 5% não se identificavam com os candidatos, neste âmbito os candidatos não apresentam o perfil e os objectivos do manifesto não estavam enquadrados com os anseios dos inqueridos. Por outro lado, uma parcela de 14% revelou que era menor de idade nas últimas eleições, sendo pela legislação para exercício do sufrágio deve ter mínimo 18 anos. Uma grande parcela de 32% apontou como falta de interesse, evidenciando uma falta de cidadania e envolvimento com a situação sociopolítico municipal. 49% revelaram não confiar em processos eleitorais

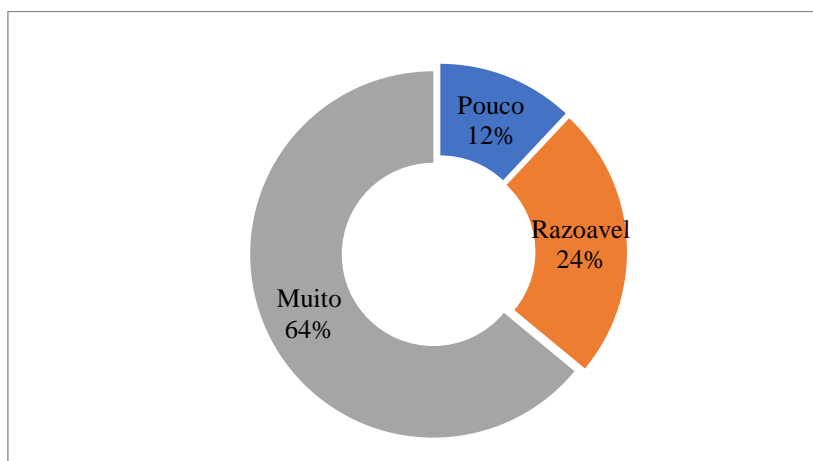
Zorzi (2018), aponta que a democracia tem se mostrado como um processo inconsistente, sendo que os jovens procuram se emancipar, mas devido a falta de confiança nas instituições, acabam ficando passivos e indiferentes com a política.

Com este cenário, a camada juvenil desenvolve uma apatia com a política gerando uma fraca participação.

#### 4.5 INTERESSE POR QUESTÕES DA GOVERNAÇÃO MUNICIPAL

Questionados sobre o seu nível interesse em questões da governação municipal, obteve os seguintes resultados:

Diagrama 4 - Interesse por questões da governação municipal



Fonte: A autora

Os dados revelam que 12% tem pouco interesse, 24% apontou sendo razoável o seu interesse e maior parcela 64% referenciou muito o seu interesse sobre a governação municipal. Estes resultados apontam que pese embora os munícipes não intervenham directamente na governação municipal, tem um senso de preocupação com as ocorrências dentro da urbe.

#### 4.6 PARTICIPAÇÃO EM SESSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

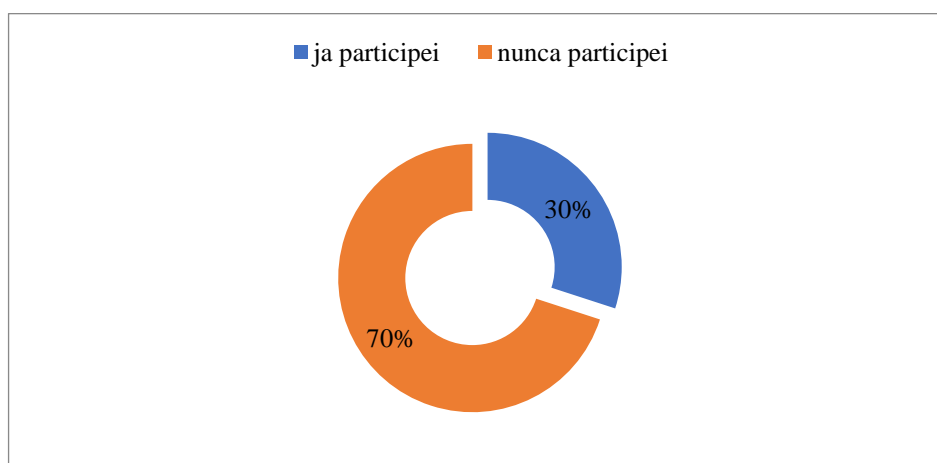
O intuito da abertura das sessões da assembleia municipal para a participação do público, esta em garantir maior transparência das decisões e acções, no entanto constatou-se que a participação dos inqueridos é baixa sendo apenas 30% já participaram em alguma sessão



## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

municipal. A maior parte dos inqueridos (70%) nunca participou em uma sessão da assembleia municipal, o que leva a inferir que existe uma fraca monitoria dos munícipes em relação a postura dos órgãos autárquicos.

Diagrama 5- Participação em sessões da Assembleia Municipal



Fonte: A autora

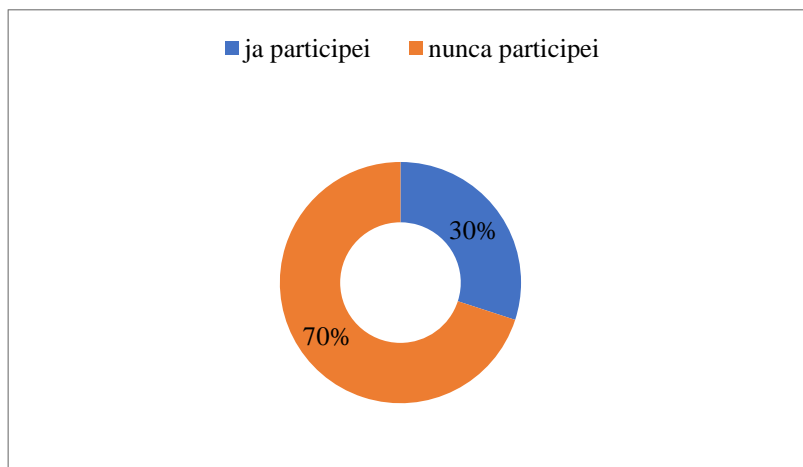
O intuito da abertura das sessões da assembleia municipal para a participação do público, esta em garantir maior transparência das decisões e ações, no entanto constatou-se que a participação dos inqueridos é baixa sendo apenas 30% já participaram em alguma sessão municipal. A maior parte dos inqueridos (70%) nunca participou em uma sessão da assembleia municipal, o que leva a inferir que existe uma fraca monitoria dos munícipes em relação a postura dos órgãos autárquicos.

### 4.7 PARTICIPAÇÃO NO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Relativamente ao orçamento participativo os resultados foram idênticos, sendo que apenas 30% já participou no processo de orçamento participativo, enquanto uma grande maioria de 70% nunca participou. Relevando uma discrepância, em que boa parte dos munícipes não envolvem-se deliberação das despesas municipais.



Diagrama 6- Participação no orçamento participativo



Fonte: A autora

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A governação participativa constitui um modelo idealizado em princípios de materialização de um Estado democrático e nesta senda, procura-se criar mecanismo de participação social na direcção das políticas públicas. Assim, em Moçambique com o modelo descentralização, que institui a criação das Autarquias locais, preconizou-se a existência de diferentes formas de participação dos munícipes na governação, que vão do direito de eleição de órgãos representativos e opinar sobre o desenvolvimento local.

Ao se avaliar a participação dos munícipes da Cidade de Maputo, concretamente no Distrito municipal KaMubukwane, os resultados levam a conclusões que a participação política ainda tímida por parte dos cidadãos desta circunscrição territorial, sendo que na sua maioria, não estão engajados em partidos políticos e/ou movimentos cívicos. Por outro lado, existe uma fraca adesão aos processos eleitorais.

No contexto dos processos de governação, revelou-se um fraco interesse, caracterizado por pouca adesão a encontros realizados em sessões municipais e orçamento participativo. Com isto, fica o desafio da busca de promoção e consciencialização da população sobre os mecanismos e a importância da participação na governação, sugerindo-se a aproximação dos





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

órgãos municipais (presidente, vereadores, deputados) através de visitas aos bairros, uma promoção dos direitos e deveres do cidadão, para conhecimento da importância do exercício da cidadania.

### REFERÊNCIAS

CARMO, H. & FERREIRA, M. **Metodologia de Investigação**. Lisboa – Portugal: Editora Universidade Aberta, 1998.

CHICHAVA, J. **Participação Comunitária e Desenvolvimento**: o caso dos grupos dinamizadores em Moçambique. Maputo: INDL, 1998.

DIEHL, A. & TATIM, L. **Metodologias de Investigação Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico Maputo-Cidade**. Maputo, 512 2021.

LOPES, G. **Noções de conceito Participação** (6ªEd.). Beira: Beira Editores, 2006.

LUCK, O. **Tipos de Participação**. (4ª Ed.). Porto Alegre: Saraiva, 1996.

MACCACARO, G. **Medicina e Potere**: per una medicina da rinovare. Scritti 1966-1976. Milano, IT: Feltrinelli Editore, 1979.

OSBORNE, OSBORNE, S. The new public governance? **Public Management Review**, 8(3), 77-387, 2006.

PRETTY, A. Participatory Learning and Action. London. International Institute For Environment and development. (IIED). **Problems an Unofficial View**, word development, Vol.20,N6, 1995.

SANTOS, A. **Estatística descritiva**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SAYAGO, O. **A Gestão, em Autarquias**. Lisboa: Edições Sílabo, 2000.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

SMITH, G. **Inovação democrática: instituições de participação.** London: University of Cambridge, 2009.

SOUSA, M. & BAPTISTA, C. **Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios.** Lisboa, Portugal: Pacto Editora, 2011.

SPEER, J. **Reforma da participação na governação.** São Paulo: Atlas, 2012.

TATAGIBA, P. ALBERS, L. & SILVA. **Movimentos sociais e políticas públicas: ideias e experiências na construção de modelos alternativos,** 2012.

ZORZI, F. **Educação e desigualdade: socialização política comparada em escolas públicas e particulares.** Porto Alegre: Escritos, 2018.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: UMA ABORDAGEM A PARTIR DO LETRAMENTO CRÍTICO

Marieli Rosa<sup>176</sup>  
Micheli Rosa<sup>177</sup>

#### RESUMO

O presente estudo apresenta uma reflexão sobre a importância de tratar temas do âmbito do Direito e, especialmente, aqueles que versam sobre dignidade humana. Entendemos a educação como um espaço para desenvolver um pensamento autônomo e emancipatório frente a realidade social e cultural do Brasil. Desta forma, o *corpus* selecionado para debate foi o gênero *meme*, amplamente utilizado nas redes sociais, no qual a temática está relacionada aos temas em Direitos Humanos. Compreende-se que a linguagem se manifesta por meio de diferentes textos e carrega diversos sentidos em determinados contextos. Sendo assim, é necessário tratar os novos gêneros digitais por um viés que engloba métodos e abordagens educacionais que contemplem a construção do pensamento crítico. Nesta perspectiva, objetiva-se por meio desse gênero problematizar as práticas pedagógicas e os conteúdos relacionados aos Direitos Humanos pela perspectiva de letramento crítico.

**Palavras-chave:** Dignidade. Educação. Letramento.

514

#### ABSTRACT

This study presents a reflection on the importance of dealing with issues within the scope of Law and, especially, those that deal with human dignity. We understand education as a space to develop an autonomous and emancipatory thought in the face of the social and cultural reality of Brazil. Thus, the corpus selected for debate was the meme genre, widely used on social networks, in which the theme is related to human rights issues. It is understood that language manifests itself through different texts and carries different meanings in certain contexts. It is therefore necessary to treat the new digital genres through a lens that encompasses educational methods and approaches that take into account the construction of critical thinking. From this perspective, the aim of this genre is to problematize pedagogical practices and content related to human rights from the perspective of critical literacy.

**Keywords:** Dignity. Education. Literacy.

<sup>176</sup> Mestre em História, Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: marielly\_rosa@yahoo.com.br

<sup>177</sup> Doutoranda em Linguística, Universidade de Brasília. Email: michelly.hist@gmail.com





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 1 INTRODUÇÃO

“Brasil é o 3º em mortes de ativistas por direitos humanos”, “Um ativista foi morto no Brasil a cada oito dias” e “Brasil é o país mais letal da década para defensores da terra e do meio ambiente”. Cada uma dessas sentenças carregam o peso histórico e social da imensa negligência com aquelas e aqueles que lutam por Justiça social e pela dignidade humana. Nesse sentido, como educadores e educadoras temos, apesar de inúmeras dificuldades e adversidades no contexto escolar, o compromisso com uma educação crítica e emancipatória. Desse modo, ao olharmos para os documentos oficiais conseguimos vislumbrar aspectos importantes para um posicionamento em relação a aulas destinadas aos Direitos Humanos.

Ressalta-se que a mudança social também perpassa pela prática pedagógica e, portanto, compreendemos o quanto uma educação de qualidade, acessível e emancipatória proporciona transformações sociais na realidade de crianças, jovens e adultos. Cabe ressaltar que a relação dialógica entre uma formação permanente e a construção de um conhecimento significativo e crítico resulta em ações conscientes (FREIRE, 1982).

515

Pensando nisso, destacamos as palavras do educador Paulo Freire: “ninguém liberta ninguém, nem ninguém se liberta sozinho. Os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 1970, p. 25). Fomentar uma *práxis* libertadora no qual existe uma relação consciente entre as leituras de mundo e os contextos sociais, políticos e econômicos é a base para a construção do conhecimento em um país extremamente desigual.

A partir da análise bibliográfica acerca do tema, com base na obra freireana, e nas discussões sobre letramento crítico temos como finalidade problematizar as práticas pedagógicas. Além disso, ao pensarmos em nossa jornada estudantil e acadêmica percebemos determinadas lacunas e ausências de abordagens acerca de temáticas relacionadas aos Direitos Humanos nas escolas e nas Universidades.

Por que essa ausência? Quais as concepções que nossos alunos e nossas alunas têm em relação aos Direitos Humanos? É possível falar em Direitos Humanos desassociado da Educação? Como isso poderia ser abordado em sala de aula? Desse modo, esse artigo é uma proposta





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

pedagógica e reflexiva para desenvolvermos cada vez mais espaços de discussões sobre tais assuntos.

Tendo isto posto, propomos, a partir do gênero discursivo *meme*, problematizar as práticas educacionais e os conteúdos relacionados aos Direitos Humanos em sala de aula por um viés do letramento crítico, visto que um determinado tema ou conceito carrega sentidos diferentes para os grupos sociais e implica em percepções, experiências e vivências singulares. Por isso, o diálogo com as produções de Paulo Freire torna-se relevante para a presente pesquisa pois, é necessário desenvolver aulas que proporcionem o respeito e compreensão da realidade que os alunos e alunas estão inseridos para construir um pensamento autônomo.

Dito isso, ressalta-se que a pesquisa é de cunho documental-bibliográfico com uma abordagem reflexiva, pois tem a finalidade de debater aspectos sobre os Direitos Humanos no âmbito escolar, bem como apresentar apontamentos sobre o Letramento Crítico na prática educacional para educadores (as) que buscam caminhos para aplicar em suas aulas análises sobre o gênero virtual *meme*. Deste modo, o artigo é estruturado em duas partes: a primeira refere-se a Fundamentação Teórica: a) Diálogos entre Direitos Humanos e o âmbito escolar; b) os usos em sala de aula do gênero discursivo *meme*. A segunda versa sobre os resultados alcançados em que abordamos as questões sobre a propagação de *memes* com posicionamento contrários e em defesa dos Direitos Humanos. Por fim, considerações finais.

516

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 DIÁLOGOS ENTRE DIREITOS HUMANOS E O ÂMBITO ESCOLAR

Os Direitos Humanos e os Direitos fundamentais, usualmente, são tratados como sinônimos, porém, existem distinções. Para Cranston (1973), apud Arifa (2018), Direitos Humanos “é um direito moral universal, algo que todos os homens em todos os lugares, em todos os tempos, devem ter, algo de que ninguém pode ser privado sem uma afronta grave à justiça, algo que é devido a cada ser humano simplesmente porque ele é humano”. Como aponta Amélia Sampaio





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Rossi, é necessário um diálogo entre a órbita jurídica interna e a internacional (2018). Para a autora, a primeira expressão implica em

um conjunto de prerrogativas voltadas para o reconhecimento e proteção da liberdade, igualdade e dignidade humana, mas que ultrapassam o limite espacial de reconhecimento e proteção pela ordem jurídica interna de um Estado determinado, alcançando uma dimensão de proteção internacional (ROSSI, 2018, p. 220).

Em relação à segunda expressão a essência permanece igual, porém, sua composição refere-se a “um conjunto de prerrogativas, reconhecidas pela ordem jurídica e constitucional de um Estado concreto e determinado” (ROSSI, 2018, p. 220). Isso significa que os Direitos fundamentais existem a partir de uma base de legitimação jurídica e dentro de uma ordem constitucional de um país. Nesse sentido, no campo jurídico existe uma internacionalização dos Direitos Humanos e uma internalização à forma como esses se “relacionam e se impregnam nos direitos reconhecidos e positivados em países signatários da Declaração Universal” (FISCHMANN, 2009, p. 157).

517

Os documentos internacionais referentes aos Direitos Humanos foram cruciais para a composição de aspectos da Constituição Federal do Brasil (1988). Essa “desencadeou dinâmicas que, se puderam se valer do acúmulo internacional na compreensão jurídica e do sistema internacional de proteção dos direitos humanos, acabaram também por ter influência no campo internacional” (FISCHMANN, 2009, p. 159). Em suma, ela resguarda os Direitos Humanos a partir do conjunto de leis acerca da dignidade humana (art. 4, inciso II). Desse modo, o Estado Democrático de Direito está “intimamente ligado com a noção dos Direitos Humanos, com o desenvolvimento das pessoas dentro de um prisma constitucional, com a ideia de direito natural e as garantias fundamentais de proteção” (ROCHA; COELHO, 2013, p. 176-177).

Em nossa Constituição Federal encontramos no artigo 5º, Título II, capítulo I - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, a seguinte afirmação: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. No capítulo seguinte, no artigo 6º, temos a definição de Direitos sociais: “a educação, a saúde, a ali





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. Dessa forma, esse texto jurídico abrange vários aspectos legais que afirmam e legitimam a defesa da dignidade humana em várias esferas de vida social, econômica, cultural e política.

Em pesquisa realizada pela Ipsos, em 2018, 63% dos entrevistados responderam que são a favor dos direitos humanos; enquanto 21% são contra (IPSOS, 2018). Os dados revelam que, em certa medida, existe o desconhecimento sobre a abrangência de tais direitos e como eles impactam em nossas vidas. Desse modo, a desinformação gera discursos contrários às garantias fundamentais.

Cabe ressaltar que nas duas últimas eleições (2018 e 2022) vislumbramos a construção e propagação de notícias falsas, denominadas de *Fake News*, às quais estimulavam determinados grupos a atingir objetivos políticos e ideológicos. Por isso, o debate sobre os Direitos Humanos em sala de aula é relevante e urgente. Além disso, historicamente, o não acesso ao conhecimento tornou-se um dos projetos das elites brasileiras para que a educação jurídica não alcance as populações que carecem da efetivação de tais direitos. Isso ocorre porque através da educação construímos pontes e acesso para a transformação da realidade.

Ao debruçarmos no pensamento freiriano entendemos que os Direitos Humanos constituem em um conjunto de condições que estão relacionadas à justiça social e à dignidade humana (FREIRE, 2005). A Educação Popular preconizada por Paulo Freire possuía o compromisso com os mais pobres e suas reflexões tornaram-se importantes no meio educacional para debatermos sobre as condições e as realidades que a população brasileira viveu e, ainda, vive. Nesse sentido, uma abordagem com referenciais teóricos-metodológicos freirianos fundamenta-se em uma prática humanizadora e dialógica. Essa educação pauta-se em um constante diálogo entre os saberes dos educandos de forma horizontal e solidária.

A obra freiriana encoraja os educadores a caminharem por uma prática de letramento em que a base é sempre a justiça social e a igualdade das relações. Assim, professores e professoras reconhecem que os educandos carregam “bagagens” de saberes e conhecimento advindos de seus contextos sociais e culturais. Dentro desse processo de aprendizagem dialógica e de construção





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

de questões críticas que se relacionam às realidades dos estudantes, analisamos as produções textuais. A ação educativa que visa abordar os Direitos Humanos leva em conta a realidade para conscientizar, bem como a identificação dos problemas e a desnaturalização de determinados discursos para modificar a realidade social. Assim, é importante observar nas produções textuais (verbal e não verbal) como aparecem e são representadas, de forma explícita e implícita, a violação dos direitos humanos.

O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), instituído em 1996, possui o objetivo de direcionar ações governamentais para a defesa e promoção desses direitos. Ele sofreu várias reformulações, mas, em 2010 foi inserido um eixo que trata da educação em direitos humanos. Além deste documento temos o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) que propõe “fomentar o entendimento, a tolerância, a igualdade de gênero e a amizade entre as nações, os povos indígenas e grupos raciais, nacionais, étnicos, religiosos e linguísticos” (BRASIL, 2007, p. 24).

No PNEDH consta que a educação deve assegurar a “todas as pessoas o acesso à participação efetiva em uma sociedade livre” em que incorpora conceitos de cidadania democrática e ativa. Neste documento, observamos que a educação contribui para:

criar uma cultura universal dos direitos humanos; exercitar o respeito, a tolerância, a promoção e a valorização das diversidades (étnico-racial, religiosa, cultural, geracional, territorial, físico-individual, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de opção política, dentre outras) e a solidariedade entre povos e nações; assegurar a todas as pessoas o acesso à participação efetiva em uma sociedade livre (BRASIL, 2007, p. 25).

Esses documentos oficiais reforçam a necessidade de assegurarmos o direito à educação, bem como o direito ao acesso à educação jurídica. Desse modo, a educação em Direitos Humanos deve ser um espaço para a desconstrução de informações errôneas propagadas pelas mídias conservadoras, mas, é uma oportunidade para “a educação da e para a cidadania” (CHAUÍ, 2006, p. 13-14). Em convergência com as discussões apresentadas, Eduardo Bittar afirma que essa educação precisa desenvolver o indivíduo “como um todo, como forma de humanização e de







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

sensibilização”. Assim, sua capacitação tem como base a interação social, plural e democrática (BITTAR, 2007, p. 331).

Concordamos com Bittar ao afirmar que “uma cultura para a democracia é, antes de tudo, uma cultura preparada para o não-retorno do totalitarismo” (BITTAR, 2007, p. 314). Uma educação pautada nos e para os Direitos Humanos deve ser capaz de humanizar e sensibilizar os educandos e docentes. Isso será possível se a educação se voltar para uma cultura de direitos humanos no qual seja capaz de “propugnar a construção de uma sociedade preparada para o exercício da autonomia, condição fundamental para o exercício da cidadania”. (BITTAR, 2007, p. 317). Portanto, é uma educação que se preocupa com a diversidade, com a dignidade humana, com a justiça social, com respeito aos direitos, etc.

Diante disso, observamos a força que as instituições escolares possuem na vida dos alunos e das alunas e no processo de construção de um sujeito participativo e reflexivo socialmente. Entretanto, para que isso se concretize é necessário pensarmos em uma prática pedagógica que esteja consoante com o pensamento crítico. Para isso, torna-se necessário a construção, em sala de aula, de uma consciência histórica, visto que, por meio dela compreendemos o passado e podemos planejar mudanças. Ampliando e desenvolvendo competências a respeito de sensibilidades históricas e sociais.

520

### 2.2 OS USOS EM SALA DE AULA DO GÊNERO DISCURSIVO *MEME*

A materialidade do *meme* encontra-se na sua capacidade de incluir imagens, sons, cores, músicas, vídeos, enunciados e contextos particulares presentes nas mídias digitais que compõem uma determinada mensagem. Sua multiplicação no ambiente virtual transforma-o em um gênero fluido e adaptável, visto que nesse espaço suas características podem ser ressignificadas conforme a necessidade de cada usuário. Nesse sentido, a construção de *memes* na *internet* tem como base relações dialógicas, pois, a propagação de um assunto viabiliza a multiplicação de versões diferentes daquela original. Desse modo, pontuamos observações pertinentes advindas das contribuições de Mikhail Bakhtin. Para esse autor,





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua (BAKHTIN, 2003, p. 123).

O conceito de gênero apresentado por esse autor está conectado com a interação comunicativa (RODRIGUES, 2005). No que diz respeito a isso, Bakhtin ao pensar a questão do texto leva em consideração o fenômeno sociodiscursivo, ou seja, as “condições concretas da vida dos textos na sua inter-relação e interação” (BAKHTIN, 2003, p. 319). Nesta perspectiva, salienta Rodrigues (2005, p. 154), não se pode desvincular do conceito de gênero as “noções de interação verbal, comunicação discursiva, língua, discurso, texto, enunciado e atividade humana, pois somente na relação com esses conceitos pode-se apreender, sem reduzir, a noção de gêneros”. Desta maneira, o enunciado é a unidade da comunicação discursiva constituído por elementos extralinguísticos ligado a outros enunciados.

O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua mas, acima de tudo, por sua construção composicional.[...] Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seu tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso (grifo do autor). (BAKHTIN, 2003, p. 261- 262)

521

As interações sociais são realizadas por meio de gêneros discursivos. Cada esfera da sociedade demanda determinados gêneros e suas finalidades estão conectadas a isso. As interações verbais constroem gêneros que propiciam sua relativa estabilização ou transformação. Deste modo, os enunciados refletem a especificidade de cada campo da esfera social:

Cada época e cada grupo social têm seu repertório de formas de discurso na comunicação sócio-ideológica. A cada grupo de formas pertencentes ao mesmo gênero, isto é, a cada forma de discurso social, corresponde um grupo de temas. Entre as formas de comunicação (por exemplo, relações entre colaboradores num contexto puramente técnico), a forma de enunciação (“respostas curtas” na “linguagem de negócios”) e enfim o tema, existe uma unidade orgânica que nada poderia destruir. Eis porque a classificação





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

das formas de enunciação deve apoiar-se sobre uma classificação das formas da comunicação verbal. Estas últimas são inteiramente determinadas pelas relações de produção e pela estrutura sociopolítica (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2006, p. 34).

A diversidade de gênero é infinita e, portanto, inesgotável devido às atividades humanas que a demandam. Dessa forma, essa heterogeneidade apresenta a presença de gêneros primários e secundários. De acordo com Bakhtin, os gêneros discursivos secundários “surtem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado (predominantemente o escrito) - artístico, científico, sociopolítico etc.”. Já os gêneros primários se formaram nas condições da comunicação discursiva imediata. Para o autor, os “gêneros primários, que integram os complexos, aí se transformam e adquirem um caráter especial: perdem o vínculo imediato com a realidade concreta e os enunciados alheios” (BAKHTIN, 2003, p. 263-264).

Os termos utilizados, gêneros primários e secundários, servem para demonstrar que a constituição de cada um deles está ligada às esferas comunicativas, ou seja, é gerado na interação social. Cabe ressaltar que os gêneros do discurso possuem heterogeneidade, porém se moldam conforme o enunciado. Segundo Inrandé Antunes,

522

apesar de típicos e de estáveis, os gêneros também são flexíveis; quer dizer, variam no decorrer do tempo, das situações, conforme a própria trajetória cultural diferenciada dos grupos em que acontecem. Variam ainda porque assumem novas formas, novas representações e valores; porque alteram sua frequência de ocorrência ou, ainda, porque surgem “novas caras”, isto é, surgem gêneros novos (o e-mail, o blog, a teleconferência, por exemplo) (ANTUNES, 2009, p. 55).

A linguagem é um fenômeno social, histórico e ideológico. Então, quando o professor ou professora toma a linguagem como objeto precisa levar em conta a ideologia e o contexto de produção (BAKHTIN, 2006). Na perspectiva do Letramento Crítico (LC), a língua como objeto de estudo é analisada no contexto de uso. Então, essa concepção tem em vista a prática social, as interações na sociedade, a intenção do falante/escritor, as relações de poder e a ideologia. Tudo isso, já demonstra que não existe neutralidade, ou seja, as produções textuais visam alcançar determinados grupos e objetivos. A prática de letramento tem como princípio habilitar o leitor a





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

identificar os discursos hegemônicos e a ideologia presente nos textos. Este movimento realizado corrobora para que os educandos reflitam criticamente as práticas sociais e discursivas em diversos textos (CERVETTI; PARDALES; DAMICO, 2001).

Neste sentido, o *meme*, entendido como uma expressão humorística nos espaços virtuais, carrega enunciados (verbais e/não verbais) que materializam discursos. Dessa forma, utilizamos as discussões sobre esse gênero como um ponto de partida para reflexões e debates sobre conteúdos advindos dos espaços virtuais. Além disso, dentro da perspectiva deste artigo, defendemos a importância de desconstruir supostas “neutralidades” das ideias propagadas pelos gêneros virtuais. As atividades de leitura e análise dos textos levam os educandos a realizar uma ressignificação da leitura e a construção do pensamento crítico.

### 3 RESULTADOS ALCANÇADOS

As questões que versam sobre gênero discursivo relacionam-se com a noção de dialogismo. A orientação natural de um gênero é a sua relação dialógica com outros enunciados. Desse modo, podemos afirmar que o dialogismo é um fenômeno constitutivo do discurso. A linguagem é impregnada por comunicações dialógicas independente do campo ao qual ela foi construída: na esfera cotidiana, na esfera científica, na esfera artística etc. (BAKHTIN, 2010).

De acordo com Silva, Francelino e Melo (2017, p. 178), o *meme* “está, pois, dialogicamente constituído das novas formas de interação do espaço virtual, sobretudo, daqueles presentes nas redes de comunicação existentes na internet”. A respeito desse gênero, sua configuração baseia-se no uso de imagens e textos verbais. Sua principal característica é o humor e com cenário ou personagem conhecido dentro daquele grupo social. Além disso, manifesta crenças, valores sociais e aspectos ideológicos acerca de quem o produziu e quem o disseminou.

Ao trabalharmos com o gênero discurso *Meme* em sala de aula temos como intuito iniciar discussões sobre Direitos Humanos e como as redes sociais constroem sentidos sobre o tema. Algumas pontuações de Eni Orlandi sobre discurso e Direitos Humanos tornam-se relevantes para a pesquisa. A primeira é que a linguagem não é transparente. Ela carrega sentidos relacio-





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

nados ao sujeito e a história; a segunda é que existe uma relação complexa que sustenta esses sentidos e que eles não são os mesmos para diferentes sujeitos; por último, os sujeitos e os sentidos se constituem, se formulam e circulam ao mesmo tempo. Portanto,

todo enunciado é constituído por pontos de deriva, podendo deslizar para um outro, diferente de si mesmo, produzindo assim diferentes sentidos para diferentes sujeitos e situações, á que não há linguagem que não se confronte com o político. E o político, simbolizando as relações de poder, reside na divisão dos sujeitos e dos sentidos já que a nossa formação social é regida pela diferença, pela divisão, pela dispersão (ORLANDI, 2007, p. 295-6)

Com isso, precisamos analisar a linguagem em sua materialidade. Isso significa pensar-mos na mediação entre sujeito e realidade social. Nesse sentido, a discursividade de determinados *memes* constituem-se dentro de formações discursivas diferentes. A definição do que é dito, em qual lugar é dito e em que conjuntura é dita revelam as formações ideológicas. Diante disso, dividimos a análise a partir de duas posições existentes na *internet* referente aos Direitos Humanos a partir do gênero *meme*: a) o discurso da contrariedade; e b) o discurso de defesa.

524

A partir de Street (1984), percebemos que a perspectiva do letramento crítico permite investigar os processos de hegemonia, as práticas sociais e os discursos que circulam por meio da leitura e escrita. Em sala de aula, antes de apresentarmos ou refletirmos sobre os conteúdos sobre os Direitos Humanos e sua construção histórica e jurídica, precisamos incentivar nossos alunos e alunas a falar sobre suas concepções e opiniões após a leitura e interpretação do *meme* que contém essa temática.

A partir dessa interação, mobiliza-se a mediação do conhecimento abordando o processo histórico, a concepção de Direitos Humanos, os discursos hegemônicos e a realidade social e política brasileira. E, por fim, discutir com os educandos como determinados discursos são disseminados, quais grupos fazem uso dessas perspectivas ideológicas e como certas visões sobre o tema deturpam o sentido jurídico e social do termo. Por isso, o letramento crítico como prática social auxilia na reflexão sobre as desigualdades sociais e permite a conscientização pois, os estudantes são levados a analisar o texto, a interpretar a linguagem (verbal e não verbal) e a realizar conexões em nível social, cultural e histórico.



Figuras 1 - Posicionamentos contrários aos Direitos Humanos



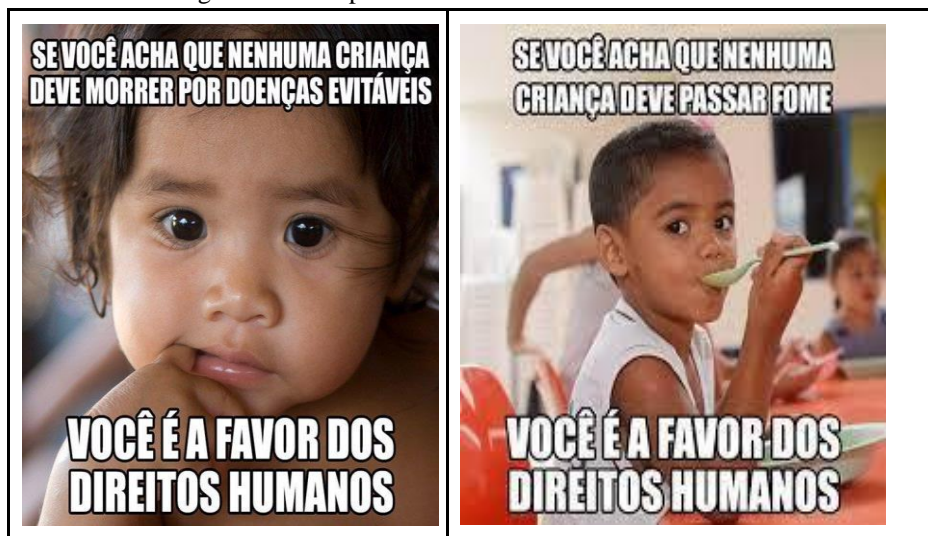
Fonte: Google Imagens.

Nos *memes* apresentados na figura (1) verificamos a presença de um discurso advindo do imaginário social acerca da finalidade dos Direitos Humanos: a defesa de criminosos/bandidos. Essa ideia é reforçada pela manutenção de discursos que apresentam a ineficácia dos Direitos Humanos para um grupo social em contraposição de outro (mas, isso é um equívoco!). As perpetuações dessas visões fragilizam a importância das normas que garantem direitos inalienáveis do ser humano como, por exemplo, a ampla defesa, o repúdio a tortura, a igualdade, etc. Tais direitos são universais e garantem a dignidade humana para réus e vítimas. A garantia desses direitos não exclui a efetivação jurídica da penalidade direcionada para alguém que praticou um crime. Em outras palavras, aquele cidadão envolvido em um crime deve ser punido em observância aos princípios constitucionais. Isso significa dizer que os sujeitos que cometem crimes também são cidadãos e respondem à ordem jurídica do Estado.

525

Em contraposição aos discursos contrários aos Direitos Humanos, encontramos uma campanha de conscientização sobre a importância de tais direitos na página do *Twitter* de Marcelo Freixo, ex-deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro. As representações que encontramos na figura (2) visam aproximar a concepção de Direitos Humanos com outras realidades.

Figuras 2 - Campanha em defesa dos Direitos Humanos



Fonte: <https://twitter.com/MarceloFreixo/status/1070024998763532288>

Essas perspectivas fornecidas pela campanha, figura (2), desconstróem discursos que afirmam que Direitos Humanos são garantias isoladas e não universais. Desse modo, constatamos que existe um diálogo entre os *memes*, pois, as ideias confrontam-se e apresentam uma luta ideológica no plano discursivo. Ressalta-se que no espaço virtual, a língua modifica as relações e os sentidos das interações, conforme Dias (2018, p.171), “língua sempre foi um lugar de poder. Um trunfo, uma arma para o controle, a regulação das populações”. O compartilhamento desses *memes* possibilita a produção de sentidos e quando compartilhados formam redes de distribuição de posicionamentos ideológicos acerca de determinados discursos.

Os *memes* direcionados pela campanha de Freixo visavam demonstrar uma concepção positiva para a comunidade virtual acerca dos Direitos Humanos e, principalmente, a proximidade de tais direitos na vida social de cada cidadão. Esses direitos são importantes para assegurar a dignidade humana de inúmeros brasileiros e brasileiras. Assim, com as imagens de crianças foram inseridos os seguintes enunciados: “Se você acha...”, então “você é a favor dos direitos humanos”. A estratégia enunciativa é levar o leitor a interpretar os Direitos Humanos para além do “é defesa para bandidos”, mas, direcionar leituras de outras realidades sociais, políticas, econô-



## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

micas e culturais, principalmente, aquelas fornecidas pelos educandos. As vivências deles também garantem a participação efetiva na construção das aulas e no debate sobre esse tema.

Em sala de aula, os *memes* da figura (1) são utilizados em meio a uma série de questões sobre a concepção histórica dos Direitos Humanos e o que de fato são eles. Além disso, abre caminhos para as discussões seguintes relacionadas aos *memes* da figura (2). Pois, esses direitos abrangem brasileiros (as) e estrangeiros (as) e asseguram a dignidade humana de cada um de nós. Nesse sentido, ampliarmos o conhecimento sobre essa temática permite-nos combater versões errôneas, bem como incluir cada vez mais jovens e adultos na educação jurídica e na participação efetiva da vida política.

### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que a prática docente envolvendo discussões acerca de temas que geram, em certa medida, discursos opostos na sociedade requer perspectivas e teorias emancipatórias. Sendo assim, a formação de sujeitos críticos demanda uma prática que leve em conta questões culturais, sociais e ideológicas. Isso significa que ao analisar gêneros discursivos com assuntos referentes aos Direitos Humanos precisamos, além de uma abordagem histórica, pautar-se na realidade cultural dos alunos e das alunas.

Em um formato breve buscamos esboçar alguns apontamentos sobre a nossa pesquisa a respeito do letramento crítico, gêneros discursivos e Direitos Humanos. Ao selecionarmos *memes* como objeto de reflexão e análise temos como objetivo direcionarmos propostas para uma prática pedagógica em que os educandos estejam na posição de alunos (as)/pesquisadores (as). Mobilizar a indagação, o embate e conexões com outras esferas possibilita a autonomia crítica. Por outro lado, visamos contribuir para, algum dia, modificarmos a realidade apresentada pela estatística do Ipsos.

A formação em Direitos Humanos nas escolas públicas tem como intuito promover a participação dos educandos como cidadãos na construção de uma sociedade democrática em que os direitos individuais e coletivos sejam respeitados e legitimados pela lei e por nossas ações. Sem







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

esquecer de conscientizar de forma humanizada, os métodos de ensino devem pautar-se em uma cultura democrática e ativa em que docentes e discentes construam diálogos permanentes em que os Direitos Humanos sejam centro das discussões.

### REFERÊNCIAS

ANTUNES, Inrandé. **Língua, texto e ensino**: outra escola possível. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHÍNOV, Valentin N. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. 12.ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes: 2003.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 5. ed. revista. Tradução, notas e prefácio de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. [1963].

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. Educação e metodologia para os direitos humanos: cultura democrática, autonomia e ensino jurídico. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (et al). **Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

CERVETTI, Gina; PARDALES, Michael J.; DAMICO, James S. **A Tale of Differences**: Comparing the Traditions, Perspectives, and Educational Goals of Critical Reading and critical literacy. Reading Online, v. 04, n. 09, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **“Direitos humanos e educação”**. Congresso sobre Direitos Humanos, Brasília, 30 ago. 2006. Disponível em [http://www.dhnet.org.br/educar/1congresso/1\\_c2006\\_marilena\\_chaui.pdf](http://www.dhnet.org.br/educar/1congresso/1_c2006_marilena_chaui.pdf). Acessado em 23/06/23.

DIAS, Cristiane. **Análise do discurso digital**: sujeito, espaço, memória e arquivo. Campinas/SP: Pontes, 2018

FISCHMANN, Roseli. Constituição brasileira, direitos humanos e educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14 n. 40 jan./abr. 2009

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros ensaios**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREIRE, Paulo. **À sombra desta Mangueira**. 7. ed. São Paulo: Olha d'Água, 2005.

FIORIN, José Luiz. Interdiscursividade e intertextualidade. In: BRAIT, Beth. **Bakhtin**: outros conceitos-chave/ Beth Brait, (org.). São Paulo: Contexto, 2006.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.

IPSOS. 63% dos brasileiros são a favor dos direitos humanos. Disponível em: <https://www.ipsos.com/pt-br/63-dos-brasileiros-sao-favor-dos-direitos-humanos>. Acesso em 15 de abril de 2023

ORLANDI, Eni Puccinelli. Educação em direitos humanos: um discurso. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy Silveira (et al). **Educação em Direitos Humanos**: Fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

SILVA, Michel Pratini Bernardo; FRANCELINO, Pedro Farias; MELO, Raniere de Melo. Relações dialógicas em memes da campanha publicitária “Eu sou a Universal”. **Revista Prolíngua**. v. 12, n. 2, p. 175 – 187, out/dez de 2017.

529

ROCHA, Claudine Rodembusch; COELHO, Milton Schmitt. A Constituição de 1988, os Direitos Humanos e a bioética. In: LONDERO, Josirene Candido; BIRNFELD, Carlos André Hüning. **Direitos sociais fundamentais**: contributo interdisciplinar para a redefinição das garantias de efetividade. Rio Grande: Editora da FURG, 2013.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, José Luiz; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée. (Orgs.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 152-183.

ROSSI, Amélia Sampaio. Direitos Fundamentais e Direitos Humanos: o estreitamento das fronteiras conceituais e a necessidade de um diálogo entre a órbita jurídica interna e internacional. **Revista Opinião Jurídica**, 18(37), Julio-diciembre de 2019, pp. 209-230. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/ojum/v18n37/1692-2530-ojum-18-37-209.pdf>. Acessado em 12/07/2023

STREET, Brian. **Literacy in theory and practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### A EDUCAÇÃO E O SER INTEGRAL: COMPREENDENDO E POTENCIALIZANDO AS QUALIDADES DO INDIVÍDUO À AUTOCONSCIÊNCIA

Marisa Hartwig<sup>178</sup>  
Carla Segundo<sup>179</sup>

#### RESUMO

A escola hoje, vem observando as consequências, em virtude do momento pandêmico vivido por crianças, adolescentes, jovens, profissionais, enfim, em toda a comunidade educativa. Em virtude desta grande transformação social, a escola precisa ampliar as possibilidades de compreender, acolher e ressignificar cada indivíduo com seus saberes e potencialidades. Assumindo o compromisso de ouvir atentamente às necessidades dessa emergência, contribuindo na reconstrução das estruturas individuais, da autonomia, reconhecendo a importância do sujeito na construção da pluralidade existencial que é o espaço educativo. Desta forma, a cada dia, as relações no ambiente das unidades educativas, vem se mostrando cada vez mais, uma grande oportunidade de apreender, compreender e ampliarmos os horizontes educativos do autoconhecimento. Permeando os conteúdos escolares sistematizados e potencializando o desenvolvimento do Ser humano em sua totalidade.

**Palavras-chave:** Educação. Práticas pedagógicas. Autoconhecimento.

530

#### ABSTRACT

The school today has been observing the consequences, due to the pandemic moment experienced by children, adolescents, young people, professionals, in short, throughout the educational community. Due to this great social transformation, the school needs to expand the possibilities of understanding, welcoming and re-signifying each individual with their knowledge and potential. Assuming the commitment to listen carefully to the needs of this emergency, contributing to the reconstruction of individual structures, of autonomy, recognizing the importance of the subject in the construction of the existential plurality that is the educational space. In this way, every day, the relationships in the environment of the educational units, has been showing more and more, a great opportunity to apprehend, understand and expand the educational horizons of self-knowledge. Permeating the systematized school contents and enhancing the development of the human being in its entirety.

<sup>178</sup> Graduada em Serviço Social (2003) e Pedagogia (2016). Mestra em Educação (2007) e Doutora em Serviço Social (2016) pela UFSC. Atualmente é professora efetiva da Rede Municipal de Florianópolis na educação infantil onde atua com crianças pequenas até 06 anos, numa perspectiva de educação integral a partir de Yoga com crianças pequenas. marisa.hartwig@prof.pmf.sc.gov.br

<sup>179</sup> Graduada em Pedagogia normal Superior pela Universidade Norte do Paraná (2007). Especialização em ação interdisciplinar com ênfase em educação infantil e séries iniciais. Atualmente é professora auxiliar de educação especial da Prefeitura Municipal de Florianópolis. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação especial e atua com o projeto " A educação compreendendo o SER integral e potencializando as qualidades do indivíduo para a autoconsciência". Carla.fiorini@prof.pmf.sc.gov.br





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

**Keywords:** Education. Pedagogical practices. Self knowledge.

### 1 INTRODUÇÃO

É necessário reconhecer que necessitamos cada vez mais do autoconhecimento como suporte para enfrentar os novos desafios que se apresentam em uma sociedade que vive momentos intensos de transformações, afetando a todos a nível mental, emocional, físico e conseqüentemente nas relações educativas. Ao fortalecer o vínculo entre os sujeitos e a escola, possibilitamos a toda comunidade educativa, a escuta atenta individual ou em pequenos grupos, através de técnicas de relaxamento e atenção na respiração, liberando tensões e emoções que podem interferir no dia a dia na unidade educativa, de modo que, o indivíduo compreenda de forma mais qualitativa suas reações diante dos desafios diários no espaço educativo e social, seus pontos de refúgio interno e sua energia inata vital disponível, na tentativa de compreender seus gatilhos emocionais buscando o equilíbrio interno. A roda de conversa, respiração e a dança das expressões corporais, são vivências que levem a autopercepção além de ampliar a consciência através da própria experiência como ensinamento, tendo como aliado espaços da natureza, entorno da escola.

531

Nesse sentido, a proposta desse trabalho consiste em socializar as experiências a partir do que já foi aplicado nas escolas o acolhimento das emoções ajudando o sujeito a trabalhá-las com autonomia decorrente das atividades que foram desenvolvidas e aplicadas nas escolas pilotos do projeto. Acreditamos que, aos poucos, os indivíduos se fortaleçam em seus pilares internos onde somos agentes das próprias experiências, e, assim, como profissionais da educação, possamos contribuir com o nosso melhor, dentro da pedagogia do amor, valorizar o ser humano de forma integral, sabendo que a força e lucidez precisam passar pela fragilidade e desestrutura interna para emergir com maior autonomia sobre suas emoções.

Através de um olhar afetivo, Junto a direção e equipe pedagógica da escola, selecionamos as prioridades na escolha dos primeiros sujeitos para usufruir dos benefícios destas práticas.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Desta forma, com um ambiente preparado para acolher, escutar, promover as práticas integrativas de forma individual e em pequenos grupos conforme foi se apresentando às necessidades. Ampliamos gradativamente ao público contemplando também às famílias e profissionais, na perspectiva de alcançar as crianças e adolescentes, para sensibilizá-los a vivenciarem as propostas deste projeto. A fim de promover um ambiente educativo na escola, contando com música suave e práticas de relaxamento, onde o próprio sujeito vai se acalmar e sentir dentro de si a força e a segurança para ficar mais sereno, ajudando de forma equilibrada a enfrentar os desafios que esse tempo trás, auxiliando nos processos de ensino aprendizagem e no processo do autoconhecimento.

Considerando os pilares da educação para esse momento de profundas transformações: Aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a conviver e aprender a ser, através do atendimento individualizado com escuta e orientação através do corpo, explorando o universo do sentir, a partir da respiração consciente e trabalhando pontos do corpo para liberar emoções reprimidas. Trabalhar com pequenos grupos a partir da roda de conversa e com expressão corporal através da dança, provocando a autopercepção, trazendo a própria experiência como ensinamento. Criar parceria com os professores de sala trabalhando o autoconhecimento. Aproveitar os espaços na natureza próximo à escola para pequenas vivências educativo-pedagógico. Explorar o universo do sentir, do ouvir, refletir e conhecer, utilizando como ferramentas, o toque e os sons. Disponibilizar para a rede municipal de educação, ou seja, outras unidades, vivências de acolhimento como as descritas.

532

## 2 PROCESSO INICIAL E AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS

Iniciamos nosso trabalho com a organização de um pequeno espaço disponibilizado pela escola como objetivo de realizar atendimentos individuais. Esse movimento foi de suma importância. Nele, pensamos em oferecer a possibilidade de um espaço aconchegante, com sons da natureza, já havia uma maca na escola e ela faz parte do espaço, onde o indivíduo tem a opção de escolher sentar-se ou deitar-se, para sentir seu corpo, acalmar-se, serenar sua mente, com



uma breve condução de relaxamento liberar tensões e emoções guardadas no corpo.

Imagem 1 – Sala de atendimento



Fonte: CARLA FIORINI, 2023

Após iniciamos a apresentação para os estudantes, que a princípio, foram selecionados quando apresentavam algum quadro de ansiedade, agressividade ou pânico. Devido às dificuldades do professor trabalhar com os estudantes em sala, com a falta de concentração, as conversas paralelas e os conflitos entre os estudantes, pensamos juntos um momento de relaxamento no início da aula. A abordagem foi realizada com alguns ritmos musicais levando os estudantes a perceberem como são afetados pelo barulho externo.

### 3 DINÂMICAS DE ATENDIMENTO EM SALA DE AULA

A proposta foi levar atenção para o corpo trazendo a experiência como mensagem concreta do sentir, e a partir dessa dinâmica ouvi-los e trazer a reflexão de que nosso corpo, mente e emoções são afetados por nossas escolhas. A sala de aula precisa da colaboração de todos aprender a ouvir e praticar a respiração consciente são qualidades que refletem positivamente nas relações de ensino aprendizagem. A dinâmica ou vivência oferece a percepção dos ritmos

musicais, para sentirem a influência dos sons no corpo, como a música influência nas células, nas emoções e pensamentos. Nesse caso, utilizamos sons da natureza, de água, terra, fogo e ar, ritmos variados, como instrumentos que potencializam interiorização, assim como tigela tibetana, flauta, tambor e pau de chuva.

Imagem 2 – Sala de aula



Fonte: CARLA FIORINI, 2023

Dentro do projeto oferecemos uma sala com música, abordamos sobre a energia da reclamação e da gratidão, o convite foi que cada um observasse e escolhesse algo que sente de gratidão. Após a vivência pode-se desenhar ou escrever, assim como também, conversamos sobre o tema e utilizamos instrumentos musicais para um banho sonoro.

Imagem 3 – Sala de aula



Fonte: CARLA FIORINI, 2023

Ao, utilizar o pote da gratidão, cada criança depois da escrita ou desenho, depositava sua expressão, lembrando que o que valia era o sentimento. Nos últimos meses, a sala de escuta foi procurada pelos alunos diariamente, onde percebemos que os mesmos se ajudavam mutuamente, aqueles que se beneficiam do atendimento, da liberação das emoções, traziam seus colegas para o atendimento. Portanto, dar voz às emoções e ter um caminho para liberar e compreender os sentimentos possibilita que se beneficia a si mesmo e as relações com o outro e o todo na escola.

535

#### 4 ENSAIOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL A PARTIR DO YOGA

A prática de Yoga tem a intenção de canalizar a vitalidade infantil para o desenvolvimento integral e harmonioso da criança, sem forçar nada, apenas incentivando-a a expandir a sua criatividade, alongar os seus músculos, ouvir os seus próprios sons (respiração e batimentos cardíacos), cantar e representar personagens míticas, animais, o sol, a lua, as profissões, entre outros elementos do vasto repertório do Yoga adaptado ao seu universo (criança).

Com base no conhecimento de si mesmo e de como o corpo se expressa por circunstâncias conscientes do seu interior, é possível reconhecer o quanto o corpo é pessoal, importante e valio-



so; perceber que as articulações permitem o andar, correr, pular, pegar, soltar, abraçar, falar, comer, olhar ao redor; elevar a autoestima, pois, reconhecer os “poderes” natos do corpo fortalece a autorealização e a confiança em si.

Imagem 4 – Ensaios de Youga



Fonte: Marisa Hartwig, 2023

Ao sentarmos em roda de conversa as crianças fazem uso do “bastão da palavra” falam o seu nome e o que querem para o seu dia. Esse momento é importante para criança, pois ao verbalizar seu nome a criança reforça sua identidade enquanto ser social na relação com o outro. Ao verbalizar o que quer para seu dia, potencializa sua vontade, aprende a se expressar perante o outro e a partir do tom de voz podemos observar seus sentimentos (mais introspectivo, extrovertido). As crianças são convidadas a participar, mas caso não queiram falar passam o bastão para o colega.

Buscamos sempre trazer a relação com a natureza a partir do cuidado com as plantas, com os animais, uma relação de afeto com o carinho da planta (momento em que perguntamos para criança se ela quer receber o carinho da planta e pedimos então que ela feche os olhos e sinta esse carinho) respeitando cada individualidade. Geralmente todas crianças querem receber este carinho das plantas. Percebemos que essa relação com as plantas promove uma harmonização do grupo no momento da roda.

Imagem 5 – Carinho das plantas



Fonte: Marisa Hartwig, 2023

Ainda durante a roda realizamos um momento de respiração onde as crianças sentadas são convidadas a cruzar as pernas, mãos relaxadas e apoiadas em cima da perna, os olhos fechados relaxados, apenas procurando sentir o ar que entra e o ar que sai pelo nariz, não precisam fazer mais nada, só respirar. Ficar de olhos fechados parece simples, mas é um desafio para as crianças.

537

O Yoga promove um olhar interno com orientações que valorizam o próprio corpo (valorização de si) e incide em pensamentos sobre as características físicas, emocionais e sociais. Ao apresentar às crianças sua condição de ser que se movimenta, dialoga e se manifesta diante suas vontades, essa se identifica e se valoriza. E ao reconhecer o momento de parar de praticar algum movimento, porque a musculatura apresenta cansaço, há consciência e respeito; e, conscientemente há a percepção do movimento e o que ele provocou.

## 5 CONCLUSÃO

Ao incentivar hábitos saudáveis, consciência corporal aliadas ao autoconhecimento, a prática da Yoga com crianças pequenas traz diversos estímulos benéficos. Quando a criança pas-



## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

sa a desenvolver esse olhar mais profundo para tudo em sua volta, sua respiração fica mais alongada e ela fica mais calma. Dessa forma, melhora a coordenação motora e as atividades simples da rotina como escovar os dentes, pintar e recortar, são realizadas com mais autonomia e de forma mais simples.

Além da coordenação motora, a Yoga também proporciona que os pequenos conheçam melhor seu corpo e explorem seus limites físicos. O equilíbrio e a postura que cada posição exige também auxiliam no desenvolvimento correto de movimentos como agachar e sentar. Outro benefício da yoga para as crianças é estimular o controle da respiração. Quando combinados, o domínio do corpo, a inspiração e a expiração ajudam no combate à ansiedade nas crianças, pois ajudam a relaxar a mente e o corpo. Os movimentos auxiliam também no controle e desenvolvimento emocional para além dos momentos da prática, impactando o comportamento da criança no dia a dia.

A prática também faz com que as crianças fiquem mais sensíveis aos estímulos recebidos, ampliando assim as possibilidades de criar e imaginar. Yoga com crianças estimula ainda o contato com o meio ambiente, através das aulas com movimentos inspirados na natureza e nos animais. Esse incentivo desde a infância proporciona o respeito com a natureza, além de abrir espaço para o diálogo familiar sobre práticas sustentáveis e preservação ambiental.

A palavra Yoga significa união do corpo e mente, para que possamos despertar a alegria e o amor que permeiam nossa alma. Todos somos calmos, amorosos e pacíficos, como disse Gandhi, estamos apenas esquecidos da nossa própria essência.

538

### REFERÊNCIAS

BRAND, Heike. **Yoga para crianças**. São Paulo: Ground, 2012.

CAVALCANTI, Joana. **Caminhos da literatura infantil e juventude: dinâmicas e vivências na ação pedagógica**. São Paulo: Paulus, 2002.

FIORINI, C. C. **Inspirando a autotransformação: insights breves para um novo tempo**. 01.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

ed. Florianópolis, SC: Redactor comunicação, 2020. v. 01. 56p.

FIORINI, C. C. **O florescimento do coração espiritual: mensagens sobre o despertar interior.** 01. ed. Florianópolis: Redactor comunicação, 2019. v. 01. 120p.

HARTWIG, Marisa. **Yoga com crianças pequenas.** Trabalho de conclusão de curso. Formação em Yoga, Casa de Yoga Shanti OM e Chacarananda Ashram, Joinville, SC, 2022.

LAURIS, Maria Aparecida. **Yoga na Educação Infantil:** Uma proposta de ensino e aprendizagem. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2020.

MOLON, Débora Cristina. **O pequeno yogue.** São Paulo. Caminho Suave, mantra, 2020.

OSCHO. **O livro das crianças:** 1º ed, Rio de Janeiro: Best Seller, 2015.

PACKER, Maria Laura Garcia. **A senda do yoga:** filosofia, prática e terapêutica. 4º ed. Blumenau: Nova Letra, 2009.

SNEL, Eline. **Quietinho feito um sapo:** exercícios de meditação para crianças (e seus pais). 1º ed. Rio de Janeiro: Bicicleta amarela, 2016.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### A PROMOÇÃO DA CULTURA OCEÂNICA A PARTIR DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO MUNICÍPIO DO ESTADO DO CEARÁ, BRASIL

Mirella Ribeiro Parente de Vasconcelos<sup>180</sup>  
Tarin Cristino Frota Mont`Alverne<sup>181</sup>  
Paulo Henrique Gomes de Oliveira Sousa<sup>182</sup>

#### RESUMO

O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado está previsto no artigo 225 da Constituição Federal de 1988. Uma das possibilidades de o Poder Público efetivar referido direito é promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino com a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. Assim, a educação ambiental deve ser incentivada também para abranger um ensino voltado para a compreensão das influências do oceano na vida das pessoas e da influência dos hábitos e atitudes das pessoas sobre o oceano. É nesta perspectiva que a Cultura Oceânica vem sendo promovida pela UNESCO através de sete princípios estabelecidos pela Administração Oceânica e Atmosférica Nacional (*National Oceanic and Atmospheric Administration – NOAA*). Apesar da iniciativa de alguns municípios cearenses em promulgar leis promovendo a cultura oceânica, na prática ações para sua implementação ainda são escassas. Por isso, projetos de extensão como o “*Litter Less: menos lixo nas praias*” são importantes meios para garantir, em alguma medida, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e por consequência, alcançar os objetivos da Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável com o fortalecimento do ODS14: vida na água.

540

**Palavras-chave:** Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado. Educação Ambiental. Cultura Oceânica. Projeto de Extensão Universitário.

#### ABSTRACT

The right to an ecologically balanced environment is provided for in Article 225 of the Federal Constitution of 1988. One of the possibilities for the Public Power to implement this right is to promote environmental education at all levels of education with public awareness for the preservation of the environment. Thus, environmental education should also be encouraged to include teaching aimed at understanding the influences of the ocean on people's lives

<sup>180</sup> Mestranda em Direito pelo PPGD da Universidade Federal do Ceará. Advogada. Pesquisadora do Projeto "Estratégias de Resiliência para os ecossistemas de carbono azul: inovação às políticas públicas de adaptação e mitigação dos impactos climáticos a partir do mercado de carbono e dos serviços ecossistêmicos", financiado pela CAPES.

<sup>181</sup> Professora da Universidade Federal do Ceará. Doutora em Direito Internacional pela Universidade de Paris e Universidade de São Paulo. Coordenadora do Projeto "Estratégias de Resiliência para os ecossistemas de carbono azul: inovação às políticas públicas de adaptação e mitigação dos impactos climáticos a partir do mercado de carbono e dos serviços ecossistêmicos", financiado pela CAPES.

<sup>182</sup> Professor do Instituto de Ciências do Mar da Universidade Federal do Ceará. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará. Doutor em Oceanografia pela USP. Coordenador do Projeto de Extensão “*Litter Less: menos lixo nas praias*”.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

and the influence of people's habits and attitudes towards the ocean. It is in this perspective that Oceanic Culture has been promoted by UNESCO through seven principles established by *National Oceanic and Atmospheric Administration* - NOAA. Despite the initiative of some municipalities in Ceará to enact laws promoting oceanic culture, in practice actions for its implementation are still scarce. Therefore, extension projects such as "Litter Less: menos lixo nas praias" are important means to guarantee, to some extent, the right to an ecologically balanced environment, to achieve the objectives of the Decade of Ocean Science for Sustainable Development with the strengthening of SDG14: life in water.

**Keywords:** Ecologically Balanced Environment. Environmental Education. Oceanic Culture. University Extension Project.

### 1 INTRODUÇÃO

O oceano ocupa aproximadamente dois terços da Terra e atua enquanto regulador do clima (Bollmann et al., 2010), garantindo as condições de vida no planeta ao produzir mais da metade do oxigênio presente na atmosfera (Nelson, 2019).

Desde o início das civilizações, este ambiente é utilizado pelos seres humanos como meio de subsistência com obtenção de energia, minerais, insumos industriais e medicamentos (Cooley; Kite-Powell; Doney, 2009). O oceano também é utilizado para o transporte de pessoas e produtos, serve como refúgio para descanso, é fonte de inspiração artístico-cultural e tem impacto direto nas mudanças climáticas.

Após a primeira Conferência do Oceano em 2017, realizada para auxiliar na implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 (ODS 14), a ONU declarou o período de 2021 a 2030 como a Década das Nações Unidas da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável, em resposta às ameaças crescente ao oceano e conseqüentemente, à vida em todo o planeta (ONU, 2021). Isso demonstra a urgência de uma maior conscientização acerca da influência recíproca entre o oceano e os seres humanos.

Neste sentido, dado a sua importância, a educação ambiental deve incluir o estudo do oceano. O conceito de Educação Ambiental surgiu na Conferência de Estocolmo, organizada pelas Nações Unidas em 1968 (Jena, 2012). A Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental de Tbilisi, realizada em 1977, orientou os Estados a regulamentar o assunto em suas





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

legislações internas, com a criação de medidas para implantar as políticas educacionais na esfera local (UNEP, 2023).

No Brasil, ela está prevista no artigo 225, § 1º, VI, da Constituição Federal de 1988, estabelecendo que para assegurar a efetividade do direito fundamental a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, o Poder Público deve incentivar a educação ambiental em todos os níveis de ensino juntamente com a formação de cidadãos ambientalmente conscientes (Brasil, 1988). Sua regulamentação infraconstitucional ocorreu pelo advento da Lei nº 9.795/99 que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental (Brasil, 1999).

No entanto, essa legislação não aborda especificamente o oceano. Pelo contrário, toda a atuação atribuída pela lei ao Poder Público é em torno dos biomas brasileiros, ou seja, nos seus ecossistemas terrestres. Inclusive, o único artigo que trata das mudanças climática apenas faz referência dos seus impactos nas cidades e no meio rural, desconsiderando totalmente os efeitos lesivos para o oceano.

Assim, o primeiro capítulo destaca a importância da Conferência do Oceano de 2017 e da Década do Oceano como impulsionadoras da conscientização global sobre a relevância do oceano e como apoiadoras no cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 (ODS14) da ONU. Além disso, explora a noção de cultura oceânica como uma estratégia da ONU, enfocando sua aplicação na educação ambiental para promover o conhecimento em torno do oceano. O capítulo ressalta também a importância do envolvimento local para a disseminação dessa cultura e apresenta as legislações de alguns municípios do estado do Ceará que já tratam desta temática, embora em âmbito estadual não haja nada a respeito.

Já o segundo capítulo aborda a implementação e desenvolvimento do projeto de extensão universitário intitulado "*Litter Less: menos lixo nas praias*", o qual está voltado para a conscientização sobre a poluição nas áreas costeiras e marinhas da cidade de Fortaleza/Ce. O projeto envolve estudantes tanto da graduação – em áreas como Oceanografia, Ciências Ambientais, Ciências Biológicas, Economia Ecológica – quanto da pós-graduação – em Ciências Marinhas Tropicais, Direito, Administração e Desenvolvimento e Meio Ambiente. A abordagem pluridisciplinar do projeto reflete um princípio essencial da educação ambiental preconizado pela





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Política Nacional de Educação Ambiental, visando a integração e contextualização dos saberes. O projeto possui três eixos interligados: 1) Coleta de dados *in situ*, onde resíduos são mensalmente coletados, classificados e quantificados em praias de Fortaleza/Ce; 2) Educação Ambiental, que inclui palestras e ações de sensibilização em escolas, universidades e outras instituições; e 3) Coleção Científica e Didática do Lixo Marinho, que compila o material coletado para exposições e divulgação da problemática.

Neste sentido, o presente artigo demonstra a necessidade da promoção de uma educação ambiental do oceano para, em certa medida, proporcionar um meio ambiente ecologicamente equilibrado e, respectivamente, atender às expectativas internacionais de proteção e conservação ambiental oceânica. Para tanto, a Cultura Oceânica da Unesco se apresenta como um instrumento de alfabetização para a temática do oceano, que pode ser possibilitado, por exemplo, através do projeto de extensão “*Litter Less: menos lixo nas praias*” desenvolvido pela Universidade Federal do Ceará no âmbito do Instituto de Ciência do Mar – Labomar, criado em 2021.

O enfoque dado ao referido projeto de extensão busca demonstrar como a Cultura Oceânica pode ser aprimorada em uma perspectiva local, no sentido de fomentar a compreensão da realidade do lixo marinho nas praias. Busca, ao entender todo o trajeto do lixo marinho do continente ao oceano, incentivar uma mudança de comportamento em relação à conservação do oceano. As ações do projeto junto à comunidade representam, portanto, uma forma de alfabetização oceânica importante no contexto da Década dos Oceanos.

543

## 2 DESENVOLVIMENTO DE UMA CULTURA OCEÂNICA: DO GLOBAL PARA O LOCAL

A Conferência do Oceano de 2017 impulsiona o movimento para a conscientização internacional da relevância do oceano para humanidade com o objetivo de apoiar a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 (ODS14) da ONU: VIDA NA ÁGUA no sentido de conservar e utilizar de forma sustentável o oceano, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável (NAÇÕES, 2023).







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Assim, a ONU declarou o período de 2021 a 2030 como a Década das Nações Unidas da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável (United, 2022) ou simplesmente Década do Oceano. O chamado para a promulgação dessa década inovadora perpassa por todos os cientistas, setor produtivo e de serviços, tomadores de decisão do poder público e privado, sociedade civil organizada, educadores e indivíduos de todas as idades e regiões a contribuir em favor de indispensáveis desenvolvimentos que precisamos para o oceano que queremos.

Na ocasião, uma declaração de chamada para ação intergovernamental foi aprovada de maneira consensual. Como resultado, os Estados-membros concordaram em apoiar medidas que estimulassem uma educação relacionada ao oceano. A ideia subjacente era fomentar a Cultura Oceânica, estimulando o aprendizado para a conservação, restauração e uso sustentável do oceano (Brasil, 2022).

Afinal, embora as metas e objetivos da Década do Oceano sejam globais, as ações são locais. Desta forma, o Brasil tem trabalhado para internalizar estas ações, constituindo um Comitê Nacional e anunciando, por meio do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), o Plano Nacional de Implementação da Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável, um instrumento de gestão baseado nos Relatórios Subnacionais (Brasil, 2021).

Dessa forma, fica claro o compromisso assumido para estabelecer uma base científica de apoio às ações para viabilizar a saúde e a sustentabilidade do oceano e de seus recursos. A Cultura Oceânica, nesse contexto, ganhou destaque após ser reconhecida pelas Nações Unidas como uma estratégia para a gestão sustentável do oceano e para atingir as metas da Década do Oceano (Pazoto; Duarte; Silva, 2023). Ela foi definida como “uma compreensão da influência do oceano em nós e nossa influência no oceano” e se apresenta como um mecanismo significativo para fomentar o conhecimento sobre o oceano e incentivar atitudes sustentáveis (Unesco, 2020).

Uma pessoa alfabetizada no tema do oceano, portanto: (I) compreende os princípios e os conceitos fundamentais sobre o oceano; (II) consegue falar sobre o oceano de forma significativa; e (III) possui a capacidade de tomar decisões informadas e responsáveis sobre o oceano e seus recursos (NOOA, 2013).





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Os princípios relacionados ao oceano, desenvolvidos pela Administração Oceânica e Atmosférica Nacional (*National Oceanic and Atmospheric Administration – NOAA*), possuem natureza interdisciplinar e oferecem orientações essenciais para implementar uma metodologia dedicada ao oceano. São eles:

Princípio 1 – A Terra tem um Oceano global e muito diverso.

Princípio 2 – O Oceano e a vida marinha têm uma forte ação na dinâmica da Terra.

Princípio 3 – O Oceano exerce uma influência importante no clima.

Princípio 4 – O Oceano permite que a Terra seja habitável.

Princípio 5 – O Oceano suporta uma imensa diversidade de vida e de ecossistemas.

Princípio 6 – O Oceano e a humanidade estão fortemente interligados.

Princípio 7 – Há muito por descobrir e explorar no Oceano.

O empenho para a efetivação desses princípios ocorre de modo cooperativo e descentralizado conduzido pelos cientistas e educadores (NOAA, 2013). O intuito é alfabetizar a sociedade para os temas relativos ao oceano, pois os cidadãos de muitos países possuem um déficit de compreensão das ciências marinhas e das questões oceânicas (Fletcher, *et al.*, 2009; Eddy, 2014 *apud* Guest; Lotze; Wallace, 2015), o que pode ser visto como um obstáculo para mudanças de comportamento individual (Fletcher; Potts, 2007 *apud* Guest; Lotze; Wallace, 2015).

545

Por isso, é necessário aperfeiçoar a educação ambiental em relação ao oceano, de modo que os sistemas pedagógicos estejam alinhados com a urgência na alfabetização oceânica. No Brasil, a responsabilidade pela educação ambiental recai sobre o Poder Público, que deve promovê-la em todos os níveis de ensino através da conscientização pública e como um meio para efetivar o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. (Brasil, 1988).

O Plano Nacional de Educação Ambiental (Brasil, Lei n. 9.795, 1999) considera a educação ambiental como um ato de construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências para a conservação do meio ambiente. A educação ambiental, portanto, tem a pretensão de mudar atitudes e valores humanos para aprimorar as condições locais.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

No Brasil, a Cultura Oceânica somente foi adotada em 2019, através da tradução para o português do livro *Ocean Literacy for All: A toolkit*, introduzindo o termo “cultura oceânica” (Pazoto; Duarte; Silva, 2023).

No entanto, esse termo não é mencionado em nenhuma legislação de âmbito federal. Da mesma forma, no Estado do Ceará, suas leis estaduais em vigor não tratam desse assunto. Por outro lado, gradualmente, os entes municipais cearenses têm criado e aprovado leis com o objetivo de promover a Cultura Oceânica como parte das políticas públicas.

Atualmente, as leis municipais do Estado do Ceará que tratam sobre a promoção da Cultura Oceânica são as seguintes: Lei Municipal nº 894/2022 de Fortim/Ce; nº 929/2022 de Acaraú/Ce; nº 847/2022 de Itarema/Ce; nº 1565/2022 de Camocim/Ce; nº 3.504/22 de Caucaia/Ce; nº 762/22 de Cruz/Ce; nº 793/2022 de Jijoca de Jericoacara/Ce; nº 930/2022 de Icapuí/Ce.

Neste sentido, ao considerar o global para o local, o engajamento dos municípios cearenses e instituições locais se torna primordial para o processo de internalização da Cultura Oceânica. Contudo, na prática, atividades educacionais voltadas para o oceano ainda são escassas.

Por isso que iniciativas desenvolvidas na esfera local devem ser fomentadas, pois além de serem uma maneira de aumentar a conscientização acerca do oceano, incentivam os cidadãos a terem um comportamento mais responsável e informado acerca dele e dos seus recursos. É o caso do projeto “*Litter Less: menos lixo nas praias*” (UFC, 2023).

546

### 3 METODOLOGIA PROJETO LITTER LESS: MENOS LIXO NAS PRAIAS

A implementação e desenvolvimento do projeto de extensão “*Litter Less: menos lixo nas praias*” com debates atuais acerca da poluição nas áreas costeiras e marinhas, envolve estudantes universitários da graduação nas áreas de Oceanografia, Ciências Ambientais, Ciências Biológicas, Economia Ecológica e da pós-graduação em Ciências Marinhas Tropicais, Direito, Administração e Desenvolvimento e Meio Ambiente.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

A presença deste pluralismo disciplinar é vista como um dos princípios fundamentais da educação ambiental apresentada pela Política Nacional de Educação Ambiental (Brasil, 1999). Com essa diversidade de conhecimento, o projeto procura mitigar o problema do ensino consistente na compartimentação dos saberes e da incapacidade de articulação entre eles, para desenvolver a qualidade fundamental da mente humana de contextualizar e integrar (Morin, 2003).

Afinal, a primeira finalidade do ensino apresentada por Montaigne se exara na expressão “cabeça bem feita” que significa colocar em segundo plano a ideia de acumulação de saber para focar na aptidão de propor e tratar os problemas através de princípios organizadores que viabilizam a ligação de saberes para lhes atribuir sentido (Morin, 2003).

Essa abordagem “multiprofissional” se apresenta como exemplo para vir a tornar-se uma prática comum em projetos financiados para alcançar uma sociedade alfabetizada no oceano (Uyarra; Borja, 2016).

Ademais, um dos objetivos do projeto é conscientizar os alunos participantes e os cidadãos em geral acerca das consequências do comprometimento da saúde do oceano. A conscientização é presente em todo e qualquer tipo de aprendizado intimamente relacionado com à tomada de consciência da situação real vivida pelo educando (Freire, 1999). Neste sentido, a efetivação do aprendizado só pode ocorrer no contexto livre e crítico das interações estabelecidas entre educandos e entres eles e o coordenador do projeto.

Desse modo, o projeto apresenta três eixos principais que estão interligados e interdependentes entre si: 1) Coleta de dados *in situ*, 2) Educação Ambiental e 3) Coleção Científica e Didática do Lixo marinho.

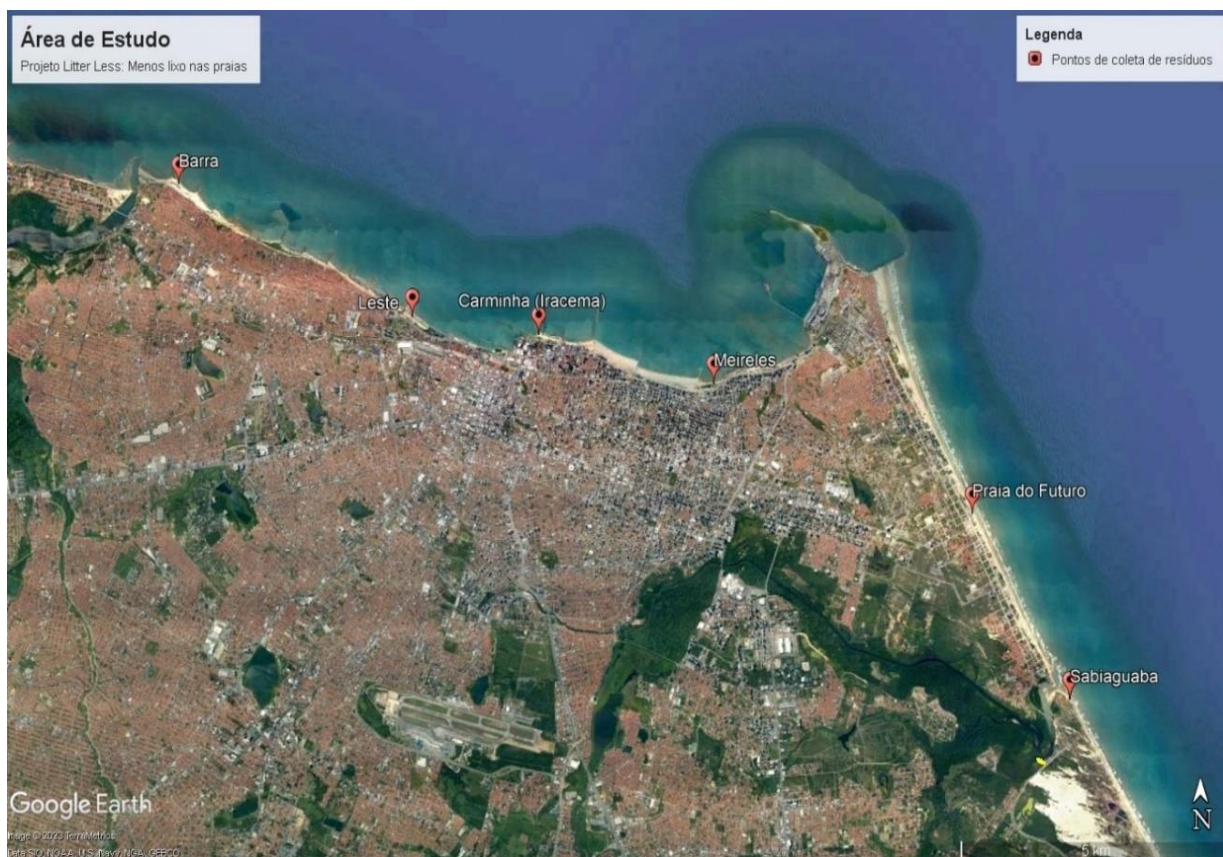
### 3.1 COLETA DE DADOS

É realizada uma coleta mensal de resíduos para quantificação e classificação deste material, geralmente na terceira semana de cada mês. Assim, todo mês é formado um grupo de no mínimo 04 estudantes para realizar a ação na faixa de areia das seguintes praias localizadas



em Fortaleza/Ce: Barra do Ceará (P1), Leste Oeste (P2), Carminha (P3), Praia do Meireles (P4),  
Praia do Futuro (P5), Sabiaguaba (P6).

Figura 01: Distribuição panorâmica dos pontos de coleta



Fonte: Google Earth



## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Tabela 1: Coordenadas dos pontos de coleta das Praias

Ponto	Latitude	Longitude
P1 – Barra do Ceará	3°41'40.71"S	38°34'48.38"O
P2 – Praia da Leste-oeste	3°42'53.28"S	38°32'29.91"O
P3 – Praia da Carminha (Iracema)	3°43'3.02"S	38°31'14.99"O
P4 – Praia do Meireles	3°43'29.56"S	38°29'31.22"O
P5 – Praia do Futuro	3°44'40.85"S	38°26'58.01"O
P6 – Praia da Sabiaguaba	3°46'22.21"S	38°26'0.06"O

Após a coleta, o material é quantificado e classificado de acordo com a tipologia 549 específica (Cheshire; Adler; Unep, 2009), na qual os resíduos são separados por plástico, madeira, metal, tecido, papel, borracha e vidro. O preenchimento da planilha por tipo de material e por especificação de seus itens é importante para fornecer um diagnóstico do lixo marinho encontrado na área de estudo ao final do período de monitoramento.

Neste sentido, a vivência e a formação de um novo olhar didático nestas regiões litorâneas de Fortaleza/Ce são criadas a fim de concretizar a educação e buscar meios para a transformação sustentável destes espaços.

### 3.2 AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O projeto atua fortemente na educação ambiental e na difusão da cultura oceânica também em escolas públicas e privadas com um público diverso de idades entre 04 e 70 anos. Além das escolas, palestras são ministradas em universidades, projetos beneficentes, coletivos,





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

ONGs e empresas privadas com o intuito de levar conhecimento e sensibilizar acerca dos impactos do lixo no ambiente marinho e na vida dos seres humanos.

As ações ocorrem a partir de convites realizados pelas instituições que apresentam uma demanda mais alta nos meses de eventos relacionados com a natureza, como o dia mundial da Reciclagem, Biodiversidade e Meio Ambiente. O *Instagram* tem um papel determinante na difusão das ações do *Litter Less* e é o canal utilizado pelas instituições para realizar os convites.

Este tipo de atuação se torna essencial, pois um dos maiores problemas é que, muitas vezes, a ausência de conhecimento sobre o oceano impede diferentes atores de tomarem decisões corretas e importantes que podem vir a afetar este ambiente (Uyarra; Borja, 2016). Isto acontece porque não há um envolvimento necessário deles com a cultura oceânica. Isso demonstra que quando não há engajamento suficiente dos cidadãos cria-se um obstáculo que os impede de adotarem comportamentos ambientalmente responsáveis (Guest et al., 2015).

Por isso que, a educação ambiental se faz pertinente para propiciar um aprendizado profundo e duradouro na sociedade (Morgado *et al.*, 2000).

550

### 3.3 COLEÇÃO CIENTÍFICA E DIDÁTICA DE LIXO MARINHO

No mês de junho de 2023, o projeto exibiu a Coleção de Lixo Marinho, que reúne os materiais coletados durante as atividades em campo. Essa coleção tem um acervo inicial utilizado nas ações de educação ambiental e exposições. Como exemplos, há uma divisão pelos tipos de resíduos de pesca fantasma, isopor, borracha, metal, tampas de metal com diferentes níveis de degradação, cores, etc.

Essas exposições ocorreram em diferentes eventos e locais, como a Semana do Mar do Labomar no Iate Clube de Fortaleza, a Ação Coletiva Nossa Iracema e Blue Keepers na Praia do Futuro, a Feira das Profissões no ISBET e na unidade do Centro da Faculdade Estácio em Fortaleza.

A coleção tem a pretensão de sensibilizar o público ao apresentar os diferentes tipos de resíduos encontrados nas ações de coleta. Representam, portanto, a realidade das mencionadas





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

praias localizadas em Fortaleza/Ce: Barra do Ceará, Leste Oeste, Carminha, Praia do Meireles, Praia do Futuro e Sabiaguaba. Assim, é possível destacar que as discussões sobre o lixo marinho não são teóricas ou de outros locais, mas sim uma urgência atual e que fazem parte do cotidiano das cidades costeiras.

### 4. CONCLUSÃO

No presente trabalho ficou claro que o oceano vem sendo um dos assuntos centrais no cenário internacional, inclusive com a determinação da ONU em declarar o período de 2021 a 2030 como a Década do Oceano. O Brasil vem internalizando ações para atender as expectativas internacionais de proteção e conservação ambiental oceânica.

Pela interpretação do art. 225 da Constituição Federal de 1988, é possível afirmar que o oceano é parte do meio ambiente de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida e portanto, deve ser protegido pelo Estado e pela coletividade para as presentes e futuras gerações com o intuito de garantir um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

551

Neste sentido, ficou demonstrado que uma das maneiras de efetivar, em certa medida, este direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, é através da promoção da educação ambiental voltada para o oceano e na conscientização do comprometimento da sua saúde e da gestão sustentável do seu uso e de seus recursos.

Como instrumento de alfabetização para a temática do oceano foi apresentado a Cultura Oceânica da Unesco e seus princípios que podem e devem ser utilizados por diversos atores para a concretização deste letramento oceânico.

Embora somente alguns municípios do Ceará tenham criado leis que reconhecem a cultura oceânica como parte das políticas públicas, organizações locais podem unir esforços para fomentar essa cultura em suas regiões através de ações educativas informais. Um exemplo disso é o projeto de extensão “*Litter Less: menos lixo nas praias*”, conduzido pela Universidade Federal do Ceará por meio do Instituto de Ciência do Mar – Labomar







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Projetos desse tipo devem ser incentivados, pois seus participantes realizam um papel importante ao promover a Cultura Oceânica por intermédio de suas ações. Além disso, esses projetos atuam como meios para garantir, em alguma medida, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Isso, por sua vez, contribui para alcançar os objetivos da Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável com o fortalecimento do ODS14: vida na água.

Afinal, aperfeiçoar as interações com o oceano por meio de experiência práticas, como o *Litter Less* faz, pode ser considerado como um dos métodos mais eficazes para aprimorar a alfabetização oceânica.

### REFERÊNCIAS

BOLLMANN, M., BOSCH, T., COLIJN, F., EBINGHAUS, R., KÖRTZINGER, A., LATIF, M., BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 27/07/2023.

552

BRASIL. **Lei nº 9.795/99, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19795.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm). Acesso em: 25/07/2023.

BRASIL. **Lei nº 874/2022, de 30 junho de 2022**. Dispõe sobre a Promoção da Cultura Oceânica na Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.fortim.ce.gov.br/arquivos/1571/LEIS%20MUNICIPAIS\\_894\\_2022\\_0000001.pdf](https://www.fortim.ce.gov.br/arquivos/1571/LEIS%20MUNICIPAIS_894_2022_0000001.pdf). Acesso: 27/07/2023.

BRASIL. **Plano Nacional de Implementação da Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável**. Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). 2021. Disponível em: <https://decada.ciencianomar.mctic.gov.br/wp-content/uploads/2022/01/Plano-Nacional-de-Implementac%CC%A7a%CC%83o-da-De%CC%81cada-da-Cie%CC%82ncia-Ocea%CC%82nica-links.pdf>. Acesso em: 27/07/2023.

CHESHIRE, A., ADLER, E. UNEP/IOC Guidelines on Survey and Monitoring of Marine Litter. 2009.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

COOLEY SR, KITE-POWELL H, DONEY SC. Ocean acidification's potential to alter Global Marine ecosystem Services. *Oceanography*, v.22, n. 4, p. 22:172–181. 2009.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

JENA, A. Awareness, Openness and Exo-friendly (AOE) Model teaches pre-service teachers on how to be eco-friendly. *International Electronic Journal of Environmental Education (IE-JEE)*. 2012.

GUEST, H., LOTZE, H.K., WALLACE, D. Youth and the sea: Ocean literacy in Nova Scotia, Canada. *Marine Policy*, v. 58, p.98–107, 2015.

MORGADO, F., Pinho, R. & Leão, F. **Educação Ambiental**. Para um ensino interdisciplinar e experimental da Educação Ambiental. Plátano Edições Técnicas. 2000.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 8ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL. **Objetivos dos Desenvolvimento Sustentável 14**: Vida na água. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/14>. Acesso em 12/04/2023.

553

NELSON, D. (s.d.). **Save the plankton, breath freely**. National Geographic Society website. Disponível em: <https://www.nationalgeographic.org/activity/save-the-plankton-breathe-freely/>. Acesso em: 31/07/2023.

NOAA. Ocean Literacy. **The Essential Principles and Fundamental Concepts of Ocean Sciences for Learners of All Ages (version 2)**. NMEA Spec. Rep. 2013. Disponível em: <https://repository.library.noaa.gov/view/noaa/39086#you-contain>. Acesso em: 25/07/2023.

ONU. **Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável**. 2021. Disponível em: <https://www.oceandecade.org/>. Acesso em: 12/07/2023

PAZOTO, C., Duarte, M., & Silva, E. (2023). Ocean literacy in Brazilian formal education: A tool for participative coastal management. *Australian Journal of Environmental Education*, 1-15. Disponível em: doi:10.1017/ae.2023.12. Acesso em: 31/07/2023.

UFC. Universidade Federal do Ceará. Instituto de Ciências do Mar – Labomar. **Litter Less**: menos lixo nas praias. Disponível em: <https://labomar.ufc.br/pt/litter-less-menos-lixo-na-praia/>. Acesso em: 13/04/2023.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

UNESCO. **Cultura Oceânica de todos para todos Kit pedagógico**: manuais e guias da COI, 80. Paris: place de Fontenoy. 2020. Disponível em: [https://ava.ufal.br/pluginfile.php/1130722/mod\\_resource/content/1/Kit%20pedag%C3%B3gico%20-%20UNESCO.pdf](https://ava.ufal.br/pluginfile.php/1130722/mod_resource/content/1/Kit%20pedag%C3%B3gico%20-%20UNESCO.pdf). Acesso em: 11/04/2023.

UNESCO. **Programas Oceânicos**. Comissão Intergovernamental de Oceanografia. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381648>. Acesso em: 14/04/2023.

UNESCO. **The contribution of the UN Decade of Ocean Science for Sustainable Development to the Achievement of the 2030 Agenda**. Comissão Intergovernamental de Oceanografia. Disponível: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381919>. Acesso em: 14/04/2023.

UNEP. **UN environment programme**. Intergovernmental Conference on Environmental Education, Tbilisi 1977. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/node/8194>. Acesso em: 27/07/2023.

UNITED Nations. **Decade of Ocean Science for Sustainable Development**. The Ocean Decade. Disponível em: <https://www.oceandecade.org/>. Acesso em: 22/04/2023.

UYARRA, M.C., BORJA, Á. Ocean literacy: A “new” socio-ecological concept for a sustainable use of the seas. **Mar. Pollut. Bull.** 104, 1–2. 2016. Disponível em: [10.1016/j.marpolbul.2016.02.060](https://doi.org/10.1016/j.marpolbul.2016.02.060). Acesso em: 28/07/2023. 554





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### DESLOCAMENTOS ANTROPOLÓGICO EM QUESTÃO: UM DIÁLOGO ENTRE BRUNO LATOUR, KOPENAWA, ALBERT E MEDICINE

Nádia Xavier Moreira<sup>183</sup>

#### 1 INTRODUÇÃO

Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade. Enquanto isso [...] fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza (KRENAK, 2020, p. 16-17).

Este ensaio busca refletir sobre deslocamentos e possibilidades para o fazer antropológico a partir da entrada em cena na arena do debate da disciplina de grupos histórica e socialmente marginalizados, notadamente, indígenas. Para tal tomo de empréstimo as contribuições e intercruzamentos das obras de Latour (2019), Kopenawa e Albert (2015) e Medicine (2001). Em

555

sintonia com os objetivos do Seminário, concebo que o pensamento e o diálogo entre os autores, cuja intenção se caracteriza pela ousadia de aparente assimetria entre figuras tão distintas, assinalam uma perspectiva que manifesta a contenda em conceber elementos de foro comum entre eles que apontam repertórios de possibilidades da antropologia enquanto disciplina acadêmica, prática de pesquisa e campo intelectual.

Parto da compreensão que, embora as três obras abram tais possibilidades de deslocamentos perspectivos, todavia o fazem de formas distintas. Latour está investindo em, mais do que reconstituir o sistema de valores dos modernos, criar um dispositivo diplomático que contemple e aceite múltiplos modos de existência, capaz de viabilizar negociações de uma ontologia futura; Kopenawa e Albert, através do estabelecimento de um pacto etnográfica-

<sup>183</sup> Pós Doutorado em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade de Brasília. Oficial Superior da Marinha do Brasil. Professora da Escola Superior de Defesa (ESD). E-mail: nadiaxmoreira@yahoo.com.br





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

fico, uma aliança política firmada entre um xamã e um antropólogo, elaboram uma perspectiva sobre o mundo dos brancos sob um olhar de um yanomami, o que aponta um exercício de reversibilidade para antropologia; Já Medicine, com suas críticas a antropologia, notadamente, às relações entre nativos norte-americanos e antropólogos, busca tensionar e abrir outras possibilidades à disciplina.

Latour é um intelectual preocupado em esboçar uma nova metafísica que considere uma pluralidade antológica, que contemple as diversas maneiras de existir no mundo. Medicine (ainda que pensadora de fronteira) e Kopenawa falam a partir de outros lugares, de dentro, e produzem um conhecimento orgânico, engajado, biográfico, mas que não deixa de ser reflexivo. Sendo assim, entendo que cada um anuncia possibilidades de deslocamentos para o fazer etnográfico, dada sua capacidade de descentramento do olhar e postura do sujeito que intenciona produzir conhecimento, o qual passa a ser elaborado a partir das condições de sua produção experiencial e subjetiva.

Tais condições de produção são fundamentais para a capacidade de se questionar pressupostos éticos, epistemológicos, metodológicos e políticos “sobre” e “com” o outro, os quais buscarei identificar nas obras em questão.

556

## 2 LATOUR E O DISPOSITIVO DIPLOMÁTICO

Bruno Latour na obra “Investigação Sobre os Modos de Existência: uma antropologia dos modernos”, como indicado no subtítulo do trabalho, propõe-se a reconstituir o “sistema de valores” dos “Modernos”, dos “Ocidentais”. Vale observar que na sua obra anterior “Jamais fomos modernos: ensaios de antropologia simétrica”, o autor expôs uma lacuna entre as práticas dos atores (especialmente os cientistas) e sua forma de explicar: ao passo que esses últimos afirmam oficialmente separar fatos e valores, já os modernos constantemente os misturam informalmente. Trata-se aqui de complementar esta conclusão com “uma versão desta vez positiva desta mesma afirmação. Se nós nunca fomos modernos, então o que nos aconteceu?” (LATOUR, 2019, p. 22). Assim, para responder a essa questão, Latour ex-





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

plora os principais modos de existência dos seres que fazem de nós modernos.

Tal versão positiva, segundo o autor, tornou-se tanto mais necessária quanto a questão ecológica agora torna manifesta a inadequação do postulado moderno que separa homem e natureza. Haja vista que o advento do homem como fator predominante no aquecimento global nos revela e nos impõe a impossibilidade de separação natureza e cultura, ciência e política. ‘Gaia’, o ‘antropoceno’, pouco importa o nome exato, alguma coisa em todo caso que os prive para sempre da distinção fundamental entre Natureza e Sociedade por meio da qual estabeleceriam, gradualmente, seu sistema de coordenadas.” (LATOURE, 2019, p.22). Destarte, a necessidade de fazer um “inventário” dos valores aos quais os ocidentais estão apegados. “É como se os Modernos [...] tivessem definido até aqui valores que haviam protegido de alguma forma em instituições pouco sólidas, criadas rapidamente para responder às exigências da frente de modernização” (idem, p.21). Trata-se, portanto, de propor um novo relato das experiências que os modernos fazem para poder escolher os valores que queremos preservar.

Logo, o trabalho ambiciona ser algo maior do que um simples inventário, mas também se propõe a criar um dispositivo “diplomático”: a metafísica proposta é apenas um ponto de partida destinado a viabilizar as negociações de uma ontologia futura que possa ser aceita pelos atores da modernidade. O trabalho constitui-se, desse modo, num “relatório provisório” cujo objetivo é servir de mediação. Nesta perspectiva, há uma clara dimensão política mobilizando toda a obra. “A pedra de toque que servia para distinguir o passado do presente, para desenhar a face da modernização pronta para englobar o planeta fornecendo uma identidade àqueles que se sentiam modernos”, perdeu toda eficácia. [...] diante de GAIA que somos chamados a comparecer.” (LATOURE, 2019, p. 21).

Nesse empreendimento antropológico, Latour recorre a personagem fictícia de uma antropóloga, através da qual explora os principais modos de existência dos seres que fazem de nós modernos. E indica que ser moderno é tomar posições específicas sobre tais modos, é usar chaves próprias (diferente dos “não modernos”) de compreensão e/ou reconhecimento de seres específicos. Essa posição aponta a forma como os modernos (ocidentais, brancos, europeus ou por eles diretamente influenciados) agem, pensam e constroem um mundo bem particular.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

O autor parte do pressuposto de que, para definir os valores múltiplos e contraditórios que têm aos autodenominados “modernos”, ser necessário, primeiramente, aceitar que existem inúmeras ordens de verdades, variados tipos de razão, múltiplos modos de existência, cujas condições de I Simpósio Internacional Multidisciplinar das Humanidades Brasil/Moçambique – 2023 felicidade e infelicidade devam ser estabelecidas com cuidado. Trata-se, assim, de esboçar uma nova metafísica, que considere a pluralidade ontológica, ou seja, a diversidade de maneiras de existir se aceite o pluralismo dos modos e, portanto, a pluralidade das chaves pelas quais se julga sua veracidade ou falsidade”. (Idem, p. 28).

“Partindo do entendimento da interdependência dos seres, o argumento central do trabalho é que um modo representa seres que se manifestam por alterações e discontinuidades, devendo sempre passar por outros para existir. A ontologia em questão é esta: um ser não se define por sua substância, essência, mas por sua trajetória em busca da subsistência, passando por hiatos e discontinuidades. As trajetórias pressupõem, necessariamente, mediação, tradução, comunicação, transformando tudo em uma rede de influências. O sentido é uma trajetória desenhada por um modo que, por sua vez, define os antecessores e os sucessores, uma linhagem no curso de uma ação.

558

Assim, quando Latour fala de um modo de existir, não se trata mais de modalizar sobre um único e mesmo ser, mas sobre as diferentes maneiras que tem um ser de se alterar, de ser outro, de ser enquanto outro com um regime próprio de veridicção. Rompe-se, dessa forma, a perspectiva dualista moderna, da partição entre sujeito e objeto, o que desloca o olhar não para duas formas de existência, definida uma por contradição a outra, mas pela análise da maneira própria do ser. Posição relativista? Não no sentido de que tudo seria igualmente verdadeiro o que, para a metafísica dos modernos, significaria que em última análise nada é verdade, nada é certo: “nosso método, [...], não implica afirmar que 'tudo é verdade', que “tudo é igual”, que todas as versões da existência [...] devem coexistir sem que nos preocupemos em separá-las [...]. Mas só que a triagem terá que ser feita [...], em igualdade de condições” (LATOURE, 2019, p. 156). O relativismo não precisa ser total ou indisciplinado. Ao contrário, trata-se aqui de esculpir uma ontologia compatível com as experiências.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Portanto, esse trabalho oferece inúmeras possibilidades de deslocamentos para o fazer antropológico com suas reverberações no âmbito político. Afinal, a obra é claramente orientada com um papel social bem preciso: desenhar uma forma de diplomacia para colocar em diálogo os modos de existência, com o objetivo de evitar o aniquilamento de Gaia, a Terra – diante da qual “somos chamados a comparecer”.

A obra conchama para o fato de que se não conseguirmos interpretar e entender modos diferentes, o diálogo estará comprometido. A diplomacia, objetivo final, emerge dessa atenção às diferentes condições de felicidade e infelicidade de cada modo. Para Latour, é preciso aprender a dialogar com os outros (não modernos) para instituir um instrumento diplomático que nos ajude a salvar “Gaia”. Se tomamos um modo por outro, não lograremos esse feito. Essa é, no fundo, a “missão” da obra.

Entendo que Kopenawa e Albert, ao denunciar um contexto no qual o branco constrói o mundo e os significados nos quais os outros (indígenas) são pensados, anunciam outros modos de existência, outras condições de felicidade que devem ser consideradas e respeitadas, se quisermos evitar novamente “a queda do céu” e apontam nessa mesma toada para as diversas formas de se fazer antropologia. Invocam também para um empreendimento diplomático ao apostar na mediação, no diálogo, na tradução, usando para tal o vocabulário e a forma de ser do branco, conforme trabalhado na seção a seguir.

559

### 3 KOPENAWA E ALBERT E A REVERSIBILIDADE DA ANTROPOLOGIA

São várias as mensagens e as condições de possibilidade para o fazer antropológico proporcionados pela obra “A queda do céu: palavras de um xamã yanomami”. Pelos mais diversos ângulos e matizes que se analise o livro, é certo que causou profundo impacto no mundo da antropologia, tanto do ponto de vista de processos de construções teóricas, metodológicas como em seus desdobramentos políticos.

Afinal, mais do que o reconhecimento do saber de Kopenawa, a obra inaugura uma parceria epistemológica e política entre um xamã e um antropólogo sobre o mundo dos brancos







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

sob um olhar de um yanomami. Davi é o narrador, são suas as palavras e é ele o instigador do projeto. Albert é o autor da organização e dos esforços da tradução para tornar o pensamento e a experiência de Kopenawa acessíveis ao grande público. “Então, entreguei a você minhas palavras e lhe pedi para levá-las longe, para serem conhecidas pelos brancos, que não sabem nada de nós.” (KOPENAWA, ALBERT, 2015, p. 63). Há, contudo, dificuldades, tensões, contraposições e oposições que atravessa modos de vidas distintos, as quais precisam ser negociadas e dialogadas nesse processo:

Faz muito tempo, você veio viver entre nós e falava como fantasma. Aos poucos você foi aprendendo a imitar minha língua [...]. Nossos pensamentos e nossas vidas são diferentes, porque você é filho dessa outra gente que chamamos napë. (KOPENAWA, ALBERT, 2015, p. 63).

Tal negociação se tornou possível graças ao estabelecimento de um pacto etnográfico, uma aliança política firmada entre o pesquisador com seu interlocutor indígena, convertendo-se em representante diplomático ou intérprete do último junto à sociedade que o acossa e o assedia, sem, contudo, abrir mão da singularidade da sua própria curiosidade intelectual.

560

A obra constitui simultaneamente um relato de vida, uma autoetnografia e um manifesto cosmopolítico repassados pela história e pelo pensamento de um xamã yanomami, Davi Kopenawa. Seus relatos e reflexões permitem acessar, por sua intensidade poética e dramática e por sua perspicácia, uma visão inédita do malencontro histórico entre os ameríndios e os homens brancos, os napës.

O livro, entretanto, não se apresenta como uma etnobiografia ou uma autobiografia nos cânones clássicos, os relatos de Kopenawa mesclam inextricavelmente história pessoal e destino coletivo: o “eu” narrador é indissociável de um “nós” da tradição, as palavras são de Davi, mas são também as vozes dos xapiris (espíritos da floresta), de Omama (o demiurgo), dos xamãs, do seu sogro Lourival que o iniciou no xamanismo e de tantos outros componentes dos saberes, da história e da cosmologia yanomami.

A queda do céu surgiu de uma solicitação de David Kopenawa a Bruce Albert, etnólogo, profundo estudioso e conhecedor dos yanomamis e com fortes vínculos afetivos junto a esse





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

povo, advindos de uma história de amizade e de lutas compartilhadas. Davi pactuou com Albert o registro do saber cosmológico e da história dos yanomami em “peles de imagem”. Intencionava que por meio de suas palavras, confiadas e traduzidas por Albert e desenhadas em “peles de imagem”, pudesse torná-las acessíveis a um maior número possível de pessoas que desconhecem o povo da floresta, “abrindo suas mentes”, pois as ideias dos brancos são “obstruídas e enfumaçadas”:

São essas palavras que pedi para você fixar nesse papel, para dá-las aos brancos que quiserem conhecer seu desenho. Quem sabe assim eles finalmente darão ouvidos ao que dizem os habitantes da floresta, e começarão a pensar com mais retidão a seu respeito? (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 66).

Trata-se, portanto, de um complexo hipertexto cosmológico e etnopolítico, um empreendimento diplomático, nos termos pensado por Latour, situado na interseção de modos de existência distintos, entre um xamã yanomami versado no mundo dos brancos e um etnógrafo com longa familiaridade com o de seus anfitriões, em defesa do povo yanomami frente à devastação causada pelos projetos de desenvolvimento brasileiros e das investidas de garimpeiros, produtores agrícolas, agropecuaristas e minerados sobre suas terras.

561

A queda do céu é um esforço de diálogo entre modos de existência distintos, uma busca pelo entendimento e interpretação entre esses últimos. Nessa perspectiva, o livro abre uma fenda na muralha dialógica entre índios e brancos, revestindo-se, portanto, em acontecimento político.

A obra é também uma tentativa de uma antropologia simétrica do antropoceno, uma contra antropologia dos brancos -caracterização dos brancos segundo outra antropologia. Uma explicação do mundo segundo outra cosmologia. Entrelaça esses dois fios expositivos para chegar à conclusão da iminência da destruição do mundo. Uma crítica xamânica da economia política da natureza.

O livro é uma descrição dos fundamentos poético-metafísicos da visão de mundo de um povo, uma contra antropologia dos brancos, e ao mesmo tempo uma defesa do direito à existência. O que nos coloca uma série de possibilidades de condições de existência para a





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

disciplina antropológicas que vai sendo transformada e complexificada nesse movimento experimentado na e pela disciplina.

Entendo que o trabalho de Beatrice Medicine (2001) “Learning to be an anthropologist and remaining Native”, ainda que com um enfoque diferenciado de Kopenawa e Albert, também instiga reações, mobilização e deslocamento para antropologia ao apresentar, sobretudo, novas condições de autoria e de engajamento político para o antropólogo nativo, a partir da sua trajetória, de seu lugar enquanto mulher indígena e antropóloga, tensionando à disciplina para enveredar por novos caminhos, diálogos e posicionamentos políticos, conforme procuro explorar adiante.

### 4 MEDICINE E OS DESAFIOS DE SER INDÍGENA E ANTROPÓLOGO

I am a part of the people of my concern and research interests. Sometimes they teasingly sing Floyd Westerman’s song “Here Come the Anthros” (1969) when I attend Indian conferences. The ambiguities inherent in these two roles of being an “anthro” while at the same time remaining a “Native” need amplification. They speak to the very heart of “being” and “doing” in anthropology. My desire to be an anthropologist has been my undoing and my rebirth in a very personal way, but that topic is outside the scope of this contribution. (MEDICINE, 2001, p. 03).

562

Com a passagem acima, Beatrice Medicine abre o primeiro capítulo da obra “Learning to be an anthropologist and remaining Native”. A riqueza do trecho se revela ao apresentar em poucas linhas desafios, encantamento e possibilidade de redenção da aparente contradição no desempenho de dois simultâneos papéis: ser indígena e antropólogo. Medicine (2001, p.03) compreendeu bem os desafios e ambiguidades presentes nessa dupla identidade: “I am part of the people of my concerns”. Como uma nativa americana que continuava sendo uma participante ativa da sua cultura originária, ela trouxe para seu trabalho uma perspectiva cultural bastante própria, não muito encontrada em escritos antropológicos.

No decorrer desse trabalho, de ampla base geográfica e longa trajetória histórica, a autora buscou articular o dilema desse pesquisador que se apropria de teorias e métodos associados a uma disciplina que ocupa posição controversa em seu mundo. Haja vista que, conforme uma





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

leitura dos capítulos que compõem o livro permite observar, as relações entre nativos norte-americanos e antropólogos têm sido historicamente marcadas por tensões, acusações com vernizes éticos, revestindo-se de grande complexidade. Penso que, de algum modo, o título da obra com seus artigos é uma resposta a tais questões.

Para a autora, em algumas situações o antropólogo nativo se depara com o paradoxo associado a situações que desafiam sua própria noção de pertencimento:

[S]ome of us 'Native' anthropologists were put in a triple bind - other than being Native and an anthropologist - the third being the diverse cultures of 'Indian Country' and the question of 'who speaks for the Indians?'" (MEDICINE, 2001, p. 326).

A despeito dessa realidade e inspirada em sua tia e mentora, Ella Deloria (assistente de Franz Boas, ideal de etnógrafo da vida Lakota), Medicine acreditava firmemente que seu posicionamento como uma mulher Lakota, antropóloga, comprometida com o trabalho aplicado poderia fazer uma diferença única e positiva na vida dos nativos americanos. Ela viu na antropologia, com seu foco na análise transcultural, uma ferramenta potente para tal.

563

Reivindica, portanto, a necessidade de uma antropologia engajada, com pesquisas aplicadas que contemplassem em seu desenho a perspectiva nativa, baseada em realidades vividas, voltadas ao benefício da comunidade. Deixa, desse modo, um legado inspirador e uma visão clara para o futuro da nossa disciplina. "I know I went into anthropology to try and make living more fulfilling for Indians and to [make] anthropological application meaningful to Indians and others" (idem, p. 14).

Pensadora e ativista, a importância do trabalho de Beatrice Medicine para o campo da antropologia e para a população indígena americana em geral não pode ser subestimada. Pois, para ela (2001, p. 295) "The native American is possibly the least understood ethnic minority in contemporary American Society". Sua avaliação crítica de como o racismo velado reforça desigualdades educacionais estava na vanguarda do seu tempo. Vale observar nesse aspecto que Medicine não postulava a rejeição da educação formal, mas a adequação do sistema de ensino em função da qualidade de vida dos Lakotas e dos povos originários. Ademais, com seus estudos





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

ela mostrou ser capaz de se apropriar dos métodos antropológicos e aplicá-los em seus próprios termos para investigar o povo Lakota na contemporaneidade.

Creio ser a questão do pertencimentos pedra angular das pesquisas que alimentaram as elaborações dos capítulos da obra. A leitura desse últimos possibilitam identificar que aquilo que começou para Medicine como “estratégia de sobrevivência”, uma forma de resistir ao assimilacionismo e preservar sua indianidade, ou seja, pesquisar sua própria comunidade como uma forma de se manter conectada às suas raízes, enquanto navegava no mundo dos brancos como antropóloga e nativa de Lakota, converteu-se também em um legado de ação política em defesa da afirmação e da importância dos direitos dos indígenas americanos. Desafia, assim, mais do que o racismo e a discriminação linguística tanto na sociedade, mas também na academia, instando, I Simpósio Internacional Multidisciplinar das Humanidades Brasil/Moçambique – 2023 desse modo, ao enfrentamento desse último na própria pesquisa da disciplina antropológica com os povos indígenas.

Entendo que todo trabalho de Medicine, mais do que textos acadêmicos, é um testemunho das realizações de uma pensadora de fronteira, de uma mulher indígena e antropóloga que navegou em dois mundos, profundamente compromissada intelectual e pessoalmente na defesa da dignidade e direito dos nativos americanos.

564

Sua obra fornece elementos para uma compreensão mais matizada de questões fundamentais a todo projeto antropológico calcado na relação entre informante e etnógrafo, não somente de nossos múltiplos papéis enquanto etnógrafos em campo, mas também da longa contribuição dos povos indígenas à antropologia tão raramente reconhecida. Seu legado é um chamamento à análise dos dissensos em torno da autoridade etnográfica e a sintonizar nossas pesquisas com o movimento provocado pelos tensionamentos e críticas, mobilizadores da disciplina antropológica.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos contributos e mobilizações de três obras de Latour, Kopenawa, Albert e Medicine, respectivamente, intencionei, nos limites desse ensaio, empreender um esforço analítico com vista a explorar deslocamentos e possibilidades à disciplina antropológica oportunizadas pelos textos.

Concebo que os trabalhos, ainda que partindo de realidades, experiências, distância temporal e geográfica distintas, convergem, dentre outros aspectos, na recusa a postulados modernos, notadamente, na impossibilidade de preservar apenas dois tipos de seres: sujeitos e objetos; na necessidade de um olhar integrativo entre diferentes dimensões da existência (ecológicas, econômicas, sociais, políticas, simbólicas...); na resistência ao ocidentalismo- “esse exotismo do próximo, que consiste em acreditar no que o Ocidente diz sobre ele - mesmo, ou para elogiá-lo ou criticá-lo” (LATOURE, 2019, p. 40); e, na proposição de uma cosmovisão não eurocêntrica, não moderna, não inferior, mas diferente e contemporânea.

565

A despeito dessa realidade, entendo que as obras, de um modo geral, são endereçadas aos modernos, (aos ocidentais, aos brancos, aos napês como diria Kopenawa, aos europeus ou por eles diretamente influenciados), os quais agem, pensam e constroem um mundo bem particular, o qual traz consequências e produz resultados.

Iluminada pelo texto de Latour, concebo que as obras permitiram entrever e reconhecer como diferentes campos, grupos e instituições possibilitaram uma multiplicidade de modos existência, suscetíveis a processos de equivocação, os quais necessitam ser desemaranhados, interpretados e entendidos em seus próprios termos, nas suas condições de felicidade. Pois, se não conseguirmos interpretar e entender modos diferentes, o diálogo estará comprometido.

Há, portanto, um apelo nas obras para algo comum, para uma diplomacia, dada a magnitude da crise que assola e que coloca em risco a nossa existência e a do planeta. O que coloca para a agenda antropológica outros caminhos possíveis, outros sentidos, outras





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

cosmologias, outras forças políticas a serem consideradas e acionadas frente ao colapso ambiental.

Inspirada em Kopenawa e Albert e Medicine, identifique ainda nos referidos textos o esforço dos autores em darem sentido aos eventos significativos de suas vidas, os quais, através de suas vozes, memória e pesquisas, são recuperados, ressignificados e estendidos para além de si mesmos. Na delicadeza e sofisticação de seus diálogos reverbera-se a fala de muitos outros que nelas também se fazem representar.

Assim, concebo que seus relatos, reflexões e investigações constituem um efeito comunal em que muitos participam. Conforme propõe Albert: “portanto, o que ouvimos é um “eu” coletivo tornado autoetnógrafo, movido pelo desejo ao mesmo tempo intelectual, estético e político de revelar o saber cosmológico e a história trágica dos seus aos brancos” (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 539). O que nos aponta várias possibilidades de aprendizagem sobre o outro, a partir do questionamento de si e da suspensão de nossos próprios pressupostos, engendrando, nessa perspectiva, as bases à elaboração de uma etnografia reversa, abrindo-se, assim, várias possibilidades de entrada e saída para o mundo antropológico.

566

Entendo que a leitura das obras em questão e, especificamente, os textos discutidos na disciplina, para além de que um exercício acadêmico, constituem uma instigação e uma convite a I Simpósio Internacional Multidisciplinar das Humanidades Brasil/Moçambique – 2023 novos experimentos, a outras abordagens, ou seja, ao movimento que torna possível, nos termos de Peirano (2018), “a eterna juventude da antropologia”. E apostando em formas diferenciadas de experimentação, encerro esse trabalho com a letra da música “movimiento” do cantor uruguaio Jorge Drexler.

### Movimiento

Apenas nos pusimos en dos pies  
Comenzamos a migrar por la sabana  
Siguiendo la manada de bisontes  
Más allá del horizonte  
A nuevas tierras, lejanas  
Los niños a la espalda y expectantes  
Los ojos en alerta, todo oídos





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Olfateando aquel desconcertante paisaje nuevo, desconocido  
Somos una especie en viaje  
No tenemos pertenencias sino equipaje  
Vamos con el polen en el viento  
Estamos vivos porque estamos en movimiento  
Nunca estamos quietos, somos trashumantes  
Somos padres, hijos, nietos y bisnietos de inmigrantes  
Es más mío le que sueño que lo que toco  
Yo no soy de aquí  
Pero tú tampoco  
Yo no soy de aquí  
Pero tú tampoco  
De ningún lado del todo  
De todos lados un poco  
Atravesamos desiertos, glaciares, continentes  
El mundo entero de extremo a extremo  
Empecinados, supervivientes  
El ojo en el viento y en las corrientes  
La mano firme en el remo  
Cargamos con nuestras guerras  
Nuestras canciones de cuna  
Nuestro rumbo hecho de versos  
De migraciones, de hambrunas  
Y así ha sido desde siempre, desde el infinito  
Fuimos la gota de agua viajando en el meteorito  
Cruzamos galaxias, vacío, milenios  
Buscábamos oxígeno, encontramos sueños  
Apenas nos pusimos en dos pies  
Y nos vimos en la sombra de la hoguera  
Escuchamos la voz del desafío  
Siempre miramos el río  
Pensando en la otra rivera  
Somos una especie en viaje  
No tenemos pertenencias sino equipaje  
Vamos con el polen en el viento  
Estamos vivos porque estamos en movimiento  
Nunca estamos quietos, somos trashumantes  
Somos padres, hijos, nietos y bisnietos de inmigrantes  
Es más mío le que sueño que lo que toco  
Yo no soy de aquí  
Pero tú tampoco  
Yo no soy de aquí  
Pero tú tampoco  
De ningún lado del todo y  
De todos lados un poco  
Lo mismo con las canciones, los pájaros, los alfabetos  
Si quieres que algo se muera, déjalo quieto







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### REFERÊNCIAS

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KOPENAWA, Davi; BRUCE, Albert. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2015.

LATOUR, Bruno. **Investigação sobre os modos de existência: Uma antropologia dos modernos**. Petrópolis; Vozes, 2019.

MEDICINE, Beatrice. **Learning to be an anthropologist and remaining «Native»: selected writings**. Urbana: University of Illinois Press, 2001.

PEIRANO, Mariza. 2008. **Etnografia, ou a teoria vivida**. Pontourbe. Disponível em: <http://jour-nals.openedition.org/pontourbe/1890> Acesso em: 02 de out. 2022.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### DEMOCRACIA: LIBERDADE DE EXPRESSÃO E IMPRENSA, EROÇÃO DEMOCRÁTICA E INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA NO BRASIL E EM MOÇAMBIQUE

Ney Iared Reynaldo<sup>184</sup>  
Dudu Danilo Mboa<sup>185</sup>

#### RESUMO

A liberdade de expressão e de imprensa na lei é uma conquista de toda humanidade, pois apoia os direitos do ser humano. A ideia de livre manifestação de pensamentos faz parte da ONU e do arcabouço legislativo de um conjunto de países democráticos. No Brasil, a problemática da liberdade de expressão enfrenta diversos desafios e debates, que podem ter inspirado a sociedade política e a cultura. Os maiores desafios são a censura e a restrição à liberdade de expressão por parte do Estado, onde envolvem questões como polarização política, censura estatal, rejeição e desinformação, violência física institucional e ideológica contra jornalistas e demais profissionais da imprensa. No caso de Moçambique, a liberdade de expressão pode parecer um tanto dubio, uma vez que, o país sofre de problemas urgentes e pouco poderia pensar neste assunto, contudo, essa questão é relevante em qualquer outra parte do mundo. Embora, a nação esteja a registrar um aumento nos níveis de participação cívica em espaços públicos, continua a existir um desafio para implementação da liberdade de expressão, na qual a imprensa é alvo de violência, sofre ameaças sistemáticas e detenções dos seus agentes. No entanto, é vital que o governo e outras partes respeitem a livre expressão da imprensa para garantir que, os seus agentes haja sem medo, intimidações e/ou represálias, a proteção desses direitos fundamentais são essenciais para uma sociedade livre, aberta, justa e, sobretudo, com justiça social e democracia.

569

**Palavras-chave:** Democracia. Imprensa. Liberdade.

#### 1 INTRODUÇÃO

Este artigo versa sobre os direitos da liberdade de expressão e de imprensa entre dois países: Brasil e Moçambique. Em que busca fazer um estudo comparativo da decorrência nas atividades e aplicações da liberdade de expressão e de atuação da imprensa nos dois países citados, embora Moçambique e Brasil sejam países distintos, ambos têm suas próprias legislações jurídicas e contextos políticos referentes a essas questões. A liberdade de expressão é direito funda-

<sup>184</sup>Ney Iared Reynaldo, doutor em América Latina, docente Associado em História e Ciências Econômicas na Universidade Federal de Rondonópolis, e-mail: ney.iared@ufr.edu.br.

<sup>185</sup> Dudu Danilo Mboa, discente bacharelado do curso de graduação em Ciências Econômicas, na Universidade Federal de Rondonópolis, e-mail: dududanilo@aluno.ufr.edu.br.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

mental consagrado na Carta de Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, onde este direito constitui a base de referência dos direitos humanos no ordenamento jurídico de qualquer país de natureza democrática.

Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão (DUDH, art.19), em seu Capítulo II dos Direitos, Deveres e Liberdades do artigo 48 da Constituição moçambicana, este defende que, o exercício da liberdade de expressão, compreende notadamente, a faculdade de divulgar o próprio pensamento por todos os meios legais e o exercício à informação não podem ser limitadas por censura e sim como, a liberdade de imprensa compreende, nomeadamente, a liberdade de expressão e de criação dos jornalistas, o acesso às fontes de informações, a proteção da independência, o respeito ético e direito do sigilo profissional, bem como criar jornais, publicações e outros meios de difusão (CRM 2004).

No Brasil, a Constituição Federativa de 1988, em seu inciso IX artigo 5º defende que é livre a expressão de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independente de censura ou licença; a partir deste enunciado, conclui-se que, no Brasil todos têm o direito de expressar suas ideias, opinião e sentimentos das variadas formas, sem que essa expressão seja submetida a um controle de censura prévia. Este artigo apresenta as teorias desenvolvidas pelas jurisprudências a cerca desse assunto, assim como também os desafios do dia a dia enfrentado por agentes que regem a área informativa desses países, onde aponta argumentos que fundamentam esses direitos, assim como a interferência dos órgãos governamentais nas funções dos agentes de informação criando intimidações, censuras e a desinformação para a sociedade em geral.

Segundo “Repórteres Sem Fronteiras”, o Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa, que avalia as condições para o exercício do jornalismo em 180 países e territórios, demonstra em que no ano 2022 obteve os efeitos desastrosos do caos informacional (um espaço digital globalizado e desregulamentado, as *fakes news* e propaganda estatal). Nas sociedades democráticas nos dias atuais, o desenvolvimento da mídia de opinião no modelo da *Fox News* e a banalização dos circuitos de desinformação, amplificada pelo funcionamento das redes sociais, provocam o au-





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

mento das divisões e conflitos. Internacionalmente, a assimetria entre sociedades abertas, de um lado, regimes despóticos que controlam seus meios de comunicação e plataformas digitais, enquanto travam guerras de propaganda e disparos negacionistas, por outro, enfraquece as democracias, em ambos os níveis, essa dupla polarização é um fator de intensificação das tensões (RSF, 2022).

Lideram o *ranking* mundial de liberdade de imprensa, três países europeus escandinavos: a Noruega, a Dinamarca e a Suécia. O Brasil subiu um lugar de 2021 para 2022, está agora na colocação 110 de um total de 180. Ao citar o crescimento do discurso contra a imprensa e a sua liberdade no mundo, o relatório citou especificamente que no Brasil está cada vez mais visível e virulento, os ataques públicos que enfraquecem a profissão e incentiva ações legais abusivas, campanhas difamatórias e de intimidações, especialmente contra mulheres, e assédios *online* a jornalistas críticos.

Moçambique possui oficialmente quase mil meios de comunicação, principalmente jornais e revistas. No entanto, muitos não estão mais ativos devido á falta de um modelo econômico viável. O estatal *Notícias*, controlado pelo governo é o mais relevante deles. *O País* é o diário independente mais popular. *Savana e Canal de Moçambique* são semanários independentes que também gozam de boa reputação. A liberdade e a independência do jornalismo são supostamente garantidas pela constituição, pela lei de imprensa e pelo direito à informação. Mas a legislação é pouco aplicada, em contexto marcado pelo crescente autoritarismo e difícil acesso à informação.

Essa pesquisa consiste numa abordagem metodológica qualitativa, onde o caso de estudo concentra-se na atuação jurídico e comportamental existentes nesses países. Essa investigação busca compreender, por meio de uma comparação e análise crítica do modelo de aplicação dos direitos, na qual a legislação vigente não se faz respeitar e suprir os direitos humanos. Assim sendo, as informações aqui reunidas obedecem a instrumentos e técnicas de pesquisas: análise de novos acontecimentos mundiais, dados publicados em: jornais, revistas, periódicos e mídias nos dois países.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Para Camus (1939) uma imprensa livre pode, é claro, ser boa ou ruim, mas, certamente sem liberdade, a imprensa sempre será ruim. Quando a liberdade de expressão nos é usurpada, logo poderemos ser conduzidos, como ovelhas, mudas e silenciosas, que seguem para o abate, afirma George Washington (1732 – 1799), é notório que a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa caminham juntas e são questões fundamentais para a sociedade, ambas possuem um debate livre e geram resultados para melhorias na sociedade, por isso é relevante a busca de soluções para resolução de problemas dentro de uma comunidade, no combate a desinformação para uma sociedade civil organizada, educada e bem informada, cujo o acesso às informações verdadeiras e livre de restrições permite que esta participe da vida pública.

Na terra da censura, certamente, o Estado não tem liberdade de imprensa, mas um membro do Estado, *o governo*, tem. Sem tomar em consideração o fato de que, as publicações oficiais do governo gozam de absoluta liberdade de imprensa, o censor não exerce uma absoluta liberdade de todos os dias, direta ou indiretamente (MARX, 1842: 60-63). Ninguém luta contra a liberdade individual no máximo, luta-se contra a liberdade dos outros. Por isso, todos os tipos de liberdade sempre existiram, às vezes como uma prerrogativa particular, outras como um direito geral.

572

Entretanto, se uma imprensa livre e de expressão devem ser rejeitadas como a consumação da “liberdade universal”, a censura e uma imprensa censurada representariam ainda a consumação de uma liberdade particular, pois, como a espécie pode ser boa se o gene é ruim? Uma imprensa censurada é ruim mesmo se produzir bons produtos, pois estes produtos só são bons na medida em que eles exibem uma imprensa livre dentro de uma censurada, e na mesma medida em que não está em seu caráter serem produtos de uma imprensa censurada, por outro lado uma imprensa livre é boa mesmo quando produz frutos ruins, entretanto estes produtos são apóstatas da natureza de uma imprensa livre.

O foco da imprensa livre é a essência característica, razoável e ética da liberdade. A condição de uma imprensa censurada é a falta de caráter de não liberdade; é um monstro civilizado, um insucesso perfumado (MARX, op. Cit). Para que haja autonomia e independência da liberda-



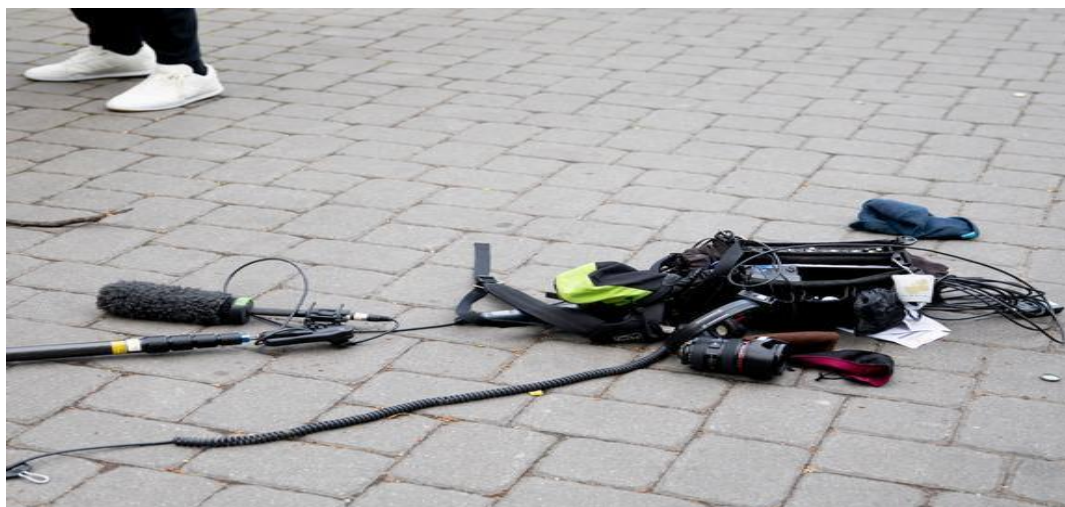
de de expressão e de imprensa, estes devem ser estimuladas a pensar e agir por si mesmo se nenhuma interferência do governo nesse processo.

### 3 RESULTADOS ALCANÇADOS

Destaca-se aqui a análise da pesquisa em questão, verificando suas diferenças, igualdades e diversidades, quanto à liberdade e restrição da imprensa em divulgação de notícias e informação, tendo como *locus* casos Moçambique e Brasil.

#### Caso Moçambique

**Em Moçambique registam-se fortes pressões e agressões frequentes aos jornalistas.**



**Foto:** Christoph Soeder/dpa/picture Alliance/**Fonte:** Repórter Sem Fronteiras (RSF, 2023)

No cenário político, um número significativo de meios de comunicação é controlado direta ou indiretamente pelas autoridades ou membros do Partido no poder, a FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique, o que prejudica consideravelmente a sua independência. O pleito de outubro de 2019, que levou à reeleição de Filipe Nyusi, confirmou o domínio do partido no poder sobre a maioria dos meios de comunicação, e a Missão de Observação Eleitoral da União



## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Europeia, descreveu a cobertura eleitoral como desequilibrada. Já no Jurídico, a liberdade e a independência do jornalismo são supostamente garantidas pela Constituição, pela lei de imprensa e pelo direito à informação. Mas, a legislação é pouco aplicada em um contexto marcado pelo crescente autoritarismo e pelo acesso cada vez mais difícil à informação.

Em relação ao contexto econômico, o controle estatal sobre a imprensa também é exercido por meio da propriedade da mídia e da publicidade. Esta última é oriunda das grandes empresas públicas herdadas da era comunista e de sua economia hipercentralizada e representa uma forma de influência considerável. Esse controle permite inúmeras interferências na linha editorial da mídia, tanto pública quanto privada, que tem pouca margem para criticar o presidente.

Na questão sociocultural, as consequências de 25 anos de um único Partido no poder (1975-1990) ainda se fazem sentir no debate público. O medo e a cultura do sigilo continuam a ser obstáculos à disseminação da informação. O sexismo ainda é generalizado e limita o acesso das mulheres à profissão.

Quanto à segurança, nos últimos anos, a retórica hostil e os ataques contra jornalistas aumentaram (foram doze ao longo de 2021). Em janeiro de 2023, um jornalista relatou ter sido espancado por quatro policiais quando voltava para casa. Casos de jornalistas agredidos por funcionários do governo também foram registrados. É quase impossível acessar o norte do país, onde uma insurgência islâmica se estabeleceu desde 2017, sem correr o risco de ser preso. Dois jornalistas que tentaram ficaram atrás das grades por quatro meses em 2019. Outro está desaparecido desde abril de 2020.

Esse apagão de informações não poupa os veículos internacionais, que encontram cada vez mais dificuldade de obter autorização para abordar o assunto. Um jornalista britânico radicado em Moçambique a muito tempo e fundador de um *site* de notícias de referência também foi expulso por motivos espúrios e banido do país por dez anos.

Moçambique possui sérios problemas de liberdade de imprensa. O país enfrentou desafios relacionados à liberdade de imprensa e liberdade de expressão, com relatos de jornalistas sendo assediados e alguns enfrentando ameaças ou violência no exercício de sua função. Jornalistas em Moçambique não têm dúvidas de que o país está a afundar no *ranking* mundial das liberdades





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

de imprensa e de expressão, jornalistas acreditam que Moçambique está a regredir, no tocante à liberdade de imprensa. Profissionais acusam autoridades governamentais de tentarem controlar fluxo de informação no dia a dia. Conforme o jornalista Taibo Bacar (2022), diz-nos “Ainda há muitos jornais que são controlados pelo sistema. Há muitos colegas que têm medo de escrever certos assuntos por medo de serem banidos, de serem conotados como pessoas que estão contra o governo”.

Segundo a matéria publicada em 2021 na revista DW Moçambique, Instituto para a Comunicação Social da África Austral (Misa-Moçambique) classificou 2020 como o ano em que foram registados mais casos de violação de liberdades de imprensa e de expressão em Moçambique nos últimos cinco anos. Foram registadas 32 violações, incluindo o desaparecimento de um jornalista, Ibraimo Mbaruco, predominando as agressões físicas, com 10 casos, segundo o relatório sobre “O Estado das Liberdades de Imprensa e de Expressão”, que junta dados de 2019 e 2020 aos de anos anteriores.

De acordo com o Relatório do Misa, em 2016 tinham sido registados 11 casos, número que subiu para 21 em 2017, 24 no ano de 2018, 20 casos em 2019 e 32 registos em 2020. A organização considera que “um dos motivos do crescimento dos crimes contra os jornalistas em Moçambique, justifica-se na impunidade dos seus perpetradores e falta de ação das autoridades perante estas ocorrências”. Como exemplo, o Misa Moçambique aponta a “manifesta apatia das autoridades policiais na investigação” ao fogo posto à redação do semanário Canal de Moçambique, a 23 de agosto de 2020, um dos casos que marcou o último ano.

575

### Caso do Brasil

O Brasil enfrentou desafios relacionados à violência e ameaças contra jornalistas em seu exercício profissional, impactando a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa. Segundo os Repórteres Sem Fronteiras (RSF), o Brasil tem sido considerado um dos países mais letais para os jornalistas, nos últimos anos. Jornalistas e trabalhadores da mídia enfrentaram riscos ao relatar questões delicadas, que envolvem temas como: corrupção, crime organizado e constantes violações dos direitos humanos.





**Violência grave contra jornalistas aumentou 69,2% em 2022**



Fonte: Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji, 2022)

Segundo os dados do monitoramento de ataques contra jornalistas feito pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), o ano de 2022 teve maior índice de violência para os profissionais de imprensa no Brasil. Nos primeiros sete meses, foram registradas 66 agressões graves, que envolvem episódios de violência física, destruição de equipamentos, ameaças e assassinatos. Esse número representa um crescimento de 69,2% em comparação com o mesmo período de 2021, que teve 39 casos.

O cenário geral de ataques também se agravou: de janeiro a julho de 2022, foram identificados 291 alertas totais de violações da liberdade de imprensa, 15,5% a mais do que nos primeiros sete meses em 2020. Esses casos incluem, além das situações críticas, ocorrências de discursos tóxicos, estigmatizantes, processos legais, restrições na *internet*, bem como o acesso à informação e uso exarcebado do poder estatal, que vitimaram jornalistas, comunicadores, meios de comunicação e a imprensa de modo mais amplo.

No caso de um deputado federal exemplo, a ofensiva contra a liberdade de imprensa é notória, pois, as organizações de defesa do jornalismo e da liberdade de imprensa vêm a público



## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

mais uma vez repudiar a ofensiva deste deputado, de censurar reportagens e meios de comunicação. Depois de ver negadas medidas liminares para retirar conteúdo da Agência Pública e do programa ICL Notícias, o deputado federal obteve decisão favorável para remoção de texto publicado pelo Congresso em Foco, proferida pela 10ª Vara Cível de Brasília. Para as organizações abaixo assinadas, é inadmissível que se atente contra a liberdade de imprensa por trazer à tona denúncia de interesse público.

É preocupante que, depois de dois magistrados terem reconhecido a relevância da publicação das denúncias, sobrevenha uma terceira decisão que acolha a argumentação do parlamentar, prejudicando a atividade de um veículo de comunicação que simplesmente exerceu não só o seu direito, mas também o seu dever de informar a sociedade. É inegável o direito de recorrer à Justiça ou de qualquer parte que se sinta atingida por reportagem, mais é condenável que se ordene retirada de conteúdo jornalístico, sobretudo por parte de um agente público.

Em outro caso de censura à Amazônia Real, imposta pela Justiça que obrigou a agência a retirar uma reportagem do ar sob pena de multa, vem sendo condenada por organizações de imprensa e por jornalistas. Uma reportagem retirada de circulação representa muito mais que um ataque a um meio de comunicação. É o cerceamento do direito de cada cidadão de se informar e formar sua própria opinião. Publicada em 14 de maio de 2021, a reportagem “Iate do Amazon Immersion estava sem autorização”, o autor apontava os nomes dos donos da embarcação onde, em abril de 2021, em plena pandemia da Covid-19, ocorreu o evento festivo. Na ocasião, turistas brasileiros e estrangeiros participavam de festas a bordo, que navegava no rio Negro, e visitavam comunidades indígenas. A 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus acatou pedido dos envolvidos, que solicitaram a retirada da reportagem do ar. Esta decisão se soma a outros diversos casos em que a Justiça brasileira tem atuado de forma contrária à proteção de um dos pilares fundamentais da democracia.

Para a Repórteres sem Fronteiras (RSF), a censura é uma decisão judicial assustadora. A leviandade com que a Justiça impõe por liminar a retirada de matéria produzida por uma das mais importantes agências de jornalismo do país, sem sequer formar o contraditório ou discutir o mérito da ação com profundidade necessária, escancara novamente a fragilidade da garantia do





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

direito à liberdade de imprensa no país e mostra que, para alguns membros do judiciário, o ato censório é regra, não exceção.

### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada procura dar uma ênfase, no que diz respeito a interferência do poder estatal ou governamental em relação a liberdade de expressão e imprensa entre esses dois países da pesquisa, embora sejam destinos, existe diferença na atuação do Governo e na jurisprudência deste assunto, sendo que ambos são países democráticos e que segue os padrões da ONU, entretanto, faz-se necessário uma análise sobre este assunto. Primeiro, foi mostrado ao longo do artigo que os dois países possuem leis de proteção a liberdade de expressão e de imprensa, onde estes apresentam nas suas constituições, mas ainda sofrem uma influência direta e indireta do poder político na sua atuação.

Na análise dos casos apresentados, assim como o recurso às fontes orais e jornalísticos 578 que tem evidenciado os acontecimentos atuais na liberdade de expressão e de imprensa, onde os gestores destes, usam o poder público para interferir imediatamente e indiretamente a liberdade de expressão, assim como nos agentes de comunicação por meio de intimidações, censuras e ameaças contra este grupo.

Para guisa de conclusão, nota-se que existe uma diferenciação entre aquilo que acontece na realidade e o que é mensurado, portanto, a liberdade de expressão e de imprensa torna-se atividade abstrata e dificultoso para veículos de comunicação nesses dois países, isso evidencia o uso poder para silenciar assuntos contraditórios, que abordam discussões sobre temas como desigualdade social, corrupção e pobreza entre outros.

### REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO (Abraji); Editora Brasileira, 2022. Disponível em:





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

<https://abraji.org.br/noticias/violencia-grave-contra-jornalistas-aumentou-69-2-em-2022>. Acesso em 30/07/2023.

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE 2004**, Disponível em: <https://www.presidencia.gov.mz/por/Media/Files/Constituicao-da-Republica-PDF>. Acesso 23/07/2023

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988**, Disponível em: [https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf&ved=2ahUKEwi\\_9I6EvM6AAxX\\_jZUCHcvoDpMQFnoECBsQAQ&usq=AOvVaw2pBzPHJPvYjWafSPL6Nsz](https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf&ved=2ahUKEwi_9I6EvM6AAxX_jZUCHcvoDpMQFnoECBsQAQ&usq=AOvVaw2pBzPHJPvYjWafSPL6Nsz). Acesso em: 27/07/2023

**FARIAS, Rodrigo**; Liberdade de imprensa no Brasil: Revista jus Navigandi. ISSN 1518-4862, Teresina, ano 20 n. 4286, 27 mar. 2015. **Repórteres sem fronteiras (RSF) 2023** Disponível em: <https://rsf.org/pt-br>.

**KARL MARX**; liberdade de imprensa p. 60-63. Bibliografia **KARL MARX** Liberdade de imprensa. L&PM. 2006. Marx em defesa da liberdade de imprensa (1842). Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Marx-em-defesa-da-liberdade-de-imprensa-1842> Acesso em: 23/04/2023.

579

**LIBERDADE DE EXPRESSÃO**; *lei, evolução, importância e limites* – FIA.../Global Media Forum/ DW África 2022 & 2023.

**MISA MOÇAMBIQUE**; Instituto para a Comunicação Social da África Austral 2020 & 2022.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### MULHERIDADE NEGRA NO CINEMA AMAZONENSE

Pâmela Eurídice Beleza Baltazar<sup>186</sup>  
Selda Vale da Costa<sup>187</sup>

#### RESUMO

O cinema amazonense vive uma fase marcada pelo desenvolvimento digital, o olhar para o dualismo entre o urbano e a natureza e a forte presença feminina nos bastidores e na linha de frente das produções. Neste sentido, o artigo se propõe a analisar como a configuração feminina negra, apagada na historiografia do Amazonas, tem sido responsável por organizar e estimular o audiovisual recente na região por meio de projetos, festivais e a subversão da figura mítica da mulher amazônica. Quanto a natureza da pesquisa, adotou-se o método histórico afim de compreender o rastro negro na região e analisar como essa perspectiva é transposta para sétima arte por meio da observação sistemática. Os resultados parciais indicam que o cinema no Amazonas segue um contraponto frente a produção nacional, tendo a participação significativa e majoritária de mulheres negras frente a projetos com alcance nacional e internacional; cuja abordagem revela temáticas universais, contudo particulares a região.

**Palavras-chave:** Mulheres. Negros. Cinema.

#### ABSTRACT

580

Amazonian cinema is going through a phase marked by digital development, the look at the dualism between urban and nature and the strong female presence behind the scenes and in the front line of productions. In this sense, the article proposes to analyze how the black female configuration, erased in the historiography of the Amazon, has been responsible for organizing and stimulating the recent audiovisual in the region through projects, festivals and the subversion of the mythical figure of the Amazonian woman. As for the nature of the research, the historical method was adopted in order to understand the black trail in the region and analyze how this perspective is transposed to the seventh art through systematic observation. Partial results indicate that cinema in Amazonas follows a counterpoint to national production, with a significant and majority participation of black women in projects with national and international reach; whose approach reveals universal themes, however particular to the region.

**Keywords:** Women. Black people. Cinema.

<sup>186</sup> Jornalista, Mestranda no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura da Amazônia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. E-mail: pan.euridice@gmail.com.

<sup>187</sup> Doutora em Antropologia, Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. E-mail: seldavalecosta@gmail.com





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 1 INTRODUÇÃO

Em 2017, um dado divulgado pela Agência Nacional do Cinema sobre diversidade de gênero e raça no audiovisual nacional destacou que dos 142 filmes lançados comercialmente em salas de exibição no ano de 2016, apenas 19,7% foram dirigidos por mulheres. Dentro desse quantitativo, nenhum foi roteirizado ou assinado por mulheres negras. Enquanto isso, os resultados dos estudos do Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa (Gema), vinculado ao Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), apontou que as mulheres negras não dirigiram ou roteirizaram nenhum filme entre os anos de 1995 a 2016.

Em contraponto a essas informações, a produção amazonense indica uma presença significativa de mulheres pardas e negras. Um exemplo pode ser encontrado na Mostra do Cinema Amazonense (2015-2017), na qual a produção de diretoras contabilizou 22,21% do total de filmes inscritos no evento. Neste cenário, 94% das realizadoras se autodeclararam negras, pardas e/ou com ascendência indígena.

581

O presente artigo propõe debruçar-se em como as mulheres negras, silenciadas e esquecidas pela historiografia do Amazonas, tem sido responsável por organizar e estimular o audiovisual recente na região por meio de projetos, festivais e a subversão da figura mítica da mulher amazônica. O que aponta novos caminhos e narrativas para a construção da sétima arte amazonense, moldada pela resistência feminina e a identidade amazônica.

### 2 RASTRO NEGRO NA HISTORIOGRAFIA AMAZÔNICA

O aparecimento de negros africanos acompanhou os passos da colonização europeia nas províncias ao Norte do Brasil. Sua integração, no entanto, é um reflexo da discriminação e retraimento da sociedade regional, branca e cabocla. Por muito tempo, houve um ocultamento do rastro negro no solo amazônica, resultando na compreensão de que a escravidão africana foi suplementar e dispensável, contudo este pensamento é uma das mais sérias distor-





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

ções da história regional. Esse efeito se perpetua alimentando a anomalia racial que nos ronda; na qual um dos fundamentos da política de poder de dominação rejeita a ancestralidade negra.

Um exemplo dessa imperceptibilidade racial é o conceito de morenidade. Adotado como a identificação preferível entre os brasileiros, acompanha uma degradação ininterrupta do mais claro ao mais escuro, englobando características físicas como tom de pele, tipo de cabelo e boca. Precisa-se observar que cor e raça nem sempre são equivalentes, no entanto, de acordo com a pesquisadora e psicóloga paraense Flavia Câmara, “o grande problema está em atentar para o que se esconde e mesmo se expressa de forma dissimulada nos discursos da morenidade romantizada quando da negação de uma negritude na região amazônica” (CÂMARA, 2017, p.157).

Nesse contexto, reafirma-se a existência de uma mistura racial responsável por afastar a negritude e se encaminhar em direção à branquitude. O termo se aplica a fim de amenizar os fenótipos negros e ressaltar as características físicas que determinam uma intersecção entre o gênero e a raça na construção social do corpo negro. Dessa forma, demonstra o resultado mais aceitável da mistura racial entre os fundadores da nossa sociedade.

Disto provém ainda a falta de percepção acerca da autoidentificação enquanto negros e afrodescendentes. Essa ausência passa despercebida tanto pelo olhar interno quanto pela leitura exterior, dificultando até mesmo o letramento e anuviando a inclusão da negritude no seio da sociedade amazônica. Dessa forma, há um número considerável de pessoas pretas cujo as teorias de compreensão social não as contemplam e, por conseguinte, deixa de alcançá-las. Parte desse entendimento está associado também aos ciclos econômicos e as estatísticas sociais das outras regiões, desconsiderando a formação particular de cada macrorregião nacional (SAMPAIO, 2011).

Há ainda o baixo índice de relatos sobre a escravização negra na Amazônia, que se deve, em parte, ao projeto pombalino de intensificar o uso de mão-de-obra negra, em detrimento da indígena, não ter alcançado o objetivo na região. Uma vez que as restrições impostas à colônia aumentavam o preço dos escravizados de origem africana, além das dificuldades de acesso ao território hoje considerado pertencentes a Amazônia Legal, propiciando um valor de compra de escravizados indígenas baixo. Estima-se que entre 1775 e 1795, o índice de indígenas tanto livres





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

quanto escravizados fosse superior ao de qualquer outra raça, principalmente nas duas principais capitais coloniais do período – Barcelos e Belém.

Este território também não possuía demanda própria que absorvesse tantos escravizados, visto que “as estruturas internas de organização do sistema econômico da região não sofreram alterações significativas no período em questão” (SAMPAIO, 2011, p.26). A situação seria diferente no século XIX, quando o Pará virou o destino de escravizados rejeitados nos portos do país, tornando sua zona portuária tão movimentada quanto de outras cidades brasileiras.

A partir de 1778, ocorreu um movimento de incentivo da Coroa a expansão do tráfico negreiro em direção ao estado do Pará, facilitando a entrada e saída dos navios e aplicando isenções de impostos. No parecer da época, para que a economia amazônica fluísse em consonância à metrópole, era necessário interligá-la ao tráfico escravagista. Apesar dos esforços, no entanto, havia os riscos da navegação, a restrição de capital dos paraenses que diminuía a quantidade do carregamento, a baixa cotação em Lisboa de produtos do Pará (SAMPAIO, 2011). Algo não visto de forma pejorativa, considerando que, nas primeiras décadas do século XIX, o fluxo negreiro no estado era tão intenso quanto na capital carioca.

583

Entre as principais atividades desenvolvidas pelos negros na Colônia estava a construção de fortalezas, cultivo de arroz, tabaco, mandioca e milho. Ocupavam também a função de tecelãs, artesãos e maqueiros. No Pará, atuavam nos arredores de Belém, em cidades como Marajó, Barcarena e Ananindeua; localidades onde havia uma economia rural capaz de abastecer a capital da província. Já no Amapá, eram encarregados de construir fortalezas militares e a fundação de fazendas para criação de gado. Enquanto em Rondônia, os africanos foram importantes para a habitação e colonização iniciada pela mineração e ocupação militar das fronteiras.

Outro fator a se ponderar, no período escravocrata, são as fugas e alforrias. Muitos negros fugiam e encontravam abrigo em aldeamentos indígenas, embora possuíssem costumes e tradições diferentes, compartilhavam sentimentos semelhantes pelo homem branco. Criava-se assim redes de solidariedade entre negros e indígenas, compondo novas identidades dentro da sociedade colonial.







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Para o historiador Ygor Cavalcante (2011), o principal motivo para a fuga era o estreitamento de laços familiares ou afetivos. Tanto os homens quanto as mulheres tinham como propósito escapar para formar seu próprio núcleo familiar, algo inviabilizado pelas condições impostas pelo regime escravocrata. Nesse sentido, é importante observar que o número de mulheres escravas fugitivas era bem menor (21,4%) em relação ao índice geral. Observando a causa das deserções, percebe-se que esse número reflete ainda a relação delas com as pessoas ao seu redor.

Cavalcante comenta que elas possuem relações mais próximas e laços mais fortes com seus filhos do que os homens. Logo “fugir sem levar seus rebentos é algo bastante improvável (senão impensável), ao mesmo tempo fugir com crianças pequenas é igualmente difícil” (CAVALCANTE, 2011, p.49). Além disso, a maior parte dos fugitivos, os homens, eram de idade reprodutiva, entre 20 e 40 anos, ademais estavam no auge de sua força física e de construir arranjos maritais.

As fugas ocorriam de maneira isolada, no entanto havia ainda as evasões em grupo de 2 a 5 indivíduos que salientaram a rede de assistência entre escravizados, desertores, indígenas e outros grupos oprimidos. Essa última modalidade de escápula indicava o rompimento buscado entre senhores e cativos. No Pará, a multiplicidade de experiências, justapostas pelas redes de auxílio em quilombos, forjou novas identidades dentro da proposta de mundo colonial, oferecendo espaço para uma pequena e resistente manutenção da cultura africana na culinária, dança e música, por exemplo.

Na Amazônia, o regime escravocrata não oferecia as condições sociais basilares que facilitam a adaptação ao trabalho forçado tais como incentivo das relações sociais e familiares – exemplificado no sistema norte-americano escravocrata – e, com isso, impedia-se o cultivo da identidade social. A ínfima troca de afeto negada possibilitaria enfrentar a cruel realidade de uma forma mais afirmativa e elevada, como pontua a teórica feminista bell hooks (2021) na sua obra *Tudo Sobre o Amor*. A administração na região, no entanto, se apegava a outras técnicas que incentivavam a dispersão dos escravizados.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Para os senhores, Manaus soava como o destino certo para os fugitivos do período, logo a cidade possuía o segundo maior quantitativo de escravizados habitando um espaço urbano em todo o Império. O contato entre o ambiente amazônico e os afrodescendentes ressignificou as experiências africanas, reinventando sua cultura e recriando especialidades à medida em que estes transitavam pelas ruas, praças, pontes, oferecendo seus produtos. O historiador comenta que

Quando o escravo fugia para Manaus, portanto, não se deparava apenas com um palco de lutas, travadas entre as culturas branca e indígenas, como quis parte da historiografia local. Encontrava uma cidade em plena expansão, entreposto importante de mercadorias, serviços e trabalhadores (CAVALCANTE, 2011, p.66).

As fugas e mortes, no entanto, não eram os únicos caminhos que levavam um escravizado no Amazonas à liberdade. A compra da mesma e as cartas de alforria também eram formas de alcançá-la.

A alforria era o produto de complexas relações sociais e motivada por diferentes causas, desde imposições jurídicas à gratidão. Estima-se que em torno de 11% da população negra escravizada no Amazonas teve acesso à liberdade dessa forma, um contraponto a outras localidades nacionais. As mulheres foram as mais beneficiadas pela obtenção de alforrias, representando 55% do total (CAVALCANTE, 2011). O número está relacionado às suas oportunidades em criar laços afetivos e serem menos propensas a prolongar o vínculo do trabalho compulsório.

585

A data de 24 de maio de 1884 – quatro anos antes da lei áurea assinada pela princesa Isabel – marcou o dia em que o presidente da província do Amazonas aboliu a escravatura no estado e tornou livres os negros que viviam como cativos, tornando-se a segunda província no Império a abolir a escravidão.

### 3 O OLHAR SOBRE AS MULHERES NEGRAS AMAZONIDAS

A miscigenação brasileira é produto da violência contra mulher, na qual indígenas e ne-





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

gras estão entre as mais afetadas. Na Amazônia, o embranquecimento dos indivíduos, visto na morenidade, é a consequência aviltante do estupro dessas mulheres. Mesmo após a revogação da escravatura, essas agressões permaneceram, visto que as mudanças sociais ocorreram de forma lenta no território.

O modo como a economia escravocrata abordava as mulheres escravizadas refletia a visão reprodutiva e sexualizada sobre elas. Na comercialização dos afrodescendentes, o corpo feminino custava sempre mais, porque serviam para o concubinato, engravidavam e aumentavam a quantidade de escravos de seus senhores a cada nove meses. Além de realizarem trabalhos domésticos e no campo.

Nos seringais, por exemplo, elas trabalhavam na coleta do látex, mantinham roças, criavam animais e eram peças fundamentais para o estabelecimento de famílias e nas mobilizações sociais na luta pelos direitos dos seringueiros e contra o desmatamento das áreas do seringal.

O trabalho das mulheres e sua situação nesse ambiente seringalista, contudo, se restringe ao silenciamento. A professora e antropóloga Lígia Simoniam (1995) comenta sobre o tráfico de mulheres em Belém e Manaus para as áreas dos seringais a fim de serem rifadas entre os trabalhadores. Algumas eram envolvidas na produção da borracha, sendo marginalizadas por ocuparem serviços considerados masculinos.

Escassas são as fontes que indiquem uma organização de mulheres negras trabalhadoras como grupos estruturados de parteiras, negras de ganho, cozinheiras. Contudo, há indícios de grupos de mulheres negras, em sua maior parte lavadeiras, que se reuniam de forma espontânea para cantar enquanto trabalhavam, as chamadas talheiras (Câmara, 2017), esse seria o embrião das associações que atuaram em festivais religiosos em meados do século XX.

Os relatos orais captados pela pesquisadora Flávia Câmara no Pará apontam a participação de mulheres negras escravizadas em festividades, mediante a dança e na liderança de terreiros. De acordo com um levantamento feito pela mesma, em 1954, havia 40 terreiros em funcionamento em Belém, dos quais mais de 90% eram dirigidos por mulheres. Já a dança encontraria preservação e valorização da cultura negra na região por meio do carimbó.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Arregimentado sobre as memórias passadas entre mães e filhas, a dança e cantoria desse gênero tem seu rastro desde a escravização. As mulheres negras tinham atuação diligente seja na organização, dança, canto, composição ou batendo o tambor. Chamadas de tias do carimbó, outra ação associada a elas era a culinária, exemplificada pelos doces feitos de farinha de trigo modelos conforme a festividade em que eram usados. A cozinha da escravidão era composta principalmente pelo consumo do peixe, farinha, açaí, mingau e doces; a presença feminina negra tem espaço nesse cenário. O mesmo menu era comercializado por mulheres negras de ganho ou escravizadas em vendas nas ruas tanto de Belém quanto de Manaus.

Ao avançar pela historiografia amazônica, encontramos a presença de negros na região que desembarcaram na condição de imigrantes. Um exemplo disso são os imigrantes de Barbados que vieram prestar serviços na construção da estrada de ferro Madeira Mamoré e na Companhia Pará Elétric no final do século XIX e início do século XX. Diferentemente do grupo étnico que já habitava o território, possuíam alta qualificação (Câmara, 2017). Em relação a isso, as mulheres de Barbados se destacavam ainda por serem elegantes: altas, magras, cabelos presos em coque e roupas muito bem passadas; adotando o estilo europeu do período. Dedicavam-se a costura, bordado e algumas tinham empregos formais que as contratavam em virtude do domínio da língua inglesa.

587

Percebe-se, no entanto, a ausência de registros das mulheres na história oficial. Por que isso decorre? Até mesmo na literatura ficcional e acadêmica nota-se um lapso em relação a suas narrativas e a documentação sobre a dimensão mais profunda da vida dessas mulheres. O cruzamento de produções científicas com as narrativas orais das mulheres negras entrega um vislumbre de seu cotidiano mediante

O arranjo social de resistência, de reinvenção, de atualização de mulheres trabalhadoras rurais, dentro de casa, parteiras, curandeiras que subvertem as imagens de controle que designa a um sujeito universal mulher a feminilidade frágil, relegada ao ambiente doméstico e coadjuvante da historiografia tradicional (Câmara, 2017, p.144).

Mulheres negras guardam saberes ancestrais repassados de geração em geração de forma oral, perpetuando sua existência apesar das intempéries. Algo latente na Amazônia ao justapor





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

suas tradições às indígenas, assim a mulher negra amazônica porta consigo identidade resistência ancestral miscigenada e os componentes do tempo de trabalho escravo que deixam suas pegadas ainda em nossos dias na Amazônia. O que conduz a busca de mulheres afroamazônicas preencher lacunas e ocupar seu espaço enquanto perpetuam a luta por visibilidade feminina negra no contexto amazônico.

Elas sempre existiram e aderiram as paisagens e configurações sociais, incomodando, subvertendo e reinventando os modelos sexistas e racistas que rejeitam a presença negra na região e sua feminilidade. Por isso, a importância de termos cineastas negras a refletir e contar suas narrativas mesclando temáticas de seu cotidiano, interesse e que denotem outros olhares sobre a Amazônia, gênero e raça no território; ofertando visibilidade e um vestígio do fim do silêncio afroamazônica.

### 4 PERSPECTIVAS NEGRAS NO CINEMA AMAZONENSE

O cinema no Amazonas é marcado por ciclos de alta produtividade seguidos de momentos de descontinuidade. Nesse contexto, o exercício feminino a frente de projetos cinematográficos passou a ser constante e significativo a partir dos anos 2000 quando a expansão de acesso à tecnologia digital, a implementação de políticas públicas de incentivo e a existência de festivais regionais possibilitaram o aceleração da sétima arte no Estado. O cenário formulado a partir desse quadro distingue a produção local do restante do país.

Enquanto o estudo realizado pelo Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa (Gema), vinculado ao Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), apontou que as mulheres negras não dirigiram ou roteirizaram nenhum filme entre os anos de 1995 e 2016. No Amazonas, a partir de 2002, com a implementação do Um Amazonas, festival do filme do minuto, acompanha-se a jornada expressiva de diretoras e produtoras negras, sendo um contraponto ao que as informações a nível nacional salientam.

Um dos responsáveis por alavancar o envolvimento destas mulheres foi o Amazonas Film Festival, considerado um dos principais eventos cinematográficos do país e o mais importante





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

para o cenário amazonense (Siqueira, 2011), o festival fomentou e ajudou a profissionalizar a produção cinematográfica do Estado, além de impulsionar a carreira de cineastas locais, como Sérgio Andrade, Aldemar Matias, Keila Sankofa, Flavia Abtibol e Cristiane Garcia.

A motivação e a profissionalização ocorreram principalmente pelo formato das edições que oportunizaram contato e trocas com cineastas e profissionais do segmento internacionais e nacionais; soma-se a isso o investimento educacional como as atividades pedagógicas durante o evento com cursos, oficinas, workshops e palestras; as bolsas de estudos para Escuela Internacional de Cine y Televisión, em Cuba, e o prêmio de roteiro do Banco Daycoval.

Essas ações ofertaram autonomia para os realizadores amazonenses e legitimaram o cinema feito no estado. Desde a primeira mostra competitiva de filmes locais em 2005 até a edição derradeira, 96 produções do Amazonas – sendo 95 curtas e um longa-metragem – disputaram prêmios em categorias internacionais, nacionais e regionais. Nos dois últimos anos de evento, foram criadas categorias para curtas-metragens de ficção e curtas de documentário apenas para filmes amazonenses.

Muitas diretoras tiveram uma produção efervescente nesse período. Mais de 150 filmes dirigidos por mulheres no Amazonas estiveram presentes nas diversas mostras paralelas existentes no Amazonas Film Festival. Ao longo dos nove anos de realização do festival, 36 filmes assinados por diretoras concorreram na mostra competitiva do cinema amazonense.

As produções dirigidas por mulheres que mais ganharam visibilidade foram *Nas asas do condor* (2006, 19min) de Cristiane Garcia, vencedor no Concurso Amazonas de Roteiros Para Produção de Curta Metragem e Prêmio do Público Curta 35mm Brasil em 2006; três anos depois, em 2009, a diretora conquistou o Grande Prêmio e Prêmio do Público – Júri Curtas-Metragens Digital Amazonas por *Abóbora* (2009, 15min). Nesse mesmo ano, Michelle Andrews foi premiada, ao lado de Savio Stoco com o prêmio do júri de Curtas-Metragens Digital Amazonas em 2009, por *Janela para o outro* (2009, 6min). Em 2011, Dheik Praia consagrou-se vencedora do Prêmio Banco Daycoval de Roteiro para produção de curta-metragem por *Rota da ilusão* (2012, 15min), filme que seria exibido no festival do ano seguinte; Flávia Abtibol conquistaria o mesmo prêmio na edição de 2012 por *Strip solidão* (2013, 20min).





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

De forma geral, os filmes amazonenses trouxeram uma diversidade de narrativas e temáticas ao longo do tempo de existência do festival, ainda que apresentassem limitações naturais de uma produção incipiente e, até então, sem cursos de formação do segmento. Os cortes do setor cultural, a crise econômica e as mudanças políticas no Amazonas levaram ao fim do Amazonas Film Festival em 2014.

Após a descontinuidade do festival, o próximo evento a fomentar a produção regional foi a Mostra do Cinema Amazonense. A iniciativa do Fórum do Audiovisual Amazonense teve três edições, contendo, no seu primeiro ano, atividades educacionais em parceria com as universidades públicas locais e, na última edição, em 2017, debates com os diretores comandados pelos críticos de cinema do Cine Set – Caio Pimenta e Ivanildo Pereira – e a realizadora audiovisual Izis Negreiros, além do prêmio do Júri Popular, que foi conquistado por Maria (2017, 17min), de Elen Linth.

No decorrer de suas três edições, a mostra teve 63 curtas-metragens produzidos no Amazonas, com diretores radicados na região. Desse total, nove foram dirigidos unicamente por mulheres e cinco tiveram direções mistas. A falta de investimentos fez com que o evento não tivesse continuidade.

Ao observar as obras produzidas no terceiro ciclo do cinema no Amazonas, percebe-se uma busca por quebrar o conceito de glamour e extravagância que ronda o imaginário, contextualizando a arte dentro de um escopo cultural maior, buscando um discurso identitário autêntico. Filmes como *Strip Solidão* (2013, 20min) de Flavia Abtibol, *Assim* (2013, 13min) de Keila Sankofa e *Pranto Lunar* (2015, 20min) de Dheik Praia; por exemplo, correspondem a essa autenticidade. O projeto cultural que vem sendo articulado pelas mulheres inclui diferentes formas de expressão como literatura, música, teatro e até mesmo a produção acadêmica.

As narrativas oriundas desses processos artísticos têm sido reconhecidas internacionalmente por meio da seleção de produções amazonenses em festivais e mostras, alcançando até mesmo conquistas inéditas, como *O Barco e o Rio* (2020, 17min) de Bernardo Abinader que venceu cinco kikitos no Festival de Gramado 2020. Nesse interim, se reconhece





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

também como as mulheres têm encontrado espaço para discutir suas temáticas, além de atuarem em outros setores do segmento e estarem fortemente presentes nos eventos competitivos.

Elen Linth, por exemplo, teve *Sandrine* (2014, 13 min) como integrante da Mostra de Tiradentes e conquistou dezenas de prêmios pelo Brasil e pelo mundo com *Maria* (2017, 17min). Até março de 2018, o filme já havia rodado em 29 festivais e vencido os dois maiores eventos cinematográficos em Manaus: a Mostra de Cinema Amazonense e o Festival Olhar do Norte. Outra artista conhecida por todo o Brasil por seu engajamento na causa negra é Keila Sankofa. Em constante transformação e colocando suas ideias e pontos de vista em diversas manifestações artísticas, teve o curta-metragem *Assim* selecionado para a Mostra Alma no Olho do Festival de Roterdã 2019.

As cineastas negras do Amazonas possuem a preocupação e o cuidado de utilizar suas temáticas e discussões para evidenciar a vida na região, atestando todas as peculiaridades que a vida no norte do país oferta a seus habitantes. Embora, em alguns casos, suas linguagens não se aproximem tanto de seus conterrâneos, a presença e participação em festivais, mostras e vitórias em editais nacionais, como o caso de Flávia Abtibol e a seleção no Itaú Cultural e no Projeto de telefilmes regionais da Globo Filmes, apontam para isso. De acordo com o jornalista Rafael Lopes (2021)

:

(...) em meio à avassaladora força do padrão hollywoodiano sobre a Amazônia, há realizadores que buscam a renovação na diversidade de temáticas, abordagens e opções estéticas. Essas tentativas de romper com o paradigma dominante ocorrem em realizações tanto de artistas amazônicos quanto em filmes produzidos por cineastas de fora, mas preocupados em contextualizar a região não só como um dos biomas mais importantes do planeta, mas em suas particularidades socioculturais, econômicas e políticas (Lopes, 2021, p.59).

Trata-se de produções que buscam repensar a Amazônia e o lugar de fala de seus habitantes. Os realizadores exprimem questões universais, contudo “isso ocorre num ambiente de culturas e paisagens diferentes de qualquer outro lugar do mundo” (Lopes, 2021, p.60) o que lhes oportuniza retratar o território amazônico sem exacerbações utópicas e ao mesmo tempo apresentando uma estética sofisticada e original. A singularidade dos filmes locais repousa nas







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

perspectivas polissêmicas que revelam atributos da urbanidade amazonense, a relação entre homem e natureza e as transformações oriundas dos processos socioculturais. Tais nuances credibilizam o contexto amazônico para além do olhar estrangeiro sobre a região.

Apesar do fantasma da descontinuidade, as conquistas validam a riqueza de narrativas e o potencial que as realizadoras têm a oferecer não apenas para a região, mas também para o cinema nacional. Mesmo num contexto de invisibilidade, em comparação a outras filmografias regionalistas, percebe-se a imersão contínua de diversidade de expressões cinematográficas, as quais reverberam a procura por imprimir identidades, lugares de fala, imaginários, formas de ser e compreender o mundo amazônico.

### 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da tentativa de apagamento e silenciamento da população negra no processo de formação étnica da Amazônia, os escassos relatos, a miscigenação e a contribuição cultural possibilitam vislumbrar o quanto existe da presença negra implicitamente em nossa região. Algo que vem sendo combatido por meio da produção audiovisual de mulheres pretas, responsáveis por realizar um trabalho delicado, diligente e apurado de não apenas resgatar esta memória como também oferecer polissemia aos personagens e narrativas regionais.

Suas produções englobam questões específicas do cotidiano amazônico ao mesmo tempo em que dialogam com temáticas universais e contemporâneas. Dessa forma, ressignificam pontos de vista e repensam a Amazônia, construindo relações próprias do território e que ainda são capazes de causar identificação em não-habitantes regionais.

Em certa medida, isto é fruto da profundidade do sentimento de valorização, humanização e pertencimento das mulheres afroameríndias, as quais resistem a força do apagamento e imprimem seu olhar crítico, não binário, político e disruptor ao cinema amazonense. Basta observar a história recente da sétima arte local e a resiliência feminina negra nos últimos 300 anos amazônicos.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### REFERÊNCIAS

**Abóbora.** Direção: Cristiane Garcia. Produção: Olha já filmes. Brasil: distribuição independente, 2009. DVD.

**Amazonense ‘O Barco e o Rio’ domina Festival de Gramado e vence 5 kikitos.** Disponível em: <https://www.cineset.com.br/amazonense-o-barco-e-o-rio-domina-festival-de-gramado-e-vence-5-kikitos/>. Acessado em 20 de junho de 2023.

**Assim.** Direção: Keila Sankofa. Produção: Picolé da Massa. Brasil: Meia zero dois filmes, 2013. DVD.

**CÂMARA, F. Mulheres negras amazônidas frente à cidade morena: o lugar da psicologia, os territórios de resistência.** 2017. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGP) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

**Catálogos do Amazonas Film Festival.** Disponível em: [https://issuu.com/cultura\\_am](https://issuu.com/cultura_am). Acessado em 14 de junho de 2023.

CAVALCANTE, Y. “Fugido, ainda que sem motivo: escravidão, liberdade e fugas escravas no Amazonas Imperial”. In: SAMPAIO, P (Org). **O fim do silêncio: presença negra na Amazonia.** Belém: Editora Açaí: CNPq, 2011.

593

**Curta do Amazonas, ‘Maria’ vence dois prêmios em festival pernambucano.** Disponível em: <https://www.cineset.com.br/curta-do-amazonas-maria-vence-dois-premios-em-festival-pernambucano/>. Acessado em 22 de junho de 2023.

**Curta-metragem Sandrine representa o Amazonas na Mostra de Tiradentes.** Disponível em: <https://www.cineset.com.br/curta-metragem-sandrine-representa-o-amazonas-na-mostra-de-tiradentes/>. Acessado em 20 de junho de 2023.

**Filme de Keila Serruya será exibido no festival de Roterdã 2019.** Disponível em: <https://www.cineset.com.br/filme-de-keila-serruya-sera-exibido-no-festival-de-roterda-2019/> Acessado em 23 de junho de 2023.

HOOKS, b. **Olhares negros: raça e representação.** São Paulo: Editora Elefante, 2019.

HOOKS, b. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas.** São Paulo: Editora Elefante, 2021

**Janela para o outro.** Direção: Michele Andrews e Savio Stoco. Produção: Coletivo Difusão. Brasil: distribuição independente, 2009. DVD.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

LOPES, R. F. **Processos criativos e representações na produção audiovisual amazonense: um olhar folkcomunicação sobre a “Associação Cinematográfica Fogo Consumidor Filmes”**, de Tefé/AM. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) -Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2021.

**Maria.** Direção: Elen Linth e Riane Nascimento. Produção: Eparrei Filmes. Brasil: Itau Cultural, 2017. VOD.

**Mostra do Cinema Amazonense.** Disponível em: <http://www.cineset.com.br/category/cinemamazonas/mostra-do-cinema-amazonense/> Acessado em 17 de junho de 2023.

**Nas asas do Condor.** Direção: Cristiane Garcia. Produção: Olha já filmes. Brasil: distribuição independente, 2007. DVD.

**O Barco e o Rio.** Direção: Bernardo Abinader. Produção: Fita Crepe Filmes. Brasil: Fita Crepe Filmes, 2020. DVD.

**Parceria de Fábio Baldo e Flávia Abtibol representa amazonas em telefilme da Globo Filmes.** Disponível em: <https://www.cineset.com.br/parceria-de-fabio-baldo-e-flavia-abtibol-representa-amazonas-em-telefilme-da-globo-filmes/>. Acessado em 05 de junho de 2023

594

**Participação Feminina na Produção Audiovisual Brasileira.** Disponível em: [https://oca.ancine.gov.br/sites/default/files/repositorio/pdf/participacao\\_feminina\\_na\\_producao\\_audiovisual\\_brasileira\\_2018\\_0.pdf](https://oca.ancine.gov.br/sites/default/files/repositorio/pdf/participacao_feminina_na_producao_audiovisual_brasileira_2018_0.pdf). Acessado em 23 de junho de 2023

**Pranto lunar.** Direção: Dheik Praia. Produção: Eparrei Filmes. Brasil: distribuição independente, 2015. DVD.

**Rota da ilusão.** Direção: Dheik Praia. Produção: Eparrei Filmes. Brasil: distribuição independente, 2012. DVD

SAMPAIO, P. “Escravos e escravidão africana na Amazônia”. In: SAMPAIO, P. (Org) **O fim do silêncio: presença negra na Amazonia.** Belém: Editora Açai: CNPq, 2011.

**Sandrine.** Direção: Elen Linth e Leandro Rodrigues. Produção: Eparrei Filmes. Brasil: distribuição independente, 2013. DVD.

SIMONIAN, L. Mulheres Seringueiras na Amazônia Brasileira: uma vida de trabalho silenciado. In: ALVARES, M. L. (Org). **A Mulher Existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia.** Belém, Pará: GEPEN, Museu Goeldi, CNPq. 1995.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

SIQUEIRA, G. S. **Vídeo digital: uma alternativa à produção cinematográfica em Manaus - AM.** 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

**Strip Solidão.** 2013. Direção: Flávia Abtibol. Produção: Tamba-tajá criações. Brasil: distribuição independente, 2013. DVD.

**Websérie Retrospectiva Amazonas Film Festival.** Disponível em: <https://www.cineset.com.br/category/cinemamazonas/amazonas-film-festival/>. Acessado em 13 de junho de 2023.

**Websérie Terceiro Ciclo do Cinema Amazonense.** Disponível em: <https://www.cineset.com.br/?s=Websérie+terceiro+ciclo>. Acessado em 15 de junho de 2023.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### SARAMAGO E A SOCIEDADE DEMOCRÁTICA: O ROMANCE “O ENSAIO SOBRE A LUCIDEZ” E ALGUMAS QUESTÕES PARA PENSAR A DEMOCRACIA COMO REGIME QUE RESPEITA A DIVERSIDADE

Rafael Araujo dos Santos<sup>188</sup>  
Fabio Ferraz<sup>189</sup>

#### RESUMO

O presente trabalho tem como desiderato estudar a latente articulação entre Direito e Literatura, tendo em vista os vários aspectos convergentes entre essas esferas de conhecimento. Tal perquirição se realiza, portanto, através da obra ficcional “O Ensaio sobre a Lucidez” de Jose Saramago; romance que, ao seu passo, possibilita amplo diálogo com interpretações extraídas de seus elementos figurativos e temáticos, haja vista sua forte vinculação hermenêutica com a realidade da sociedade moderna e a democracia, em que, tal como a sociedade ficcional, se encontra muito marcada pela pandemia, retratando assim, cenários hipotéticos passíveis de análise pelo crivo da realidade de instituições jurídicas e estatais na condução desses momentos críticos. Nesta senda, pela leitura do livro e sua poética é possível, além de se efetuar uma crítica ao Estado autoritário e antidemocrático, reforçar também a relevância da literatura como um manancial de reflexão e suporte para operadores do Direito.

**Palavras-chave:** Direito. Literatura. Saramago. Ensaio. Democracia.

596

#### 1 INTRODUÇÃO

Almejando problematizar temáticas relevantes à ciência jurídica, a interação Direito e Literatura é auspiciosa, pois, dentre outros vetores, articula-se sob a possibilidade de que a leitura de textos literários proporcione ao jurista a compreensão fenomênica sobre o desdobramento de fatos sociais para além do tecnicismo dogmático (SANTOS, 2012).

Inicialmente, é imperioso salientar que, tal dimensão de análise tem um incontável número de tipologias, entretanto, para fins metodológicos este breve estudo restringir-se-á a análise erigida por uma das três correntes destacadas por François Ost (2004, apud KARAM,

<sup>188</sup>Mestrando acadêmico do programa de pós-graduação em direito da Universidade Estadual Paulista “JULIO DE MESQUITA FILHO” Faculdade de Direito Campus Franca. Bacharel em Direito desde 2016 pela UNISEB – Ribeirão Preto. ORCID: 0000-0001-7320-1880. Email: Rafael-araujo.santos@unesp.br

<sup>189</sup> Advogado. Mestre em Direito Empresarial pela UNESP. Doutor em Direito Doutor em direito empresarial pela USP. Formado em Ciências Contábeis pela FEA/US. E-mail: fabio@bernardiniadvogados.com.br





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

2017), que corresponde ao Direito na Literatura. Acredita-se que por tal perspectiva, a literatura pode exercer influência relevante sobre o pensamento e aplicação do direito, permitindo a compreensão da experiência jurídica em um determinado contexto histórico e cultural (RAMIRO, 2012).

Esse é o ponto em que se encontram direito e literatura: no tratamento da angústia epistemológica. O jurista, inserido no senso comum teórico, não sabe que não sabe. A literatura metaforiza essa relação inconclusa. Nomina coisas. Faz coisas com palavras [...] (KARAM, STRECK, 2018, p. 618).

Nesse diapasão, as obras do escritor Jose Saramago certamente comportam importantes reflexões ao Direito. Sua literatura tem o apanágio de denunciar o universo fragmentado pela cegueira da “razão” (KARAM, STRECK, 2018), utilizando-se de enredos que apresentam uma realidade distorcida ante a situações verossímeis enfrentados no século XX. Tal estética narrativa quer gerar no leitor uma reflexão crítica das instituições públicas, demonstrando absurdos rotineiros encobertos pela racionalidade vazia, em que:

597

Saramago, [...] sabe que a história do homem só se estrutura através de um ininterrupto movimento dialético; circunstâncias variadas trarão novos problemas, e estes exigirão novas soluções. Os princípios se mantêm, mas as ações precisam se modificar. O olhar político do escritor engajado também (PEREIRA; LACERDA, 2008, p. 4).

Sob esse prisma, a obra “Ensaio sobre a Lucidez”, aventa uma possível relação com a democracia e os direitos humanos, no que tange a descrição de uma realidade ferida pelos resquícios de uma pandemia de cegueira, que obteve como tratamento uma pesada exclusão do Estado para com os cidadãos. Neste sentido, a obra se apresenta como metáfora plausível de interpretação dos problemas oriundos do autoritarismo pois, ante a crise de representação e legitimidade ocasionada pelo voto em branco, o Estado adotou como solução “A declaração do estado de exceção, ao permitir ao governo assumir os poderes correspondentes e suspender de uma penada as garantias constitucionais” (SARAMAGO, 2004, p. 44), refletindo o mesmo vício egoísta e discricionário da consciência moral da sociedade insulada do “Ensaio sobre a cegueira”





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

(1995), aduzindo que “fizemos dos olhos uma espécie de espelhos virados para dentro, com o resultado, muitas vezes, de mostrarem eles sem reserva o que estávamos tratando de negar com a boca (SARAMAGO, 1995, p. 26).

Contudo, é importante frisar que, devido às múltiplas possibilidades de interpretação da obra, não se tem a presunção de exaurir a discussão proposta. Isto posto, vejamos.

### 2 METODOLOGIA

O presente trabalho acadêmico foi urdido a partir da leitura de obras literárias e, por conseguinte, de pesquisa bibliográfica que articulasse o eixo entre direito e literatura *saramagiana*. Por tais elementos manejados frisa-se que, sendo a linguagem meio fundamental de manifestação do Direito, entendeu-se por apropriado utilizar o método hermenêutico especulativo - dialético (STRECK, 2020), como ferramenta integrativa entre os escritos ficcionais e a bibliografia científica contraposta neste estudo.

598

As palavras são especulativas, e toda a interpretação é especulativa, uma vez que não se pode crer em um significado infinito, o que caracterizaria o dogma. A hermenêutica, desse modo, é universal, pertence ao ser da filosofia (STRECK, 2020, p. 238).

Registre-se assim que o método apresentado, busca efetuar uma interpretação do enredo *Saramagiano* a partir de uma visão sistêmica dos fatos, adotando categorias de interpretação social e jurídica dos direitos humanos a partir da crítica literária.

A pesquisa se insere no âmbito dos estudos que repensam as abordagens da Teoria do Estado. Desta forma, o tema da literatura e o Direito, pela ótica da renovada Teoria do Estado, roga por um método de observação da institucionalidade que suplante o “*fetichismo institucional*” (UNGER, 2004, p. 44).

Cabe vaticinar que, dentre os aspectos desse intento renovatório, ressalta-se que o padrão metateórico de condução das análises - à que se filiou este trabalho - compreende à complementariedade das disciplinas do direito, da política e literatura, e, portanto, parte do ponto de vista da necessária convergência analítica que se comprometa com a interdisciplinaridade e





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

sua evidente eficácia para a explicação dos objetivos propostos. Defronte o “caráter dialético da realidade social, que é ao mesmo tempo una e diversa” (FERRARO, 2018, p. 64), impõe-se como essencial, no âmbito da pesquisa, pensar a Teoria do Estado e os regimes democráticos por critérios que respeitam a própria natureza do mundo e sua pluralidade.

A complexidade do mundo moderno (HABERMAS, 2001) e o crescente insulamento das democracias (BROWN, 2019)<sup>190</sup> exige, portanto, dos intérpretes um olhar acurado para as instituições de Estado, precipuamente, de maneira prática, técnica, teórica e mais interdisciplinar possível, sem preconceções limitantes. A literatura de Jose Saramago pode servir de vértice hermenêutico para tal desiderato. Vejamos.

### 3 SARAMAGO E SUA CRITICA SOCIAL: A LITERATURA DAS VOZES CONTRA AS NOTAS INDIVIDUAIS DOS SERES

Publicado em 2004, o romance *o Ensaio Sobre a Lucidez* é a continuação direta de seu livro anterior o “Ensaio sobre a Cegueira”. O romance descreve uma história com diversos locutores, imprimindo sob o texto um caráter polifônico, notando-se que Saramago explora, até as últimas consequências, a alternância de focovocalizações<sup>191</sup> (KARAM, STRECK, 2018, p. 524). O livro descreve uma história fictícia sobre uma cidade não identificada que realiza

599

<sup>190</sup> Segundo Wendy Brown (2019, p. 16): Os eventos que ajudam a crescer e a animar o que antes era uma formação marginal nos Estados Unidos e na Europa incluem as consequências do colapso do capital financeiro, o surgimento de uma mídia altamente setorializada e isolada, inclusive as mídias sociais, as várias crises políticas e econômicas – da guerra civil na Síria à guerra de gangues na Guatemala, gerando uma onda de refugiados e migrantes para a Europa e a América do Norte –, o Estado Islâmico e outras fontes de terror, dois mandatos de um presidente afro-americano nos Estados Unidos, a promoção pela esquerda de justiça e cidadania multiculturais, o declínio da qualidade da educação pública e do acesso ao ensino superior por famílias trabalhadoras e da classe média, e, acima de tudo, o desenvolvimento da internet. A globalização neoliberal também responsável por grande parte do descontentamento das classes brancas trabalhadora e média no Norte global, cujas fortunas e futuros colapsavam à medida que o capital manufatureiro buscava mão de obra barata no Sul global, que o capital financeiro transformou a necessidade humana de moradia e a provisão para a velhice em fonte de megalucros pela especulação e que a ideia da tributação como forma de custeio da civilização desapareceu.

<sup>191</sup> Por focovocalização entende-se tanto a forma com que o enunciador se explicita ou implícita em seu discurso, assim como as escolhas que opera no plano da visão (aquilo que vê, ou deixa de ver e como vê, ou como deixa de ver, respeitada a dimensão imaginária do “ver”) e da voz (como diz, ou deixa de dizer); incluindo-se aqui, portanto, além de outros aspectos, a onisciência, as formas pessoais gramaticais empregadas no discurso, o discurso direto, o indireto, o indireto livre etc.







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

eleições municipais, mas algo inesperado acontece no escrutínio. Grande parte dos eleitores, talvez sua maioria, decide votar em branco, em vez de escolher qualquer um dos candidatos.

Os votos válidos não chegavam a vinte e cinco por cento, distribuídos pelo partido da direita, treze por cento, pelo partido do meio, nove por cento, e pelo partido da esquerda, dois e meio por cento. Pouquíssimos votos nulos, pouquíssimas as abstenções. Todos os outros, mais de setenta por cento da totalidade, estavam em branco (SARAMAGO, 2004, p. 24).

Esse fato, certamente marcado por uma sociedade que sofreu de uma pandemia de cegueira, leva o governo a tomar medidas extremas, revelando que o mito da racionalidade estatal sequer permanece de pé defronte a contestação social, tratando o ocorrido como “um golpe brutal contra a normalidade democrática” (SARAMAGO, 2004, p. 35), ensejando dentre outras coisas um Estado de exceção e práticas beligerantes contra o próprio povo.

A história tematiza questões fundamentais para a vida em sociedade como democracia, política, poder, corrupção e ética.

O autor consegue por meio de um enredo minucioso, demonstrar que a burocracia do estado substitui a palavra pelo silêncio, ao passo que, vozes como a da mulher do médico, que se revelam lucidas, são eliminadas pelo pretense medo de perspectivas de mundo indeterminadas e que não podem ser controladas pela força. Circunstância que revela a articulação da legalidade como instrumento opressor, conspicuamente percebido também por cientistas políticos da atualidade, senão vejamos:

Na verdade, o estado de exceção não é nem exterior nem interior ao ordenamento jurídico e o problema de sua definição diz respeito a um patamar, ou a uma zona de indiferença, em que dentro e fora não se excluem, mas se indeterminam. A suspensão da norma não significa sua abolição e a zona de anomia por ela instaurada não é (ou, pelo menos, não pretende ser) destituída de relação com a ordem jurídica (AGAMBEN, 2012, p. 39).

Saramago nesta obra, apresenta sua visão crítica da democracia, relatando que a livre manifestação dos cidadãos enfrenta como antagonista mais radical o próprio governo. Talvez, por essa razão, do ponto de vista forma, observemos já no início do livro, o uso da epígrafe: “Uivemos, disse o cão”. Tal epígrafe acompanhada do título de uma obra que não existe (“livro





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

das vozes”), carrega consigo a posição pessimista do escritor, pois a metáfora central do cão das lágrimas transita entre os únicos personagens capazes de abdicar de sua postura individualista e racional. Para Saramago os cães podem ser a antítese da razão, considerando os instintos de tal ser um apanágio perdido pela vida humana:

Os cães têm, como se sabe, além do que chamamos de instinto, outros meios de orientação, é certo, que, por serem míopes, não se fiam muito da vista, porém, como levam o nariz bem à frente dos olhos, chegam sempre aonde querem[...] (SARAMAGO, 1994, p. 272)

O escritor, crítico à razão formal, para além dos dogmas faz crer que a democracia se exerce na esfera pública e, portanto, necessita respeitar a complexidade da vida em sociedade; critério aliás, que ganha mais força ante os fatos que antecedem a sublevação social no romance ficcional analisado, pois conforme podemos ver no “Ensaio sobre a Cegueira” a população abandonada pelo estado se reuniu pelas palavras:

Proclamava-se ali os princípios fundamentais dos grandes sistemas organizados, a propriedade privada, o livre câmbio, o mercado, a bolsa, a taxaço fiscal, o juro, a apropriação, a desapropriação, a produção, a distribuição, o consumo, o abastecimento e o desabastecimento, a riqueza e a pobreza, a comunicação, a repressão e a delinquência, as lotarias, os edifícios prisionais, o código penal, o código civil, o código de estradas, o dicionário, a lista de telefones, as redes de prostituição, as fábricas de materiais de guerra, as forças armadas, os cemitérios, a polícia, o contrabando, as drogas, os tráficos ilícitos permitidos, a investigação farmacêutica, o jogo, o preço das curas e dos funerais, a justiça, o empréstimo, os partidos políticos, as eleições, os parlamentares, os governos, o pensamento convexo, o côncavo, o plano, o vertical, o inclinado, o concentrado, o disperso, o fugido, a ablação das cordas vocais, a morte da palavra. (SARAMAGO, 1995, p. 296)

Essa linha de estruturação da sociedade ficcional por Saramago, traz a reboque a percepção da complexidade da sociedade moderna real, e sua demanda por uma linguagem que privilegia o reconhecimento de direitos contra a degenerescência de governos autoritários e imorais.

A poética saramagiana, de forma *distópica*, denuncia o contínuo enfraquecimento das prerrogativas cidadãs, capitulado por uma obliteração da contestação democrática em detrimento





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

do modo de agir teleológico da racionalidade burocrática imperante; racionalidade que, ao seu passo, se presume iluminada, porém, como se vislumbra no romance, em verdade, se revela claudicante de consideração com os concernidos, ensejando uma “cegueira branca” e sua reação de votos sob a mesma luz.

O livro funciona como uma parábola ou como conto preventivo do escritor que se vê confrontado com o horizonte discursivo do século XX, haja vista o alvorecer de ideologias e Estados autoritários (HABERMAS, 2001, p. 108) reativos a qualquer tentativa de quebra do modelo social (BROWN, 2019, p. 10).

Nesta senda, não é forçoso observar que, assim como em Habermas (2012), o agir comunicativo e o manejo das palavras, são estratégias fundamentais de compreensão do mundo e reconhecimento de direitos para Saramago. Desta maneira, o escritor quer tocar a realidade, adentrar no espírito das massas, pensar a linguagem e sua evolução fenomênica. Na obra “O homem duplicado”, Saramago explora a conformação do eu pela formação consensual das palavras:

Houve um tempo em que as palavras eram tão poucas que nem sequer as tínhamos para expressar algo tão simples como *Esta boca é minha*, ou *Essa boca é tua*, e muito menos para perguntar *Por que é que temos as bocas juntas*. Às pessoas de agora não lhes passa pela cabeça o trabalho que deram a criar estes vocábulos, em primeiro lugar, e quem sabe se não terá sido, de tudo, o mais difícil, foi preciso perceber que havia necessidade deles, depois houve que chegar a um consenso sobre o significado dos seus efeitos imediatos, e finalmente, a tarefa que nunca viria a concluir-se por completo, imaginar as consequências que poderiam advir, a médio e a longo prazo, dos ditos efeitos e dos ditos vocábulos. (SARAMAGO, p. 61)

Em suma, enquanto os escritos literários de Saramago atribuem à palavra (ou a comunicação) papel central no processo criativo; o direito, o Estado e a burocracia, mostram-se suscetíveis a duas formas figuradas de cegueira identificadas por ele. Formas tendentes a oscilar entre a pretensão de racionalidade e de objetividade e a imposição da subjetividade unilateral, que, no campo jurídico, se manifesta pelo desrespeito as prerrogativas sociais e cidadãos ante a predominância dos interesses de poder.<sup>192</sup>

<sup>192</sup> A problemática do modelo de gestão da sociedade, como fontes dos movimentos anti-democráticos são temas da





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Destaca-se assim que, tanto para Habermas (1998, p. 92) quanto para Saramago em seu romance (2004) verificamos uma dupla perspectiva. Para ambos, embora atravessemos uma época na qual as estratégias atuais de transformação social (revolução e reformismo jurídico) se encontrem em crise; ele (o direito como *locus* comunicativo) pode cumprir um possível papel emancipatório, desde que seja repensado de maneira a apropriar-se das reivindicações normativas das camadas sociais subalternizadas e de seus movimentos de reconhecimento, especialmente daqueles princípios que compõem o plexo das demandas globais marginalizadas, atuando por alternativas à racionalidade burocrática dominante.

Habermas (1998, p. 139) observa “como se pode pensar em uma legitimação democrática de decisões para além do esquema da organização estatal? E sob quais condições pode-se modificar a autocompreensão dos atores capazes de negociações globais”. Seu foco está na formulação de uma governança pública experimental com maior participação democrática em sua gestão ou legislação internacional, institucionalizando caminhos e ritos de passagem do “mundo da vida” para sistemas vertidos para a emancipação da sociedade.

Entretantes, o direito moderno - discorre Habermas - ajudou não só na estruturação e perpetuação dessa racionalidade instrumental, mas favoreceu, igualmente, o amortecimento de contradições desse modelo civilizatório transnacional, porque em seu movimento contraditório neutralizou “os potenciais de conflito e de dissenso sob a forma de uma ação orientada para o êxito” (NOBRE, 2008, p. 20). Em suma, o contrato social, como qualquer outra pactuação moral e deontológica, ao se subsumir na órbita da técnica jurídica, funcionou como instrumento de subjugação das relações sociais por sua arquitetura de convencionalidade, legalismo, formalismo e generalidade (HABERMAS, 1997)<sup>193</sup>; protegendo, geralmente, prerrogativas individuais que, em uma analítica formal - orientada única e exclusivamente por um agir finalístico de produção e

603

---

agenda de pesquisa da filósofa Wendy Brown (2019), em seu livro intitulado “Nas ruínas do neoliberalismo”, onde a autora apresenta o conceito de Adorno sobre a “dessublimação repressiva”, isto é, gatilho de linguagem psicanalítico que busca eliminar o consenso pela própria violência discursiva.

<sup>193</sup> Nesse quadro, a enunciação, de Habermas [1976/264-265], dos traços que caracterizam o direito moderno: convencionalidade (o direito moderno é direito legislado, positivo), legalismo (supõe obediência generalizada à norma, ignorando qualquer motivação ética nos sujeitos jurídicos), formalismo (define as esferas de arbítrio legítimo das pessoas, esferas eticamente neutras, vinculadas a consequências jurídicas) e generalidade (deve compor-se de normas gerais que, no essencial, não permitem qualquer exceção ou privilégio). (GRAU, 2007, p. 101)





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

reprodução do modo de sociabilidade hegemônico do contrato social -, assentou-se em “critérios de inclusão que, portanto, são também critérios de exclusão” (SANTOS, 1998, p. 2).

Ocorre que, o contínuo enfraquecimento das prerrogativas cidadãs e a obliteração da contestação democrática em detrimento do modo de agir teleológico da racionalidade econômica, pavimentou - pelo horizonte histórico do século XX - o alvorecer de ideologias e Estados autoritários (HABERMAS, 2001, p. 108) reativos a qualquer tentativa de quebra do modelo de livre-comércio.

Ante o exposto, é fundamental pontuar que o regime democrático pode sob a visão da saramagiana perceber que “no processo de compreensão e representação do mundo, a razão despreza as notas individuantes dos seres e dos objetos” (KARAM, STRECK, 2018, p. 539), sintoma que, pela perspectiva da poética de Saramago torna-se um vetor de crítica ao positivismo, propondo esteticamente a adoção de um processo hermenêutico no qual a interpretação, para além da mera aplicação de leis e normas benéficas, deve efetuar-se sempre no sentido da realização da justiça social global, privilegiando os direitos e interesses das classes excluídas do processo jurídico de fruição dos direitos básicos de cidadania.

604

### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo o romance o Ensaio Sobre a Lucidez é essencial para a catarse do jurista, pois é também na realidade contemporânea em que o cidadão se percebe enclausurado por aparatos de dominação da sociedade, não conseguindo fazer prevalecer sua subjetividade diante da truculência dos instrumentos de governo.

O romance pode fornecer certa clarividência à disfunção da democracia atual, pois ao situar as ações desastrosas de um governo autoritário, desnuda, por sua vez, que o Estado de Direito inebriado por rituais e normas abstratas, perdeu-se de seus objetivos comuns (art. 3º, inc. I da CRFB/88<sup>194</sup>), acreditando cegamente que a mera processualidade formal ou sua

<sup>194</sup> CRFB/88 - Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

automaticidade imbuída de imparcialidade, estaria amparada contra interferências e poderia mediar relações.

Saramago enquanto cidadão, pronuncia o sequestro da democracia pelos caminhos irracionais da modernidade em seus romances, especialmente no livro “Ensaio sobre a Lucidez; no entanto, para aquilatar em conclusão a visão crítica do escritor, podemos citar o famoso pronunciamento urdido por ele no Fórum Social mundial de 2002, no qual o escritor revela seu anseio por uma justiça “pedestre” que não se extravie por filigranas e opulências perfunctórias, ele diz (2010):

[...] a Justiça continuou e continua a morrer todos os dias. Agora mesmo, neste instante em que vos falo, longe ou aqui ao lado, à porta da nossa casa, alguém a está matando. De cada vez que morre, é como se afinal nunca tivesse existido para aqueles que nela tinham confiado, para aqueles que dela esperavam o que da Justiça todos temos o direito de esperar: justiça, simplesmente justiça. Não a que se envolve em túnicas de teatro e nos confunde com flores de vã retórica judicialista, não a que permitiu que lhe vendassem os olhos e viciassem os pesos da balança, não a da espada que sempre corta mais para um lado que para o outro, mas uma justiça pedestre, uma justiça companheira quotidiana dos homens, uma justiça para quem o justo seria o mais exato e rigoroso sinônimo do ético, uma justiça que chegasse a ser tão indispensável à felicidade do espírito como indispensável à vida é o alimento do corpo.

605

Enfatiza-se, desta maneira, se considerarmos a essência discursiva e os fundamentos narrativos do direito, a urgência de superação do paradigma positivista e de reflexão sobre os tradicionais métodos hermenêuticos de aplicação dos direitos humanos, capitulados por uma racionalidade deletéria e violenta, mantendo vivo na mente a lucida perquirição de que “quando entramos neste mundo, é como se firmássemos um pacto para toda a vida, mas pode acontecer que um dia tenhamos de nos perguntar Quem assinou isto por mim” (SARAMAGO, 2004, p. 302).

### REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

HABERMAS, J. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade** vol. I. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997

HABERMAS, J. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade** vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997

HABERMAS, J. **A Constelação Pós-Nacional**. São Paulo: Littera Mundi, 2001

HABERMAS, J. **Teoria do Agir Comunicativo, 1: racionalidade da ação e racionalização social**; tradução: Paulo Astor Soethe, São Paulo, editora Martins Fontes, 2012

KARAM, H; STRECK, L. L. **Entrevista com Lênio Streck a literatura ajuda a existencializar o Direito**. ANAMORPHOSIS – Revista Internacional de Direito e Literatura. v. 4, n. 2, p. 615-626, 2018.

KARAM, H. **A poética na visão de J. Saramago: Algumas questões para pensar a hermenêutica jurídica**. ANAMORPHOSIS – Revista Internacional de Direito e Literatura. v. 4, n. 2, p. 615-626, 2018.

PEREIRA, M.L.S; LACERDA, W. **Literatura e política na ficção de José Saramago. XI Congresso Internacional da ABRALIC Tessituras, Interações, Convergências**. USP-SP, São Paulo, 2008. 606

RAMIRO, C. H. L. **Direito, literatura e a construção do saber jurídico Paulo Leminski e a crítica do formalismo jurídico**. Revista de informação legislativa. Brasília a. 49, n. 196, p. 297-309, 2012.

SANTOS, S. M. P. **Direito e literatura: perspectiva transdisciplinar na abordagem de temas sociais e jurídicos**. Interfaces Científicas – Direito. Aracaju v. 01, n. 01, p. 27-34, 2012.

SARAMAGO, J. **Ensaio sobre a lucidez**. São Paulo, Companhia das letras, 2004.

SARAMAGO, J. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo, Companhia das letras, 1995.

SARAMAGO, J. **O homem duplicado**. São Paulo Companhia das letras, 2002.

SARAMAGO, J. **José Saramago e os sinos do novo mundo**. Em carta ao II FSM, escritor viu democracias contemporâneas reduzidas a rituais vazios, e apostou na alternativa da resistência global. Disponível em: <https://outraspalavras.net/poeticas/de-jose-saramago-para-o-forum-social-mundial/>. Acesso em 16/04/2023.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

STRECK, L. **Dicionário de Hermenêutica**. 2. ed. Belo Horizonte: Letramento; Casa do Direito, 2020.







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### CONSIDERAÇÕES DE NATUREZA EPISTEMOLÓGICA DE CHEICK ANTA DIOP E AS SUAS IMPLICAÇÕES AO ENSINO E À FORMAÇÃO DE DOCENTES DE CIÊNCIAS

Rhaysa Terezinha Gonzaga<sup>195</sup>  
Fábio Peres Gonçalves<sup>196</sup>

#### RESUMO

O pesquisador senegalês Cheick Anta Diop (1923-1986) contribuiu para a construção do conhecimento em diversas áreas. Em um período histórico fortemente marcado pelo racismo científico, colaborou para o fortalecimento de uma identidade africana positiva. Este trabalho tem como objetivo analisar reflexões de natureza epistemológica deste pesquisador, bem como a aproximação dessas com a de outros filósofos, discutindo também suas implicações no âmbito do ensino e formação docente da área de Ciências, tendo em vista que apesar das reflexões de Diop serem reconhecidas atualmente na literatura sobre a cultura africana, essas não tem sido praticamente considerada no âmbito da pesquisa em Ensino de Ciências. Sua biografia e reflexões epistemológicas podem contribuir para a reflexão acerca da importância de uma pesquisa científica que seja diversa e também para reflexões críticas sobre a epistemologia e o apagamento de figuras específicas.

**Palavras-chave:** Filosofia da Ciência. Educação em Ciências. Formação de professores.

608

#### ABSTRACT

The Senegalese researcher Cheick Anta Diop (1923-1986) contributed to the construction of knowledge in several areas. In a historical period strongly marked by scientific racism, he collaborated to strengthen a positive African identity. This work aims to analyze reflections of an epistemological nature by this researcher, as well as their approximation with those of other philosophers, also discussing their implications in the context of teaching and teacher training in the area of science, considering that despite Diop's reflections being currently recognized in the literature on African culture, these have not been practically considered in the scope of research in Science Teaching. His biography and epistemological reflections demonstrate that they can contribute to reflection on the importance of scientific research that is diverse and also to critical reflections on the History of Science and the erasure of specific figures.

**Keywords:** Philosophy of Science, Science education. Teacher training.

<sup>195</sup> Licenciada em Química pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica (PPGECT- UFSC). Filiada da AENSC. rhaysa.gonzaga@gmail.com.

<sup>196</sup> Licenciado em Química pela Universidade Federal do Rio Grande, mestrado e doutorado pelo PPGECT-UFSC. Docente associado do Departamento de Química e do PPGECT da UFSC. Filiado da AENSC. E-mail: fabio.pg@ufsc.br.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 1. INTRODUÇÃO

Filósofos da Ciência discutem, por exemplo, acerca do papel da observação e sua influência no processo de construção do conhecimento, considerando inclusive os interesses dos pesquisadores em suas investigações científicas (KUHN, 1997; FRENCH, 2009). Essas discussões têm sido notoriamente sinalizadas como importantes de serem incorporadas nos processos de ensino e aprendizagem de Ciências da Natureza e na formação de docentes dessa área.

Neste contexto de reflexões filosóficas podemos considerar as contribuições do polímata Cheick Anta Diop (1923-1986) que foi um pesquisador senegalês com uma formação diversificada e uma experiência atípica no momento histórico em que viveu. Após finalizar os estudos primários e secundários no Senegal, mudou-se para Paris, onde estudou em instituições de grande prestígio, como a Universidade de Sorbonne. Formou-se em Química, Física, Matemática, Filosofia, História Antiga, Pré-história, Arqueologia e Literatura. (ALVES-BRITO 609 *et. al.*, 2019). Em um ambiente acadêmico dominado por homens, brancos e europeus, Diop tentava se inserir com a sua proposição de um Egito negro, contrapondo-se ao pensamento hegemônico da época, mas não com a intenção de findar a tese nela mesma. O objetivo era também caracterizar o conhecimento Egípcio como herança de uma unidade africana, influenciando assim todo o continente africano, deixando até a idade moderna suas raízes e a ideia revolucionária do Renascimento Africano (ALVES-BRITO *et. al.*, 2019).

Em 1949, o pesquisador apresentou sua tese “O futuro cultural do pensamento africano”, sob orientação do renomado Gaston Bachelard, e foi recusada pela instituição com a justificativa de ser “polêmica”. Com a orientação de Marcel Griaule apresentou, em 1951, outra tese para receber seu título de doutor, intitulada “Quem eram os egípcios pré-dinásticos”, a qual foi recusada pelo fato de não possuir uma banca que estivesse disposta a analisar o trabalho. O material serviu como base teórica para a elaboração de uma obra a ser publicada em 1954, sob o título de “Nações negras e cultura: da antiguidade negra egípcia aos problemas culturais da África atual”, um livro considerado muito ousado em seu tempo e, que trouxe conhecimentos





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

científicos fundamentando sua tese de que a civilização Egípcia era negra (CESAIRE, 1978). Em 1959, desenvolveu a tese intitulada “Os domínios do matriarcado e do patriarcado na Antiguidade”, que deu origem ao livro “A unidade cultural da África negra”. E em 1961, a tese “Estudo comparado dos sistemas políticos e sociais da Europa e da África, da Antiguidade à formação dos Estados modernos”, que deu origem ao livro “África negra pré-colonial: estudo comparado dos sistemas políticos e sociais da Europa e da África, da Antiguidade a formação dos Estados modernos”, conquistando a partir deste último seu título de doutor, pela Universidade de Sorbonne, na França (ALVES-BRITO *et. al.*, 2019, SILVA; PINHEIRO, 2019).

Em seus últimos anos vivendo em Paris, Cheick Anta Diop deu aulas de Química e Física, como professor auxiliar, enquanto realizava sua especialização em Física Nuclear, no Laboratório de Química Nuclear do College France, orientado por Frédéric Joliot-Curie (1900-1958), especialização essencial para que segue suas pesquisas em torno da sua tese do Egito antigo negro (ALVES-BRITO *et. al.*, 2019). E em 1961, de volta ao Senegal, supervisionou a construção de um laboratório para datação por Carbono-14 no IFAN (Instituto Fundamental da África Negra), local onde desenvolveu um método específico para determinação de melanina na pele (JESUS, 2016, ALVES-BRITO *et. al.*, 2019, SILVA; PINHEIRO, 2019).

O senegalês teve muitos obstáculos para ter acesso a milímetros de pele de faraós, que eram negados pelas autoridades egípcias sob a justificativa de manter a integridade física das múmias, para que pudesse finalmente realizar suas análises (DIALLO; DIALLO, 2008). Posteriormente, tendo acesso a múmias das escavações de Marietta, no Egito, conseguiu realizar os testes e, a partir de então, possuir evidências da antropologia física, dos estudos de representações humanas do período proto-histórico, de testes de dosagem de melanina de múmias, de análise de grupos sanguíneos e considerações de autores clássicos da Antiguidade, como Heródoto (DIAS; SEPULVEDA; ARTEAGA, 2018). Além dos argumentos já construídos anteriormente por ele, com bases linguísticas, históricas e antropológicas.

Apesar de as reflexões de natureza epistemológicas de Diop serem reconhecidas atualmente na literatura sobre a cultura africana (NASCIMENTO, 2002), essas não tem sido praticamente considerada no âmbito da pesquisa em Ensino de Ciências. São reconhecidos na





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

literatura o impacto das reflexões filosóficas de outros autores como Kuhn (RAICIK; GONÇALVES, 2022) e Bachelard (MARTINS, 2012).

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo analisar reflexões de natureza epistemológica de Cheick Anta Diop, bem como aproximação dessas com a de outros filósofos. Também se tem como objetivo apontar possíveis implicações da análise realizada ao ensino e à formação de docentes de Ciências. Para tanto, analisamos o trabalho de Diop intitulado *Filosofia, Ciência e Religião: grandes crises da filosofia contemporânea* (DIOP, 1984), originalmente publicado em francês pela Revista Senegalesa de Filosofia que foi um trabalho apresentado no Colóquio de Filosofia e Religião na Universidade de Dakar, de 7 a 8 de junho de 1983.

### 2. CONSIDERAÇÕES DE NATUREZA EPISTEMOLÓGICA DE CHEICK ANTA DIOP

Vê-se na trajetória acadêmica de Cheick Anta Diop, a importância dada em descortinar a contribuição africana no desenvolvimento do conhecimento científico. Movimento necessário no período histórico em questão, em que ainda eram tão presentes as pesquisas com base nos ideais do racismo científico.

No entanto, o autor tem um trabalho mais amplo que envolve reflexões explicitamente filosóficas. O autor chamará a atenção àquilo que destacou como crise da razão na epistemologia das Ciências Exatas (DIOP, 1984). Nesse sentido Diop (1984) reconhece duas posições filosóficas que permeiam as Ciências: o idealismo e o realismo. Essas duas posições filosóficas trazem respostas ao problema da essência do conhecimento, qual seja: o conhecimento humano é determinado por qual fator? Para o idealismo a realidade está contida na consciência do sujeito (HESSSEN, 2003). Nesta posição, sinteticamente, há uma negação da realidade constituinte ao mundo externo ao sujeito (DIOP, 1984). Já no realismo a existências de coisas reais independem da consciência (HESSSEN 2003). Tanto o idealismo como o realismo possuem variações as quais não trataremos aqui e são exploradas por Diop (1984).





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

O polímata senegalês destaca que as posições filosóficas supracitadas sofreram as implicações dos conhecimentos da Mecânica Quântica, da Astrofísica e da Biologia Molecular. Para Diop (1984), neste contexto de produção de novos conhecimentos, o racionalismo científico passa a ser questionado severamente. Os conhecimentos engendrados no âmbito da Mecânica Quântica também tiveram implicações sobre o realismo ingênuo. Diop (1984) destacará, por exemplo, que as contribuições de Louis de Broglie a respeito da mecânica ondulatória sinalizam para inseparabilidade entre observador, instrumento de observação e fenômeno observado.

Nesta direção, ao chamar a atenção para a crise da razão na epistemologia das Ciências exatas, em alguma medida, Diop se alinha a outros intelectuais como o filósofo e historiador da Ciência Thomas Kuhn. Embora eles tratem de discussões diferentes, Kuhn (1997) colaborou para a discussão a respeito da necessidade de revisão do entendimento sobre a racionalidade na Ciência, particularmente na Física, de modo a contemplar elementos que favoreçam a compreensão do funcionamento da Ciência (RAICIK; GONÇALVES, 2022)

De acordo com Kuhn (1997) o cientista é diretamente afetado pelo contexto e momento histórico em que vive. Além disso, para o autor “Não há algoritmo neutro algum para a escolha de teorias [...]” (KUHN, 1997, p. 200). Embora as ideias de Kuhn tenham influenciado e se propagado para diferentes campos do conhecimento (RAICIK; GONÇALVES, 2022), em sua obra clássica *A Estrutura das Revoluções Científicas* o autor se refere basicamente ao processo de construção do conhecimento científico na Física. Nesse campo de conhecimento, Kuhn colaborou para fortalecer a tese de que não há observação neutra na Ciência.

Outro filósofo da Ciência cujas ideias podem se aproximar das discussões trazidas por Diop é Norwood Russel Hanson. Para Hanson (1975) o observador neutro é um mito que precisa ser combatido. Ademais, o filósofo defende que observação e interpretação não se separam. O contrário, implica em um alinhamento à visão neopositivista de que é possível observar separadamente das elaborações intelectuais. Também é importante realçar o entendimento de Hanson (1975) de que o reconhecimento da não neutralidade da observação significa partilhar da compreensão de que observadores diferentes, ao se depararem com os mesmos objetos, não





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

realizam obrigatoriamente as mesmas observações. Isso se deve ao fato de os pesquisadores não necessariamente compartilharem as mesmas teorias que orientam o processo de observação.

Em síntese, identifica-se que, em alguma medida, considerações epistemológicas de Diop se aproximam da de outros filósofos que historicamente têm seus trabalhos como referências para a pesquisa em Ensino de Ciências. No trabalho *Filosofia, Ciência e Religião: grandes crises da filosofia contemporânea*, como sugere o próprio título, Diop também traz reflexões que aproximam Filosofia, Ciência e Religião, as quais optamos por não explorar neste trabalho dado o espaço necessário para tais reflexões transcendem o que é disponibilizado para esta publicação. Todavia, essas reflexões podem ser objetivo de trabalhos futuros.

Como já destacado, o polímata Cheick Anta Diop, realizou uma formação acadêmica diversificada no século XX, contribuindo ao longo de sua trajetória fortemente em todas as áreas de sua formação, com o objetivo de construir com assertividade teses específicas que questionavam o pioneirismo grego na construção do conhecimento e valorizavam a contribuição africana neste processo, promovendo assim “uma epistemologia negro-africana da Ciência, até então, desenvolvida por ocidentais” (AMBRÓSIO; DIÉMÉ, 2016, p. 99).

613

As reflexões expostas aqui colaboram para endossar uma defesa de Diop (1984) que é a necessidade de filósofos africanos serem considerados na construção da teoria do conhecimento. Trazer as contribuições de natureza epistemológica de Diop para a discussão no âmbito da pesquisa em Ensino de Ciências e à formação de docentes de Ciências da Natureza pode favorecer a visibilidade desta contribuição de natureza epistemológica e para enfrentar o racismo que permeia a produção acadêmica inviabilizando a intelectualidade de pesquisadores/as negros/as em todo o mundo.

Em face do exposto podemos compreender o quão influente podem ser as pesquisas de cientistas negros/as africanos/as e da diáspora africana na pesquisa científica no século XX, de forma a contrapor pesquisas que se retroalimentavam na reprodução do racismo científico. Considerando também as contribuições de Diop, que transcendem aquelas da construção do conhecimento científico e incluem outras relacionadas a aspectos sociais, esse intelectual





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

senegalês tem uma experiência que explicitamente traz à luz a necessidade da reflexão acerca da exclusão realizada pelas instituições acerca de conhecimentos e sujeitos específicos.

### 3. IMPLICAÇÕES AO ENSINO E À FORMAÇÃO DE DOCENTES DE CIÊNCIAS

Na pesquisa em Ensino de Ciências há o entendimento da importância do ensino acerca da História da Ciência, de forma que possa ter uma contextualização no processo de ensino e aprendizagem das Ciências. Inclusive para colaborar com reflexões críticas sobre o fazer científico e os processos metodológicos envolvidos (PEDUZZI, 2001, DIAS; SEPULVEDA; ARTEAGA, 2018, ALVES-BRITO *et. al.*, 2019, SILVA; PINHEIRO, 2019). Porém, a forma que são representados/as cientistas nos materiais didáticos, continua sendo um perfil de homens, brancos, cisgêneros e heterossexuais, o que, de acordo com Alves-Brito *et. al.* (2019) precisa de mudança, valorizando outros perfis, plurais e diversos acerca do que é ser cientista e valorizando histórias invisibilizadas pela História da Ciência. De acordo com os autores, é preciso estimar:

614

[...] uma HC mais pluralista, capaz de trazer à discussão padrões historicamente esquecidos, sujeitos subalternizados da ciência e, mais importante, as implicações de tal silenciamento epistêmico para a própria narrativa da HC como construção humana. Entendemos que abordar o legado destes sujeitos excluídos é, também, fazer o debate franco e crítico sobre as epistemologias, as metodologias e as relações de poder imbricadas na construção da ciência.” (ALVES-BRITO *et. al.*, 2019)

A pesquisa de Silva e Pinheiro (2019) traz uma reflexão acerca do racismo científico e do racismo ainda presente na Ciência e, em instituições que produzem Ciência, com fortalecimento do processo de apagamento de importantes pesquisadores/as negros/as ao longo da história. Dessa forma, analisam a trajetória de cientistas que sofreram com este apagamento, com o intuito de reafirmar a população negra enquanto produtora de Ciência e suas contribuições no desenvolvimento científico e tecnológico. Entre as trajetórias pesquisadas, as autoras abordam brevemente a história de Cheick Anta Diop, como potencial referência para as aulas de Ciências.

A pesquisa de Cheick Anta Diop inspirou diversos movimentos de libertação da população africana e sua diáspora, entre eles a luta pela libertação de países africanos, o





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

fortalecimento da identidade negra, a partir da conquista pelos direitos civis nos Estados Unidos e outras lutas presentes, sobretudo, nas décadas 1960 e 1970 (JESUS, 2016). A partir disso, concordamos com as autoras Silva e Pinheiro (2019), quando citam o pesquisador senegalês como cientista a ter sua trajetória valorizada nas aulas de Ciências, podendo colaborar para discussões acerca do lugar do observador no fazer científico, para a reflexão acerca da importância de uma pesquisa científica que seja diversa e que tenha, como representantes, instituições que permitam também pesquisadores/as que valorizem a diversidade na construção do conhecimento. Além de contribuir para reflexões críticas sobre a História da Ciência, o apagamento de figuras específicas e os motivos de tal apagamento e, mais explicitamente sobre suas produções científicas relacionadas ao Carbono-14, influenciando pesquisas até a atualidade, a partir dos objetivos traçados por Cheik Anta Diop.

As discussões acerca da trajetória de cientistas negros/as e o apagamento de suas contribuições ao longo da História da Ciência, também podem colaborar para reflexões críticas acerca do fazer científico, ao se ponderar os grandes impactos do racismo científico, alimentado e retroalimentado pela Ciência por tantas décadas ao longo de sua História, a fim de fortalecer as justificativas institucionais, políticas e ideológicas de dominação sobre a população negra africana e de sua diáspora.

De outra parte, os processos de formação de docentes da área de Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química) também podem incorporar não somente a trajetória de cientistas negros/as, como Cheik Anta Diop, de modo a dar mais visibilidade a esses/as cientistas e às suas produções científicas, mas as próprias contribuições de natureza epistemológicas que parte deles/as igualmente construiu. No caso de Diop, como destacado previamente, esse colaborou com reflexões acerca do que denominou de crise da razão na epistemologia das Ciências Exatas (DIOP, 1984). As ideias de Diop, em alguma medida, dialogam com aquelas de renomados autores no campo da Filosofia das Ciências, como Kuhn e Hanson. Há muito tempo se advoga que os processos de formação docente precisam considerar a abordagem da História e da Filosofia da Ciência. Entende-se que discussões como as disseminadas neste trabalho podem subsidiar, em certo sentido, processos de formação docente no estudo da História e da Filosofia







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

da Ciência que contemplem cientistas e filósofos/as negros/as. Por exemplo, as discussões trazidas por Diop ao tratar da crise da razão na epistemologia das Ciências, especialmente sobre o idealismo e o realismo, podem colaborar fortemente para as reflexões, não apenas acerca dessas posições filosóficas, como aquelas concernentes à (não) neutralidade na Ciência e a respeito do relativismo. Com isso, não se trata, de concordar ou discordar das posições de natureza epistemológica de Diop, mas de se reconhecer que elas são relevantes e podem contribuir para enriquecer os conhecimentos docentes sobre os processos da Ciência. Nisso estaria em evidência não somente autores europeus e estadunidenses, como ocorre de forma amiúde, como filósofos/as africanos/as - e por que não também os/as latino/a americanos/as?

Em síntese, com o exposto neste trabalho, podemos acrescentar em relação ao que já foi exposto na literatura sobre Diop, que as considerações de natureza epistemológica do autor podem ter implicações ao ensino de Ciências, especialmente à formação de docentes. Defende-se que as contribuições epistemológicas engendradas pelo autor senegalês merecem ser estudadas na formação de docentes de Ciências junto a de outros autores renomados como Ludwik Fleck, Gaston Bachelard, Thomas Kuhn e Norwood Hanson.

616

### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para alcançar seus objetivos, Diop não teve uma trajetória linear. Em sua formação diversificada, inclusive, surgem os obstáculos que foram superados à medida que chegava mais perto de defender sua tese de uma unidade africana, a partir da ideia de um Egito antigo negro.

Também é importante compreender que, mesmo com o reconhecimento do continente africano como a origem do pensamento filosófico e científico, a partir do entendimento do Egito antigo negro, não mudaria a realidade vivida, como é até os dias atuais, pela população negra africana e sua diáspora de forma direta, devido à colonização e escravização orquestrada por países europeus. Entretanto, se faz necessário reconhecer que ainda eram muito grandes os impactos sofridos pela população negra no período histórico vivido pelo pesquisador e, que o reconhecimento intelectual de pessoas negras no ambiente acadêmico, do qual é questionado até





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

os dias atuais, sofreram mudanças a partir de pesquisas como as suas que deixaram como legado o resgate de uma população negra, também enquanto produtora de conhecimentos.

A partir disso, compreendemos a grande importância da diversidade de pensamentos, origens e lugares sociais dentro do ambiente acadêmico, para a construção do pensamento e de uma Ciência que seja efetivamente coletiva e diversa, o que amplia drasticamente as possibilidades do conhecimento científico.

Entendemos as contribuições de Cheick Anta Diop, assim como a de outros/as cientistas negros/as, como experiências disruptivas dentro do ambiente acadêmico, a partir do momento em que se assumem como observadores/as dentro da Ciência e junto consigo levam todo o legado negro-ancestral, baseando suas teorias e teses em uma afirmação e/ou reafirmação de uma construção positiva da imagem negro-africana, também enquanto intelectual, produtora de conhecimento científico e tecnológico, como passos tão necessários no século XX e, até os dias atuais.

617

### REFERÊNCIAS

ALVES-BRITO, Alan; MASSONI, Neusa Teresinha; MASSONI, Neusa Teresinha; MACEDO, José Rivair. Histórias (in)visíveis nas ciências. I. Cheikh Anta Diop: um corpo negro na física. **Revista da Abpn**, v. 12, n. 31, p. 290-318, 12.2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/210685>. Acesso em 18 mar. 2023.

AMBRÓSIO, Gabriel; DIÉMÉ, Kassoum. Cheikh Anta Diop e a produção do conhecimento científico. MACEDO, José Rivair (org). **O pensamento Africano no século XX**. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

DIALLO, Alfa Oumar; DIALLO, Cíntia. Vida e Obra de Cheikh Anta Diop: o homem que revolucionou o pensamento africano. **Ciências e Letras**, Porto Alegre, n. 44, p. 115-124, 2008.

DIAS, Thiago Leandro da Silva; SEPULVEDA, Cláudia Alencar Serra e; ARTEAGA, Juan Manuel Sánchez. O pensamento africano de Cheikh Anta Diop: elementos para incluir o componente histórico nos currículos de ciências e re-educar relações étnico-raciais. In: Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 16., 2018, Campina Grande. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História da Ciência, 2018. Disponível em:





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

[https://www.16snhct.sbhct.org.br/resources/anais/8/1540588659\\_ARQUIVO\\_Trabalhocompleto\\_SNHCTDiasetal.pdf](https://www.16snhct.sbhct.org.br/resources/anais/8/1540588659_ARQUIVO_Trabalhocompleto_SNHCTDiasetal.pdf). Acesso em 17 mar. 2023.

DIOP, Cheikh Anta. Philosophie, Science et Religion: les crises majeures de la philosophie contemporaine. **Revue sénégalaise de Philosophie**, n. 5-6, p. 179-199, 1984.

FRENCH, Steven. **Ciência**: conceitos-chave em filosofia. Tradução Andre Klaudat. - Porto Alegre: Artmed, 2009.

HANSON, Norwood Russel. Observação e interpretação. In E Nagel, & S. M. Sidney. **Filosofia da ciência**. São Paulo: Cultrix, 1975. p. 125-318.

HESSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento**. 2ª ed. Martins Fontes, 2003.

JESUS, Jorge Henrique Almeida de. O Despertar da África: As ideias historiográficas e políticas de Cheikh Anta Diop. **Monografia** (Bacharelado e Licenciatura em História). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo, Perspectiva, 1997.

MARTINS, André Ferrer Pinto. Sobre obstáculos e perfis: perspectivas para o ensino de ciências a partir da epistemologia de Gaston Bachelard. In: PEDUZZI, Luiz O.Q.; MARTINS, André Ferrer Pinto; FERREIRA, Juliana. (Org.). **Temas de história e filosofia da ciência no ensino**. 1ed. Natal: EdUFRN, 2012. p. 261-290.

NASCIMENTO, Abdias. **Quilombismo**. 2ª ed. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Cultural Palmares/OR Editora, 2002.

PEDUZZI, Luiz. O. Q.. Sobre a utilização didática da história da ciência. In: Maurício Pietrocola. (Org.). **Ensino de física**: conteúdo, metodologia e epistemologia em uma concepção integradora. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001, p. 151-170.

RAICIK, Anabel Cardoso; GONÇALVES, Fábio Peres. (Re)pensando Thomas Kuhn: reflexões sobre mal-entendidos da estrutura e suas implicações para o ensino de ciências. **Revista de Estudios y Experiencias en Educación**, v. 21, p. 366-394, 2022.

SILVA, Arlene Santos; PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. Químics negros e negras do século xx e o racismo institucional nas ciências. **Exitus**, v. 9, n. 4, p. 121-146, 2019. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1007>. Acesso em 16 mar. 2023.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

# A GAMIFICAÇÃO COMO ESTRATÉGIA PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA TURMA DO PRIMEIRO ANO DO CURSO DE REDES DE COMPUTADORES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFAC: CONTRIBUIÇÕES PARA O PROCESSO DE LETRAMENTO E MULTILETRAMENTOS DOS ALUNOS

Risonete Gomes Amorim<sup>197</sup>

### RESUMO

A presente pesquisa tem como principal objetivo investigar sobre o ensino e aprendizagem da disciplina de Língua Portuguesa por meio das metodologias ativas com foco no letramento digital, por meio da gamificação como estratégia de ensino e como essa tática contribui no processo de ensino e aprendizagem auxiliando nas competências e habilidades na turma de primeiro ano integrado ao ensino médio do curso de Redes de Computadores do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – Ifac. Compreender a importância em utilizar essas metodologias ativas em sala de aula e como essa diversidade de linguagens permeiam o letramento e os multiletramentos desses alunos é o que norteia nosso trabalho. A metodologia pensada é de cunho qualitativo com a realização de uma pesquisa de campo com os alunos do IFAC, com uso de questionários. Nesse sentido, para fundamentar essa pesquisa que ainda está em andamento, destacamos os principais autores utilizados: Alves (2015), Kleiman (2007), Leffa (2014), Rojo (2012).

619

**Palavras-chave:** Gamificação. Letramento. Ensino.

### SUMMARY

The main objective of this research is to investigate the teaching and learning of the Portuguese language subject through active methodologies with a focus on digital literacy, through gamification as a teaching strategy and how this tactic contributes to the teaching and learning process, helping in the skills and abilities in the first year class integrated into the high school of the Computer Networks course at the Institute of Education, Science and Technology of Acre – Ifac. Understanding the importance of using these active methodologies in the classroom and how this diversity of languages permeates the literacy and multiliteracies of these students is what guides our work. The methodology thought is of a qualitative nature with the accomplishment of a field research with the students of the IFAC, with the use of questionnaires. In this sense, to support this research that is still in progress, we highlight the main authors used: Alves (2015), Kleiman (2007), Leffa (2014), Rojo (2012).

**Keywords:** Gamification. literacy. Teaching.

<sup>197</sup> Formada em Letras-Vernáculas pela Universidade Federal do Acre- Ufac, professora de Língua Portuguesa e Literatura do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Acre – Ifac. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Letras, Linguagem e Identidade – PPGLI.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 1 INTRODUÇÃO

Compreendemos que com a globalização e a modernidade surgiu as novas tecnologias, e com isso novas adequações para inserção dessas ferramentas na vida profissional, pessoal, social, foram necessárias. Novas formas de agir e olhar o mundo moldaram novos comportamentos por meio da relação com o mundo digital globalizado. À medida que essas transformações em relação ao meio social, profissional e educacional foram ocorrendo a utilização dessas novas ferramentas tecnológicas traziam um objetivo específico. Essas inquietações norteavam a introdução desses recursos no contexto escolar como suporte de desenvolvimento cognitivo, cultural e individual, aprimorando o conhecimento, vivenciando as novas mudanças no mundo global, tudo isso era um grande desafio a ser vencido, principalmente pelo contexto educacional.

Desafios surgem com mais frequência, especialmente quando nos referimos ao ensino de leitura e escrita, nesse caso, o professor de Língua Portuguesa, enquanto mediador desse processo, desenvolve um papel muito importante ao procurar compreender os conhecimentos prévios dos alunos, ou seja, as habilidades e competências trazidas por eles e por meio desse entendimento aprimorar esses saberes às metodologias aplicadas na disciplina e nos conteúdos estudados. Essa preocupação em valorizar aquilo que o aluno já apreendeu fora da sala de aula é um estímulo muito favorável para ampliar o interesse em estudar, é a partir dessa atitude que trabalhar com a inserção de novas ferramentas em favor do aprendizado, aqui destacado com o uso da gamificação, e esquecendo totalmente as aulas consideradas tradicionais é que será possível realizar um ensino e uma aprendizagem eficientes e de qualidade.

A pesquisa está pautada em investigar como o uso das tecnologias digitais, pelo viés da gamificação, pode favorecer o ensino/aprendizagem da Língua Portuguesa, pela diversidade de linguagens que permeiam os multiletramentos. Essa questão que norteia o objetivo busca entender também como essas tecnologias digitais beneficiam de alguma forma o ensino e aprendizagem nas aulas da disciplina, contribuindo positivamente, como também tentar descrever, incentivar e sugerir novas situações, hipóteses de ação, entre outras, para serem





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

efetivadas pela turma estudada e para turmas futuras de primeiros anos do ensino médio da educação básica técnica e tecnológica da instituição.

Para iniciar esse trabalho foi realizado, primeiramente, um levantamento bibliográfico, o qual foram destacados alguns referenciais teóricos como: **Leffa (2004)**, o qual versa sobre a gamificação e o ensino de línguas;- **Vieira e Hoyos (2018)**, que tratam sobre a gamificação no ensino de língua portuguesa e língua espanhola;- **Souza (2020)**, a qual faz um interessante estudo sobre a gamificação no ensino de língua portuguesa, **Rojo (2009)**, referência em relação aos múltiplos letramentos, **Kleiman (2007)**, letramento e as implicações no ensino da língua materna, entre outros. Ao finalizar tal levantamento, uma nova fase foi iniciada com uma pesquisa de campo em fevereiro de 2023 com a turma de primeiro ano integrado ao ensino médio do curso de Redes de Computadores do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC, Campus Rio Branco, a qual encontra-se em coleta de dados e categorização.

A investigação da pesquisa foi realizada a partir de alguns critérios que serviram de base para auxiliar os trabalhos desenvolvidos. Um dos primeiros critérios abordados é o da facilidade em trabalhar numa instituição de ensino e tecnologia, pois uma inquietação que iniciou desde o começo das aulas no ensino básico, técnico e tecnológico, no ano de 2014 no Campus Rio Branco do IFAC, espaço que ampliou novos horizontes em relação ao entendimento sobre a realidade vivenciada em sala de aula. A pesquisa desenvolvida neste trabalho está voltada para uma percepção que se tornou muito real em relação à modernidade e a um cenário educacional que sofreu mudanças repentinas com o modelo de ensinar e de aprender em sala de aula.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa é de caráter qualitativo, que também é permeada por uma pesquisa de campo realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC, no Campus Rio Branco, com alunos da turma de primeiro ano do curso de Redes de Computadores do ensino médio integrado e professores da disciplina de Língua Portuguesa. O local escolhido para realização da pesquisa se deu pelo motivo de ser o maior campus da rede do Ifac no estado, em virtude disso se concentram a maior parte dos alunos do ensino médio integrado da instituição.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Estudos sobre a utilização da *gamificação* no contexto escolar estão sendo realizados há algum tempo, porém, o tema vem assumindo um importante papel na área educacional e o termo *gamificação* (do original inglês: gamification) significa a aplicação de elementos utilizados no desenvolvimento de jogos eletrônicos, tais como estética, mecânica e dinâmica, em outros contextos não relacionados a jogos (Kapp, 2012). Articular as práticas pedagógicas mediada por jogos é um dos pontos mais relevantes para desenvolver um trabalho instigante e desafiador, especialmente na área da língua materna, essa articulação possibilita o aumento da cognição, estimula a imaginação e constitui um espaço lúdico e prazeroso no espaço de sala de aula.

Nesse sentido, Leffa e Pinto (2014), enfatizam que: “O desafio ao incorporar elementos dos games no ensino é trazer para a sala de aula os elementos intrínsecos, que tornem a atividade interessante e que levem o aluno a jogar pelo prazer de aprender, não para a obtenção de troféus. O jogo bom é aquele que vicia, despertando no jogador o desejo de continuar jogando, às vezes a ponto de querer que o jogo não termine. O mesmo vale para a sala de aula: a aprendizagem boa é aquela que vicia, despertando no aluno o desejo de continuar estudando. (ibid., p. 372, *itálicos no original*). “

622

No mundo contemporâneo o contato com múltiplas linguagens e informações que chegam cada vez mais rápido aos ambientes familiares é uma realidade do cotidiano na atualidade. Essa questão é um desafio que o professor de Língua Portuguesa enfrenta no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, trabalhar a leitura e a escrita exige muito mais atenção, a procura por um melhor ensino e aprendizagem eficazes que auxiliem no desenvolvimento cognitivo, ativo e participante é uma construção em constante evolução.

Repensar as práticas que auxiliem o trabalho docente são estudadas e criadas para auxiliar e ajudar. Dentre esses novos estudos, novos pensamentos e abordagens que procuram favorecer a aprendizagem está o letramento que, segundo Kleiman (2009) define “letramento” da seguinte forma: “Refiro-me aos impactos que a língua escrita tem no mundo atual na vida de um cidadão comum”. Nesse sentido, a busca por um aprendizado que vá além das fronteiras da escola é fator





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

preponderante nesse estudo.

É nesse cenário de evolução voltados a estudos que ampliem as competências e habilidades dos alunos que encontramos as múltiplas linguagens trazidas com a globalização, situação pela qual trouxe também a necessidade em se ampliar os estudos sobre o letramento nas escolas, assim surgindo os múltiplos letramentos, segundo Rojo (2009).” Os Múltiplos Letramentos ou Multiletramentos refere-se ao conjunto de práticas sociais de uso da leitura e da escrita mediado pela tecnologia digitais e permeada por aspectos semióticos e multimodais.” Nesse sentido, ensinar os alunos de forma ética, crítica, englobando os conhecimentos atuais e tecnológicos é fator primordial para todo o trabalho educacional.

Analisar o uso das tecnologias na educação é um importante passo para promoção de aprendizagens criativas, inovadoras, instigantes, aprimorando o olhar no desenvolvimento de um aprendizado significativo e criativo. Aprender fazendo, agindo e experimentando vai além das metodologias inovadoras de ensino-aprendizagem; compreender o ensino desse modo abrange a formação multidimensional do discente em seu caráter cultural, social e político (MORAN, 2018, p. 16). Tal abordagem é primordial para criação de projetos colaborativos que incentivem a participação de todos os envolvidos no contexto escolar, ainda segundo Moran (2016) explica que na “era digital” o acesso ao conteúdo ocorre por um processo multiletrado que envolve: textos impressos, vídeos, livros, blogs, sites, jogos/games e plataformas digitais diversas na construção de histórias como elementos dinamizadores, tornando o ensino mais atrativo.

A escola, considerada tradicional, parece que não vem considerando os conhecimentos prévios dos alunos, conhecimentos pautados em habilidades e competências pessoais, sociais, cognitivas, entre outras características que podem ser respeitadas e aproveitadas para o desenvolvimento do processo de aprendizagem. Nesse sentido Berbel (2011, p. 28), afirma que metodologias ativas de ensino podem despertar o interesse e a curiosidade, “à medida que os alunos se inserem na teorização e trazem elementos novos, ainda não considerados nas aulas ou na própria perspectiva do professor”. Ações direcionadas ao processo de ensinar e aprender são necessárias ao trabalho docente e reflexões permanentes sobre essas práticas é essencial para aprimorar o trabalho docente.







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Atualmente a inserção de jogos digitais em ambientes escolares está cada vez mais presente, essa atividade lúdica proporciona uma aprendizagem divertida, cria desafios e estimula os participantes. Alves (2015) afirma que as atividades prazerosas, como o jogar, levam as pessoas a uma imersão e faz com que o tempo passe despercebido. Diante dessa perspectiva, a pesquisa em questão está voltada para esse objetivo, com a finalidade de investigar essas ações na disciplina de Língua Portuguesa na turma de primeiro ano de ensino médio integrado e como essas práticas contribuem para o processo de letramento e multiletramentos dos alunos.

Compreendemos que enquanto profissionais da área da educação temos que cultivar uma constante busca por aprendizado, pesquisando e com isso auxiliando e aprimorando o fazer pedagógico, pois o objetivo principal dessas transformações está voltado para construir juntamente com nossos alunos uma consciência crítica e atuante no desenvolvimento da autonomia. Esse processo de aperfeiçoamento necessita dessa busca incansável para potencializar cada vez mais abordagens construtivistas e comunicativas, colaborando com as transformações individuais e sociais de cada aluno, ressignificando o espaço da sala de aula.

Essa postura que o docente assume em se colocar sempre em processo de pesquisa e de aquisição de conhecimento é de extrema importância para realizar um trabalho eficiente e eficaz em sua vida profissional. Diante disso, Freire (1997, p.32). “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino, continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade”.

É nessa perspectiva metodológica de atividades baseadas na interação, engajamento, ações, reflexões, diálogos, criticidade, autonomia que se constitui e se prioriza o conhecimento construído de forma colaborativa. Berbel (2011), corrobora com essa ideia quando destaca que o engajamento do aluno em relação a novas aprendizagens, pela compreensão, pela escolha e pelo interesse, é condição essencial para ampliar suas possibilidades de exercitar a liberdade e a autonomia na tomada de decisões em diferentes momentos do processo que vivencia, preparando-se para o exercício profissional futuro. O ambiente pedagógico requer sempre





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

inquietações e constante reflexões sobre inovar e praticar novas metodologias que estimulem os alunos a aprender com mais envolvimento e determinação.

### 3 RESULTADOS ALCANÇADOS

Os docentes e os discentes selecionados participarão na condição de voluntários e responderam questionários e entrevistas, se for o caso. Após a coleta dos primeiros dados obtidos uma reunião foi realizada para ouvir os alunos e os professores sobre as sugestões, questionamentos, dúvidas, dentre outras questões sobre o assunto em questão. Uma tabulação ainda está sendo feita para que posteriormente seja realizada a análise dos dados principais e a partir deles e de algumas observações feitas em aulas da disciplina de Língua Portuguesa seja possível levantar algumas sugestões sobre possíveis aplicações de jogos em futuras aulas na turma selecionada.

Novas ações serão realizadas após a análise das primeiras informações recolhidas e a partir da discussão e reflexão concretizada juntamente aos alunos será criado por meio do Google Forms e enviado para todos os professores da área de Língua Portuguesa um novo questionário com perguntas diversificadas focadas no conhecimento das metodologias ativas, como também um espaço destinado para sugestões de atividades gamificadas para contribuir na disciplina. Essas informações auxiliarão de forma significativa no processo de desenvolvimento de algumas sugestões a serem empregadas em sala de aula.

625

#### 3.1 EXPOSIÇÃO DOS DADOS

Os dados ainda estão sendo analisados e sendo tabulados para serem discutidos com os participantes, e em seguida será elaborado outro questionário específico aos professores de Língua Portuguesa para fazer parte das informações que subsidiarão a pesquisa que está em andamento.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 3.2 ANÁLISE DOS DADOS

Um questionário foi aplicado na turma de primeiro ano do ensino médio do curso de Redes de Computadores do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC, Campus Rio Branco. Turma escolhida para a realização da pesquisa. Após algumas observações realizadas em sala de aula foi constatado que a maioria dos alunos da sala estão muito voltados para área tecnológica, quando são levados ao laboratório a aula torna-se muito mais atraente para eles. Em virtude dessas constatações a elaboração do questionário foi realizada mediante essas apreensões detectadas durante as observações.

As perguntas que nortearam o questionário concentravam-se em entender sobre a realidade tecnológica que esses alunos convivem, como também sobre o conhecimento de jogos digitais, qual o contato que eles costumam ter com os jogos que eles conhecem ou tem afinidade, como também sobre a afinidade com a disciplina de Língua Portuguesa. Tais questionamentos se fizeram necessários para que a partir dessas respostas fosse realizado uma análise e uma tabulação que contemplasse os objetivos voltados aos questionamentos da pesquisa que concentram-se em investigar se a utilização da gamificação como estratégia de metodológica no ensino de Língua Portuguesa pode contribuir na ampliação do letramento e dos multiletramentos dos alunos do primeiro ano da turma de Redes de Computadores.

626

## 4 CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos da pesquisa estão tendo como principais critérios a realização de leituras bibliográficas, contribuindo na pesquisa de campo, fundamentadas nas metodologias ativas e no letramento digital, textos multimodais, hipertextos, multiletramentos, atividades lúdicas gamificadas, dentre outras atividades educativas que dão suporte aos trabalhos educativos. Tais ferramentas colaborativas de aprendizagem são de suma importância para sugestões de





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

implementação em relação a metodologias inovadoras e tecnológicas no ensino da língua materna.

O questionário dos discentes foi aplicado e estão sendo analisadas as informações recolhidas. Após a análise das principais informações uma reunião será marcada com a professora de Língua Portuguesa da turma pesquisada para discutir os próximos passos a serem concretizados na turma do primeiro ano do ensino médio integrado do curso de Redes de Computadores do IFAC. Essas ações serão desenvolvidas para que sejam sugeridas atividades de metodologias ativas a serem aplicadas na turma, com foco na gamificação em algumas aulas da disciplina de Português.

Ao término dos trabalhos realizados será elaborado um relatório que será entregue aos participantes da pesquisa com as principais informações colhidas durante a pesquisa de campo. Dessa forma, após o compartilhamento dos principais dados obtidos e de várias reflexões abordadas sobre o tema estudado é que um dos aspectos destacados nesse percurso norteia o objetivo do desenvolvimento deste trabalho, que é justamente tentar inserir metodologias inovadoras em sala de aula na disciplina de Língua Portuguesa, envolvendo todos os participantes do processo de ensino e aprendizagem numa educação significativa e de qualidade.

627

### REFERÊNCIAS

ALVES, Flora. **Gamification - como criar experiências de aprendizagem engajadoras: um guia completo do conceito à prática**. 2. ed. São Paulo: DVS, 2015.

BERBEL, Neusi. **As metodologias ativas e a promoção da autonomia dos estudantes**. Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011.

FREIRE, P. & HORTON, Myles. **O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social**. 4 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

KENSKI, V.M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 8. ed. Campinas, SP:





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Papirus, 2013.

KAPP, K. M. (2012) **The Gamification of learning and instruction: game-based methods and strategies for training and education.** Pfeiffer. Hoboken, NJ.

KLEIMAN, Angela. B. **Letramento e suas implicações para o ensino de Língua Materna.** Signo. Santa Cruz, v. 32 n. 53, p. 1-25, dez. 2007.

LEFFA, V. J. Produção de Materiais para o Ensino de Línguas na Perspectiva do Design Crítico. In: TAKAKI, Nara Hiroko; MONTE MOR, Walkyria. (Org.). **Construções de sentido e letramento digital crítico na área de línguas/linguagens.** Campinas: Pontes Editores, 2017, p. 243-265.

LEFFA, V. J. **Gamificação adaptativa para o ensino de línguas.** Congresso IberoAmericano de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação. Buenos Aires. Anais, p. 1-12, 2014. Disponível em: [http://www.leffa.pro.br/textos/trabalhos/Gamificacao\\_Adaptativa\\_Leffa.pdf](http://www.leffa.pro.br/textos/trabalhos/Gamificacao_Adaptativa_Leffa.pdf). Acesso em: 05 jan. 2023.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### A CAPTURA SUBJETIVA DO TRABALHO PELA CONCEPÇÃO NEOLIBERAL: TRABALHADORES SOBRANTES E A FORMAÇÃO DA CLASSE SOCIAL PELOS SUJEITOS COLETIVOS DE DIREITO

Rodrigo Camargo Barbosa<sup>198</sup>

#### RESUMO

A análise perpassa pela efetiva compreensão de que o trabalho, a partir da reestruturação produtiva no Brasil no final do século XX, passa a ser compreendido como custo à lógica reprodutiva e razão do fenômeno da desregulação das normas trabalhistas protetivas, a se evidenciar a real captura subjetiva do trabalho pela racionalidade neoliberal. No primeiro capítulo, analisamos as dimensões da precarização do trabalho e desfoque de sua centralidade, a se impor a degradação das matrizes epistêmicas do trabalho. Junto ao segundo capítulo, buscaremos estabelecer uma comparação na disputa da corporalidade organizativa pelos trabalhadores sobrantes em relação aos sindicatos organizados institucionalmente. Em conclusão, objetiva o artigo estabelecer a necessidade de estratégias de organização e a penetração das práticas e concepções de classes sociais pelos grupos da nova precariedade salarial, constituindo o repertório de atuação dos sujeitos coletivos de direito na dialética de uma práxis emancipatória.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo despossessório. Epistemologia do trabalho. Sujeitos coletivos de direitos

#### ABSTRACT

The analysis goes through the effective understanding that work, from the productive restructuring in Brazil at the end of the 20th century, comes to be understood as a cost to the reproductive logic and reason for the phenomenon of deregulation of protective labor standards, to show the real capture subjectivity of work by neoliberal rationality. In the first chapter, we analyze the dimensions of the precariousness of work and the blurring of its centrality, imposing the degradation of the epistemic matrices of work. Along with the second chapter, we will seek to establish a comparison in the dispute for organizational corporality by the remaining workers in relation to institutionally organized unions. In conclusion, the aim of the article is to establish the need for organizational strategies and the penetration of practices and concepts of social classes by the groups of the new wage precariousness, constituting the repertoire of action of the collective subjects of law in the dialectic of an emancipatory praxis.

**Keywords:** Dispossession neoliberalismo. Epistemology of work. Collective subjects of rights

629

<sup>198</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, vinculado ao Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares - CEAM da Universidade de Brasília/UnB. Membro do Grupo de Pesquisa “Informais – Trabalho, Interseccionalidades e Direitos”, vinculado à Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7694-8899>.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 1 INTRODUÇÃO

O trabalho livre-subordinado sempre foi o núcleo epistêmico do Direito do Trabalho, inobstante a informalidade e seu processo constitutivo tenha se dado de forma permanente dentro do modo de produção escravista, agrário, urbano-industrial e informacional-digital. Dessa maneira, a homogeneidade da classe trabalhadora e sua identidade única, de fato, nunca existiu. Teve um caráter de fragmentação sempre perene dentro do conjunto dos assalariados.

Importante mencionar que, além da manutenção do trabalho vivo a ser vendido como mercadoria, nos moldes da acumulação primitiva, permanece intacta a lei do valor, agora de maneira sofisticada via acumulação por despossessão e não importando se a mercadoria foi produzida pelo trabalho informal<sup>199</sup> ou formal.

Para trabalhar o conceito de acumulação por despossessão no método da revisão bibliográfica de David Harvey (2008), fundamental mencionar que o autor interpreta o neoliberalismo como lógica que redistribuiu riqueza e renda, ao invés de criar. Contudo, redistribuiu à parcela ínfima das classes dominantes criando um vácuo social de desigualdade.

630

Entende Harvey que a partir dos ajustes espaço-temporais nas contradições internas da acumulação capitalista, a autoprodução de crises de sobreacumulação faz advir um excedente de capital e mão-de-obra, produzindo problemas crônicos nas relações de trabalho e produzindo um exército sobrance que sempre vem calibrar as crises cíclicas do capital.

Dentro da hipótese a ser estudada, é possível afirmar que a regulação social do trabalho passa a ter um deslocamento de seus sujeitos envolvidos, tirando da base normativa do direito do trabalho puro e monista, unicamente, a proteção social dos novos sujeitos coletivos de direito fruto da quarta transformação estrutural e precarização do trabalho, que se envolvem na hetero-

---

<sup>199</sup> Em que pese a literatura acadêmica abarque distintos significados e debates em torno do termo “informalidade”, iremos utilizar nesse artigo as diversidades de situações que podem caracterizar o que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) denomina “economia informal”. Abordaremos o fenômeno como um “processo de informalidade”, denotado na reorganização econômica e das relações de trabalho contemporâneas a partir da hipótese da precarização, autonomização, desproteção do ponto de vista social e dos direitos fundamentais do trabalho.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

geneidade da economia informal<sup>200</sup> por meio da exploração de um exército de reserva anímico diante da acumulação flexível.

Dessa maneira, na medida em que o grau de informalidade se aprofundou através de subocupação, desemprego e desalento, a racionalidade neoliberal cooptou e acomodou as pautas do trabalho, de modo que a meta concomitante da lucratividade e produtividade inserida na acumulação flexível do capital não legitima o trabalho como valor central da sociedade, performando, com isso, a captura da subjetividade do trabalho.

Com isso, a superexploração do trabalho decorrente da captura subjetiva pela racionalidade neoliberal destrutiva, do ponto de vista das relações de trabalho e representação sindical, se introjeta como um fenômeno capaz de forjar a necessidade de uma proteção social ampliada e, não, meramente em categorias enraizadas no campo jurídico-normativo do direito coletivo do trabalho típicas do sindicalismo corporativista.

O que se apresenta, assim, é a necessidade de abertura das arestas epistemológicas do direito do trabalho protetivo, além de expressar a autonomia da vontade coletiva através de um repertório dos sujeitos coletivos de direito *por fora* da normatividade formalista do direito coletivo do trabalho, aprofundada diante da precarização estrutural do trabalho.

A potência temática do artigo a ser tratada no primeiro capítulo, portanto, se amolda na vital compreensão das dimensões da precarização do trabalho e desfoque de sua centralidade no que tange aos novos métodos macroestruturais de gestão da força de trabalho. Nessa medida, os reflexos passam a impor uma degradação das matrizes epistêmicas do trabalho, atraindo sobretudo a necessidade de proteção social ampliada e uma representatividade sindical mais aguda.

Junto ao segundo capítulo, buscaremos estabelecer uma comparação na disputa da corporalidade organizativa pelo exército de reserva, entendido por trabalhadores sobranes, em relação ao aparato instrumental de ação dos sindicatos organizados institucionalmente. Logo, os

---

<sup>200</sup> A taxa de informalidade foi de 38,9% da população ocupada (ou 38,8 milhões de trabalhadores informais), de acordo com o PNAD Contínua do trimestre encerrado em novembro/2022. Ver detalhes em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/36113-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-8-1-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-18-9-no-trimestre-encerrado-em-novembro>. Acesso aos 24/03/2023.







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

novos sujeitos coletivos de direito advindos da economia subterrânea do trabalho no Brasil neoliberal a partir do final do século XX, acabam, pela autonomia coletiva, em dispor as práticas de resistência *por fora* das categorias preexistentes de proteção jurídico-normativa presentes na regulação social e diante dos limites apresentados pelo direito coletivo do trabalho, aprofundada diante da “precarização estrutural do trabalho” (MÉSZÁROS, 2009).

Em conclusão, serão estabelecidas estratégias de organização e a penetração das práticas e concepções de classes sociais pelos grupos da “nova precariedade salarial” (ALVES, 2013), constituindo o repertório de atuação dos sujeitos coletivos de direito no sentido de se encontrarem no espaço público de produção de valor.

### 2 O PENSAMENTO ABISSAL DA LÓGICA DESPOSSESSÓRIA NEOLIBERAL E A DEGRADAÇÃO DAS MATRIZES EPISTÊMICAS DO TRABALHO

Desde logo devemos delimitar um ponto inflexivo e fundamental que é a presença do trabalho informal e precário<sup>201</sup> como propulsor da lógica do capital, via economia subterrânea, ao longo dos processos produtivos de acumulação no Brasil desde o modelo escravista de propriedade do ser humano, até o modelo atual maquínico-informacional-digital (ANTUNES, 2018) que, embora não pretendamos aprofundar, é determinante na captura da psique humana (HAN, 2020) e na gestão do sofrimento psíquico (SAFATLE, 2022).

O intuito no presente estudo é saber as origens condicionantes da desigualdade por meio da captura da subjetividade do trabalho e o repertório dos sujeitos coletivos de direito fruto da financeirização da vida, e não discutir as formas de desigualdade já que se parte que a desigualdade é inerente à sociedade e à lógica de acumulação por despossessão do capital.

Nesse sentido, todo o processo de precarização do trabalho e desfoque da centralidade por parte da ditadura do capital passa a impor uma degradação das matrizes epistêmicas do traba-

<sup>201</sup> Trataremos adiante a categoria de “trabalho informal” como precária por natureza, no sentido de se descolar do trabalho livre assalariado que conjuga proteções trabalhistas e previdenciárias formalizadas.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

lho e do próprio direito coletivo do trabalho, sobretudo na perspectiva da proteção social e na captura subjetiva para além da dimensão física expressa pela corporalidade da força de trabalho.

Essa é a marca da acumulação por despossessão. Harvey (2014) traz uma plêiade de elementos característicos para compreender a espoliação<sup>202</sup> de cima para baixo em seu aspecto abissal centralizador, que emerge de onde o capital explora o trabalho em sua redoma mais sensível, ou seja, o valor social do indivíduo perante a sociedade. A acumulação por despossessão ocupa um espaço antes não adentrado no trabalhador, modificando a gramática conceitual da luta de classes, agora individualizada, porquanto fabrica uma grande transformação pela qual um sistema de responsabilidade pessoal substitui as proteções sociais que antes eram ônus dos empregadores e do Estado.

Ao passo que o trabalho livre-subordinado da sociedade urbano-industrial do século XX no Brasil deitava sua teia protetiva na legislação positivada e no sistema-mundo de representatividade corporativista sindical, a lógica normativa neoliberal, mais concisamente no pós-crise do petróleo da década de 70, provoca sérias mudanças comportamentais objetivas e subjetivas do capital. De acordo com David Harvey:

633

A frente de ataque do capital envolve transformações das coordenadas espaciais e temporais do mercado de trabalho [...] a conseguir os estoques de mão de obra mais baratos e dóceis, a mobilidade geográfica do capital permite-lhe o domínio de uma força de trabalho global cuja própria mobilidade geográfica é restringida [...]. No âmbito da neoliberalização, emerge no cenário mundial a figura prototípica do ‘trabalhador descartável’ (HARVEY, 2008, p. 181).

E nesse sentido, essa gama de trabalhadores descartáveis, precários, desempregados, desalentados, historicamente de estigmatização racial e sexual, perdem a “capa protetora institucional cultural” (POLANYI, 2000) e passam a constituir o conjunto de sujeitos coletivos desapropriados de seu eu interior. Ceifadas as matrizes epistêmicas do que se entende por trabalho livre-subordinado e, também, na seara protetiva pelo monismo normativo do direito coletivo do trabalho, a força de trabalho descartável se volta inevitavelmente para outras formas institucio-

<sup>202</sup> Dentre as 4 (quatro) características da acumulação por despossessão que Harvey apresenta: privatização e mercantilização; financeirização; administração e manipulação de crises e; redistribuições via Estado.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

nais, por meio das quais a ideia de construir solidariedades sociais e exprimir a vontade coletiva (HARVEY, 2008, p. 184).

Colaborando de forma importante no debate sobre a disputa no campo do direito do trabalho com o paradigma neoliberal dentro de uma dramática distopia, a professora Renata Dutra (2021, p. 135) traça o seguinte panorama:

A serviço desse novo e continuamente transformado modelo de acumulação, foram se dando alterações no modo de regulação que, primeiro, significaram um processo de corrosão do direito do trabalho, iniciado como um breve esgarçamento (representado por medidas pontuais de flexibilização de jornada e salário, disputas sobre funções das negociações coletivas e redução do espaço da ação sindical) e, com o tempo, foi se acelerando até o limite da ruptura (evidenciada pelas reformas laborais ostensivas, que desmontam a estrutura pública de proteção ao trabalho, passando a pressupor a simetria da relação entre trabalhador e tomador de serviços, em oposição aos princípios basilares do direito do trabalho, notadamente o protetivo) (DUTRA, 2021, p. 135).

Quer dizer, colabora para um desalinhamento do núcleo epistêmico do direito coletivo do trabalho apontando a necessidade de uma regulação de baixo para cima. Mais ainda, a partir dos estudos de Maria Augusta Tavares (2004) que sugere uma tendência expansiva da informalidade na realidade brasileira.

634

Sob a ótica de uma pseudoliberalidade, a informalidade forjada na auto exploração não supera, mas perpetua a lógica espoliativa (MURADAS; MÁXIMO PEREIRA, 2018). Mesmo existindo o sentido protetivo da norma jurídico-trabalhista, do ponto de vista do direito coletivo do trabalho, a lei congela os fenômenos através dos quais se obteve a razão de ser dela própria quando instituída.

De acordo, nesse viés, com autores como Boltansky e Chiapello (2009), ainda sobre a maquiagem na semântica do vocábulo “liberdade”:

o novo espírito do capitalismo capturou, da Revolução empreendida em 1968, a crítica estética, para esconder e reprimir a crítica social. Por esse viés é possível identificar os sentidos falseados das “liberdades” que aparecem nas propagandas, nos estilos de vida e, no trabalho, por meio do discurso dirigido à empregabilidade e ao empreendedorismo (BOLTANSKY, CHIAPELLO, 2009, 159).





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

É cabível afirmar que o neoliberalismo não é apenas uma ideologia asséptica ou uma espécie de sistema político-econômico de acumulação do capital. Crucial refletir a intensidade de sua posse na subjetividade constitutiva do trabalhador cuja força de trabalho se torna subproduto do próprio ser enquanto indivíduo pertencente ao social. A captura da subjetividade do trabalho, em tempos neoliberais e de austeridade, provoca uma espécie de controle do trabalho vivo “às avessas”, introjetado não em um panóptico Benthamiano de controle externo, mas a partir de uma disciplina anímica do trabalhador que é dentro para fora.

Bem assim, não se quer debater a definição pura do neoliberalismo e esmiuçar os reflexos degradantes da lógica capitalista para a relação sujeitos sobrantes/superpopulação relativa e valorização do capital. O que se precisa atentar à realidade contemporânea é que houve o nítido deslocamento dos sujeitos envolvidos na regulação social do trabalho diante daquilo que Roberto Castel denominou de corrosão da “condição salarial” (CASTEL, 2004) na sociedade tecnológica da Indústria 4.0 e a consequente proletarização dos serviços a ensejar o que Ruy Braga chama de “precariado” (BRAGA, 2017).

E, para além, no contexto da implementação neoliberal, a corrosão a partir da anomia da questão social e, com isso, toda a construção epistêmica do direito coletivo do trabalho. A ausência de empregador visível e patente (capitalismo de plataforma, *gig economy*, internet das coisas<sup>203</sup>) torna móvel os sujeitos na relação dialética complexa de exploração capital x trabalho.

Logo, colaboração fundamental o estudo dos professores Everaldo Gaspar Andrade e Zélia Costa Santos Bezerra (2017) na medida em que denota o embaralhamento categorial na doutrina jurídico-trabalhista clássica, invocando uma reflexão no sentido de que:

além de não ter superado a contradição que envolve o seu próprio objeto – trabalho contraditoriamente livre/subordinado -, não se sustenta por meio do binômio parassubordinação/flexissegurança, por tratar-se de meros paliativos que não atacam as causas que desencadeiam as patologias sociais, mas procuram transferir para a classe trabalhadora a responsabilidade pelos males que atingem a sociedade do trabalho e que, no fundo, tentam legitimar as barbáries contemporâneas (ANDRADE, BEZERRA, 2017, p. 92).

<sup>203</sup> Para compreender melhor essas categorias analíticas e sua contextualização histórica, ver: *Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0* / Arnaldo Mazzei Nogueira [et al.]; organização Ricardo Antunes; [tradução Murilo van der Laan, Marco Gonsales]. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2020.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Os sujeitos coletivos de direito, órfãos de representatividade e proteção social emancipatória, desenhados por um exército de reserva sobrando pela gestão neoliberal da força de trabalho geradora de uma crise de governabilidade (CHAMAYOU, 2020), atraem a necessidade de um repertório mais sofisticado que se afaste da genuinidade da pauta laboral e meramente econômica. Sendo assim, para além do capital, o questionamento a se enfrentar é a razão pela qual os sindicatos não extrapolam as arestas da legislação infraconstitucional para representar, via pauta política, o precariado não estilizado em uma categoria profissional própria ou mesmo em uma concepção de classe social. Tema esse que será aprofundado no próximo capítulo.

### 3 O REPERTÓRIO POLÍTICO-REIVINDICATÓRIO DOS SUJEITOS COLETIVOS DE DIREITO E A RETOMADA DA LUTA DE CLASSES: ALTERNATIVIDADE E COMPLEMENTARIEDADE AO SINDICALISMO

A hipótese investigada consiste na análise da superexploração do trabalho no contexto neoliberal e a potente insurgência dos sujeitos coletivos de direito na qualidade de trabalhadores sobrando, via perspectiva organizacional do seu repertório de lutas em comparação com a apatia do papel da estrutura sindical conformada no corporativismo genuíno e distante da base laboral.

Em julho de 2021, o IBGE soltou sua pesquisa apontando que, entre os 86,7 milhões de pessoas ocupadas no Brasil, 34,7 milhões eram trabalhadores sem carteira assinada, pessoas que trabalham por conta própria sem CNPJ e aqueles que trabalham auxiliando a família. A população subutilizada, isto é, os desempregados, aqueles que trabalham menos do que poderiam e as pessoas que poderiam trabalhar, mas não procuram emprego, chegou a 32,9 milhões de pessoas. A população subocupada por insuficiência de horas trabalhadas (7,36 milhões de pessoas) foi recorde da série histórica iniciada em 2012 (IBGE, 2021<sup>204</sup>).

Esses trabalhadores sobrando adotam formas organizacionais discrepantes, em alguma medida, do repertório sindical propriamente dito que tem raízes na formatação monista positiva-

<sup>204</sup> Taxa de informalidade no mercado de trabalho sobe para 40%. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-07/taxa-de-informalidade-no-mercado-de-trabalho-sobe-para-40-diz-ibge>. Acesso em 04 de abril de 2023.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

da na legislação trabalhista e constitucional. Essas formas por fora dos sindicatos repercutem, notoriamente, na representatividade e ensejam distanciamento da estrutura sindical, seja pela descrença ou mesmo pela ausência de pauta inclusiva que remeta à relação capital x trabalho.

Aliás, há mistificações de que os sindicatos só representam os trabalhadores formais. Diferença contratual não impede a representação pelo mesmo sindicato de eventual categoria desmembrada ou cindida. A insuficiência de ordem legal ou política não resulta em óbice para a representatividade sindical dos trabalhadores fora do espelhamento entre categorias profissionais e econômicas disposto na Consolidação das Leis Trabalhistas de 1943.

Falamos, por conta do objetivo do estudo e hipótese, que neste capítulo trataremos da comparação na disputa da corporalidade organizativa pelo exército de reserva em relação ao aparato instrumental de ação dos sindicatos organizados institucionalmente. Para tanto, importante fazer a análise de um repertório de potência historicamente reconhecida pelos sindicatos que é a greve.

O Sistema de Acompanhamento de Greves do DIEESE indica que foram realizadas 1.067 greves no país em 2022, aumento de 48% em relação a 2021. Dessas, 54% foram organizadas por servidores públicos, 40% por trabalhadores da esfera privada e 5% por empregados de estatais. O reajuste salarial apareceu em mais da metade (52%) das pautas das paralisações dos servidores e o pagamento do piso salarial em 46%.

Na esfera privada, 45% das greves mencionaram o atraso no pagamento de salários/13º/férias e mais de um terço (36%) tinha demandas relacionadas à alimentação (implementação, reajuste ou regularização de tíquetes ou cesta básica). O reajuste apareceu em terceiro lugar (28%). Nas estatais, (61 greves), o reajuste salarial foi a reivindicação mais importante (39%), seguida por melhores condições de trabalho (20%) e contra as privatizações (20%).

Pelo gráfico abaixo, de forma quantitativa, mostra-se a pauta reivindicatória das greves no ano de 2022<sup>205</sup>:

<sup>205</sup> DIEESE. Estudos e Pesquisas nº 104, de 23 de fevereiro de 2023. Balanço das Greves de 2022.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Gráfico 1 – Principais reivindicações das greves no Brasil (2022)

Reivindicação	Greves (1.067)	
	nº	%
Reajuste salarial	446	41,8
Piso salarial	289	27,1
Alimentação	215	20,1
Pagamento de salários / 13º / férias em atraso	209	19,6
Condições de trabalho	168	15,7
PCS – Plano de Cargos e Salários	146	13,7
Melhoria dos serviços públicos	134	12,6

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total, dado que uma mesma greve pode conter diversas e distintas motivações

Pois bem. De acordo com a pauta reivindicatória das greves no ano de 2022, conclui-se que o reajuste salarial é o elemento campeão na disputa da espacialidade no sistema-mundo, dentro da lógica do capital x trabalho. Contudo, reajuste salarial está contemplado, única e definitivamente, em categorias cujo vínculo trabalhista se incute no assalariamento livre-subordinado, deixando de lado os trabalhadores sobranceiros e o exército de reserva repleto de pobres e miseráveis.

638

As reivindicações grevistas atualmente não acompanham, por parte dos sindicatos, a representatividade dos sujeitos coletivos de direito precarizados estruturantes da racionalidade neoliberal e reestruturação produtiva, indicando que a modernidade tecnológica convive sem problemas com a exploração arcaica (DOWBOR, 2022) já que a atribuição sindical institucional, além do Estado, refoge à luta contra a miséria e desigualdade social.

Para um cenário mais gravoso, em 376 registros de greves (35% do total) há informações a respeito dos meios adotados para a resolução dos conflitos e, em quase metade (47%), houve algum tipo de envolvimento do Poder Judiciário. Significa dizer que a contenção do Estado e o fenômeno da expansão política da justiça acaba por inviabilizar, em certa medida, as aspirações emancipatórias dos trabalhadores. Assim ficou ilustrado no gráfico<sup>206</sup>:

<sup>206</sup> Disponível em <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2023/estPesq104Greves.pdf>. Acesso aos 05/04/2023.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Gráfico 2 – Formas de resolução de conflitos no Brasil (2022)

Formas de resolução	Greves (376)	
	nº	%
Negociação	289	76,9
Intervenção/participação da Justiça <sup>1</sup>	178	47,3
<i>Decisão judicial</i>	149	39,6
<i>Acordo judicial</i>	28	7,4
<i>Sem informação</i>	33	8,8

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Nota: (1) A soma dos subitens pode ser superior ao total de "intervenção/participação da Justiça", dado que, em uma mesma greve, o Judiciário pode intervir em um momento como conciliador e em outro como árbitro.

Obs.: a) Foram consideradas apenas as 376 greves com mecanismos de resolução de conflitos informados

b) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisado, dado que uma mesma paralisação pode conter mais de um mecanismo de solução de conflitos.

O que se acaba por vislumbrar é que o repertório mais tradicional e potente dos sindicatos, ou seja, a greve, já não consegue se acoplar às reivindicações de quase metade da parcela populacional que vive em condições sub-humanas de existência. Sendo a pauta reivindicatória, em sua amplitude maior a majoração salarial, impossível que tenha um objetivo na práxis emancipatória dos trabalhadores desempregados, subutilizados e subocupados.

A percepção de um repertório eficaz dos sujeitos coletivos de direito se debruça na pauta, como ponto chave analítico, a partir de uma categoria política reivindicatória e com concepções nítidas de classe social, além da solidariedade e coletividade na forma produtiva do trabalho. E faz todo sentido porque no colapso da sociedade urbano-industrial e o avanço do capital digital (POCHMANN, 2022), a normatização protetiva do direito coletivo do trabalho, em alguma medida, se apresenta deformada e destemporalizada para representação da economia popular<sup>207</sup>, precisando de uma abertura de vias políticas no campo social de disputa de classes.

<sup>207</sup> Aqui utilizada como sinônimo de economia informal, termo esse, na verdade, utilizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Vide: <https://www.ilo.org/global/topics/employment-promotion/informal-economy/lang-en/index.htm>. Acesso em 07 de abril de 2023.







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

O corte sistêmico de proteção normativa do direito coletivo do trabalho, formulado e pensado em uma relação de trabalho livre-subordinado, se corroeu sobretudo após a crise do capital de 2008, somando outros fatores da racionalidade neoliberal a uma real proletarização dos serviços. E, realmente, vital essa análise, a mostrar que a experiência da precariedade e dissolução da relação formal empregador x empregado, via deslocamento dos sujeitos da regulação social do trabalho, tem a capacidade de dar lugar a uma organização e experiência de uma construção coletiva *por fora* da normatividade positivada, sobretudo na proteção social desses novos sujeitos coletivos de direito.

O sindicato em meio à pseudoliberalidade na atual formatação sindical é um obstáculo à superação da precarização estrutural do trabalho. Acaba, dessa maneira, por perquirir a identidade coletiva de classe e refletindo aquilo que Edward P. Thompson preceitua (2012) como:

experiência cotidiana que tende a promover a conformação de novas lutas nos limites de suas possibilidades concretas, ainda que muitas vezes distantes dos moldes clássicos de organização e ação conjunta típicos dos movimentos sindicais verificados nos períodos do taylorismo e do fordismo industriais (THOMPSON, 2012, p. 194).

640

Esses movimentos são fundamentais, no entanto, ambas agremiações são insuficientes pois não se colocam na totalidade da luta contra o capital. E isso se explica ao passo em que o movimento meramente econômico deve surgir, para além, como um movimento político. É um salto a reivindicação de uma classe como sujeito histórico, já que unifica a problemática da luta em torno de um programa ou uma lógica normativa contra a ordem do capital.

Conclui-se que os trabalhadores sobranceiros destituídos de representação sindical, fruto da sobreacumulação que atinge o capitalismo global desde a década de 70, acabam por se organizar para além da sistemática institucionalizada, entranhando uma concepção de classe que ultrapassa vínculos biológicos e geracionais para se engendrar na formação de subjetividades políticas em uma articulação coletiva. Essa é uma contraposição concreta à representatividade sindical desarticulada.

Além disso, muito embora os trabalhadores da economia subterrânea mantenham-se excluídos e à margem, daí a necessidade e importância de se *fazer com* a diversidade e heteroge-





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

neidade, impõe-se a capacidade instituinte de direitos e forja, sob o ponto de vista epistemológico e emancipatório, a abertura das arestas protetivas do direito coletivo do trabalho desnitrado pela acumulação por despossessão.

### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estudo apresentado em análise de dados sobre a greve e da revisão bibliográfica temática, fica estampado que a lógica do capital coopta pela instauração de novas modalidades de controle a autonomia consentida e a autonomia da vontade coletiva. E esse controle detém o escopo, igualmente, de se sobrepor a uma falta de disciplina jurídica de proteção por parte do direito formalista e sindicatos, além de sua ótica genuína para o atual estágio produtivo e fenômenos que conformaram a regulação via acumulação flexível.

É como se decretasse a total a alienação não só do trabalho, mas das modalidades legais trabalhistas de gestão e controle do trabalho sobre as estruturas de luta e organização coletivas, além do próprio potencial libertador e protetivo inscrito na regulação pelo direito coletivo do trabalho por meio do enfraquecimento estratégico das identidades coletivas pela lógica do capital despossessório.

641

A economia informal, como tendência mercadológica de proletarização dos serviços no Brasil, sobretudo a partir do final do século XX, desafia a capacidade de reformular a base jurídica tradicional que, até então, estigmatiza os trabalhadores sobrando a um vácuo desprotegido do ponto de vista jurídico, fazendo com que a lógica de acumulação por despossessão promova a negação da expressão coletiva enquanto sujeitos de direitos. Fundamental, portanto, a formação da classe como noção de disputa contra um inimigo totalizante: a acumulação por despossessão e sua relação destrutiva com a captura da subjetividade do trabalho.

São vivências em moldes experienciais que os novos sujeitos coletivos de direito, no espaço territorial, disputam poder por dentro e por fora do direito monista posto em um *locus* que deve buscar uma espécie de conflito cooperativo, já que o contexto histórico e social é impenetrável pelo aparato jurídico-instrumental atual.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Não dá para enxergar, do ponto de vista da possibilidade de uma real correlação de forças entre os trabalhadores sobrantes, a partir de uma lupa tão sistematicamente reducionista pela qual o professor António Casimiro (2004) conclui. Isso porque é possível falar-se em reconfiguração teórico-dogmática do direito coletivo do trabalho e, para além, interpretar politicamente a economia informal e imputar um conceito de classe social a ela, tanto na perspectiva de união de interesses quanto na totalidade a se enfrentar um inimigo comum.

Outra conclusão factível, portanto, é que a ação funcional-organizativa dos sujeitos coletivos de direito pode ser concorrente com o sindicalismo tradicional. Mas não há como negar que, a concepção de categoria política reivindicatória traduz aos trabalhadores sobrantes a territorialidade forjada em uma necessária concepção de uma classe social que propugna, fala e grita, principalmente trazendo repertórios alternativos capazes de demonstrar a potência política e econômica de seu deslocamento para a centralidade do debate sobre trabalho.

### REFERÊNCIAS

642

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: gerenciamento e controle do trabalhador just-in time. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020

ANDRADE, Everaldo Gaspar; BEZERRA, Zélia Costa Santos. Aspectos da subordinação no direito do trabalho. Suas implicações no contexto das novas tecnologias da comunicação e da informação. Recife: **Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife**, volume 89, número 01, jan.-jun., 2017.

ANTUNES, Ricardo. **Os modos de ser da informalidade**: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, jul./set. 2011.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOITO JR., Armando. “Pré-capitalismo, capitalismo e resistência dos trabalhadores: elementos para uma teoria da ação sindical”. In: **Estado, política e classes sociais**. São Paulo: Unesp, 2007





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora WMF: Martins Fontes, 2009,

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no sul global**. São Paulo: Boitempo, 2017.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: CASTEL, R; WANDERLEY, L. E. W.; BELFIORE-WANDERLEY, M. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2004.

CHAMAYOU, Grégoire. **A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário**. Tradução Leticia Mei. Coleção Explosante (coordenação Vladimir Safatle). São Paulo: Ubu Editora, 2020.

DIEESE/IBGE. **Estudos e Pesquisas** nº 104, de 23 de fevereiro de 2023. Balanço das Greves de 2022.

DUTRA, Renata Queiroz. **Direito do trabalho: uma introdução político-jurídica**. Belo Horizonte: RTM, 2021.

FERNANDEZ-ALVAREZ, María Inés. **Além da precariedade: práticas coletivas e subjetividades políticas desde a economia popular argentina**. Íconos [online]. 2018, n.62, pp.21-38. ISSN 1390-8065.

643

FERREIRA, António Casimiro. Diálogo social: notas de reflexão a partir da experiência europeia e portuguesa. In: ESTANQUE, Elísio; FERREIRA, António Casimiro; COSTA, Hermes; SILVA, Leonardo Mello e; VERAS, Roberto (org). **Relações Laborais e Sindicalismo em Mudança: Portugal, Brasil e o contexto internacional**. Coimbra: Quarteto Editora. 2004. p. 91.

FILGUEIRAS, Luiz A. M.; DRUCK, G.; AMARAL, M. **O conceito de informalidade: problema ou solução?** Salvador: Faculdade de Ciências Econômicas, 2000.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica - o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Tradução Maurício Liesen. Nr. 1. Editora Ayiné, Belo Horizonte: 2020.

HARVEY, David. **Neoliberalismo: história e implicações**. Trad. Adail Sobral, Maria Estela Gonçalves. São Paulo: Editora Loyola, 2008.

HARVEY, David. **Os sentidos do mundo: textos essenciais**. Trad. Artur Renzo. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2020.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

MURADAS, Daniela; MÁXIMO PEREIRA, Flávia Souza. Decolonialidade do saber e direito do trabalho brasileiro: sujeições interseccionais contemporâneas. Rio de Janeiro: **Rev. Direito e Práxis**, vol. 9, n. 4, p. 2117-2142, 2018.

PNAD Contínua. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=destaques>. Acesso em: 24/01/2023

POCHMANN, Márcio. **Novos horizontes do Brasil na quarta transformação estrutural**. Série: Discutindo o Brasil e o mundo. Editora Unicamp, 2022.

SAFATLE, Vladimir; SILVA JR., Nelson da; DUNKER, Cristian (Orgs.) **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. São Paulo: Ed. Autêntica, 2022.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.

THOMPSON, Edward Palmer. Algumas observações sobre classe e falsa consciência. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (org.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### COMUNIDADES TRADICIONAIS EM PERSPECTIVA: A PROPOSTA DO SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO RIO DE JANEIRO FRENTE AO SISTEMA NACIONAL

Ronaldo Joaquim da Silveira Lobão<sup>208</sup>  
Inara da Silva Juvita<sup>209</sup>

#### RESUMO

No presente artigo, pretendemos abordar as concepções da relação entre a sociedade e a natureza, tendo como ponto de observação a dissociação entre estas no que diz respeito ao campo normativo. Desse modo, em uma visão supostamente pragmática, sociedade e natureza são apartadas, como consequência, surgem instrumentos normativos que, em muitos momentos, se afastam de garantir o direito de permanência das comunidades tradicionais, na medida em que não identificam nitidamente a importância de tais comunidades ao ecossistema e história local. Contudo, dada a multiplicidade de normas, é possível que convivam normas de interpretações diferentes e específicas, como exemplo, as propostas pelo projeto do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), em tramitação na ALERJ, no Projeto de Lei nº 2.455/2020. Nesse sentido, a Lei nº 9.985/2000, Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) será cotejada com o PL para compreender como poderiam ser interpretadas as formas de permanência das comunidades tradicionais nos seus lugares tradicionais, cujas significações se encontram em constantes sociações de conflitos socioambientais.

645

**Palavras-chave:** Comunidades tradicionais. Permanência. Interpretação.

#### 1 INTRODUÇÃO

As relações entre sociedade e natureza são vistas de várias formas, havendo perspectivas atreladas ao desenvolvimento econômico que utilizam uma linguagem meramente de recursos naturais, em outra ponta, há quem atrele à natureza às espiritualidades, à metafísica, às relações sociais peculiares de determinado lugar, à manifestação de identidade, enfim, uma série de fatores. No presente Estado Democrático de Direito, as interpretações das mencionadas relações

<sup>208</sup> Doutor em Antropologia, professor vinculado ao Instituto de Estudos sobre Administração Institucional de Conflitos da Universidade Federal Fluminense (InEAC/UFF). Professor Associado da Universidade Federal Fluminense, e-mail: ronaldolobao@yahoo.com.br.

<sup>209</sup> Mestranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito, da Universidade Federal Fluminense (PPGSD-UFF). E-mail: inara.juvita@id.uff.br.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

- no campo legiferante e jurídico - são articuladas de maneira a serem encontradas diversas contradições de ordem teórica e prática. Desse modo, as decisões e atos normativos ora são instrumento de propulsão das reivindicações das comunidades tradicionais, garantindo direitos fundamentais, ora servem à manutenção de práticas e mentalidades<sup>210</sup> que afastam grupos historicamente subjugados.

Sendo assim, as normas estão inerentes a uma lógica de comunicação e conhecimento, no qual o direito - enquanto conjunto de estruturas-estruturantes e estruturas-estruturadas - constrói a realidade (BOURDIEU, 1989). Ao mesmo tempo, na elaboração e interpretação de normas são conferidas aberturas de tradução ou, em uma análise de sistema, o sistema jurídico traduz os fatos, os espaços e os seres para a sua linguagem, ainda que de modo ficcional e desconectada com a dinâmica empírica das sociações (SIMMEL, 1983).

Contudo, tanto a análise estrutural do direito – enquanto estrutura-estruturada e estrutura-estruturante (BOURDIEU, 1989) – leva-nos a pensar qual seria o sistema simbólico de estruturas do sistema normativo brasileiro e, ao mesmo tempo, refletir acerca de quais agentes ou discussões acumuladas permitem a redução da complexidade do mundo empírico ao enquadramento jurídico, ou seja, de que modo o fato será subsumido pelo sistema jurídico.

646

Assim, neste artigo, nossa proposta é discutir a estruturação da proposição legislativa do Sistema Estadual de Unidades de Conservação enquanto ação de elaboração, ou reconhecimento, de novas mentalidades dentro de um mesmo sistema simbólico.

## 2 A FORMAÇÃO DE UM ARCABOUÇO SOCIAMBIENTAL GARANTIDOR DO DIREITO DE PERMANÊNCIA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS: DO SNUC AO SEUC/RJ

Nossa principal proposta neste artigo é conceituar a existência de um conjunto normativo favorável à permanência das comunidades tradicionais, tendo no horizonte uma superação de um

<sup>210</sup> Usamos o conceito de mentalidade como correspondendo a um complexo de valores circulantes em determinado espaço e tempo, capaz de se constituir como um tecido conectivo e relativamente permanente, conforme sugerido por Paolo Grossi (2006).





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

histórico atrelado ao direito ambiental tecnicista – que afasta as realidades culturais e sociais dos recursos naturais, impondo características universais e atemporais (VASQUES, 2022, p. 191) – para que seja formulado um sistema normativo socioambiental capaz formar campos interdisciplinares, atentos à dimensão empírica e construído a partir da interlocução participativa e horizontal entre os sujeitos. Partimos, assim, da análise de uma crítica ao Sistema de Unidades de Conservação (SNUC) e da possibilidade de um reposicionamento dos povos e comunidades tradicionais na legislação socioambiental, conforme proposto do Projeto de Lei nº 2.455/2020, que criará o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC/RJ).

Vale salientar que o projeto de lei do SEUC/RJ engloba dispositivos sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, dos recursos minerais, proteção do meio ambiente (BRASIL, 1998). No entanto, neste artigo discutiremos apenas – contrastivamente – as diferenças propostas em relação ao SNUC (Lei 9.985/2000) no tratamento dos direitos dos povos e comunidades tradicionais, buscando um equilíbrio entre a proteção ambiental e os direitos culturais, em outras palavras, rompendo com a dicotomia natureza *versus* cultura.

Já foi conceituado que o SNUC tem disposições que buscam se acoplar de forma errônea ao conceito de desenvolvimento sustentável. Faz isso ao se projetar para futuro, tendo como norte uma concepção de natureza objetiva, cabendo “aos cientistas conhecer e conservar o funcionamento dos ecossistemas. Neste sentido, toda interferência humana pode prejudicar o equilíbrio das leis naturais” (MARANHÃO, 2018, p. 37). Por outro lado, o SEUC/RJ, se volta a uma acepção holística, não separando as interações humanas das da natureza, tampouco concebendo esta apenas como recursos naturais.

Retomando brevemente uma análise histórica, o sistema normativo brasileiro é fechado à proteção dos direitos ambientais reduzindo estes à separação entre cultura e natureza, tendo como horizonte a manutenção de recursos naturais preciosos e o controle de atividades exploratórias, apresentando poucas aberturas ao real protagonismo de comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais. Tal trajetória está de acordo com um sistema de isolamento e separação da natureza em recursos naturais, tendo sido criados, por exemplo, diferentes códigos







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

com finalidades de regulação de atividades de exploração de recursos naturais, como as leis concernentes aos Código de Águas, Código de Mineração, Código Florestal etc.

Com efeito, foi a partir do processo de redemocratização, a partir da inclusão do meio ambiente equilibrado, direito cultural, direitos indígenas no texto constitucional que se pôde conferir maior visibilidade aos pleitos dos movimentos sociais de reivindicações socioambientais e culturais, como exemplo, a partir dos movimentos sociais e culturais atrelados à “Aliança dos povos da Floresta”:

A consolidação democrática no país passou a dar à sociedade civil um amplo espaço de mobilização e articulação, que resultou em alianças políticas estratégicas entre o movimento social e ambientalista. Na Amazônia brasileira, a articulação entre povos indígenas e populações tradicionais, com o apoio de aliados nacionais e internacionais, levou ao surgimento da “Aliança dos Povos da Floresta”: um dos marcos do Socioambientalismo (SANTILLI, 2005, p. 12).

Entretanto, ao mesmo tempo que se ampliavam os horizontes de participação dos movimentos sociais atrelados ao socioambientalismo, as formas de manejo e de gestão das áreas ambientalmente protegidas e de lugares ocupados por comunidades tradicionais – principalmente, nos espaços de grande interesse econômico turístico, de empreendimentos de mineração e de grandes grupos econômicos – foram alvo de grande influência do que Ronaldo Lobão denominou de projetismo, na medida em que o resultado já estava de antemão estabelecido, por uma antecipação do futuro, mediante metas e significações dadas para alcançar tais metas (2006, p. 238). Dessa forma, a mentalidade desenvolvimentista - escamoteada para alguns ou flagrante para outros - impôs a modernização das tecnologias em prol de uma compatibilização entre as metas sociais, econômicas e ambientais, forçando a obtenção de vantagens econômicas e de lógica de mercado nas relações entre a humanidade e a natureza:

Há, no lado do desenvolvimento, uma ruptura radical com o conceito de progresso do iluminismo kantiano, de um tempo linear vinculado ao passado que se realiza no futuro. Na nova vertente “socioambiental”, o desenvolvimento pretende inaugurar um novo modelo, pautado por uma nova racionalidade, ditada pelo conceito de sustentabilidade. Entretanto, entre nós o conceito surgiu como “desenvolvimento sustentado”, mantendo laços com o presente e com o passado. Foi, logo a seguir, substituído por “desenvolvimento sustentável”, rompendo com o passado e lançando seu alcance para o





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

futuro. Tal temporalidade estaria mais de acordo com o documento que o sustentou, o Relatório Brundtland, de 1988, apesar de não ter apresentado uma “sistematização conceitual” (LOBÃO, 2006, p. 46).

Embora houvesse emendas que buscassem um horizonte socioambiental, a redação final do SNUC teve caráter preservacionista e coadunado com a pauta de desenvolvimento sustentável e compatibilização da mentalidade lucrativa - a despeito da existência de comunidades tradicionais, que possuem forte relação com o lugar enquanto espaço identitário e histórico (AUGÉ, 2004) – como se depreende, a princípio, da literalidade do art. 42, que prevê a saída destas:

Art. 42. As populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes (BRASIL, 2000).

Nacionalmente, a legislação brasileira carece de uma consolidação ou de uma orientação socioambiental ampla, no sentido, inclusive de revogar disposições desfavoráveis às comunidades tradicionais, igualmente, apta a conferir a multiplicidade de comunidades tradicionais, suas relações com os lugares, voltado, assim, à permanência destas - e não uma homogeneização e universalização do manejo das áreas ambientalmente protegidas. Em situação de predominância de orientação universalista, são ensejados obstáculos e imposições às comunidades tradicionais, decorrentes do negligenciamento das diversidades fáticas das comunidades, do mesmo modo se originam diversos conflitos socioambientais, que por sua vez dão origem a desgastes emocionais e até intervenções físicas nas comunidades tradicionais (VASQUES, 2022). Caso concreto em que o plano legislativo obstaculizou a permanência das comunidades tradicionais é o histórico da Comunidade Tradicional do Sítio das Jaqueiras, cujos moradores que já permaneciam no lugar há mais de um século, tiveram sua permanência ameaçada – além de conflitos também atrelados a uma visão equivocada de “natureza intocada”





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

(DIEGUES, 2008) ou ainda de favelização (NASCIMENTO, 2019 p. 19) - em razão de estarem em uma área de criação de uma proteção integral<sup>211</sup>:

Havia, no entanto, uma ressalva, pois com a aprovação do SNUC, criavam-se duas grandes categorias para as unidades de conservação da natureza, as Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável, esta primeira categoria mais restritiva, permite somente o uso indireto dos recursos naturais. O Morro das Andorinha, enquanto um parque estadual, estaria dentro da categoria de Unidade de Proteção Integral, que de acordo com o SNUC significava a eventual remoção da família (SINCLAIR, 2019, p. 96).

No contexto descrito, a partir da articulação de diversos órgãos e acompanhamento do conflito pelo Grupo de Inovação e Pesquisa Empírica no Direito (GIPED-UFF), igualmente, ocorrendo o fortalecimento da comunidade tradicional, fora criada a Associação da Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas (ACOTMA), a fim de que esta pudesse ensejar um diálogo com mais paridade frente às ameaças externas à permanência da comunidade. Assim, ao longo das tratativas, foi elaborado o Termo de Acordo Socioambiental (TAS), com intuito de garantir a permanência da comunidade tradicional no Parque Estadual da Serra da Tiririca, unidade de preservação integral estadual.

650

Nesse sentido, ainda que avanços tenham sido obtidos no que se refere às comunidades tradicionais, quilombolas e povos indígenas, e.g. com a vigência do Decreto nº 6.040/2007<sup>212</sup> e Decreto nº 4.887/2003<sup>213</sup>, a ausência de instrumentos legais que expressamente reconhecessem sua importância, garantindo plenamente sua permanência nos lugares, forma um arcabouço legal

<sup>211</sup> No livro “Cosmologia Política do Neocolonialismo”, Ronaldo Lobão (2010) explica que o conflito se iniciou em 1992, quando um grupo de moradores do acesso ao Morro fez uma queixa no Ministério Público Estadual, contra a construção de duas mansões na encosta. A partir desta denúncia se seguiu procedimento de apuração de construções irregulares e uma ação civil que deflagrou os acontecimentos. Nesta ação do Ministério Público a ré foi a Prefeitura de Niterói. Na encosta estaria ocorrendo um crime de negligência por esta permitir a moradia de pessoas, em área de proteção ambiental. Em 1995, atendendo às pressões do Ministério Público, a Prefeitura intimou alguns moradores do topo do morro, “invasores de área de preservação permanente”, promover a demolição de suas casas em um prazo de trinta dias.

<sup>212</sup> Decreto nº 6.040/2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em 07 ago. 2023.

<sup>213</sup> Decreto nº 4.887/2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm). Acesso em 07 ago. 2023.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

que, por vezes é manejado em desfavor das comunidades tradicionais, sob pretextos de favelização, de ocupações irregulares e congêneres. Nessa toada, são ensejados conflitos caracterizados de intratáveis, na medida em que sua “tratabilidade” é dificultada por diferentes percepções dos envolvidos sobre um mesmo objeto ou questão ou situação fática, pela multiplicidade de agentes envolvidos, dando origem a um processo longo que teria não uma solução, mas uma aptidão de aceitação mútua decorrentes de recortes e especificidades (LOBÃO, 2006, p. 164).

A título exemplificativo, vale citar novamente o conflito relativo à permanência da Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas. Com efeito, sob a ótica de preservação de áreas ambientais, é estranho – no sentido de se criar uma ficção normativa alheia da realidade empírica e da justiça social - que justamente comunidades tradicionais, povos indígenas e grupos quilombolas - ou seja, sujeitos que contribuíram para o ecossistema - não sejam colocados no centro, ao passo que existem possibilidades de formulação de políticas retributivas premiais<sup>214</sup>. Nesse contexto, torna-se fundamental impulsionar propostas integradoras e participativas, em que os atores não sejam percebidos apenas sob uma perspectiva omissiva (VASQUES; LOBÃO, 2018).

651

Portanto, diante de uma trajetória normativa de características predominantemente voltado ao desenvolvimento sustentável, o qual isola cultura, relações históricas de desigualdade e natureza – concebida, assim, como recurso – importa considerar, ainda que as demandas internacionais forçaram a adoção de manuais e medidas exógenas (MARANHÃO, 2018, p. 67) - por vezes até de compreensão restrita a pequenos grupos e afastada da maior parte da população, e.g. utilização de créditos de carbono.

No âmbito estadual, a possibilidade de elaborar um sistema de unidades de conservação que dê ouvidos às reivindicações e formulações das comunidades tradicionais, levando em consideração diversas formas de se criar, reproduzir, significar os espaços - os quais sob esta ótica se tornam lugares - é fundamental. Nesse contexto, a norma reconheceria o fato de que as

<sup>214</sup> O princípio que conduz a reagir a uma determinada conduta com um prêmio ou uma pena é o princípio retributivo (Vergeltung)” (KELSEN, 1998).





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

comunidades tradicionais possuem sua cultura a partir da ocupação do lugar em que dão características singulares. A permanência no lugar cujo significado detém as características de identitário, histórico e relacional (AUGÉ, 1994, p. 73).

Com efeito, propostas de normas socioambientais e culturais como o SEUC/RJ são cruciais não somente para possibilitar meios estruturante que possam garantir os direitos das comunidades tradicionais, como também para permitir uma compreensão e ampliação do horizonte cognitivo, no que se refere à relação entre a humanidade e os lugares desta.

### 3 O SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (SEUC/RJ): AMPLIAÇÃO DA ATUAÇÃO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS, TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI E DESAFIOS

O Projeto de Lei nº 2.455/2020, SEUC/RJ, em tramitação, de autoria do deputado estadual Carlos Minc<sup>215</sup>, foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça a partir de substitutivos<sup>216</sup> apresentados pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente, de relatoria do deputado estadual Flavio Serafini<sup>217</sup>. Em sua trajetória, o PL relativo ao SEUC/RJ teve entrada em abril de 2020, pertencendo, inicialmente, à legislatura de início em fevereiro de 2019 a janeiro de 2023. Entretanto, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (1990), no seu art. 89, parágrafo único, prevê a possibilidade de desarquivamento da proposição legislativa (PL) por meio de requerimento do autor da PL ou de dez Deputados, “dentro de cento e oitenta dias da primeira sessão legislativa ordinária da Legislatura

652

<sup>215</sup> Acesso ao perfil institucional do deputado estadual Carlos Minc, presente no sítio eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em:

<https://www.alerj.rj.gov.br/Deputados/PerfilDeputado/310?Legislatura=20>. Acesso em 07 ago. 2023.

<sup>216</sup> Os Substitutivos são emendas que alteram substancialmente as proposições e só podem ser apresentadas por comissões com a assinatura da maioria absoluta de seus membros. Sempre que apresentado Substitutivo por outras comissões que não a de Constituição e Justiça, o Projeto voltará a esta comissão que se pronunciará quanto a constitucionalidade ou não do Substitutivo. Não serão aceitas emendas, subemendas ou Substitutivos que não tenham relacionamento imediato com a matéria da proposição principal (ALERJ, 2023). Disponível em:

[http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus\\_notes/default.asp?id=1](http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=1). Acesso em 10 jul. 2023.

<sup>217</sup> Acesso ao perfil institucional do deputado estadual Flavio Serafini, presente no sítio eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em:

<https://www.alerj.rj.gov.br/Deputados/PerfilDeputado/400?Legislatura=20>. Acesso em 07 ago. 2023.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

subsequente, retomando a tramitação desde o estágio em que se encontrava”, o que fora realizado pelo autor Carlos Minc, em fevereiro de 2023, a fim de que fosse conferido o prosseguimento do PL.

Cumpra verificar que a PL retorna no estágio em que se encontrava, de modo que o SEUC/RJ fora encaminhado à Comissão de Turismo, cujo último andamento se deu em fevereiro de 2023<sup>218</sup>:

Imagem 1: Tramitação da PL nº 2.455/2020, SEUC/RJ, no dia 08 de agosto de 2023

	Cadastro de Proposições	Data Public	Autor(es)
▼ Projeto de Lei			
▼ 20200302455			
☑ →	▼ INSTITUI, NO ÂMBITO DA POLÍTICA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE, O SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (SEUC), REGULAMENTANDO O INCISO III DO ARTIGO 261 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO, QUE DETERMINA AO PODER PÚBLICO ESTADUAL "IMPLANTAR SISTEMA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO REPRESENTATIVO DOS ECOSISTEMAS ORIGINAIS DO ESPAÇO TERRITORIAL DO ESTADO", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. => 20200302455 => (Constituição e Justiça Defesa do Meio Ambiente Saneamento Ambiental Assuntos Municipais e de Desenvolvimento Regional Turismo Ciência e Tecnologia Economia Indústria e Comércio Orçamento Finanças Fiscalização Financeira e Controle )	29/04/2020	Carlos Minc
→	Distribuição => 20200302455 => Comissão de Constituição e Justiça => Relator: MÁRCIO PACHECO => Proposição 20200302455 => Parecer: Contitucionalidade, com emendas, concluindo por substitutivo	24/03/2021	
→	Distribuição => 20200302455 => Comissão de Defesa do Meio Ambiente => Relator: FLAVIO SERAFINI => Proposição 20200302455 => Parecer: Favorável com emendas concluindo por Substitutivo	21/10/2021	
→	Distribuição => 20200302455 => Comissão de Constituição e Justiça => Relator: MÁRCIO PACHECO => Substitutivo 20200302455 => Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE COM EMENDAS CONCLUINDO POR SUBSTITUTIVO	10/03/2022	
→	Requerimento de Urgência => 20200302455 => CARLOS MINC => A imprimir e à Mesa Diretora	16/03/2022	
→	Despacho => 20200302455 => Proposição => Urgência => Deferida	30/03/2022	
→	Distribuição => 20200302455 => Comissão de Saneamento Ambiental => Relator: LUCINHA => Proposição 20200302455 => Parecer: Favorável com o Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça	29/04/2022	
→	Distribuição => 20200302455 => Comissão de Assuntos Municipais e de Desenvolvimento Regional => Relator: PEDRO RICARDO => Proposição 20200302455 => Parecer: Favorável com a(s) Emenda(s) da Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Defesa do Meio Ambiente	01/11/2022	
→	Distribuição => 20200302455 => Comissão de Turismo => Relator: Sem Distribuição => Proposição 20200302455 => Parecer: Devolvido a Secretária Geral da Mesa Diretora por final de legislatura	02/01/2023	
→	Arquivo => 20200302455	01/02/2023	
→	Tramitação de Desarquivamento => 20200302455	09/02/2023	
→	Distribuição => 20200302455 => Comissão de Turismo => Relator: JÚLIO ROCHA => Proposição 20200302455 => Parecer: Favorável com Emenda (s)		

553

Fonte: Alerj, 2023.

O texto substitutivo apresentado pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente, a partir do diálogo interinstitucional, contando, por exemplo, com o Grupo de Inovação e Pesquisa Empírica no Direito (GIPED-UFF), apresenta dispositivos importantes à permanência e atuação das comunidades tradicionais. Como exemplo, antes do substitutivo da Comissão de Defesa do Meio

<sup>218</sup> Disponível em: Projeto de Lei (alerj.rj.gov.br). Acesso em 07 ago. 2023.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Ambiente (CDMA), os objetivos do SEUC/RJ garantiam a permanência de comunidades tradicionais reconhecidas legalmente, o que encerraria por obstaculizar o acesso de grupos que poderiam ser vistos como irregulares. Veja o inciso XVI, art. 4º, Projeto de Lei nº 2.455/2020, com as emendas da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), antes das modificações da CDMA<sup>219</sup>:

Art. 4º. Os seguintes princípios guiarão o gerenciamento do SEUC: (...) XVI - A garantia da permanência das comunidades tradicionais, reconhecidas legalmente, nos limites de Unidades Estaduais de Conservação, de Proteção Integral, a partir do estabelecimento de termos de compromisso entre o órgão gestor das Unidades de Conservação Estaduais e essas comunidades, com base em estudos interdisciplinares e regulamentação específica.

Posteriormente, a CDMA verificou que a CCJ realizou alterações quanto à espécie normativa, entendendo que se tratava de Lei Complementar, além disso, elaborou modificações elementares à característica participativa e de garantia do direito de permanência das comunidades tradicionais. Veja, e.g., o art. 4º, em que se prevê os objetivos da lei<sup>220</sup>:

654

**Art. 4º.** O SEUC tem os seguintes objetivos: (...) XIV - assegurar os direitos territoriais visando conservar a sociobiodiversidade, garantindo a permanência dos povos ou comunidades tradicionais em seus respectivos territórios, através, dentre outros mecanismos, da regularização fundiária, e da garantia do acesso aos recursos naturais necessários à reprodução social destes grupos (RIO DE JANEIRO, 2020).

A partir disso, outras disposições denotam o caráter socioambiental que trazem pontos de abertura cognitiva e normativa, com aptidão de possibilitar movimentação que aproxima a realidade empírica do texto normativo, em detrimento de uma concepção dogmática de exclusão e de manutenção de uma ordem violadora de direitos. Desse modo, a norma elaborada propulsiona o apoio institucional e superação de um quadro de marginalização

<sup>219</sup> Disponível em:

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1923.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/3ca50db8fc6cd5710325855900688274?OpenDocument>. Acesso em 07 ago. 2023.

<sup>220</sup> Disponível em:

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1923.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/6dcba9972ee1f057032586c5005316c2?OpenDocument>. Acesso em 07 ago. 2023.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

(HOLZLEITHNER, 2016). Ao mesmo tempo, proporciona um caráter utópico, não porque seria idealizado ou inatingível, entretanto, em decorrência de permitir que as comunidades tradicionais possam ter instrumentos formais que garantam sua permanência e condições, nesse ínterim, condições fáticas de permanecerem, transformando a dominação, a marginalização e por vezes até uma concepção de tutela ou de incapacidade das suas potencialidades, para que o campo se torne móvel, paritário (ALLEN, 2015).

Além disso, a perspectiva do SEUC/RJ, concernente às comunidades tradicionais, está coadunado aos preceitos constitucionais de reconhecimento dos grupos formadores da nação, respeitando, ainda, os modos de fazer, viver produzir. Atrelada a consonância constitucional, estão reformulações de estruturas-estruturadas (BOURDIEU, 1989), com potencialidades de oferecer alternativas ou pontos de inflexões, em detrimento de concepções universalistas e preservacionistas, isto é, de cunho tecnicista ou voltadas a um discurso aparente de desenvolvimentismo sustentável. No PL da SEUC/RJ, à luz da perspectiva de propiciar a participação das comunidades tradicionais, são previstas formas de diálogos horizontais aos agentes institucionais e sujeitos envolvidos, gerando, pois, um arcabouço normativo que se comunica e aproxima as realidades entre estes, ensejando novos sentidos e formas de se estruturar os lugares:

655

Talvez, se considerarmos os sujeitos e suas várias formas de vida e maneiras de se relacionarem com o entorno, seja possível pensar vias alternativas, que não partam de uma dimensão comum produzida de modo heterônomo, mas da diversidade imanente à dimensão ética dos Direitos Humanos. E que, desse modo, não seja necessário mobilizar o medo, em uma retórica apocalíptica, como meio para conquistar adesão (VASQUES, 2022, p. 191).

Por conseguinte, o SEUC/RJ tem a possibilidade de trazer aplicabilidade a novos conceitos que se aproximam da realidade, buscando garantir a participação de comunidades que, historicamente, são colocadas à margem das decisões sobre os lugares em que ocupam. Primordialmente, empiricamente se pode verificar resultados e sociações favoráveis ao equilíbrio dos ecossistemas como um todo, considerando múltiplos fatores, quais sejam, regionais, sociais, geográficos, atrelados à cultura, fauna e flora.







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Com efeito, a formação de arcabouço legal de permanência das comunidades tradicionais, assim como, a participação e o protagonismo destas nos procedimentos deliberativos e normativos são fatores inerentes à proteção constitucional destas comunidades, no que diz respeito ao direito se constituírem, de terem reconhecimento acerca do seu lugar, de significações relevantes à memória, à formação da sociedade brasileira, aos modos de fazer, criar<sup>221</sup>. De forma similar e sob outra lente, estão também acertadas no que se refere às metas da Organização das Nações Unidas (ONU), e.g. redução de desigualdades, cidades e comunidades sustentáveis, ação contra a mudança global do clima, vida terrestre, parcerias e meios de implementação<sup>222</sup>.

### 4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A princípio, importa compreender o direito como um campo em que se operacionaliza o poder simbólico, por meio do qual se busca a estabelecer uma ordem - um sentido ao mundo - e, por essa razão, caracterizando-se como um objeto de disputas (BOURDIEU, 1989).

656

Para compreensão acerca da trajetória do direito socioambiental e do campo de disputas em que este se insere, tanto no âmbito legislativo, quanto judicial, considerando, ainda, significações diferentes de diversos atores, o referencial teórico utilizado foram as obras de Juliana Santilli (2005) e Ronaldo Lobão (2010), verificando que, na primeira autora, importa compreender a dinâmica relacionada à tramitação e às discussões parlamentares relativas ao SNUC, já no segundo as implicações empíricas acerca da utilização de mecanismos exógenos à linguagem e significações das comunidades tradicionais, especialmente, em prol de uma agenda de diretrizes internacionais que pouco se relacionavam ou se relacionam com o cotidiano das comunidades, conjugando, analisando, ainda, os impactos de uma agenda preservacionista e voltada predominantemente por metas e resultados, sobre as comunidades tradicionais.

<sup>221</sup> Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; (BRASIL, 1988).

<sup>222</sup> Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/hotsites/agenda-2030/>. Acesso em 09 ago. 2023.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Nesse sentido, importa verificar a tese de Tatiana Calandrino Maranhão (2018) sobre os instrumentos normativos e de gestão do Parque Nacional da Serra dos Órgãos para a compreensão acerca das reformulações das políticas ambientais, acepções conceituais e contextos sociais atrelados a organização e implicações das áreas de proteção ambiental e restrição de atividades e ocupações humana.

Ainda, como fundamento teórico de expansão dos horizontes de possibilidade, foram utilizados os autores Allan Sinclair Haynes de Menezes (2019) – no que se refere à compreensão de instrumentos normativos e administrativos capazes de garantir a permanência das comunidades tradicionais, trazendo, especialmente, o conflito que ensejou o Termo Compromisso Ambiental da Comunidade Tradicional do Sítio das Jaqueiras – e Pedro Henrique Ramos Prado Vasques, a fim de afastar concepções preservacionistas e discursos que não se aproximam da realidade e da heterogeneidade, esta que se constitui inerente à vasta biodiversidade cultural, geográfica, etc.

Com efeito, em uma perspectiva ampliada – a fim de compreender o viés emancipatório do direito enquanto elaboração de normas e políticas construídas por aqueles que foram ou ainda são marginalizados - foi utilizado o texto de Elisabeth Holzleithner para compreender o direito e o caminho legiferante não como únicos caminhos, mas como trajetórias de reivindicações – haja vista a capacidade do direito desconstrução de si, a partir da justiça (DERRIDA, 2007, p. 28), embora seja evidente pela trajetória histórica que o direito tem seus limites. No caso, o SEUC/RJ como um potencial instrumento de garantia do direito de permanência, de maior atuação e participação das comunidades tradicionais no Estado do Rio de Janeiro.

657

### 5 RESULTADOS ALCANÇADOS

É inequívoco o potencial do SEUC/RJ, enquanto uma norma que pode não somente regular as unidades de conservação, porém assim o fazer de modo a garantir o direito de permanência de comunidades tradicionais, ainda, garantir maior participação da população por





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

meio da cultura e de mecanismos que não sejam exógenos ou simplesmente voltados à compatibilização de lucratividade e de recursos.

Contudo, como se depreende da tramitação, que se encontra na sua segunda legislatura, em virtude da relevância da norma e do regimento da ALERJ, há necessidade de se passar pelas seguintes comissões: 01.:Constituição e Justiça 02.:Defesa do Meio Ambiente 03.:Saneamento Ambiental 04.:Assuntos Municipais e de Desenvolvimento Regional 05.:Turismo 06.:Ciência e Tecnologia 07.:Economia Indústria e Comércio 08.:Orçamento Finanças Fiscalização Financeira e Controle. Atualmente, o projeto está Comissão de Turismo, no qual foi aprovado com emendas, precisando passar, portanto, por mais três comissões.

Além disso, a análise relativa à tramitação, levou à conclusão da imprescindibilidade de frequente diálogo institucional entre os gabinetes dos deputados, a fim de que os textos sejam aprovados. Nesse ínterim, é comum que haja o constante acompanhamento das pautas para que estas estejam sob a atenção dos assessores, considerando, por oportuno, pautas emergenciais e períodos entendidos, pelas pessoas que operacionalizam o cotidiano da ALERJ, como desfavorável.

658

Analicamente, o SEUC/RJ dispõe sobre ferramentas importantes ao direito de permanência das comunidades tradicionais, como as áreas de permanência cultural, turismo de base comunitária e o instrumento denominado de Termo de Compromisso e Acordo Socioambiental<sup>223</sup> entre órgão gestor, comunidades e suas entidades representativas, com base em estudos interdisciplinares e regulamentação específica.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com intuito de catalisar, impulsionar e promover as políticas socioambientais voltadas a conjugações coerentes com a história e com a realidade brasileira, especificamente, fluminense, considerando a desigualdade brasileira estrutural (SCHWARCZ, 2019), importa utilizar

<sup>223</sup> Art. 31 Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a celebrar o Termo de Compromisso e Acordo Socioambiental (TCAS) com povos e comunidades tradicionais cujos territórios se sobreponham às unidades de conservação.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

ferramentas e orientações críticas à colonialidade e às formas universais e abstratas de organização, a partir da transmodernidade, cujo conceito propõe reconhecer a violência e a exploração inerentes ao processo de modernização, para que seja possível ensejar uma “co-realização da solidariedade” e de libertação de uma modernidade eurocêntrica (DUSSEL, 2005, p. 31); da descolonização da sociedade (QUIJANO, 2005), a fim de que sejam debatidos os verdadeiros problemas do que seria o sistema poder-saber no sistema normativo brasileiro, não os resolvendo de uma maneira parcial e distorcida, a partir de modelos institucionais exógenos, por fim, a partir da possibilidade de se considerar a educação e construção de referência de cunho sulevar (CAMPOS, 1991). Tais orientações são prementes à normatividade que parta das necessidades e reivindicações específicas e heterogêneas das comunidades tradicionais, quilombolas, povos indígenas, presentes em áreas urbanas ou rurais etc, sendo, portanto, o SEUC/RJ uma ferramenta factível de reconhecimento do protagonismo das comunidades tradicionais, no que tange à manutenção e ao fortalecimento de ecossistemas e da cultura, ademais, como meio de prever expressamente a participação horizontal das comunidades tradicionais nas deliberações e debates acerca da utilização e organização dos lugares em que atuam.

659

### REFERÊNCIAS

- ALLEN, Amy. *Emancipação sem utopia: sujeição, modernidade e as exigências normativas da teoria crítica feminista*. Revista Novos Estudos. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/88tr9xmMpDtnfVfB8XRV7Xr/?lang=pt#>. Acesso em 08 ago. 2023.
- AUGÉ, Marc. **Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas, SP; Papirus, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.
- BRASIL. **Constituição Federal**. 1988. Brasília: Congresso Nacional, Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 08 ago. 2023.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

BRASIL. **Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000** (Lei do SNUC). Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm). Acesso em 08 ago. 2023.

CAMPOS, Marcio D’Oliveira. A arte de Sulear-se. In: SCHEINER, Teresa Cristina (Coord.). **Interação museu-comunidade pela educação ambiental**. Rio de Janeiro: UNIRIO/TACNET (mimeo), 1991. p. 56-91. Disponível em: <http://sulear.com.br/beta3/wp-content/uploads/2017/03/CAMPOS-M-D-A-Arte-de-Sulear-1-1991A.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2023.

DERRIDA, Jacques. **Força de lei: o fundamento místico da autoridade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

HOLZLEITHNER, Elisabeth. **Emancipação por meio do direito**. Rio de Janeiro. Direito & Práxis. Vol. 07, N. 15, 2016, p. 889-900. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25363/18203>. Acesso em 07 ago. 2023.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. 6ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LOBÃO, Ronaldo; VASQUES, Pedro. Sobre as condições de factibilidade de um Termo de Acordo Socioambiental – TAS. In: CORREIRA, Arícia Fernandes (orgs). **Direito da Regularização Fundiária Urbana Sustentável: pesquisa, teoria e prática sobre a Federal n. 13.465/2017**. Juiz de Fora: Editar Editora Ltda, 2018.

LOBÃO, Ronaldo. 2006. **Cosmologias Políticas do Neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar em uma Política do Ressentimento**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social / Universidade de Brasília.

MARANHÃO, Tatiana Calandrino. **Natureza negociada: reformulações da política ambiental brasileira a partir da trajetória de instituição do Parque Nacional da Serra dos Órgãos**. Tese de doutorado em Antropologia / Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2018.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Projeto de Lei nº 2.455/2020**. Institui, no âmbito da Política Estadual De Meio Ambiente, o Sistema Estadual De Unidades De Conservação (SEUC). Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1923.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/6dcba9972ee1f057032586c5005316c2?OpenDocument>. Acesso em 08 ago. 2023.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. Editora Peirópolis, 2005. Disponível em;





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/SANTILLI\\_Juliana-Socioambientalismo-e-novos-direitos.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/SANTILLI_Juliana-Socioambientalismo-e-novos-direitos.pdf). Acesso em 08 ago. 2023.

SIMMEL, G. **A natureza sociológica do conflito**, in Moraes Filho, Evaristo (org.), São Paulo, Ática, 1983.

VASQUES, Pedro Henrique Ramos Prado. No limiar do ambientalismo: Reflexões para pensar sobre seus contornos à luz da diversidade. In: Andrei Koerner; Paulo César Endo; Carla Cristina Vreche. (Org.). **Debates Interdisciplinares sobre Direito e Direitos Humanos: Impasses, Riscos e Desafios**. 1ed. Campinas: BBCL/Unicamp, 2022, v. 1, p. 176-191.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### O FAZER ARTÍSTICO NO ENSINO: A ELABORAÇÃO DE ATIVIDADES PRÁTICAS ALTERNATIVAS EM ARTES VISUAIS A PARTIR DO REFERENCIAL CURRICULAR AMAZONENSE

Victor Hugo da Silva Reis<sup>224</sup>

#### RESUMO

O breve artigo tem como objetivo apresentar ideias de exercícios em artes visuais a serem desenvolvidos em sala de aula com materiais alternativos, equilibrando a teoria com a prática, de modo que o conteúdo possa fluir na mente dos alunos, para isso, será necessário criticar o método de aplicação do fazer artístico no ensino de artes visuais, elaborar atividades a partir do Referencial Curricular Amazonense (RCA), relacionando os seus tópicos na disciplina de artes da educação básica e, apresentar as atividades que já foram desenvolvidas e os resultados alcançados. Trata-se de um estudo baseado em minha experiência pessoal em escolas durante os estágios e programas como PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) e RP (Residência Pedagógica) relacionado com o RCA e a BNCC, documentos estudados para elaboração e execução de atividades, também foram realizadas pesquisas bibliográficas em livros. O resultado alcançado foi que os alunos pudessem experimentar os mais diversos materiais, saindo da tradicionalidade do desenho a lápis e ampliando seu conhecimento artístico e material, de modo a quebrar o pensamento de que arte é dom e que somente é feita com materiais caros, a fim de produzir suas obras com as suas poéticas e considerá-las como arte.

662

**Palavras-chave:** Arte. Ensino. Fazer.

#### ABSTRACT

The brief article aims to present ideas of exercises of visual art to be developed in the classroom with alternative materials, balancing theory with practice, so that the content can flow in the minds of students, for this, it will be necessary to criticize the method of application of artistic making in the teaching of visual arts, to elaborate activities from the Referencial Curricular Amazonense, relating its topics in the discipline of arts of basic education and, to present the activities that have already been developed and the results achieved. This is a study based on my personal experience in schools during internships and programs such as PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) and RP (Residência Pedagógica) related to the RCA and the BNCC, documents studied for the elaboration and execution of activities, bibliographical research was also carried out in books. The result achieved was that students could experiment with the most diverse materials, leaving the traditionality of pencil drawing and expanding their artistic and material knowledge, in order to break the thought that art is a gift and that it is only made with expensive materials, in order to produce their works with their poetics and consider them as art.

**Keywords:** Art. Teaching. Make.

<sup>224</sup> Graduado em licenciatura em Artes Visuais pela UFAM, mestrando no Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura da Amazônia da UFAM (PPGSCA-UFAM), e-mail: victorhugo.reis3237@gmail.com.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 1 INTRODUÇÃO

A arte é um conhecimento básico do ser humano, entrelaçada a criatividade, que se desenvolve desde a infância, sendo essa uma forma contribuinte para o desenvolvimento infantil, quando foi apontada a relevância da arte para a humanidade, a linguagem tornou-se um componente curricular na educação básica, todavia nos períodos na qual realizei estágio em três escolas de Manaus, sendo elas Djalma da Cunha Batista, Padre Sebastião dos Santos Puga e IEA (Instituto de Educação do Amazonas), pude notar uma semelhança na aplicação do conhecimento de artes visuais, era lecionada mais a teoria do que a prática, o equilíbrio entre esses aspectos possibilita que a aprendizagem flua e não há como existir um sem o outro, mas desequilibrava-se ao darem mais destaque a teoria do que a prática, isso em muitos casos se deu devido aos materiais pouco acessíveis que as práticas artísticas envolvem, então, como podemos apresentar ideias de exercícios em artes visuais a serem desenvolvidos em sala de aula com materiais alternativos?

663

Para responder a esta questão, deve-se trazer ideias de atividades com materiais alternativos em artes visuais, sendo necessário criticar o método de aplicação do fazer artístico no ensino de artes nas escolas do Amazonas, elaborar atividades a partir do Referencial Curricular Amazonense (RCA), e apresentar os resultados alcançados das atividades que já foram desenvolvidas. A crítica será desenvolvida tanto através da vivência escolar, quanto dos apontamentos da relevância da prática para a teoria e como a mesma pode ser aplicada.

Este artigo tem como base o Referencial Curricular Amazonense (2020), na qual serão analisados os conteúdos presentes no componente curricular de artes para interligá-los e, com isso desenvolver as atividades, sendo fundamentado através de pesquisas bibliográficas em livros com autoria de Barbosa (1978), Bradley (2001) e Ostrower (2001), que aponta a criatividade como uma necessidade humana, contribuindo para o entendimento sobre a relevância do fazer, documental em a Base Nacional Comum Curricular (2017), para complementar os conhecimentos de arte organizados no RCA, e o filme Lixo Extraordinário (2010), que aborda de







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

uma perspectiva interessante sobre o lixo como material de produção, e todos esses referenciais destacam contextos relevantes que servirão como base para a criação de alguns exercícios.

### 2 CRÍTICA SOBRE O MÉTODO DE ENSINO EM ARTES NAS ESCOLAS DO AMAZONAS

Ao discutir sobre a importância de produzir arte para a vida humana, tem-se que destacar um aspecto essencial que possibilita essa produção, a criatividade, fator que conduz a mente a buscar e compreender novos mundos, para uma mente criativa, um galho pode tornar-se uma baqueta ou uma varinha de contos de fadas, visto que o seu repertório o ajuda a pensar o galho como uma varinha, assim como o lixo pode ser transformado em arte, abrangendo questões socioambientais, do mesmo modo que seus sonhos, medos e dores poderão ser concretizados através do produzir, de qualquer forma, a prática artística depende da criatividade, segundo Fayga Ostrower, artista plástica brasileira, “O homem cria, não apenas porque quer, ou porque gosta, e sim porque precisa; ele só pode crescer como ser humano, coerentemente, ordenado, dando forma, criando” (OSTROWER, 2001, p. 10), ou seja, a criatividade é uma necessidade vital e a arte depende dela para ser materializada.

Ensinar artes visuais é possibilitar o praticar, dando espaço ao educando para experimentar, pensar e, principalmente, criar, porém, antes de trabalhar o fazer artístico, é necessário realizar um levantamento sobre os alunos e a instituição de ensino, analisando a realidade de ambos e se questionando: o que podemos encontrar na escola para a realização das atividades de artes visuais, seja em material ou espaço? Esse diagnóstico nos ajuda a elaborar exercícios práticos, dado que os alunos não terão materiais como tinta aquarela, nanquim, argila para cerâmica e a sala de aula não é um ateliê, assim como também muitos professores não possuem o apoio da escola para planejar exposições e feiras de arte, limitando-se apenas a sala de aula e não podendo explorar a escola por completo, tampouco condições financeiras para levar esses materiais aos alunos. Essas foram situações presenciadas nos estágios e programas como PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) e RP (Residência Pedagógica), entretanto não





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

impossibilita que os educandos possam encontrar e construir seus próprios materiais, realizando as atividades conforme os conteúdos programáticos recorrendo, essencialmente, a brainstorming de ideias.

O ponto de partida para esta reflexão se deu através de uma aula que acompanhei na escola Padre Sebastião dos Santos Puga, pelo programa PIBID, nesta aula o professor realizou um exercício onde os alunos haviam de coletar materiais encontrados em casa e produzir, com eles, uma escultura, em um dos casos, uma aluna realizou uma escultura com copos descartáveis, e isso gerou o seguinte questionamento: como podemos trabalhar a prática em sala de aula com materiais alternativos? É possível transformar materiais descartados em arte, posto que muitos artistas já fizeram isso, todavia, por que não levar essas ideias para a sala de aula?

O contato com esses materiais e, principalmente com a imagem, é indispensável no ensino de artes visuais, pois suponhamos que uma aula sobre a semana de arte moderna baseie-se apenas em um texto, narrando os seguintes fatos que ocorreram durante aquele período, conhecendo os artistas e as obras, entretanto o livro não possui imagens ou o professor não use projetor, como saberemos sobre a arte de um período sem vermos o que foi produzido? E por que não desenvolver uma atividade em que os alunos devam escolher uma obra do movimento e desenvolver uma releitura? Um aluno aprenderia mais se ele lesse apenas sobre as obras ou se tivesse contato visual com elas e criassem suas próprias? A partir do momento em que fazemos estes questionamentos, pensamos em alternativas para que as aulas de artes se distanciem cada vez mais do método tradicional de ensino que ainda prossegue até hoje através de muitos professores, que seria o de apenas ler e copiar o que está no quadro.

665

### 3 AS ARTES VISUAIS NO REFERENCIAL CURRICULAR AMAZONENSE: ELABORAÇÃO DE ATIVIDADES PRÁTICAS

De acordo com Amazonas (2020, p. 17), “A estrutura deste Referencial orienta-se a partir da BNCC, que defende o desenvolvimento dos estudantes por meio de competências e habi-





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

lidades, pautadas em uma formação contínua, articulada entre os conhecimentos teóricos e os vivenciados no dia a dia”.

Essas competências se dividem através de tópicos do conhecimento em cada área da educação básica, no campo das artes, contextos e práticas, elementos de linguagem, materialidades, matrizes estéticas e culturais, processo de criação e sistemas de linguagem constituem o componente curricular (fig. 1).

Figura 1 – tabela de objetos do conhecimento em artes visuais do 1º ao 5º ano

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO
Artes visuais	Contextos e práticas
	Elementos da linguagem
	Matrizes estéticas e culturais
	Materialidades
	Processos de criação
	Sistemas da linguagem

Fonte: BNCC, 2017.

Em cada um dos tópicos encontram-se os conteúdos que serão explanados durante a disciplina e não há como dispersa-los, sendo impossível abranger um sem pensar sobre o outro, pois todos necessitam do fazer artístico, por exemplo, nos anos iniciais (ensino fundamental I) da educação básica do componente curricular do Amazonas, podemos observar que o principal foco é nas matrizes estéticas indígenas, afro-brasileiras e europeias, no tópico de materialidades





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

é sugerido ao 1º ano “desenho e experimento com materiais diversos (lápis, giz de cera, tinta...) para conhecer produções artísticas do seu entorno social, dos povos indígenas e das comunidades tradicionais brasileiras” (AMAZONAS, 2020, p. 348), esse é um fator constante nas demais séries dos anos iniciais, porém quando trata-se de experimentar, são apresentados materiais como lápis, giz de cera, tinta que, provavelmente é a guache ou tinta para tecidos, por serem mais acessíveis, não que não seja relevante adquirir conhecimento sobre esses materiais através do fazer artístico, porém a limitação a eles não possibilita a ampla experiência do mundo que os cerca, por isso inovar tornou-se uma necessidade.

Ao analisar cada um dos conteúdos organizados por série, foi possível estabelecer algumas propostas para aplicar em classe, possibilitando, com isso, o experimentar e o pesquisar, que abrangem diversos materiais, tornando-se um meio para compreender formas e cores, de modo a transformar um objeto em arte.

O contexto da arte indígena, por exemplo, quando integrado às materialidades e aos elementos de linguagem, permite aos alunos representarem as formas na pintura corporal indígena, produzindo tintas de pigmentos naturais com diversos produtos, especificamente temperos e condimentos como colorau ou páprica, açafrão e café, adicionando água quente com supervisão de um adulto e cola, de forma que os deixem mais pastosos, por último, retirar com a peneira o pó desses produtos, resultando em tintas caseiras, tendo esses materiais alternativos, as crianças pintarão formas no braço ou no papel, conhecendo o processo da pintura corporal indígena, não trabalhando apenas o contexto, porém também às materialidades e os elementos de linguagem.

O exercício comprova que o experimentar e o pesquisar são necessários para a construção do saber, na educação infantil desenvolvem a ludicidade e permitem que as crianças liberem suas energias ao produzir, ambos compõem uma aula de artes, por exemplo, todas as atividades com práticas que desenvolvi em sala de aula, foram aplicadas de forma que, os alunos experimentassem materiais e técnicas novas para produzirem seus trabalhos, principalmente por coletarem os próprios materiais, uma vez que o mundo possui um grande acervo de componentes naturais, objetos descartados ou guardados, que ao serem usados da maneira criativa, tor-





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

nam-se arte, objetos como uma tampa de garrafa, um pano velho, materiais extraídos da natureza como folhas e galhos são o suficiente para se construir uma instalação, até mesmo usa-se para confeccionar as próprias ferramentas artísticas, expandido os materiais dos educandos, Ana Mae Barbosa, pesquisadora e arte-educadora brasileira, exemplifica uma atividade com a coleta e a experimentação de materiais, conforme a autora,

Podemos dar exemplo de um trabalho feito com restos, explorando o lixo aproveitável acumulado pelos próprios alunos. Primeiramente eles foram convidados a fazer uma colagem, explorando os materiais sem atenção a organização ou forma. Depois o professor pediu que fizessem outra colagem, usando somente três ou quatro da colagem anterior. Eles deveriam escolher materiais que combinassem entre si, não sendo dado nenhum critério de combinação. Teriam de encontrar seus próprios critérios (BARBOSA, 1978, p. 81).

Essa prática citada pela autora envolve o lixo como material, que nos conduz a pluralidade de ideias. A coleta e a utilização desses materiais são parte do processo criativo e interliga-se ao conteúdo abordado, atribuindo conhecimento sobre ele, no componente curricular de artes do Amazonas está escrito para se trabalhar com o 9º ano a arte contemporânea, no aspecto de contextos e práticas, “fotografia, grafismo, performance, instalação, intervenção, vídeo etc. Problematicando questões políticas, sociais, econômicas, científicas, tecnológicas e culturais do entorno local e global” (AMAZONAS, 2020, p. 307), e no tópico de materialidades, conforme o RCA,

“pesquisa e elaboração de produções artísticas utilizando materiais convencionais e alternativos através da fotografia, performance, instalação, intervenção, grafites, vídeos musicais, etc., problematicando questões políticas, sociais, econômicas, científicas, tecnológicas e culturais” (AMAZONAS, 2020, p. 307).

No agrupamento de processos de criação com materialidades e a exemplificação de exercício da Ana Mae Barbosa, elabora-se um exercício baseado no filme Lixo Extraordinário (2010), que tem como protagonista o artista Vik Muniz, na qual retrata os trabalhadores do Jardim Gramacho, no Rio de Janeiro, através de imagens feitas com lixo, após isso, as fotografa, assistindo ao filme, os alunos poderão coletar objetos descartados e fazer as suas composições





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

em sala de aula e o docente ou eles mesmos deverão fotografar os trabalhos e realizar uma mostra artística na escola, convidando os outros alunos, os outros funcionários e os pais.

O tópico de materialidades sugere o trabalho de fotografia e instalações, técnicas presentes na arte contemporânea, ao afirmar para usá-las problematizando questões políticas e sociais estabelece uma ponte com a arte contemporânea, semelhante aos trabalhos de Vik Muniz em “Lixo extraordinário”, desse modo também entram os processos de criação, visto que trata-se da pesquisa e elaboração de arte com materiais práticos, de modo a coletarem seu próprio acervo alternativo e pesquisarem suas referências.

Esboçar projetos para exercícios práticos a partir do conteúdo escrito nos RCA não trata-se apenas de compreender os assuntos, no entanto verificar as possibilidades de recepção escolar, é notório que cada escola possui a sua subjetividade na aprovação desses exercícios, enquanto em algumas será possível desenvolvê-los, em outras não será, pois engloba, muitas vezes, fatores pessoais e/ou institucionais, e nem sempre o docente possui apoio da direção, como havíamos visto anteriormente, há de se pensar também na situação socioeconômica dos educandos e do docente, não podendo o professor arcar com todo o custo dos materiais, porque até mesmo o papel sendo barato, por exemplo, é um material que será utilizado por todas as turmas deste professor, e somando o total de alunos, a quantidade de papel seria mais do que em uma resma, isso se for apenas para uma ou duas atividades envolvendo esse material, se forem mais, o custo será maior, por isso o lixo como material é uma das soluções mais viáveis, claro que, também há outros meios alternativos, como o lápis para desenhar.

A prática do desenho a lápis não foge do tradicional, no entanto é uma técnica que varia em suas dinâmicas por integrar-se de distintas maneiras aos conteúdos teóricos, por exemplo, suponha-se que é necessário abranger sobre as vanguardas modernistas, conteúdo do 9º ano de acordo com o RCA, é inegável que cada movimento artístico possuía seu método, principalmente no desenho, então, por que não usar esses métodos em benefício da aprendizagem com lápis ou caneta e página de caderno, fazendo o aluno vivenciar o contexto ao desenvolver aquela prática, um exemplo de exercício envolve como tema a vanguarda “Surrealismo” (1924-





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

1945), Bradley, curadora da Tate Gallery, detalha uma técnica interessante dos artistas do movimento para se pensar a atividade, de acordo com a autora,

Os surrealistas inventaram o cadáver exquis [cadáver delicado], um jogo verbal e visual cujos resultados eram regularmente publicados na revista *La Révolution Surréaliste*. O grupo costumava recorrer a jogos a fim de captar o inconsciente e desenhar diretamente a partir da imaginação liberada. Esse, em particular, era semelhante ao “jogo das conseqüências”. Originando uma frase ou o desenho de uma figura que iam se completando num papel que passava de mão em mão pelo grupo. Cada jogador contribuía com um elemento (Uma palavra ou uma cabeça, por exemplo), virava o papel e o entregava a outro participante. O nome do jogo foi retirado de uma das frases que se formaram desse modo. “o cadáver delicado beberá do vinho novo”. (BRADLEY, 2001, p. 24)

O exercício baseado nesse estudo somente é possível de ser aplicado presencialmente, a turma necessita formar uma roda com as carteiras e o professor deverá disponibilizar apenas uma folha de papel, iniciando o desenho nessa mesma folha e explicando o que os alunos deverão fazer, após isso, a entrega ao primeiro aluno, que desenha um elemento ou escreve um verso e adiante passa o papel ao próximo, e assim, é entregue de mão a mão, onde um desenha uma orelha, o outro desenha um torço, outro escreve uma filosofia de vida, sendo essa uma composição feita por diversos traços e o resultado final assemelha-se a uma composição surrealista, pois aquela figura não se aproxima de nenhuma figura da realidade.

A ponte entre o fazer e a teoria possibilita a criação de outras atividades além dessas, como por exemplo, a coleta de recursos da natureza para a arte no campo, que vai além da sala de aula, e pode ser usada para ensinar sobre a Land Art; composições abstracionistas não necessitam limitar-se ao bidimensional, podendo recolher objetos finos como CDs velhos, pratos descartáveis, folhas, barbantes que, apesar de serem tridimensionais, ainda são formas que, quando agrupadas, tornam-se obras abstracionistas, até mesmo barbantes para composições semelhantes às do expressionismo abstrato, para isso é interessante realizar um exercício de observação, ampliando o conhecimento através do olhar que busca cores e formas no dia a dia. A representação de elementos arquitetônicos também está relacionada ao fazer artístico em sala de aula, uma maquete, por exemplo, pode ser produzida com materiais convencionais para se integrar a aprendizagem da teoria, uma sugestão seria criar uma maquete baseada em alguma arquitetura





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

famosa como a Acrópole de Atenas, onde um rolo de papel higiênico possa ser transformado em uma coluna e um gargalo de garrafa o seu capitel.

A atividade sobre o conteúdo do futurismo é possível produzir através da colagem, onde cada aluno deva repetir no papel o mesmo elemento; as tintas com pigmentos naturais também podem ser usadas para se trabalhar a pré-história, inclusive no Brasil, visto que o vermelho do colorau, o amarelo do açafraão e o preto do café são as mesmas cores das pinturas encontradas no Parque Nacional Serra da Capivara, que se localiza no Piauí. São diversas as ideias para se criar e, todas essas atividades podem ser realizadas individualmente ou em grupo, sendo interessante, também, expor o resultado nas escolas ou até mesmo feiras de artes, onde além de mostrarem seus trabalhos, também os possam vendê-los.

### 4 TRABALHOS DESENVOLVIDOS E RESULTADOS ALCANÇADOS

Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), uma das competências para o ensino de artes é “Experienciar a ludicidade, a percepção, a expressividade e a imaginação, ressignificando espaços da escola e de fora dela no âmbito da Arte” (BRASIL, 2017, p. 198).

Esse aspecto se integra a esse tópico, dado que as atividades realizadas desenvolveram a percepção e, principalmente a expressividade, através disso, foram gerados resultados satisfatórios que indicam como a prática pode contribuir para a aprendizagem da teoria. Enquanto o tópico anterior sugere exercícios para serem desenvolvidos, neste são apresentados os que já foram realizados, sendo sua aplicação no estágio que ocorreu no Instituto de Educação do Amazonas, tanto remotamente quanto presencialmente. Na aula presencial, trabalhei gravuras com os alunos, apresentando imagens e vídeos sobre as diversas técnicas de gravuras e como são feitas, a partir desse momento, os educandos empolgaram-se com as técnicas, pois não sabiam o que eram gravuras, tendo como base esse conhecimento, realizamos uma atividade onde busquei, primeiramente, métodos para se trabalhar gravura com materiais alternativos, dentre eles, o isopor e o papelão, todavia são diversos os materiais na qual podemos trabalhar como borracha, sabonete e revistas, que são interessantes, pois ao desenhar em uma página de revista, pode-se





recortar a imagem e untar a palha de aço sobre o desenho para retirar a tinta da revista e marcar o papel, são algumas dentre outras, porém experimentos com essa técnica sempre podem ser feitos, posto que são muitos os materiais que geram uma impressão.

O exercício ocorreu da seguinte forma, foi reunida uma turma de 3º ano de segundo grau, distribuímos bandejas de isopor e placas de papelão, ao serem entregues os materiais, ficava a critério do educando escolher se gostaria de trabalhar apenas com o isopor, com o papelão ou com os dois.

Figura 2 - Aluna desenhando sobre a superfície do isopor



Fonte: Victor Hugo Reis, 2022.

Os alunos podiam fazer quantas composições quisessem, também foram distribuídos papel, pedaços pequenos de esponja e tinta guache, com isso eles deveriam cortar as beiradas das bandejas de isopor, deixando apenas a base de formato retangular, com o lápis, desenharam na base a figura que eles pensaram afundando o lápis sobre a superfície de isopor (fig. 2). Após isso, seguraram a esponja e a mergulharam na tinta guache, passando-a sobre a superfície de isopor com o desenho (fig. 3), não cobrindo as linhas da figura, porém ao seu redor, pressionaram a matriz de isopor com a tinta sobre o papel e, obtiveram uma impressão em gravura.

Figura 3 - Aluna passando tinta na matriz

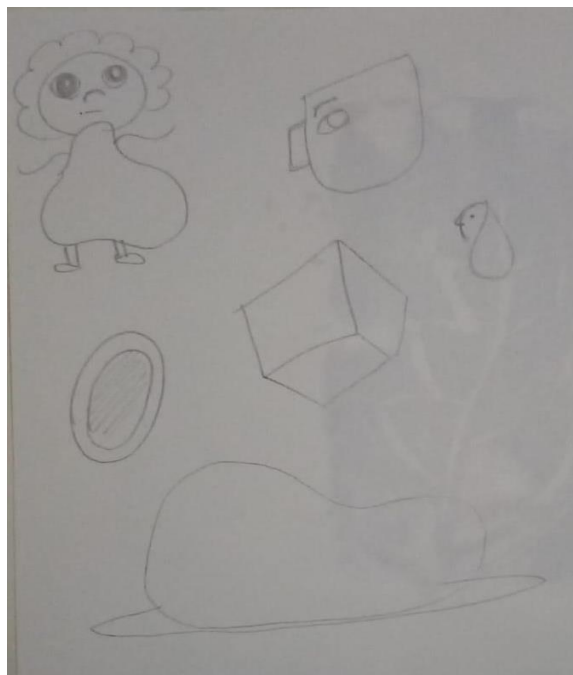


Fonte: Victor Hugo Reis: 2022.

O resultado alcançado foi satisfatório, visto que os alunos seguiram a proposta e, até mesmo fizeram mais de uma composição, tanto que outras turmas questionaram o motivo de não haver aulas como essa na classe deles, pedindo para que realizássemos os mesmos exercícios.

Outro trabalho desenvolvido foi em aula remota com os colegas da faculdade durante a aula de estágio, sendo uma simulação de aula, porém com o objetivo de se pensar na prática artística. Esse exercício abordava sobre o surrealismo, na teoria havia explicado sobre os desenhos de acaso que eram feitos pelos surrealistas, na qual os mesmos produziam sem ter consciência do que estavam fazendo, gerando uma obra surrealista, também havia ensinado sobre a representação dos sonhos na arte surrealista, com isso, desenvolvi três atividades na mesma aula, a primeira consistia em desenhar formas aleatórias ou pingar tinta em um papel sem ter consciência de sua produção, após isso, deveriam usa-las como base para realizar um desenho figurativo (fig.3), por exemplo, um pingo de tinta seria transformado em uma galinha, tratando-se sobre o desenho de acaso e a consciência dos artistas apenas após o desenho

Figura 4 - Desenho de uma aluna sobre formas aleatórias



Fonte: Karen Simões, 2022.

O segundo exercício era o de representar sonhos, porém não os seus, mas os sonhos de outro colega da turma, cada aluno escreveu no chat do Google Meet um elemento de algum sonho que já teve, sendo realizado um sorteio para cada aluno pegar um elemento do sonho do colega e representar no papel como se fosse seu sonho, foram sorteadas quatro palavras: voar, macarrão, água e amor, finalizado o desenho, eles apresentaram as suas produções com os temas sorteados para toda a turma. O objetivo desse exercício era abordar sobre uma característica do Surrealismo que era a representação dos sonhos por artistas através de relatos de outras pessoas. Por último, foi realizada uma atividade envolvendo os dois exercícios anteriores, primeiramente o educando desenhava formas aleatórias, em seguida, os seus sonhos usando as formas como base.

Ao final do trabalho, obteve-se um resultado interessante, posto em prática a criatividade dos alunos e todos consideraram as propostas interessantes para se trabalhar o fazer artístico nas



## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

aulas de artes, iniciando uma discussão com a meta de elaborar novas propostas para incluí-las nos conteúdos programáticos.

### 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração os aspectos citados, conclui-se que através do conteúdo presente no RCA podemos apresentar novos meios de interligar a prática com a teoria no ensino, expandindo o conhecimento dos professores sobre ideias de exercícios para aplicação em sala de aula e, os estimulando para que possam desenvolver ainda mais atividades a serem compartilhadas com outros docentes, sendo um meio de melhorar o ensino de artes através da inovação e da busca por formas de trabalhar sem limitá-lo ao criar, inclusive, mostrando a todos a relevância do lixo descartado e como ele pode ser reutilizado para a produção de arte, principalmente para tratar de questões políticas e sociais como são apresentados no RCA.

Em hipótese alguma o fazer, o pesquisar e o experimentar deverão ser postos em segundo plano, assim como o contato com a imagem nas aulas de artes visuais, sendo relevante, também, consultar os alunos questionar sobre o que eles aprenderam até o momento presente. Deve-se perguntar, também, se houveram práticas envolvendo materiais alternativos, montando essa fixa, podemos deduzir o que está sendo feito de errado e como podemos melhorar, facilitando o método de aplicação da prática, levando em consideração a realidade dos alunos, pois a escola e a sala de aula devem ser espaços democráticos para que o educando se sinta livre para fazer, pensar e questionar, devemos perguntar também o que eles gostariam de trabalhar e como gostariam de trabalhar, pois a aula de arte é aquela que possibilita a expressão sobre questões emocionais através do criar, sendo a arte um refúgio.

675

### REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Secretaria de Estado de Educação do Amazonas. **Referencial Curricular Amazonense: Ensino Fundamental Anos Finais**. Manaus: SEDUC, 2020.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

AMAZONAS. Secretaria de Estado de Educação do Amazonas. **Referencial Curricular Amazônico: Ensino Fundamental Anos Iniciais.** Manaus: SEDUC, 2020.

BARBOSA, Ana Mae. **Teoria e Prática da Educação Artística.** São Paulo: Editora Cultrix, 1978.

BRADLEY, Fiona. **Surrealismo.** 2ª. Ed. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Educação é a Base. Brasília, DF: MEC, 2017.

LIXO Extraordinário. Direção: Lucy Walker, João Jardim, Karen Harley. Angus Aynsley, Hank Levine. Intérprete: Vik Muniz. Brasil/U.K.: O2 Filmes, 2010. 1 video (1h 34min 40s). Disponível em: <<https://youtu.be/61eudaWpWb8>>. Acesso em: 14 abril. 2023.

OSTROWER, Fayga. **Criatividade e processos de criação.** 15 Ed. Petrópolis: Vozes, 2001.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### “Ó MEU CORPO, FAZ SEMPRE DE MIM UM HOMEM QUE QUESTIONA”: CONTRIBUIÇÕES DE FRANTZ FANON PARA O FIM DA ‘GUERRA ÀS DROGAS’

Vitor Igor Fernandes Ramos<sup>225</sup>

#### RESUMO

O conceito de “Guerra às Drogas” surgiu no maior país capitalista do mundo, os Estados Unidos da América (EUA), na década de 1970, no governo do ex-presidente Richard Nixon, que impôs um modelo neoliberal e Necropolítico contra o fim de substâncias psicoativas ilícitas usadas pela população. É a partir dessa guerra que várias pessoas - e não drogas – tiveram suas vidas retiradas, devido à caça, extermínio e violência do Estado. Essas pessoas possuem uma cor em comum: são negras. A seguinte escrita tem como objetivo explicitar contribuições efetivas de um dos maiores teóricos e intelectuais negros que surgiu no mundo, Frantz Fanon. A metodologia utilizada tem como natureza qualitativa, através de pesquisa bibliográfica e documental acerca de suas obras publicadas e documentos que corroboram para uma política de drogas descriminalizada, regulamentada e legalizada.

**Palavras-chave:** Frantz Fanon. Guerra às drogas. Necropolítica.

677

#### ABSTRACT

The concept of the "War on Drugs" emerged in the largest capitalist country in the world, the United States of America (USA), in the 1970s, under the administration of former President Richard Nixon, who imposed a neoliberal and necropolitical model against the end of illicit psychoactive substances used by the population. It is from this war that several people – and not drugs – have had their lives taken away, due to hunting, extermination and state violence. These people have one color in common: they are black. The following writing aims to make explicit effective contributions of one of the greatest black theorists and intellectuals that emerged in the world, Frantz Fanon. The methodology used is qualitative in nature, through bibliographical and documentary research about his published works and documents that corroborate for a decriminalized, regulated and legalized drug policy.

**Keywords:** Frantz Fanon. War on Drugs. Necropolitcs.

---

<sup>225</sup> Farmacêutico, formado pela Universidade da Amazônia (UNAMA). Mestrando em Psicologia, na Universidade Federal do Pará/Programa de Pós Graduação em Psicologia (UFPA/PPGP). E-mail: vitor.ramos@ifch.ufpa.br





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

### 1 INTRODUÇÃO

É de conhecimento que o uso de drogas na sociedade acontece há muito séculos, perpassando por momentos históricos, religiosos e geográficos. O ser humano sempre teve a droga consigo, seja para fins recreativos, paliativos, medicinais, prazerosos e/ou cura. Desde sua utilização por populações que ocupavam florestas, campos e águas, a povos tradicionais como Incas, Maias e Astecas, até a chegada de navios negreiros que continham pessoas em condições de escravidão, as drogas tiveram passagem. Hoje, o atual modelo brasileiro consiste na criminalização e estigmatização de pessoas que fazem uso de drogas classificadas como ilícitas: maconha, cocaína, crack, ecstasy entre outras. Um dos resultados dessa *guerra às drogas* são o tráfico e o uso de drogas entre a população negra, sendo o racismo um dos principais mecanismos para o avançar dessa *guerra*.

Por isso colocou-se em evidência o chamamento dessa escrita com o autor Frantz Fanon, por além de sua carreira como médico Psiquiatra, atuou e militou por práticas radicais e não medicalizantes, em prol de um cuidado que não envolvesse apenas a ala médica. Fanon, além de suas abordagens étnico-raciais, conversava com a população negra, de forma a incentivar a revolta, rebeldia e revolução. É impossível pensar uma política de drogas que leve a fundo a criminalização e a perseguição a corpos negros, sem mencionar Fanon.

É por obras de Frantz Fanon como 1. *Pele Negra, Máscaras Brancas*; 2. *Os Condenados da Terra* e 3. *Alienação e Liberdade: Escritos Psiquiátricos* que esse trabalho vai se fundamentar. Com resultados do Centro de Estudo de Segurança e Cidadania (CESeC), da plataforma Drogas: quanto custa proibir, irei mostrar os resultados de uma *falsa política de guerra às drogas*, que se baseia em um modelo proibicionista, focando em *eliminar* corpos que se assujeitam pelo uso da droga. Autores como Achille Mbembe e Carl Hart irão ser importantes para a estrutura desse trabalho, que mesmo concluído, possui ainda muitas inconclusões.

A metodologia escolhida será o modelo qualitativo, utilizando conceitos e estudos que Minayo e González Rey abordam. A pesquisa documental se dará com os livros abordados em cima, de Fanon, além de artigos e trabalhos realizados pela CESeC, entre os anos de 2017 a 2023.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

A linha do estudo se busca ser pessoal e subjetiva, a fim de compreender os resultados que implicam diretamente nessa *guerra* a corpos negros na atualidade.

É possível concluir que quanto mais o Estado intervém de modo violento contra o uso de drogas, mais a população negra é exterminada. Existe um percurso histórico e estrutural marcado pelo racismo, que ao avançar junto ao modelo Capitalista, exclui pessoas que possuem por obrigação, direitos a serem respeitados pela sociedade. Um modelo que prese pelo proibicionismo e criminalização de drogas, se tem como produto o Genocídio e Epistemicídio da população negra, pobre e periférica.

### 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em Drogas para Adultos, o escritor Carl Hart enfatiza que é impossível falar sobre drogas sem falar sobre o “elefante na sala” (HART, 2021, p. 35): grupos específicos que estão no meio desta Guerra – nós, pessoas negras e que fomos expostos a morar em favelas e/ou bairros suburbanos devido ao processo de racismo institucional e estrutural –. Um dos objetivos do financiamento para esta Guerra é sustentar orçamentos de autoridades policiais e prisionais, além de fortalecer centros de tratamento higienistas e medicalizantes para usuários em uso abusivo de álcool e outras drogas.

Fanon analisa que a sociedade racista dos países colonizadores é fundamental para influenciar nas subjetividades de cada ser autóctone, vivendo assim, em um estado permanente de despersonalização absoluta. Para ele, era impossível “desalienar estes indivíduos, colocá-los de volta em seu lugar num país em que o não direito, a desigualdade e o assassinato foram alçados a princípios legislativos”. (FANON, 2020a, p. 272).

O Estado segregacionista limita o poder e a emancipação de políticas públicas para a construção de um espaço em que pessoas não brancas, governam para a minoria de pessoas da classe média e alta. Desconsiderar o racismo como um dos determinantes sociais para o aparecimento de sofrimentos mentais e/ou uso *abusivo* de drogas, é se limitar e concordar com a *falsa política* de Estado. Em todos os pontos, o proibicionismo da “*Guerra às Drogas*” é extremamente caro.







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Uma pesquisa realizada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), analisou qual o impacto orçamentário da proibição das drogas no orçamento do sistema de justiça criminal dos dois Estados que mais gasta em segurança pública no país, além de suas capitais serem palco das ações visíveis contra as drogas: Rio de Janeiro e São Paulo. James Baldwin falava que para chegar ao problema central das drogas, deveríamos legalizá-las, pois, a proibição é uma lei que só pode ser usada contra os pobres.

Apenas em 2017, Rio de Janeiro e São Paulo gastaram R\$ 1 bilhão e R\$4,2 bilhões, especificamente, o equivalente a R\$5,2 bilhões de reais, para manter a proibição das drogas e combater o tráfico entre as cidades. Eram favorecidas as instituições da Polícia Militar, Polícia Civil, Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Justiça e Sistema Penitenciário. Para ter uma ideia, desse dinheiro gasto no Rio de Janeiro, poderia comprar 36 milhões de doses da vacina AstraZeneca, suficiente para vacinar 18 milhões de pessoas contra a Covid-19. (LEMGRUBER, 2021).

Incidir uma política que favoreça somente a violência contra indivíduos historicamente marginalizados é ir contra o Estado democrático de direito e a liberdade para o gozo de seus direitos e deveres públicos e políticos. Com isso, tem-se o aparecimento de possíveis sofrimentos que alimentam a subjetividade de cada pessoa, entoando a loucura como uma modalidade *nova* de adoecimento deste povo, em específico. Para o Estado, toda loucura deve ser eliminada e afastada do meio urbano, medicalizando corpos, posturas e mentes. Com isso, estruturas manicomialis são construídas para separar o *louco* dos ditos cidadãos de bens.

Em *Alienação e Liberdade*, Frantz Fanon analisa essa separação bem detalhada, ao dizer que “o louco é aquele que é estranho à sociedade. E a sociedade decide se livrar desse elemento anárquico. O internamento é a rejeição, o alijamento do enfermo. A sociedade exige do psiquiatra que torne o enfermo novamente apto a integrar a sociedade”. (FANON, 2020a, p. 276). Com isso, temos uma sociedade que aposta em métodos punitivos e criminalizantes, sendo esses métodos serem o fator primordial ao aparecimento de doenças na população negra.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Em uma pesquisa realizada esse ano pela equipe da CESeC, mostrou-se os impactos da guerra na oferta dos serviços públicos de saúde e no estado de saúde de moradores de comunidades cariocas afetadas por tiroteios e presença de agentes de segurança:

Falar sobre saúde no Brasil é refletir sobre desigualdades extremas na medida em que parcelas consideráveis da população têm sido sistematicamente alijadas de várias dimensões da cidadania. Mesmo após a promulgação da Constituição Federal, em 1988, que garantiu a inclusão e ampliação de direitos fundamentais a todos os brasileiros, o acesso à educação de qualidade, renda, trabalho e saúde continua muitíssimo limitado, especialmente no que diz respeito à população negra e periférica (...) Esses resultados mostram que é comum a presença de medo, insegurança e incertezas da população periférica que convive nesse território, causando resultados negativos em sua saúde física e psicológica (...) Os resultados encontrados permitem afirmar que há uma prevalência significativamente aumentada de determinadas doenças em populações submetidas à rotina de tiroteios com presença de agentes de segurança pública. As proporções de adultos com hipertensão arterial, insônia prolongada, ansiedade e depressão são estatisticamente mais altas nas comunidades onde esses episódios se repetem sistematicamente, se comparadas a outras áreas semelhantes do ponto de vista sociodemográfico, mas sem tiroteios constantes (LEMGRUBER, 2023).

Isso não é incomum. Pela falta de políticas afirmativas para a população *recém-libertada* da Escravidão, decretada pela Princesa Isabel, em 1888, essa população não teve para onde ir, a não ser se alinhar ao campo e interior da Cidade. A classe social denominada como “ralé brasileira” (SOUZA, 2016, p. 36) começou a ser formada no Brasil moderno desde as suas origens, na junção do contexto de urbanização e industrialização brasileiras, e ao processo de libertação dos escravos. Este último feito sem qualquer ajuda governamental, quando os então ex-escravos ou mestiços empobrecidos passaram a formar, já naquela época, a classe dos desclassificados e abandonados à própria sorte (ou azar) nos centros urbanos do país. Ou seja, jamais houve no Brasil qualquer visão de igualdade de classes ou consciência da necessidade de resgatar pessoas excluídas socialmente.

Tais processos de (de)formação dos aglomerados urbanos foram criando cenários cada vez mais favoráveis para que houvesse um grande contingente de migração das antigas áreas rurais para os lugares que se chamariam periferias ou favelas. Depois de conquistada essa *libertação nacional*, o povo negro foi convidado a “lutar contra a miséria, o analfabetismo e o subde-





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

envolvimento. A luta, como afirmam, continua. O povo percebe que a vida é um combate interminável” (FANON, 2022, p. 88).

Assim como foi continuamente dando origem a uma massa de subempregados, marginalizados e indesejáveis sociais, e na qual, uma das oportunidades para sobreviver nesse cenário, foi a venda ilegal de drogas ilícitas, corroborando para o mundo do tráfico de drogas se tornar atrativo, já que o Estado não ofereceu/oferece oportunidades de mudanças políticas e ações para fazer reparações históricas raciais.

Será nessa massa de sub-populações formadas em um cenário sem acesso a saúde, a moradia, a alimentação e a direitos básicos, que o Estado atuará/atua para aplicação da escolha política de *guerra às drogas*. Em *Pele Negra, Máscaras Brancas*, Fanon analisa que devido o negro se instalar no seio do universo, ele precisará ser removido. É preciso “libertar o homem de cor de si mesmo”. (FANON, 2020b, p. 22). Ora, a virtude e a essência do homem estão em sua brancura, é por isso que o único destino do homem negro é ser branco.

Esse processo característico sentido pelo complexo de inferioridade imposto pelo problema do *fim da Escavidão* resultou em processos amargurantes a população negra, que teve que buscar alternativas para sua (SUS)tentação. Uma dessas alternativas – o uso de drogas – possibilitou movimentação de drogas classificadas como ilícitas por áreas geográficas pelo mundo, contribuindo para a marginalização e estigmatização do sujeito negro visto como traficante e violador de regras.

É importante frisar que o uso *abusivo* de drogas se dá justamente pelo proibicionismo imposto pelo Brasil, o que corrobora para o negacionismo de pesquisas e estudos que evidencia que em nenhum aspecto – a não ser, para o Estado – a *guerra às drogas* é justificada. Outro resultado do proibicionismo é o aparecimento do Narcotráfico que movimenta drogas pelos territórios, principalmente, da população negra, que instiga uma imagem que todo periférico é traficante e/ou usuário de droga e, por isso, justifica-se o fortalecimento da segurança armada.

Em Belém, por exemplo, o narcotráfico tornou-se o ângulo dos principais conflitos pelo domínio político-econômico dos territórios na periferia. Para se ter o total domínio do mercado da droga é necessário estabelecer a partir do tráfico de drogas a construção de territorialidade, ou seja, o controle de porções do espaço a partir de relações





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

de poder estabelecidas por sujeitos envolvidos nesta atividade ilícita (...) Surgem, nessa conjuntura, divergências territoriais em função da sobreposição de poderes que levam a uma necropolítica, na qual as mortes que ocorrem em Belém com características de execução destacam-se como afirmações de uma ação racional das manifestações do poder ou do necropoder. Ou seja, uma ação que disciplina os territórios e seus sujeitos. (COUTO, 2020).

A classificar que todo sujeito que vive em periferia é culpado, o seu status social é delimitado a conviver sob-constante ameaça. Há uma transformação, o sujeito é a partir de agora, objeto. Objeto de investidas policiais. Objeto de acusações. Objeto de constantes vigiações. Objeto de punições. Objeto da criminalização. Essa falsa política de *guerra às drogas* traz aos negros a serem “explorados, desprezados, por uma sociedade capitalista, colonialista e acidentalmente branca”. (FANON, 2020b, p. 212).

A metodologia utilizada nesse artigo é de método qualitativo, alocando a subjetividade e o modelo empírico como fundamentais para a escrita. Os estudos que irão se corroborar entre si se baseiam em pesquisas publicadas pela equipe da CESeC, de 2017 a 2023, fundamentando a escrita teórica de autores como Frantz Fanon, Achille Mbembe e Carl Hart.

Por ser de total importância para o pesquisador que a escreve, a subjetividade terá passagem pelo trabalho, devido o tema ser atravessado por mim e gerar conflitos raciais e existenciais. É necessário que o pesquisador-sujeito se insira no ponto de vista subjetivo da pesquisa.

683

A subjetividade é um sistema de significações e sentidos subjetivos em que se organiza a vida psíquica do sujeito e da sociedade, pois a subjetividade não é uma organização intrapsíquica que se esgota no indivíduo, mas um sistema aberto e em desenvolvimento que caracteriza também a constituição de processos sociais (...) O tema da subjetividade é adotado a partir de uma perspectiva dialógica, dialética e complexa, em que a subjetividade não aparece "coisificada" em nenhum tipo de entidade, nem de invariante universal da natureza humana, mas que se expressa como um sistema complexo em constante avanço, que constitui o sujeito concreto e, por sua vez, é constituída por aquele de forma permanente, por meio de sua constante produção de sentidos e significados dentro dos diferentes sistemas da subjetividade social em que desenvolve suas ações (REY, 2005).

Entenda-se indivíduo associado ao individual, singular, unilateral. O sistema econômico capitalista te limita a ser indivisível, limitando teus sentidos e ações. Única ação permitida aqui é a da produção. Precisa produzir e replicar. A coletividade é um termo proibido. Somos criados





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

com o único propósito: consumir. É imprescindível a discussão de *indivíduo* nesse artigo, observando que o capitalismo é o principal motivo para a existência da *guerra às drogas*. Qualquer modalidade de inserção que não prese o coletivo e ao crescer em comunidade, tende ao fracasso.

Ao incidir o tema sobre *guerra às drogas* e o aporte teórico do racismo, analiso que as medidas hoje atribuíveis a essa falsa política impedem o crescimento econômico-cultural-educacional-étnico-racial da população negra. Ou seja, “nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática”. (MINAYO, 2009, p. 16). Eu vivo a elasticidade dessa *falsa política* que extermina jovens negros, pobres e periféricos diariamente. Por isso a abordagem qualitativa nesse artigo, por entender que essa pesquisa trabalha com o universo das singularidades e não pode ser quantificada.

### 3 EXPOSIÇÃO DOS DADOS

Desde a chegada da colonização em terras indígenas, o Brasil foi demarcado geopoliticamente a favorecer suas terras a colônia, delimitando terras entre europeus e brasileiros. É preciso pensar territórios desde sua dimensão sócioterritorial, condição social presente, herança do passado que se manifesta na vida material das pessoas, mas também subjetivamente, em relação ao modo como se organizam no espaço geográfico. (SANTOS, 2002). Por esse mundo compartimentado, a colonialidade se forma em duas estruturas, mas que não se complementam. Uma é a zona habitada por colonos e a outra, por colonizados:

Pelo princípio da exclusão recíproca, além da oposição incomensurável entre zona habitada pelos colonos (zona do ser) e a zona habitada pelos colonizados (zona do não ser), a relação entre elas se dá pelo fato de a zona do ser se sustentar na existência necessária da zona do não ser. A raça funciona como mecanismo de distinção entre quem tem o reconhecimento de sua humanidade como atributo exclusivo (brancos) e as espécies não humanas. Entre esses dois mundos não há conciliação possível. A causa é consequência: a pessoa é rica porque é branca, é branca porque é rica (FANON, 2022).

O racismo acompanha esse modelo sócioterritorial cunhado por Santos, na qual, ocorre juntamente uma necropolítica de Estado, ao incidir políticas de morte. Essa política regula a distribuição de mortes e torna possíveis as funções assassinas do Estado. (MBEMBE, 2018). Assim,





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

é possível afirmar que a *guerra às drogas* é uma regularização de matar negros, pobres e favelados. É uma ideologia que indica pessoas selecionáveis a viver ou morrer.

Desde a Conferência em Xangai, em 1909, a Convenção de Haia, em 1912, e a Convenção Única de Entorpecentes, em 1961, mostrou-se em evidências que o modelo que deve ser seguido mundialmente é o proibicionismo<sup>226</sup>. Quem liderou esse extermínio foi a potência econômica dos EUA, que após o esfriamento da Guerra Fria, na década de 70, precisava de uma justificativa para alçar novas investidas em seu território, determinando um novo *inimigo*.

Em *Os Condenados da Terra*, Fanon traz o debate do impacto do colonialismo contra o povo negro e todas as mudanças sociais que ocorreram desde o primeiro encontro do branco com o negro.

As massas lutam contra a mesma miséria, debatem-se com os mesmos gestos e desenhavam com seus estômagos o que se chamou de geografia da fome. Mundo subdesenvolvido, mundo de miséria e mundo desumano. E também mundo sem médicos, sem engenheiros, sem administradores. Diante desse mundo, as nações europeias se refestelam na opulência mais ostentatória. Essa opulência europeia é literalmente escandalosa, pois foi construída sobre as costas dos escravos, nutriu-se do sangue dos escravos (...) o bem-estar e o progresso da Europa foram edificados com o suor e os cadáveres dos negros, dos árabes, dos índios e dos amarelos (FANON, 2022).

685

Ou seja, é inaceitável que o modelo de drogas seja pautado em uma lógica que proíba ao invés de legalizar, regulamentar. No Brasil, os primeiros relatos de restringir uma substância psicoativa são de 1827, na qual se proibiu o uso do álcool, seguida da proibição do uso da macoanha, em 1830, que tinha um caráter extremamente racista, indiciando que pessoas em condição de escravidão eram influenciadores de tal uso. Essa lei promulgada na Câmara da Cidade do Rio de Janeiro tornou o Brasil um dos pioneiros a estabelecer controle a essa substância, na qual tinha como ideal demonizar culturas africanas que faziam uso dessa droga. (TORQUATO, 2016).

O modelo proibicionista traz inúmeras consequências para quem é jovem, por exemplo. Os jovens de periferia, que são associados automaticamente ao estigma de *traficante ou usuário* tornam-se culpado antes de poder se defender. Esse “apartheid social coloca-os em uma condição de sujeitos ‘matáveis’, sendo a morte justificável. São corpos vazios, sem sentidos e signifi-

<sup>226</sup> Disponível em: Território e Proibição: guerra às drogas ou guerra aos pretos e pobres? - Drogas - Quanto Custa Proibir ([drogasquantocustaproibir.com.br](http://drogasquantocustaproibir.com.br)). Acesso em: 22 ago. 2023.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

cados, confinados, em que o controle-regulação das espécies é necessário”. (COUTO, 2020, p. 104).

Ao instrumentalizar um modelo que é contra a vida e aos direitos humanos, justifica-se que o “racismo é a gramática moderna da política, da economia, do ethos social e da produção do conhecimento”. (FANON, 2022, p. 9). É provocador o modelo atual que atormenta pessoas negras diariamente, por ser violentado de diversas formas como:

Cano do revólver, pela torre de vigia, pelas batidas policiais, pelos gritos de “Mão na cabeça!”, “Abre as pernas”, “Documento!”. Pela cerca, pelas coronhadas, pelos toques de recolher, pelo enquadro, pelo baculejo na mira de um, dois, três, quatro fuzis (FANON, 2022).

Outra consequência atribuída à *guerra às drogas* é o aparato social de ordem que permite o Estado controlar e conduzir ações autoritárias frente a populações marginalizadas. As favelas e periferias são territórios que são marcados por tensões entre o Estado e o mercado, disputando assim a governamentalidade dos lugares. Nessa disputa a violência é central: ela conecta as formas delinquentiais de extração de renda e controle de mercados com o aparato militar do Estado – sobretudo através das políticas militares – permitindo, por exemplo, que as “forças de ordem” entrem ali, e não nos bairros “formais” da cidade, atirando e matando. Finalmente, trata-se também de territórios racializados: favelas, periferias e quebradas nas metrópoles brasileiras são desproporcionalmente habitadas por não brancos e, portanto, na gestão político territorial da cidade, a criminalização das formas de morar se confunde com as marcas históricas da desigualdade<sup>2</sup>.

Então, nos perguntamos: quais são as estratégias que ainda mantêm o funcionamento em alta da *guerra às drogas* no Brasil? Por que ainda acreditar em um modelo proibicionista? Esse modelo consiste em criminalizar o sujeito pelo uso através da crença da abstinência total, na qual, manter longe o cidadão com o contato da droga é a melhor forma de *cuidado*. A abstinência é uma das práticas do movimento de Redução de Danos em ser mais uma alternativa a quem está em uso de drogas, mas não pode ser centralizada nessa lógica.





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Para o modelo proibicionista, a nocividade intrínseca de determinadas substâncias confere legitimidade ao Estado em proibir o seu consumo; e as criminalizações da circulação, do comércio e da produção dessas substâncias acabam por se concretizar como uma alternativa para o Estado no sentido de coibir, em tese, a presença dessas substâncias na sociedade<sup>227</sup>. Ao transformar o sujeito em um *indivíduo*, a “lógica do Estado é constantemente reatualizada em territórios negros, periferias urbanas e campos neocoloniais contemporâneos”. (FANON, 2022, p. 11).

O Estado se torna o grande pactuador do aparecimento de sofrimentos mentais na população negra, ao indício de aperfeiçoar uma política vertical e de morte como é a *guerra às drogas*. Esse processo reformulador de colonizar torna este ente federativo uma “grande fornecedora para os hospitais psiquiátricos”. (FANON, 2022, p. 251). Além de classificar que a população periférica é *traficante e/ou usuário* de droga, o negro também é rotulado como doente mental, neurótico e precisa ser controlado, monitorado, medicalizado.

Violências subjetivas que desaguam no negro uma inexistência de vida, de sobrevivência e de pertencimento no mundo. Com práticas que alimentam o racismo ao extermínio de culturas e populações originárias e tradicionais, o Estado se torna o principal culpado em relações com o povo negro. Adotar falsas políticas que conserve o proibicionismo, criminalização, estigmas e estereótipos é classificar uma nova era da *escravidão*, com a união da globalização e o capitalismo.

687

### 4 CONCLUSÕES

É preciso pensar em uma lógica política territorial que acompanhe os saberes do povo negro e refaça uma *verdadeira política* de drogas, que se baseie em status de “internacionalismo revolucionário – anti-imperialista, anticapitalista, anticolonialista, antipatriarcal antissupremacista branco”. (FANON, 2022, p. 360). Para o fim do Genocídio e Epistemicídio da população negra, é preciso refazer e construir um novo humanismo.

<sup>227</sup> Disponível em: Notas sobre Bem Viver: a guerra às drogas e a educação no Brasil - Drogas - Quanto Custa Proibir (drogasquantocustaproibir.com.br). Acesso em: 23 ago. 2023







## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

Caminhar junto os resultados de Frantz Fanon em suas obras sobre os efeitos do racismo nas subjetividades em corpos negros é exaltar a importância de seus estudos no campo da Sociologia, Antropologia, Psicologia, Filosofia e afins. Ser contrário a todas as formas de manicômio é ser também a favor de uma política de cuidado mais descriminalizante, menos moralista, menos proibicionista e legalizadora de todas as drogas, considerando os efeitos da criminalização das drogas uma questão de saúde pública.

Continuar sob o lema de “*Guerra às Drogas*” é seguir no modelo de Estado necropolítico, nas quais este ente federativo é quem escolhe quem vai viver ou morrer, sendo o “protetor” de toda a sociedade brasileira. O racismo sempre se aperfeiçoou durante os séculos, nas quais os países colonialistas aperfeiçoaram suas técnicas de submeter o outro a inferiorização. Essa Guerra é a face de práticas racistas, em que mantém o negro o alvo principal a ser combatido, eliminado e perseguido.

### REFERÊNCIAS

688

COUTO, Aiala Colares de Oliveira. Do narcotráfico às narcomilícias: configurações territoriais sobrepostas na periferia de Belém. **Territorium**: revista Internacional de Riscos – Apropriação do espaço e criação de territórios em risco, Coimbra. n. 27, p.103-113, 2020.

FANON, Frantz. **Alienação e liberdade**: escritos psiquiátricos. Traduzido: Sebastião Nascimento. São Paulo: Ubu Editora, 2020a. 400 p. Título original: *Écrits sur l’aliénation et la liberté*. ISBN 978-85-7126-050-4.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020b. 320 pp.

HART, Carl. **Drogas para adultos**. Tradução: Pedro Maia Soares. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. 327 p.

LEMGRUBER, Julita (coord.) *et al.* **Saúde na linha de tiro**: impactos da guerra às drogas no acesso aos serviços de saúde no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CESeC, 2023.

LEMGRUBER, Julita (coord.) *et al.* **Um tiro no pé**: Impactos da proibição das drogas no orçamento do sistema de justiça criminal do Rio de Janeiro e São Paulo. Relatório da primeira etapa





## I SIMPÓSIO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR DAS HUMANIDADES – BRASIL/MOÇAMBIQUE - 2023

do projeto "Drogas: Quanto custa proibir". Rio de Janeiro: CESeC, 2021. Disponível em: Homepage - Drogas - Quanto Custa Proibir ([drogasquantocustaproibir.com.br](http://drogasquantocustaproibir.com.br)). Acesso em: 09 de mar. 2023.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MINAYO, M. C. S (org.) *et al.* **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 28 Ed, 2009.

REY, G. L. F. **Pesquisa qualitativa em Psicologia**: caminhos e desafios. São Paulo: Cengage Learning, 2005.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2002.

SOUZA, J. (org.) *et al.* **Crack e exclusão social**. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, 2016.

TORQUATO, Carlos Eduardo Martins. **A história das drogas e sua proibição no Brasil: da Colônia à República**. 2016. Tese (doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

689

